UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

CLAUS ROMMEL RODARTE

**Partidos políticos, poderes constitucionais e representação regional
na 1ª Legislatura da Assembléia Geral do Império do Brasil:
Minas Gerais (1826-1829)**

(versão corrigida)

São Paulo
2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Partidos políticos, poderes constitucionais e representação regional
na 1ª Legislatura da Assembléia Geral do Império do Brasil:
Minas Gerais (1826-1829)**

Claus Rommel Rodarte

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta

(versão corrigida)

São Paulo
2011

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo da Publicação
Biblioteca “Florestan Fernandes”
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

RODARTE, Claus.

Partidos políticos, poderes constitucionais e representação regional na 1ª Legislatura da Assembleia Geral do Império do Brasil: Minas Gerais (1826-1829) / Claus Rodarte; orientador João Paulo Garrido Pimenta. São Paulo, 2011.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História. Área de Concentração: História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. Partidos políticos – Brasil. 2. História do Brasil – Minas Gerais. 3. Primeiro Reinado (1822-1831). I. Pimenta, João Paulo Garrido. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: RODARTE, Claus.

Título: Partidos políticos, poderes constitucionais e representação regional na 1ª Legislatura da Assembléia Geral do Império do Brasil: Minas Gerais (1826-1829)

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof(a). Dr(a).: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a).: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a).: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a).: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a).: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos meus mui queridos pais, e à minha
eterna e insubstituível “princesinha”.

À memória do Prof. István Jancsó.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus – que, a despeito de eu ser uma fonte inesgotável de miséria, ainda assim se compadece de mim, cumulando-me com graças de que, nem de longe, sou merecedor. Dentre essas incontáveis graças, não há como não destacar alguns amigos e colaboradores que me têm guardado e ajudado nessa minha desajeitada trajetória, nem sempre conscientes da importância que seus gestos, palavras e pessoas tiveram para o trabalho aqui apresentado, e do carinho e gratidão que lhes tenho. Não há como categorizá-los em ordem de importância: procurarei, portanto, mencioná-los em ordem cronológica.

No âmbito doméstico, não sei o que seria de mim sem o apoio e o incentivo que me deram meus familiares. Difícil precisar o contorno dessa família: com os laços de sangue, muitas vezes se confundem os de amizade – e vice-versa. Minha mãe, perfeito exemplar da espécie, sempre velando pelo filho que, afundado nos livros ou nos papéis velhos, por vezes se esquece de coisas tão corriqueiras, tais como dormir e se alimentar. Quase se arrepende por haver me iniciado neste negócio de “contar histórias” e “lembrar das coisas antigas”. Meu pai, que não fica atrás de minha mãe em termos de ternura e dedicação para com os filhos, apesar de tentar disfarçar, sem muito sucesso, com uma fachada de severidade (na qual nem ele coloca muita fé), sempre me incentivando e puxando a orelha. Se dependesse só do esforço dele, há muito eu já teria me emendado... Se a esses dois devo muito pelo lar que me têm propiciado, não importa onde eu esteja, não posso deixar de mostrar-me grato também à minha irmã, que, *quando pára em casa*, dissipa com seu sorriso qualquer nuvem de mau humor. Além deles, não há como não deixar de mencionar outros tantos.

Se tenho este estranho desejo de saber das coisas “passadas com os antigos”, a culpa toda é dos meus avós, da tia Pequenininha (“não procure não, que você acha!”), e da tia Enaura (“termina logo essa tese, menino!”). A exceção de tia Enaura, todos os demais partiram sem se despedir – a gente, que fica, padece saudades... E essas lembranças são para mim motivo de carinho e gratidão! Por causa deles, fiz-me pesquisador.

Jamais terei palavras suficientes para agradecer a hospitalidade com que sempre me acolheram meus tios Alexandre e Cláudia, e Fausto e Maria José. Parte do trabalho aqui apresentado foi concebido e executado sob o teto de suas casas, em companhia deles e de meus primos. Sou-lhes eternamente grato por tudo!

E, no âmbito da “família estendida”, grande é minha gratidão para com aquela que, mais do que ninguém, agüentou pacientemente a minha quase monomania vivida durante a

redação desta tese. Sem o seu carinho e sua ajuda, meu trabalho teria sido infinitamente mais árduo e tedioso! A você, Fernanda, cabe a *parte do leão*...

Dentre os que fizeram o ambiente acadêmico uma extensão de meu lar, agradeço em primeiro lugar ao Prof. Dr. Vamireh Chacon, que tem feito minha vida mais rica com sua amizade e orientação desde os tempos em que eu era seu aluno no Programa de Mestrado em Ciência Política da Universidade de Brasília. Notando em mim a propensão para a História e para a Filosofia, convenceu-me ele a seguir por essa trilha em que hoje me encontro. Por sua erudição e perspicácia, serve-me ele de modelo, ainda que difícil de alcançar (digo alcançar porque nem considero a hipótese de superá-lo: isso está muito, mas muito além das minhas capacidades).

Em segundo lugar, agradeço ao Prof. Dr. István Jancsó, já falecido. Foi ele o primeiro a me acolher na Universidade de São Paulo. Não me recordo de uma única vez em que não houvesse me recebido com um sorriso e com palavras de incentivo. Entusiasta de meu projeto desde o começo, não viveu o bastante para vê-lo concluído. A distância e seus problemas de saúde acabaram por impedir que tivéssemos uma maior convivência, mas a recordação que guardo dele é das melhores. Sempre tinha algum comentário luminoso em nossas conversas. E o que mais chamava a atenção em sua prosa era não só a variedade de seus interesses, a sua tolerância ao diferente, mas também a sua vontade inesgotável de conhecer as coisas, razão pela qual ele se punha a aprender com seus próprios alunos.

Com o falecimento do Prof. István, adotou-me como seu orientando o Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta, que já havia me cativado a afeição por sua delicadeza no trato e agudeza de espírito. Ele e sua esposa, a Profa. Dra. Andréa Slemian, que mais de uma vez me receberam na intimidade do lar, compartilharam comigo a riqueza de sua amizade e de seus conhecimentos acadêmicos. Grandes foram as contribuições que trouxeram à minha tese. Sobretudo no que diz respeito ao modo judicioso com que ambos, como poucos, sabem trabalhar os dados. Se não fui hábil o bastante para trabalhar os dados aqui apresentados, isso se deve mais às minhas vicissitudes e limitações pessoais, do que à falta de um modelo a seguir.

Também sou grato à Profa. Dra. Cecilia Helena Lorenzini de Salles Oliveira. Admitiu-me ela como seu aluno na disciplina “A configuração do Estado monárquico no século XIX e o Poder Moderador”, quando eu ainda sequer havia ingressado no Programa de Pós-Graduação como aluno regular. Com ela, aprendi quão difícil pode ser não só a leitura, mas também a redação de textos de história política – em razão da *malícia* e da *ignorância* a que nós, vivos, estamos todos propensos. Além disso, suas contribuições ao trabalho de

pesquisa aqui apresentado, que tive a satisfação de escutar quando de meu exame de qualificação e em meu exame final, serviram-me como verdadeiro teste de *fortaleza* e *temperança*. Ensinou-me ela, na prática acadêmica, uma das principais diferenças entre a *astúcia* e a *sabedoria*: a *grandeza d'alma*.

Graças ao espaço de convivência propiciado pelo Projeto Temático “Fundação do Estado e da Nação brasileiros”, sob a coordenação do Prof. István, fui privilegiado por poder conviver com diversos pesquisadores. Difícil não mencioná-los: André Machado, Ana Rosa Cloclet da Silva, Ana Paula Medici, André Nicacio Lima, Argemiro Ribeiro de Souza Filho, Erik Hörner, Fernanda Sposito, Marcia Regina Berbel, Marco Morel, Maria Aparecida Silva de Sousa, Miriam Dolhnikoff, Mônica Duarte Dantas, Rafael Marquese, Wilma Peres Costa. Corro o risco de haver omitido algum. Alguns desses pesquisadores me distinguiram com sua amizade, e muito ganhei com o seu convívio. Com outros, se não tive pessoalmente o convívio que gostaria, nem por isso deixei de devorar seus trabalhos, ouvi-os atentamente em nossos encontros (que eu quisera tivessem sido mais freqüentes) e aprender muito com todos eles.

Ainda no âmbito da Universidade de São Paulo, não posso deixar de agradecer a biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; a da Faculdade de Direito; e, sobretudo, as do Instituto de Estudos Brasileiros, que merece ser destacada não só pela riqueza de seu patrimônio material (e o elogio é feito por um bibliófilo compulsivo), mas também de seu tesouro humano (o atendimento foi sempre de primeiríssima qualidade), e da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, que tampouco deixa a desejar nesses dois quesitos. No âmbito do IEB, agradeço ainda ao Denis e à Rosana, que me socorreram mais de uma vez com os aspectos técnicos da minha coleta de dados dos periódicos oitocentistas.

Também muito devo, fora da Universidade de São Paulo, a diversas instituições. Em São Paulo, merecem destaque o Museu Paulista e o Arquivo do Estado de São Paulo, aos quais recorri e sempre fui muito feliz em minhas pesquisas, quer no que diz respeito ao atendimento, quer no que diz respeito ao acervo. O mesmo digo, no Rio de Janeiro, sobre o Arquivo Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e, sobretudo, a Biblioteca Nacional. Em Minas Gerais, a lista é enorme: em Belo Horizonte, o Arquivo Público Mineiro (que não posso deixar de elogiar não só pelo excelente trabalho de conservação dos documentos, mas também pelo atendimento inigualável – e destaco aqui os funcionários Denis Soares da Silva, Elma Amaral, e Milena Gonçalves, que muito honram essa instituição); a Hemeroteca do Estado de Minas Gerais (que foi minha salvação muitas vezes);

em Mariana, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e o Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese; em Ouro Preto, o Arquivo da Casa dos Contos, e o Arquivo da Casa do Pilar; em São João del-Rei, o Museu Regional e o Arquivo Diocesano.

Graças ao Arquivo Público Mineiro, já não bastasse a imensa contribuição que me deu com sua documentação riquíssima, tive ainda a satisfação de conhecer pessoalmente o Prof. Dr. Marcos Ferreira de Andrade, da Universidade Federal de São João del-Rei. A generosidade que demonstrou, compartilhando comigo sua coleção de periódicos mineiros e suas valiosas observações sobre a história política de Campanha e dos irmãos Veiga, enriqueceram grandemente a minha tese. Ele e outra importante amiga, companheira freqüente em minhas lides e pesquisas, a Profa. Dra. Irene Nogueira de Rezende (que muito me ajudou, em diversos momentos de meu trabalho), foram perfeitos exemplos da hospitalidade mineira. Elogio que não posso deixar de estender à jovem pesquisadora Pérola Goldfeder, dedicada pesquisadora da história de Campanha.

Contei ainda com a ajuda de muitos colegas e amigos genealogistas, tais como José Roberto Vasconcelos, Jorge da Cunha Pereira Filho, Vânia Lúcia de Oliveira, Sílvia Buttros, Maurício José Monteiro de Barros, Aristóteles Rodrigues, Antônio Carlos de Castro, Luis Antônio Villas Bôas, Sérgio de Freitas, Alan Penido, Célia Lamounier de Araújo, Decio Medeiros, Bartyra Sette, Regina Moraes Junqueira, Pedro Lobo Martins, e muitos outros, que compõem a lista de discussão de genealogia mineira *Gen-Minas* e mantêm em funcionamento o *Projeto Compartilhar*. Também não posso deixar de agradecer às Profas. Dras. Adalgisa Arantes Campos e Mirian Lott, que me viabilizaram o acesso a um riquíssimo banco de dados com os registros paroquiais de Ouro Preto. Ao genealogista português Pedro França, que compartilhou comigo dados do Arquivo da Universidade de Coimbra, não há palavras que expressem minha dívida de gratidão. Se não aparecem aqui todas as contribuições que essas pessoas me trouxeram, isso se deve unicamente aos prazos acadêmicos. Em pesquisas futuras, muitos desses dados aparecerão.

Por fim, meus sinceros agradecimentos à Universidade de São Paulo e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, sem os quais não existiria este trabalho.

“Não há negar: para ver e compreender o passado, é mister apurar os fatos, conhecer-lhes as causas e os homens que os praticaram: tudo isso, dependendo muito dos documentos, precisa, principalmente, do critério filosófico, porque a história é, por assim dizer, a psicologia em ação, dando os produtos da vontade, da inteligência, dos caprichos, das paixões, dos erros, dos vícios e das virtudes dos homens que viveram em cada época; logo, é o estudo do homem em sua realidade, complexa e múltipla.”

Eunápio Deiró

“Conhecer os homens, a bem dizer, é coisa impossível. O que poderíamos conseguir seria conhecer esta ou aquela pessoa, e mesmo esse limitado conhecimento haveria sempre de ter infinitas falhas e erros.”

Gustavo Capanema

RESUMO

O presente estudo versa sobre os embates, surgidos a partir da adoção da Lei Fundamental do Império, acerca dos poderes constitucionais e seu impacto sobre a articulação das forças políticas regionais. Acompanhou-se o surgimento, o desenvolvimento, e a tentativa de perpetuação no tempo dos grupos políticos que, disputando os assentos da Assembléia Geral, desejavam moldar Estado e Nação conforme seus interesses. O enfoque foi a Província de Minas Gerais, que ocupava o maior número de assentos na Assembléia Geral, escolhendo-se, como baliza temporal, sua 1ª Legislatura. Parte-se da tese que a interpretação dada à Lei Fundamental do Império foi um importante elemento a determinar as diferenciações identitárias, bem como a composição das alianças que, no interior da Província e da Assembléia Geral, disputavam o mando sobre o Império.

ABSTRACT

This study concerns the clashes that emerged after the adoption of the Imperial Constitution regarding the constitutional powers, and its impact on the articulation of the regional political forces. It analyzes the origin, the development, and the attempts of self-perpetuation of the political groups that, disputing the seats of the General Assembly, intended to shape the State and the Nation according to their own interests. The focus was the Province of Minas Gerais, which had the largest number of seats on the General Assembly, and the period chosen was its 1st Legislature. The study relies on the thesis that the interpretation of the Imperial Constitution was an important element determining the identity differentiations, as well as the composition of alliances that, within the Province and the General Assembly, disputed the rule over the Empire.

SUMARIO

Introdução	1
PARTE I O surgimento dos partidos sob a Constituição do Império	
Capítulo 1 A semeadura	51
Capítulo 2 A colheita	110
PARTE II O desenvolvimento dos partidos na Assembléia Geral	
Capítulo 3 A câmara vitalícia	168
Capítulo 4 A câmara temporária	209
PARTE III A perpetuação dos partidos pela opinião pública	
Capítulo 5 O embate na imprensa	286
Capítulo 6 O embate nas urnas	332
Conclusão	426
Fontes	429
Anexos	469

INTRODUÇÃO

“O povo ou a nação não pode falar, não pode atuar senão através de seus representantes”. Sobre esse princípio, sintetizado pelo Abade Sieyès em fins do século XVIII, tem se assentado o paradigma político-institucional que, a partir da virada do século XVIII para o XIX, tornou-se predominante na civilização ocidental. Para que tal se desse, contribuíram grandemente tanto a Revolução Americana, de 1776, quanto a Francesa, de 1789 (a despeito de seus recuos e avanços democráticos), ao fazerem com que o eixo da soberania fosse, na práxis política,¹ deslocado da figura do monarca para a nação – que, no parlamento, onde se reúnem seus representantes eleitos, ganha corpo e voz –, consolidando assim o paradigma democrático-parlamentar e entusiasmando outros povos a seguir-lhes o exemplo. Desde então, os parlamentos têm assumido importante papel na formação dos Estados nacionais contemporâneos – uma vez que pretendem ser (e fazer) desses uma síntese, servindo como importante locus de fermentação e maturação de idéias, de discussão e decisão de assuntos de ordem política, econômica e social.

¹ No campo da filosofia política, pioneiros foram os trabalhos dos jesuítas Luis de Molina (1535-1600), *De Iustitia et Iure* (1593), e Juan de Mariana (1536-1624), *De rege et regis institutione* (1599), bem como os trabalhos do discípulo deste último, o também jesuíta Francisco Suárez (1548-1617), *De legibus ac Deo legislatore* (1612) e *Defensio Fidei Catholicae adversus Anglicanae sectae errores* (1613). Essas obras, contrapondo-se à teoria da investidura divina do poder real, lançaram as bases do pensamento democrático-representativo moderno, retomando uma tradição iniciada pelo conciliarismo de Jean Charlier de Gerson (1363-1429) e revivida na Universidade de Sorbonne por John Mair (1467-1550). Esses autores situavam a soberania na sociedade política, que ao rei delegava poderes. Mair e seus discípulos, radicalizando o pensamento conciliarista, afirmavam que a autoridade política não era meramente derivada do povo, mas inerente a ele (não podendo, portanto, ser, em hipótese alguma, alienada). Mariana, ao promover a defesa do direito de resistência à tirania, chegou a dizer que o tiranicídio era, não só um direito, mas um dever do povo. O pensamento de Molina, Mariana e Suárez, que integravam o movimento conhecido como segunda escolástica, repercutiu não só no mundo ibérico, mas também no mundo anglo-saxônico, inspirando autores como: Thomas Hooker (1586-1647), que teve um destacado papel na elaboração do célebre texto *The Fundamental Orders of Connecticut* (1639), principal inspiração do constitucionalismo moderno; John Locke (1632-1704), que com a obra *Two Treatises of Government* (1689), é considerado um dos principais nomes do liberalismo político; e, no mundo francófono, ecoaram em obras como a do franco-suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), *Du contrat social* (1762). Ainda no século XVI, foi escrita a obra *Franco-Gallia* (1573), do historiador e jurista huguenote François Hotman (1524-1590), que fazia a defesa do governo representativo e da monarquia eletiva. As teorias anti-monárquicas (em sua forma mais radical ou em sua forma mitigada), no entanto, só conseguiram se converter em práxis política, generalizando-se pelo Ocidente, com as revoluções do século XVIII e XIX.

No caso específico do Estado nacional brasileiro, sua formação, em termos institucionais e identitários, insere-se num quadro geral de crise²: na medida em que as instituições e práticas do que se convencionou chamar de Antigo Regime se tornavam incapazes de atender as demandas das forças políticas e econômicas que gerava, ganhava cada vez mais adeptos a idéia de que se fazia necessária uma redefinição dos termos do pacto social, ligando a Nação ao Monarca.³ Nesse sentido, um crescente número de contestações e insurreições, tanto na porção americana, quanto na européia do transatlântico império luso atravessou os séculos XVIII e XIX, acompanhando uma tendência do mundo ocidental.⁴ Dentre esses movimentos contestatórios – de revolucionários a reformistas –, que se alastraram pelo império luso-brasílico, merece destaque a Revolução Liberal, de 1820, que logrou um êxito não conhecido por seus predecessores, sendo ainda, a partir – e por causa – dela, que se consagrou, no ideário e nas práticas que marcariam a Regeneração vintista, a instituição de um parlamento permanente, definidor da Nação e do Estado, parlamento esse que seria visto como importante lócus da soberania nacional.⁵

² A esse respeito, vide Fernando Novais, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, São Paulo: Hucitec, 1995 (6ª. ed.); e István Jancsó (org.), *Brasil: Formação do Estado e da Nação*, São Paulo: Hucitec, 2003.

³ Cumpre lembrar que a política é marcada por tensões, contradições, conflitos e acomodações de interesses e forças: assim sendo, não só as instituições sofrem alterações, de forma a melhor atenderem as demandas que lhes são direcionadas, como também as próprias lealdades, intimamente vinculadas ao atendimento dessas mesmas demandas. Sobre o caráter agonístico (no sentido de luta pela vida) do fenômeno político, vide Max Weber, *Parlament und Regierung im neugeordneten Deutschland. Zur politischen Kritik des Beamtentums und Parteiwesens*, München: Duncker & Humblot, 1918 (*Parlamento e governo na Alemanha reordenada: crítica política da burocracia e da natureza dos partidos*, Petrópolis: Editora Vozes, 1993), e *Politik als Beruf*, München: Duncker & Humblot, 1919 (segunda parte da coletânea publicada em português sob o título *Ciência e Política: Duas Vocações*, São Paulo: Editora Cultrix, 1993); Carl Schmitt, *Der Begriff des Politischen*, 2ª. ed., Hamburg: Hanseatische Verlagsanstalt, 1933 (*O Conceito do Político*, Petrópolis: Editora Vozes, 1992); e Julien Freund, *L'Essence du Politique*, Paris: Sirey, 1965.

⁴ Para uma síntese das idéias e práticas revolucionárias no espaço europeu, vide Eric Hobsbawm, *Age of Revolution: Europe 1789-1848*, London: Weidenfeld & Nicholson, 1962; Charles Breunig, *Age of Revolution and Reaction 1789-1850*, New York: W. W. Norton & Company, 1977; e Colin Jones & Dror Wahrman (org.), *The Age of Cultural Revolutions: Britain and France, 1750-1820*, Berkeley: University of California Press, 2002. Abrangendo Europa e América, vide R. R. Palmer, *Age of the Democratic Revolution*, Princeton: Princeton University Press, 1970. Para as Américas, vide Lester D. Langley, *The Americas in the Age of Revolution: 1750-1850*, New Haven: Yale University Press, 1998, e os primeiros três volumes da coleção *The Cambridge History of Latin America*, editados por Leslie Bethell e publicados pela Cambridge University Press entre 1984 e 1985, traduzidos para o português e publicados no Brasil pela Edusp, em parceria com a Imprensa Oficial de São Paulo e a Fundação Alexandre de Gusmão, entre 1997 e 2004.

⁵ A esse respeito, vide Maria Cândida Proença, *A Primeira Regeneração. O Conceito e a Experiência Nacional (1820-1823)*, Lisboa: Livros Horizonte, 1990, pp. 143-146.

Se, num primeiro momento, as reivindicações por uma constituição e um parlamento permanente encontraram adesões por todo o império luso, a insatisfação com o funcionamento das Cortes Gerais e Extraordinárias do Reino Unido, quando enfim instaladas em Lisboa (e para onde afluíram deputados do Brasil), promoveu uma ruptura entre as forças políticas que se fizeram hegemônicas no Reino de Portugal e aquelas existentes nas províncias meridionais do Reino do Brasil. Divergências quanto à estruturação do sistema representativo, que os publicistas e pensadores políticos de então costumavam contrapor ao *despotismo* (sempre associado ao *Antigo Regime*), no que diz respeito aos critérios de representatividade e proporcionalidade, acirraram ainda mais os debates quanto à estruturação do Estado e da economia, daí resultando a dissolução do Reino Unido em 1822 e o processo constituinte do Império do Brasil, independente de Portugal, em 1823.

A Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – eleita antes mesmo da dissolução do Reino Unido, porém reunida somente depois da proclamação da Independência –, após começar a discussão e votação do projeto constitucional por ela elaborado, acabou, em razão de atritos com o Imperador Dom Pedro I, sendo por ele dissolvida – e o projeto constitucional em discussão foi substituído por outro, elaborado pelos Conselheiros de Estado nomeados pelo Imperador (projeto esse que foi submetido às Câmaras das principais Vilas e Cidades do Império, a quem coube a aprovação e juramento da Carta Constitucional, outorgada em 1824). Isso, no entanto, não impediu que, a partir de 1826, quando da tardia reinstalação da Assembléia Geral (cujos novos membros tiveram seus nomes sufragados na eleição de 1824), as forças hegemônicas das diferentes partes constituintes do mosaico brasileiro, por meio de seus representantes reunidos no parlamento, pudessem ali manifestar-se, promovendo as coalizões e colisões de forças e interesses que estruturaram, em termos institucionais e identitários, o Brasil.

Cumpra lembrar que as referências políticas das classes dominantes luso-americanas, dispersas em diferentes pátrias com culturas políticas próprias – e a quem coube, no parlamento, sintetizar o assimétrico mosaico político-cultural brasileiro – foram moldadas mediante duas trajetórias simultâneas de acumulação de experiência de poder: uma correspondendo às áreas de influência dos grandes centros urbanos, sobre os quais exerciam seu mando, outra abrangendo os canais que ligavam os diversos territórios americanos ao eixo organizador do Estado (pólo de convergência e arena de interesses comerciais, judiciais e políticos), do qual dependiam. A mudança desse eixo de Lisboa para o Rio de Janeiro, reconfiguração da geografia do poder, apenas acentuou uma já existente erosão das convicções que balizavam a adesão dos homens da América à nação portuguesa. Dentro de um quadro de crise geral, à necessidade de se criar instituições mais capazes de atender as demandas que solaparam o Antigo Regime, juntou-se a necessidade de se criar também uma nova identidade nacional mais capaz de sintetizar as outras identidades dispersas pelo continente brasílico. Foi principalmente no parlamento que o Estado e Nação brasileiros foram simultaneamente moldados pelas lideranças regionais, oriundas de espaços e culturas políticas distintos.⁶ Se esse desafio permanente de montagem e preservação do mosaico nacional contava com a participação ativa da Assembléia Geral Legislativa, é importante lembrar que outro, simultâneo e análogo, ocorria no interior das províncias do Império: se o parlamento projetado buscava sintetizar a nação, precisavam as províncias, quando da escolha

⁶ Tanto a feição compósita quanto o caráter de artefato da nacionalidade encontram-se realçados na definição da nação como mosaico, proposta por István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta, *vide* István Jancsó & João Paulo Garrido Pimenta. "Peças de um mosaico: apontamentos para o estudo da unidade nacional brasileira", *in*: Carlos Guilherme Mota (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo: Senac, 2000. Para estudo do papel do parlamento na formação do Estado nacional brasileiro, *vide* José Honório Rodrigues, *O Parlamento e a Evolução Nacional, 1871/1889*, Brasília: Senado Federal, 1972, e *O Parlamento e a Consolidação do Império, 1840/1861*, Brasília: Câmara dos Deputados, 1982; Afonso Arinos de Melo Franco, *Câmara dos Deputados: Síntese Histórica*, Brasília: Câmara dos Deputados, 1976; Waldemar de Almeida Barbosa, *A Câmara dos Deputados como Fator de Unidade Nacional*, Brasília: Câmara dos Deputados, 1977; e Vamireh Chacon & Claus Rodarte, *História do Legislativo Brasileiro* (5 volumes), Brasília: Senado Federal, 2008.

de seus porta-vozes na Assembléia Geral, sintetizar também a si mesmas – e as eleições de seus representantes são um excelente exemplo da pluritonalidade de vozes que nelas existiam.

Até 1821, eleições sistemáticas, no universo português, foram quase que exclusivamente locais, para os cargos de vereança.⁷ Com a Revolução Liberal, ensaiaram-se, em 1821 e 1822, eleições voltadas para um Estado que se quis fazer nacional, em moldes nunca dantes vistos no império luso-brasílico. Com a separação do Reino de Portugal e constitucionalização do Brasil na forma de Império, reorganizaram-se as forças político-econômicas que compunham a nação, o que fez com que as províncias enfrentassem, de maneira sistemática, um atribulado período de enfrentamentos e acomodações regionais (inter e intra-provinciais). Nesse contexto, inserem-se as representações eleitas e enviadas pelas províncias ao parlamento nacional, a quem coube debater e decidir sobre o sistema representativo e, especialmente, sobre o sistema eleitoral – peça-chave da relação entre representantes e representados, governantes e governados.

Pela Carta Constitucional de 1824, foram reconhecidos, como representantes da Nação brasileira, o Imperador e a Assembléia Geral Legislativa do Império. Quanto a esta, haveriam de compô-la, como senadores e deputados gerais, delegados das diferentes províncias do Brasil – uma vez que, apesar de ser a Nação quem, em tese, lhes delegava seus poderes, eram as províncias quem, na prática, lhes conferiam seus mandatos. Foram as províncias, então,

⁷ Extraordinariamente, foram convocadas, na porção peninsular do transatlântico império luso, Cortes – desde as lendárias de Lamego, de 1143, convocadas por Dom Afonso Henriques, até as de 1698, em Lisboa, convocadas por Dom Pedro II (não confundir com o homônimo brasileiro). O historiador português Pedro Cardim faz uma análise do caráter da representação e do papel co-legislativo das Cortes em seu livro *Cortes e cultura política no Portugal do antigo regime*, Lisboa: Edições Cosmos, 1998. Segundo Cardim, embora não tenha havido convocação de Cortes no século XVIII, o tema alimentou polêmicas no campo das idéias políticas. Cardim, no entanto, ignora, como boa parte da historiografia, a ocorrência, no Brasil, mais especificamente em Minas Gerais, das Juntas dos Povos das Minas, posteriormente transformadas em Juntas dos Procuradores das Câmaras, realizadas sistematicamente entre 1710 e 1750 no território das Minas. Pouco estudadas em termos de composição e atuação, são as Juntas tidas pela historiografia mineira como órgãos consultivos do governador – porém importantes no processo decisório – no que dizia respeito às questões tributárias da capitania (no que muito se assemelhavam às Cortes). Não há registros da ocorrência dessas Juntas após 1750. Vide Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, “Minas e Quintos do Ouro”, in *Revista do Archivo Publico Mineiro*, VI, fasc. III e IV, Belo Horizonte, 1902, p.855; Feu de Carvalho, *Ementário da História Mineira*. Belo Horizonte, 1933, p.3; e João Camillo de Oliveira Torres, *História de Minas Gerais*, Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, 1961, 1º. V, p.258.

divididas em diferentes colégios eleitorais, para os quais passaram a afluir as elites político-econômicas regionais, uma vez que a Carta Constitucional de 1824 instituía gradativos critérios censitários para a participação política. A apuração final dos votos, por meio dos quais saíam eleitos os representantes da província, era, no entanto, realizada, conforme determinação constitucional, na capital provincial: somente aos que tivessem a maioria absoluta dos votos de toda a província era conferido o mandato – sendo que, no caso dos senadores, a escolha final cabia ao Imperador ou Regente, de uma lista tríplice que lhe era apresentada. Tal situação só seria mudada com a lei eleitoral de 19 de Setembro de 1855, chamada Lei dos Círculos, que instituiu no Brasil o voto distrital para deputado, por meio do qual seus propugnadores buscavam garantir voz no parlamento às “maiorias locais ou parciais” – as quais, até então, segundo eles, haviam sido reféns das “maiorias provinciais”.

Essa competição entre as localidades, quando da escolha dos representantes provinciais (e que a adoção do voto distrital procurou, de certa maneira, mitigar), já havia se manifestado nos primeiros ensaios eleitorais de 1821 e 1822. Exemplo disso é a representação enviada a Dom Pedro, antes mesmo da dissolução do Reino Unido e sua aclamação como Imperador, pela Câmara da Vila do Príncipe, da Província de Minas Gerais, aos 6 de Julho de 1822, quando da convocação para eleição da Assembléia Constituinte Brasiliense. Principal responsável pela representação enviada ao Príncipe Regente, o então Eleitor de Comarca e Vereador Jorge Benedito Ottoni, em sessão extraordinária da Câmara da Vila do Príncipe, explicava:

É muito pública a reação de votos que tem sofrido a nossa comarca nas três Assembléias [Eleitorais] que se têm reunido na capital desta província, passando nós pelo dissabor de não vermos em nenhum dos Governos, que ali se tem criado, um que satisfaça aos habitantes da Comarca: por não poder nunca sair eleito um dos muitos que nela há, mais instruídos das suas precisões, isto pela união das três vizinhas comarcas, que vivem quase de mãos dadas, e sufocam assim os nossos votos, além dos insultos com que se tem escarnecido das representações que os nossos eleitores, em vão, ali têm feito em nosso benefício. Na Junta Eleitoral dos Deputados para a Corte de Lisboa saíram eleitos os que as três comarcas quiseram e

até por eles foi cortada a nossa representação política, pois se nomeou de menos um deputado dos que devia dar a província, apesar dos nossos clamores.⁸

Otoni, em sua representação, refere-se a um conchavo eleitoral promovido entre as Comarcas de Ouro Preto (com sede na capital provincial), do Rio das Mortes (com sede em São João del-Rei) e do Rio das Velhas (com sede em Sabará). À assembléia que, em Ouro Preto, elegeu os deputados para as Cortes de Lisboa, não compareceram os eleitores da Comarca de Paracatu, pois esta estava sublevada pelo Vigário Joaquim de Mello Franco – que desejava instalar, na sede da comarca, um governo independente do de Ouro Preto.⁹ Em razão desse desacordo provincial, a Câmara da Vila do Príncipe, endossando a proposta de Otoni, solicitava ao Príncipe Regente a eleição de deputados por comarca (e não mais por província). Argumentava que era esse

o único meio de se evitar a desconfiança da reação de votos, que tanto nos consterna, de se evitarem as grandes despesas que fazem os Eleitores nas longas viagens, e satisfazer-se o povo vendo nomeados pela sua comarca deputados do seu conhecimento, e da sua confiança, e fazerem-se as eleições com mais prontidão.¹⁰

A solicitação da Câmara da Vila do Príncipe foi apenas em parte atendida. O processo eleitoral, já naquelas eleições de 1822, foi simplificado pela legislação, que se encarregou também de descentralizá-lo, por meio da criação de colégios eleitorais em diversos pontos das províncias, onde os eleitores deveriam prestar seus votos para deputados (eliminando assim a necessidade de eleger, como em 1821, eleitores de comarcas – os quais, reunidos na capital provincial, haviam elegido os deputados às Cortes). Assim, passaram a ser remetidas as atas dos colégios, e não mais os eleitores, para as capitais provinciais – onde era realizada a apuração final dos votos. Se, por um lado, o sistema eleitoral havia sido simplificado, por outro, o sistema representativo continuaria inalterado – bem como o problema da competição entre as localidades na composição das bancadas provinciais – até a Lei dos Círculos, de 1855.

⁸ *As Câmaras Municipais e a Independência*. Conselho Federal de Cultura, Arquivo Nacional, 1973, p.379.

⁹ Vide Afonso Arinos de Melo Franco, *Um Estadista da República (Afrânio de Melo Franco e seu tempo)*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977, p.116, e Revista do Arquivo Público Mineiro, vol.III, p.288.

¹⁰ *As Câmaras Municipais e a Independência*, *op. cit.*, p.380.

Nesse sentido, significativa foi a competição intra-provincial em Minas Gerais, a mais populosa do Império e, conseqüentemente, com representação mais numerosa na Assembléia Geral. Dona de uma bancada de vinte deputados gerais e dez senadores – o que lhe conferia cerca de 20% dos assentos no parlamento nacional após a instalação da Assembléia Geral em 1826 –, a província, a fim de se fazer ouvida, dando sua contribuição para a composição do Estado e da Nação em curso no parlamento, elegia seus porta-vozes, capazes de, no caso de agirem de maneira conjunta e coordenada, exercer forte influência sobre os rumos dos acontecimentos políticos nacionais. Essa força política, vista como ameaça por parlamentares de outras províncias (como foi o caso do deputado sergipano Barros Pimentel, que, em discurso de 18 de Março de 1843, via Minas como “um espantalho para o Governo”), sofreu diversas tentativas de fragmentação: somente durante o Império, tentou-se, na Assembléia Geral, dividir Minas em, pelo menos, dez ocasiões (1830, 1843, 1853, 1854, 1858, 1862, 1868, 1873, 1875 e 1884). Tais tentativas, algumas inclusive da parte de parlamentares mineiros, merecem um estudo à parte. Elas, no entanto, são aqui mencionadas apenas a título de exemplo de que, na província (e não se trata de um fenômeno exclusivamente mineiro), havia tanto forças centrífugas quanto centrípetas, forças que disputavam nas urnas o poder de voz, fosse para o comando, ou para o protesto, saindo de um mosaico (o provincial) para outro (o nacional).

Tais considerações suscitam importantes questionamentos acerca não só da evolução dos sistemas representativo, eleitoral e partidário no Brasil, mas também do próprio processo de construção do Estado nacional nas províncias (e, simultaneamente, do impacto desse construto sobre as identidades provinciais). O presente estudo surgiu de uma tentativa de se entender esse problema historiográfico.

O projeto original, de que o trabalho aqui apresentado é resultado, foi inicialmente tão ambicioso que, por não se sustentar, precisou ser modificado diversas vezes. Propunha-se a realização de um estudo sincrônico e diacrônico, envolvendo três províncias vizinhas (Minas Gerais, São Paulo, e Rio de Janeiro). A idéia era comparar as eleições realizadas para as cinco primeiras legislaturas da Assembléia Geral do Império (1824, 1828, 1833, 1836 e 1840), tendo como marco inicial a adoção do Projeto Constitucional do Conselho de Estado, e como marco final a última eleição antes da conflagração do movimento armado que assolou essas três províncias em 1842. A dificuldade em se obter dados para São Paulo e Rio de Janeiro acabaram por circunscrever a pesquisa ao território mineiro, em que a documentação se mostrou mais abundante.

Diante da necessidade de se reformular o projeto, e por se tentar compensar as restrições geográficas com uma maior amplitude temporal, pensou-se então numa ampliação de suas balizas: o estudo começaria com as eleições para as Cortes de Lisboa (1821) e se encerraria com as últimas eleições antes de ser adotado no Brasil o voto distrital (1852). A idéia era fazer um estudo diacrônico das representações mineiras nas sucessivas assembleias que, desde a eclosão da Revolução Liberal em 1820, tiveram a pretensão de sintetizar a Nação e modelar o Estado. Com tal propósito em vista, assimilou-se uma extensa bibliografia e, sobretudo, documentação primária.

Pretendia-se comparar (o que, de fato, foi feito) os perfis dos principais envolvidos nos embates eleitorais ocorridos na província mineira no período inicialmente delineado. Mais que uma mera análise nominal, desejava-se realizar uma análise prosopográfica (uma biografia coletiva de um corpus ou de um grupo de pessoas, com o estabelecimento e o cruzamento de notícias individuais); uma análise comparativa (em termos geracionais, geográficos, e partidários) dos perfis sócio-econômico-culturais, ao longo das diferentes

eleições, a fim de identificar se existia ou não homogeneidade (e continuidade) nas representações enviadas pelo eleitorado mineiro à Assembléia Geral do Império.

Montou-se, então, um banco de dados biográficos. Utilizou-se de uma vasta bibliografia já existente, que foi completada, em alguns pontos, por pesquisas junto a diversos arquivos, públicos e particulares. Os dados levados em conta no estudo analítico-comparativo foram: faixa etária dos representantes quando da eleição em que seus nomes foram sufragados; procedência geográfica; experiência legislativa prévia (em nível municipal, provincial e nacional); formação intelectual (local e nível de estudos); atividade profissional; vínculos parentais e políticos (incluída, quando possível a identificação, a participação em sociedades políticas); posse ou não de título nobiliárquico; e participação na administração pública. Parte desses dados se encontrou em fontes secundárias (estudos biográficos ou históricos diversos), mas, para grande parte, precisou-se recorrer, sobretudo, ao Arquivo Público Mineiro (listas da Guarda Nacional, mapas populacionais com listas de escravos); ao Arquivo Diocesano de Mariana (processos *De Genere et Moribus*), ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo (especialmente as habilitações para a magistratura e ordens militares-religiosas); ao Arquivo da Universidade de Coimbra (matrículas dos alunos, certidões de idade); ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (pedidos de mercê, matrículas de comerciantes); e à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (documentos biográficos diversos). Outra importante fonte de informações foi a imprensa periódica da época.

O estudo prosopográfico realizado procurou contemplar apenas os nomes com votação substantiva nos pleitos eleitorais estudados que visassem eleger deputados e senadores. A partir das atas eleitorais, procurou-se entender a distribuição geográfica dos votos e a estabilidade, renovabilidade e inclusividade dos partidos políticos, bem como seus perfis regionais.

Buscou-se acompanhar não só as trajetórias dos representantes eleitos antes de terem seus nomes sufragados para a Assembléia Geral, mas também depois: foram compilados discursos, cartas, artigos, etc.

A quantidade de dados que se acumulou, como era de se esperar, foi gigantesca. Percebeu-se, então, que se havia reunido material bastante não para uma única tese de doutorado, mas para, pelo menos, três.

Foi preciso, então, repensar o caminho a ser corrido. Ou, melhor dizendo, a extensão a ser percorrida. Tornava-se irrealizável, em função dos prazos acadêmicos, o trabalho inicialmente proposto.

Diversos contratempos vieram prejudicar a evolução da tese, que, já num estágio bastante avançado, carecia de uma urgente reformulação. O mais grave e triste deles foi o falecimento do Prof. Dr. István Jancsó, que então me orientava na preparação dessa tese. Sua morte, que havia sido precedida por um longo período de internação hospitalar, foi, em vários sentidos, uma grande perda para mim e para a pesquisa que eu vinha então realizando.

Nessa fase final, com a ajuda dos amigos, sobretudo do Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta, que me tomou sob sua orientação, pude fazer os últimos ajustes, sacrifiquei partes que já estavam prontas e me são muito caras, mas que, em razão dos prazos acadêmicos, não poderiam ser assimiladas ao texto aqui apresentado.

O presente estudo representa pouco menos de um terço do material acumulado. Muitos outros capítulos, previstos para compor essa tese, foram excluídos, por estarem apenas parcialmente escritos ou ainda em forma de rascunho ou esboço. Serão desenvolvidos futuramente, em outros trabalhos.

Parte-se aqui da tese de que as províncias e as câmaras da Assembléia Geral, criadas pela Constituição do Império, tal qual a Nação que se desejava configurar, eram também mosaicos: a nova ordem a ser estabelecida no nascente Império vinha sendo esboçada, como bem notaram Istvan Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta, “com base em interesses individuais e coletivos muito reais, palpáveis e, sobretudo, díspares”. As múltiplas identidades políticas expressavam, cada qual “trajetórias coletivas que, reconhecendo-se particulares, baliza[va]m alternativas de seu futuro. Essas identidades políticas coletivas sintetizavam, cada qual à sua maneira, o passado, o presente, e o futuro das comunidades humanas em cujo interior eram engendradas, cujas organicidades expressavam e cujos futuros projetavam”.¹¹

Que impacto teve, pois, a Constituição outorgada pelo Imperador nas identidades e projetos políticos do nascente Império do Brasil? Como se configuraram, regionalmente, as forças políticas? Quais identidades assumiram? Que passado, presente, e futuro procuraram (e conseguiram) essas identidades sintetizar? Quais eram os confrontantes nos quais essas identidades se espelhavam?

A fim de responder essas perguntas, procurou-se acompanhar o surgimento, o desenvolvimento, e a tentativa de perpetuação no tempo dos grupos políticos que, disputando os assentos da Assembléia Geral, desejavam moldar Estado e Nação conforme seus interesses. Escolheu-se, como baliza inicial para este estudo, as eleições para a Primeira Legislatura da Assembléia Geral (as primeiras a serem realizadas sob a égide da Constituição outorgada pelo Imperador), e, como marco final, as eleições para a Segunda Legislatura. Entrementes, procurou acompanhar-se a evolução das coalizões e colisões de interesse, manifestos na Assembléia Geral e na imprensa.

Como os assentos na Assembléia Geral eram ocupados segundo critérios geográficos, aos quais estavam submetidos tanto o nascimento, como a perpetuação das forças políticas na

¹¹ JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. *Revista de História das Ideias (Coimbra)*, Coimbra, v. 21, p.392

Assembléia Geral, escolheu-se o território da Província de Minas Gerais, umas das diversas peças do mosaico nacional, a fim de se compreender a maneira pela qual, por meio das eleições, se buscou sintetizar não só a diversidade regional, mas também a multiplicidade de identidades políticas então existentes.

Breve balanço historiográfico

A partir da virada do século XVIII para o XIX, o parlamento assumiu um papel de destaque no processo de formação das identidades e instituições políticas, a partir das quais Estados e Nações vem sendo compostos. Não é de se admirar que, tendo servido a experiência política inglesa como paradigma para o Ocidente (direta ou indiretamente, haja vista que ela foi também filtrada pela experiência republicana anglo-americana e por escritores franceses anglófilos, dentre os quais se destaca Montesquieu), seja justamente na literatura anglófona que se encontram a maioria dos títulos que abordam o papel dos parlamentos na cultura política ocidental. Preocuparam-se com o assunto, desde autores como o polêmico historiador e filósofo inglês Goldsworthy Lowes Dickinson, que, em 1895, publicou sua análise da evolução do parlamento na cultura política do século XIX, *The Development Of Parliament During The Nineteenth Century*, a autores como historiador e jurisfilósofo australiano Jeffrey Goldsworthy, que, em 2001, publicou a obra *The Sovereignty of Parliament: History and Philosophy*, na qual aborda histórica e filosoficamente a questão da soberania do parlamento na formação político-institucional inglesa.

Dentre as várias opções que o estudo da história dos sistemas representativos nos oferece, há a questão dos sistemas eleitorais, que podem ter um enfoque sincrônico (como o da Ciência Política) ou diacrônico (como o da História Política). Raros são os casos em que há uma combinação desses dois enfoques, como na obra *A Short History of Electoral Systems in Western Europe*, do historiador inglês Andrew McLaren Carstairs, publicado em 1980, e em

Liberalism in Nineteenth Century Europe: The Political Culture of Limited Suffrage, do norte-americano Alan Kahan, publicado em 2003, que estuda a evolução, ao longo do século XIX, dos debates parlamentares – na Inglaterra, França e Alemanha – sobre o direito ao voto.

Com o enfoque diacrônico da História Política, especificamente sobre o sistema eleitoral inglês, foram publicados, entre outros, *Voters, Patrons, and Parties: The Unreformed Electoral System of Hanoverian England 1734-1832*, de Frank O’Gorman, de 1989, e *Proportional Representation: Critics of the British Electoral System 1820-1945*, de Jenifer Hart, de 1992; e o trabalho de Colin Rallings, em parceria com Michael Thrasher, *British Electoral Facts, 1832-1999*, de 2000. Sobre a Escócia, publicou Michael Dyer, em 1996, o livro *Men of Property and Intelligence: The Scottish Electoral System Prior to 1884*. As experiências francesas no âmbito dos sistemas constitucional, representativo e eleitoral, nos séculos XVIII e XIX, tão importantes para a composição do paradigma parlamentar ocidental, mereceram também diversos estudos. Especificamente sobre a evolução do sistema eleitoral francês, trataram obras tais como a de Peter Campbell, que, em 1989, publicou *French Electoral Systems and Elections since 1789*; a de Malcolm Crook, de 2002, *Elections in the French Revolution: an Apprenticeship in Democracy, 1789-1799*; e a organizada por Gail Schwab, em parceria com John Jeanneney, de 1995, intitulada *The French Revolution of 1789 and Its Impact* (parte integrante da série *Contributions to the Study of World History*), na qual merecem destaque o capítulo 18, “The Rights of Man and the Right to Vote: The Franchise Question During the French Revolution”, de Malcolm Crook, e o capítulo 19, “Aux Urnes, Citoyens! The Transformation of French Electoral Participation (1789-1870)”, de Melvin Edelstein.¹²

¹² Entre os outros sistemas eleitorais europeus do período, destaco ainda o alemão, estudado por Oskar Krejci, autor de *History of Elections in Bohemia and Moravia*, de 1995; Margaret Lavinia Anderson, autora de *Practicing Democracy: Elections and Political Culture in Imperial Germany*, de 2000; e Jonathan Sperber, autor de *The Kaiser's Voters: Electors And Elections in Imperial Germany*, de 2005; o polonês, estudado pelo historiador Jacek Jedruch, que apresentou um estudo à Comissão Internacional para a História das Assembléias dos Estados, publicado em 1998 com o título *Constitutions, Elections, and Legislatures of Poland, 1493-1993: A*

Sobre as eleições e o sistema eleitoral dos Estados Unidos da América, destacam-se a obra de Paul Kleppner, de 1981, intitulada *The Evolution of American Electoral Systems* (parte da série *Contributions in American History*), de caráter sintético-analítico, e a obra de Michael Dubin, *United States Congressional Elections, 1788-1997*, de 2003, que reuniu todos os resultados das cento e cinquenta eleições nacionais para o Congresso dos Estados Unidos da América (são apresentados, em outros dois volumes, os resultados das eleições para presidente e governador). Elucidativas são as considerações feitas por Rosemarie Zagarri, em seu livro *The Politics of Size: Representation in the United States (1776-1850)*, de 1988, em que analisa o desafio enfrentado pelos norte-americanos de expandirem o governo representativo por um extenso território (sendo a Constituição e as instituições políticas norte-americanas influenciadas, segundo a autora, pela noção espacial de seus legisladores); e as de Chilton Williamson, em *American Suffrage: From Property to Democracy (1760-1860)*, de 1960, em que analisa o processo de ampliação da participação política pela gradativa universalização do sufrágio nos Estados Unidos da América. Analisam também esse período autores como Richard Bessel, autor de *The American Ballot Box in the Mid-Nineteenth Century*, de 2004, e a dupla Glenn Altschuler e Stuart Blumin, organizadores da obra *Rude Republic: Americans and Their Politics in the Nineteenth Century*, de 2001.

Na literatura ibero-americana, merece destaque a obra organizada pelo historiador croata Antonio Annino, *Historia de las Elecciones en Iberoamérica, Siglo XIX: de la formación del espacio político nacional*, de 1995, que busca romper com a *leyenda negra* segundo a qual a experiência política ibero-americana no campo da democracia representativa foi fundamentalmente um fracasso (auto-flagelação historiográfica resultante da excessiva idealização e ignorância da prática política em outros países: daí a necessidade de se unir ao enfoque diacrônico da História Política o sincrônico da Política Comparada), permitindo uma

Guide to Their History; e o caso dos países nórdicos, estudado pela dupla Bernard Grofman e Arend Lijphart, que, em 2002, publicou *The Evolution of Electoral and Party Systems in the Nordic Countries*.

visão geral dos sistemas e processos eleitorais por meio do estudo de casos específicos, a cargo de diversos autores. Na mesma linha está a obra organizada por Hilda Sabato, *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*, de 1999, que também analisa os processos políticos, inclusive os eleitorais, na América Latina do século XIX.¹³ Nessas duas obras, há capítulos dedicados ao Brasil.¹⁴

No caso do sistema eleitoral brasileiro, há de se levar em conta que, além dos modelos da Inglaterra, França e Estados Unidos, e antes que o esfacelamento da América Hispânica transformasse o *republicanismo* no espantinho do projetado império brasileiro, houve sobre os liberais luso-europeus e americanos de 1820 a influência do modelo espanhol da Constituição de Cádiz, aproveitado quando da eleição dos deputados às Cortes de Lisboa.¹⁵ A insatisfação

¹³ Sobre a América Latina, ver também: PELOSO, Vincent; TENENBAUM, Barbara (ed.). *Liberals, Politics and Power: State Formation in Nineteenth-Century Latin America*. Athens: University of Georgia Press, 1996. Especificamente sobre o Peru, existem as obras de CHAMBERS, S. *From Subjects to Citizens: Honor, Gender, and Politics in Arequipa, Perú (1780-1854)*. Philadelphia: Pennsylvania University Press, 1999; e de WALKER, C. *Smoldering Ashes: Cuzco and the Creation of Republican Peru, 1780-1840*. Durham: Duke University Press, 1999; e a de SOLDEVILLA, Fernando Tuesta. *Peru Politico En Cifras: 1821-2001*. Lima: Fundación Friedrich Ebert, 2001. Sobre a Bolívia, a de IRUROZQUI, M. *“A bala, piedra y palo”*: La construcción de la ciudadanía política en Bolivia (1826-1952). Sevilla: Diputación de Sevilla, 2000. O México foi estudado por Eduardo Castellanos Hernandez, *Formas de Gobierno y Sistemas Electorales en México*, México: Centro de Investigación Científica Ing. Jorge L. Tamayo, 1997. Sobre a Colômbia, Óscar Delgado Sánchez escreveu “Historia de los sistemas electorales en Colombia: 1821-2002”. *Estudios Socio-Jurídicos*, No. 2, octubre de 2002, pp. 67-129. O Chile foi estudado por Germán Urzúa Valenzuela, *Historia política de Chile y su evolución electoral: Desde 1812 a 1992*, Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 1992; por Patricio Navia, “La transformación de votos en escaños: leyes electorales en Chile, 1833-2004”, *Política y gobierno*, Volumen XII, Num 2, II semestre de 2005, pp. 233-276; e por Gabriel Marcella, *The Structure of Politics in Nineteenth-Century Spanish America: the Chilean Oligarchy, 1833-1891*, Ann Arbor: University of Michigan Press, s/d.

¹⁴ Na coletânea organizada por Annino, Richard Graham, profundamente inspirado por Raymundo Faoro e Vitor Nunes Leal, faz considerações gerais para o período posterior a 1840, no capítulo “Formando un gobierno central: las elecciones y el orden monárquico en el Brasil del siglo XIX”; Lúcia Maria Bastos P. Neves comenta o período compreendido entre 1820 e 1823, retomando uma abordagem já utilizada em outras publicações suas, no capítulo “Las elecciones en la construcción del imperio brasileño: los límites de una nueva práctica de la cultura política”; e Marianne L. Wiesebron, no capítulo “Elecciones en el Brasil 1880-1900: Bom Jardim y Afogados da Ingazeira (Pernambuco). Relación del poder local con el poder estatal”, faz um estudo sobre localidades pernambucanas na transição do Império para a República. Na coletânea de Sabato, José Murilo de Carvalho, no capítulo “Dimensiones de la ciudadanía en el Brasil del siglo XIX” faz uma reflexão de longa duração, sintetizando em poucas páginas as práticas políticas brasileiras do século XIX (sobretudo o período do Segundo Reinado, ao qual se referem a maioria dos dados por ele utilizadas); e Richard Graham, também fazendo reflexões genéricas sobre o Brasil oitocentista, contrapõe o que define como liberalismo e Antigo Regime corporativista no capítulo “Ciudadanía y jerarquía en el Brasil esclavista”.

¹⁵ Sobre o assunto, destaco Pilar Chávarri Sidera [*Las elecciones de diputados a las cortes generales y extraordinarias, 1810-1813*. Cádiz: Centro de Estudios Constitucionales, 1988], que estuda as eleições para as Cortes da Espanha, e Fernando Piteira Santos [*Geografia e Economia da Revolução de 1820*, 1980], que estuda a representação peninsular nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, mas não as eleições propriamente ditas. Maria Cândida Proença [*A Primeira Regeneração. O Conceito e a Experiência Nacional (1820-1823)*, 1990] estuda o conceito de regeneração do movimento vintista, dando especial ênfase ao papel do

com o sistema representativo, tal qual organizado em Lisboa, desencadeou, no entanto, os debates acerca da necessidade de um corpo legislativo no Brasil. O sistema eleitoral foi simultaneamente questionado e alterado: para as eleições dos Procuradores de Província, simplificou-se a legislação eleitoral usada para escolha dos deputados às Cortes e, para a Assembléia Geral do Brasil (convocada antes da dissolução do Reino Unido), foram expedidas as Instruções de 19 de Junho de 1822 (que serviram de base para as Instruções de 26 de Março de 1824).¹⁶

Poucos estudos sistemáticos sobre o processo eleitoral no Brasil do século XIX foram realizados até hoje, embora o processo de composição do Estado e da Nação brasileiros tenha suscitado não poucos estudos, despertando um crescente interesse pela vida política do Brasil desse período.¹⁷ Há, contudo, uma extensa lista de obras que tangenciam o assunto. De forma geral, os historiadores tendem a repetir as considerações feitas por políticos do Império nas tribunas da Assembléia Geral ou nos jornais de seus respectivos partidos, onde o tom crítico tem mais de panfletário do que propriamente de científico. Das obras que tratam especificamente do fenômeno eleitoral no século XIX, uma das mais usadas pelos historiadores é a obra *O Sistema Eleitoral no Império*, de Francisco Belizario Soares de Souza, inicialmente publicada na forma de artigos, nas colunas do jornal *Diario*, do Rio de

parlamento, mas não é preocupação sua estudar as eleições ou a representação dela resultante. Sobre os representantes brasileiros nas Cortes do Reino Unido, Francisco Adolfo Varnhagen [*História da Independência do Brasil*, durante muito tempo inédita até sua publicação póstuma em 1916], Manuel Emílio Gomes de Carvalho [*Os deputados brasileiros nas Cortes de Lisboa*, 1912], Fernando Tomaz [“Brasileiros nas Cortes Constituintes de 1821-1822”, in: Carlos Guilherme da Mota, *1822 – Dimensões*, 1986], e Marcia Regina Berbel [*A Nação como Artefato*, 1999] estudaram a atuação da representação brasileira nas Cortes, mas a questão das eleições e da representação delas resultante são apenas tangenciadas nesses estudos.

¹⁶ O *Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império Brasil* foi publicado pelo Senado Federal em edição fac-similar, em três volumes, havendo merecido importante estudo de José Honório Rodrigues, em seu *A Assembléia Constituinte de 1823*, publicado quando do Sesquicentenário da Instalação do Poder Legislativo no Brasil. O processo eleitoral para a Constituinte, no entanto, não é objeto da preocupação do autor. O tema passou relativamente despercebido pela historiografia, sendo rara exceção o estudo de Antônio de Toledo Piza, “A eleição da Assembléia Constituinte”, que trata especificamente das eleições em São Paulo, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, n.10, p.203.

¹⁷ Para uma relação de autores que tratam do tema, vide: PIMENTA, João Paulo Garrido. “A independência do Brasil: um balanço da produção historiográfica recente”, in: CHUST, Manuel; SERRANO, José Antonio (org.). *Debates sobre las independencias iberoamericanas*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2007, pp. 143-158; e COSTA, Wilma Peres. “A Independência na Historiografia”, in: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

Janeiro, em 1872, sendo parte do trabalho do autor, então deputado geral pela Província do Rio de Janeiro, em prol de uma reforma do sistema eleitoral do Império. O autor, no entanto, limitou-se a analisar a evolução da legislação eleitoral, pouco se detendo nos resultados eleitorais propriamente ditos (e, quando o fez, foi mais para ilustrar os casos excepcionais: os abusos eleitorais que cada reforma buscou coibir, aos quais o autor não poupou críticas). Pouco ou nenhum acréscimo trouxeram as obras posteriores à análise feita por Soares de Souza sobre os pleitos eleitorais no Brasil imperial, limitando-se a historiografia, de uma forma geral, a repeti-lo.

Outras obras politicamente engajadas, embora de caráter mais doutrinário que propriamente historiográfico, foram as de José de Alencar, *Ao Povo – Cartas de Erasmo* (1866), *Ao Imperador – Novas Cartas Políticas de Erasmo* (1867), *Systema Representativo* (1868), e *Reforma Eleitoral* (1874). Suas críticas também encontraram eco na historiografia.

Muito importante para a reflexão sobre a evolução da legislação eleitoral brasileira do século XIX é a coletânea organizada pelo então diretor da Secretaria da Câmara dos Deputados, Antonio Pereira Pinto, referente às tentativas de reforma eleitoral propostas no parlamento imperial, desde sua instalação em 1826 até o momento em que foi composta a obra: *Reforma Eleitoral* (1875). Ela, no entanto, furta-se à análise crítica. O contrário faz o *Estudo sobre o voto e a eleição*, de João Pedro da Veiga Filho, publicado em 1885, porém pouco conhecido.

São também importantes sínteses da história do sistema eleitoral brasileiro (merecendo, por isso, destaque): o escrito de Tavares de Lyra, “Regime Eleitoral, 1821-1921”, de 1921; as obras de Manoel Rodrigues Ferreira, *História dos Sistemas Eleitorais Brasileiros*, de 1976, e *A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro*, de 2001 (republicado com alterações em 2005); o livro do Pe. José Carlos Brandi Aleixo, *O Voto do analfabeto*, de 1982; a tese de doutorado de Hercidia Facuri Coelho Lambert, apresentada à Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, *Construção da Ordem Burocrática Imperial: as eleições através dos relatórios do Ministério do Império*, de 1986; a dissertação de mestrado de Hilda Soares Braga, *Sistemas Eleitorais do Brasil, 1821-1988*, apresentada em 1989 ao Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília; as obras de Walter Costa Porto, *O Voto no Brasil – da Colônia à Quinta República*, de 1989 (republicado, com acréscimos, em 2002), e *A Mentirosa Urna*, de 2004; e *Legislação Eleitoral do Brasil – do século XVI a nossos dias*, de 1996, escrito por Walter Costa Porto e Nelson Jobim. Outro que estudou tanto as vias formais, quanto as informais da participação popular no Brasil do século XIX, foi José Murilo de Carvalho, em diversos trabalhos, com destaque para a obra *Desenvolvimiento de la ciudadanía en Brasil*, de 1995. Também merecem destaque a obra de brasilianistas tais como Richard Graham e Judy Bieber. Esta, em seu estudo *Power, patronage and political violence: state building on a Brazilian frontier, 1822-1889*, procura esmiuçar os meandros da política no sertão de Minas Gerais; enquanto Graham, em seu *Patronage and Politics in Nineteenth-Century Brazil*, concentra-se nas práticas políticas do período posterior a 1840, profundamente inspirado pelas obras de Vitor Nunes Leal e Raymundo Faoro. Tais obras, cada qual com seu respectivo mérito, têm por fontes primárias, sobretudo, a legislação eleitoral e os relatórios ministeriais referentes às eleições: não contemplam, todavia, o importante universo documental representado pelas atas eleitorais – parciais e gerais – das províncias do Império.

A não utilização dessas atas eleitorais, a excessiva confiança depositada em textos politicamente engajados, e a generalização (no tempo e no espaço) de práticas por vezes proibidas pela legislação e/ou pela moral então em vigor e denunciadas para que não voltassem a se repetir, tudo isso contribuiu para a construção de uma *leyenda negra* – na qual se sustenta determinada corrente historiográfica. Segundo ela, no Brasil do século XIX, as eleições não passaram de “uma comédia, onde a opressão das classes miseráveis do interior e

a violência da autoridade leva[va]m aos pés da Coroa números e nomes, todos tão falsos como o gesto de depor nas urnas cativas o voto escravizado”, sendo “o eleitorado obediente ao governo, qualquer que fosse este”.¹⁸ Semelhante proposição é tributária de uma tradição crítica que pode ser muito bem ilustrada pelo célebre discurso do *sorites*, proferido aos 17 de Julho de 1868 no Senado do Império por José Thomaz Nabuco de Araújo. Segundo esse, “o direito de fazer política sem a intervenção nacional, o direito de substituir situações como lhe aprouver”, conferido à Coroa pela Constituição do Império, caracterizava “uma farsa, um verdadeiro absolutismo, no estado em que se acha[va]m as eleições no nosso país”. A seus olhos, era esse o “*sorites fatal*, este *sorites* que acaba com a existência do sistema representativo: o Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí o sistema representativo do nosso país!”.¹⁹ Ora, deslocada a polêmica política de seu contexto histórico, generalizando-se no tempo e no espaço situações circunscritas a determinados períodos e regiões, aceita incondicionalmente a premissa da *falsidade intrínseca da representação nacional sob o regime monárquico*, levados ao pé da letra os arroubos retóricos de agentes políticos engajados numa determinada causa, perde-se completamente de vista a pluralidade de idéias e sentimentos, bem como a complexidade dos entrelaçamentos psicossociais e político-econômicos de uma sociedade dinâmica que buscava se articular politicamente, como é o caso da sociedade brasileira oitocentista.

Das obras que tangenciam o assunto das eleições no Brasil oitocentista, há uma lista enorme de títulos. No que diz respeito à memória do Legislativo brasileiro, são pioneiras as obras *Estadistas e Parlamentares*, de Pedro Eunápio da Silva Deiró, de 1883; *A história das*

¹⁸ Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*, 3ª ed., São Paulo: Globo, 2001, p.391. Faz-se aí uma espécie de inversão daquilo que Gilberto Amado disse sobre a Primeira República: “as eleições eram falsas, mas a representação verdadeira”. Na perspectiva faoriana, ainda quando verdadeiras as eleições, a representação continuava falsa, pois a falsidade era sistêmica, intrínseca à organização político-institucional do Império. Esse argumento era usado pelos republicanos anti-monarquistas durante o regime da Constituição de 1824, como se verá ao longo desta tese.

¹⁹ Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, 5ª. ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, vol.I, pp.762-768.

dissoluções da Câmara dos Deputados, de Antônio Alves de Souza Carvalho (Visconde de Souza Carvalho), de 1885; e *Notícia dos Senadores do Império do Brasil*, publicado em 1886 pelo Senado do Império – e utilizada por Afonso E. Taunay, que ampliou a lista de senadores até 1889, em seu *O Senado do Império*, publicado pela primeira vez em 1941 (Taunay publicou ainda, em 1950, *A Câmara dos Deputados sob o Império*). Digno de nota é também o livro *Instituições Políticas do Império*, reedição feita em 1979 pelo Senado Federal de dois artigos publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ambos da autoria de Carlos Tavares de Lyra, a saber: “A Presidência e os Presidentes do Conselho de Ministros do Segundo Reinado”, de 1923, e “Os Ministros de Estado da Independência à República”, de 1946. São desse mesmo autor o artigo, também publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, de 1926, “O Centenário do Senado Brasileiro”. Destaque-se também o artigo “O Conselho de Estado”, publicado nos *Anais do 2º Congresso de História Nacional*, em 1934 – equivalente ao livro *O Conselho de Estado*, publicado em 1965, de João Camillo de Oliveira Torres. Tavares de Lyra escreveu também a obra *Presidentes da Câmara dos Deputados durante o Império: 1826 a 1889*. Rui Vieira da Cunha publicou seu *O Parlamento e a nobreza brasileira*, editado pelo Senado Federal em 1979.

Sobre os parlamentares brasileiros, há a obra *Parlamentares do Império*, publicada em 1973 pelo Senado Federal, de autoria de Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo, na qual é feita uma relação nominal de todos os parlamentares do Império, porém sem grande profundidade analítica, remetendo o leitor, em alguns verbetes, a outras obras, porém deixando muitos nomes sem maiores informações. O contrário acontece com a obra de José Murilo de Carvalho, originalmente sua tese de doutorado defendida em 1974 na Stanford University, publicada em duas partes no Brasil (a primeira em 1980 e a segunda em 1988, reunidas e republicadas num mesmo volume em 1996, com reedições), *A construção da ordem: a elite imperial. Teatro das sombras: a política imperial*, que se dedica a uma análise

dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como do Conselho de Estado. Em 1986, foi publicado pelo Senado Federal o *Catálogo Biográfico dos Senadores Brasileiros, de 1826 a 1986*, concebido, coordenado, organizado e editorado por Leonardo Leite Neto, bem mais completo que a obra de Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo (que lhe serviu de base), embora deixando de lado muitos dos parlamentares que não foram senadores e, em alguns casos, apresentando graves erros. Nesse trabalho, além das posições políticas dos senadores arrolados em alguns momentos importantes da vida política nacional, constam também breves referências familiares. Para o período das Cortes de Lisboa, há o trabalho pioneiro dirigido por Zília Osório de Castro e coordenado por Isabel Cluny e Sara Marques Pereira, *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*: dois volumes repletos de verbetes biográficos, entre os quais aparecem os deputados brasileiros às Cortes de Lisboa.

O livro *Presidentes do Senado do Império*, de Carlos Eduardo Barata, além das biografias, traz também importantes informações genealógicas, mais específicas que sua outra obra, de caráter genérico, porém com alguns dados úteis ao trabalho aqui proposto, *Dicionário das Famílias Brasileiras*, em dois volumes, cada um com dois tomos. Tais informações contribuem bastante para a compreensão da ancestralidade e abrangência das redes clientelares. Para a genealogia dos parlamentares mineiros, pode-se contar com os estudos clássicos do Cônego Raymundo Trindade, *Velhos Troncos Mineiros* (três volumes), *Velhos Troncos Ouropretanos*, e *Genealogias da Zona do Carmo*; de Oswaldo Resende, *Genealogia de tradicionais famílias mineiras*; e do Monsenhor Lefort, *Famílias campanhenses - dados genealógicos*. Para os que tiveram ramificações familiares em São Paulo, tem-se o clássico *Genealogia Paulistana*, de Luiz Gonzaga da Silva Leme, publicado em nove volumes de 1903 a 1905, reunido e republicado em formato digital em 2002 pela genealogista Marta Amato, com muitas referências a parlamentares mineiros, paulistas e fluminenses.

Com um enfoque mais provincial, porém com informações biográficas de alguns parlamentares mineiros, figuram as obras *Memórias do Distrito Diamantino*, de Joaquim Felício dos Santos, de 1868; *Ephemerides Mineiras*, de José Pedro Xavier da Veiga, de 1897; *Clero Mineiro*, de Furtado de Menezes, de 1933; *Campanha da Princeza*, de Alfredo Valladão, de 1937; *Figuras da Província*, de João Dornas Filho, de 1949; *História de Minas Gerais*, de João Camillo de Oliveira Torres, de 1961-1962.

Do ponto de vista biográfico, além das obras (livros e artigos) que, em linhas gerais (e geralmente em tom laudatório, porém com alguns dados significativos), abordaram as trajetórias individuais dos parlamentares e estadistas brasileiros, figuram: *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, de Sebastião Augusto Sisson, publicado entre 1859 e 1861; *Dicionário Biográfico de Brasileiros Célebres*, de Manoel Francisco Dias da Silva, publicado em 1871; *Ano Biográfico Brasileiro*, publicado em 1876, de Joaquim Manuel de Macedo; *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, em sete volumes, publicados entre 1883 e 1902, de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake; *Brasileiros Ilustres*, publicado em 1909, de Pinheiro Chagas; *Biografias de Brasileiros Ilustres*, de Rafael Maria Galanti, publicado em 1911; e *Vultos do Império*, de Hélio Vianna, publicado em 1968. Voltada para os titulares do Império, porém figurando entre os mesmos alguns parlamentares, existe a obra dos Barões de Vasconcellos e Smith de Vasconcellos, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*, publicado em Lausanne em 1918, à qual Laurênio Lago fez seus “Acréscimos e Retificações ao Arquivo Nobiliárquico”, artigo publicado no *Anuário do Museu Imperial*, de 1954, sendo aquele revisto e completado por Carlos G. Rheingantz, em seu *Titulares do Império*, de 1960. As biografias escritas por Octávio Tarquínio de Sousa, *História dos Fundadores do Império do Brasil*, publicadas pela primeira vez entre 1957 e 1958, são também pontos de referência.

Indo além da simples biografia, a coleção *Formadores do Brasil*, organizada por José Murilo de Carvalho, sistematiza textos referentes à política, economia e sociedade de

importantes figuras do Império – algumas das quais foco do estudo aqui proposto. O desenvolvimento desse pensamento, bem como o de outras figuras não vislumbradas pela dita coleção, encontra-se também nos *Anais do Senado* e nos *Anais da Câmara dos Deputados* (ambos já digitalizados e disponibilizados ao público, via Internet, pelas respectivas Casas).

Por fim, além dos estudos de caráter sintético sobre o papel do parlamento na formação nacional (como os já citados trabalhos de Afonso Arinos de Melo Franco, Waldemar de Almeida Barbosa, e Vamireh Chacon), há também análises de grupos agindo dentro do Parlamento, tais como as edições feitas pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, em 1978, ambas com o mesmo nome, *O Clero no Parlamento Brasileiro* (cada uma das publicações concentrando-se respectivamente na Casa que o editou). João Pandiá Calógeras analisou, em seu livro, *A Política Exterior do Império*, bem como Amado Cervo o fez em seu *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Questões específicas foram abordadas em livros tais como *A Abolição no parlamento: 65 anos de luta (1823-1888)*, publicado pelo Senado Federal em 1988, e *Proposições legislativas sobre questões femininas no parlamento brasileiro, 1826-2004*, de 2005. Sobre a atuação dos grupos de interesses regionais no parlamento, merecem destaque os trabalhos de Miriam Dolhnikoff, que defendeu sua tese de Doutorado em História Econômica na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo no ano de 2000, intitulada *Construindo o Brasil: unidade nacional e pacto federativo nos projetos das elites (1820-1842)*, transformada no livro *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*, publicado em 2005.²⁰ Sobre a composição dos interesses e das identidades regionais, diversos trabalhos foram desenvolvidos no Projeto Temático *Fundação do Estado e da Nação: Brasil (c.1780-c.1850)*,

²⁰ Ver também, da mesma autora, “O poder provincial”, in: *Revista de História*, São Paulo, v. 122, p. 71-96, 1990; “O lugar das elites regionais”, in: *Revista da USP*, São Paulo, v. 58, p. 116-133, 2003; “A regionalização do jogo político: elites e poder legislativo no Brasil do século XIX”, *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 70, p. 33-50, 2004.

coordenado pelo Prof. Dr. István Jancsó²¹ – dentro do qual o projeto de pesquisa doutoral aqui apresentado foi desenvolvido.

Sirva essa breve síntese bibliográfica para ilustrar o leitor acerca das fontes secundárias disponíveis, quando do desenvolvimento desta pesquisa. Este não pretende ser um estudo da história da *história das eleições*, tampouco da história da *história dos partidos políticos brasileiros*. Se fosse esse o propósito, seria forçoso sacrificar a consulta a fontes primárias, tais como as atas dos colégios eleitorais, as atas das sessões da Assembléia Geral Legislativa do Império, para não dizer das correspondências particulares, a fim de concentrar-se no que se escreveu sobre elas (a lista seria muito maior do que a aqui apresentada e exigiria uma análise mais pormenorizada). Ainda que, nas disputas de poder que caracterizam a história política, muitas vezes as versões superem em importância os fatos, não se pretende fazer aqui um estudo dos construtos mentais que, *posteriores* aos fatos em questão, nem sempre com amparo *metodológico* (ou mesmo *factual*) – e muitas vezes com *fins políticos* – vêm sendo utilizados no tratamento de tais temas. *Reduzir* a história política à *mediação* das fontes secundárias é um *erro crasso*. Isso não significa dizer, todavia (que isso fique bem claro), que a própria produção historiográfica – e não só a documentação com que se trabalha – não deva ser submetida à crítica epistemológica e metodológica. Essa leitura crítica é indispensável ao ofício do historiador – que, não podendo jamais abrir mão de sua diligência pessoal, pode, contudo, beneficiar-se com o trabalho de pesquisa desenvolvido por seus colegas. Autocrítica, crítica das fontes, e da historiografia: sem essas três ferramentas, a busca pela verdade fica seriamente comprometida.²² Com o auxílio desse instrumental, pretende-se,

²¹ Destacam-se, entre outros, os projetos de Marcia Regina Berbel, *Pátria e Nação em Pernambuco (1817-1824)*; Denis Antonio de Mendonça Bernardes, *Crise, propriedade e identidades na transição do Antigo Regime para o Estado Nacional no Brasil: o caso de Pernambuco (1780-1831)*; Ana Rosa Cloquet da Silva, *Identidades em Construção: O processo de politização das identidades coletivas em Minas Gerais (1792-1831)*; César Guazzeli, *Rio Grande do Sul: 1811-1851*; André Roberto de Arruda Machado, *O Grão-Pará e o Império Brasileiro: 1823-1835*; e Miriam Dolhnikoff, *Elites regionais e representação parlamentar na construção do Estado nacional*.

²² Com relação à crítica historiográfica no Brasil, precursores foram autores tais como: Capistrano de Abreu (1878), Alcides Bezerra (1927), Sérgio Buarque de Holanda e Astrogildo Rodrigues de Mello (ambos em 1951), José Honório Rodrigues (um dos mais profícuos estudiosos a se debruçar sobre esse tema no Brasil, com uma

pois, estudar as eleições e as articulações políticas que, ao longo da 1ª Legislatura, serviram para preencher os assentos destinados à Província de Minas Gerais na Assembléia Geral do Império.

Alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos

Quem se dedica ao estudo da história, não importa qual o seu foco, precisa se cobrir de cautelas. Dizia o escritor britânico Leslie Poles Hartley que “o passado é um país estrangeiro: lá as coisas são feitas de outra maneira”.²³ Para quem se põe a estudar a história política, não medir o passado com os valores do presente (o que constitui anacronismo) é algo fundamental. Malgrado nossa busca por imparcialidade (a fim de não incorrerem num sectarismo voluntário), inda assim, por vezes, sem nos darmos conta, nós nos deixamos iludir pelos discursos politicamente orientados que nos servem de fontes (transformando-nos, assim, em panfletários involuntários e tardios das causas de outrem). Em outras ocasiões, com uma ingenuidade que nos é perniciosa ao extremo (por mais que, enfatuados, nós nos julguemos as mais astutas das criaturas), confiamos demasiadamente nas traduções disléxicas que nós mesmos fazemos de um vocabulário repleto de falsos cognatos: desempenhamos, assim, o

produção que começa em 1965 e se conclui com uma publicação póstuma, de 1988), e Francisco Iglesias (com uma grande produção, também encerrada com uma publicação póstuma, de 2000), entre outros tantos. Da mesma forma como não se pretende aqui fazer um estudo da história da *história das eleições*, ou da história da *história dos partidos políticos brasileiros*, tampouco se tem a pretensão de fazer aqui a *crítica da crítica* (empreitada difícil e distinta da que aqui se apresenta): pretende-se apenas, a título de exemplo, mencionar algumas figuras luminares da historiografia brasileira. Vide: ABREU, João Capistrano de. “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro”, *Jornal do Comercio* (Rio), 16 e 20 de Dezembro de 1878; “Apenso sobre o Visconde de Porto Seguro”, *Gazeta de Notícias* (Rio), 21, 22 e 23 de Novembro de 1882. BEZERRA, Alcides. “Os Historiadores do Brasil no Século XIX”, in: *Separata do Relatório Anual da Diretoria do Arquivo Nacional* referente a 1926, Rio, 1927. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Correio da Manhã* (Rio), 15 de Junho de 1951. MELLO, Astrogildo Rodrigues de. “Os Estudos Históricos no Brasil”, in: *Revista de História*, n.o 6, 1951, pp.381-390. RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Editora Fulgor, 1965. RODRIGUES, José Honório. *Vida e História*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966. RODRIGUES, José Honório. *História e Historiografia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1970. RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil: sua evolução e problemas atuais*. (3ª ed.) São Paulo: Ed. Nacional, 1978. RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. (5ª ed.) São Paulo: Ed. Nacional, 1978. RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. (3 volumes) São Paulo: Ed. Nacional, 1978-1988. IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. Para as contribuições mais recentes ao debate historiográfico, vide FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. (6ª ed.) São Paulo: Contexto, 2005.

²³ HARTLEY, Leslie Poles. *The Go-Between*. Harmondsworth: Penguin Books, 1967.

infeliz papel de *traduttori traditori* (tradutores traidores), escapando-nos a essência daquilo que lemos em fontes primárias (ou mesmo secundárias). É preciso desconfiar de tudo o que diz respeito a essa terra estranha, à qual só nos é dado conhecer por intermédio de outros: as armadilhas se escondem sob o disfarce do óbvio.

Tais considerações se fazem necessárias para o entendimento do estudo aqui apresentado. Se certos conceitos, aqui utilizados, não forem devidamente esclarecidos, haverá quem possa enxergar gigantes onde há apenas moinhos de vento. Procurar-se-á, portanto, delimitar o sentido em que determinadas expressões serão aqui utilizadas (a saber: *partidos políticos e poderes constitucionais*).

De partidos e facções

Quando, aos 21 de Junho de 1867, instalou-se na Corte do Rio de Janeiro o *Centro da União Conservadora*, com a subsequente publicação de seus estatutos (que previam a criação de *Grêmios Conservadores* nas capitais provinciais, subordinados ao *Centro*, tendo por filiais *Juntas Conservadoras* nas cidades, vilas e arraiais), inaugurava o partido conservador uma forma de organização política que perdura até os dias de hoje.²⁴

A reação dos adversários do partido conservador a essa forma de organização política, que não era de todo inédita no Império, foi imediata. Um articulista do *Jornal do Commercio*, oculto sob o pseudônimo *Gracco*, comentou a decisão dos homens do partido conservador:

Um partido político com estatutos, como se fosse uma sociedade secreta! Esses senhores são refratários a toda a luz da teoria.

Não somos nós quem vai falar. Demos a palavra a um grande talento prático, a uma ilustração incontestada, a uma reputação européia, o Sr. Courcelle-Seneuil:

“Os partidos políticos”, diz este escritor, “apresentam agregações de indivíduos, menos estreitamente ligadas, porém mais vastas do que as sociedades secretas. Formam-se pela comunicação de homens que têm aspirações e tendências comuns, que sentem, pensam, deliberam, e algumas vezes obram juntamente, sem estarem unidos por nenhum contrato expresso e formal.”

²⁴ *Correio Mercantil*, apud *Constitucional* (44), 28/06/1867, p.4; *Correio Mercantil*, apud *Constitucional* (45), 06/07/1867, pp.2-3.

Eis aí o que é um partido político. Um partido, pois, que pretenda dirigir-se por um contrato expresso entre seus membros, redigido em forma de estatutos, é uma monstruosidade.²⁵

Talvez a *luz da teoria* houvesse comprometido a visão desse *preclaro* articulista quanto à *concretude da prática*: logo no ano seguinte, vendo o sucesso dos conservadores, seus adversários haveriam de se desavir, reunindo-se alguns no *Clube Radical* (que, em 1870, converter-se-ia no *Clube Republicano*), e os retardatários, rendidos, abandonariam as formulações teóricas importadas do estrangeiro (fonte de autoridade para alguns até os dias de hoje) e adotariam a forma organizativa de seus adversários, criando assim o *Centro Liberal* (com um estatuto que previa a criação de *Diretórios Provinciais*, submetidos ao *Centro*, e aos quais estariam filiados *Círculos Municipais* e *Círculos Paroquiais*). A partir de então, generalizou-se a *forma de organização política* que, até hoje, é considerada *sinônimo* de *partido político*.²⁶

A *concretude prática* da organização política que, a partir de 1867, os homens do partido conservador se propuseram a adotar no Brasil (malgrado a *luz da teoria* até então vigente) – e que foi, posteriormente, adotada por seus adversários – carrega consigo duas

²⁵ GRACCO. “O ministerio e os conservadores”, in: *Jornal do Commercio*, apud *Diario de Minas* (267), 13/07/1867, p.2.

²⁶ Sobre as divergências dos adversários do partido conservador, vide: KAUFFMANN, Elisana Furtado de Lira. *Liberais versus liberais: a oposição da Opinião Liberal ao Centro Liberal na corte imperial (1868-1870)*. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. Os *Clubes Radicais* são objeto de estudo de José Murilo de Carvalho, em “As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate”, capítulo com que abre a obra, por ele organizada, intitulada *Nação e Cidadania do Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp.17-41. A organização do *Clube Republicano* foi historiada por um de seus membros: Americo Brasiliense, que também pretendeu registrar uma síntese histórica dos partidos conservador e liberal (que ele considera mais abrangentes e mais antigos do que o *Centro da União Conservadora* de 1867 e o *Centro Liberal* de 1869). Vide: BRASILIENSE, Americo. *Os programas dos partidos e o 2º Império*. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878. Essa obra tem servido de base a inúmeras publicações acerca dos partidos políticos no período monárquico. Algumas das fontes primárias referentes à criação do *Centro Liberal* foram reunidas e publicadas com um estudo introdutório por Vamireh Chacon na obra *O Centro Liberal*, publicada pelo Senado Federal em 1979. Desse mesmo autor, existe o alentado estudo *História dos Partidos Brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. (3ª edição, ampliada e atualizada) Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998 (a 1ª edição data de 1981). Por fim, João Camillo de Oliveira Torres e Jeffrey Needell, cada qual com grandes méritos, buscaram acompanhar a história do partido conservador no Império, mas parecem ignorar, entre outros acontecimentos históricos, a instalação do *Centro da União Conservadora* e a subsequente reorganização do partido conservador no Império, inaugurando a prática das agremiações partidárias nos moldes modernos. Vide: TORRES, João Camillo de Oliveira. *Os Construtores do Império: ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order: the Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy (1831-1871)*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

influências bastante distintas. A mais próxima no tempo, porém mais distante no espaço, tem que ver com a criação de sua congênere inglesa *National Union of Conservative Constitutional Associations*, que resultaria no *Conservative Central Office* em 1870 (portanto, posterior ao *Centro da União Conservadora* instituído no Brasil em 1867).²⁷ A segunda, mais distante no tempo, porém mais condizente com a prática conservadora de optar por “aquilo já conhecido, visto e praticado”, tem que ver com as propostas organizacionais do mineiro Joaquim Antão Fernandes Leão – que, quando da instalação do *Centro da União Conservadora* em 1867, foi um dos três vice-presidentes eleitos da organização.

Joaquim Antão Fernandes Leão nasceu em Itaverava aos 17 de Janeiro de 1809 e faleceu no Rio de Janeiro aos 12 de Abril de 1887. Após se formar na Faculdade de Direito de São Paulo, iniciou sua vida profissional na capital mineira, onde trabalhou como advogado, tendo também atuado como Promotor Público de Justiça. Desse período data sua estréia nas lides políticas. Por seu desempenho como redator-substituto da folha liberal *O Universal*, foi prestigiado, em 1834, com a eleição de seu nome para a Assembléia Legislativa Provincial (criada pelo Ato Adicional naquele mesmo ano). Nessa ocasião (acabara de atingir a maioria), alinhou-se aos liberais que, rechaçando a influência de Bernardo Pereira de Vasconcellos, buscaram a proteção do Cônego Joze Bento Leite Ferreira de Mello e do Padre Diogo Antonio Feijó (eleito Regente do Império em 1835). Foram então seus colegas de bancada, entre outros, os igualmente estreantes Theophilo Benedicto Ottoni [1807-1869] e José Antonio Marinho [1803-1853], que passaram a ser coletivamente conhecidos como “moleques da Camarilha” por seus adversários.²⁸ Antão foi uma das personagens principais da peça satírica *Club dos Anarchistas*, escrita pelo Padre Justiniano da Cunha Pereira (que a

²⁷ MAOR, Moshe. *Political parties and party systems: comparative approaches and the British experience*. London: Routledge, 1997, pp.83, 88, 130, 131, 136. CROWSON, Nicholas J. *The Longman companion to the Conservative Party since 1830*. London: Longman, 2001, pp.131, 234, 250.

²⁸ *O Parahybuna* (146), 10/04/1838, p.3.

publicou em 1838)²⁹, e, por seus conhecimentos e carisma, conseguiu se reeleger para a segunda legislatura da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais. Candidato à Assembléia Geral nas eleições de 1836 e 1840, conseguiu nessa última o mandato, mas o perdeu com a dissolução prévia da Câmara dos Deputados (em 1842, quando deveria começar a legislatura para a qual Antão havia sido eleito). Envolveu-se, então, no levante armado que, em 1842, eclodiu em São Paulo e Minas Gerais (para o qual se esperava o concurso de outras províncias do Império – o que acabou não acontecendo). Derrotado militarmente e, posteriormente, anistiado, Antão conseguiria se eleger por dois mandatos consecutivos, sendo sempre um dos nomes constantes nas chapas oficiais difundidas na Província de Minas Gerais pelo partido liberal (então no poder). Liderança do partido, foi Ministro da Guerra e da Marinha em 1848. Com a queda dos liberais e ascensão dos conservadores, Antão conseguiu apenas, por breves períodos, tomar assento como suplente no ano de 1852 (o que veio a ser um curto terceiro mandato consecutivo). A partir de então, recolheu-se a um relativo ostracismo político, militando sempre nas fileiras liberais. Em 1859, foi lembrado pelo Ministério (que dava continuidade à política da Conciliação) para presidir o Rio Grande do Sul, e, em 1861, assumiu a presidência da Bahia. Em 1862, com o ocaso do partido conservador, Antão dele se aproximou, convertendo-se politicamente. Um ano após a reestruturação do partido, que passou a contar com Antão em sua cúpula, os conservadores voltaram ao poder. Antão foi nomeado Ministro da Agricultura em 1868 e voltou à Assembléia Geral como deputado pela Província de Minas em 1869. Em 1870, seria alçado ao Senado pelo eleitorado conservador mineiro.³⁰

²⁹ PEREIRA, Justiniano da Cunha. *Club dos Anarchistas*: comedia. Barbacena: Typographia do Parahybuna, 1838.

³⁰ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais/Fundação João Pinheiro, 1998, vol.1, pp.377-379, 476, 496, 519, 525; vol. 2, pp.637, 663, 684, 1066, 1083. SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1898, Vol.IV, p.83. RIO BRANCO, Barão de. *Efemérides Brasileiras*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, p.150. VELHO SOBRINHO, João Francisco. *Dicionário Bio-bliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Vol. V, 1940, p.398. TAVARES DE LYRA,

A relevância desse parlamentar mineiro, vice-presidente da *União Conservadora* em 1867 e Ministro da Agricultura em 1868 (posições que bem revelam sua importância no partido), tem que ver com as idéias organizativas que ele trazia consigo e pelas quais ele vinha se batendo desde duas décadas antes, quando ainda militava nas fileiras do partido liberal.

Na folha conservadora *O Povo*, publicada na capital mineira, noticiou-se, em 1849, a reorganização do partido liberal (apeado do poder em razão da mudança ministerial operada pelo Imperador). A notícia foi dada em tom sarcástico:

A Voz [do Povo Opprimido, folha liberal publicada em Ouro Preto] anunciou que a oposição ia organizar-se em sociedades públicas por todos os municípios para, por meio de discussões, defender as vidas e as propriedades dos liberais, que o governo e os governistas querem assassinar e roubar!! Corre que, para este efeito, os pais da pátria tiveram uma reunião em casa do Sr. Mello Franco e que a coisa vai a lume; temos, portanto, de ver por todos os cantos da Província esta nova edição da Defensora (infelizmente sem o prestígio que a esta davam alguns nomes ilustres e alguns serviços à ordem pública em momentos de crise); desde já, visto que as tais sociedades são públicas, convida-se o povo a assistir às discussões; resta saber qual há de ser a ordem do dia.³¹

O clima de desconfiança mútua entre conservadores e liberais persistiria. Na edição seguinte, maiores detalhes seriam fornecidos acerca dessa tentativa de reorganização partidária:

Acabam de ser publicados pelo *Itamontano* [folha liberal publicada em Ouro Preto] uns estatutos da projetada *Sociedade Defensora*. Ela tem por fim, segundo os ditos estatutos, fazer que o país entre efetivamente no gozo das vantagens constitucionais, promovendo a divisão e harmonia dos poderes do Estado, as eleições diretas e por círculos, a independência do Poder Judiciário, a definição clara das prerrogativas provinciais, a revisão do regime municipal para que produza o bem de que é suscetível, e, finalmente, protegendo os desvalidos e os perseguidos.

Os meios, declaram os estatutos, são unicamente os legais.

Há um compromisso chamado *de honra*, que deve ser tomado por termo a cada sócio. A sociedade nasce na casa do Sr. Antão, e espalhará filhotes pelas vilas, ou, ao menos, pelos distritos onde não puder ser nas vilas.

Os sócios pagam jóias e tributos; o dinheiro produzido por esta derrama tem por especial fim suprir o vácuo que a tipografia do Sr. Mello [Franco] e companhia, estabelecida na ladeira de Santa Quitéria, na mesma casa onde vai ver a luz a sociedade-mãe, tem de sentir logo que acabe a pitação que está recebendo da Tesouraria Provincial – isto é, 30\$ pela publicação de cada uma ata da Assembléia Provincial.

Até aqui, vai tudo às mil maravilhas.

Restam algumas dúvidas sobre a qualidade dos meios que a sociedade pretende empregar para que as discussões não se tornem perigosas – e para que, dos

Augusto. “Os Ministros de Estado da Independência à República”, in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (193), out./dez. 1946, pp.54-55.

³¹ *O Povo* (22), 30/09/1849, p.4.

meios legais, nunca se passe aos *ilegais*, pois, a este respeito, os estatutos são omissos.

Há de ser muito interessante a discussão das mais sublimes questões de Estado aí por essas roças, e o resultado deve ser ainda mais interessante. Se, atrás das sociedades públicas, não andar alguma *sociedade-morcego ou coruja* para dar-lhe direção, teremos a vantagem de ver formuladas pela sociedade as bases com que a oposição tem de governar-nos: isto tudo é muito regular e estima o *Povo* [folha conservadora] que a oposição recorra a este meio para estabelecer as suas idéias; porém, há muita desconfiança de que não seja a tal sociedade antes um meio de agitar o povo, tornar impossível a extinção das intrigas locais, e *experimental as forças*: só o futuro pode descobrir o mistério.

Se a sociedade tem o fim de comprometer os sócios, e experimentar as forças do partido para saber com quem se pode contar na *ocasião*, é muito de temer que aconteça o mesmo que aconteceu há pouco com os protestos contra as qualificações. Seja como for, devemos esperar a ver no que dá a história.³²

A partir de então, essa projetada rede de agremiações políticas passou a ser conhecida, na imprensa conservadora, como “a *Defensora* com as filiais do Sr. Antão”.³³ O funcionamento dessa rede de agremiações, tal qual descrito acima, é o mesmo modelo organizativo implementado em 1867 pelos conservadores e imitado por seus adversários nos anos seguintes (que se generalizou e perpetuou, chegando até os dias de hoje como *sinônimo* de *partido político*).

A primeira coisa que chama a atenção, nessa tentativa de se reorganizar o partido liberal na Província de Minas Gerais em 1849 (que inspiraria a criação do *Centro da União Conservadora* em 1867 e constituiria, a partir de então, o padrão organizativo dos partidos políticos modernos), tem que ver com seu caráter mimético: pois buscava reviver a experiência organizativa de 1831 – quando, na Corte e em várias partes do Império, se criaram a *Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional*, a *Sociedade Conservadora da Constituição Jurada do Império do Brasil*, e a *Sociedade Federal*. Cada uma dessas agremiações tinha um projeto político distinto para o Império, e, por meio delas, buscaram os partidos se organizarem para as eleições da legislatura que cuidaria da reforma constitucional. Estas agremiações patrióticas, de que se serviram os partidos políticos então existentes, dissolveram-se após alguns anos: de uma maneira geral, dá-se-lhes como data de

³² *O Povo* (23), 07/10/1849, pp.2-3.

³³ *O Conciliador* (155), 11/11/1850, p.3.

óbito a aprovação do *Ato Adicional* em 1834 (a *Sociedade Conservadora*, porém, acabou bem antes, por intervenção governamental, embora parte de seus sócios tenha migrado para a *Sociedade Militar*, posteriormente criada como reação à política de desmilitarização do Império empreendida pelo Governo).³⁴ Na verdade, essas agremiações sobreviveram, em alguns anos, ao *Ato Adicional*: o que extinguiu boa parte delas foi o realinhamento político posterior ao *Ato Adicional* (que se celebrizou com o nome de *regresso*).³⁵ Não sem razão, boa parte da historiografia considera esse período como uma simples *etapa organizativa* da vida dos partidos políticos imperiais (tratando-os como entes, de maior amplitude no tempo e no espaço, distintos dessas agremiações por eles instrumentalizados).³⁶

A segunda coisa que chama a atenção, na abordagem da folha conservadora sobre a tentativa de se reviver a experiência organizativa dos anos 30, tem que ver com o receio de que essas agremiações tornadas públicas fossem, na verdade, meros instrumentos de agrupamentos menores, secretos, como já vinha sendo praticado, não só no Brasil, havia décadas.

Antes da Assembléia Geral Constituinte de 1823, importante papel tiveram a *Mui Antiga e Venerável Fraternidade dos Maçons Livres e Aceitos*, e a *Nobre Ordem dos Cavaleiros da Terra de Santa Cruz*, sediadas na Corte e com filiais nas províncias do Império, que se antagonizaram em razão de seus projetos políticos para o Brasil. Após a outorga da

³⁴ Sobre o tema, vide: GUIMARÃES, Lucia M. P. *Em nome da ordem e da moderação*: a trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *O Império em construção*: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004; MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005.

³⁵ Na capital mineira, por exemplo, o grupo ligado ao *regresso* tentou se organizar sob a égide da *Sociedade Defensora do Trono e da Constituição*, que durou de 1837 a 1841. Em fins de 1836, em Barbacena, elegeu-se a Mesa Diretora da *Sociedade Provincial Mineira*, que colaborou igualmente com o *regresso*. Vide: *Correio de Minas*, 05/01/1838, *O Sete d'Abril* (430), 11/03/1837, pp.2-3.

³⁶ Vide, por exemplo, a abordagem feita por Americo Brasiliense (1878), Afonso Arinos de Melo Franco (1948), João Camillo de Oliveira Torres (1968), José Murilo de Carvalho (1974), Vamireh Chacon (1981), Jeffrey Needell (2006), entre outros, para não citar o periodismo político dos oitocentos, que, ao assinalar as continuidades e as rupturas do pensamento político e da vida partidária do Império, destacam o final do Primeiro Reinado como importante momento genesiaco dos agrupamentos políticos que disputariam o mando sobre o Brasil.

Carta de Lei que dava Constituição ao Império, organizaram-se nos bastidores da política, ao fim da Primeira Legislatura (1826-1829), a *Sociedade dos Jardineiros de São José* (ou *Jardineira*), o *Clube dos Amigos Unidos*, e a *Sociedade das Colunas do Altar e do Trono Constitucional* (ou *Japônica*), igualmente sediadas na Corte e com filiais nas províncias. No tempo da Segunda Legislatura (1830-1833), os enfrentamentos se deram de maneira aberta, por meio de associações como a *Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional*, a *Sociedade Conservadora da Constituição Jurada do Império do Brasil*, e a *Sociedade Federal*, sediadas na Corte e com filiais nas províncias. No tempo da Terceira Legislatura (1834-1837), algumas agremiações sobreviveram em diferentes pontos do Império, desarticuladas entre si, e as associações políticas secretas retomaram suas atividades. Em Minas Gerais, denunciava-se a existência de um grupo conhecido como *Vigilantes*, no tempo da presidência do Deputado Limpo de Abreo (1834). Em 1838, denunciava-se a existência de uma sociedade secreta conhecida como *Gruta*, em São João del-Rei. Em 1840, formava-se, na Corte, o *Clube da Maioridade*, que foi responsável pelo golpe que aclamou Dom Pedro II antes que tivesse idade legal para isso. Boa parte desse grupo formou a *Sociedade dos Patriarcas Invisíveis*, que foi responsável por sublevar, em 1842, as províncias de São Paulo e Minas Gerais (com a expectativa de que outras mais fossem igualmente sublevadas).³⁷

No que diz respeito à organização e às demais atividades das organizações secretas (com importante atuação nos bastidores da história cultural e política), muita lenda se cria e muito se perde de vista. Em parte, isso se explica porque a história dessas organizações, ainda

³⁷ Sobre essas sociedades secretas, vide: OLIVEIRA MARQUES, António Henrique de. *História da Maçonaria em Portugal* (3 volumes). Lisboa: Editorial Presença, 1990-1997; CASTELLANI, José. *História do Grande Oriente do Brasil: a Maçonaria na História do Brasil*. Brasília: Gráfica e Editora do Grande Oriente do Brasil, 1993; BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência (Brasil, 1790-1822)*. Tese (Doutorado em História), Universidade de Campinas, 2002; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004; *O Parahybuna* (153), 08/05/1838, p.2; *O Parahybuna* (147), 17/04/1838, pp.1-2; HÖRNER, Erik. *Em defesa da Constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 2010.

que alicerçada em fontes documentais, é subsidiária de depoimentos incompletos, desconstruídos, ou mesmo contraditórios, prestados por testemunhas com participação direta nesses mesmos grupos (com diferentes *graus* de acesso aos segredos da organização) e por testemunhas totalmente alheias a esses mesmos segredos e grupos. Isso sem contar que as testemunhas dessas ações, e mesmo os seus próprios agentes (dotados de um conhecimento assimétrico do próprio mundo em que vivem), ainda que quando bem informados, nem sempre são sinceros: podem querer sobrevalorizar (ou menosprezar) aliados ou adversários, imputando-lhes idéias, ações, ou proporções que sempre estiveram longe de ter. Se esse problema (deturpação por ignorância ou malícia) se dá com as fontes ditas primárias, o que não acontece com as fontes secundárias – em que, ao mesmo mal de que são passíveis nossos informantes, nós, que deles dependemos para executar nossa obra, podemos ainda acrescentar as deturpações provocadas por uma imaginação descabida (preenchendo, com pura fantasia, as lacunas deixadas na história por uma trama descontínua, nem sempre documentada, ou registrada em documentos pouco conhecidos) ou por uma incredulidade igualmente infantil (isto é: rejeitamos a credulidade e a fantasia alheias, ao mesmo tempo em que restringimos as relações de causa e consequência aos elementos apreendidos do universo documental que conhecemos, nem sempre tão amplo quanto pensamos que é – o que também pode nos levar a graves erros).

No que diz respeito às diferentes formas organizacionais adotadas pelos partidos políticos ao longo da história, cumpre destacar que elas, em vez de serem consideradas como *dados* (como querem alguns autores), constituem antes *problemas* – e requerem ser investigadas como tais.

Foge ao propósito desse trabalho traçar um quadro evolutivo da ciência política no que diz respeito aos partidos políticos, ou mesmo fazer uma síntese bibliográfica do tema: ainda que se limitasse às propostas teóricas e metodológicas dos autores mais conhecidos e

acatados, muitos nomes e obras deveriam ser considerados – e algumas dessas *reflexões teóricas*, é bom lembrar, se inspiraram em *concretudes práticas* distantes, no tempo e no espaço, daquelas que esta tese enfoca. Todavia, para uma maior clareza conceitual, tendo em vista a realidade concreta aqui estudada, buscar-se-á o amparo da Filosofia, da Filologia, e da História conhecida e assimilada pelos homens que, objetos do presente estudo, enfrentaram-se no parlamento, na imprensa, e nas urnas – promovendo coalizões e colisões de forças e interesses.

A formulação teórica (ou definição) aventada pelo redator do *Jornal do Commercio* contra o partido conservador em 1867, buscada nos escritos políticos de Jean-Gustave Courcelle-Seneuil [1813-1892], em muito se assemelha às definições propostas por Edmund Burke [1729-1792] e Benjamin Constant [1767-1830], autores bastante acatados (e utilizados) pelos homens que, no Brasil, participaram dos debates políticos da primeira metade do século XIX. Burke definia partido político como “um grupo de homens unidos para a promoção, pelo seu esforço conjunto, do interesse nacional com base em algum princípio com o qual concordam” e Constant como um “grupo de homens professando a mesma doutrina política”.³⁸ Autores posteriores, fazendo a crítica dessa formulação teórica, relativizariam o papel do “princípio” ou da “doutrina política” como elemento aglutinador: para o mesmo fim, diriam tais críticos, poderiam concorrer interesses materiais particulares. Quanto a isso já estavam alerta os filósofos especulativos e práticos de antanho.

Para se ter uma amostra do pensamento da cúpula do Governo Imperial, veja-se o que publicou, sobre o tema, o *Diario Fluminense*, folha publicada na Corte do Rio de Janeiro sob orientação do Ministério:

Partido e Facção – *Partido* é um elemento necessário nos governos livres, porque os partidos é que formam o sistema das opiniões acerca dos negócios públicos. *Facção* é já coisa diversa. Esta palavra exprime associação entre indivíduos que

³⁸ BURKE, Edmund. *Thoughts on the causes of the present discontent*. (3ª ed.) London: J. Dodsley in the Pall-Mall, 1770, p.110. CONSTANT, Benjamin de. *De la doctrine politique qui peut reunir les partis en France*. Paris: Delaunay, 1816, p.5.

têm desígnios estranhos à causa pública e que fazem esforços a favor de interesses particulares.³⁹

Essa distinção, quanto aos desígnios, entre *partido* e *facção*, era já uma inovação teórica no vocabulário político da época: autores de dicionários de língua portuguesa, anteriores e posteriores a esse período, como Raphael Bluteau (1728), Antonio de Moraes Silva (1813), e Luiz Maria da Silva Pinto (1832), registram *partido* e *facção* como sinônimos (mas não entram no mérito quanto ao *fim último* desses agrupamentos).⁴⁰ Bluteau e Moraes Silva, a fim de contextualizar o uso de um e outro termo, dão exemplos extraídos de obras da Antigüidade Clássica (então um importante elemento pedagógico das elites dirigentes) – e mostram o quão entranhadas estavam tais expressões na cultura luso-brasileira (podendo assumir as conotações as mais diversas).

Com relação à diferenciação que então se fazia entre *partido* (conotação positiva) e *facção* (conotação pejorativa), desnecessário nos parece acompanhar a evolução histórica dessa formulação teórica (sobretudo em outras plagas e períodos, inacessíveis aos agrupamentos que são objeto desse estudo): interessa-nos apenas saber sua aplicação, teórica e prática, pelos grupos que, na década de 1820, disputavam o mando sobre o Brasil.

Com a dissolução do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, instaurou-se na Corte do Rio de Janeiro e nas províncias luso-americanas uma desordem que se procurou debelar: as coalizões então formadas, articulando interesses e lealdades, buscaram ligar as províncias à Corte. Em plena Assembléia Geral Constituinte, os homens de confiança do Imperador (a quem ele tomava como Conselheiros de Estado, encarregaria da redação do projeto constitucional que acabou outorgado ao Império, e nomearia para a câmara vitalícia dos senadores) expunham sua visão da conjuntura política que viviam: uma guerra de partidos.

³⁹ *Diário Fluminense*, n.º 32, vol. 7º, 10/02/1826, p.126.

⁴⁰ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. (2ª ed.) Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

Disse o baiano Jozé Joaquim Carneiro de Campos, que representava a Província do Rio de Janeiro na Constituinte:

[...] o povo, que é falto de luzes, vai na boa fé do que lhe pregam os mal intencionados que o desencaminham para seus fins particulares. Nas províncias, como todos sabem, há diversos partidos: não obram descobertamente, mas existem como o fogo debaixo das cinzas. Há o partido europeu, que não aprova a nossa independência e que, se não sobressai, é porque não pode; há o partido democrático; e há o [partido] da Monarquia Constitucional, que é o nosso. [...] se preciso for, se unirão todos os partidos, ainda que opostos entre si, a fim de ganhar força e destruir o nosso – e, com ele, a ordem estabelecida! (Sessão de 26 de Maio de 1823, Tomo I, p.128)

Opinião parecida tinha o mineiro Manoel Jacintho Nogueira da Gama, que também representava a Província do Rio de Janeiro na Constituinte:

Em quase todas as províncias do Império do Brasil, principalmente nas que ficam ao norte, existem partidos. A força dos cruéis inimigos da nossa santa causa e que se acham entre nós é considerável: não nos alucinemos! Não demos passos em vão: temos a combater o partido das Cortes de Portugal; temos a combater o partido dos republicanos, que sustentam e apregoam a separação de todas as províncias em repúblicas independentes, mas confederadas entre si, à imitação dos Estados Unidos da América; temos a combater o partido dos admiradores da Constituição de Portugal, e que a desejam adotar, ficando porém em Estados separados e só ligados a Portugal por laços federativos; temos a combater o partido de diversas seitas de *Carbonários*, de *Jardineiros*, e de outras [semelhantes sociedades secretas] que, infelizmente, existem no Brasil; temos, finalmente, a combater o partido dos anarquistas. (Sessão de 26 de Maio de 1823, Tomo I, p.130)

Outro a assinalar a existência de partidos que divergiam entre si quanto à nova ordem a ser estabelecida foi o paulista Jozé Bonifacio de Andrada e Silva (então no comando dos Negócios do Império):

São duas as principais divisões – a saber: não-separatistas e separatistas. Os primeiros são os inimigos da independência, estes fanáticos chamados vulgarmente *Pés de Chumbo*, que ainda suspiram pelas cebolas do Egito [...]. Os segundos são os sectários da independência do Brasil, e que querem que ele figure como Nação livre. Porém, estes separatistas ainda se subdividem em quatro classes: 1ª) os que querem a separação, mas não a liberdade, pois preferem o antigo [sistema de] governo e são [vulgarmente] chamados *Corcundas*; 2º) os republicanos, a que chamarei *Prognósticos* – estes não podem levar à paciência que o Brasil não quisesse, por voto unânime, ser República e preferisse a Monarquia Constitucional (este partido é hoje miserável e abandonado por todo o homem sensato); 3º) os monárquico-constitucionais (estes fitam suas vistas na felicidade do Estado; não querem democracias, nem despotismo; querem liberdade, mas liberdade bem entendida, e com estabilidade; este partido forma a maioria da Nação); 4º) os federalistas, ou *Bispos sem Papa*, a que eu também chamarei os *Incompreensíveis* (estes, que não querem ser monárquico-constitucionais, que não podem ser *Corcundas* e que não querem ser republicanos de uma só república; querem um governo monstruoso: um centro de poder nominal e cada província uma pequena república, para serem nelas chefes absolutos, *Corcundas* despóticos). (Sessão de 15 de Julho de 1823, Tomo II, p.406)

Ao analisarem a conjuntura em que viviam, esses homens – com sólida formação filosófica e intensa vivência política – procuraram apreender o “princípio” ou “doutrina” que funcionava como elemento aglutinador de cada partido. A taxonomia que empregaram (as identidades que imputaram a seus adversários e a que assumiram para si e seu grupo) variou bastante, no tempo e no espaço – e se, por um lado, conviveu com a estabilidade de alguns princípios e doutrinas políticas, por outro, conviveu também com a flexibilidade doutrinária de alguns homens e grupos.

No que diz respeito aos grupos que se formaram na Assembléia Geral Constituinte, que não colocavam em dúvida a Independência do Brasil, Jozé Bonifacio assinala as divergências existentes entre eles: apresenta-se como alguém ligado ao grupo majoritário (os adeptos da Monarquia Constitucional, grupo com o qual também se identificavam o baiano Carneiro de Campos e o mineiro Nogueira da Gama), e contrapõe-se aos adeptos do antigo regime, da forma de governo republicana, e do sistema federativo. Em contrapartida, atento aos discursos e às votações em andamento na Constituinte, o Padre Jozé Custodio Dias, que representava a Província de Minas Gerais, enxergava ali o enfrentamento entre dois partidos apenas: o “partido da maioria” e o “da minoridade da Assembléia”, no qual se colocava (Sessão de 18 de Agosto de 1823, Tomo II, p.604). Opinião semelhante tinha o Padre Jozé Martiniano d’Alencar, que representava a Província do Ceará e que compartilhava dos mesmos princípios políticos que o Padre Jozé Custodio. Alencar retoma a classificação de seu colega, enriquecendo-a:

É verdade inegável que, de certo tempo para cá, o Brasil parece dividido em dois partidos. Todos desejam a independência, porém uns seguem *idéias democráticas* e outros *aristocráticas* – estas têm sido as protegidas pelo governo, ao ponto de se abonarem os escritores que as propagavam, enviando-se às províncias, recomendados, os escritos que continham aquelas doutrinas, e de se perseguirem os outros, chegando um deles a ser obrigado a assinar um termo na Polícia para não escrever. Esse partido que o governo protegia chegou até a provocar esta Assembléia com seus discursos – e os povos, que isto têm presenciado, assentaram que as idéias que tais escritores propagavam eram as verdadeiras (o que era bem natural, vendo que os escritores que professavam as contrárias eram presos e deportados para fora do Brasil) [...]. Neste sentido, eu julgo culpado o governo, porque, devendo conciliar ambos os partidos e encaminhá-los para um fim útil à

Nação, apoiava um e perseguia o outro. (Sessão de 22 de Julho de 1823, Tomo II, p.441)

Percebe-se aí um importante elemento, de natureza constitucional, a contrapor os partidos que, a partir do espaço que na Assembléia Geral do Império lhes era proporcionado, procuravam erigir uma nova ordem política para o Brasil: a distribuição de poderes.

Princípios e poderes constitucionais

Reunida a Assembléia Geral Constituinte em 1823, logo ela se tornou uma arena em que se digladiariam o princípio monárquico tradicionalista e o princípio democrático revolucionário da representação nacional.

A tensão (e incompatibilidade) entre tais concepções veio à tona quando da instalação da Assembléia: tendo manifestado a necessidade de se colocar “barreiras inacessíveis ao despotismo, quer *Real*, quer *Aristocrático*, quer *Democrático*”, declarou o Imperador que esperava dos deputados uma Constituição que “mereça a Minha Imperial Aceitação”. O dilema aí exposto, ainda que apenas de relance, chamou a atenção do deputado por Minas Gerais, Padre Jozé Custodio Dias, que se manifestou da seguinte maneira:

Eu creio que se trata de fazer constar à Nação se esta Assembléia se conforma com o que Sua Majestade expressamente declarou nas palavras que me parecem demasiadamente gerais “se for digna de Mim e do Brasil”; e parece-me que o julgar se a Constituição que se fizer é digna do Brasil só compete a nós [*deputados*], como representantes do povo, e aos mais que ainda faltam de muitas províncias. Demais, se nós confiamos tudo dele, por que não confia ele também tudo de nós? Tem um povo fiel que o elege seu defensor, que o aclama, que o coroa, e há de desconfiar? (Sessão de 6 de Maio de 1823, Tomo I, p.28)

Alguns deputados procuraram suavizar o sentido das palavras do Imperador, sem com isso resolver o impasse existente acerca do *primado da representação nacional* – razão pela qual o citado deputado mineiro voltou a se manifestar:

O povo brasileiro tem posto em nós a sua confiança, e espera que façamos uma Constituição digna dele; mas eu me considero e a todos nós em críticas circunstâncias, logo que se suscita a questão se Sua Majestade Imperial merece mais amor ao público e tem mais influência na opinião geral do que a Assembléia, pois, em tal caso, poderá ele dar uma Constituição, ou pelo meio da força descoberta, ou por qualquer maneira injusta. [...] É, pois, muito prudente prevenirmos para não perdermos o nosso trabalho, nem darmos armas contra nós mesmos. (Sessão de 6 de Maio de 1823, Tomo I, p.29)

A despeito do vaticínio do Padre Jozé Custodio, suas reflexões foram consideradas como “sem fundamento” e ignoradas pela maioria dos deputados. Todavia, o debate acerca do *primado da representação nacional*, disputado pelo Imperador com a Assembléia Constituinte, continuaria na tribuna e na imprensa, desvelando-se com o passar do tempo.

De um lado, havia aqueles que viam o Imperador como “criatura” dos brasileiros, “eleito, aclamado e conservado tão-somente por graça do povo, se conforme com os seus votos e vontades”. Para essa corrente, achando-se a Assembléia “em estado organizante”, estaria “revestida de todos os poderes”, e “longe de ter lei a que se sujeite, é ela que as dirige todas”.⁴¹ Alcinhada de *republicana* ou *democrática*, essa corrente via na Assembléia Geral – eletiva e temporária – a representação mais autêntica da Nação em formação. Acreditavam que “idéias velhas” não podiam “reger o mundo novo” – razão pela qual desprezavam o “espírito da Europa”.⁴² Admitiam a monarquia não como *elemento indispensável ao melhor governo*, mas como *solução temporária* para um *governo possível*. Em seu projeto igualitarista de Nação e de Estado, quaisquer formas de privilégio eram mal-vistas, razão pela qual a vitaliciedade e a hereditariedade do governo monárquico eram elementos estranhos, admissíveis somente dada a “falta de luzes no Brasil para ter um tal governo [*isto é, o republicano*]”.⁴³ Segundo seus defensores, aos brasileiros faltavam “a instrução e moralidade política” que tanto distinguiam os “americanos do norte”, ao nível dos quais os brasileiros não se encontravam dada a educação tida até então.⁴⁴ A solução seria, portanto, admitida como

⁴¹ ALMEIDA, Cypriano Jozé Barata de. *Apud* LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.318; DIAS, Jozé Custodio. Sessão da Assembléia Geral aos 7 de Maio de 1823, *Op. cit.*, vol. I, p.39.

⁴² Frei Caneca. *Apud* LUSTOSA, Isabel. *Op. cit.*, p.328.

⁴³ REZENDE, Venancio Henriques de. Sessão de 16 de Maio de 1823, Tomo I, p.63.

⁴⁴ OTTONI, Theophilo Benedicto. *Circular dedicada aos Srs. eleitores de senadores pela provincia de Minas Gerais no quatrienio actual e especialmente dirigida aos Srs. eleitores de deputados pelo 2º Districto Eleitoral da mesma provincia para a proxima legislatura*. Rio de Janeiro: Correio Mercantil de M. Barreto, Filhos, 1860, p.72. Essa visão idealista das instituições políticas norte-americanas, enaltecidas em detrimento das brasileiras, talvez combinasse um pouco de ingenuidade deslumbrada com um pouco de manipulação proposital dos fatos, com fins propagandísticos: omitiam-se, assim, a tentativa frustrada de se estabelecer uma monarquia na América Inglesa, após a qual se instituiu um presidencialismo que a princípio se cogitou vitalício, mas que acabou temporário; o caráter aristocrático de uma câmara alta, dominada por uma opulenta classe proprietária, que se

inevitável a “etapa monárquica” (inevitabilidade questionada por alguns), “republicanizar” gradualmente o Brasil (processo esse cuja velocidade variava conforme o temperamento e o juízo de cada um).⁴⁵

Ao lado do Imperador, por sua vez, sustentando seus “direitos majestáticos”, estavam os auto-proclamados “autênticos monarquistas” brasileiros. Ao contrário de seus adversários, não viam a monarquia como uma *etapa a superar*, mas como *elemento indispensável ao melhor governo*. Prevalencia, entre os dessa corrente, a concepção de que a “revolução brasílica” era não uma ruptura com a tradição ancestral, mas o reforço positivo da mesma. A busca por uma *representação junto ao poder*, segundo essa perspectiva, não implicava na negativa da *representatividade da Coroa*: reformistas, buscavam apenas dotar a Monarquia de um sistema de “freios e contrapesos”. Seu projeto, explicitado na Fala do Trono apresentada à Assembléia Geral Constituinte, era estabelecer “barreiras inacessíveis ao despotismo, quer *Real*, quer *Aristocrático*, quer *Democrático*”. Cumpre, pois, esclarecer o sentido dessas expressões para se conhecer a doutrina política por detrás dela. Para tanto, é preciso remontar à concepção aristotélica dos tipos constitucionais e à solução polibiana para as crises constitucionais.

Na concepção aristotélica (da qual é tributária a tradição ocidental), a política é vista como sendo a ciência da felicidade humana: cabe à ética descobrir o que é a felicidade (isto é, de que modo os homens devem bem viver), e à política descobrir a maneira de obter esta

fazia eleger indiretamente pelos congressos estaduais; as restrições raciais do direito à cidadania, que vetavam a negros e pardos não só direitos políticos, mas também civis; as cabalas e fraudes eleitorais; os casos de corrupção, nepotismo e patronagem. Nesse sentido, a justificativa dada pelos democratas republicanos brasileiros à opção da maioria dos brasileiros pela monarquia guarda um quê de tentativa de converter em calamidade pública um fracasso político-partidário pessoal.

⁴⁵ Um dos porta-vozes dessa corrente, o jornalista João Soares Lisboa, redator do *Correio do Rio de Janeiro*, chegou a publicar em sua folha que Dom Pedro, ao aceitar o título de Imperador, teria dito: “O Brasil pretende e deve ser livre para ser feliz e, se os povos manifestarem geral desejo de serem republicanos, não acharão em mim oposição; antes farei quanto puder para que o consigam e eu me contento em ser seu concidadão”. Soares Lisboa, ao transcrever essa fala atribuída ao Imperador, comentou: “Eis o homem singular! Eis o Pedro 1º sem 2º! Eis o puro democrata!!!”. Tudo leva a crer que a transcrição da fala do Imperador não foi verídica – o que implicaria num ardil para comprometer a própria instituição monárquica nos trabalhos da Constituinte. Tanto a fala atribuída ao Imperador, quanto os comentários de Soares Lisboa, irritaram sobremaneira Dom Pedro e tiveram importantes consequências políticas. A esse respeito, *vide* LUSTOSA, Isabel. *Op. cit.*, pp.252-257.

mesma felicidade (isto é, a forma de governo e as instituições sociais capazes de assegurar tal maneira de bem viver). A *polis* (πόλις), o agrupamento da qual a política é um desdobramento, é a unidade auto-suficiente geradora de felicidade (ou partícula atômica que encerra em si um sentido último, definido pelo binômio: sustento e segurança).⁴⁶ Assim, a felicidade varia de acordo com a natureza dos homens e, portanto, varia também de acordo com a natureza de cada agrupamento político, uma vez que este só é possível por meio da manifestação de um juízo (distinção justo-injusto). Sendo a felicidade a finalidade da ação política, cada qual usa os meios possíveis para alcançar (e manter) o bem viver e a felicidade que estiverem ao seu alcance (bem como, conforme foi dito, os que estiverem mais de acordo com sua própria natureza). No entanto, a concepção do bem viver e da felicidade, que são os objetivos de um agrupamento político, é apenas um dos elementos que o compõem: segundo Aristóteles, a *natureza* de cada agrupamento político (isto é, sua *constituição*), além de ser definida pelo seu *objetivo*, é também definida pela *ordenação das funções de governo* (isto é, a *distribuição de poder*) e pelo *poder supremo* nele existente – e, quanto à disparidade de poder num dado agrupamento político, ilustrado pela dicotomia entre comandantes e comandados, Aristóteles ressalta que ela é natural e destaca que os de natureza superior (que se utilizam mais do espírito), ao comandarem os de natureza inferior (que se utilizam mais do físico), conferem-lhe maior segurança e preservam-nos da destruição (à qual, por deficiência do espírito, estão vulneráveis); daí decorrendo a comunidade de interesses e a amizade que asseguram a unidade do agrupamento político e fundamentam a conveniência e justiça do mesmo (tendo sempre o todo preponderância sobre as partes que o compõem).

Quanto às formas possíveis de *constituição* de um governo, Aristóteles classificava-o em três tipos básicos (também chamados de puros, ou símplices): o poder de tomar decisões poderia ser delegado a *um único indivíduo* (μοναρχία, *monarkhía*); a alguns *poucos*

⁴⁶ Para uma crítica do imanentismo presente na concepção aristotélica, vide: BARRERA, Jorge Martínez. *A Política em Aristóteles e Santo Tomás*. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2007.

indivíduos, reputados por serem, entre todos, *os melhores* (*αριστοκρατία*, *aristokratía*); ou à *totalidade dos cidadãos reunidos* (*πολιτεία*, *politeia*).⁴⁷ Aristóteles faz essa distinção em termos meramente quantitativos (isto é, quanto ao número de participantes das funções deliberativas e judiciais), fazendo a ressalva de que todas essas constituições poderão ser igualmente boas – contanto que se tenha sempre em foco o bem-estar geral. No caso de não haver essa preocupação com o bem-estar geral, agindo-se o(s) governante(s) apenas em benefício próprio, degenera-se a *monarquia* em *tiranía* (*τυραννία*, *tiranía*), governo no qual o bem-estar de um é obtido à custa do bem-estar de todos os demais; a *aristocracia* se transforma em oligarquia (*ολιγαρχία*, *oligarkhía*), governo no qual os ricos e bem nascidos são poucos e oprimem os demais a seu bel-prazer; e a *politeia* se perverte em *democracia* (*δημοκρατία*, *demokratía*), na qual, segundo Aristóteles, os demagogos e os adulares insuflam as massas contra os ricos e bem-nascidos, menoscabando muitas vezes as leis e as tradições, enquanto se oprime o talento e a prosperidade.⁴⁸

Se, na concepção constitucional aristotélica, não há uma opção explícita de uma forma de governo sobre as demais, pois, respeitada as condições que lhes fossem peculiares, “a vida melhor, separadamente para cada indivíduo ou coletivamente para as cidades, é a vida conforme às qualidades morais e provida de meios suficientes para a prática de ações moralmente boas”⁴⁹, a diferentes conclusões chegaram outros pensadores herdeiros de seu pensamento.

Digno de menção é o filósofo e historiador grego Políbio – o qual, partindo da teoria da mudança das constituições, já discutida por Platão, Aristóteles e os filósofos peripatéticos,

⁴⁷ O termo *πολιτεία* (*politeia*), usado de maneira ambígua nos textos que procuram registrar o pensamento aristotélico, é por vezes traduzido como “governo constitucional” – o que traz problemas, em vista da falsa cognição entre o sentido empregado por Aristóteles e o sentido contemporâneo da expressão. Uma das obras mais conhecidas de Platão, que tem por título justamente esse termo (*Πολιτεία*), é comumente traduzida como *República*. Para maior clareza, optou-se por traduzir aqui a expressão como “totalidade dos cidadãos reunidos” (ou “assembléia dos cidadãos”), levando-se em consideração, porém, que a cidadania aqui entendida não é irrestrita a todos os habitantes do espaço físico da *polis*. Vide Aristóteles, *Política*, Livro III, Capítulo I, 1275a, 1275b, e 1276a.

⁴⁸ *Idem*, *op. cit.*, Livro IV, Capítulo IV, 1292a.

⁴⁹ *Idem*, *op. cit.*, Livro VII, Capítulo I, 1323b.

desenvolve a teoria do *ciclo constitucional* – isto é, a concepção de que as formas em que os governos eram constituídos poderiam se transformar uma na outra, por meio da corrupção humana, *ad infinitum*, o que se daria sempre acompanhado de grandes distúrbios sociais. Segundo Políbio, toda monarquia, convertida em realza, perverte-se em tirania. Para fazer frente a essa, insurge-se sempre uma aristocracia – que, assumindo o poder, acaba por se converter em oligarquia. Essa é, ao fim, derrubada para a instituição da democracia, que inevitavelmente se transforma em oclocracia (*οχλοκρατία*, *okhlokratía*) – definida esta como o governo das turbas (que, pela intimidação, impõem seus caprichos como leis). Para por fim à conturbação generalizada, uma liderança emerge e se converte em monarca – e o ciclo constitucional é retomado. Para Políbio, a melhor forma de se evitar que a *polis* passasse por todo esse dilemático ciclo de formas constitucionais, sem jamais encontrar uma forma de governo capaz de alcançar a estabilidade (e, conseqüentemente, promover o bem comum), seria a instituição de uma constituição mista, em que convivessem os elementos monárquico, aristocrático e democrático de governo – solução já cogitada por Aristóteles, mas à qual pouco dedicou sua atenção. Dessa forma, assim que um desses poderes tendesse para o abuso, os outros dois se uniriam contra ele. Como nenhum dos elementos poderia funcionar sem o consentimento dos demais, todos teriam consciência de sua fraqueza individual e de sua dependência, sendo assim compelidos à cooperação e à vigilância mútua.⁵⁰

Essa concepção aristotélico-polibiana teria grande influência em figuras como Cícero, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Locke, Montesquieu, os *Founding Fathers* dos Estados Unidos da América do Norte, bem como os fundadores do Império do Brasil – cada um adaptando-a e reinterpretando-a a seu modo.

Nesse sentido, por exemplo, devem ser entendidas as palavras do Imperador Dom Pedro I na abertura da Assembléia Geral Constituinte em 1823, quando disse que a

⁵⁰ Políbio, *Histórias*, Livro VI, Capítulo 2. Para uma visão mais detalhada do pensamento político de Políbio, vide Claudia Beltrão, “História e Teoria Política em Políbio”, *Hélade* 3 (2), 2002: 26-45.

constituição a ser elaborada precisava criar “barreiras inacessíveis ao despotismo, quer *Real*, quer *Aristocrático*, quer *Democrático*”. Os executores do projeto imperial, convertido na Constituição do Império, não deixaram dúvidas quanto aos elementos a serem combinados na nova ordem que se procurava erigir no Brasil. O baiano Jozé Joaquim Carneiro de Campos (deputado à Constituinte pela Província do Rio de Janeiro, depois Conselheiro de Estado, Senador do Império, e Marquês de Caravellas), afirmou que: “a *monarquia [constitucional]* *representativa* é um *governo misto*, que se combina umas vezes com *elementos democráticos*, outras vezes com a *aristocracia e democracia* juntamente” (Sessão de 26 de Junho de 1823, Vol. I, p.299). Seu colega, o também baiano Luiz Jozé de Carvalho e Mello (deputado à Constituinte pela Província da Bahia, depois Conselheiro de Estado, Senador do Império, e Visconde da Cachoeira), seguia-o nessa opinião: “Todo o *governo* que se chama *constitucional* ou *representativo* é um *composto* que se ressent mais ou menos dos *três governos simples*, que se chamam *monárquico, aristocrático e democrático*” (Sessão de 31 de Outubro de 1823, Tomo III, p.347).

Dizer que o projeto constitucional de 1824 não era *totalmente democrático*, no sentido de que ele não pretendia o funcionamento de uma *democracia pura*, é não só dizer o óbvio, mas também perder de vista o que se entendia por *democracia* – em termos conceituais e valorativos. *Democracia* era entendida como a delegação dos poderes deliberativos e judiciais à *assembléia de cidadãos*, cidadania essa restrita aos homens livres que, natos ou naturalizados, eram capazes de prover a si mesmos e a seus eventuais dependentes (esposa, filhos, escravos, agregados). Comparada à *oclocracia* (o governo da plebe, das massas), poderia se argumentar que a *democracia*, tal qual aqui entendida, pelo caráter mais ou menos *restrito e restritivo da cidadania*, teria um quê de *oligarquia*: isso não deixa de ser verdadeiro, pois a *democracia* no sentido aristotélico-polibiano era justamente um meio-termo entre a *oclocracia* e a *oligarquia* (Aristóteles chega a dizer, textualmente, que o que ele

entende por *politeia* poderia ser definido, em poucas palavras, como uma mescla de *democracia* e *oligarquia*).⁵¹ A *aristocracia* propriamente dita deve ser entendida como uma espécie de *corpo intermediário* entre a *assembléia de cidadãos* e o *monarca*, um grupo de notáveis com autonomia e força suficientes para se oporem tanto ao *elemento monárquico* quanto ao *elemento democrático* (isto é, a *assembléia de cidadãos*). Nesse sentido, os autores da Carta de Lei de 1824 realmente não desejavam a instalação de um governo *puramente democrático* (como tampouco desejavam um governo *puramente monárquico* ou *puramente aristocrático*): desejavam, isso sim, uma *constituição de tipo misto*, em que convivessem esses *três elementos* (ou *poderes constitucionais*), temperando-se. Julgavam ser essa a melhor forma de se alcançar a estabilidade constitucional e, por meio dela, o bem comum.

Como, porém, haveriam de ser conciliados esses três elementos (*monárquico*, *aristocrático* e *democrático*) na constituição política do Estado brasileiro? Quais eram os apoiadores dessa *constituição de tipo misto* e quais os seus opositores? De que meios se valeram para divulgar e fazer prevalecer suas idéias e projetos de poder? Eis o que se propõe responder esse trabalho. Para tanto, focar-se-á o período posterior à outorga da Carta de Lei que dava ao Império sua Constituição Política e anterior à Abdicação de Dom Pedro I, época em que se configuraram não só os partidos políticos que se enfrentaram na 1ª Legislatura da Assembléia Geral do Império, mas também as matrizes doutrinárias que, de uma maneira geral, orientariam os debates políticos e as exegeses constitucionais até a deposição de Dom Pedro II.

Divisão do trabalho

Optou-se por dividir a tese aqui apresentada em três partes.

⁵¹ Aristóteles, *op. cit.*, Livro IV, Capítulo VI, 1294a. Importante lembrar que aquilo que Aristóteles chama de *politeia* é o que Políbio chama de *demokratía*, pois o que Aristóteles entende como sendo a *demokratía* é o que Políbio define como sendo *okhlokratía*. O sentido em que é usada a expressão *democracia*, no presente estudo, para definir o democratismo e seus sectários, é o mesmo empregado por Políbio.

Na primeira (composta por dois capítulos), enfoca-se o surgimento dos partidos sob a égide da Carta de Lei que deu ao Império sua Constituição Política.

O primeiro capítulo trata dos meios utilizados pelos partidos na divulgação de seus princípios e doutrinas após a dissolução da Assembléia Constituinte pelo Imperador. Busca-se traçar as linhas gerais do pensamento político desses grupos, com especial destaque para aquele que se alinharia à cúpula do Governo Imperial, assumindo a defesa da constituição estabelecida pela Carta de Lei de 25 de Março de 1824. Os princípios e a doutrina a ela subjacentes são analisados, e identificados alguns dos agentes encarregados de difundir e defender esse projeto político na Província de Minas Gerais.

No segundo capítulo, o embate eleitoral de 1824 é analisado, recorrendo-se às atas eleitorais parciais e gerais da Província de Minas Gerais. A partir de tais dados, são evidenciadas figuras de liderança, zonas de influência, e movimentos de resistência.

A segunda parte da tese refere-se à configuração das forças políticas na 1ª Legislatura da Assembléia Geral do Império. Compõem-na dois capítulos: um enfoca a câmara vitalícia, outro a câmara temporária.

São priorizadas, nessa parte, as articulações políticas feitas na Corte, bem como os anseios, as apreensões, e os enfrentamentos entre os diferentes agrupamentos políticos. Busca-se traçar o perfil psicossocial desses grupos, destacando-se as lideranças de uma e outra parte, bem como os princípios e doutrinas que lhes serviram de elemento aglutinador.

A terceira e última parte da tese contempla, em dois capítulos, o esforço de sobrevivência dos partidos formados na 1ª Legislatura da Assembléia Geral: num primeiro momento, enfatiza-se o embate travado na imprensa; depois, o embate travado nas urnas. Outra vez, recorre-se à Província de Minas Gerais, repetindo-se, então, a metodologia empregada na primeira parte (a análise eleitoral a partir de atas parciais e gerais), para se evidenciar as figuras de liderança, as zonas de influência, e os movimentos de articulação

política, bem como a metodologia empregada na segunda parte (a prosopografia, desta vez aplicada às coalizões dominantes dos partidos e seus respectivos recrutamentos).

Quanto ao processamento e à apresentação dos dados biográficos, utilizados na elaboração desta tese, partiu-se do entendimento de que os homens, ainda que vulneráveis à concupiscência, são algo mais do que meros *agentes econômicos* ou *políticos*. Gente de carne e osso, somos capazes de fazer uso da razão, mas também de nos deixarmos dominar e arrastar por alguma paixão; buscamos o belo, o justo e o vero, mas, por vezes, nós nos equivocamos, buscando um bem onde ele não se encontra, ou elegendo um bem menor em detrimento de um bem maior (na crença de que fazemos um excelente negócio). Nessas jornadas pessoais e coletivas, cheias de percalços e frustrações, deparamo-nos com um grande número de atalhos, desvios, obstáculos, aliados e adversários. Cada um de nós, fazendo uso dos recursos que tem à sua disposição, opera segundo suas forças e suas crenças (nas quais enxerga o caminho, a verdade e a vida), esperando ser, ao fim, justificado por seus atos. Não nos é possível devassar o íntimo de cada um: saber se alguém verdadeiramente crê nos princípios e doutrinas que professa, e se, neles crendo, vive sem jamais traí-los. Nesse sentido, reconhece-se aqui uma limitação deste trabalho: os homens e os grupos aqui estudados só são conhecidos pelo quanto se deixaram – e nos foi possível – conhecer. Para tanto, recorreu-se àquilo que disseram de si mesmos (estimulados alguns pela filáucia, inibidos outros pela modéstia), bem como àquilo que deles disseram seus amigos e inimigos (em cujos depoimentos se pode ver a afeição e aversão que sentiam uns pelos outros).

Com relação à grafia dos nomes das pessoas citadas nesta tese, buscou-se dar a todos o mesmo tratamento: autores ou não de algum trabalho aqui citado, testemunhas ou protagonistas dos acontecimentos aqui estudados, viventes ou mortos, procurou-se respeitar a grafia de seus nomes como eles próprios se assinavam (cortesia que se faz aos vivos, mas que, em geral, se nega aos mortos).

PARTE I:

O SURGIMENTO DOS PARTIDOS

SOB A CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO

CAPÍTULO 1:

A SEMEADURA

A imprensa na Província de Minas Gerais

Pouco após a Assembléia Geral Constituinte completar cinco meses de funcionamento, passou-se a publicar, na capital da Província de Minas Gerais, o primeiro periódico ali produzido. Até então, para que os Mineiros se abastecessem com notícias, precisavam recorrer às folhas publicadas sobretudo na Cidade do Rio de Janeiro. Recebeu esta folha, publicada em Ouro Preto, o nome de *Compilador Mineiro*.

Poucos números do *Compilador Mineiro* sobreviveram à ação destruidora do tempo. Inexistem exemplares no Arquivo Público Mineiro, na Hemeroteca do Estado de Minas Gerais, ou no Arquivo Nacional. A Biblioteca Nacional possui apenas quatro exemplares. Em 1898, quando redigiu seu pioneiro relato sobre história da imprensa em Minas Gerais, Xavier da Veiga referiu-se apenas de passagem ao *Compilador Mineiro*: faltavam-lhe dados acerca desse periódico. Por sorte, na década seguinte, no Rio de Janeiro, o então diretor do *Jornal do Commercio*, José Carlos Rodrigues, publicou neste diário “curiosas e interessantes notas referentes ao *Compilador Mineiro*”, possuidor que era de uma coleção (incompleta, mas com muitos exemplares) desta raríssima folha. Quase uma década e meia depois, durante as comemorações do centenário da Independência, Sandoval Campos e Amynthas Lobo publicaram *Imprensa Mineira: memoria historica*, que preservaram importantes informações acerca do primeiro periódico publicado em Minas Gerais.¹

A primeira edição do *Compilador Mineiro* foi dada à luz no dia 13 de Outubro de 1823, uma segunda-feira. Haveria de ser publicado três vezes por semana (todas as segundas, quartas e sextas-feiras), cada número teria quatro páginas, em numeração continuada a cada nova edição. O editor da folha, que não intervinha no conteúdo da publicação, era o Capitão

¹ VEIGA, José Pedro Xavier da. “A imprensa em Minas Geraes: 1807-1897”, in: *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Anno III. Ouro Preto: Imprensa Official das Minas Geraes, 1898, pp. 188-189, 195; CAMPOS, Sandoval; LOBO, Amynthas. *Imprensa Mineira: Memória histórica – Edição comemorativa do centenário da independência (1822-1922)*. Belo Horizonte: Typographia Oliveira, Costa & Comp., 1922, pp. 1-4.

Manoel Jozé Barboza, *brasileiro adotivo* (posto que nascido no Reino de Portugal), outrora chapeleiro e serigueiro, que Xavier da Veiga descreve como sendo “homem laborioso e de extraordinária vocação e aptidões naturais para tudo que diz respeito à mecânica”. Construíra as máquinas de sua *Officina Patricia de Barboza e Companhia* com o auxílio do Padre Jozé Joaquim Viegas de Menezes, que o mesmo Xavier da Veiga descreve como sendo não só “espírito inteligente, laborioso e investigador”, mas também “habitualmente retraído e em extremo modesto”. Ignora-se quem era o redator do *Compilador Mineiro*, que se presume ser obra de um único homem.²

Em seu primeiro número, o redator do *Compilador Mineiro* estabeleceu o perfil que desejava para sua folha:

Oferecemos este nosso periódico aos senhores que quiserem fazer públicas suas idéias, ou denunciarem à opinião pública os maus empregados; bem como a estes para se defenderem, vindo (quando respeitar o não cumprimento de deveres) munidos de documentos, salvo os casos em que se não puderem reproduzir. Os nomes dos senhores correspondentes devem ser reconhecidos – e os que não quiserem que seus nomes se façam publicar mandem reconhecê-los em papel separado e se guardará segredo (exceto havendo ordem de Justiça para se descobrirem, por acusação que haja ou se intente). Escusamos de advertir que, tendo só em vista o bem público, nunca neste periódico terão lugar odiosas personalidades.³

Ao que parece, a procura pelo periódico superou a expectativa de seu idealizador: o primeiro número esgotou-se rapidamente e teve que ser reimpresso.⁴

Ao longo de sua existência, o *Compilador Mineiro* publicou, de fato, diversas correspondências que denunciavam empregados públicos em atitudes consideradas impróprias. Publicaram-se também peças oficiais, discursos, abaixo-assinados, extratos de periódicos da Corte e do exterior, extratos dos debates na Assembléia Geral Constituinte, e, muitas vezes, as reflexões do redator da folha acerca de diversos temas do interesse público. Nas páginas do *Compilador Mineiro*, discutiram-se os altos custos da Administração do Distrito Diamantino, a instalação de uma universidade em Minas Gerais, a criação de um

² CAMPOS, Sandoval; LOBO, Amynthas. *Op. cit.*, pp.2-3; VEIGA, José Pedro Xavier da. *Op. cit.*, pp. 179, 177, 181.

³ CAMPOS, Sandoval; LOBO, Amynthas. *Op. cit.*, p.3.

⁴ *Idem, ibidem.*

COMPILADOR MINEIRO.

SEXTA FEIRA 7 DE NOVEMBRO DE 1823.

Sr. Redactor.

Quanto são feteis em assolapados manjes contra o Systema Constitucional esses, que por excellencia se chamão servis, ou escoria da humanidade! Não há tanto nehum da terra, a que esses malvados não tenham lavado a desolação, a anarchia, e a guerra civil. Todos os nossos males se reproduzem por causa dessa Cafila infernal de vis escravos. He em verdade a maior desgraça do Brasil, que alguns dos seus degenerados filhos trabalhem com todas as suas forças na total ruína de sua Patria. Eu copiarei aqui o artigo de hum carta do Rio, por onde facilmente se colhe, que o projecto dos facciosos anti-Brasileiros he reanimar aquelles, que já os tinham desprezado por terem abortados todos os seus plans, augmentar ainda o numero dos descontentes, atear a guerra civil, e por fim entregar o grande Brasil ao miserico Portugal. Eis o artigo — Tem-se feito tres Sessões secretas, consta-me que são a respeito da noticia, que corre, que o Rei de Portugal convidara ao Marechal junto a pessoa Beresford; que obtivera da Inglaterra 15000 homens, e que com os seus humildes Vassallos, e mais soccorros da Santissima Alliança, virá elle mesmo em pessoa conquistar o Brasil, onde deve achar grande numero de pés de chumbo, e mesmo de perfidos Brasileiros, que o proteja. Dizem também, que na Assembléa se fallou em mandar-se o mesm Almeida para Pernambuco com algumas Batalhões para soffocar os partidos daquelle Provincia. A Deos . . . A Deos, que temos guerra civil . . . perem hontem 19 ouvi dizer, que a Assembléa não adoptou tão revoltan-

te medida. Permitta a Providencia, que a minha cara Patria se veja em socego — Não há maior absurdo. Aonde acharia a Inglaterra a Politica de dar a mão á hum cadaver, que pretende subjugar o Gigante da America, quando os seus mesmos interesses só pedem, que se proteja este, e esqueça aquelle! Mui pouco deliados são esses desprezíveis entes na escolha de suas mentiras. O Senhor D. João VI. deve julgar-se feliz, se conservar debaixo de sua vara de ferro os malfadados Portuguezes, e os Clubistas do Rio dão-lhe liberalmente hum bom Exercito, e hum grande Esquadra para conquistar o Brasil.

Permitta-me licença para passar a outro objecto. Muito sinto os seus incommodos, Sr. Redactor, V. m. tem que ver com os liberaes Andradinos, que lhe hão de cantar a palinodia ao som de plumbaleira; já o Sr. desconfiado Mineiro deo principio; e talvez que V. m. não se safe mui limpamente da metralha, que se lhe prepara. Se V. m. não se mettesse com igualdades, com reformas, com abusos &c. marcharia livremente no seu caminho, porém como principio logo liberdades vem, despotismos vão, hade achar varios desconfiados, que o hão de trazer n' hum Chibamba, senão mudár de linguagem V. m. pelas apparencias era imparcial, e liberal, agora pelos factos he anti-Constitucional, e brevemente verá as suas más doutrinas contradictadas por desconfiada mão de Mestre. Eu também estou decidido a não julgar ninguém pelas apparencias. A Deos Sr. Redactor rogo-lhe pois pelo amor da Patria, que não desconfie com os desconfiados, e que prosiga com o mesmo caracter, e patriotismo na sua carreira tão sabimente principiada, porque

Compilador Mineiro, de Ouro Preto.

N.º 12, de 7 de Novembro de 1823.

Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

canal de comunicação com a Província do Espírito Santo pelo Rio Doce, o *Projeto de Constituição* em discussão na Assembléia Geral Constituinte, e vários outros temas.⁵

Sobre o *Compilador Mineiro*, diria o redator d'*O Universal* (periódico que surgiria anos depois, na mesma oficina tipográfica):

O *Compilador Mineiro* foi o primeiro periódico que teve a nossa Província. A sabedoria e bem conhecidos talentos de seu redator atraíram a justa admiração e louvor de todos os Provincianos – que, ao mesmo passo, eram animados do prazer de possuírem uma nova tipografia [...].⁶

A despeito de serem pouquíssimos os números do *Compilador Mineiro* que escaparam à destruição, consegue-se, a partir desse material, traçar um perfil político de seu redator.

Sabe-se, em primeiro lugar, que ele

demonstrou, em o seu Número 4, a necessidade de uma Constituição Monárquica, Representativa, e Hereditária, produzindo exemplos e argumentos bem convincentes, e concluindo pela manifestação de seus votos de que seja eterna no Brasileiro Império.⁷

Nesse mesmo número, publicou uma correspondência, em que vinha enunciado “o dogma da igualdade”, segundo o qual “todos os homens são iguais por natureza”. Ao que parece, o redator do *Compilador* aceitava aqueles princípios com algumas reservas, embora não tenha explicitado quais eram. Por esse motivo, sofreu a repreensão de outro correspondente, no número seguinte. Este outro correspondente, convindo com o princípio da igualdade, objetou apenas que “no estado social, a igualdade dos homens é relativa à Lei, isto é, ela não olha para classes privilegiadas; premiando, atende às virtudes e talentos úteis; e, castigando, aos crimes”. “Quando um redator não se conforma com as opiniões de seus correspondentes”, disse, “deve logo combatê-las”.⁸ A prática do debate público, pela imprensa, dava ainda seus primeiros passos no Brasil...

Ao comentar a correspondência de um leitor, que noticiava o desejo, surgido entre os Mineiros, de enviar uma representação ao Imperador, em apoio ao Padre Mestre Januario da

⁵ *Idem, ibidem. Compilador Mineiro* (5), 22/10/1823; *Compilador Mineiro* (12), 07/11/1823; *Compilador Mineiro* (15), /11/1823; *Compilador Mineiro* (17), 19/11/1823.

⁶ *O Universal* (1), 16/07/1827, p. 2.

⁷ *Compilador Mineiro* (5), 22/10/1823, p.19.

⁸ *Compilador Mineiro* (5), 22/10/1823, pp.19-20.

Cunha Barboza (deportado pelo Ministério Andrada), desejo esse que foi silenciado pelo “terrorismo” do dito Ministério, o redator do *Compilador Mineiro* demonstrou, de maneira sarcástica, o desprezo que sentia pelos Andradas ao mesmo tempo em que revelava quais eram as suas opiniões políticas:

Fizeram bem [os Mineiros em se calarem]; se representassem, grande arrependimento haviam de ter. Pois não era *Demagogo*, e mesmo *Demagogão*, esse Senhor Padre Januario, tão *indiscreto* que *nunca reconheceu em os Andradas outros Franklins?* Que *ousava mesmo não pensar como eles?* Que tinha a *indiscrição de desejar para a sua Pátria uma Constituição Liberal?* Oh, Senhores do Tamoio, fogo neste nosso Correspondente!!!... Parece ser dos tais, pois mostra *não gostar de devassas e prisões arbitrárias*, sem que *não pode haver liberdade* – ao menos a *Bonifácia*...⁹

Noutro número, um correspondente, preocupado com o “mau sentido” em que poderiam ser interpretadas as galhofas do redator do *Compilador Mineiro*, alertava-o:

[...] talvez Vossa Mercê não se safe mui limpamente da metralha que se lhe prepara. Se Vossa Mercê não se metesse com *igualdades*, com *reformas*, com *abusos*, etc., marcharia livremente no seu caminho; porém, como principiou, logo *liberdades vêm, liberdades vão*, há de achar vários desconfiados, que o hão de trazer num *Chibamba*, se não mudar de linguagem.¹⁰

Elogiado por esse mesmo correspondente, o redator do *Compilador* viu-se incentivado em sua carreira: “rogo-lhe, pois, pelo amor da Pátria”, dizia o correspondente, “que não desconfie com os desconfiados e que prossiga com o mesmo caráter e patriotismo na sua carreira tão sabiamente principiada”.¹¹

Posteriormente, o redator do *Compilador Mineiro* denunciou ao público o que ele entendia ser uma conspiração, orquestrada pela sociedade secreta *Apostolado* – que ele considerava “ilícita”, “desprezada em toda a parte” e “instituída para escravizar a Pátria independente” – no sentido de disseminar pela população o pânico de uma invasão portuguesa com o auxílio britânico (boato que ele, redator do *Compilador*, considerava mentiroso e irrisório) e, por esse meio, preparar os espíritos para a restauração do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Adepto da *ruptura*, o redator do *Compilador* chegou mesmo a

⁹ *Compilador Mineiro* (5), 22/10/1823, p.20.

¹⁰ *Compilador Mineiro* (12), 07/11/1823, p. 45. *Chibamba* é uma figura fantasmagórica, de origem africana, que faz parte do folclore mineiro e paulista. É usada para ameaçar *crianças desobedientes e barulhentas* – metáfora escolhida pelos próprios *revolucionários vintistas* para descreverem a si mesmos?

¹¹ *Compilador Mineiro* (12), 07/11/1823, p. 46.

ameaçar, de maneira velada, seus contrários (que ele preferia ver extirpados do Império). Aludindo a futuras violências e comoções populares, procurou fazer do terror uma arma para silenciar os *unionistas* e adeptos da *continuidade*, que ele alcunhava depreciativamente de *Chumbeiros*:

[...] o Brasil alimenta alguns *Chumbeiros* e o que mais sentimos é que os haja em nossa Pátria. Sabemos, com certeza, que alguns eclesiásticos de Mariana andam pregando que o poder dos Reis vem imediatamente de Deus, que Sua Majestade o Imperador é um usurpador, e outras sandices semelhantes... Pobres estúpidos! Nenhum fruto tem produzido seus trabalhos, têm sido geralmente desprezados; mas, assim, mesmo, os recomendamos ao Excelentíssimo Governo Provisório, que deve dar as providências para que eles não sofram alguns incômodos: o Povo não está para ouvir semelhantes desaforos...¹²

Nesse mesmo número, o redator do *Compilador Mineiro* publicou um artigo extraído do *Constitucional*, periódico francês, em que o inventor da imprensa é saudado como “o primeiro e o maior dos revolucionários” por haver dado uma arma aos “amigos da Liberdade”, e, em seguida, vem contabilizada a população que vivia “debaixo de governos livres” no ano de 1823 (Grã-Bretanha, Estados Unidos, França, Bélgica, Países Baixos, Repúblicas da América do Sul, Brasil, Espanha e Portugal), contrastada com a população que vivia em semelhantes condições em 1775 (Inglaterra, Holanda, Suíça). Após a exposição dos dados estatísticos, o redator do *Compilador* faz uma reflexão, bem elucidativa de quais eram as suas simpatias políticas e filosóficas:

[...] as sementes fecundas da Liberdade se transportam de um a outro mundo e lançam profundas raízes, que todos os braços do poder absoluto não são capazes de extirpar. É da Inglaterra que os Estados Unidos aprenderam a Liberdade; são os Estados Unidos quem a ensinou à França; é a França quem a tem ensinado a outros muitos povos.¹³

Em número posterior, deixaria ainda mais claros quais eram os seus princípios políticos. Ao comentar um extrato da *Gazeta de Cadiz*, em que se noticiavam ações da *Santa Aliança* contra os que desejassem “estabelecer ou restabelecer Governos representativos ou Monarquias moderadas”, disse o redator do *Compilador Mineiro*:

¹² *Compilador Mineiro* (12), 07/11/1823, p.46.

¹³ *Compilador Mineiro* (12), 07/11/1823, pp. 46-47.

[...] é indubitável que a *Santa Aliança* se não propõe outro fim mais que o de escravizar o gênero humano, perseguindo com a maior crueldade os *defensores dos direitos do homem*, a quem, para iludir os incautos, chamam *Comuneiros*, *Maçons*, *Descamisados* etc. Estão iludidos *nossos inimigos*: a Liberdade se propaga, apesar de seus esforços, e esta asserção é justificada pelo cálculo que publicamos em o Número 9, extraído do *Constitucional*. Parece-nos, porém, que os *Liberais* devem fazer também um convênio semelhante contra os *Corcundas* e, para isto, lhe assiste o direito, porque *estes são inimigos de Deus e dos homens*, como já fizemos ver em o nosso Número 4, e os *Liberais* advogam a causa da Religião e da humanidade. Devem, pois, *acabar-se as generosidades praticadas com semelhante gente*, que sempre mal paga. Viva a nossa Assembléia Constituinte que rejeitou o Projeto da Anistia!¹⁴

Assumia-se publicamente o redator do *Compilador Mineiro* como *Liberal*. Zombava das alcunhas (*Comuneiro*, *Maçom*, *Descamisado*, *Carbonário*, etc) que lhe tentavam imputar seus adversários, de quem se mostrava ferrenho e intolerante opositor, alcunhando-os de *Corcundas* e *Chumbeiros*. Além disso, em atitude temerária, o redator do *Compilador Mineiro* chegaria mesmo a publicar, em sua folha, extratos do periódico *Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, redigido pelo polêmico Cypriano Barata, que haveria de se tornar a grande referência do *liberalismo exaltado*.¹⁵

Não se sabe que impacto teve, no ânimo do redator do *Compilador Mineiro*, a dissolução da Assembléia Geral Constituinte pelo Imperador. Ele comentou essa dissolução, não se sabe em quais termos, em pelo menos dois números: o do dia primeiro de Dezembro (Número 22) e o do dia 5 (Número 24).¹⁶ Fato é que, coisa de um mês após haver dado essa notícia (que, presume-se, deve lhe ter sido algo muito custoso), ele, desgostoso, encerrou suas atividades como periodista. Alegando problemas de saúde, assim se despediu de seu público:

O presente estado de nossa saúde e *outras circunstâncias* nos impossibilitam a continuação da redação desta folha – o que nos é muito sensível pelo bom acolhimento que temos merecido do ilustre público desta Província. Penas muito mais hábeis se encarregarão desta interessante tarefa. Em consequência, passamos a embolsar os senhores assinantes do resto de suas assinaturas.¹⁷

¹⁴ *Compilador Mineiro* (15), /11/1823, p.60.

¹⁵ *Compilador Mineiro* (12), 07/11/1823, pp. 47-48. Sobre a obra de Cypriano Barata, vide: MOREL, Marco. *Cipriano Barata - o panfletário da Independência*. São Paulo: Brasiliense, 1986; MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia / Assembléia Legislativa do Estado, 2001; MOREL, Marco (org.). *Sentinela da Liberdade e outros escritos* (1821-1835). Cipriano Barata. São Paulo: EDUSP, 2008.

¹⁶ CAMPOS, Sandoval; LOBO, Amyntas. *Op. cit.*, p. 3.

¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 4.

A historiografia atual ignora o fato, a ser aqui destacado, que o *Compilador Mineiro* teve uma segunda fase: ele haveria de ressurgir em Ouro Preto, em edição extraordinária, no dia 8 de Julho de 1824. Esta segunda fase foi mais longa do que a primeira (que, até o momento, era a única conhecida): durou pouco menos de quatro meses, encerrando-se abruptamente em Outubro do mesmo ano.¹⁸

Nessa fase posterior do *Compilador Mineiro*, seu redator parece ter esclarecido ao público as condições em que havia encerrado a primeira fase de sua folha. Não se localizou nenhum exemplar dessa nova fase do periódico, mas foi possível acompanhar, em parte, a repercussão de seu ressurgimento e alguns detalhes de sua interrupção.

Segundo um de seus leitores, o redator do *Compilador Mineiro* teria escolhido uma “lúgubre e assustadora epígrafe” para descrever a situação política da Província de Minas Gerais, e fazia alegações “incompatíveis” com a “moderação e imparcialidade” dele esperadas. Informa-nos esse leitor, ao comentar as alegações feitas pelo redator do *Compilador Mineiro*, que

a suspensão de seu periódico tivera origem não em adiantamento de um estabelecimento digno de muito louvor, mas sim na falta de confiança nesse Governo, que pouco antes, e quando contava ano e cinco meses, designara benemérito – estando, além disto, próxima a chegada do Excelentíssimo Presidente [nomeado na Corte pelo Ministério] [...].¹⁹

Sabe-se também que, antes de interromper a publicação de sua folha, o Governo da Província havia oferecido ao redator do *Compilador Mineiro* um acordo: os Membros do Governo assinariam a folha por um ano e, em contrapartida, o Secretário do Governo (que pugnou pela continuação da folha) seria colaborador do periódico.²⁰ A oferta, ao que parece, foi recusada. Cessada, em Janeiro de 1824, a publicação do *Compilador Mineiro*, a *Officina Patricia de Barboza e Companhia* logo passou a publicar um novo periódico, intitulado *Abelha do Itaculamy*.

¹⁸ *Abelha do Itaculamy* (78), 09/07/1824, p. 312; *Abelha do Itaculamy* (127), 01/11/1824, p. 508.

¹⁹ *Abelha do Itaculamy* (91), 09/08/1824, p. 362.

²⁰ *Idem, ibidem*.

Seu primeiro número veio a lume no dia 12, uma segunda-feira, trazendo como epígrafe um pequeno trecho da longa carta escrita em forma de versos por Antonio Ferreira [1528-1569] a Diogo Bernardes [1520-1605], dois poetas portugueses de antanho (a *Carta XII*): “Vence o trabalho tudo; o que cansou/ Seu espírito, e seus olhos algu’ hora/ Mostrará parte alguma do que achou”.

A nova folha haveria de ser publicada três vezes por semana (nas segundas, quartas e sextas-feiras), cada número contendo quatro páginas, em numeração continuada a cada nova edição. As assinaturas eram recolhidas na própria tipografia, pelo valor anual de dez mil réis (ou trimestralmente, por dois mil e quinhentos réis). Já os números avulsos eram vendidos não só na *Officina Patricia de Barboza e Companhia*, mas também nas lojas do Coronel Nicoláo Soares do Couto e do Capitão João de Deos Magalhães Gomes. Ao tempo de sua publicação, raras vezes foram impressos mais de cem exemplares de cada número.²¹ Lida solitariamente, passada de mão em mão, ou mesmo lida em grupo, a *Abelha do Itaculuny* chegou a diversos pontos da província, angariando correspondentes em Mariana, Sabará, Caeté, Pitangui, Vila do Príncipe, Tijuco, São João del-Rei, Tamanduá, Barbacena, Campanha, Pouso Alegre, Baependi, e Paracatu.

Não se tem registro de quem eram os proprietários, ou mesmo os redatores da *Abelha*: sabe-se, porém, que, dos ganhos obtidos com a venda da folha, 55% pertenciam ao proprietário da tipografia (o impressor Manoel Jozé Barboza, que fazia as vezes de caixa), sendo este o responsável pelas despesas da oficina (entre as quais a mais importante talvez fosse a aquisição de papel, considerado “caríssimo”), e, do restante, 25% ficavam com a *Sociedade Literaria*, encarregada da distribuição e remessa da folha aos subscritores, e 20% com os redatores (que se supõe ser uma dupla).²²

²¹ *Abelha do Itaculuny* (1), 12/01/1824, pp. 1 e 4; *Abelha do Itaculuny* (130), 08/11/1824, p. 519.

²² *Abelha do Itaculuny* (82), 11/07/1825, p. 327.

ABELHA DO ITACULUMY.

*Recebido em 21 de
Janeiro de 1824.*

Vence o trabalho tudo ; o que cansou
Seu espirito, e seus olhos algu' hora
Mostrará parte alguma do que achou.
Fer. á Bern.

Trabalhar para o bem geral hé a mais imperiosa obrigação, que a Natureza, e a Religião impõe ao homem na sociedade. Este dever principalmente, e a instigação de algumas pessoas zelosas da ordem, e prosperidade publica nos forçarão a emprender a redacção da presente Folha; substituindo com notavel desigualdade ao Compilador Mineiro, cujo illustre Redactor, tanto por incommodo de saude, como por occupado no louvavel, e patriótico empenho de hum Estabelecimento de primeira necessidade no Paiz, deixou de continuar no seu tão bem começado trabalho. A demais hé constante quanta fadiga, quanto dispendio tem custado á seus Auctores a Typographia Patricia desta Cidade, dita com rasão Patricia; porque todos os seus utensis forão aqui fabricados sem modelos, e sem outra direcção, que o desenho achado em alguns Livros; e para maior gloria dos mesmos grande porção de typcs se fundio de chumbo extrahido de nossas Minas; e tão patriótico Estabelecimento cahiria, a penas levado a tal qual perfeição? Mais hum motivo, que desculpa nossa temeridade. E supposto não tenhamos visto os Porticos de Athenas, nem ao menos em Caixas opticas debuxados, com tudo não desejamos seja precisa toda a authoridade de huma Bulla Pontificia para sermos reconhecidos capazes das operações intellectuaes, como o foi, para que os Hespanhoes assim entendessem a respeito dos Americanos, a quem tal vez suspeitavão de origem alheia ao nosso. Pay com-

mum.

As condições, com que aceitamos esta tarefa, entre as quaes se comprehende huma deducção a pro da Bibliotheca Publica provão á todas as luzes nosso desinteresse particular: temos a mira unicamente no bem da ordem, donde só pode provir aos nossos Compatriotas a paz, e a segurança, e por consequencia a prosperidade individual. Nosso caracter não hé absolutamente desconhecido para recearmos a taxa de Cabalistas: não nos deslumbra o ouropele de hum Liberalismo exaltado; e menos nos aviltão servis condescendencias: amamos a moderação, e afincadamente a Justiça: encaramos sempre o Idolo da Liberdade debaixo daquelle ponto de vista, em que convem ao Cidadão, e que torna o homem digno de tal epitheto; porque, quem ignora que a liberdade desenfreada transforma muitas vezes o homem das melhores disposições em monstro feroz? Quando privado inteiramente desta singular prerogativa elle nada mais he que hum reptil despresivel.

Por tanto procurando encher as indicações incluídas no titulo da presente Folha (em cuja publicação guardaremos a exacção compativel com nossas occupaões publicas, dando á luz trez numeros em cada Semana) rogamos a cooperação de nossos Compatriotas honrados, protestando insirir nella somente, alem dos objectos, á que estamos ligados por convenção, quanto for em prol da prosperidade geral, da união, e tranquillidade

Abelha do Itaculumy, de Ouro Preto.

N.º 1, de 12 de Janeiro de 1824.

Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Logo no primeiro número, os redatores rogaram a cooperação do público – a quem se dispunham servir como porta-vozes, inserindo na folha quanto estivesse “em prol da prosperidade geral, da união e tranquilidade pública, cega obediência à lei, respeito devido às autoridades e, finalmente, quanto for relativo ao engrandecimento da província”. Recusavam-se, todavia, a publicar “qualquer artigo que ressumbre vingança, intriga ou maledicência”, sob o argumento de que, “de semelhantes escritos, o resultado tem sido ódios encarniçados, inimizades entre famílias, desmoralização da mocidade, e uma sucessão de crimes e de males”. Com uma tal publicação, esperavam os redatores contribuir com o “andamento político” do país, “com tanto entusiasmo encetado”.

Justificavam-se os redatores da *Abelha do Itaculamy*, dizendo que trabalhar para o bem geral era “a mais imperiosa obrigação que a natureza e a religião impõem ao homem na sociedade”, razão pela qual, combinada com “a instigação de algumas pessoas zelosas da ordem e prosperidade pública”, sentiam-se impelidos a escrever a dita folha. Afirmavam ter “a mira unicamente no bem da ordem, donde só pode provir aos nossos compatriotas a paz e a segurança e, por conseqüência, a prosperidade individual”.²³

Ao longo de sua existência, a *Abelha do Itaculamy* reproduziu Editais, Decretos, Portarias e outras peças oficiais, servindo assim ao Governo Imperial, ao Governo Provincial e à Câmara Municipal. Publicaram-se igualmente, em suas páginas, proclamações feitas por diversas autoridades civis e militares aos povos, representações feitas por estes ao governo, correspondências particulares sobre diversos assuntos, além de peças literárias como hinos e poemas – contribuições estas que provinham de diversos pontos da província. Como demonstrações de civismo, também se publicaram diversas listas, de diferentes municípios, com os nomes das pessoas que “concorriam com donativos para as precisões” do Governo Imperial, com o valor respectivo de cada doação. Divulgaram-se ainda informações sobre as

²³ *Abelha do Itaculamy* (1), 12/01/1824, pp. 1-2.

províncias do sul, do centro, do leste e do norte do Império, além de notícias sobre países estrangeiros (sobretudo das Américas e da Europa). Para conhecimento dos leitores, foram também publicados, nas páginas da *Abelha*: o Projeto de Constituição elaborado pelo Conselho de Estado, com comentários; o Projeto de Constituição da Confederação do Equador, que foi também comentado; uma detalhada corografia histórica da Província de Minas Gerais; um minucioso estudo sobre os índios Botocudos, englobando costumes e idioma (inclusive com um léxico, em que se detalhava, além do significado, a pronúncia dos vocábulos da linguagem empregada pelos índios). Entre as curiosidades publicadas, encontra-se a tradução do testamento de Napoleão Bonaparte.

Alimentada com notícias e reflexões veiculadas pelos periódicos da Corte, de que se diziam assinantes os redatores da *Abelha*, nela se publicaram extratos do *Diario do Governo* e d'*A Estrela Brasileira*, folhas que, apesar de serem empreendimentos particulares, estavam indiretamente ligadas ao Governo Imperial – e sob a direção de antigos membros da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz (razão pela qual seus adversários as acusavam de servirem aos propósitos da Santa Aliança).²⁴ Posteriormente, também seriam publicados extratos do *Spectador Brasileiro* e do *Diario Fluminense*, que seguiam a mesma linha política.²⁵ Também da *Gazeta de Lisboa* se extraíram, não raras vezes, notícias e reflexões. Os redatores da *Abelha do Itaculamy*, apesar de publicarem extratos desses periódicos de que se diziam assinantes, não eram meros copistas: em vários números, expressaram seus próprios pontos de vista, em estilo elegante e demonstrando certa erudição.

Com relação aos princípios políticos que desposavam, os redatores da *Abelha* fizeram questão de ressaltar, já no primeiro número de sua folha, que

²⁴ A redação do *Diario do Governo* havia sido confiada ao magistrado Jozé da Silva Lisboa (que havia participado da Assembléia Constituinte como Deputado pela Província da Bahia, onde se destacou como ardoroso defensor das prerrogativas da Coroa) e a d'*A Estrela Brasileira* ao francês Jean de Loy, que, segundo alguns, era remunerado pelo próprio Imperador. LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp.384, 409-412.

²⁵ Na redação do *Spectador Brasileiro*, encontrava-se o francês Pierre Plancher. Não se obteve dados acerca do *Diario Fluminense* nesse período. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. (4ª ed.) Rio de Janeiro: Mauad, 1999, pp. 98-100, 109.

[...] não nos deslumbra o ouropel de um *liberalismo exaltado*; e menos nos aviltam *servis condescendências*: amamos a *moderação* e afincadamente a *justiça*; encaramos sempre o *ídolo da liberdade* debaixo daquele ponto de vista em que convém ao cidadão e que torna o homem digno de tal epíteto; porque quem ignora que a *liberdade desenfreada* transforma muitas vezes o homem das melhores disposições em *monstro feroz*? Quando *privado inteiramente desta singular prerrogativa*, ele nada mais é que um *réptil desprezível*.²⁶

Havia, portanto, dois princípios políticos que os redatores da *Abelha do Itaculumy* rejeitavam publicamente: o *absolutismo monárquico* e o *liberalismo exaltado*. Nesse sentido, empregando expressões tomadas aos espanhóis, os redatores da *Abelha* assinalavam as identidades políticas que desejavam imputar a seus adversários (assumindo para si a posição de *moderados* entre dois extremos antagônicos): “Os *Absolutistas* e *Liberales*, se alguns aparecem, não vingam nos seus raciocínios: são atacados com as armas do ridículo, até pelos rapazes”.²⁷ Desejosos, pois, de ver “a *anarquia* abatida e desmaiado o *servilismo*”, os redatores da *Abelha* acalentavam grandes esperanças com relação aos benefícios que a forma de governo constitucional poderia trazer ao Império.²⁸ Igualmente, faziam a defesa apaixonada da Independência do Brasil, e, com grande entusiasmo, calculavam que, em breve, os “Monarcas da Europa” haveriam de “ver a expulsão da última baioneta européia do território brasileiro, desde o Prata até ao Amazonas”.²⁹

Em clara demonstração de apoio ao Imperador, ao Conselho de Estado, e ao Ministério, os redatores da *Abelha* aprovavam a decisão do Governo Imperial de mandar dissolver-se a Assembléia Geral Constituinte no ano anterior. Temerosos da fermentação revolucionária que tomava conta das províncias do norte, reação à atitude do Governo Imperial, chegaram a proclamar que “o gérmen da anarquia não vinga no solo de Minas Gerais”. Como divisa, escolheram os redatores da *Abelha*: “Independência política, Imperador

²⁶ *Abelha do Itaculumy* (1), 12/01/1824, p. 1.

²⁷ *Abelha do Itaculumy* (30), 19/03/1824, p. 118.

²⁸ *Abelha do Itaculumy* (43), 19/04/1824, p. 172.

²⁹ *Abelha do Itaculumy* (47), 28/04/1824, p. 186.

Constitucional, e integridade do Império”.³⁰ Em outra ocasião, disseram ainda que “Liberdade legal, Independência, Imperador Constitucional: são os Ídolos dos Mineiros”.³¹

Não obstante serem adeptos da ruptura com o Reino de Portugal e favoráveis a uma ampla reforma das instituições políticas, os redatores da *Abelha* demonstram, em seus escritos, uma certa – por assim dizer – *hermenêutica da continuidade*. Numa linha conservadora, diziam que “teimar *contra a experiência* é não querer as coisas; é o mesmo que persistir na demanda de *certos fins*, aplicando, para isso, *meios contrários*”.³² Nesse sentido, assumiam uma posição de crítica ao que consideravam “excessos revolucionários”. Ilustra bem essa posição um trecho extraído do *Padre Amaro*, periódico lusófono publicado em Londres, que os redatores da *Abelha*, a pedido de um correspondente, fizeram publicar em sinal de concordância:

[...] tanto em Portugal, como no Brasil, a *vertigem revolucionária* tem feito gemer a imprensa, tão sobrecarregada de sandices e desvarios, que, a ser mais conhecida a língua portuguesa, todo o mundo se riria à custa dos novos [pretensos] *Cíceros* e *Demóstenes* luso-brasileiros revolucionários de 1820.³³

O desprezo dos redatores da *Abelha* pela pregação revolucionária ia mais além. Ao comentarem a propaganda que, nas províncias do norte, vinha sendo feita em favor da forma

³⁰ *Abelha do Itaculamy* (1), 12/01/1824, p. 2.

³¹ *Abelha do Itaculamy* (30), 19/03/1824, p. 118.

³² *Abelha do Itaculamy* (132), 12/11/1824, pp. 525.

³³ *Abelha do Itaculamy* (19), 14/02/1825, p. 74. Talvez seja necessário explicar essa irônica alusão, feita pelo redator do *Padre Amaro* (e, vale lembrar, endossada pelos redatores da *Abelha do Itaculamy*), às pretensões dos revolucionários luso-brasileiros de 1820. Demóstenes e Cícero tiveram suas biografias emparelhadas por Plutarco (Πλούταρχος) [46 d.C. – 126 d.C.] em sua obra *Vidas Paralelas* (βιοι παραλληλοι). Demóstenes (Δημοσθένης) [384 a.C. – 322 C.C.] foi um cidadão ateniense que, durante o período em que viveu, destacou-se como orador, jurista e estadista, sobrevivendo-lhe sua reputação e alguns de seus discursos. O mesmo pode ser dito de Cícero (*Marcus Tullius Cicero*) [106 a.C. – 43 a. C.], cidadão romano que também se tornou notável como orador, filósofo, jurista, e estadista. Deste último, apenas parte de sua obra sobreviveu à destruição do tempo, mas, mesmo assim, seu legado teve grande influência sobre a cultura ocidental, especialmente os seus escritos políticos, nos quais trata a questão do direito natural e da liberdade com excepcional talento retórico e vibrante amor pelas tradições republicanas. Por seu senso cívico, manifesto em suas obras pela defesa que fizeram da liberdade e da forma republicana de governo, ambos inspiraram grandemente os homens que fizeram a Revolução Americana (1776-1787), a Revolução Francesa (1789-1815), e a Revolução Luso-Brasileira (1820-1834). Vide GRANT, Michael. “Introduction”. In CICERO, Marcus Tullius. *Selected works*. Baltimore: Penguin Books, 1974, p. 101; DE BURGH, William George. *The legacy of the ancient world*. Baltimore: Penguin Books, 1967; SELLERS, Mortimer N. S. *American republicanism: Roman Ideology in the United States*. New York: NYU Press, 1994; GAUME, Jean-Joseph. *La Révolution: recherches historiques sur l’origine et la propagation du mal en Europe, depuis la Renaissance jusqu’à nos jours*. Lille: Secrétariat Société Saint-Paul, 1856, Vol. I, p. 268; AULARD, François-Alphonse. *Société des Jacobins: Recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins des Paris*. Tome 5 (Janvier 1793-Mars 1794). Paris: Librairie Jouaust, 1895, p. 598.

democrática de governo, os redatores da *Abelha* fizeram questão de assinalar as degenerações pelas quais, segundo os autores clássicos, a *democracia* poderia passar: o predomínio dos “pobretões” (*oclocracia*) ou o predomínio dos “ricos” (*oligarquia*). Identificando na então projetada e propagada *Confederação do Equador* uma forte tendência à *oclocracia*, os redatores da *Abelha* convidavam à reflexão, em tom de zombaria:

E haverá ainda quem acredite no *Liberalismo* de pobretões? Os mesmos ricos, quando são mui *Liberais*, escondem farpados anzóis nas suas iscas: e o povo deve saber de cor, e argumentando, que *quando a esmola é grande, é mister desconfiar dela*. Eis o que a experiência tem mostrado: estes [os ricos] engodam os povos (por vaidade, pelo menos) para os dominar a seu bel-prazer; aqueles [os pobretões], para se interessarem, ou roubando sem piedade, ou empolgando algum emprego pingue, para o qual nem instrução, nem capacidade possuem, ainda que jurem acharem-se revestidos de todos os requisitos. É uma consolação ouvir-se a alguns destes amigos, que nem têm obrigação de saber o porquê depois de certas palavras se põe um ponto e vírgula, com as cordoveias inchadas, papaguearem um *Planão de Governo, de Reformas, e de Leis* etc., cercados dos peixinhos de Santo Antônio!³⁴

Apesar de zombarem da pregação democrática, os redatores da *Abelha do Itaculumy* não tratavam o assunto como desimportante: ao contrário, seus textos denotam um cenário político dominado pela incerteza, em que se temia tanto uma eventual invasão do Brasil por forças de Portugal, quanto a própria implosão política do Império – a começar pela defecção das províncias do sul (a Cisplatina, por instigação do governo de Buenos Aires) e do norte (que se reuniam sob a invocação de *Confederação do Equador*). Por esse motivo, alertavam seus leitores:

Inimigos disfarçados do Governo Imperial e do nosso belo Império existem desgraçadamente *em todas as províncias do Brasil* [grifo no original], sem exceção alguma; e oxalá fossem eles menos numerosos e menos influentes.³⁵

Imbuídos desse espírito, os redatores da *Abelha* promoveram a circulação de suas idéias pela província e alimentaram as discussões travadas na sociedade mineira de então, contribuindo de maneira importante para a formação do ambiente em que seriam realizadas as eleições para a Assembléia Geral que haveria de suceder à malfadada Constituinte do ano anterior...

³⁴ *Abelha do Itaculumy* (149), 22/12/1824, p. 596.

³⁵ *Abelha do Itaculumy* (124), 22/03/1824, p. 124.

A Constituinte que não se quis

O Decreto de 12 de Novembro de 1823, que dissolveu a Constituinte, convocava outra. No dia 17, foi expedido o Decreto que mandava proceder às eleições de Deputados para a nova Assembléia Geral. Todavia, um mês depois, o Conselho de Estado, criado um dia depois da convocação da nova Constituinte, havendo concluído a redação do Projeto de Constituição, que seria submetido à Assembléia Geral ainda por ser eleita, resolveu eliminar a necessidade dessa intermediação, enviando o dito Projeto diretamente às Câmaras Municipais das diversas províncias do Império. Por meio de tal procedimento, o Governo repetia algo que já havia sido praticado no processo de Aclamação do Imperador: dialogar diretamente com as Câmaras Municipais, consideradas *legítimas representantes* dos povos.³⁶

O Projeto do Conselho de Estado chegou à capital mineira no dia 4 de Janeiro de 1824, sendo imediatamente lido e examinado pelo Senado da Câmara, então presidido pelo Coronel Nicoláo Soares do Couto (pois o Juiz de Fora, o Doutor Antonio Augusto Monteiro de Barros, ocupava interinamente o lugar de Ouvidor e Corregedor da Comarca). Após ponderarem os prós e contras do Projeto, os membros da Câmara de Ouro Preto chegaram à conclusão de que era melhor “desfrutarem sem delonga os imensos bens e prosperidades” assegurados pelo mesmo. Além disso, consideravam conveniente “prevenir qualquer funesto acontecimento pela demora da reunião da Assembléia Constituinte e Legislativa”. Por esse motivo, julgaram por bem convocar seus concidadãos “para que, declarando cada um, livre e espontaneamente, seus sentimentos, se reconheça a opinião pública”. Manifestavam, desde logo, o desejo de suplicar ao Imperador “que imediatamente seja jurado o mencionado

³⁶ SCHIAVINATTO, Iara Lis Franco. “A adesão das câmaras e a figura do Imperador”, in: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 367-394, 1998; CHACON, Vamireh & RODARTE, Claus. *História do Legislativo Brasileiro: Câmaras Municipais*. Volume I. Brasília: Senado Federal, 2008; SOUSA, Maria Aparecida Silva de. “Nação, Pátria e Império: as câmaras municipais e a Independência”, in: MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Saens (org.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. Franca: Olho d’água, 2004, p. 65-76. LIMA, André Nicacio. “As câmaras municipais na crise da independência: Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás (1821-1825)”. *Almanack Braziliense*, São Paulo, v. 1, p. 114-119, 2005.

Projeto, observando-se desde já como Constituição e Lei Fundamental do Império”. A *Abelha do Itaculuny*, em seu terceiro número (publicado doze dias após essa decisão), deu publicidade a essa convocação. No mesmo número da *Abelha*, eram convocados os cidadãos de Ouro Preto para a Assembléia Paroquial – primeira etapa do escalonado processo de *representação democrática*, a ser culminado pela instalação da Assembléia Geral (prevista, até então, para ser não só Legislativa, mas também Constituinte).³⁷ Esse procedimento, observado na capital provincial, seria repetido em diversos outros municípios da província.

A primeira providência tomada pelos redatores da *Abelha do Itaculuny*, a fim de divulgar o Projeto de Constituição elaborado pelo Conselho de Estado, foi a publicação (que ocupou quatro números de sua folha) da análise do Projeto empreendida pelo periódico *Estrella Brasileira*, publicado na Corte.³⁸

Entrementes, como esperado, estiveram reunidos na capital provincial, aos 23 de Janeiro, nos Paços do Conselho da Câmara, o Ouvidor e Corregedor Interino da Comarca (Doutor Antonio Augusto Monteiro de Barros), o Juiz Presidente pela Lei (Coronel Nicoláo Soares do Couto), e mais “Vereadores e Procurador da Câmara, todas as classes de Cidadãos [...] e [Homens] Bons da mesma Cidade e Termo”. Discutido o Projeto de Constituição elaborado pelo Conselho de Estado, e a proposta apresentada pela Câmara de Ouro Preto, decidiu-se, por unanimidade, que se suplicasse ao Imperador que o mencionado Projeto “se observasse, desde já, como Constituição e Lei Fundamental do Império e que ao mesmo se prestasse solene e inviolável juramento a fim de que, quanto antes, se execute tudo quanto nele se contém”. Essa decisão ganharia imediata publicidade nas páginas da *Abelha do Itaculuny*.³⁹ Os redatores da *Abelha*, que apoiavam a decisão, ao comentarem-na em sua folha, fizeram um misto de previsão e recomendação: “ousamos asseverar que toda a

³⁷ *Abelha do Itaculuny* (3), 16/01/1824, pp. 11-12.

³⁸ *Abelha do Itaculuny* (2), 14/01/1824, pp. 6-7; *Abelha do Itaculuny* (4), 19/01/1824, pp. 13-15; *Abelha do Itaculuny* (5), 21/01/1824, p. 20; *Abelha do Itaculuny* (7), 26/01/1824, p. 28.

³⁹ *Abelha do Itaculuny* (7), 26/01/1824, pp. 25-26.

Província não deixará de seguir o tão gentil exemplo da Capital”. Preocupados com a incerteza – não só política, mas também jurídica – de então, argumentavam que era preciso, o quanto antes, restabelecer a ordem.

Ora, qual homem de boa fé não arde em desejos de se considerar a coberto dos males e sustos que, nas crises políticas, produzem as ondulações populares? [...] É adágio antigo (e, nas nossas Minas, mui vulgar): “quero saber a Lei em que hei de viver”. Além disto, é melhor – e muito melhor! – um “toma” do que dois “te darei”; pois não somos em tempo de perder tempo [...].⁴⁰

A fim de facilitar aos cidadãos o acesso ao texto do Projeto de Constituição elaborado pelo Conselho de Estado, os redatores da *Abelha* o transcreveram em sua folha, na íntegra, o que ocupou vinte e cinco números consecutivos, publicados entre o dia 30 de Janeiro e o dia 26 de Março.⁴¹

As notícias chegadas da Corte podem ter contribuído para que a municipalidade ouropretana aceitasse, de maneira unânime, o Projeto de Constituição elaborado pelo Conselho de Estado. No mesmo dia previsto para a reunião dos cidadãos de Ouro Preto, publicava-se, na primeira página da *Abelha do Itaculuny*, a resposta dada pelo Imperador ao Senado da Câmara da Muito Heróica e Leal Cidade do Rio de Janeiro, que lhe suplicava a adoção imediata do Projeto de Constituição como Lei Fundamental do Império, sem que para isso fosse necessária nova Assembléia Geral Constituinte. “Folgo muito e Me lisonjeio sobremaneira”, respondeu-lhe o Imperador, “vendo que esta Província [do Rio de Janeiro] se agradou tanto do Projeto de Constituição”. “Eu sinto não poder imediatamente dar uma resposta definitiva por ser, por ora, esta Província unicamente a representante [de tais

⁴⁰ *Abelha do Itaculuny* (8), 28/01/1824, p. 29.

⁴¹ *Abelha do Itaculuny* (9), 30/01/1824, pp. 33-34; *Abelha do Itaculuny* (10), 02/02/1824, pp. 37-38; *Abelha do Itaculuny* (11), 04/02/1824, pp. 41-42; *Abelha do Itaculuny* (12), 06/02/1824, pp.45-46; *Abelha do Itaculuny* (13), 09/02/1824, pp. 49-50; *Abelha do Itaculuny* (14), 11/02/1824, p.53; *Abelha do Itaculuny* (15), 13/02/1824, p. 57; *Abelha do Itaculuny* (16), 16/02/1824, pp. 61-62; *Abelha do Itaculuny* (17), 18/02/1824, pp. 65-66; *Abelha do Itaculuny* (18), 20/02/1824, pp. 69-70; *Abelha do Itaculuny* (19), 23/02/1824, pp. 73-74; *Abelha do Itaculuny* (20), 25/02/1824, pp. 77-78; *Abelha do Itaculuny* (21), 27/02/1824, pp. 81-82; *Abelha do Itaculuny* (22), 01/03/1824, p.85; *Abelha do Itaculuny* (23), 03/03/1824, pp.89-90; *Abelha do Itaculuny* (24), 05/03/1824, p.93; *Abelha do Itaculuny* (25), 08/03/1824, pp. 97-98; *Abelha do Itaculuny* (26), 10/03/1824, pp. 101-102; *Abelha do Itaculuny* (27), 12/03/1824, p.105; *Abelha do Itaculuny* (28), 15/03/1824, p. 109; *Abelha do Itaculuny* (29), 17/03/1824, p. 113; *Abelha do Itaculuny* (30), 19/03/1824, p. 117; *Abelha do Itaculuny* (31), 22/03/1824, p. 121; *Abelha do Itaculuny* (32), 24/03/1824, p. 125; e *Abelha do Itaculuny* (33), 26/03/1824, p. 129.

desejos]”. O Imperador, não ocultando seus sentimentos, dizia ainda: “Espero [...] que os mesmos desejos apareçam em outros e, logo que estes se patenteiem da mesma maneira, Expedirei as Ordens necessárias para Jurarmos o novo Pacto Social”. Além do mais, acenava com uma promessa irrecusável: “Jurado que seja o Projeto como Constituição, Passaremos do estado de convulsão ao de uma estabilidade inabalável”. Em favor do Projeto, o Imperador disse ainda, retomando uma linha de raciocínio que tanta polêmica havia gerado na malograda Constituinte: “Naquele Projeto estão exarados os Meus Sentimentos Constitucionais, o Meu Amor pelo Brasil, e a Minha Filantropia: ele seguramente é digno do Monarca e do generoso Povo Brasileiro”. Com a justificativa de que, acatada a súplica do Senado da Câmara, fazia-se desnecessária a convocação de uma nova Constituinte, o Imperador mandou ainda que se suspendessem as eleições para a mesma.⁴²

Num cenário dominado pela incerteza, governantes e governados partilhavam temor e esperança: ambos temiam a continuação do “estado de convulsão” e desejavam “uma estabilidade inabalável”. Os termos desta estabilidade, propostos no Projeto do Conselho de Estado, encontraram vasta aceitação entre as Câmaras Municipais do Império, sobretudo nas províncias meridionais. Obtido o apoio que buscava para a nova ordem projetada, o Governo Imperial expediu o Decreto de 11 de Março: por este, mandava o Imperador que, dali a duas semanas, se procedesse ao juramento do Projeto de Constituição elaborado pelo Conselho de Estado, tornando-o a Lei Fundamental do Império. Tão logo recebeu a notícia, a *Abelha do Itaculumy* divulgou-a, o que só veio a acontecer no final do mês de Março (quando, na Corte, já havia sido cumprido o referido Decreto). Os redatores da *Abelha*, entusiasmados com os acontecimentos, saudaram o juramento da Constituição como algo capaz de operar o “milagre político” da conciliação dos partidos. “É [...] tempo de ficarem sepultadas, em perpétuo esquecimento, todas as intrigas, todas as dissidências e rivalidades”, pregavam em sua folha.⁴³

⁴² *Abelha do Itaculumy* (6), 23/01/1824, p. 21.

⁴³ *Abelha do Itaculumy* (35), 31/03/1824, pp. 137, 140.

Coube ao Doutor Jozé Teixeira da Fonseca Vasconcellos, deputado por Minas à Assembléia Geral Constituinte no ano anterior, a responsabilidade por fazer-se cumprir, em Minas, o Decreto de 11 de Março. Nomeado Presidente da Província aos 25 de Novembro do ano anterior, o Doutor Jozé Teixeira só veio a tomar posse do cargo, em Ouro Preto, no dia 26 de Fevereiro daquele ano. Quando havia pouco mais de um mês que ele estava na presidência, chegaram-lhe as ordens de se proceder ao juramento do Projeto de Constituição do Conselho de Estado. No dia 30 de Março, expediu ordens para todas as Câmaras Municipais da Província de Minas Gerais. Ajudou na divulgação dessas ordens a *Abelha do Itaculamy*, que as fez publicar no seu número seguinte, de 2 de Abril.⁴⁴ Até o final do mês, a Constituição haveria de ser jurada na maioria das Câmaras Municipais da Província de Minas Gerais.⁴⁵

Nesse ínterim, na Corte, foi expedido o Decreto de 26 de Março, que mandava proceder à eleição de Senadores e Deputados à Assembléia Geral. Destituída de seu caráter Constituinte, em razão da adoção do Projeto do Conselho de Estado como Lei Fundamental do Império, a nova Assembléia, cuja composição e atribuições vinham definidas no texto constitucional, seria meramente Legislativa. As *Instruções* eleitorais, exaradas pela Secretaria dos Negócios do Império, foram remetidas aos Presidentes das Províncias. Em Minas, o Doutor Jozé Teixeira, além dos cuidados que teve de remetê-las diretamente às autoridades municipais, deu-lhes também publicidade pelas páginas da folha ouropretana *Abelha do Itaculamy*. Ao longo de nove números, publicados entre os dias 23 de Abril e 12 de Maio, a

⁴⁴ *Abelha do Itaculamy* (36), 02/04/1824, pp. 142-143.

⁴⁵ Somente no mês de Abril, foi jurada a Constituição em Ouro Preto (dia 8); Campanha (dia 16); Sabará, Vila do Príncipe e Minas Novas (dia 18); Barbacena e Tamanduá (dia 19); Caeté (dia 20); e Mariana (dia 27). No mês de Maio, ela foi jurada em São João del-Rei (dia 1º) e em Queluz (dia 2). Em Paracatu, provavelmente o último município de Minas em que a Constituição do Império foi jurada, o juramento só veio a acontecer no mês de Junho (dia 13). Não foi possível apurar quando aconteceu o juramento em Pitangui, São José, Baependi e Jacuí – mas é de se esperar que tenha sido em Abril ou Maio. Vide *Abelha do Itaculamy* (81), 16/07/1824, p. 321; *Abelha do Itaculamy* (85), 26/07/1824, pp. 337-339; “Memorias municipaes IV – Camara de Paracatu”, in: *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Anno I, Fasciculo 2º. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1896, pp. 286-287.

Abelha divulgou pela província mineira a forma segundo a qual os Senadores e Deputados à Assembléia Geral do Império deveriam ser eleitos.⁴⁶

A Constituição do Império

No texto constitucional que acabou adotado pelo Império (vide Anexo 1), eram estabelecidos quatro poderes políticos: o Legislativo, o Moderador, o Executivo, e o Judicial. Todos eram considerados delegações da Nação, sendo o Imperador e a Assembléia Geral considerados os seus representantes.⁴⁷ O Imperador era o Chefe do Poder Executivo e o exercitava por meio de seus ministros de Estado, sendo-lhe também delegado privativamente o Poder Moderador.⁴⁸

Na chefia do Poder Executivo, cumpria-lhe a convocação ordinária da Assembléia Geral, a nomeação de bispos, magistrados, comandantes militares, agentes diplomáticos, e mais empregados civis (como, por exemplo, os presidentes das províncias); a condução da política externa (comércio, finanças, defesa e assuntos eclesiásticos), levando ao conhecimento da Assembléia Geral os tratados internacionais por ele firmados quando permitisse o interesse e a segurança do Estado; a provisão de tudo que fosse concernente à segurança interna e externa do Estado, na forma da Constituição; a expedição de decretos, instruções e regulamentos adequados à boa execução das leis; a concessão, na forma da lei, de cartas de naturalização; e a recompensa dos serviços feitos ao Estado (dependendo as mercês pecuniárias da aprovação da Assembléia, quando não estivessem já designadas e taxadas por lei). Poderia também, por meio de qualquer dos ministros de Estado, enviar proposições à Câmara dos Deputados que, examinadas pelas comissões competentes, poderiam ser

⁴⁶ *Abelha do Itaculuny* (45), 23/04/1824, pp. 177-178; *Abelha do Itaculuny* (46), 26/04/1824, pp. 181-182; *Abelha do Itaculuny* (47), 28/04/1824, pp. 185-186; *Abelha do Itaculuny* (48), 30/04/1824, pp. 189-190; *Abelha do Itaculuny* (49), 03/05/1824, pp.193-194; *Abelha do Itaculuny* (50), 05/05/1824, pp. 197-198; *Abelha do Itaculuny* (51), 07/05/1824, p. 201; *Abelha do Itaculuny* (52), 10/05/1824, pp. 205-206; *Abelha do Itaculuny* (53), 12/05/1824, pp. 209-210.

⁴⁷ *Carta de Lei de 25 de março de 1824*, artigos 10, 12 e 11.

⁴⁸ *Idem*, artigos 102 e 98.

convertidas em Projetos de Lei – a serem discutidos depois do relatório das respectivas comissões e votados normalmente pelos membros da casa (seguindo depois para o Senado, caso aprovados – com ou sem emendas –, que poderia, após deliberação e votação, rejeitá-los, alterá-los ou emendá-los, voltando os Projetos de Lei ao Imperador para que os sancionasse ou não). Os Ministros de Estado deveriam referendar ou assinar todos os Atos do Poder Executivo, sem o que não poderiam ter execução – sendo os ministros responsáveis por traição, peita, suborno, concussão, abuso de poder, falta de observância da Lei, atentar contra a liberdade, segurança ou propriedade dos cidadãos, ou qualquer dissipação dos bens públicos (não salvando aos ministros da responsabilidade a ordem do Imperador, vocal ou por escrito). No caso de ser cometido algum crime de responsabilidade, cabia à Câmara dos Deputados decretar que tinha lugar a acusação dos Ministros de Estado (acusação essa que poderia ser feita por qualquer cidadão) e agitá-la junto ao Senado, sendo atribuição exclusiva deste o julgamento dos casos.⁴⁹

No exercício do Poder Moderador, por sua vez, o Imperador – cuja pessoa era inviolável e sagrada, não estando sujeito a responsabilidade alguma – poderia sancionar os Decretos e Resoluções da Assembléia Geral para que tivessem força de Lei; aprovar ou suspender interinamente as Resoluções dos Conselhos Gerais das Províncias quando não estivesse reunida a Assembléia Geral (a quem cabia transformá-las em Projetos de Lei e, por uma única discussão em cada câmara, rejeitá-las ou aprová-las, submetendo-as à sanção imperial); convocar extraordinariamente a Assembléia Geral; prorrogá-la ou adiá-la, dissolvendo a Câmara dos Deputados nos casos em que exigisse a salvação do Estado, convocando imediatamente outra que a substituísse; nomear, dentre os escolhidos pelas assembleias eleitorais, os Senadores; nomear e demitir livremente os Ministros de Estado; suspender os magistrados em caso de queixas contra os mesmos (precedendo audiência dos

⁴⁹ *Idem*, artigos 102, 98, 53, 54, 132, 38 e 47.

mesmos juízes, informação necessária, e ouvido o Conselho de Estado); perdoar e moderar as penas impostas aos réus condenados por sentença; conceder anistia em caso urgente e que aconselhassem a humanidade e o bem do Estado. Em todas as ocasiões que se propusesse exercer qualquer das atribuições próprias do Poder Moderador (à exceção da nomeação e demissão dos Ministros de Estado), o Imperador deveria, porém, ouvir o Conselho de Estado.⁵⁰

Os Conselheiros de Estado, vitalícios, eram nomeados pelo Imperador, a quem deveriam jurar fidelidade e aconselhá-lo segundo suas consciências, atendendo somente ao bem da Nação. Juravam também manter a religião católica apostólica romana e observar a Constituição e as Leis, sendo responsáveis pelos conselhos que dessem, opostos às Leis e ao interesse do Estado, manifestamente dolosos (cabendo, como no caso dos ministros de Estado, o acatamento da acusação à Câmara dos Deputados e o julgamento ao Senado). O número de Conselheiros não deveria exceder a dez, não compreendidos nesse número o Príncipe Imperial (herdeiro presuntivo do Trono), que seria Conselheiro de Estado de direito, assim que completasse dezoito anos de idade, e os demais Príncipes da Casa Imperial, que dependiam de nomeação do Imperador para integrarem o Conselho de Estado. Para ser Conselheiro de Estado, exigiam-se as mesmas qualidades que deveriam concorrer para que alguém pudesse ser Senador.⁵¹

O Senado, câmara alta da Assembléia Geral, era composto por membros vitalícios. Constituíam o elemento aristocrático do Império, servindo de contrapeso ao elemento monárquico (o Imperador) e ao elemento democrático (as escolhas dos cidadãos reunidos em assembléias) instituídos pela Carta de Lei de 1824. Se, na nomeação dos Conselheiros de Estado, o Imperador tinha livre iniciativa para escolhê-los, na nomeação dos Senadores, a Coroa deveria acatar a preferência dos cidadãos reunidos em Assembléias Eleitorais, em

⁵⁰ *Idem*, artigos 101, 62, 86, 87 e 154, 142.

⁵¹ *Idem*, artigos 137 a 144, 38 e 47.

votações provinciais (desde que, em ambos os casos, respeitadas as exigências quantitativas e qualitativas determinadas pela Constituição). Cada província tinha direito a no mínimo um Senador na Assembléia Geral, dando tantos Senadores quanto fossem metade de seus respectivos Deputados (ignoradas as frações). Para cada assento a que a província tinha direito na Assembléia Geral, o cidadão-eleitor deveria indicar três nomes: a escolha do Imperador deveria recair em um dos três mais votados em cada província. Dessa forma, eram alçados à esfera nacional não só as notabilidades provinciais – de cujo meio poderiam ser extraídos (como de fato foram) os Presidentes de Províncias, Ministros e Conselheiros de Estado – mas também as celebridades nacionais, nem sempre ligadas à província que as elegia para o Senado. Formavam, literalmente, a *élite* do Império, uma vez que eram eleitos por seus co-cidadãos e pelo Imperador para os altos postos que ocupavam. Para ser Senador, ou Conselheiro de Estado, era preciso ser cidadão brasileiro no gozo de seus direitos políticos; ter acima de quarenta anos de idade; ter rendimento anual por bens, indústria, comércio ou emprego, a soma de oitocentos mil réis; e ser pessoa de saber, capacidade e virtudes, com preferência os que tivessem feito serviços à Pátria. Os Príncipes da Casa Imperial, tão logo chegassem à idade de vinte e cinco anos, teriam, por direito, assento no Senado.⁵²

Além de participar no processo de confecção das leis do Império (respeitada a iniciativa conferida à Câmara dos Deputados no que tocasse à criação de impostos e realização de recrutamentos, bem como a discussão das propostas do Poder Executivo), era de atribuição exclusiva do Senado não só julgar os crimes de responsabilidade pelos quais os Ministros e Conselheiros de Estado fossem acusados pela Câmara dos Deputados (a partir de denúncia feita por qualquer cidadão), mas também seus delitos individuais, bem como os cometidos pelos Membros da Família Imperial, Senadores e Deputados em exercício do mandato (nesse caso, a acusação deveria ser agitada perante o Senado pelo Procurador da

⁵² *Idem*, artigos 40 a 46.

Coroa e Soberania Nacional, podendo ser auxiliado pela parte ofendida). Cabia também ao Senado, reunido em caráter extraordinário, a convocação da Assembléia Geral caso o Imperador não a tivesse feito dois meses depois do tempo que a Constituição o determinava, bem como convocar a Assembléia Geral na morte do Imperador para a eleição da Regência, nos casos em que ela tivesse lugar. Era assegurado aos Senadores um subsídio igual, e mais metade, ao que era dado aos Deputados.⁵³

Se a aristocracia brasileira formada no Senado tinha importante participação nas funções deliberativas e judiciais da Nação, dispondo de autonomia bastante para, uma vez aclamada pelo elemento democrático (pelo ato da eleição) e pelo elemento monárquico (pelo ato da nomeação), agir de maneira independente com relação a um e outro (em função da vitaliciedade da função), não menos importante era o papel da Câmara dos Deputados (ápice do processo de construção representativo-democrática iniciada nas Assembléias Paroquiais e consumada nas Assembléias Eleitorais) – a qual buscava sintetizar as mui distintas realidades provinciais no complexo mosaico nacional.

Considerada nesse contexto a Câmara dos Deputados, competia-lhe, na confecção das leis do Império, conforme já foi dito, a iniciativa sobre impostos e recrutamentos, bem como a discussão das propostas do Poder Executivo. Era-lhe igualmente privativa a iniciativa sobre a escolha de nova dinastia, no caso de extinção da imperante, o exame da administração anterior e reforma dos abusos nela introduzidos, a proposição para reforma de algum artigo constitucional, e a acusação de Ministros e Conselheiros de Estado por crimes de responsabilidade.⁵⁴

Como bem ressaltou José Antonio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente, um dos maiores exegetas da Constituição do Império, por serem de iniciativa da câmara eletiva temporária a “lei do orçamento, qualquer projeto sobre contribuições, a lei de fixação de

⁵³ *Idem*, artigos 36, 47, 48 e 51; *Lei de 15 de outubro de 1827*.

⁵⁴ *Carta de Lei de 25 de março de 1824*, artigos 36, 37, 38, 48, 133, 134, 143 e 174.

forças, o recrutamento de mar ou terra, toda e qualquer medida que importar alguns desses sacrifícios”, esse “privilégio da proposição, essa prioridade de exame, de discussão e de voto” dava aos Deputados “uma esfera superior de atividade, uma força maior na fiscalização desses sacrifícios, e dos serviços públicos que estão com ele ligados”. Ressaltou ainda:

Se essa Câmara rejeita a medida, a rejeição é peremptória, pois que o Senado não pode propô-la; se adota, os termos da adoção vêm já acompanhados do juízo expressado, das circunstâncias dos debates, de uma influência moral ou predomínio importante, que gera impressão sobre a opinião pública e que deve ser bem considerado pelo Senado, que antes disso não é chamado a manifestar suas idéias.

Acresce que, por uma conseqüência lógica e rigorosa, o Senado não pode mesmo emendar tais projetos no fim de aumentar por forma alguma o sacrifício do imposto ou do recrutamento, ou de substituir a contribuição por outra mais onerosa, pois que seria exercer uma iniciativa nessa parte. Seu direito limita-se a aprovar, rejeitar ou emendar somente no sentido de diminuir o peso ou a duração desses gravames.⁵⁵

Da mesma forma, a iniciativa na discussão (daí resultando sua aprovação ou rejeição, antes da intervenção do Senado) das propostas do governo; das reformas constitucionais; da fiscalização, reforma, e eventual acusação da administração imperial (isto é, os Ministros e Conselheiros de Estado) por crimes de responsabilidade; tudo isso conferia grande importância àqueles que, na definição do Marquês de São Vicente, deveriam ser “mais dependentes dos povos, com quem estão em contato permanente e de cujas afeições e confiança depende a sua reeleição ou sua desautoração desde que olvidem seus deveres”. Acresce ainda que, ao deterem a iniciativa da escolha de nova dinastia, cumpria aos Deputados “indicar, a manifestar onde estão as simpatias, o amor, a confiança dos povos, das províncias e localidades; qual a escolha que reúne maior número de seus votos, qual o seu maior desejo ou preferência”.⁵⁶

Tais elementos democráticos, existentes na Carta de Lei de 1824, ainda que não constituíssem uma democracia absoluta, não passaram despercebidos por muitos autores, entre os quais cumpre destacar João Camillo de Oliveira Torres, que, em sua monumental

⁵⁵ BUENO, José Antônio Pimenta. *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império* (1857), transcrito integralmente em: KUGELMAS, Eduardo (org.). *José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente*, São Paulo: Ed. 34, 2002, p.173.

⁵⁶ *Idem, ibidem*, pp.174-177 e 173.

obra *A Democracia Coroada, Teoria Política do Império do Brasil*, não perde de vista a *origem democrática* tanto da monarquia, quanto da aristocracia brasileiras – ainda que exagere um pouco no caráter democrático do regime monárquico-constitucional-representativo e deixe de notar o potencial auto-destrutivo da constituição de tipo misto adotada pelo Império (haja vista a disputa travada entre os elementos que a compunham pela representação existencial da Nação brasileira).⁵⁷

Se tal era a disposição dos elementos sócio-políticos do Brasil oitocentista no projeto constitucional elaborado pelo Conselho de Estado, cumpre destacar que, a despeito de várias semelhanças com o projeto elaborado no seio da Constituinte, o texto apresentado pelo Conselho de Estado apresentava algumas diferenças significativas: no que diz respeito à disputa pela representação existencial da Nação, são dignas de nota a autoridade conferida ao Imperador para dissolver a Câmara dos Deputados e convocar a eleição de outra que a sucedesse, inexistente no projeto elaborado pela Assembléia Constituinte (que previa apenas o adiamento da Assembléia pelo Imperador); a supressão do artigo do projeto da Assembléia Constituinte que atribuía privativamente à Câmara dos Deputados requerer à Coroa a demissão motivada dos Ministros de Estado que parecessem nocivos ao bem público, ainda que essa demissão pudesse ser indeferida pelo Imperador (intervenção inexistente no projeto do Conselho de Estado – que admitia, no entanto, a acusação por crimes de responsabilidade); e a exclusão do artigo que isentava da sanção do Imperador, entre outros temas, não só a

⁵⁷ TORRES, João Camillo de Oliveira. *A Democracia Coroada, Teoria Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957. *Vide tb*, do mesmo autor, *Os Construtores do Império, Ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. Em ambos os livros, o autor demonstra uma percepção sem igual da teoria e prática políticas do Brasil oitocentista, ressaltando o princípio imanentista do democratismo (no sentido de “um poder ‘dentro’ do povo, imanente ao povo”), contraposto ao princípio transcendentalista do monarquismo (no sentido de “um poder sobre o povo, ‘transcendental’ ao povo”), bem como a incompatibilidade das fórmulas políticas propostas pelos que advogavam um e outro princípio (os quais, por vezes, padeciam de uma recíproca ininteligibilidade crônica). Oliveira Torres, a despeito de ignorar a concepção constitucional aristotélico-polibiana que embasava a Carta de Lei de 1824, intuiu com bastante agudeza que: “Se os conservadores aceitavam todos os dogmas da fé liberal [...], sentimos que aceitavam um certo conceito de democracia, diferente dos liberais radicais, dos ‘jacobinos’, mas, não obstante, justo” (*Os Construtores do Império*, p.193). A diferença entre conservadores e liberais, em verdade, dizia menos respeito ao *tipo* de democracia que à amplitude da mesma, em razão da valoração a partir da qual concebiam sua relação com os demais poderes constitucionais (a monarquia e a aristocracia imperiais).

Constituição que a Assembléia fizesse, como também toda e qualquer reforma constitucional futura. No projeto da Constituinte, caso o Imperador não negasse a sanção nos decretos da Assembléia no prazo de um mês, ainda que lhes faltasse a sanção imperial, nem por isso eles deixavam de ser obrigatórios: no projeto do Conselho de Estado, na ausência da sanção imperial, ficava entendido que o decreto havia sido vetado. Quanto à natureza do veto, porém, o princípio era o mesmo em ambos os projetos: suspensivo apenas.⁵⁸

Se, no projeto da Assembléia, o Imperador, limitado ao papel de administrador e co-legislador ordinário, era excluído não só do processo constituinte originário, mas de toda e qualquer reforma futura, praticamente controlada por uma Câmara dos Deputados indissolúvel, o projeto do Conselho de Estado não só fez do Imperador o proponente do processo constituinte originário, como também fez dependente de sua sanção toda e qualquer proposta de reforma, ainda que fosse atribuída a iniciativa a uma Câmara dos Deputados dissolúvel pelo Imperador (ouvido antes – e compulsoriamente – o Conselho de Estado). O caráter suspensivo do veto imperial, no entanto, acabava funcionando, nos dizeres do Marquês de São Vicente, como “um apelo ao povo por duas legislaturas”, valendo tal princípio também para as propostas reformistas.

Cumprindo ainda destacar que, mesmo tendo trazido a figura do Imperador ao processo constituinte, o Conselho de Estado simplificou grandemente o processo reformador: pelo projeto da Assembléia, era preciso que dois terços de cada câmara (a vitalícia e a temporária), por três legislaturas consecutivas, proferissem voto pela reforma de algum artigo, a fim de que fosse convocada uma assembléia de revista (esta, formada por uma sala só, igual em número aos dois terços dos membros de ambas as câmaras, eleita ao modo da Câmara dos Deputados exclusivamente para a reforma dos artigos previamente designados).⁵⁹ No projeto do Conselho de Estado, quatro anos após o juramento da Constituição poderia se proceder à sua

⁵⁸ Vide os artigos 142, 91, 121, 115 e 113 do projeto constitucional de 1823, contrapostos ao artigo 101, parágrafos V e VI, e aos artigos 67 e 64 da Carta de Lei de 1824.

⁵⁹ Vide os artigos 268 a 272 do projeto constitucional de 1823.

reforma, bastando que a proposição para tal fosse apoiada por um terço do número de deputados (onde deveria ter origem tal discussão) e, lida por três vezes com intervalo de seis dias uma da outra leitura, deliberasse a Câmara dos Deputados se poderia tal proposição ser admitida à discussão, seguindo tudo o mais que fosse preciso para a formação de uma lei ordinária. Admitida a discussão e vencida a necessidade de reforma do artigo constitucional, expedir-se-ia uma lei – que deveria ser sancionada e promulgada pelo Imperador em forma ordinária, e na qual se ordenaria aos eleitores dos deputados para a seguinte legislatura que conferissem aos eleitos a faculdade especial para a pretendida alteração ou reforma.⁶⁰ No projeto da Assembléia, a idéia reformista precisava empolgar dois terços de cada câmara por três legislaturas seguidas; no projeto do Conselho de Estado, bastava, passados quatro anos após o juramento da Constituição, empolgar um terço da Câmara dos Deputados e, após três leituras, admitida, discutida e aprovada, seguir os trâmites de uma lei ordinária. Ainda que o Imperador pudesse denegar a proposta de reforma, seu veto teria valor meramente suspensivo: todas as vezes que duas legislaturas que se seguissem àquela que havia aprovado o projeto tornassem sucessivamente a apresentá-lo nos mesmos termos, o Imperador seria obrigado a sancioná-lo.

Além disso, pelo artigo 126 do projeto do Conselho de Estado, ganhavam o elemento aristocrático e o elemento democrático armas contra o monarca, pois se o Imperador, por causa física ou *moral*, evidentemente *reconhecida pela pluralidade de cada uma das câmaras da Assembléia*, se impossibilitasse para governar, em seu lugar governaria, como Regente, o Príncipe Imperial, se for mais de dezoito anos. No caso da menoridade do Príncipe Imperial, ou mesmo do novo Imperador (caso, em vez de simplesmente afastado do governo o antigo por “causa física ou moral”, falecesse o “Chefe Supremo da Nação”), uma Regência assumiria o governo. Ela deveria ter caráter permanente e ser composta por três membros. Pertenceria a

⁶⁰ *Carta de Lei de 25 de Março de 1824*, artigos 174 a 177.

essa Regência o parente mais chegado do Imperador, na ordem da sucessão, maior de vinte e cinco anos. Na ausência deste, presidiria a Regência o membro mais velho do trio, a ser eleito pela Assembléia Geral.⁶¹ Pouco diferia esse trecho do projeto elaborado pelo Conselho de Estado do projeto da Assembléia, que, em vez da simples pluralidade de votos, exigia dois terços dos votos de cada câmara para que se decretasse o impedimento do Imperador, e fazia da eleição da Regência trina permanente, na ausência de parente próximo do Imperador, escolha do Senado sobre lista tríplice da Câmara dos Deputados.⁶²

Adotado como Lei Fundamental o Projeto de Constituição do Conselho de Estado, era preciso eleger os membros dos órgãos políticos por ela estabelecidos. Para tanto, foram convocados os cidadãos a quem a Constituição conferia direitos políticos.

As Instruções Eleitorais

Ser cidadão brasileiro era condição necessária, mas não suficiente, para alguém gozar de direitos políticos no Império do Brasil.

Eram reconhecidos como cidadãos brasileiros natos todos os nascidos no Brasil que não vivessem em cativeiro. Não importava, do ponto de vista legal, se o indivíduo era *ingênuo* (nascido em liberdade) ou *liberto* (adquiriu a liberdade – e, com ela, a cidadania – depois de adulto). Para alguém ser reconhecido como cidadão brasileiro nato, tampouco importava se era filho de estrangeiro – conquanto esse não estivesse no Brasil a serviço de sua nação (nesse último caso, era assegurada aos filhos de estrangeiros a nacionalidade do pai, sendo-lhes permitida, porém, depois de adultos, a opção pela nacionalidade brasileira por meio de uma carta de naturalização). No caso dos expostos em território nacional, não se indagava a nacionalidade dos pais ou a sua própria: eram sumariamente acolhidos como cidadãos brasileiros natos. Quanto aos nascidos fora do Brasil, esses poderiam vir a ser reconhecidos

⁶¹ *Idem*, artigos 122 a 125.

⁶² *Vide* os artigos 160 a 166 do projeto constitucional de 1823.

como cidadãos brasileiros natos em três circunstâncias: caso fossem filhos de pai ou mãe brasileiros, conquanto estabelecessem domicílio no Império; caso fossem filhos de pai brasileiro a serviço do Império no estrangeiro, mesmo que não estabelecessem domicílio no Brasil; e, como não havia, antes da dissolução do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a distinção de nacionalidade para os súditos daquela Coroa – quer fossem nascidos na Europa, América, África ou Ásia –, acolheu-se como cidadãos brasileiros todos aqueles que, nascidos em qualquer parte do extenso império transcontinental português, sendo já residentes no Brasil na época em que se proclamou a Independência, tivessem a essa aderido expressa ou tacitamente pela continuação de sua residência no Brasil.

A cidadania brasileira poderia ser também adquirida por meio da naturalização. As condições ou qualidades necessárias para que alguém pudesse obter Carta de Naturalização só viriam a ser designadas pela Lei regulamentar de 23 de Outubro de 1832. Poderia requerê-la todo o estrangeiro que provasse ser maior de vinte e um anos; estar no gozo dos direitos civis do país a que pertencesse, ou os haver perdido por motivos absolutamente políticos; ter residido no Brasil por quatro anos consecutivos após haver declarado, na Câmara do município em que se tivesse estabelecido, seus princípios religiosos, sua pátria, e sua pretensão de fixar seu domicílio no Império; ser possuidor de bens de raiz no Brasil, ter parte em algum estabelecimento industrial, exercer alguma profissão útil, ou, enfim, simplesmente viver honestamente de seu trabalho. Tais exigências, no entanto, poderiam ser diminuídas, facilitando-se assim a naturalização de um indivíduo: bastaria ao estrangeiro solicitá-la à Câmara do município em que residisse, depois de feitas as declarações exigidas pela Lei, no caso de ser ele casado com brasileira; inventor ou introdutor de algum gênero de indústria qualquer; ter adotado algum cidadão brasileiro; ter participado de uma ou mais campanhas militares em serviço do Brasil; ter sido admitido ao magistério de nível secundário ou superior; ou ter sido declarado benemérito pelo corpo legislativo nacional por proposta do

Poder Executivo. Essas eram as regras para os homens nascidos em país estrangeiro.⁶³ No caso das mulheres, bastava-lhes casar com um cidadão brasileiro para que, automaticamente, ganhassem a cidadania brasileira.

Perdê-la-iam os que se naturalizassem em país estrangeiro; os que, sem licença do Imperador, aceitassem emprego, pensão, ou condecoração de qualquer governo estrangeiro; ou os que fossem banidos do Império por sentença.

Definidos, assim, os limites da cidadania – entendida como sinônimo de nacionalidade – brasileira, procurou a Constituição designar as condições ou qualidades necessárias daqueles a quem a nação haveria de conferir alguma autoridade – quer fosse no âmbito circunscrito a uma localidade, quer fosse num escopo mais amplo, que dissesse respeito à nação em sua totalidade. Distinguiam-se, assim, duas categorias de cidadão: os *cidadãos ativos* e os *cidadãos inativos*. A qualquer cidadão brasileiro era assegurado o gozo dos direitos civis, mas somente aos cidadãos ativos cabia o gozo dos direitos políticos.

Para o pleno exercício da cidadania – entendida como o gozo dos direitos políticos definidos e garantidos pela Constituição do Império –, havia outros pré-requisitos, além do critério da nacionalidade. Em primeiro lugar, era preciso pertencer e freqüentar alguma das muitas paróquias em que se dividia o Império. Apesar de a Constituição, que designava a religião católica apostólica romana como a religião do Estado, proteger a liberdade de consciência (pois dispunha que ninguém poderia ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeitasse a do Estado, e não ofendesse a moral pública, permitindo o culto doméstico ou particular de outras religiões que não a católica apostólica romana, conquanto fosse realizado em casas sem forma alguma exterior de templo e previamente destinadas para

⁶³ Pelo menos em teoria, essas regras eram também aplicáveis aos africanos alforriados, uma vez que, não sendo naturais do Brasil, uma vez libertos, ainda assim eram estrangeiros estabelecidos em território nacional. Se houve, na prática, casos de africanos forros solicitando e obtendo junto às Câmaras Municipais a cidadania brasileira, de modo a participarem ativamente do processo eleitoral paroquial, é caso a ser melhor estudado por pesquisas futuras. A brecha legal, para isso, existia.

isso), a lei eleitoral então vigente (vide Anexo 2) determinava que o cidadão, para tomar parte na eleição das autoridades locais, devia constar nos róis de fregueses feitos pelo pároco em cuja igreja seria reunida a assembléia paroquial primária. Daqueles que tivessem seus nomes constantes nos róis elaborados anualmente pelos párocos, só eram admitidos nas assembléias paroquiais primárias aqueles que, sendo brasileiros natos ou naturalizados, fossem maiores de vinte e cinco anos – exceto se fossem filhos-família vivendo em companhia dos pais (nesse caso, só se admitiam os que servissem ofícios públicos – considerados, dessa maneira, emancipados). Admitiam-se excepcionalmente os casados e oficiais militares que, embora não tivessem vinte e cinco anos, todavia fossem maiores de vinte e um, ou os bacharéis formados e clérigos de ordens sacras, de qualquer idade. Ainda assim, era preciso que não fossem religiosos que vivessem em comunidade claustral ou criados de servir (exceto se fossem guarda-livros ou primeiros-caixeiros de alguma casa comercial, administradores de alguma fazenda ou fábrica, ou criados da Casa Imperial que não fossem de galão branco), e tivessem de renda líquida anual, pelo menos, cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio, ou empregos.

Atendidas essas exigências legais, o cidadão era considerado suficientemente ilustrado e senhor de si, dotado de vontade própria, e, portanto, apto para tomar parte nas assembléias paroquiais primárias, onde o voto era aberto (e, portanto, sujeito às reações adversas daqueles que tivessem seus interesses contrariados). Dessas assembléias, contudo, o cidadão que atendesse aos pré-requisitos da lei poderia ser suspenso por incapacidade física ou moral, ou por alguma sentença condenatória a prisão ou degredo, enquanto durassem os seus efeitos.

Reunida a massa dos cidadãos ativos na assembléia paroquial, cabia-lhes escolher aqueles a quem haveriam de conferir alguma autoridade no âmbito local. Àquelas reuniões, competiria eleger os Juizes de Paz (pela Lei de 15 de Outubro de 1827) e os Vereadores (Lei de 1º de Outubro de 1828). Não lhes cumpria, porém, eleger os membros da Assembléia

Geral do Império, do Conselho Geral de Província, e do Conselho de Governo da Presidência de Província. Para a escolha desses, havia outras exigências: era preciso não ter sido escravo; não ter sido pronunciado em querela ou devassa; ter de renda líquida anual, pelo menos, duzentos mil réis por bens de raiz, indústria, comércio, ou emprego; e contar com a confiança da maioria de seus co-paroquianos. As três primeiras exigências tornavam alguém elegível: mas, só com a última, os elegíveis (tendo seus nomes sufragados nas Assembléias Paroquiais primárias) recebiam o mandato de Eleitor Paroquial (os Juizes de Paz e os Vereadores também só poderiam ser escolhidos entre os *elegíveis*). Assim, cada paroquiano apto a participar das eleições primárias, quando da realização dessas, deveria apresentar uma relação, por ele assinada, com os nomes e as ocupações daquelas pessoas habilitadas pela lei que ele desejava ver representando a paróquia na Assembléia Eleitoral: somente aos que, cumprindo os pré-requisitos determinados pela lei, obtivessem a maioria relativa de votos de seus co-paroquianos nessas eleições primárias, cumpria nomear os membros dos corpos consultivos e legislativo.

Ao contrário do que acontecia nas eleições primárias, em que o número de Votantes era ilimitado (conquanto atendessem aos pré-requisitos da lei), nas eleições secundárias, o número de Eleitores era limitado pelo número de fogos existente na Paróquia, isto é, pelo número de lares que a compunham. Não importava se nesse lar habitava um único indivíduo ou uma família inteira, tampouco que correspondesse a um edifício inteiro ou apenas a uma parte dele: todo e qualquer lar era entendido como uma unidade autônoma, independente e inviolável dentro da vida comunal. Se cada Votante respondia por sua pessoa e seus dependentes na assembléia paroquial primária em que prestava seu voto, cada Eleitor Paroquial, na escolha dos representantes provinciais, respondia por cerca de uma centena de lares de sua paróquia. Da mesma forma que nas eleições primárias, era preciso apresentar, nas eleições secundárias, uma relação de nomes, com suas respectivas ocupações, daquelas

pessoas que o Eleitor Paroquial desejava ver representando a província na Assembléia Geral Legislativa do Império, bem como sua localidade no Conselho Geral e no Conselho de Governo da Província. Essa formalidade, todavia, nem sempre era observada.

Diferentes exigências havia para que alguém pudesse ser nomeado membro dos corpos consultivos e legislativo. O artigo 75 da Constituição do Império, ao designar as condições ou qualidades necessárias para que alguém fosse membro dos Conselhos Gerais de Província, limitava-se a exigir que, saindo eleito à pluralidade relativa de votos, fosse maior de vinte e cinco anos, probo, e com decente subsistência. Quanto aos Deputados e Senadores, a Constituição do Império era mais exigente: para ser eleito Deputado, era preciso ser brasileiro nato, professar a religião de Estado e ter, no mínimo, a renda líquida anual de quatrocentos mil réis de bens de raiz, indústria, comércio, ou emprego; para ser Senador era preciso ser nomeado pelo Imperador – ou pelo Regente em seu nome – a partir de uma lista tríplice eleita à pluralidade de votos, só podendo ser nomeado o cidadão brasileiro no gozo de seus direitos políticos, com a idade mínima de quarenta anos, e rendimento anual de – pelo menos – oitocentos mil réis. O número de Deputados variava de província para província, conforme Lei Regulamentar, e o número de Senadores acompanhava o número de Deputados, sendo sempre a metade daquele. Valia o princípio da proporcionalidade tanto na câmara temporária dos Deputados, quanto na câmara vitalícia dos Senadores.

A Abelha do Itaculomy e o partido ministerial

As eleições para a Primeira Legislatura da Assembléia Geral do Império do Brasil foram realizadas, na Província de Minas Gerais, entre os meses de Junho e Julho de 1824. Remetidas, para a capital provincial, as atas dos onze colégios eleitorais em que estava dividida a província, realizou-se, no mês de Outubro, uma apuração geral e final dos votos nela prestados. Por meio desse procedimento, ficaram indicados os trinta nomes dentre os

quais o Imperador haveria de escolher dez para compor a representação mineira na câmara vitalícia (Senadores), bem como os vinte nomes que haveriam de ocupar os assentos reservados à Província de Minas na câmara temporária (Deputados).

A fim de se conhecer a maneira pela qual se configurou a representação provincial mineira na referida legislatura, é preciso fazer algumas perguntas. Quais foram as forças sociais e políticas que se fizeram sentir nessas eleições? Em que convergiam e em que divergiam? Qual o ambiente em que viviam? De quais meios dispunham e de quais se valeram na disputa pelo poder? Por quais nomes se fizeram conhecer?

Na disputa pelos assentos da Assembléia Geral do Império, percebe-se que os redatores da folha ouropretana *Abelha do Itaculummy* favoreceram alguns nomes da extinta Constituinte. Notem-se os elogios feitos ao Cônego Antonio da Roxa Franco e ao Doutor Candido Joze de Araujo Viana, bem como o espaço concedido ao Doutor Joze Antonio da Silva Maya e ao Coronel Antonio Gonçalves Gomide.

Com relação ao Cônego Antonio da Roxa Franco, Vigário da Freguesia Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, uma das duas paróquias em que estava dividida a urbe da Imperial Cidade de Ouro Preto, disseram os redatores da *Abelha*:

Saiu à luz a Oração recitada no dia 8 de Abril por ocasião do Juramento da Constituição nesta Imperial Cidade: escusa-se recomendá-la ao respeitável público porque *só o nome de seu ilustre autor, o Sr. Antonio da Roxa Franco, basta para seu elogio*, cedendo generosamente a impressão à *Sociedade Literaria* desta dita Cidade.⁶⁴

Vê-se, nessa propaganda da *Oração* proferida em Ouro Preto pelo Vigário Franco, o prestígio de que ele gozava junto à *Sociedade Literaria* de Ouro Preto, responsável pela publicação e distribuição da folha *Abelha do Itaculummy*.

⁶⁴ *Abelha do Itaculummy* (62), 02/06/1824, p.248.

O Doutor Joze Antonio da Silva Maya, Juiz de Fora da Fidelíssima Vila do Sabará, foi igualmente favorecido pela *Abelha do Itaculuny* no período das eleições, dando esta folha grande publicidade a seus discursos, proferidos no Sabará.⁶⁵

O Doutor Candido Joze de Araujo Viana, Juiz de Fora da Leal Cidade de Mariana, foi publicamente elogiado, juntamente com o Vigário Franco, em cartas enviadas à *Abelha do Itaculuny* pelo Coronel Antonio Gonçalves Gomide, Tesoureiro da Intendência da Comarca do Rio das Velhas. O conteúdo dessa correspondência, publicada pela *Abelha*, será discutido mais adiante.⁶⁶

É importante destacar que esses quatro nomes (Vigário Franco, Doutor Maya, Doutor Candido e Coronel Gomide) tinham ligações com os maiores do Sabará (entre os quais o Desembargador Jozé Teixeira da Fonseca Vasconcellos, nomeado Presidente da Província de Minas Gerais), e com os maiores do Ouro Preto (entre os quais figuram os Monteiro de Barros, que deram à vizinha Província de São Paulo seu primeiro presidente após a dissolução da Constituinte: o Desembargador Lucas Antonio Monteiro de Barros). E tanto o Desembargador Jozé Teixeira (tratado com muita reverência pela *Abelha do Itaculuny*)⁶⁷, quanto o Desembargador Lucas Monteiro eram os homens de confiança do Ministério de então, chefiado pelo Conselheiro João Severiano Maciel da Costa, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, que os nomeou para a presidência de duas importantes províncias num período bastante conturbado politicamente. Cabia-lhes fazer conhecer o

⁶⁵ Vide *Abelha do Itaculuny* (64), 07/06/1824, pp. 254-256; *Abelha do Itaculuny* (66), 11/06/1824, pp. 263-264; *Abelha do Itaculuny* (67), 14/06/1824, pp. 265-266. Ainda que após as eleições, vide tb *Abelha do Itaculuny* (96), 20/08/1824, pp. 382-383.

⁶⁶ Vide *Abelha do Itaculuny* (25), 08/03/1824, pp. 98-99; e *Abelha do Itaculuny* (44), 21/04/1824, pp. 174-175. A autoria dessas duas cartas não foi divulgada pelos redatores da *Abelha*, mas foi possível identificá-la graças à similaridade de estilo e à repetição da extensa bibliografia que lhe serviu de base das cartas referentes à dissolução da Constituinte, publicadas em: *Abelha do Itaculuny* (91), 09/08/1824, pp. 363-364; *Abelha do Itaculuny* (102), 03/09/1824, pp. 406-408; *Abelha do Itaculuny* (112), 27/09/1824, pp. 446-447; *Abelha do Itaculuny* (118), 11/10/1824, pp. 471-472; *Abelha do Itaculuny* (124), 25/10/1824, pp. 493-495. Dessas outras, sabe-se que o autor delas é o mesmo que teve uma carta de sua autoria publicada no *Reverbero Fluminense* (11), 06/08/1822, pp. 125-136. Esse autor é identificado como sendo o Coronel Antonio Gonçalves Gomide em *O Universal* (1.073), 29/08/1834, p.4.

⁶⁷ Vide *Abelha do Itaculuny* (21), 27/02/1824, pp. 82-83; *Abelha do Itaculuny* (23), 03/03/1824, pp. 90-91.

projeto constitucional do Conselho de Estado, tornar esse projeto aceito e jurado pelas províncias cujo governo lhes havia sido confiado pelo Imperador, e fazer eleger nomes para as câmaras vitalícia e temporária da nova Assembléia Geral do Império...

Teriam esses homens, que contavam com a *Abelha do Itaculumy* para divulgar suas idéias pela Província de Minas Gerais, unido forças e trabalhado por uma causa comum? O Conselheiro João Severiano e os Desembargadores Jozé Teixeira e Lucas Monteiro já haviam integrado uma coligação eleitoral, formada para a eleição de deputados à Assembléia Geral Constituinte. Voltariam a unir forças nessas eleições?

Em primeiro lugar, é preciso atender às idéias e projetos que se digladiavam naquele tempo. Entre os preparativos da *nova ordem* a ser implementada no Brasil, a *Abelha do Itaculumy* publicou uma série de reflexões acerca do pleito eleitoral que se avizinhava.

Cerca de dois meses após a dissolução da Constituinte, alguém – cuja identidade foi mantida em sigilo pelos redatores da *Abelha* – teve sua carta publicada, sob o pseudônimo de “Hum Cidadão amante de sua Pátria”. Queixava-se ele dos deputados às Cortes de Lisboa e à Constituinte do Rio de Janeiro, acusando-os de

esquecidos de seus deveres, transgredindo os limites da Soberania, que em nome dos Povos lhes foi conferida, cheios de egoísmo, soberba e ambição, passaram além das barreiras para que estavam autorizados, segundo de suas credenciais se deixa ver.⁶⁸

Em razão disso, dirigia a seus compatriotas uma súplica e uma advertência:

sejam mais escrupulosos em suas nomeações e escolhas do que têm sido os anteriores congressos eleitorais, tendo em vista o merecimento, a virtude, a ciência, o caráter, a constância, e boa conduta dos que nomearem. [...] Advirto que alguns há que, sendo inimigos irreconciliáveis da *nossa Sagrada Causa*, cheios de hipocrisia, envenenados no seu interior, se fazem *externamente liberais* – e destes é que disse o Senhor Nosso Deus “*populus iste labiis me honorat, cor eorum longe est a me*” [“este povo me honra com os lábios, mas seu coração está longe de mim”]. [...] Nos anteriores congressos eleitorais, eu mesmo vi listas de alguns ilustres senhores, que diziam assim: para deputado, o *Ilustríssimo Senhor Capitão Mor de tal parte*, o *Ilustríssimo Vigário de tal parte*; e, perguntados estes senhores eleitores pelos nomes daqueles nomeados, responderam que não sabiam. Disse então o Presidente [do Colégio Eleitoral]: “Como nomeiam sujeitos sem os conhecerem, nem ao menos saberem de seus nomes?”. Responderam: “Ouvimos dizer que são bons homens”. Cada um fala da festa como lhe vai nela, quem sabe se tais testemunhas informantes são suspeitas? Catilina foi reconhecido em Roma

⁶⁸ *Abelha do Itaculumy* (4), 19/01/1824, p. 16.

como peste da República, entretanto não deixava de ser elogiado pelos do seu partido. Em uma palavra, não nomeiem Vossas Senhorias a ninguém sem terem dele pleno conhecimento.⁶⁹

Depreende-se, dessa correspondência, duas importantes características do eleitorado provincial, a quem cabia erigir a *esfera democrática* do Governo Imperial: ele, disperso pela província, era desconhecido de si mesmo; e condescendia, em suas indicações, à influência de terceiros. Já o havia feito antes, segundo o correspondente da *Abelha*: voltaria a se comportar assim naquelas eleições?

A doutrinação da *Abelha* foi mais adiante. Outro correspondente da folha, que teve sua identidade mantida sob sigilo pelos redatores (mas que se supõe ter sido o Coronel Antonio Gonçalves Gomide, Tesoureiro da Intendência da Comarca do Rio das Velhas e ex-Deputado à Assembléia Geral Constituinte), teve publicadas as reflexões que fez acerca de como escolher os Eleitores Paroquiais e os Deputados da Província.

O Eleitor [a ser escolhido nas Assembléias Paroquiais] deve ter razão reta, juízo claro, e prudente, do que terá dado mostra nos arranjos de sua vida doméstica e civil; gravidade, circunspecção e sisudez no seu trato; urbanidade e benevolência para com os seus concidadãos; humanidade com seus escravos; economia sábia e sem avareza na aquisição de sua fortuna; moderação e tolerância nas contestações que tenha sofrido; patriotismo, enfim, tão desenvolvido que seja indubitável e sem o menor equívoco o sincero interesse que toma pela felicidade da Pátria e, conseqüentemente, pela prosperidade de sua Imperial Constituição.

Faça o povo Eleitores [Paroquiais] por este protótipo e terá representantes na Assembléia [Geral] que, desveladamente, promoverão o bem de seus comitentes. Haverá, nesta província, falta de homens com os sobreditos requisitos? Não.

Os senhores reverendos párocos, que, por suas virtudes e instrução, foram providos nos benefícios [eclesiásticos]; os senhores reverendos sacerdotes, cuja educação os tem habituado a raciocinar e a regular a moral pública e privada; os senhores magistrados, nos quais se pressupõe saber e direitura; os senhores coronéis e oficiais de Primeira e Segunda Linha, que tenham dado provas de probidade cívica, combinada com a honra militar; os senhores capitães mores, escolhidos já nas Câmaras pelos referidos atributos, com os senhores sargentos mores e capitães das Ordenanças, propostos pelo crédito também qualificado; os senhores literatos que possuam ao menos elementos da História Grega e Romana e das Repúblicas da Meia Idade, das Monarquias Européias e, principalmente da Britânica, que é a chave-mestra do sistema representativo; os senhores comerciantes notoriamente probos, que têm feito fortuna brilhante por calcularem com madureza as suas especulações; os senhores mineiros e agricultores, cujos trabalhos e operações são conduzidas pela prática da mais sublime filosofia; formam classes que abrangem muitas pessoas beneméritas e que fornecem, a cada

⁶⁹ *Idem*. A alusão a Catilina e seu partido diz respeito ao cidadão romano Lúcio Sérgio Catilina (*Lucius Sergius Catilina*) [109 a. C. – 62 a. C.] e outros conspiradores por ele arregimentados. Catilina e seus aliados esperavam tomar o poder em Roma por meio de assassinatos políticos, mas, falhando estes, e sendo desmascarado por Cícero em pleno Senado, Catilina e os de seu partido optaram pela luta aberta, promovendo um levante armado. Por essa razão, foram declarados inimigos públicos de Roma.

paróquia, para ótima escolha, número transcendente ao que deve dar cada uma de Eleitores.⁷⁰

Após haver traçado, para os Eleitores Paroquiais, o perfil que lhe parecia ideal, Gomide lançou ao público um questionamento que revela bem a moral pública de sua época:

Haverá homem tão vil e despejado que peça a outro voto para [votar em si para] Eleitor, ou para Deputado, ou para Conselheiro?

Não creio possível, porque seria o ápice de desvergonha e audácia, diretamente ofensiva ao suplicado. Se a Catilina e nunca a Catão se dirigiram tais súplicas, que todo homem de bem deve rejeitar com indignação, como opróbrio insultante à idéia de sua integridade.

O simples ato de semelhante rogativa verifica exuberantemente a indignidade do suplicante. Se ele tivesse consciência de méritos, esperaria a nomeação gratuita e espontânea de seus concidadãos, de cuja justiça não duvidaria; e quando se visse preterido, se o patriotismo fosse verdadeiro, seguiria o exemplo do famoso espartiate Pedareto, notado com admiração para modelo pelo Cidadão de Genebra.⁷¹

O desejo de uma eleição livre de suplicantes – ou, melhor dizendo, de cidadãos suplicando para si mesmos os votos de seus compatriotas – era algo factível? Um dos redatores da *Abelha*, em nota à correspondência que publicava, limitou-se a comentar aquilo que via com seus próprios olhos. Em resposta à pergunta de seu correspondente (se haveria homem tão vil que pedisse votos a seus concidadãos), disse: “E por que não? Temos visto documentos que assim o atestam e o senhor correspondente talvez não o ignore”.⁷²

Gomide, ao dissertar sobre o civismo e a dignidade de seus concidadãos, não se furta de insinuar um nome aos eleitores: o do jovem Juiz de Fora da Leal Cidade de Mariana, o Doutor Candido Joze de Araujo Viana, seu colega na Constituinte. Sobre este, diz Gomide: “na flor da idade, mal tinha chegado a esta Província, foi logo nomeado Deputado, porque seu merecimento saliente não precisava de outras recomendações”.⁷³

Não foi essa a única sugestão de Gomide ao eleitorado mineiro. Números antes, numa carta em que comentava as qualidades que lhe pareciam ideais para ser Deputado, chegou a

⁷⁰ *Abelha do Itaculamy* (44), 21/04/1824, pp.174-175.

⁷¹ *Idem*. A alusão a Pedareto diz respeito ao episódio em que este cidadão de Esparta, preterido na escolha dos guerreiros que tomariam parte na Batalha das Termópilas (ocorrida em 480 a. C.), ufanou-se por haver cidadãos melhores do que ele em Esparta. O Cidadão de Genebra que o notou com admiração foi o *iluminista* suíço Jean-Jacques Rousseau [1712-1778].

⁷² *Idem*.

⁷³ *Idem*.

elogiar explicitamente o Cônego Antonio da Roxa Franco e o Cônego Antonio Marques de Sampaio...

Essa outra correspondência de Gomide é assaz interessante, pois revela não só quais eram, em sua opinião, os requisitos intelectuais e morais de um membro da Assembléia Geral, mas também quais as suas referências político-filosóficas.

Eis o perfil idealizado por Gomide:

Ciência e Virtude são inquestionavelmente as qualidades que deve ter um Deputado; porém, que ciência e que virtude? Darei o *tipo normal de perfeição e os que mais acederem a ele serão preferíveis aos que se acharem em posição mais distante da escala.*

Vamos à Ciência. Um deputado deve entender as línguas mortas e vivas como instrumentos de adquirir noções; ser habituado na arte de pensar, sobretudo principalmente na Lógica imortal de Euclides; erudito em belas letras, que aformoseiam e aguçam o entendimento e engenho; conhecer as propriedades metafísicas de todos os entes, a natureza do espírito humano e as molas que atuam sobre o coração; saber com a maior vastidão a história de todos os tempos e, conseqüentemente, a geografia e cronologia para poder estudar o começo e os progressos da vida social e civil, o nascimento, a prosperidade, e a decadência dos Impérios; ter lição dos filósofos legisladores e publicistas antigos e modernos, como de Platão, Aristóteles, Cícero, Maquiavel, Locke, Leibniz, Wolff, Grocio, Pufendorf, Burlamaqui, Felice, Bielfeld, Montesquieu, Mably com seu irmão Condillac, Bodin, Bonnin, Raynal, Voltaire, Rousseau, Alembert, Diderot, Vattel, Filangieri, Bentham, Benjamin Constant, De Lolme, Bric, Le Page, Pagés, Lanjuinais, Du Pradt, Bignon, Guizot, Jouy, etc etc; calcular com exatidão matemática em Economia Política, tendo profundamente meditado sobre os escritos de Smith, Necker, Say, Mill, Ganilh, Malthus, Buchanan, Ricardo, Saint-Aubin, Hume, Turgot, Spencer, Volx, Ferrier, Roux, Robert, Sismondi, etc etc.⁷⁴

A extensa bibliografia exigida por Gomide (que não deixou de fazer uma pequena autobiografia intelectual) deve ter causado espanto mesmo em sua época (que parece ter sido mais exigente com relação à qualidade de seus eleitos do que nos dias de hoje). Gomide adianta-se a seus leitores, justificando-se (e, uma vez mais, fazendo um elogio velado a si mesmo e a alguns de seus colegas):

“Que, senhores redatores! Quantos conhecimentos! Quem os terá?”, perguntarão os leitores.

Saibam que, na extinta Assembléia [Constituinte], se acharam mais de trinta deputados ornados de todos eles, sendo cinco ou seis da nossa Província.⁷⁵

⁷⁴ *Abelha do Itaculumy* (25), 08/03/1824, pp. 98-99.

⁷⁵ *Idem.*

Sobre a bibliografia elencada por Gomide, falar-se-á mais adiante. Antes disso, cumpre destacar as virtudes de que “um digno Representante da Nação”, na visão de Gomide, devia ser dotado:

1º A justiça, esta vontade perpétua e constante de dar a cada um os seus direitos, à qual repugnam assim usurpações iníquas e violentas, como o servilismo adulator e condescendente.

2º A fortaleza, com a qual, franca e denodadamente, se propala e se defende a verdade.

3º A prudência – *nula tibi deerit, si sit prudentia, Virtus*. Esta é a virtude radical de um Deputado: ela lhe dá sangue frio para nunca precipitar os seus juízos; ela o previne de ser arrastado pelos sofismas audazes e insidiosos dos Gracos, ou, por interesses sedutores; ela o faz pesar, na balança da razão, os quilates de utilidade, o peso da conveniência ou inconveniência das coisas; ela, enfim, lhe sugere uma dúvida prévia e o leva ao exame anterior à convicção, da qual é consequência a asserção razoada.

4º O patriotismo, ou amor da pátria, do qual achamos os mais heróicos exemplos na antiguidade de Grécia e de Roma. Já não digo o inimigo, o mesmo indiferente ao bem da Pátria não deve ser Deputado. Que se pode esperar do egoísta, a quem são unicamente caros os seus próprios interesses?

Além das qualidades sobreditas, o casado deve ser preferido ao celibatário: aquele trabalhará para si reproduzido na eternidade, a este é suficiente a prosperidade por uma geração. A mesma preferência deve ter o proprietário fixo ao que não tiver estabelecimento de raiz: aquele não pode ser feliz senão com a felicidade geral, a este qualquer país servirá de Pátria. Não se poderá ser bom Deputado sem que seja bom esposo, bom pai, bom amigo, e bom senhor. Nas virtudes domésticas são filiadas as cívicas.⁷⁶

Por influência platônica (Platão é o primeiro autor que ele cita em sua bibliografia), Gomide pensava que tais atributos intelectuais e morais constituíam a *idéia* (ou *protótipo*) de um “digno Representante da Nação”. Nesse sentido, o próprio Gomide explica que havia *diferentes graus de conformidade* com esse *tipo ideal* por ele descrito. Por isso, recomendava:

Os Eleitores [Paroquiais] deviam ter, se fosse possível, todas as qualidades essenciais a um Deputado, e os Povos, consultando a sua utilidade, não darão votos para Eleitores senão nos indivíduos, que existam nas referidas Paróquias, *mais próximos em perfeição absoluta* para Deputados. Bons Eleitores farão bons Deputados, e bons Deputados farão a felicidade nacional.⁷⁷

Foram, então, realizadas as primeiras Assembléias Paroquiais, em diferentes pontos da Província. Escolhidos, em cada freguesia, seus respectivos Eleitores de Paróquia, cabia a estes indicar, nos Colégios Eleitorais que lhes fossem designados, trinta nomes ao Imperador para

⁷⁶ *Idem*. A alusão aos “sofismas audazes e insidiosos dos Gracos” diz respeito aos irmãos Tibério Graco (*Tiberius Sempronius Gracchus*) [163 a. C. – 132 a.C.] e Caio Graco (*Gaius Sempronius Gracchus*) [154 a. C. – 121 a. C.]. No contexto das lutas sociais travadas no Século II a. C. na antiga República Romana, os irmãos Gracos lideraram uma facção, que se formou no Senado, que pugnava por amplas reformas sociais e políticas, entre as quais uma maior intervenção das assembléias populares nas decisões do governo da República.

⁷⁷ *Idem*.

escolha de dez Senadores; vinte nomes para representarem a Província de Minas na Câmara dos Deputados; seis cidadãos para servirem no Conselho de Governo como auxiliares (e eventuais substitutos) do Presidente da Província; vinte e um cidadãos para comporem o Conselho Geral da Província; um Promotor de Justiça e sessenta cidadãos para comporem o Tribunal do Júri da Comarca em que viviam. Ao todo, cada Eleitor Paroquial deveria fazer, individualmente, *cento e trinta e oito indicações!!!...*

Há que se reconhecer que uma quantidade tão numerosa de indicações a serem feitas, por um eleitorado disperso, que não conhecia bem a si mesmo, haveria de trazer-lhe um importante dilema. Explicitou-o bem um correspondente da *Abelha do Itaculamy*, que se identificou como “Hum Eleitor de Paróquia”:

E estaremos com suficientes noções para melhor acerto na escolha, para repelir os manejos da intriga, ou para ser invulneráveis ao suborno? Confesso que, embora com algum conhecimento mais amplo da Província, e mesmo do Império, do que muitos outros, não posso responder pela afirmativa. *Dependo de informações*: as pessoas de probidade, inteireza e luzes recusam dá-las pelo receio de parecerem cabalistas ou interessadas: logo, resta o passo livre à ignorância para laborar impune ou vagamente! Não me demorarei sobre as Eleições de Paróquia, porque achei-me suficientemente habilitado para operar sobre mim, e persuado-me assim acontecer em geral: quanto, porém, às [Eleições] de Distrito, reconheço indispensável algum expediente que, por agora, e enquanto encetamos tão delicada tarefa, nos ministre o conhecimento dos mais beneméritos da Pátria, para serem justamente contemplados sem dependência de arriscadas informações particulares, e que nos ponha a salvo dos inconvenientes e desar de excluir aqueles, baldando votos pela inclusão de outros que até não estejam com os requisitos exigidos pela Lei. Persuadido, pois, de que não se ofende – antes, se aperfeiçoa – a execução desta, ousou propor a meus colegas um escrutínio preparatório no dia imediato ao da primeira reunião, que consista no recebimento de listas, ou bilhetes em que cada Eleitor lance a penas os nomes de todos os Cidadãos que considere aptos para Senadores, procedendo-se à relação geral em que, mediante uma franca e atenciosa depuração, só permaneçam os que, com efeito, estiverem nas precisas circunstâncias. Idênticos escrutínios convirão quando se trate das Eleições de Deputados, Conselheiros de Província, e Juízes de Fato. Estas relações, ou tabelas, além de exhibirem esplêndidos quadros, em que se ostentem respeitosos grupos de cem, duzentos, ou mais cidadãos dignos dos empregos, oferecerão, aos que delas dependerem, uma fácil e segura escolha, e até permitirá que a depuração de votos seja mais pronta e regular. Enfim, ainda admitindo um Eleitor que apenas conheça o respectivo Capelão, o Comandante [do Distrito] e poucas outras pessoas mais da Aplicação [em que reside], ele poderá afoitamente preencher seus deveres, sem recorrer a terceiro, extraindo, somente das relações, os nomes de 30, 20, 21 e 60 Cidadãos, conforme o objeto da votação.

Parece escusável acrescentar que nenhum constrangimento deve haver para a adoção de tais listas: antes, será bem satisfatório que poucos delas dependam.⁷⁸

⁷⁸ *Abelha do Itaculamy* (67), 14/06/1824, Suplemento.

Ainda que não tenham sido realizadas as prévias eleitorais acima propostas, é interessante notar que tal idéia foi aventada justamente como forma de se otimizar o resultado da votação, evitando-se a multiplicação dos votos inválidos e a dispersão dos votos válidos. Estas, segundo o correspondente da *Abelha*, poderiam facilitar o triunfo de eventuais *cabalas* e *conluio*s, tramados às ocultas, em *consistórios secretos*. Públicos ou reservados, esses arranjos eleitorais seriam sempre fruto de alguma negociação. Um articulador destes arranjos haveria de dizer, quase uma década depois, que “em eleições, *quem pretende fazer triunfar juízos isolados fica burlado*, e que não há remédio senão *combinar e concordar com as diferentes influências*, fazendo *mútuas concessões*”.⁷⁹

É preciso, pois, saber como agiram as *influências* da Província de Minas Gerais nas eleições para a primeira legislatura da Assembléia Geral do Império...

Sabe-se que, dos cidadãos que haviam participado da Assembléia Geral Constituinte como Deputados pela Província de Minas Gerais, o Conselheiro João Severiano Maciel da Costa era a figura mais influente no Governo Imperial, uma vez que ocupava o lugar de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Ao lado dele no Ministério e no Conselho de Estado, ocupando a pasta da Guerra, estava o Brigadeiro João Gomes da Silveira Mendonça. Sob as ordens do Conselheiro João Severiano, estavam o Intendente Geral da Polícia da Corte e do Império, Desembargador Estevão Ribeiro de Rezende; o Presidente da Província de Minas Gerais, Desembargador Jozé Teixeira da Fonseca Vasconcellos; e o Presidente da Província de São Paulo, Desembargador Lucas Antonio Monteiro de Barros. Todos os cinco haviam estado juntos na Constituinte, representando Minas Gerais. Destes, apenas o Desembargador Jozé Teixeira estava na Província, ao tempo das eleições.

⁷⁹ Honório Hermeto Carneiro Leão, em carta a destinatário desconhecido, que se empenhara em seu favor na eleição anterior. MORAES, João de. “De 1831 a 1840 (Do 7 de Abril á Maioridade) – Reprodução Histórica”, In: Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo. Vol. VII. 1902. São Paulo: Tipografia do “Diário Oficial”, 1903, pp. 488-489.

Além desses cinco, faziam também parte da máquina do Estado Imperial: o Desembargador João Evangelista de Faria Lobato, da Casa da Suplicação; o Desembargador Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, Juiz de Fora da Corte; o Doutor Joze Antonio da Silva Maya, Juiz de Fora da Fidelíssima Vila do Sabará; o Doutor Candido Joze de Araujo Viana, Juiz de Fora da Leal Cidade de Mariana; o Conselheiro Jozé de Rezende Costa, Escrivão da Mesa do Tesouro Público Nacional; e o Coronel Antonio Gonçalves Gomide, Tesoureiro da Intendência do Ouro da Comarca do Rio das Velhas. O Conselheiro Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá aposentara-se, havia pouco tempo, como Conselheiro da Fazenda, tendo servido à Coroa por décadas. A esses sete, podem ser reunidos o Cônego Antonio da Roxa Franco, Pároco de Antônio Dias, e o Vigário Joze de Abreu e Silva, Pároco de Aiuruoca, pois, sob o regime do padroado, os párocos viviam de cômguas pagas pelo Ministério, a quem prestavam serviço.

Destes, apenas o Vigário Joze de Abreu e Silva teve participação insignificante na Assembléia Constituinte, pois, suplente que era, ocupou o lugar que lhe havia sido designado, na ausência do titular, por menos de um mês. Os Desembargadores João Evangelista e Lucas Monteiro, apesar de titulares, foram outros que tiveram uma participação reduzida na Constituinte: João Evangelista só tomou assento em fins de Setembro e Lucas Monteiro às vésperas da dissolução. Os outros onze tiveram intensa convivência durante o período da Constituinte, votando muitas vezes de forma coesa.

Desligados da máquina do Estado Imperial, estavam o Doutor Antonio Teixeira da Costa, médico residente no Distrito Diamantino; o Doutor Theotônio Alvares de Oliveira Maciel, advogado e proprietário em Mariana; o Doutor Manoel Joze Vellozo Soares, advogado em Minas Novas; e o Padre Jozé Custodio Dias, proprietário em Campanha. Destes, o único a se destacar na Constituinte foi o Padre Jozé Custodio Dias, um dos principais porta-

vozes da oposição que se formou na Assembléia, o qual não escondia sua inclinação para a forma *democrática* de governo, desejoso de ver enfraquecido o *princípio monárquico*...

O Vigário Belchior Pinheiro de Oliveira, Pároco de Pitangui, e o Capitão Mor Joze Joaquim da Rocha, Contador Fiscal da Junta Médico-cirúrgica do Rio de Janeiro, foram os únicos, dentre os representantes mineiros na Constituinte, que haviam sido deportados com os Andradas, sob a acusação de que tentavam insuflar a Assembléia e o povo contra o Governo Imperial. Seus nomes haviam sido anatematizados pelo Governo.

Por fim, é preciso mencionar o octogenário Cônego Doutor Francisco Pereira de Santa Apollonia, Chantre da Sé de Mariana, membro da segunda e última Junta de Governo da Província, que havia conseguido ser dispensado de tomar assento na Constituinte por causa de sua idade avançada; o septuagenário Padre Doutor Jozé Alvares do Couto Saraiva, advogado em Mariana, que tentou ser igualmente dispensado da Constituinte, mas que teve seu pedido negado; e o também septuagenário Padre Manoel Rodrigues da Costa, proprietário em Barbacena, que participou da Constituinte do começo ao fim. Estes três homens, já carregados de anos, eram objeto da veneração de homens mais jovens, nos quais abdicavam, cada um ao seu modo, as lutas políticas.

Todos esses homens que, como representantes por Minas Gerais, tomaram assento na primeira Assembléia Geral do Império, ao retomarem suas vidas após a dissolução da Constituinte, serviriam de referência ao eleitorado mineiro. Quantos desejariam (e conseguiriam) ser reeleitos? Quais nomes gostariam de ver (e conseguiriam fazer) eleitos pela Província? O que pensavam da dissolução da Constituinte e da Constituição outorgada pelo Imperador?

Já se sabe que o Conselho de Estado e o Ministério contavam com o apoio da folha ouropretana *Abelha do Itaculummy*. Também se sabe que esse periódico, que se declarava contra o *absolutismo monárquico* e contra o *liberalismo exaltado*, privilegiou alguns dos

participantes da Assembléia Geral Constituinte, tais como o Coronel Antonio Gonçalves Gomide, o Doutor Joze Antonio da Silva Maya, o Doutor Candido Joze de Araujo Viana e o Cônego Antonio da Roxa Franco, tidos na conta de *moderados*. Viu-se, igualmente, que a *Abelha* apoiou a idéia de que um *ajuste eleitoral prévio* se fazia necessário, sob o argumento de que se evitava, assim, a perda e a dispersão dos votos (vulnerabilidade do sistema eleitoral que poderia ser explorada por um *partido adverso*). Se houve ou não esse *ajuste eleitoral prévio*, se foi eficaz, e quais nomes procurou agregar, isso será discutido mais adiante.

Antes de se passar à análise dos resultados eleitorais, é preciso destacar as correntes de opinião majoritárias que repercutiam na Província de Minas Gerais (e no Império do Brasil como um todo).

A *Abelha do Itaculmy*, em vários artigos, assinalava a presença de um *partido*, que não era de todo pequeno e insignificante, disseminado por todas as províncias do Império, que desejava *levar adiante a revolução*, instituindo um governo se não *exclusivamente democrático*, ao menos em que o elemento democrático fosse *predominante*. Por esse motivo, esse *partido* rejeitava a Carta Constitucional tal qual elaborada pelo Conselho de Estado e apresentada pelo Imperador às Câmaras Municipais, que acabou sendo aceita e jurada como Constituição do Império. A inconformidade com a *nova ordem* constitucional manifestou-se de diversas maneiras: nas Províncias do Norte, ela eclodiu na forma da *Confederação do Equador*, que procurou reunir diversas províncias sob um governo republicano e confederado, sendo declarada a destituição do Imperador. Como resposta a esses acontecimentos, a *Abelha do Itaculmy* reproduziu diversos artigos contra a forma republicana de governo e contra a forma confederada. Não foi, porém, unívoca essa *crítica negativa* à pregação republicana.

Os monarquistas que acolheram de boa vontade a Constituição de 1824 e que sustentavam o Ministério de então apresentavam, grosso modo, dois matizes doutrinários.

Um desses matizes pode ser observado numa série de artigos que os redatores da *Abelha* reproduziram ao longo de seis números consecutivos, durante o processo eleitoral. De autoria não revelada, essa série de artigos procurava contrastar a situação das províncias da América Espanhola (fragmentadas politicamente e administradas por governantes que se pretendiam *republicanos*) e as províncias do Brasil (conservadas unidas sob a forma de uma *monarquia limitada*).⁸⁰

Segundo o redator dessa série de artigos, o governo monárquico era o “melhor adotado ao *estado* do País”. Tomando a América Espanhola como contra-exemplo para o Brasil, ele argumenta que a “péssima e desorganizadora administração” da América Espanhola nada mais era do que “filha da *incapacidade* e *presunção* dos homens que, sucessivamente, lançaram mão das rédeas do governo”.⁸¹ Culpa ainda os governos republicanos hispano-americanos, que acusa de desastrosos, por não estarem conformes à “marcha política *liberal esclarecida*”. Adepto, pois, da crença num *progresso qualitativo da vida material por meio do uso da razão humana*, ele responsabiliza (usa-se aqui a argumentação do autor) a *tacanhice* dos governantes da América Espanhola, decorrente da *má-educação* que tiveram, pelo insucesso na instalação da forma republicana de governo.⁸²

Ainda segundo o autor desses artigos, os governantes dos países hispano-americanos, que ele chama pejorativamente de “governadores de um dia” (para apontar a instabilidade desses governos), guardavam uma idéia que ele considera condenável: a de que “o grande segredo da arte de governar consiste em dissimular e enganar” – isto é, “o confundirem a *astúcia* com a *prudência* e *sabedoria*”. Em decorrência disso, o acúmulo de enganos excitava o *enfado* e o *desgosto* dos enganados. Logo, “aquele mesmo povo descobriu que a *Hidra devoradora* do seu chamado Governo Republicano era mais insaciável do que qualquer

⁸⁰ Para uma minuciosa análise dos acontecimentos políticos na América Espanhola e seu impacto no processo de configuração do Estado e da Nação no Brasil, vide PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec, 2002.

⁸¹ *Abelha do Itaculumy* (104), 08/09/1824, pp. 415-416.

⁸² *Abelha do Itaculumy* (108), 17/09/1824, pp. 429-431.

monstro individual espanhol a cuja *rapina* fosse ele antigamente exposto”. De nada adiantava, a seu ver, a adoção de “Convenções, Cortes, Congressos, etc, eleitos entre si mesmo e por ele mesmo”, pois

faltou sempre *aos homens que os formaram* os requisitos mais indispensáveis, que são a *habilidade* e os *conhecimentos*. As ridiculárias que promulgaram como Leis; o seu inexplicável descuido em matérias da maior importância e continuada atenção a miudezas da natureza mais desprezível; as contendas que tiveram entre si nascidas de cada um crer, com uma confiança igual às suas apoucadas luzes, que o seu próprio juízo era o modelo com que se deviam regular as opiniões dos mais; isto tudo os fez logo desprezíveis aos olhos do mesmo povo e os expôs ao escárnio e irrisão de seus concidadãos.⁸³

Nesse sentido, o correspondente da *Abelha* ressalta a importância dos nomes a serem escolhidos para comporem a Assembléia Geral do Império. Não queria, para o Brasil, homens a quem faltassem *habilidade* e *conhecimentos*, que promulgassem *ridiculárias* como Leis e que, por gastarem seu tempo com *miudezas desprezíveis*, descuidassem das matérias de maior importância, expondo assim a Assembléia Geral ao desprezo e à zombaria dos cidadãos.

Um dos alertas que ele fez, na sua série de artigos, foi quanto ao ímpeto legislativo – que, a seu ver, precisava ser moderado. Em vez de dar livre vazão aos “melhoramentos teóricos”, melhor seria:

contentar[-se] com a adoção das melhores *leis existentes*, *prudentemente modificadas*, conforme o podem exigir os *costumes e gênio* da Nação. As mesmas leis de Portugal, *bem executadas*, não são nada incompatíveis com o *respeito à prosperidade e liberdade individual do cidadão*.⁸⁴

Disse ainda mais o correspondente da *Abelha*:

Podem, com efeito, os *representantes da Nação* achar bastante que fazer em cuidar dos negócios e promover a prosperidade de suas respectivas Províncias; em abrir estradas e canais, fazer pontes e bons portos, criar manufaturas, aumentar a navegação, distribuir com acerto as terras nacionais, animar a agricultura e as artes pacíficas, e dar, enfim, providências para estabelecer fáceis e breves comunicações com as partes mais remotas deste Império. Com tão imenso campo aberto às luzes e patriotismo, podem eles muito bem *deixar de parte* *vãs especulações teóricas*, e preferir andar com passo firme no terreno sólido dos *melhoramentos positivos* do que às apalpadelas nas trevas das *especulações metafísicas*. Deixem, pois, eles sobretudo o Poder Executivo livre nos seus movimentos, e a Coroa usando francamente dos atributos que lhe pertencem e que se acham devidamente designados e limitados no Pacto Constitucional. É deste modo que se poderá formar

⁸³ *Abelha do Itaculumy* (105), 10/09/1824, pp. 417-418.

⁸⁴ *Abelha do Itaculumy* (106), 13/09/1824, pp. 422-423.

no Brasil um verdadeiro espírito público, filho da prosperidade nacional e que se poderá segurar para sempre a Independência e liberdade deste nascente Império.⁸⁵

Para compor o Poder Legislativo, eram, portanto, sugeridos homens com *habilidades e conhecimentos*, que não quisessem tolher o Poder Executivo e o Poder Moderador, preocupados mais em promover o melhoramento do governo (a partir da reforma prudente da legislação existente), do que com a produção de uma legislação inovadora e inadequada aos costumes e gênio nacionais.

O correspondente da *Abelha* opinou também acerca de como deveria ser organizado o Poder Judiciário:

[...] são os abusos na administração da justiça que mais descontentamento e motivos de queixa espalham entre o povo. O remédio para este mal acha-se facilmente. Escolhem-se, *pela vida*, os poucos juizes necessários para aplicarem a Lei em processos de *viva voce*; sejam eles *pagos pelo Estado* não conforme aos antigos Regimentos, mas *conforme à sua alta dignidade e deveres de suas importantes funções*; *seguros nos seus postos*, isentos das tentações a que expõe a necessidade de suprir com *meios curtíssimos a grandes despesas inevitáveis*, gozando na sociedade daquele *grau de consideração a que têm todo o direito*, logo hão de eles adquirir o sentimento de sua *importância*, e não somente fazer-se respeitar, mas também respeitar-se a si mesmos. Isto conseguido, ficam os motivos de queixa prodigiosamente diminuídos e o povo muito mais satisfeito ao ver as Câmaras Brasileiras assim ocupadas em melhoramentos positivos, do que empreendendo grandes e intermináveis trabalhos, como tem sucedido na América Espanhola.⁸⁶

É interessante notar esse apelo à valorização da magistratura profissional, que se desejava melhor remunerada pelo Estado, vitalícia e inamovível. Na Província de Minas Gerais (como em outras tantas), essa categoria profissional vinha se mostrando um importante sustentáculo do Ministério e da Constituição do Império.

De uma maneira geral, até esse ponto, em pouco ou quase nada se diferenciavam os apoiadores da Constituição que se mostravam partidários do Ministério. O elemento que, na série de artigos aqui analisada, é distintivo de seu matiz doutrinário diz respeito à maneira pela qual a organização *democrático-republicana* é refutada e a *monarquia limitada* é defendida.

⁸⁵ *Abelha do Itaculumy* (107), 15/09/1824, pp. 425-426.

⁸⁶ *Abelha do Itaculumy* (106), 13/09/1824, pp. 422-423.

É verdade que o redator desses artigos, contrastando o Brasil com a América Espanhola, procura destacar a desorganização, as dissensões e o comprometimento do civismo nesta. Segundo ele, isso acontecia porque às províncias hispano-americanas faltava um ponto de união. No Brasil, esse ponto de união havia sido o jovem Imperador, visto como “grande e primário penhor da segurança e estabilidade”.⁸⁷

Todavia, essa adesão à instituição monárquica, personificada na Constituição do Império pela figura do Imperador vitalício e hereditário, era fruto da necessidade do momento. Assim argumentava o correspondente da *Abelha*:

uma *monarquia limitada* é a forma de governo que melhor convém para a América do Sul *nas suas atuais circunstâncias*, e até a única que seja capaz de assegurar, à *presente geração* dos povos que habitam neste vasto continente, a paz interior, a felicidade, e a verdadeira liberdade.⁸⁸

Note-se que a adoção da *monarquia limitada* no Brasil era justificada não por sua excelência, em caráter absoluto, mas, ao contrário, era apenas acolhida em razão das “*atuais circunstâncias*”, sendo vista como a melhor opção ao alcance da “*presente geração*”. O contraste com a América Espanhola, à qual faltava uma figura que servisse de *ponto de união* para as províncias, servia apenas para alertar aos simpatizantes da forma democrático-republicana o que poderia lhes acontecer se, optando por esta, adotassem-na, nas *circunstâncias* em que vivia *aquela geração*:

Que pode ser para este vastíssimo país [Brasil], e com os elementos que tem em si, um *Governo Republicano*, se não uma rápida *dilaceração de suas Províncias*, uma fonte inesgotável de *desordens* e de *convulsões políticas*, uma série de *guerras intestinas* causadas pelas *pretensões opostas das famílias mais influentes*, uma repetição, enfim, das mesmas cenas de desolação que têm arrastado a América Espanhola num abismo de males, de infortúnios, e de opróbrio?⁸⁹

Se, no caso da América Espanhola, os insucessos dos diversos e sucessivos governantes eram explicados não pelas vicissitudes da forma *democrático-republicana* (como argumentariam os críticos da *democracia* como forma de governo), mas pela má-educação dos homens alçados aos primeiros lugares dessas Repúblicas, julgava o correspondente da

⁸⁷ *Abelha do Itaculamy* (106), 13/09/1824, pp. 422-423.

⁸⁸ *Abelha do Itaculamy* (107), 15/09/1824, pp. 425-426.

⁸⁹ *Abelha do Itaculamy* (107), 15/09/1824, pp. 425-426.

Abelha que, no Brasil, seriam “as violências maiores, os choques mais terríveis, e as conseqüências deles mil vezes mais funestas”.⁹⁰ O importante, a seu ver, era respeitar os “costumes e gênio da Nação”, fazer as contribuições possíveis para a “marcha política *liberal esclarecida*”, proteger a propriedade privada e a liberdade individual do cidadão – as quais dependiam, para existir, de *alguma ordem* política.

Nesse sentido, são bastante esclarecedoras as conclusões a que chega o correspondente da *Abelha*:

Feliz [...] o Brasil se o seu Ministério, *conhecendo bem a sua posição*, ficar sempre *adiantado de um passo* à frente da Nação, dirigindo-se sábia e francamente na *gloriosa estrada* de uma *bem entendida e razoável liberdade*, em lugar de se deixar arrastar, contra sua vontade, pelos *irresistíveis progressos da Opinião Pública!* Querer resistir a esta *Rainha do Mundo* é o mesmo que opor-se a uma *torrente impetuosa* que não somente leva diante de si areias e lodo, mas até derriba e rola nas suas espumantes águas o mesmo penedo, cuja dura massa parecia desafiar a mão destrutiva do tempo.⁹¹

Após citar o exemplo da “vaga democrática” que varreu a França, o correspondente da *Abelha* é ainda mais explícito: “em lugar de lhes abrirem o seu caminho natural”, “forcejaram para atalhar os seus progressos”. A resistência à “vaga democrática”, a seu ver, era inútil: por esse motivo, ele responsabiliza o próprio governo francês pelos excessos do povo durante a revolução. Em sua opinião, cabia, pois, à *monarquia limitada*, implementada no Brasil, “abrir o caminho natural” para a “vaga democrática” (isto é, republicana) – afinal, a opinião pública (vista como um ente onipotente) haveria de destruir tudo o que ficasse em seu caminho.

Torno, pois, a dizer: *tomem* os Ministros de Sua Majestade o Imperador *a dianteira*; estejam eles sempre *passando-nos de um passo*; e marchem então de mãos dadas os verdadeiros brasileiros todos, para o firme estabelecimento do Trono Imperial, como o sólido rochedo em que se poderão lançar os inabaláveis fundamentos do respeito às propriedades e segurança individual. Numa sociedade civilizada, *a verdadeira liberdade consiste em ser governada por justas leis, bem administradas*; e, impossível é, não seja a completa Independência, para o Brasil, uma inevitável e próxima conseqüência de um bom governo; assim, como a riqueza e prosperidade não podem faltar de ser fatos da tranqüilidade em casa e paz no exterior.⁹²

É curioso que o correspondente da *Abelha* tenha definido o Trono Imperial como “sólido rochedo” logo após afirmar que a *opinião pública* era “uma torrente impetuosa” (a tal

⁹⁰ *Abelha do Itaculumy* (107), 15/09/1824, pp. 425-426.

⁹¹ *Abelha do Itaculumy* (109), 20/09/1824, pp. 433-435.

⁹² *Abelha do Itaculumy* (109), 20/09/1824, pp. 433-435.

“vaga democrática”), capaz de derrubar e rolar “nas suas espumantes águas o mesmo penedo, cuja dura massa parecia desafiar a mão destrutiva do tempo”. Haveria, nesse jogo de imagens, uma ameaça velada ao Imperador e ao Ministério?

Eis, pois, os traços distintivos desse matiz doutrinário: a *crença* que a humanidade *progredia* segundo uma “marcha política” em sentido *liberal*, a *aceitação da monarquia* como *uma etapa* evolutiva *imposta* pelas *circunstâncias* (a *necessidade* de um *ponto de união* conforme os *costumes* e o *gênio daquela geração*), a *fé* na *onipotência* e *infalibilidade* da *opinião pública*, e o desejo de que o *Imperador* e o *Ministério* (isto é, o *Poder Moderador* e o *Poder Executivo*) não oferecessem *resistência* à “vaga democrática” (que teria sua desembocadura natural na Assembléia Geral, topo do *edifício democrático* erigido pelos *revolucionários vintistas* e consagrado na Constituição do Império). Eis, pois, o entendimento do que vinha a ser a tal *Monarquia limitada* para esse matiz doutrinário.

Entendimento diverso tinha outra influente corrente de opinião, que guardava estreita ligação com o Conselho de Estado, futor da Constituição do Império, e com a cúpula do partido ministerial. Ilustra-a, com perfeição, o Coronel Antonio Gonçalves Gomide, uma das lideranças políticas na Província de Minas Gerais, que fez numerosas contribuições à folha *Abelha do Itaculamy*.

Em seus textos, o Coronel Antonio Gonçalves Gomide não deixou de exhibir parte de sua biblioteca pessoal (o que nos permite traçar-lhe, ainda que brevemente, o perfil intelectual).⁹³ Entre filósofos, juristas, economistas, moralistas e historiadores, Gomide citou em seus artigos, ao todo, cinquenta e dois nomes – destes, quarenta e um autores eram contemporâneos seus (e vinte e três deles ainda viviam, ao tempo em que Gomide redigiu

⁹³ Foi possível identificar o Coronel Antonio Gonçalves Gomide como colaborador da *Abelha do Itaculamy* com a ajuda do redator do periódico *O Universal*. Este, na década seguinte, revelaria que Gomide havia saudado a dissolução da Constituinte e a deportação dos Andradas na *Abelha do Itaculamy* em 1824. Vide *O Universal* (1.073), 29/08/1834, p.4. Não se vê, em nenhuma outra parte da *Abelha do Itaculamy*, senão nessa coletânea de artigos (da lavra de um único autor), que será aqui analisada, a dissolução da Constituinte e a deportação dos Andradas sendo discutidas. Logo, a se crer no depoimento do redator d’*O Universal*, depreende-se que Gomide (que não contestou a imputação que se lhe fazia) foi o autor dessa correspondência.

seus artigos). Quase metade desses autores tinham livros de sua autoria, quando não sua obra completa, proibidos pela Igreja Católica, no *Index librorum prohibitorum* (Índice dos livros proibidos).⁹⁴

Dos filósofos da *Antiguidade*, Gomide citou apenas Platão, Aristóteles e Cícero. Valendo-se principalmente dos escritos políticos destes dois últimos, deles utilizaria – grosso modo – a tipologia e a taxonomia das formas de governo.

Adepto do *Iluminismo*, Gomide haveria de desprezar (ou ignorar) completamente o que se produziu na *Idade Média*, que os ditos *Iluministas* alcunhavam pejorativamente de *Idade das Trevas*: da *Antiguidade*, passou diretamente à *Idade Moderna*, citando Nicolau Maquiavel [1469-1527], Hugo Grotius [1583-1645], Samuel von Pufendorf [1632-1694], John Locke [1632-1704], Gottfried Wilhelm Leibniz [1646-1716], Christian Wolff [1679-1754], Charles-Louis de Secondat (Barão de Montesquieu) [1689-1755], e Jean-Jacques Burlamaqui [1694-1748]. Destes autores, apenas os três últimos não constavam no *Index librorum prohibitorum*. De uma maneira geral, Gomide haveria de extrair, de autores tais como Maquiavel, Locke e Montesquieu, princípios políticos; dos demais, princípios jusfilosóficos (sobretudo o que estava relacionado ao *Direito das Gentes*).

Citados por Gomide, e contemporâneos seus (embora já falecidos), havia: François-Marie Arouet (Voltaire) [1694-1778], Antoine-Simon Le Page du Pratz [1695-1775], Gabriel Bonnot (Abade de Mably) [1709-1785], Jean-Jacques Rousseau [1712-1778], Denis Diderot [1713-1784], Guillaume-Thomas François (Abade Raynal) [1713-1796], Emerich de Vattel [1714-1767], Étienne Bonnot (Abade de Condillac) [1715-1780], Jakob Friedrich von Bielfeld (Conde de Bielfeld) [1717-1770], Jean Le Rond d'Alembert [1717-1783], Fortunato Bartolomeo de Felice [1723-1789], Jean-Louis de Lolme [1741-1804], e Gaetano Filangieri [1753-1788]. Vê-se, por esta lista, a influência do *Iluminismo*, sobretudo francês, no

⁹⁴ *Index Librorum Prohibitorum Sanctissimi Domini Nostri PII Septimi Pontificis Maximi Jussu Editus*. Napoli: Typographia Xaverii Jordani, 1821.

pensamento de Gomide. Além destes, que o mineiro destaca como referências político-filosóficas, ele ainda citaria, destacando sua importância no campo do pensamento econômico, autores tais como David Hume [1711-1776], Adam Smith [1723-1790], Anne Robert Jacques Turgot [1727-1781], Jacques Necker [1732-1804], e Camille Saint-Aubin [1758-1820]. Também boa parte desses autores constava no *Index*.

Ainda eram vivos, dos autores mencionados por Gomide, os seguintes: Jeremy Bentham [1748-1832], Jean Denis Lanjuinais [1753-1827], Dominique Dufour de Pradt [1759-1837], Victor-Joseph Étienne de Jouy [1764-1846], Benjamin Constant de Rebecque [1767-1830], Louis Pierre Édouard Bignon [1771-1841], Charles-Jean Bonnin [1772-1830], Jean-Pierre Pagés [1784-1866], François Guizot [1787-1874], John Bric [1790-1826], e Félix Bodin [1795-1837]. Quase metade destes autores constava no *Index*; outros eram ainda muito jovens. Gomide destaca-os como referências do pensamento político de seu tempo. No campo econômico, Gomide haveria de destacar: George Spencer, Lord Spencer of Wormleighton [1758-1834], Charles Ganilh [1758-1836], Joseph-Hilarion Blanc de Volx [1760-1834], Pierre-François-Joseph Robert [1763-1826], Thomas Malthus [1766-1834], Vital Roux [1766-1846], Jean-Baptiste Say [1767-1832], David Ricardo [1772-1823], James Mill [1773-1836], Jean de Sismondi [1773-1842], François-Louis-Auguste Ferrier [1777-1861], e David Buchanan [1779-1848].

Foge ao escopo deste trabalho uma análise mais aprofundada da extensa lista de autores citada por Gomide. Basta, para o fim aqui proposto, assinalar que ele, conforme suas próprias palavras, tinha “vasta lição de Filósofos Publicistas – antigos e modernos”, coisa que salta bem à vista. Há que se relativizar, porém, a antiguidade a que Gomide se refere: em sua maioria, os autores que ele citou em seus artigos eram, salvo raras exceções, relativamente recentes para a época, produziram uma literatura considerada pouco ortodoxa (quando não escancaradamente subversiva), o que revela um horizonte intelectual mais circunscrito à sua

geração do que propriamente imbuído de uma tradição filosófica cujas raízes atravessavam o *século dos séculos*.⁹⁵ Não se pretende aqui, de forma alguma, insinuar que Gomide fosse positivamente influenciado por tudo aquilo que lia: é preciso, para julgar seu perfil intelectual, ver as conclusões a que ele, por meio dessas leituras, chegou.

Sabe-se que Gomide gozava, entre seus contemporâneos, da reputação de homem erudito e bem-atualizado. Não sem razão, no debate público que antecedeu as eleições para a primeira legislatura da Assembléia Geral do Império, foi ele o principal porta-voz do grupo de que fazia parte. Por esse motivo, é preciso atentar para suas idéias políticas.

Num dos artigos escritos por Gomide, que a *Abelha do Itaculumy* publicou em pleno processo eleitoral, vinha exposto o seu credo político, assim resumido:

- 1º) Que os *princípios de puro republicanismo* são no Século 19 impróprios, incongruentes e inadmissíveis geralmente para o mundo civilizado.
- 2º) Que a *melhor forma de governo*, para a felicidade comum e mútua de governantes e governados, é a *Monarquia Constitucional, invenção feliz da Filosofia Política moderna*, chefe de obra das instituições humanas, e resultado de estudos profundos e de experiências desgraçadas por mais de dois mil anos em *todas as outras formas de governo*.⁹⁶

Gomide procura, ao longo de cinco capítulos (que os redatores da *Abelha* publicaram em partes), produzir uma apologia do Imperador, justificar a dissolução da Assembléia Constituinte, e demonstrar a “*bondade absoluta e relativa* da Constituição oferecida por Sua Majestade o Imperador, adotada e jurada pela maioria dos cidadãos do Império”.

Sobre si mesmo, diz Gomide que

Não sou imodesto, mas, para melhor obter a vossa benévola atenção, vos certifico que tenho vasta lição de Filósofos Publicistas – antigos e modernos – e que fui testemunha ocular das transações mais importantes, que produzi na Apologia [...] do Imperador e sobre a dissolução da Assembléia Constituinte.⁹⁷

Numa retórica um tanto hiperbólica, Gomide demonstra grande preocupação com “a dissidência das Províncias do Norte”, argumentando que “da integridade do nosso grande

⁹⁵ Sobre as idéias iluministas e jusnaturalistas nesse período, vide LOPES, José Reinaldo de Lima. Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX”, in: JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003, pp.195-218.

⁹⁶ *Abelha do Itaculumy* (91), 09/08/1824, p. 363.

⁹⁷ *Abelha do Itaculumy* (91), 09/08/1824, p. 363.

Império depende o seu poderio”. Considera a dissidência nortista “injusta, impolítica e execranda”.⁹⁸ Com extratos de Le Page, Gomide procura ainda demonstrar a inconveniência da Confederação (aventada na Constituinte, levada a cabo pelos *dissidentes* nas Províncias do Norte): cita o caso da Confederação das Repúblicas Gregas, freqüentemente enfraquecida por divisões intestinas, e demonstra grande ceticismo quanto ao futuro dos Estados Unidos da América do Norte (para os quais preconiza uma guerra civil). Gomide manifesta, freqüentemente em seus escritos, o desejo de um Império unido e forte.⁹⁹

A partir de reflexões feitas por Bentham, Montesquieu, Rousseau e Mably, Gomide fundamenta o civismo na *utilidade pessoal* e julga a *virtude* a base dos *Governos Republicanos*. Apela para o empirismo:

embora alguns publicistas contestem esta necessidade, a proposição é evidente e tem sido constantemente *verificada pelos fatos*, que se podem *analiticamente observar* nas *Repúblicas* antigas, nas da meia idade, e nas modernas. A virtude é tão essencial às *Repúblicas*, como três lados e três ângulos no triângulo. [...] Também *Democracia* é o que entendo por *Republicanismo perfeito*, havendo só nela unidade moral, *sendo o povo simultaneamente soberano, magistrado e súdito*.¹⁰⁰

Gomide se vale das reflexões feitas por Pagés, Rousseau, Du Pradt e Bignon para argumentar que qualquer desequilíbrio na *igualdade física e moral de um povo* torna-lhe inviável a *forma democrática de governo*. Segundo Gomide (que transcreve Pagés):

Quando *os que não querem* são assaz numerosos para se oporem aos *que querem*, as dissensões se exaltam e a *guerra civil* se ateia. Então, a Lei não tem outra força coercitiva se não a vitória; e *o mais forte* subjuga *o mais fraco* à sua vontade privada: o que faz que a forma de governo se mude, e que a *Aristocracia* se eleve sobre as querelas intestinas do Estado *Democrático*.¹⁰¹

Diante da *desigualdade de fortunas* e das *diferenças de opinião*, Gomide julga impraticável a *Democracia* (que ele considera sinônimo de *República*). Para ele, essa forma de governo “não pode convir senão aos que não têm necessidade de serem governados” – isto

⁹⁸ *Abelha do Itaculamy* (91), 09/08/1824, p. 363; *Abelha do Itaculamy* (102), 03/09/1824, p.406.

⁹⁹ *Abelha do Itaculamy* (107), 15/09/1824, pp. 427-428.

¹⁰⁰ *Abelha do Itaculamy* (102), 03/09/1824, p. 406.

¹⁰¹ *Abelha do Itaculamy* (102), 03/09/1824, p. 407.

é, aqueles que “pudessem sacrificar [...] as suas paixões, despir-se da humanidade, e unicamente se conduzir pelas leis da natureza e da razão”.¹⁰²

Após levantar tais objeções à *Democracia*, Gomide formula um questionamento:

Mas deverão *ser* [os] homens *para sempre submissos* à vontade arbitrária de *um só*, ou a de *alguns aristocratas*? De nenhuma sorte poderá o povo *tomar parte* na confecção de suas leis?¹⁰³

Na visão de Gomide, não se podia prescindir da participação política do povo. Admirador confesso, como Montesquieu e De Lolme, do modelo britânico, Gomide não se cansa de enaltecer a “pátria de Bacon e Locke”. “Venero, respeito e adoro a legal e razoável liberdade que gozas”, declara, num arroubo que o leva a citar versos de Addison.¹⁰⁴ Valendo-se de extratos do Conde Lanjuinais, e do moralista Jouy, Gomide pretende demonstrar a excelência da *Monarquia Constitucional*, que ele assim define:

Na *Monarquia Constitucional*, estão reunidas e combinadas todas as conveniências do *Governo Democrático*, do *Aristocrático*, e do *Monárquico*, e arredadas e abstraídas todas as inconveniências dos mencionados Governos. O elemento *Democrático* ressurre perenemente na Assembléia Legislativa, na influência direta desta sobre a legislação, na liberdade universal de peticionar publicamente perante as Câmaras, na responsabilidade dos Ministros, na liberdade de imprensa, no juízo por Jurados, na igualdade da Lei, na boa composição dos Corpos Eleitorais, e na condição de renda para ser Eleitor à qual todo Cidadão laborioso, inteligente e econômico pode facilmente chegar [...].¹⁰⁵

Eis a fórmula política da Constituição do Império, sintetizada por Gomide, que distingue o matiz doutrinário de seu partido: nem *Monarquia absoluta*, nem *Aristocracia absoluta*, nem *Democracia absoluta*; buscava-se, antes, uma combinação das três formas de governo, com o *predomínio do elemento monárquico*. Tal era o seu entendimento da *Monarquia limitada*: limitavam-na o *elemento aristocrático* e o *elemento democrático*, contrapesos considerados necessários para evitar que o governo se degenerasse (a *monarquia* em *tiranía*, a *aristocracia* em *oligarquia*, e a *democracia* em *oclocracia*).

¹⁰² *Abelha do Itaculúmy* (102), 03/09/1824, pp. 407-408.

¹⁰³ *Abelha do Itaculúmy* (102), 03/09/1824, p. 408.

¹⁰⁴ *Abelha do Itaculúmy* (107), 15/09/1824, p. 426; *Abelha do Itaculúmy* (112), 27/09/1824, p. 446.

¹⁰⁵ *Abelha do Itaculúmy* (107), 15/09/1824, p. 427.

O Imperador, para Gomide, era “o *Princípio* e o *Garante*” da felicidade dos brasileiros, “rocha inabalável ao embate das ondas, imparcial a todas as rivalidades”. Utiliza-se Gomide dos escritos de Guizot e de Benjamin Constant para defender a excelência da *Monarquia Constitucional* e para demonstrar a necessidade do *Poder Moderador*, “entrezado no *Legislativo* e no *Executivo*”, o qual “sobrerrola e equilibra ambos, posto que, inviolável, respeita a *opinião pública*, inspetora vigilantíssima e tribunal integérrimo nos *Governos Representativos*”.¹⁰⁶

Fica, pois, claro que a monarquia, nessa perspectiva, não era apenas uma *etapa evolutiva* na *inexorável marcha política da liberdade*, imposta pelas *limitações intelectuais e morais* de um povo a ser *devidamente educado*, tendo por *fim último* a instituição da *forma democrática* (ou *republicana*) de governo. Ao contrário, via-se como única via de salvação a combinação das três formas de governo, tidas como *impraticáveis* em suas *formas absolutas*, ou *puras*, posto que essencialmente *fadadas à degeneração* pela *natureza corrompida do próprio homem*. A Constituição do Império, segundo Gomide (que falava por seus partidários), mostrava-se superior ao *Projeto* que se discutia na Assembléia Geral Constituinte, encerrando em si “bondade absoluta como Constituição de uma *Monarquia Constitucional*” (isto é, combinando harmonicamente a Monarquia com a Aristocracia e a Democracia), motivo pelo qual ele louvava o Conselho de Estado que a elaborara, o Imperador que o nomeara, e julgava escusável a outorga dessa mesma Constituição, na qual depositava suas esperanças.

Adepto da *moderação* e da *mediania*, Gomide ressalta que “a *mediania*, balizada à *direita* e à *esquerda* pela razão, é o caminho seguro”; e, num alerta a seus compatriotas, revela que “o *excesso de liberdade* precipita nos abismos da *anarquia*, para a qual vos querem

¹⁰⁶ *Abelha do Itaculmy* (112), 27/09/1824, p. 446; *Abelha do Itaculmy* (107), 15/09/1824, p. 427.

embair os *campeões furiosos do liberalismo*”.¹⁰⁷ Nesse sentido, ele haveria de sintetizar com eloquência seu credo político, um conservadorismo que rechaçava idealismos:

O espírito humano, rebelde à verdade, se submete aos erros mais monstruosos com uma facilidade maravilhosa. Pessoas bem intencionadas, mas de um zelo ardente, se têm ouriçado das teorias metafísicas dos *Filósofos* e procuram febrilmente *estabelecer a realidade dos princípios especulativos só admissíveis no mundo ideal e na humanidade abstrata*; o primeiro acesso da febre traz delírios, e a fantasia se excentriza da razão com tanta velocidade, que, em brevíssimo tempo, corre espaços imensos no vazio infinito das quimeras. *É preciso tomarmos os homens quais são, e não o que devem ser, e ainda menos o que podem ser.* “Quem deixará de ter prosélitos”, pergunta Bentham, “se proclamar os princípios de *liberdade e igualdade absoluta*?” ...¹⁰⁸

¹⁰⁷ *Abelha do Itaculamy* (124), 25/10/1824, p. 495.

¹⁰⁸ *Abelha do Itaculamy* (107), 15/09/1824, p. 428.

CAPÍTULO 2:

A COLHEITA

As eleições para a Assembléia Geral na Província de Minas Gerais

Na organização da Assembléia Geral do Império, as Instruções exaradas com o Decreto de 26 de Março de 1824 davam à Província de Minas Gerais vinte assentos na câmara temporária (Deputados) e dez na câmara vitalícia (Senadores). Esse número seria conservado até 1889, quando da deposição do segundo Imperador e subsequente proclamação da República.

Para o ano de 1824, o Governo Imperial designou previamente os locais em que os Eleitores Paroquiais deveriam se reunir para a indicação de nomes à Assembléia Geral. A distribuição geográfica desses Colégios Eleitorais buscou atender as especificidades e necessidades regionais (vide Mapa 1).

Na Comarca de Ouro Preto, composta pelos termos da Imperial Cidade de Ouro Preto e pela Leal Cidade de Mariana, estes dois centros urbanos foram erigidos sedes de Colégios Eleitorais.

Na Comarca do Rio das Velhas, serviu a Fidelíssima Vila do Sabará como sede de um Colégio Eleitoral que atenderia não só os Eleitores Paroquiais de seu termo, mas também dos termos vizinhos da Vila de Caeté e do Julgado do Curvelo. Também a Vila de Pitangui seria sede de um Colégio Eleitoral.

Na Comarca do Rio Paracatu, composto pela Vila de Paracatu e seus julgados (São Romão, Salgado, Araxá, e Desemboque), apenas dois locais sediariam Colégios Eleitorais: Paracatu e São Romão.

Na Comarca do Serro Frio, composto pelos termos da Vila do Príncipe e seus julgados (Curvelo, e Barra do Rio das Velhas), e da Vila de Minas Novas, os Eleitores Paroquiais deveriam se reunir nos dois centros urbanos: Vila do Príncipe e Minas Novas.

Na Comarca do Rio das Mortes, apenas três dos oito centros urbanos sediariam Colégios Eleitorais. Na Vila de São João del-Rei, reunir-se-iam não só os Eleitores Paroquiais

Mapa 1 – Colégios Eleitorais da Província de Minas Gerais em 1824

de seu termo, mas também dos vizinhos das Vilas de São José e Barbacena; no da Vila de Tamanduá, os daquele termo; e, no da Vila da Campanha, os daquele termo e os dos vizinhos das Vilas de Baependi e Jacuí. Os da Vila de Queluz deveriam se reunir aos da capital provincial, que era o Colégio Eleitoral mais próximo.

Havia, na legislação, flexibilidade para que os Eleitores Paroquiais prestassem seu voto onde lhes fosse mais conveniente – e, sendo o voto obrigatório (e a abstenção punível com multa), havendo impedimento, o Eleitor Paroquial deveria apresentar seu voto, com assinatura reconhecida, por meio de um procurador. Outra particularidade: a eleição não ocorreu simultaneamente nos diversos Colégios Eleitorais: cada qual se aprontou e reuniu quando lhe permitiram as circunstâncias e conveniências.

O Colégio Eleitoral da Vila de São João del-Rei

Ao que tudo indica, foi na Vila de São João del-Rei cabeça da Comarca do Rio das Mortes, onde primeiro se realizaram as indicações dos nomes que haveriam de representar a Província de Minas Gerais no Senado do Império e na Câmara dos Deputados. Ali se reuniram cento e vinte e três eleitores paroquiais das diversas freguesias que compunham aquele termo municipal, mais o das vizinhas Vila de São José e Vila de Barbacena.

No primeiro dia das eleições, em conformidade com as instruções exaradas pelo Governo Imperial, foram escolhidos os componentes da mesa que haveria de dirigir os trabalhos eleitorais. Para presidir o colégio, elegeu-se o Doutor Joze Cesario de Miranda Ribeiro – magistrado que, em 1821, havia sido indicado para representar Minas nas Cortes de Lisboa, e que, desde 1823, vinha ocupando o emprego de Juiz de Fora e Órfãos da Vila de São João del-Rei e seu Termo, com alçada no Cível e Crime. Para servirem como secretários, foram eleitos Baptista Caetano d’Almeida, negociante estabelecido na Vila de São João del-Rei, e Luiz Joaquim Nogueira da Gama, que servia o emprego de Tesoureiro da Intendência

da Comarca do Rio das Mortes (e que, além disso, era ainda sobrinho do Conselheiro de Estado Manoel Jacintho Nogueira da Gama e cunhado do há pouco referido Juiz de Fora, o Doutor Joze Cesario). Para servirem como escrutinadores, foram eleitos o Coronel Antonio Constantino de Oliveira, comandante do Regimento de Cavalaria de Primeira Linha sediado na Vila de São João del-Rei, e o Cônego Antonio Marques de Sampaio, Vigário Paroquial da Freguesia da Vila de Barbacena e Cônego da Capela Imperial (a quem, no começo do ano anterior, o Apostolado de Jozé Bonifacio havia encarregado de criar em Minas uma filial da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz). Assim composta a mesa, deu-se início aos trabalhos eleitorais.¹

A apuração dos nomes indicados para o Senado do Império aconteceu no dia 19 de Junho. Foram sufragados cento e oitenta e oito nomes, entre os quais trinta e nove haviam obtido um único voto. Dos trinta nomes a serem indicados para escolha do Imperador, houve vinte e cinco que reuniram a maioria absoluta dos votos (vide Tabela 1.1).

É digno de atenção o fato de que a maioria absoluta dos indicados ao Senado pelo eleitorado reunido em São João del-Rei residia na Corte: todos os Conselheiros e Ministros de Estado, bem como algumas autoridades subalternas do Ministério (como o Intendente Geral da Polícia e os Presidentes das Províncias de Minas e de São Paulo), além dos presidentes dos tribunais da Corte estiveram entre os mais votados. Apesar de residentes na Corte, eram naturais da Comarca do Rio das Mortes o Conselheiro de Estado Manoel Jacintho Nogueira da Gama, o Intendente Geral da Polícia Estevão Ribeiro de Rezende, e o contador Joze de Rezende Costa, que estiveram entre os que reuniram maioria absoluta dos votos. Conseguiu maioria relativa o Cônego Antonio Marques de Sampaio, Pároco de Barbacena.

A apuração dos nomes indicados para a Câmara dos Deputados, por sua vez, aconteceu no dia 22 de Junho. Houve duzentos e um nomes sufragados, sendo que cinquenta e

¹ *Ata da Eleição de Senadores à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila de São João del-Rei.* Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 114, documento 2.

Tabela 1.1 – Indicação de 30 nomes ao Senado para escolha do Imperador: nomes mais votados na Vila de São João del-Rei (1824)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Joze Joaquim Carneiro de Campos	Conselheiro de Estado	Corte	108
Barão de Santo Amaro	Conselheiro de Estado	Corte	103
Antonio Luiz Pereira da Cunha	Conselheiro de Estado	Corte	101
Joze da Silva Lisboa	Desembargador do Paço	Corte	100
Joze Caetano da Silva Coutinho	Bispo Capelão Mor	Corte	95
Caetano Pinto de Miranda Montenegro	Presidente do Desembargo do Paço	Corte	93
João Severiano Maciel da Costa	Ministro de Estado dos Negócios do Império	Corte	92
Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá	Conselheiro da Fazenda (aposentado)	Cachoeira (BA)	88
Estevão Ribeiro de Rezende	Intendente Geral da Polícia da Corte e do Império	Corte	87
Marianno Joze Pereira da Fonseca	Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda	Corte	86
Manoel Jacintho Nogueira da Gama	Conselheiro de Estado	Corte	84
Jozé Teixeira da Fonseca Vasconcellos	Presidente da Província de Minas Gerais	Ouro Preto (MG)	80
Clemente Ferreira França	Ministro de Estado dos Negócios da Justiça	Corte	78
Conde de Palma	Regedor das Justiças da Casa da Suplicação	Corte	77
Joze Caetano Ferreira de Aguiar	Vigário Geral do Bispado do Rio de Janeiro	Corte	76
Nicolau Pereira de Campos Vergueiro	Agricultor	São Paulo (SP)	75
Luiz Joze de Carvalho e Mello	Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros	Corte	73
Joze de Rezende Costa	Escrivão da Mesa do Tesouro Público Nacional	Corte	72
Lucas Antonio Monteiro de Barros	Presidente da Província de São Paulo	São Paulo (SP)	71
Joaquim Gonçalves Ledo	Oficial da Contadoria do Arsenal do Exército	Corte	69
Francisco Villela Barboza	Ministro de Estado dos Negócios da Marinha	Corte	67
João Gomes da Silveira Mendonça	Ministro de Estado dos Negócios da Guerra	Corte	67
Lucio Soares Teixeira de Gouvêa	Juiz de Fora da Cidade do Rio de Janeiro	Corte	65
Jacintho Furtado de Mendonça	Agricultor	Rio de Janeiro	64
João Evangelista de Faria Lobato	Desembargador da Casa da Suplicação	Corte	63
Joze Clemente Pereira	Desembargador da Relação da Bahia	Corte	59
Luiz Pereira de Nobrega de Souza Coutinho	Ajudante de Campo de S. M. I.	Corte	57
Januario da Cunha Barboza	Professor público de Filosofia Racional e Moral	Corte	52
Antonio Marques de Sampaio	Pároco de Barbacena	Barbacena (MG)	51
Joze Caetano Gomes	Tesoureiro Mor do Tesouro Público Nacional	Corte	51
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			123

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Tabela 1.2 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados na Vila de São João del-Rei (1824)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Joze Cesario de Miranda Ribeiro	Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei	S. João del-Rei (MG)	109
Candido Joze de Araujo Viana	Juiz de Fora da Leal Cidade de Mariana	Mariana (MG)	89
Joze Antonio da Silva Maya	Juiz de Fora da Fidelíssima Vila de Sabará	Sabará (MG)	88
Joze Carlos Pereira de Almeida Torres	Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes	S. João del-Rei (MG)	83
Antonio Augusto Monteiro de Barros	Juiz de Fora da Imperial Cidade de Ouro Preto	Ouro Preto (MG)	79
Jozé de Rezende Costa	Escrivão da Mesa do Tesouro Público Nacional	Corte	71
Antonio Paulino Limpo de Abreo	Ouvidor da Comarca de Paracatu	Paracatu (MG)	66
Antonio Marques de Sampaio	Pároco de Barbacena	Barbacena (MG)	66
Lourenço Joze Ribeiro	Advogado	Corte	64
Estevão Ribeiro de Rezende	Intendente Geral da Polícia da Corte e do Império	Corte	59
Nicolau Pereira de Campos Vergueiro	Agricultor	São Paulo (SP)	58
Joaquim Gonçalves Ledo	Oficial da Contadoria do Arsenal do Exército	Corte	56
Lucio Soares Teixeira de Gouvêa	Juiz de Fora da Cidade do Rio de Janeiro	Corte	56
Antonio da Roxa Franco	Pároco de Antônio Dias	Ouro Preto (MG)	51
Joze Clemente Pereira	Desembargador da Relação da Bahia	Corte	47
Januario da Cunha Barboza	Professor público de Filosofia Racional e Moral	Corte	41
Bernardo Pereira de Vasconcellos	Advogado	Ouro Preto (MG)	39
João Severiano Maciel da Costa	Ministro de Estado dos Negócios do Império	Corte	39
Manoel Jacintho Nogueira da Gama	Conselheiro de Estado	Corte	38
Antonio Gonçalves Gomide	Tesoureiro da Intendência do Ouro de Sabará	Caeté (MG)	36
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			123

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

sete deles haviam obtido um único voto.² Dos vinte nomes a serem indicados, houve nove que reuniram a maioria absoluta dos votos (vide Tabela 1.2).

Significativa votação tiveram os magistrados encarregados de presidir as Câmaras Municipais de São João del-Rei, Mariana, Sabará e Ouro Preto (fenômeno sobre o qual se falará adiante). Além desses, também reuniram maioria absoluta algumas notabilidades locais, como o Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes (Jozé Carlos Pereira de Almeida Torres), seu antecessor no cargo (Antonio Paulino Limpo de Abreo, então Ouvidor da Comarca de Paracatu), o contador Joze de Rezende Costa e o magistrado Lourenço Joze Ribeiro (nascidos e criados – respectivamente – nos municípios de São José e São João del-Rei, com familiares e amigos presentes neste colégio eleitoral), e o Cônego Antonio Marques de Sampaio (Pároco de Barbacena e membro da mesa diretora deste colégio eleitoral).

Após haverem sido apuradas, em São João del-Rei, as indicações para a Assembléia Geral do Império, procedeu-se à indicação de nomes para o Conselho do Governo e para o Conselho Geral da Província, bem como para a Promotoria de Justiça e para o Conselho de Jurados da Comarca do Rio das Mortes (de que São João del-Rei era capital).

-x-

O Colégio Eleitoral da Fidelíssima Vila do Sabará

Na Fidelíssima Vila do Sabará, cabeça da Comarca do Rio das Velhas, estiveram reunidos, entre os dias 19 e 22 de Junho, setenta e seis eleitores paroquiais das diversas

² *Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila de São João del-Rei.* Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 100, documento 2.

freguesias que compunham aquele termo municipal, mais o da vizinha Vila Nova da Rainha do Caeté.³

Quando, na Vila de São João del-Rei, já se apuravam as listas com as indicações de nomes ao Senado, formou-se a mesa que haveria de dirigir os trabalhos eleitorais em Sabará. Coube a presidência ao magistrado Joze Antonio da Silva Maya, que então exercia o emprego de Juiz de Fora e Órfãos da Fidelíssima Vila do Sabará e seu Termo, e que havia participado da Assembléia Geral Constituinte como deputado por Minas. Para servirem como secretários, foram eleitos o Tenente Coronel Antonio Martins da Costa e o Sargento Mor Manoel de Araujo da Cunha (pai do magistrado e ex-constituente Candido Joze de Araujo Viana, a quem caberia, durante aqueles mesmos dias, a presidência dos trabalhos eleitorais na Leal Cidade de Mariana). Para escrutinadores, foram eleitos o Capitão Mor João Baptista Ferreira de Souza Coutinho e o Sargento Mor Manoel Joze Pires da Silva Pontes. Assim composta a mesa, deu-se início aos trabalhos eleitorais.

Nos dias 20 e 21, recolheram-se e apuraram-se as indicações de nomes ao Senado do Império. Houve um total de cento e setenta e sete nomes sufragados no colégio eleitoral, sendo que quarenta e um deles haviam recebido um único voto. Dos trinta nomes a serem indicados para escolha do Imperador, houve quinze que obtiveram a maioria absoluta dos votos (vide Tabela 1.3).

Como o ocorrido em São João del-Rei, também se vê em Sabará um grande número de residentes na Corte sendo indicados ao Senado pela maioria absoluta do eleitorado. Além dos Conselheiros e Ministro de Estado, das autoridades subalternas do Ministério, e dos presidentes dos tribunais da Corte, cumpre destacar ainda, entre os nomes indicados ao Senado pela maioria absoluta do eleitorado reunido em Sabará, o do Presidente da Província (Jozé Teixeira da Fonseca Vasconcellos), nascido e criado no termo municipal de Sabará,

³ *Ata da Eleição de Senadores e Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Fidelíssima Vila do Sabará*. Arquivo Público Mineiro: Fundo “Câmara Municipal de Sabará”, Ata-01-1822/1828, pp. 14v-21.

onde viveu a maior parte de sua vida; o do Conselheiro de Estado Antonio Luiz Pereira da Cunha, outrora Ouvidor da Comarca do Rio das Velhas; o do Coronel Antonio Gonçalves Gomide, notabilidade local que havia participado da Assembléia Geral Constituinte no ano anterior; e o do Ministro de Estado dos Negócios da Guerra (João Gomes da Silveira Mendonça), nascido e criado durante a infância no termo municipal de Sabará, onde ainda tinha parentes e amigos. Com metade dos votos do eleitorado reunido em Sabará, aparece também o Cônego Antonio da Roxa Franco, nascido e criado naquele termo municipal, embora estivesse ocupando a dignidade de Vigário da Freguesia de Antônio Dias, na capital provincial. Destes, apenas o Vigário Franco não havia reunido em São João del-Rei maioria dos votos para Senador.

No dia 22, fizeram-se e apuraram-se as indicações para a Câmara dos Deputados. Foram sufragados, ao todo, cento e cinquenta e oito nomes – dos quais trinta e oito obtiveram um único voto. Dos vinte nomes a serem indicados, houve oito que obtiveram a maioria absoluta dos votos (vide Tabela 1.4).

Cumprе destacar a repetição, que acontece em Sabará, de um padrão manifestado em São João del-Rei: reuniram maioria absoluta dos votos os magistrados presidentes das Câmaras Municipais de Sabará, Mariana, Ouro Preto e São João del-Rei. Além desses, também obtiveram maioria absoluta dos votos em Sabará o Ouvidor da Comarca do Rio das Velhas (Antonio de Azevedo de Mello Carvalho), e três antigos deputados por Minas à Constituinte do ano anterior – o Desembargador Lucio Soares Teixeira de Gouvêa (outrora Ouvidor da Comarca de Paracatu), o Cônego Antonio da Roxa Franco (que tinha parentes e amigos no termo municipal da Vila de Sabará, de onde era natural), e o Coronel Antonio Gonçalves Gomide (com emprego em Sabará e domicílio no vizinho termo municipal de Caeté).

Tabela 1.3 – Indicação de 30 nomes ao Senado para escolha do Imperador: nomes mais votados na Fidelíssima Vila de Sabará (1824)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Jozé Teixeira da Fonseca Vasconcellos	Presidente da Província de Minas Gerais	Ouro Preto (MG)	69
Antonio Luiz Pereira da Cunha	Conselheiro de Estado	Corte	64
João Severiano Maciel da Costa	Ministro de Estado dos Negócios do Império	Corte	62
Estevão Ribeiro de Rezende	Intendente Geral da Polícia da Corte e do Império	Corte	61
Barão de Santo Amaro	Conselheiro de Estado	Corte	54
Joze Joaquim Carneiro de Campos	Conselheiro de Estado	Corte	54
Joze Caetano da Silva Coutinho	Bispo Capelão Mor	Corte	52
Lucas Antonio Monteiro de Barros	Presidente da Província de São Paulo	São Paulo (SP)	48
Conde de Palma	Regedor das Justiças da Casa da Suplicação	Corte	47
Diogo de Toledo Lara Ordonhes	Conselheiro da Fazenda	Corte	43
Manoel Jacintho Nogueira da Gama	Conselheiro de Estado	Corte	43
Antonio Gonçalves Gomide	Tesoureiro da Intendência do Ouro de Sabará	Caeté (MG)	41
João Gomes da Silveira Mendonça	Ministro de Estado dos Negócios da Guerra	Corte	41
Sebastião Luiz Tinoco da Silva	Desembargador do Paço	Corte	41
Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá	Conselheiro da Fazenda (aposentado)	Cachoeira (BA)	40
Antonio da Roxa Franco	Pároco de Antônio Dias	Ouro Preto (MG)	38
Felisberto Caldeira Brant Pontes	Ministro plenipotenciário do Brasil em Londres	Londres (UK)	38
Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque	Intendente Geral dos Diamantes	Vila do Príncipe (MG)	37
Marianno Joze Pereira da Fonseca	Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda	Corte	37
Jozé da Silva Lisboa	Desembargador do Paço	Corte	33
Caetano Pinto de Miranda Montenegro	Presidente do Desembargo do Paço	Corte	32
Francisco Lemos de Faria Pereira Coutinho	Juiz Executor da Fazenda	Corte	32
Luiz Joze de Carvalho e Mello	Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros	Corte	32
Francisco Lopes de Souza Faria e Lemos	Conselheiro da Fazenda	Corte	31
Joze Antonio da Silva Maya	Juiz de Fora da Fidelíssima Vila do Sabará	Sabará (MG)	31
Joze Feliciano Fernandes Pinheiro	Presidente da Província do Rio Grande do Sul	Porto Alegre (RS)	28
Joze de Bethencourt e Sá Camara	Proprietário	Caeté (MG)	27
Vicente Navarro de Andrade	Médico	Corte	26
Francisco de Paula Pereira Duarte	Desembargador da Relação do Maranhão	São Luís (MA)	25
Rodrigo Pinto Guedes	Militar (Almirante)	Corte	24
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			76

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Tabela 1.4 – Indicação de 20 deputados à Assembléa Geral Legislativa: nomes mais votados na Fidelíssima Vila de Sabará (1824)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Joze Antonio da Silva Maya	Juiz de Fora da Fidelíssima Vila de Sabará	Sabará (MG)	74
Antonio de Azevedo de Mello Carvalho	Ouvidor da Comarca do Rio das Velhas	Sabará (MG)	66
Candido Joze de Araujo Viana	Juiz de Fora da Leal Cidade de Mariana	Mariana (MG)	64
Lucio Soares Teixeira de Gouvêa	Juiz de Fora da Cidade do Rio de Janeiro	Corte	50
Antonio da Roxa Franco	Pároco de Antônio Dias	Ouro Preto (MG)	49
Antonio Gonçalves Gomide	Tesoureiro da Intendência do Ouro de Sabará	Caeté (MG)	43
Antonio Augusto Monteiro de Barros	Juiz de Fora da Imperial Cidade de Ouro Preto	Ouro Preto (MG)	39
Joze Cesario de Miranda Ribeiro	Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei	S. João del-Rei (MG)	39
Joze Carlos Pereira de Almeida Torres	Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes	S. João del-Rei (MG)	37
Manoel Joze Pires da Silva Pontes	Proprietário	Caeté (MG)	35
Jozé Custodio Dias	Proprietário	Campanha (MG)	34
Estevão Ribeiro de Rezende	Intendente Geral da Polícia da Corte e do Império	Corte	32
Jozé de Sá Bethencourt	Coronel do 2º Regimento de Infantaria	Caeté (MG)	31
Januario da Cunha Barboza	Professor público de Filosofia Racional e Moral	Corte	30
Bernardo Carneiro Pinto d'Almeida	Advogado na Casa da Suplicação	Corte	29
Antonio Luiz Pereira da Cunha	Conselheiro de Estado	Corte	27
Joze Clemente Pereira	Desembargador da Relação da Bahia	Corte	26
Francisco Garcia Adjuto	Ouvidor da Comarca do Ouro Preto	Ouro Preto (MG)	22
João Severiano Maciel da Costa	Ministro de Estado dos Negócios do Império	Corte	21
Theotonio Alvares de Oliveira Maciel	Advogado	Mariana (MG)	20
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			76

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Comparada a votação de Sabará com a de São João del-Rei, percebe-se que, dos vinte nomes a serem indicados à Câmara dos Deputados, houve a repetição de doze: os já citados magistrados que presidiam as Câmaras Municipais de São João del-Rei, Sabará, Mariana, e Ouro Preto; os ex-deputados à Constituinte Lucio Soares Teixeira Gouvêa, Antonio da Roxa Franco e Antonio Gonçalves Gomide; as lideranças maçônicas fluminenses Jozé Clemente Pereira e Januario da Cunha Barboza (a quem estavam ligados tanto o Vigário Franco, quanto o Coronel Gomide); o Ministro de Estado dos Negócios do Império (João Severiano Maciel da Costa); e o Intendente Geral da Polícia (Estevão Ribeiro de Rezende).

Após haverem sido apuradas, em Sabará, as indicações para a Assembléia Geral do Império, procedeu-se à indicação de nomes para o Conselho do Governo e para o Conselho Geral da Província, bem como para a Promotoria de Justiça e para o Conselho de Jurados da Comarca do Rio das Velhas (de que Sabará era capital).

-x-

O Colégio Eleitoral da Leal Cidade de Mariana

Na Leal Cidade de Mariana, reuniram-se cinquenta e cinco eleitores paroquiais das diversas freguesias que compunham aquele vasto termo municipal.

É bastante provável que os trabalhos eleitorais tenham começado no dia 20 de Junho (quando ainda estavam em andamento as eleições no colégio de São João del-Rei e no de Sabará). Sabe-se que, nessa ocasião, compôs-se a mesa que haveria de dirigir o colégio, ficando na presidência o magistrado Candido Joze de Araujo Viana, que exercia então o emprego de Juiz de Fora e Órfãos da Leal Cidade de Mariana e que havia participado da Assembléia Geral Constituinte como deputado por Minas. Para servirem como secretários, foram eleitos o Sargento Mor Jacintho Pereira Ribeiro e o Padre Francisco Xavier Augusto de

França e, como escrutinadores, o Doutor Luiz Joze de Godoy Torres e o Desembargador Manoel Ignacio de Mello e Souza.

Nos dias 21 e 22 de Junho, recolheram-se a apuraram-se as indicações de nomes ao Senado do Império. Houve cento e setenta e seis nomes sufragados, entre os quais quarenta e nove receberam um único voto.⁴ Dos trinta nomes a serem indicados para escolha do Imperador, houve quinze que reuniram a maioria absoluta dos votos (vide Tabela 1.5).

A indicação de nomes ao Senado, em Mariana, parece repetir um padrão já observado em São João del-Rei e em Sabará: foram sufragados, em todos esses três colégios eleitorais, por suas respectivas maiorias absolutas, nomes ligados ao Ministério – como o Ministro de Estado dos Negócios do Império, João Severiano Maciel da Costa (nascido e criado no termo municipal de Mariana); os Conselheiros de Estado Joze Joaquim Carneiro de Campos e Antonio Luiz Pereira da Cunha; o Bispo Capelão Mor; os Presidentes das Províncias de Minas Gerais e São Paulo, Jozé Teixeira da Fonseca Vasconcellos e Lucas Antonio Monteiro de Barros, bem como seu contemporâneo em Coimbra Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá. Também reuniu maioria absoluta de votos, em cada um desses três colégios, o Intendente Geral da Polícia (Estevão Ribeiro de Rezende).

Cumprе destacar que o Conselheiro Camara, bem como os Desembargadores João Severiano, Jozé Teixeira, Lucas Monteiro, e Estevão Rezende, ao que tudo indica, já haviam participado de um manejo ministerial ao tempo das eleições para a Assembléia Constituinte – coligação esta que, conforme se vê, parece ter sido repetida nas eleições para o Senado do Império.⁵

⁴ *Ata da Eleição de Senadores à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Leal Cidade de Mariana*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 114, documento 3.

⁵ O estudo sobre a coligação eleitoral observada em 1822, inicialmente concebida para ser parte do presente estudo, precisou ser excluída deste trabalho, mas será futuramente publicado. Alguns dos elementos que justificam essa coalizão serão comentados, aqui, na parte em que se tratará da composição do Senado.

Em Mariana, todavia, percebe-se, na indicação de nomes ao Senado, um maior espírito de localismo que o observado em São João del-Rei e em Sabará. Além dos nomes acima mencionados, que eram candidatos ministeriais, e que reuniram a maioria absoluta dos votos prestados em cada um dos três colégios eleitorais estudados até agora, outros cinco nomes – todos de notabilidades locais – empolgaram o eleitorado reunido em Mariana. Estas notabilidades locais reuniram ali (e somente ali) a maioria absoluta dos votos: o Doutor Luiz Joze de Godoy Torres (médico residente em Mariana), o Vigário Doutor Joaquim Joze Lopes Mendes Ribeiro (pároco da Freguesia de Piranga), o Desembargador Manoel Ignacio de Mello e Souza, o Doutor Theotônio Alvares de Oliveira Maciel, e o Vigário Geral Marcos Antonio Monteiro de Barros. Destes, cumpre destacar o Vigário Doutor Joaquim Joze Lopes e o Desembargador Manoel Ignacio, que haviam participado não só da conspiração que aboliu em Minas o poder absoluto dos Capitães Generais, como também compuseram a primeira Junta de Governo que os sucedeu. Ambos haviam ganho a reputação de republicanos por apoiarem as tendências autocráticas dessa Junta, que se mostrou refratária tanto às Cortes Gerais reunidas em Lisboa quanto ao Governo do Reino do Brasil sediado no Rio de Janeiro. Após o ostracismo a que haviam sido condenados ao tempo das eleições para a Assembléia Constituinte, voltavam ao cenário político com o apoio da maioria absoluta do eleitorado reunido em Mariana.⁶

Nesse ambiente, no dia 23 de Junho, passou-se à indicação de nomes para a Câmara dos Deputados. A única cópia encontrada da ata desta eleição, por estar fragmentária e incompleta, não possibilitou a apuração do total de nomes sufragados no colégio eleitoral.

⁶ Sobre a atuação da primeira Junta de Governo de Minas, vide: IGLÉSIAS, Francisco. “Minas Gerais”, in: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: o Brasil Monárquico. Volume 4: Dispersão e unidade. (8ª ed.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, pp. 437-441; BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Minas e a Independência*. Belo Horizonte: Mercantil de Minas, 1972, pp. 32-41; BARBOSA, Waldemar de Almeida Barbosa. “Retificações Históricas”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Vol. 16, 1975, ex.1, pp.151-164.

Tabela 1.5 – Indicação de 30 nomes ao Senado para escolha do Imperador: nomes mais votados na Leal Cidade de Mariana (1824)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
João Severiano Maciel da Costa	Ministro de Estado dos Negócios do Império	Corte	49
Joze Joaquim Carneiro de Campos	Conselheiro de Estado	Corte	45
Joze Caetano da Silva Coutinho	Bispo Capelão Mor	Corte	42
Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá	Conselheiro da Fazenda (aposentado)	Cachoeira (BA)	40
Luiz Joze de Godoy Torres	Médico	Mariana (MG)	36
Jozé Teixeira da Fonseca Vasconcellos	Presidente da Província de Minas Gerais	Ouro Preto (MG)	34
Joaquim Joze Lopes Mendes Ribeiro	Pároco de Piranga	Mariana (MG)	32
Lucas Antonio Monteiro de Barros	Presidente da Província de São Paulo	São Paulo (SP)	32
Luiz Joze de Carvalho e Mello	Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros	Corte	31
Manoel Ignacio de Mello e Souza	...	Mariana (MG)	31
Antonio Luiz Pereira da Cunha	Conselheiro de Estado	Corte	30
Manoel Pedro Gomes	Desembargador da Casa da Suplicação	Corte	29
Theotonio Alves de Oliveira Maciel	Advogado	Mariana (MG)	29
Estevão Ribeiro de Rezende	Intendente Geral da Polícia da Corte e do Império	Corte	28
Marcos Antonio Monteiro de Barros	Vigário Geral do Bispado de Mariana	Mariana (MG)	28
Barão de Santo Amaro	Conselheiro de Estado	Corte	27
Joze de Araujo da Cunha Alvarenga	Capitão Mor das Ordenanças da Vila de Sabará	Sabará (MG)	27
Joze Antonio da Silva Maya	Juiz de Fora da Fidelíssima Vila do Sabará	Sabará (MG)	26
Clemente Ferreira França	Ministro de Estado dos Negócios da Justiça	Corte	25
Lucio Soares Teixeira de Gouvêa	Juiz de Fora da Cidade do Rio de Janeiro	Corte	25
Manoel Jacintho Nogueira da Gama	Conselheiro de Estado	Corte	25
Joze Albano Frago	Desembargador do Paço	Corte	24
Luiz Pereira de Nobrega de Souza Coutinho	Ajudante de Campo de S. M. I.	Corte	24
Ignacio Joze de Souza Rabello	Desembargador (aposentado)	Mariana (MG)	23
Antonio Januario Carneiro	Capitão Mor das Ordenanças do Termo	Mariana (MG)	21
Francisco de Paula Pereira Duarte	Desembargador da Relação do Maranhão	São Luís (MA)	21
Joze Bento Leite Ferreira de Mello	Pároco de Pouso Alegre	Campanha (MG)	21
Luiz Augusto May	Empregado público (aposentado)	Corte	21
Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque	Intendente Geral dos Diamantes	Vila do Príncipe (MG)	21
Antonio Joze Dias Coelho	Comandante das Armas da Província de MG	Ouro Preto (MG)	20
Caetano Pinto de Miranda Montenegro	Presidente do Desembargo do Paço	Corte	20
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			55

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Tabela 1.6 – Indicação de 20 deputados à Assembléa Geral Legislativa: nomes mais votados na Leal Cidade de Mariana (1824)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Candido Joze de Araujo Viana	Juiz de Fora da Leal Cidade de Mariana	Mariana (MG)	48
Luiz Joze de Godoy Torres	Médico	Mariana (MG)	42
Joze Antonio da Silva Maya	Juiz de Fora da Fidelíssima Vila do Sabará	Sabará (MG)	32
Jozé Teixeira da Fonseca Vasconcellos	Presidente da Província de Minas Gerais	Ouro Preto (MG)	26
Antonio Augusto Monteiro de Barros	Juiz de Fora da Imperial Cidade de Ouro Preto	Ouro Preto (MG)	25
João Joze Lopes Mendes Ribeiro	...	Ouro Preto (MG)	24
Joaquim Jozé Lopes Mendes Ribeiro	Pároco de Piranga	Mariana (MG)	23
Bernardo Pereira de Vasconcellos	Advogado	Ouro Preto (MG)	22
Francisco de Paula Pereira Duarte	Desembargador da Relação do Maranhão	São Luís (MA)	22
Lucio Soares Teixeira de Gouvêa	Juiz de Fora da Cidade do Rio de Janeiro	Corte	22
Antonio Januario Carneiro	Capitão Mor das Ordenanças do Termo	Mariana (MG)	20
Ayres Antonio Correa de Sá d'Albuquerque	Cônego Prebendado na Sé Metropolitana	Salvador (BA)	19
Theotonio Alves de Oliveira Maciel	Advogado	Mariana (MG)	19
João Severiano Maciel da Costa	Ministro de Estado dos Negócios do Império	Corte	18
Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá	Conselheiro da Fazenda (aposentado)	Cachoeira (BA)	17
Joze Cesario de Miranda Ribeiro	Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei	S. João del-Rei (MG)	16
Manoel Pedro Gomes	Desembargador da Casa da Suplicação	Corte	15
Lucas Antonio Monteiro de Barros	Presidente da Província de São Paulo	São Paulo (SP)	15
Manoel Jacintho Nogueira da Gama	Conselheiro de Estado	Corte	14
Manoel Rodrigues Jardim	Escriturário da Junta da Fazenda Provincial	Ouro Preto (MG)	14
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			55

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Sabe-se, contudo, que houve noventa e quatro nomes que receberam três ou mais votos.⁷ Dos vinte nomes a serem indicados, apenas três reuniram a maioria absoluta dos votos (vide Tabela 1.6).

Se, ao que tudo indica, houve um manejo eleitoral, por parte do Ministério, no sentido de eleger certos nomes para o Senado e para a Câmara dos Deputados, esse arranjo, entre os eleitores reunidos em Mariana, teve mais sucesso na indicação de nomes ao Senado que na indicação de nomes à Câmara dos Deputados. Como nos outros dois colégios eleitorais, reuniram maioria dos votos os magistrados que presidiam as Câmaras Municipais de São João del-Rei, Sabará, Mariana e Ouro Preto – mas apenas dois deles (o de Sabará e o de Mariana) reuniram maioria absoluta (os demais, conseguiram apenas maioria relativa). Além desses (que, ao que tudo indica, contaram com o apoio ministerial), reuniram também maioria relativa de votos diversas notabilidades locais (que não parecem ter contado com o amparo do governo). Destaque seja dado aos irmãos João e Joaquim Joze Lopes Mendes Ribeiro, chefes de um partido que mostraria, nessas eleições, ramificações pela Província de Minas Gerais...

Após haverem sido apuradas, em Mariana, as indicações para a Assembléia Geral do Império, procedeu-se à indicação de nomes para o Conselho do Governo e para o Conselho Geral da Província, bem como para a Promotoria de Justiça e para o Conselho de Jurados da Comarca de Ouro Preto (que tinha por capital a cidade de mesmo nome).

-x-

O Colégio Eleitoral da Imperial Cidade de Ouro Preto

Cerca de uma semana depois de começadas as eleições nos colégios vizinhos das Vilas de São João del-Rei e de Sabará, e da Leal Cidade de Mariana, estando estas já concluídas,

⁷ *Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Leal Cidade de Mariana*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 100, documento 3.

chegou a vez da capital provincial: na Imperial Cidade de Ouro Preto, estiveram reunidos, do dia 27 de Junho ao dia 3 de Julho, sessenta e dois eleitores paroquiais das diversas freguesias que compunham aquele termo municipal, mais o da vizinha Vila de Queluz.⁸

Para a presidência do colégio, foi eleito o Coronel Romualdo Joze Monteiro de Barros, outrora membro da Junta de Governo da Província de Minas Gerais e irmão do magistrado Lucas Antonio Monteiro de Barros (que havia participado, como deputado por Minas, da Assembléia Geral Constituinte e, desde a dissolução desta, vinha presidindo a Província de São Paulo). Para servirem como secretários, foram eleitos o magistrado Bernardo Pereira de Vasconcellos e o Padre Jozé Joaquim Viegas de Menezes, e, como escrutinadores, o magistrado Antonio Augusto Monteiro de Barros (que estava então empregado como Juiz de Fora e Órfãos da Imperial Cidade de Ouro Preto, sendo ainda filho do ex-constituente Lucas Monteiro), e o Cônego Antonio da Roxa Franco, que havia participado como deputado por Minas da Assembléia Geral Constituinte. Composta assim a mesa diretora, deu-se continuidade aos trabalhos eleitorais.

Nos dois dias seguintes (28 e 29 de Junho), fizeram-se e apuraram-se as indicações de nomes para o Senado do Império. Houve um total de cento e oitenta e três nomes sufragados, dos quais cinquenta e sete receberam um único voto. Dos trinta nomes a serem indicados, houve vinte e três que reuniram a maioria absoluta dos votos (vide Tabela 1.7).

Em repetição ao já observado nos colégios eleitorais anteriormente estudados, aprofundou-se em Ouro Preto a tendência de se indicar ao Senado do Império os Conselheiros e Ministros de Estado, as autoridades subalternas ao Ministério, os presidentes dos tribunais da Corte, e outros nomes ligados a esse poderoso grupo que, então, governava o Império. Como notabilidades locais, cumpre destacar o Coronel Romualdo, que presidia o colégio eleitoral (e que vinha indicado pela maioria absoluta dos eleitores reunidos em Ouro Preto), e

⁸ *Ata da Eleição de Senadores e Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Imperial Cidade de Ouro Preto*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice SP-29, pp. 4-10v.

seu primo, o Desembargador João Evangelista de Faria Lobato, que havia participado da Assembléia Geral Constituinte como deputado por Minas.

Concluída a indicação dos nomes a serem levados ao monarca para a composição do Senado do Império, passou-se à escolha de deputados à Assembléia Geral: as listas foram recolhidas e apuradas no dia 1º de Julho. Houve um total de cento e quarenta e três nomes apurados, dos quais trinta e quatro receberam um único voto. Dos vinte nomes a serem indicados, houve dez que reuniram a maioria absoluta dos votos (vide Tabela 1.8).

Uma vez mais, estiveram entre os que reuniram maioria absoluta dos votos os magistrados que presidiam as Câmaras Municipais de Ouro Preto, São João del-Rei, Sabará e Mariana; e os ex-constituintes Roxa Franco, Gomide e Lucio Soares. Além desses, reuniram maioria absoluta dos votos o Padre Mestre Januario da Cunha Barboza (uma das figuras mais importantes da maçonaria fluminense), e os magistrados Francisco Garcia Adjuto (Ouvidor da Comarca do Ouro Preto) e Jozé Carlos Pereira de Almeida Torres (Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes). O Doutor Adjuto haveria de ganhar uma indesejada notoriedade na Província de Minas Gerais pelas páginas do periódico ouropretano *Abelha do Itaculummy*, onde foi acusado por seu colega Bernardo Pereira de Vasconcellos de se insinuar ao eleitorado para ocupar um assento na Câmara dos Deputados.⁹

No dia 2 de Julho, procedeu-se à indicação de vinte e um nomes para o Conselho Geral da Província, e, no dia seguinte, à indicação de seis nomes para o Conselho da Presidência da Província (ocasião em que também se procedeu à eleição dos juízes de fato e do promotor da comarca, os quais comporiam a nova organização judiciária que se pretendia dar ao país).

O resultado das eleições realizadas em Ouro Preto logo ganhou as páginas do periódico *Abelha do Itaculummy*: na edição do número 76, de 5 de Julho, foram publicados os

⁹ *Abelha do Itaculummy* (65), 09/06/1824, p. 260.

Tabela 1.7 – Indicação de 30 nomes ao Senado para escolha do Imperador: nomes mais votados na I. Cidade de Ouro Preto (1824)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Jozé Teixeira da Fonseca Vasconcellos	Presidente da Província de Minas Gerais	Ouro Preto (MG)	58
Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá	Conselheiro da Fazenda (aposentado)	Cachoeira (BA)	58
João Severiano Maciel da Costa	Ministro de Estado dos Negócios do Império	Corte	57
Joze Caetano da Silva Coutinho	Bispo Capelão Mor	Corte	50
Joze Joaquim Carneiro de Campos	Conselheiro de Estado	Corte	47
Lucas Antonio Monteiro de Barros	Presidente da Província de São Paulo	São Paulo (SP)	47
Felisberto Caldeira Brant Pontes	Ministro plenipotenciário do Brasil em Londres	Londres (UK)	46
Barão de Santo Amaro	Conselheiro de Estado	Corte	45
Antonio Luiz Pereira da Cunha	Conselheiro de Estado	Corte	44
Luiz Joze de Carvalho e Mello	Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros	Corte	44
Estevão Ribeiro de Rezende	Intendente Geral da Polícia da Corte e do Império	Corte	43
João Gomes da Silveira Mendonça	Ministro de Estado dos Negócios da Guerra	Corte	43
Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque	Intendente Geral dos Diamantes	Vila do Príncipe (MG)	43
Manoel Jacintho Nogueira da Gama	Conselheiro de Estado	Corte	43
João Baptista Ferreira de Souza Coutinho	Guarda Mor Geral das Minas da Província	Caeté (MG)	42
Conde de Palma	Regedor das Justiças da Casa da Suplicação	Corte	41
Caetano Pinto de Miranda Montenegro	Presidente do Desembargo do Paço	Corte	39
Romualdo Joze Monteiro de Barros	Coronel do Regimento de Cavalaria de Milícias	Ouro Preto (MG)	39
Custodio Joze Dias	Capitão Mor das Ordenanças da Vila de Jacuí	Jacuí (MG)	38
Marianno Joze Pereira da Fonseca	Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda	Corte	34
Antonio Thomaz de Figueiredo Neves	Coronel do Regimento de Cavalaria de Milícias	Caeté (MG)	33
João Evangelista de Faria Lobato	Desembargador da Casa da Suplicação	Corte	31
Joze Carlos Mairink da Silva Ferrão	Presidente da Província de Pernambuco	Recife (PE)	31
Marcos Antonio Monteiro de Barros	Vigário Geral do Bispado de Mariana	Mariana (MG)	30
Theotonio Alvares de Oliveira Maciel	Advogado	Mariana (MG)	30
Antonio Gonçalves Gomide	Tesoureiro da Intendência do Ouro de Sabará	Caeté (MG)	29
Joze de Rezende Costa	Escrivão da Mesa do Tesouro Público Nacional	Corte	28
Sebastião Luiz Tinoco da Silva	Desembargador do Paço	Corte	28
Antonio da Roxa Franco	Pároco de Antônio Dias	Ouro Preto (MG)	24
Antonio Joze Dias Coelho	Comandante das Armas da Província de MG	Ouro Preto (MG)	22
Clemente Ferreira França	Ministro de Estado dos Negócios da Justiça	Corte	22
Jacintho Furtado de Mendonça	Agricultor	Corte	22
Joze Caetano Gomes	Tesoureiro Mor do Tesouro Público Nacional	Corte	22
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			62

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Tabela 1.8 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados na I. Cidade de Ouro Preto (1824)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Antonio Augusto Monteiro de Barros	Juiz de Fora da Imperial Cidade de Ouro Preto	Ouro Preto (MG)	52
Antonio da Roxa Franco	Pároco de Antônio Dias	Ouro Preto (MG)	46
Joze Cesario de Miranda Ribeiro	Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei	S. João del-Rei (MG)	46
Joze Antonio da Silva Maya	Juiz de Fora da Fidelíssima Vila do Sabará	Sabará (MG)	41
Candido Joze de Araujo Viana	Juiz de Fora da Leal Cidade de Mariana	Mariana (MG)	40
Antonio Gonçalves Gomide	Tesoureiro da Intendência do Ouro de Sabará	Caeté (MG)	37
Francisco Garcia Adjuto	Ouvidor da Comarca do Ouro Preto	Ouro Preto (MG)	36
Januario da Cunha Barboza	Professor público de Filosofia Racional e Moral	Corte	36
Lucio Soares Teixeira de Gouvêa	Juiz de Fora da Cidade do Rio de Janeiro	Corte	34
Joze Carlos Pereira de Almeida Torres	Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes	S. João del-Rei (MG)	31
Jozé de Rezende Costa	Escrivão da Mesa do Tesouro Público Nacional	Corte	27
Antonio Marques de Sampaio	Pároco de Barbacena	Barbacena (MG)	26
Bernardo Pereira de Vasconcellos	Advogado	Ouro Preto (MG)	26
Estevão Ribeiro de Rezende	Intendente Geral da Polícia da Corte e do Império	Corte	26
Manoel Pedro Gomes	Desembargador da Casa da Suplicação	Corte	26
João Evangelista de Faria Lobato	Desembargador da Casa da Suplicação	Corte	25
Francisco de Paula Pereira Duarte	Desembargador da Relação do Maranhão	São Luís (MA)	23
Jacintho Furtado de Mendonça	Agricultor	Corte	21
Theotonio Alvares de Oliveira Maciel	Advogado	Mariana (MG)	20
Lourenço Joze Ribeiro	Advogado	Corte	20
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			62

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

trinta nomes mais votados para o Senado; e na edição do número 77, de 7 de Julho, os vinte nomes mais votados para a Câmara dos Deputados, os vinte e um nomes mais votados para o Conselho Geral da Província, e os seis nomes mais votados para o Conselho do Governo. Com a difusão do *Abelha do Itaculuny* pela província, a divulgação de um tal resultado influiria de alguma maneira as eleições a serem realizadas nos outros colégios eleitorais?

-X-

Comparadas as indicações de nomes ao Senado feitas em São João del-Rei, Sabará, Mariana e Ouro Preto, percebe-se que houve grande convergência de votos em São João del-Rei, Sabará e Ouro Preto, estando o colégio eleitoral de Mariana ligeiramente desviado dos outros três. Nestes, reuniram maioria dos votos todos os Conselheiros de Estado; os Ministros de Estado dos Negócios do Império, dos Negócios Estrangeiros, dos Negócios da Fazenda, e dos Negócios da Guerra; o Intendente Geral da Polícia da Corte e do Império e os Presidentes das Províncias de Minas Gerais e de São Paulo (autoridades estas subalternas ao Ministro de Estado dos Negócios do Império); o Presidente do Desembargo do Paço e o Regedor das Justiças da Casa da Suplicação (maiores autoridades judiciais do Império); o Bispo Capelão Mor; e o Conselheiro Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá, antigo Intendente Geral dos Diamantes.

É importante destacar que esse arranjo eleitoral, com vistas ao preenchimento dos assentos no Senado do Império, parece ser uma repetição, com pequena alteração, do arranjo observado em 1822, quando das eleições para a Assembléia Geral Constituinte: vê-se, novamente, a candidatura dos Conselheiros João Severiano Maciel da Costa (Ministro de Estado dos Negócios do Império) e Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá (Conselheiro da Fazenda aposentado), dos Desembargadores Estevão Ribeiro de Rezende

(Intendente Geral da Polícia da Corte e do Império), Jozé Teixeira da Fonseca Vasconcellos (Presidente da Província de Minas Gerais), e Lucas Antonio Monteiro de Barros (Presidente da Província de São Paulo). Ao lado desses nomes, entre as autoridades acima mencionadas, cumpre destacar os nomes de Manoel Jacintho Nogueira da Gama (Conselheiro de Estado) e João Gomes da Silveira Mendonça (Ministro de Estado dos Negócios da Guerra), ambos naturais da Província de Minas Gerais e integrantes do núcleo do Governo Imperial.

Dos trinta nomes a serem indicados ao Imperador para que este escolhesse os Senadores por Minas, houve, portanto, quinze (ou seja, metade das indicações) que foram sufragados em São João del-Rei, Sabará e Ouro Preto e reuniram a maioria dos votos prestados em cada um desses colégios.

No que diz respeito aos nomes sufragados para a Câmara dos Deputados, uma vez mais, é nítida a convergência de votos entre os eleitores de São João del-Rei, Sabará e Ouro Preto, bem como o ligeiro desvio apresentado pelo eleitorado de Mariana. Naqueles três primeiros colégios eleitorais, reuniram maioria dos votos os magistrados Candido Joze de Araujo Viana (Juiz de Fora da Leal Cidade de Mariana), Joze Antonio da Silva Maya (Juiz de Fora da Fidelíssima Vila do Sabará), Joze Cesario de Miranda Ribeiro (Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei) e Antonio Augusto Monteiro de Barros (Juiz de Fora da Imperial Cidade de Ouro Preto). Destes, Maya era o mais velho, protegido de seu colega na Constituinte, o Doutor Jozé Teixeira (Presidente da Província), de quem também era protegido o jovem Candido (que participou igualmente da Constituinte). Este, além do mais, era amigo e havia sido colega em Coimbra dos jovens Joze Cesario e Antonio Augusto, que eram primos entre si e protegidos do Desembargador Lucas Monteiro, outro participante da Constituinte e importante peça no arranjo eleitoral mineiro (de quem Joze Cesario era primo e Antonio Augusto era filho).

Além dos quatro magistrados acima mencionados, vê-se que também foram contemplados no manejo das eleições o Desembargador Lucio Soares Teixeira de Gouvêa (Juiz de Fora da Cidade do Rio de Janeiro), o Cônego Antonio da Roxa Franco (Pároco de Antônio Dias) e o Coronel Antonio Gonçalves Gomide (Tesoureiro da Intendência do Ouro de Sabará), todos os três deputados por Minas à Assembléia Geral Constituinte. Sabe-se que tanto o Vigário Franco, quanto o Coronel Gomide gozavam da amizade (e proteção) do Presidente da Província, o Doutor Jozé Teixeira (sendo os três nomes de grande destaque na Comarca do Rio das Velhas). O Vigário Franco devia gozar também da proteção da família Monteiro de Barros, ao lado de quem figurava entre as principais figuras da capital provincial.¹⁰

Por sua vez, ligado ao Vigário Franco e ao Coronel Gomide, estava o Padre Mestre Januario da Cunha Barboza, uma das principais figuras da maçonaria fluminense que, atendendo a uma comissão do Grande Oriente, esteve em Minas Gerais a fim de promover uma série de abaixo-assinados que pediam a aclamação de Dom Pedro. O Padre Januario foi defendido em plena Constituinte pelo Cônego Roxa Franco, que o estimava e respeitava, e seu irmão maçônico, o Coronel Gomide, foi o principal contato dos maçons fluminenses com os maçons mineiros. Isso explica o fato de o Padre Januario ter reunido maioria dos votos nos colégios eleitorais de São João del-Rei, Sabará e Ouro Preto (sendo que, neste último, conseguiu maioria absoluta dos votos).

Destaque seja também dado aos magistrados Estevão Ribeiro de Rezende (Intendente Geral da Polícia) e Jozé Carlos Pereira de Almeida Torres (Ouvidor da Comarca do Rio das

¹⁰ Em 1822, o Cônego Antonio da Roxa Franco parece ter encabeçado um movimento de oposição à Junta de Governo de Minas, quando esta se mostrou refratária à autoridade do Príncipe Regente Dom Pedro. Deste movimento, também fazia parte Manoel Jozé Monteiro de Barros, irmão do Desembargador Lucas Antonio Monteiro de Barros. Vide: *Gazeta do Rio de Janeiro* (26), 28/02/1822, pp.158-159. O Vigário Franco também esteve ao lado dos Monteiro de Barros nas eleições de 1822 para a Assembléia Geral Constituinte do Rio de Janeiro.

Mortes), que também reuniram a maioria dos votos prestados em São João del-Rei, Sabará e Ouro Preto.

Conclui-se, portanto, que, dos vinte nomes a serem indicados à Câmara dos Deputados, houve dez (ou seja, metade das indicações) que reuniram a maioria dos votos prestados em cada um dos três colégios em que se percebe a nítida influência ministerial (repetindo, assim, a tendência observada na indicação de nomes ao Senado do Império).

-x-

O Colégio Eleitoral da Vila de Campanha da Princesa

Na Vila da Campanha da Princesa, Comarca do Rio das Mortes, estiveram reunidos cento e onze eleitores paroquiais das diversas freguesias que compunham aquele termo municipal, mais os das vizinhas vilas de Baependi e de Jacuí. Essa reunião teve início pouco antes do dia 12 de Julho, quando já haviam sido realizadas semelhantes indicações tanto na Vila de São João del-Rei, cabeça da Comarca do Rio das Mortes, quanto nos colégios eleitorais de Sabará, Mariana e Ouro Preto. O resultado da votação em Campanha, ao que parece, só foi conhecido na capital provincial no começo do mês seguinte, tendo sido publicado pelo periódico *Abelha do Itaculamy* na edição do dia 6 de Agosto (quando já haviam sido concluídas as eleições em toda a província).¹¹

Não foi possível apurar os nomes que compuseram a mesa que dirigiu os trabalhos eleitorais em Campanha, tampouco qual foi o total de nomes sufragados quando da indicação de nomes para a Assembléia Geral do Império (pois a relação publicada pelo *Abelha do Itaculamy*, que serviu de fonte aos dados aqui apresentados, foi apenas parcial).

¹¹ *Abelha do Itaculamy* (80), 06/08/1824, p. 360.

Sabe-se, todavia, que, dos trinta nomes a serem indicados ao Senado, quinze reuniram a maioria absoluta dos votos prestados na Campanha (vide Tabela 1.9).

Comparado o resultado da votação em Campanha com o observado nos colégios há pouco mencionados, percebe-se, ainda que alguns candidatos ministeriais estejam entre os mais votados, uma grande disparidade: predominaram, nas indicações feitas em Campanha, um misto de localismo com espírito de oposição.

Entre as notabilidades locais contempladas pela maioria absoluta do eleitorado, figuram o Vigário Jozé de Souza Lima, o Doutor Faustino Jozé de Azevedo, e o Padre Jozé Custodio Dias, que havia participado da Assembléia Geral Constituinte do ano anterior, destacando-se como intrépido defensor dos *princípios democráticos* na *organização do governo* do nascente Império. Ao lado destes, figuram também os três irmãos Andradas (degredados pelo Ministério, acusados de agitação política e conspiração contra o Governo Imperial), o que revela o aspecto contestador dessa eleição, uma vez que os Andradas eram considerados inimigos de Estado pelo governo (razão pela qual foram degredados). Importante destacar que o Padre Jozé Custodio, figura influente na Campanha, embora houvesse tido diversos atritos com os Andradas quando estes estiveram no governo, acabou tendo-os como eloqüentes aliados quando estes passaram à oposição (ocasião em que passaram a defender o primado da Assembléia Geral no processo de elaboração da Constituição do Estado). Nesse sentido, cumpre destacar também os nomes do Desembargador Manoel Ignacio de Mello e Souza, do Coronel João Joze Lopes Mendes Ribeiro, e do Vigário Doutor Joaquim Joze Lopes Mendes Ribeiro, estes dois últimos com maioria relativa e aquele com maioria absoluta dos votos. Esse trio ressurgia no cenário político, após haverem sido condenados ao ostracismo em razão de sua conduta como membros da primeira Junta de Governo da Província: por defenderem *princípios democráticos* na *organização do governo*, ganharam a fama de *republicanos*. A votação

Tabela 1.9 – Indicação de 30 nomes ao Senado para escolha do Imperador: nomes mais votados na Vila da Campanha (1824)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá	Conselheiro da Fazenda (aposentado)	Cachoeira (BA)	96
Nicolau Pereira de Campos Vergueiro	Agricultor	São Paulo (SP)	90
Manoel Ignacio de Mello e Souza	...	Mariana (MG)	75
Antonio Luiz Pereira da Cunha	Conselheiro de Estado	Corte	74
Joze Caetano Gomes	Tesoureiro Mor do Tesouro Público Nacional	Corte	69
Jozé de Souza Lima	Pároco de Campanha	Campanha (MG)	69
João Ferreira de Oliveira Bueno	Tesoureiro Mor da Sé do Bispado de São Paulo	São Paulo (SP)	68
Jozé Teixeira da Fonseca Vasconcellos	Presidente da Província de Minas Gerais	Ouro Preto (MG)	65
Faustino Jozé de Azevedo	Médico	Campanha (MG)	63
João Gomes da Silveira Mendonça	Ministro de Estado dos Negócios da Guerra	Corte	60
Jozé Bonifacio de Andrada e Silva	...	Deportado	60
Joze Antonio da Silva Maya	Juiz de Fora da Fidelíssima Vila do Sabará	Sabará (MG)	57
Martim Francisco Ribeiro de Andrada	...	Deportado	57
Antonio Carlos Ribeiro de Andrada	...	Deportado	56
Jozé Custodio Dias	Proprietário	Campanha (MG)	56
Antonio Gonçalves Gomide	Tesoureiro da Intendência do Ouro de Sabará	Caeté (MG)	52
Belchior Pinheiro de Oliveira	...	Deportado	49
Pedro Jozé da Costa Barros	Presidente da Província do Ceará	Ceará	49
Joze Clemente Pereira	Desembargador da Relação da Bahia	Corte	48
João Severiano Maciel da Costa	Ministro de Estado dos Negócios do Império	Corte	45
Luiz Joze de Carvalho e Mello	Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros	Corte	45
Francisco Villela Barboza	Ministro de Estado dos Negócios da Marinha	Corte	44
Caetano Pinto de Miranda Montenegro	Presidente do Desembargo do Paço	Corte	42
Francisco Lopes de Abreu	...	Sabará (MG)	42
Joze Caetano da Silva Coutinho	Bispo Capelão Mor	Corte	41
João Joze Lopes Mendes Ribeiro	...	Ouro Preto (MG)	41
Luiz Augusto May	Empregado público (aposentado)	Corte	40
Antonio da Roxa Franco	Pároco de Antônio Dias	Ouro Preto (MG)	38
Joaquim Joze Lopes Mendes Ribeiro	Pároco de Piranga	Mariana (MG)	38
Jozé Feliciano Fernandes Pinheiro	Presidente da Província do Rio Grande do Sul	Porto Alegre (RS)	38
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			111

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Tabela 1.10 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados na Vila da Campanha (1824)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Jozé Custodio Dias	Proprietário	Campanha (MG)	89
Bernardo Pereira de Vasconcellos	Advogado	Ouro Preto (MG)	84
Joze Antonio da Silva Maya	Juiz de Fora da Fidelíssima Vila do Sabará	Sabará (MG)	83
Joze Bento Leite Ferreira de Mello	Pároco de Pouso Alegre	Campanha (MG)	78
Candido Joze de Araujo Viana	Juiz de Fora da Leal Cidade de Mariana	Mariana (MG)	71
Manoel Ignacio de Mello e Souza	...	Mariana (MG)	63
Joze de Souza Lima	Pároco de Campanha	Campanha (MG)	60
Antonio Carlos Ribeiro de Andrada	...	Deportado	57
Jozé Bonifacio de Andrada e Silva	...	Deportado	55
Antonio Gonçalves Gomide	Tesoureiro da Intendência do Ouro de Sabará	Caeté (MG)	50
Martim Francisco Ribeiro de Andrada	...	Deportado	49
Nicolau Pereira de Campos Vergueiro	Agricultor	São Paulo (SP)	45
João Joze Lopes Mendes Ribeiro	...	Ouro Preto (MG)	40
Antonio Rodrigues Affonso	Vigário da Vara da Comarca de Baependi	Baependi (MG)	39
Belchior Pinheiro de Oliveira	...	Deportado	37
Ignacio Gomes Midões	Negociante	Campanha (MG)	37
Joze Antonio dos Reis	...	...	35
Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá	Conselheiro da Fazenda (aposentado)	Cachoeira (BA)	35
Joze de Abreu e Silva	Pároco de Aiuruoca	Baependi (MG)	34
Custodio Joze Dias	Capitão Mor das Ordenanças da Vila de Jacuí	Jacuí (MG)	33
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			111

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

alcançada por tais nomes faz crer que o colégio eleitoral reunido na Campanha não só se manteve impermeável à influência ministerial, como ainda desafiou o próprio Ministério com a indicação de tais nomes ao Senado.

No que diz respeito à indicação de vinte nomes à Câmara dos Deputados, houve oito que reuniram a maioria absoluta dos votos (vide Tabela 1.10). Encabeçou a votação o Padre Jozé Custodio, estando também entre os mais votados o Cônego Joze Bento Leite Ferreira de Mello, Vigário Paroquial da Freguesia de Pouso Alegre – outro membro da primeira Junta de Governo que ficou com a reputação de republicano. Repetiram-se, na indicação de nomes à Câmara dos Deputados, alguns dos que já haviam sido indicados ao Senado: como o Desembargador Manoel Ignacio, os irmãos Andradas, o Coronel João Joze Lopes, e outros, que reuniram maioria dos votos. Um nome a ser destacado é o do jovem Bernardo Pereira de Vasconcellos, segundo nome mais votado no colégio e que estreava nas lides eleitorais.

Apuradas as listas com as indicações de nomes ao Senado no dia 12, e a de nomes à Câmara dos Deputados no dia 16, passou-se à indicação de nomes ao Conselho Geral (com apuração das listas no dia 17), bem como à indicação de nomes para a Promotoria de Justiça e para o Conselho de Jurados da Comarca do Rio das Mortes (com apuração das listas no dia 19 de Julho). A indicação de nomes para o Conselho de Governo só viria a ser realizada no dia 11 de Outubro.¹²

-x-

O Colégio Eleitoral da Vila de Nossa Senhora de Minas Novas do Araçuaí

Quando, na Vila da Campanha, ainda estavam sendo realizadas as eleições, reuniram-se, na distante Vila de Minas Novas, Comarca do Serro Frio, cinquenta e seis eleitores

¹² “Memorias municipaes V: Campanha”, in: *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Anno I, Fasciculo 3º. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1896, pp.610, 614-616.

oriundos das diversas freguesias que compunham aquele vasto termo municipal. Esse número, todavia, corresponde a pouco mais de dois terços do total de eleitores que deveriam ali se reunir. Após alguma hesitação, decidiu-se dar-se, a despeito das ausências, prosseguimento às eleições.¹³

A fim de presidir os trabalhos eleitorais, escolheu-se o Vigário Geral Francisco Manoel da Silva. Para servirem como secretários, foram eleitos Francisco Ferreira Coelho e Teodoro Honório do Rego; e, como escrutinadores, o Padre Francisco Furtado de Mendonça e o Padre Manoel Soares de Soiza.

No dia 14 de Julho, foram apuradas as listas com as indicações de trinta nomes ao Senado para escolha do Imperador. Cento e quinze nomes foram então sufragados, havendo quarenta e dois com um único voto. Assim como aconteceu no colégio eleitoral da Vila da Campanha, também em Minas Novas é possível observar um eleitorado impermeável à influência ministerial. Isso não significa, porém, que faltassem aos eleitores paroquiais uma direção política: ao contrário, dos trinta nomes a serem indicados ao Imperador para a escolha dos Senadores, houve vinte e nove que reuniram a maioria absoluta dos votos (vide Tabela 1.11) – o que denota um manejo eleitoral bastante bem-sucedido.

Percebe-se, nas indicações feitas para o Senado, o prestígio de que, junto ao eleitorado reunido em Minas Novas, gozavam os membros da primeira Junta de Governo da Província: o Coronel Antonio Thomaz de Figueiredo Neves, o Capitão Mor Joze Bento Soares, o Vigário Doutor Joaquim Joze Lopes Mendes Ribeiro, seu irmão Coronel João Joze Lopes Mendes Ribeiro, o Doutor Theotônio Alvares de Oliveira Maciel, e o Desembargador Manoel Ignacio de Mello e Souza – todos eles estiveram entre os que reuniram a maioria absoluta dos votos. Da segunda Junta de Governo, reuniram a maioria absoluta dos votos apenas três: o Chantre Doutor Francisco Pereira de Santa Apollonia, o Coronel Romualdo Joze Monteiro de Barros,

¹³ *Ata da Eleição de Senadores à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Minas Novas do Araçuaí.* Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 114, documento 4.

Tabela 1.11 – Indicação de 30 nomes ao Senado para escolha do Imperador: nomes mais votados na Vila de Minas Novas (1824)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Antonio Thomaz de Figueiredo Neves	Proprietário	Caeté (MG)	56
Joze Bento Soares	Proprietário	Ouro Preto (MG)	55
Placido Martins Pereira	Ouvidor da Comarca do Serro Frio	Vila do Príncipe (MG)	53
Manoel Ribeiro Vianna	Proprietário	Sabará (MG)	51
Manoel Rodrigues da Costa	Agricultor	Barbacena (MG)	49
Francisco Pereira de Santa Apollonia	Chantre da Sé de Mariana	Mariana (MG)	48
Joaquim Joze Lopes Mendes Ribeiro	Pároco de Piranga	Mariana (MG)	48
Romualdo Joze Monteiro de Barros	Proprietário	Ouro Preto (MG)	48
Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá	Conselheiro da Fazenda (aposentado)	Cachoeira (BA)	47
Fernando Luis Machado	Tesoureiro Geral da Província	Ouro Preto (MG)	46
João Joze Lopes Mendes Ribeiro	...	Ouro Preto (MG)	46
Custodio Joze Dias	Capitão Mor das Ordenanças da Vila de Jacuí	Jacuí (MG)	44
Joze Joaquim Carneiro de Miranda e Costa	Magistrado (aposentado), proprietário	Campanha (MG)	42
João Baptista Ferreira de Souza Coutinho	Guarda Mor Geral das Minas da Província	Caeté (MG)	38
Joze de Sá Bethencourt	Proprietário	Caeté (MG)	38
Theotônio Alvares de Oliveira Maciel	Advogado	Mariana (MG)	38
Jozé da Santíssima Trindade	Bispo de Mariana	Mariana (MG)	36
Jacintho Furtado de Mendonça	Agricultor	Corte	36
Manoel Ignacio de Mello e Souza	...	Mariana (MG)	36
Antonio Gonçalves Gomide	Tesoureiro da Intendência do Ouro de Sabará	Caeté (MG)	35
Joze Antonio da Silva Maya	Juiz de Fora da Fidelíssima Vila do Sabará	Sabará (MG)	35
Manoel Jacintho Nogueira da Gama	Conselheiro de Estado	Corte	35
Marcos Antonio Monteiro de Barros	Vigário Geral do Bispado de Mariana	Mariana (MG)	35
Antonio Ribeiro de Rezende	Vigário da Vara da Comarca de S. João del-Rei	S. João del-Rei (MG)	34
Innocencio Vieira da Silva	Guarda Mor, proprietário	Mariana (MG)	34
Antonio da Roxa Franco	Pároco de Antônio Dias	Ouro Preto (MG)	33
Ignacio Joze de Souza Rabello	Desembargador (aposentado)	Mariana (MG)	33
Ayres Antonio Correa de Sá d'Albuquerque	Cônego Prebendado na Sé Metropolitana	Salvador (BA)	32
Joam Baptista de Figueiredo	Arcipreste da Sé de Mariana	Mariana (MG)	30
Estevão Ribeiro de Rezende	Intendente Geral da Polícia da Corte e do Império	Corte	21
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			56

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Tabela 1.12 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados na Vila de Minas Novas (1824)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
João Joze Lopes Mendes Ribeiro	...	Ouro Preto (MG)	51
Joaquim Joze Lopes Mendes Ribeiro	Pároco de Piranga	Mariana (MG)	50
Manoel Rodrigues Costa	Agricultor	Barbacena (MG)	49
Placido Martins Pereira	Ouvidor da Comarca do Serro Frio	Vila do Príncipe (MG)	49
Manoel Ignacio de Mello e Souza	...	Mariana (MG)	35
Jozé de Sá Bethencourt	Coronel do 2º Regimento de Infantaria	Caeté (MG)	33
Joze Bento Soares	Proprietário	Ouro Preto (MG)	33
Antonio da Roxa Franco	Pároco de Antônio Dias	Ouro Preto (MG)	32
Jacintho Furtado de Mendonça	Agricultor	Corte	30
Candido Joze de Araujo Viana	Juiz de Fora da Leal Cidade de Mariana	Mariana (MG)	29
Joze Joaquim Carneiro de Miranda	Magistrado (aposentado), proprietário	Campanha (MG)	29
Antonio Augusto Monteiro de Barros	Juiz de Fora da Imperial Cidade de Ouro Preto	Ouro Preto (MG)	28
Antonio Gonçalves Gomide	Tesoureiro da Intendência do Ouro de Sabará	Caeté (MG)	28
Joze Felizardo da Costa	Proprietário	Minas Novas (MG)	27
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			56

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

e o Capitão Mor Custodio Jozé Dias. Em termos regionais, predominaram figuras residentes na distante cidade episcopal de Mariana (como os já citados Santa Apollonia, Joaquim Lopes, Theotonio Maciel e Manoel Ignacio, e o Vigário Geral Marcos Antonio Monteiro de Barros, o Guarda Mor Innocencio Vieira da Silva, o Desembargador Ignacio Joze de Souza Rabello, e o Arcipreste Joam Baptista de Figueiredo). Isso é tanto mais admirável por ser o termo municipal de Minas Novas pertencente ao Arcebispado da Bahia e não ao Bispado de Mariana. Das notabilidades locais, a única indicada ao Senado foi o Ouvidor da Comarca do Serro Frio (o Desembargador Placido Martins Pereira).

Comparado o resultado da votação para o Senado em Minas Novas com o de Campanha, vê-se que, nos dois colégios eleitorais, apenas sete nomes reuniram maioria dos votos: o Conselheiro Camara, o Doutor Maya, o Coronel Gomide e o Vigário Franco (todos os quatro deputados à Assembléia Geral Constituinte, sendo o primeiro deles uma notabilidade local) e os membros da primeira Junta de Governo – Desembargador Manoel Ignacio, Coronel João Joze Lopes e seu irmão (o Vigário Doutor Joaquim Joze Lopes). Desse trio, sabe-se que os irmãos Lopes tinham conexões em Minas Novas (o que explica o porquê de haver tantos marianenses entre os indicados ao Senado).

Não se conseguiu localizar cópia da ata com a apuração final das indicações à Câmara dos Deputados. Sabe-se, porém, que, nesse colégio eleitoral, houve pelo menos onze nomes que reuniram a maioria absoluta dos votos, havendo ainda dois nomes que apareceram em metade das listas ali apuradas (vide Tabela 1.12).

Destacam-se, entre os mais votados para a Câmara dos Deputados, outra vez os irmãos Lopes, que reuniram a quase totalidade dos votos ali prestados (o que evidencia a ascendência que possuíam no lugar). Das notabilidades locais, sabe-se que conseguiram maioria absoluta dos votos o Ouvidor da Comarca e maioria relativa o Coronel Joze Felizardo da Costa.

Comparados os resultados das votações em Minas Novas e Campanha, vê-se que houve três nomes que reuniram a maioria dos votos nos dois colégios eleitorais: o jovem magistrado Candido Joze de Araujo Viana (que participou da Constituinte e ali votou muitas vezes com a oposição que nela se formou) e os reabilitados Manoel Ignacio e João Joze Lopes.

Ainda que tenha havido significativas discrepâncias entre as indicações feitas em Campanha e Minas Novas, percebe-se, nesses dois colégios eleitorais, a clara influência do antigo ex-Secretário de Governo, o Coronel João Joze Lopes Mendes Ribeiro. Além disso, fica patente, em ambos colégios, o caráter refratário do eleitorado aos candidatos ministeriais: uma verdadeira reação à votação observada em São João del-Rei, Sabará e Ouro Preto, das quais também divergiu, porém de maneira menos acentuada, o eleitorado reunido em Mariana.

-x-

O Colégio Eleitoral da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Pitangui

Ao tempo em que eram realizadas as eleições em Campanha e Minas Novas, reuniram-se, na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Pitangui, Comarca do Rio das Velhas, trinta e nove eleitores paroquiais, oriundos das duas freguesias que compunham aquele termo municipal.

Os trabalhos eleitorais foram presididos pelo Vigário Henrique Brandão de Macedo, pároco da freguesia de Nossa Senhora das Dores do Indaiá. Para secretariá-lo, foram eleitos o Sargento Mor Ignacio Joaquim da Cunha e o Capitão Joze Maximo Pereira. Para servirem como escrutinadores, foram escolhidos o Tenente Coronel Luis Alvaro de Moraes e o Sargento Mor João Cordeiro de Valladares.

Não se localizou cópia alguma da ata da eleição de nomes ao Senado realizada em Pitangui, razão pela qual não se pode estimar quantos nomes foram ali sufragados. Não obstante, conseguiu-se cópia parcial desta ata, publicada no periódico ouropretano *Abelha do Itaculamy* de 23 de Agosto, quando já haviam sido concluídas as eleições em toda a província (vide Tabela 1.13).

Dos trinta nomes a serem indicados ao Imperador para escolha de Senadores, houve dezoito que reuniram a maioria absoluta dos votos prestados em Pitangui.¹⁴

Parte dos nomes que reuniram maioria absoluta das indicações ao Senado possuía perfil ministerial, como os indicados pelas maiorias em São João del-Rei, Sabará e Ouro Preto. Com a quase totalidade dos votos ali prestados, vinha como candidato mais votado o Presidente da Província, o Doutor Jozé Teixeira da Fonseca Vasconcellos, outrora Ouvidor da Comarca do Rio das Velhas. Seguem-lhe, com menos votos (aparecendo em pouco mais da metade das listas ali sufragadas), uma dezena de candidatos do partido ministerial.

Com maioria absoluta dos votos, mas destoando das listas com perfil ministerial, encontram-se, entre outros, o Desembargador Manoel Ignacio de Mello e Souza e o Coronel João Joze Lopes Mendes Ribeiro, que tiveram seus nomes igualmente sufragados pelas maiorias em Campanha e Minas Novas. Seria esse um indício de divisão do eleitorado reunido em Pitangui? Teria o governo obtido pequena vantagem sobre um partido que oscilava entre a colaboração e a oposição? Importante lembrar que o pároco de Pitangui, Vigário Doutor Belchior Pinheiro de Oliveira, havia participado da Assembléia Geral Constituinte e, por causa de sua ligação com os irmãos Andradas, acabou sendo degredado. Seus amigos e paroquianos poderiam ver no Ministério de então o algoz de seu pastor...

¹⁴ *Abelha do Itaculamy* (97), 23/08/1824, pp. 387-388.

Tabela 1.13 – Indicação de 30 nomes ao Senado para escolha do Imperador: nomes mais votados na Vila de Pitangui

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Jozé Teixeira da Fonseca Vasconcellos	Presidente da Província de Minas Gerais	Ouro Preto (MG)	38
Lucas Antonio Monteiro de Barros	Presidente da Província de São Paulo	São Paulo (SP)	27
João Severiano Maciel da Costa	Ministro de Estado dos Negócios do Império	Corte	25
João Gaspar Esteves Rodrigues	Vigário Geral da Comarca de Paracatu	Paracatu (MG)	25
Manoel Jacintho Nogueira da Gama	Conselheiro de Estado	Corte	24
João Evangelista de Faria Lobato	Desembargador da Casa da Suplicação	Corte	24
Plácido Martins Pereira	Ouvidor da Comarca do Serro Frio	Vila do Príncipe (MG)	24
Manoel Rodrigues da Costa	Eclesiástico, proprietário	Barbacena	24
Antonio Luiz Pereira da Cunha	Conselheiro de Estado	Corte	23
Joze Joaquim Carneiro de Campos	Conselheiro de Estado	Corte	23
Estevão Ribeiro de Rezende	Intendente Geral da Polícia da Corte e do Império	Corte	23
Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá	Conselheiro da Fazenda (aposentado)	Cachoeira (BA)	22
Manoel Ignacio de Mello e Souza	...	Mariana (MG)	22
Theotonio Alves de Oliveira Maciel	Advogado	Mariana (MG)	22
Barão de Santo Amaro	Conselheiro de Estado	Corte	21
João Joze Lopes Mendes Ribeiro	...	Ouro Preto (MG)	21
Custodio Joze Dias	Capitão Mor das Ordenanças da Vila de Jacuí	Jacuí (MG)	21
Joze Antonio da Silva Maya	Juiz de Fora da Fidelíssima Vila do Sabará	Sabará (MG)	20
Antonio Teixeira da Costa	Médico	Vila do Príncipe (MG)	19
Joze da Silva Lisboa	Desembargador do Paço	Corte	19
Joze de Araujo da Cunha Alvarenga	Capitão Mor das Ordenanças da Vila de Sabará	Sabará (MG)	19
João Gomes da Silveira Mendonça	Ministro de Estado dos Negócios da Guerra	Corte	19
Conde de Palma	Regedor das Justiças da Casa da Suplicação	Corte	18
Luiz Joze de Carvalho e Mello	Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros	Corte	18
João Baptista Ferreira de Souza Coutinho	Guarda Mor Geral das Minas da Província	Caeté (MG)	18
Clemente Ferreira França	Ministro de Estado dos Negócios da Justiça	Corte	17
Marianno Joze Pereira da Fonseca	Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda	Corte	16
Caetano Pinto de Miranda Montenegro	Presidente do Desembargo do Paço	Corte	15
Francisco Villela Barboza	Ministro de Estado dos Negócios da Marinha	Corte	15
João Cordeiro Valladares	Proprietário	Pitangui (MG)	15
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			39

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Tabela 1.14 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados na Vila de Pitangui

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Candido Joze de Araujo Viana	Juiz de Fora da Leal Cidade de Mariana	Mariana (MG)	31
Bernardo Pereira de Vasconcellos	Advogado	Ouro Preto (MG)	28
Joze Antonio da Silva Maya	Juiz de Fora da Fidelíssima Vila do Sabará	Sabará (MG)	26
João Joze Lopes Mendes Ribeiro	...	Ouro Preto (MG)	24
João Gaspar Esteves Rodrigues	Vigário Geral da Comarca de Paracatu	Paracatu (MG)	22
Lucas Antonio Monteiro de Barros	Presidente da Província de São Paulo	São Paulo (SP)	20
Jozé Teixeira da Fonseca Vasconcellos	Presidente da Província de Minas Gerais	Ouro Preto (MG)	19
Joze Cesario de Miranda Ribeiro	Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei	S. João del-Rei (MG)	18
Antonio Augusto Monteiro de Barros	Juiz de Fora da Imperial Cidade de Ouro Preto	Ouro Preto (MG)	17
Ignacio Joaquim da Cunha	Proprietário	Pitangui (MG)	15
Joze de Araujo da Cunha Alvarenga	Capitão Mor das Ordenanças da Vila de Sabará	Sabará (MG)	15
Antonio Luiz Pereira da Cunha	Conselheiro de Estado	Corte	14
Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá	Conselheiro da Fazenda (aposentado)	Cachoeira (BA)	14
Francisco de Souza Coelho	Eclesiástico, proprietário	Pitangui (MG)	13
Henrique Brandão de Macedo	Pároco de Dores do Indaiá	Pitangui (MG)	13
João Severiano Maciel da Costa	Ministro de Estado dos Negócios do Império	Corte	13
Jozé Custodio Dias	Proprietário	Campanha (MG)	13
João Chrisostomo Pinto da Fonseca	Juiz de Fora da Vila de Pitangui	Pitangui (MG)	13
Joaquim Joze da Silva Brandão	Advogado	Ouro Preto (MG)	13
Manoel Rodrigues da Costa	Agricultor	Barbacena (MG)	13
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			39

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Das notabilidades locais, a única que reuniu maioria (ainda assim, relativa) dos votos para o Senado foi o Sargento Mor João Cordeiro Valladares.

Com relação às indicações para a Câmara dos Deputados, sabe-se que foram sufragados cento e vinte e dois nomes, havendo vinte e nove com um único voto.¹⁵ Dos vinte nomes a serem indicados, houve seis que reuniram a maioria absoluta dos votos ali prestados (vide Tabela 1.14).

Desses seis nomes com maioria absoluta dos votos, apenas três haviam participado da Assembléia Geral Constituinte: os magistrados Candido Joze de Araujo Viana, Joze Antonio da Silva Maya, e Lucas Antonio Monteiro de Barros. O primeiro, o Doutor Candido, era sobrinho do Sargento Mor Ignacio Joaquim da Cunha, notabilidade local e secretário da mesa diretora do colégio eleitoral; o segundo, Doutor Maya, era uma figura de destaque na Comarca do Rio das Velhas (tendo servido interinamente como Ouvidor e Corregedor da mesma); o terceiro, Desembargador Lucas Monteiro, era Chanceler da Relação de Pernambuco, que tinha jurisdição sobre o termo municipal de Pitangui.

Além desses ex-constituintes, reuniram maioria absoluta dos votos prestados em Pitangui o jovem Bernardo Pereira de Vasconcellos; o Coronel João Joze Lopes Mendes Ribeiro; e o Vigário Geral João Gaspar Esteves Rodrigues, autoridade eclesiástica na vizinha Comarca de Paracatu, que também reuniu maioria absoluta das indicações ao Senado. Destes, o Coronel João Joze Lopes se destaca, por também haver sido candidato das maiorias em Campanha e em Minas Novas (na indicação de nomes para o Senado e para a Câmara dos Deputados).

Alguns nomes do partido ministerial reuniram maioria relativa dos votos, mas o mesmo pode ser dito de declarados opositores, como o Padre Jozé Custodio Dias, que havia se destacado na Assembléia Geral Constituinte por defender a adoção de *princípios*

¹⁵ *Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Pitangui*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 100, documento 1.

democráticos na *organização* do nascente Império. O fato de nem um, nem outro partido haverem obtido maioria absoluta dos votos revela certa divisão no colégio eleitoral.

Cumpram ainda destacar algumas notabilidades locais, que reuniram maioria relativa dos votos: o Sargento Mor Ignacio Joaquim da Cunha, que foi votado ao lado do sobrinho, o Doutor Candido Joze de Araujo Cunha, e do irmão, o Capitão Mor Joze de Araujo da Cunha Alvarenga; o Padre Francisco de Souza Coelho, proprietário rural, residente na freguesia de Dores do Indaiá; o Vigário Henrique Brandão de Macedo, pároco da freguesia de Dores do Indaiá; e o Doutor João Chrisostomo Pinto da Fonseca, Juiz de Fora e Órfãos da Vila de Pitangui.

-x-

Comparados os resultados das eleições em Campanha, Minas Novas e Pitangui, percebe-se nesses três colégios um eleitorado mais refratário à influência ministerial do que o eleitorado de São João del-Rei, Sabará e Ouro Preto – dos quais também se distanciou, em termos políticos, embora em menor escala, o eleitorado de Mariana.

Se, por um lado, o eleitorado desses três colégios foi mais esquivo com relação ao partido ministerial, por outro lado, mostrou-se bastante receptivo às pretensões dos candidatos ligados à primeira Junta de Governo da Província e à oposição que se formou na Assembléia Geral Constituinte.

Note-se que apenas quatro nomes reuniram maioria dos votos para o Senado nesses três colégios: o Conselheiro Manoel Ferreira da Camara, o Desembargador Manoel Ignacio de Mello e Souza, o Doutor Joze Antonio da Silva Maya e o Coronel João Joze Lopes Mendes Ribeiro. Desse quarteto, o Conselheiro Camara aparece como notabilidade provincial, reconhecido por sua vasta erudição, que já era reconhecida antes mesmo de sua participação

na Constituinte; o Doutor Maya, que também participou da Constituinte, destacou-se como deputado independente (ora votando com o partido ministerial, ora com a oposição); e o Desembargador Manoel Ignacio e o Coronel João Joze Lopes, que lideraram o movimento que acabou com o governo do Capitão General, compunham o núcleo de um partido, sediado na capital provincial e com ramificações pela província, ao qual se atribuía certa feição (e afeição) *republicana* por sua proximidade com o *ideal democrático* de governo.

Quanto às indicações para a Câmara dos Deputados, houve pelo menos dois que, com certeza, reuniram maioria dos votos em cada um dos três colégios: o jovem magistrado Candido Joze de Araujo Viana (outro deputado independente que, em algumas votações, uniu-se à oposição) e o ex-Secretário de Governo João Joze Lopes Mendes Ribeiro (considerado um dos chefes do partido que dominou a primeira Junta de Governo). No cômputo geral dos votos prestados nos três colégios, sobressaem-se também o jovem Bernardo Pereira de Vasconcellos, o Padre Jozé Custodio Dias e o Desembargador Manoel Ignacio de Mello e Souza.

Essa etapa da votação, no entanto, pouco alterou o quadro eleitoral da província, em razão da votação maciça recebida pelos candidatos ministeriais em São João del-Rei, Sabará e Ouro Preto: na indicação de nomes ao Senado para escolha do Imperador, continuaram como favoritos os nomes ligados ao governo (sobretudo os Conselheiros e Ministros de Estado, as autoridades subalternas do Ministério, e os magistrados dos tribunais da Corte); e, na indicação de nomes à Câmara dos Deputados, os magistrados que presidiam as Câmaras Municipais de Mariana, Sabará, Ouro Preto e São João del-Rei, bem como o Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, o Intendente Geral da Polícia, e os ex-deputados à Constituinte Vigário Franco, Coronel Gomide, e Desembargador Lucio Soares. A única alteração no quadro eleitoral, decorrente da reação ao partido ministerial observada nos colégios de Campanha, Minas Novas e Pitangui, foi a alavancagem dada nas candidaturas do jovem

Bernardo Pereira de Vasconcellos, do Padre Jozé Custodio Dias, do Desembargador Manoel Ignacio de Souza, e do Coronel João Joze Lopes Mendes Ribeiro (sendo que estes dois últimos também tiveram seus nomes sufragados para o Senado).

-x-

O Colégio Eleitoral da Vila do Príncipe

Cerca de uma semana após a realização das assembléias eleitorais em Campanha, Minas Novas e Pitangui, reuniram-se na Vila do Príncipe, cabeça da Comarca do Serro Frio, setenta e sete eleitores paroquiais, oriundos das diversas freguesias que compunham aquele termo municipal.

Para servir como presidente do colégio, foi eleito o Desembargador Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque, Intendente Geral dos Diamantes; como secretários, Antonio Joze Rodrigues Lins e o Tenente Coronel Manoel Vieira Couto, empregado na Administração Diamantina; e, como escrutinadores, Serafim dos Anjos Bitancourt e Luiz Joze de Figueiredo, escrivão da Junta e Intendência dos Diamantes. Assim composta a mesa, procedeu-se à eleição de nomes à Assembléia Geral do Império.

Na indicação de nomes ao Senado para escolha do Imperador, foram sufragados cento e cinquenta e seis nomes, entre os quais houve dezesseis com apenas um voto.¹⁶ A apuração das listas foi concluída no dia 20 de Julho e, dos trinta nomes a serem indicados, vinte reuniram maioria absoluta dos votos (vide Tabela 1.15).

Observa-se, entre os mais votados para o Senado do Império, grande número de residentes na Corte: vêm-se ali, com maioria (absoluta e relativa) dos votos, vários Conselheiros e Ministros de Estado, autoridades subalternas do Ministério, magistrados dos

¹⁶ *Ata da Eleição de Senadores à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila do Príncipe*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 114, documento 5.

Tabela 1.15 – Indicação de 30 nomes ao Senado para escolha do Imperador: nomes mais votados na Vila do Príncipe (1824)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque	Intendente Geral dos Diamantes	Vila do Príncipe (MG)	73
Plácido Martins Pereira	Ouvidor Geral da Comarca do Serro Frio	Vila do Príncipe (MG)	71
Joze Joaquim Carneiro de Campos	Conselheiro de Estado	Corte	64
Joze da Silva Lisboa	Desembargador do Paço	Corte	56
Joze Caetano da Silva Coutinho	Bispo Capelão Mor	Corte	54
Nicolau Pereira de Campos Vergueiro	Agricultor	São Paulo (SP)	52
Antonio Teixeira da Costa	Médico	Vila do Príncipe (MG)	50
João Severiano Maciel da Costa	Ministro de Estado dos Negócios do Império	Corte	50
Luiz Joze de Carvalho e Mello	Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros	Corte	50
Antonio Luiz Pereira da Cunha	Conselheiro de Estado	Corte	48
Barão de Santo Amaro	Conselheiro de Estado	Corte	48
Diogo Antonio Feijó	Eclesiástico, proprietário	Itu (SP)	48
Joze Feliciano Fernandes Pinheiro	Presidente da Província do Rio Grande do Sul	Porto Alegre (RS)	47
Manoel Joze de Souza França	Oficial Maior do Conselho da Fazenda	Corte	47
Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá	Conselheiro da Fazenda (aposentado)	Cachoeira (BA)	45
Jozé Teixeira da Fonseca Vasconcellos	Presidente da Província de Minas Gerais	Ouro Preto (MG)	44
Januario da Cunha Barboza	Professor público de Filosofia Racional e Moral	Corte	43
Antonio Joze Duarte de Araujo Gondim	Magistrado	Corte	40
João Gomes da Silveira Mendonça	Ministro de Estado dos Negócios da Guerra	Corte	39
Luiz Pereira de Nobrega de Souza Coutinho	Ajudante de Campo de S. M. I.	Corte	39
Francisco Carneiro de Campos	Desembargador Extravagante (C. da Suplicação)	Corte	37
Luiz Nicolao Fagundes Varella	Advogado	Corte	36
Francisco Corrêa Vidigal	Ministro plenipotenciário do Brasil em Roma	(Roma)	35
Felisberto Caldeira Brant Pontes	Ministro plenipotenciário do Brasil em Londres	(Londres)	33
Lucas Antonio Monteiro de Barros	Presidente da Província de São Paulo	São Paulo (SP)	31
Jacintho Furtado de Mendonça	Agricultor	Rio de Janeiro	30
Sebastião Luiz Tinoco da Silva	Desembargador do Paço	Corte	27
Bernardo Carneiro Pinto d'Almeida	Advogado na Casa da Suplicação	Corte	26
Clemente Ferreira França	Ministro de Estado dos Negócios da Justiça	Corte	26
Manoel Joaquim de Ornellas	Empregado público	São Paulo (SP)	26
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			77

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Tabela 1.16 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados na Vila do Príncipe (1824)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Jozé Custodio Dias	Proprietário	Campanha (MG)	58
Plácido Martins Pereira	Ouvidor da Comarca do Serro Frio	Vila do Príncipe (MG)	54
Candido Joze de Araujo Viana	Juiz de Fora da Leal Cidade de Mariana	Mariana (MG)	44
Januario da Cunha Barboza	Professor público de Filosofia Racional e Moral	Corte	38
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			77

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

tribunais da Corte – nomes que, em sua grande maioria, já haviam sido sufragados, sobretudo, em São João del-Rei, Sabará, e Ouro Preto (colégios que apresentaram votação com perfil ministerial). Além desses, vêem-se também algumas notabilidades locais: tais como o Desembargador Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque, Intendente Geral dos Diamantes; o Desembargador Plácido Martins Pereira, Ouvidor Geral da Comarca do Serro Frio; e o Doutor Antonio Teixeira da Costa, médico e deputado à Assembléia Geral Constituinte. Destaque-se, entre os candidatos ministeriais, o Conselheiro Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá, antigo Intendente Geral dos Diamantes que já havia sido eleito para o Conselho dos Procuradores Gerais das Províncias e para a Assembléia Geral Constituinte.

Além desses, observam-se ainda, entre os que reuniram maioria absoluta dos votos prestados na Vila do Príncipe, dois nomes que, embora não estivessem diretamente ligados ao Ministério, haviam feito parte da coalizão que participou da derrubada dos Andradas (mas que, nem por isso, contavam com a simpatia do Ministério de então): os ex-deputados Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e Diogo Antonio Feijó, proprietários residentes na Província de São Paulo. A atuação de ambos nas Cortes Gerais da Nação, reunidas em Lisboa, e a de Vergueiro na Assembléia Constituinte parece haver-lhes rendido grande reputação entre o eleitorado da Vila do Príncipe...

No que diz respeito à indicação de nomes à Câmara dos Deputados, não foi possível localizar cópia alguma da eleição que se realizou na Vila do Príncipe. Sabe-se, todavia, pelo quadro da apuração final dos votos prestados na província, que houve ao menos três nomes que reuniram a maioria absoluta dos votos ali prestados (vide Tabela 1.16).

Dos nomes sobre os quais se tem informação, o do Padre Jozé Custodio Dias, que se consagrou na Assembléia Constituinte como defensor das *idéias democráticas*, aparece com mais de três quartos das indicações; o do Desembargador Plácido Martins Pereira, Ouvidor da Comarca do Serro Frio, aparece com pouco mais de dois terços das indicações; e o do ex-

deputado à Constituinte, Doutor Candido Joze de Araujo Viana (que se destacou por sua independência, ora votando com o governo, ora com a oposição), aparece com mais da metade dos votos.

É possível que algumas notabilidades locais tenham também sido contempladas na indicação de nomes à Câmara dos Deputados. Em vista da escassez de dados, não se pode precisar quais notabilidades foram essas, tampouco quantos votos receberam. Sabe-se, todavia, pelo quadro da apuração final dos votos prestados na província, que, dos nomes mais representativos nela sufragados, nenhum outro reuniu maioria absoluta junto ao eleitorado da Vila do Príncipe. Sinal de que esteve dividido? Em caso afirmativo, repetiria um fenômeno já observado em Mariana e em Pitangui...

-x-

O Colégio Eleitoral da Vila de São Bento do Tamanduá

A Vila de São Bento do Tamanduá, Comarca do Rio das Mortes, serviu de palco a uma assembléia eleitoral que funcionou quase que simultaneamente à sua congênere realizada na Vila do Príncipe. O colégio de Tamanduá era o terceiro e último da Comarca do Rio das Mortes a se reunir. Dos três, era também o menor: constituíam-no quarenta e um eleitores paroquiais, oriundos não só das quatro freguesias que formavam aquele termo municipal, mas também da Freguesia de Uberaba, da vizinha Comarca de Paracatu.

No primeiro dias das eleições, formou-se a mesa diretora do colégio. A presidência do mesmo coube ao Capitão Mor João Quintino de Oliveira, maioral da Vila do Tamanduá. A fim de servirem como secretários, foram ainda eleitos o Vigário Antonio Jose da Silva, Pároco da Uberaba, e o Vigário Francisco Ferreira Lemos, Vigário da Vara do Tamanduá. Como escrutinadores, elegeram-se o Capitão Antonio Affonço Lamonier e o Tenente Coronel

Manoel Martins Coelho, ambos residentes no termo municipal de Tamanduá. Composta assim a mesa, procedeu-se à indicação de nomes à Assembléia Geral do Império.

Quanto à indicação de nomes ao Senado, para escolha do Imperador, não se localizou cópia alguma da ata da eleição realizada em Tamanduá. A partir da apuração final dos votos prestados na província, conseguiu-se, todavia, apurar oito nomes entre os que reuniram a maioria absoluta dos votos ali prestados (vide Tabela 1.17). Nenhum dos Ministros de Estado conseguiu reunir em Tamanduá a maioria absoluta dos votos, sendo o Conselheiro Antonio Luiz Pereira da Cunha o único Conselheiro de Estado que a obteve. Das autoridades subalternas ao Ministério, apenas o Presidente da Província e o Intendente Geral da Polícia angariaram semelhante votação, podendo-se dizer o mesmo de apenas três magistrados dos tribunais da Corte. Ao que parece, na votação de nomes para o Senado, o eleitorado reunido em Tamanduá mostrou-se um tanto refratário à influência ministerial, mas não inteiramente livre dela.

Essa interpretação do comportamento eleitoral observado em Tamanduá é reforçada quando se passa para a indicação de nomes à Câmara dos Deputados. Concluída a apuração no dia 22 de Julho, sufragaram-se cento e nove nomes (entre os quais trinta e quatro reuniram um único voto).¹⁷ Dos vinte nomes a serem indicados, onze obtiveram a maioria absoluta dos votos (vide Tabela 1.18).

Encabeçaram a votação, com o mesmo número de votos, o Doutor Candido Joze de Araujo Viana, que havia sido deputado à Assembléia Geral Constituinte (na qual se manteve independente, ora votando com o governo, ora com a oposição), e o estreante Bernardo Pereira de Vasconcellos: ambos reuniram mais de três quartos dos votos prestados em Tamanduá. Em seguida, aparece, com quase dois terços dos votos, o Coronel Antonio Gonçalves Gomide.

¹⁷ *Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila de São Bento do Tamanduá*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 100, documento 4.

Com pouco mais da metade dos votos prestados em Tamanduá (sinal de que o eleitorado poderia estar dividido), aparecem tanto candidatos ministeriais (tais como o Padre Mestre Januario da Cunha Barboza, o Doutor Joze Cesario de Miranda Ribeiro, e o Cônego Antonio da Roxa Franco), como nomes ligados à primeira Junta de Governo da Província, que havia ganho a reputação de republicana (tais como o Coronel João Joze Lopes Mendes Ribeiro, o Capitão João Joaquim da Silva Guimarães, e o Desembargador Cassiano Spiridião de Mello e Mattos), além de notabilidades locais (tais como o Vigário João Antunes Corrêa, Pároco de Tamanduá, e o Desembargador Jozé Carlos Pereira de Almeida Torres, Ouvidor e Corregedor da Comarca do Rio das Mortes).

Com maioria relativa dos votos, aparecem, entre outros, os irmãos Jozé Bonifacio e Antonio Carlos Ribeiro de Andrada (condenados ao degredo sob a acusação de haverem tentado insuflar a Assembléia Constituinte e o povo contra o Ministério e o Imperador), e o Padre Jozé Custodio Dias (republicano assumido).

Ao que parece, Tamanduá foi mais um colégio em que os partidários do Coronel João Joze Lopes fizeram face à influência ministerial, alcançando relativo sucesso...

-x-

O Colégio Eleitoral do Julgado de São Romão

Ao tempo em que se fizeram assembleias eleitorais na Vila do Príncipe e na do Tamanduá, reuniram-se, no Julgado de São Romão, a fim de indicar nomes à Assembléia Geral do Império, trinta e sete eleitores paroquiais – desses, oito haviam sido eleitos pelos paroquianos de São Romão; sete vinham da freguesia vizinha de Nossa Senhora do Amparo do Brejo do Salgado (pertencentes ambas as paróquias ao termo municipal da Vila de Paracatu e ao Bispado de Pernambuco); oito vinham da freguesia de Nossa Senhora do Bom

Sucesso e Almas da Barra do Rio das Velhas, e quatorze da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos (estas duas paróquias pertencentes, no civil, à Comarca do Serro Frio e, no religioso, ao Arcebispado da Bahia).

A partir dessa amálgama de paróquias do sertão, formou-se o colégio eleitoral, que ficou sob a presidência do Vigário Manoel Caetano de Moraes, Pároco de São Romão. A fim de servirem como secretários, foram eleitos o Capitão Jozé Ignacio de Couto Moreno e Felis da Conceição Araujo; e, como escrutinadores, o Cônego Ceriaco Antonio de Araujo e o Capitão Joaquim Teixeira de Queiroga. Passou-se, então, à eleição dos Senadores e Deputados por Minas à Assembléia Geral do Império.

No dia 21 de Julho, foram recolhidas e apuradas as listas com as indicações ao Senado. Setenta e oito nomes foram então sufragados, havendo vinte e três com um único voto.¹⁸ Dos trinta nomes a serem indicados, trinta e um reuniram maioria absoluta dos votos (vide Tabela 1.19). Seria essa incongruência um erro involuntário na hora da apuração dos votos? Ou terá havido má fé no recolhimento das listas? Sabe-se apenas que, entre esses nomes com a maioria absoluta dos votos, estavam Conselheiros e Ministros de Estado, autoridades subalternas ao Ministério, e autoridades civis e eclesiásticas (o que sugere influência ministerial).

No dia 22 de Julho, foram recolhidas e apuradas as listas com as indicações à Câmara dos Deputados. Noventa e oito nomes foram então sufragados, havendo doze com um único voto.¹⁹ Dos vinte nomes a serem indicados, nove reuniram maioria absoluta dos votos (vide Tabela 1.20).

Se, na indicação de nomes ao Senado, parece ter prevalecido a influência ministerial; na de nomes à Câmara dos Deputados, prevaleceu o localismo: com quase dois terços dos

¹⁸ *Ata da Eleição de Senadores à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral do Julgado de São Romão*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 114, documento 6.

¹⁹ *Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral do Julgado de São Romão*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1.

Tabela 1.19 – Indicação de 30 nomes ao Senado para escolha do Imperador: nomes mais votados no Julgado de São Romão (1824)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
João Gomes da Silva Mendonça	Ministro de Estado dos Negócios da Guerra	Corte	37
Jozé Teixeira da Fonseca Vasconcellos	Presidente da Província de Minas Gerais	Ouro Preto (MG)	37
Luiz Joze de Carvalho e Mello	Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros	Corte	37
Manoel Jacintho Nogueira da Gama	Conselheiro de Estado	Corte	37
Marianno Joze Pereira da Fonseca	Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda	Corte	37
Antonio Joze Dias Coelho	Comandante das Armas da Província de MG	Ouro Preto (MG)	36
Jozé da Santissima Trindade	Bispo de Mariana	Mariana (MG)	36
Barão de Santo Amaro	Conselheiro de Estado	Corte	35
Joze Caetano da Silva Coutinho	Bispo Capelão Mor	Corte	35
João Evangelista de Faria Lobato	Desembargador da Casa da Suplicação	Corte	35
João Severiano Maciel da Costa	Ministro de Estado dos Negócios do Império	Corte	35
Lucas Antonio Monteiro de Barros	Presidente da Província de São Paulo	São Paulo (SP)	35
Bernardo Jozé da Gama	Desembargador da Relação da Bahia	Salvador (BA)	33
Clemente Ferreira França	Ministro de Estado dos Negócios da Justiça	Corte	33
Estevão Ribeiro de Rezende	Intendente Geral da Polícia da Corte e do Império	Corte	32
Francisco Pereira de Santa Apollonia	Chantre da Sé de Mariana	Mariana (MG)	32
Conde de Palma	Regedor das Justiças da Casa da Suplicação	Corte	31
Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá	Conselheiro da Fazenda (aposentado)	Cachoeira (BA)	31
Bispo de Cochim	Vigário Capitular do Bispado de Pernambuco	[...] (PE)	29
Joze Joaquim Carneiro de Campos	Conselheiro de Estado	Corte	29
Antonio Feliciano Carneiro da Silva	Desembargador da Casa da Suplicação	Corte	27
Marcos Antonio Monteiro de Barros	Vigário Geral do Bispado de Mariana	Mariana (MG)	27
Manoel da Cunha de Azevedo	Secretário do Governo de São Paulo	São Paulo (SP)	26
João Joze Lopes Mendes Ribeiro	...	Ouro Preto (MG)	25
Lucio Soares Teixeira de Gouvêa	Juiz de Fora da Cidade do Rio de Janeiro	Corte	24
Visconde do Rio Seco	Porteiro Mor da Casa Imperial	Corte	24
Joaquim Xavier Curado	Comandante das Armas da Corte e Província	Corte	23
Pedro Machado de Miranda	Eclesiástico	Corte	22
Joam Baptista de Figueiredo	Arcipreste da Sé de Mariana	Mariana (MG)	21
Joze Caetano Gomes	Tesoureiro Mor do Tesouro Público Nacional	Corte	20
Joze da Costa Moreira	Vigário da Vara da Comarca do Sabará	Sabará (MG)	20
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			37

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Tabela 1.20 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados no Julgado de São Romão (1824)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Antonio Paulino Limpo de Abreo	Ouvidor da Comarca de Paracatu	Paracatu (MG)	22
Ceriaco Antonio de Araujo	Cônego	Minas Novas (MG)	22
João Evangelista de Faria Lobato	Desembargador da Casa da Suplicação	Corte	22
Joaquim Teixeira de Queiroga	Capitão	Vila do Príncipe (MG)	22
Manoel Caetano de Moraes	Pároco de São Romão	S. Romão (MG)	22
Antonio Nogueira Duarte	Pároco de Contendas	Vila do Príncipe (MG)	21
Bernardo Jozé da Gama	Desembargador da Relação da Bahia	Salvador (BA)	21
Estevão Ribeiro de Rezende	Intendente Geral da Polícia da Corte e do Império	Corte	21
Lucio Soares Teixeira de Gouvêa	Juiz de Fora da Cidade do Rio de Janeiro	Corte	21
Manoel Rodrigues da Costa	Agricultor	Barbacena (MG)	18
Marcos Antonio Monteiro de Barros	Vigário Geral do Bispado de Mariana	Mariana (MG)	18
Manoel Jacintho Nogueira da Gama	Conselheiro de Estado	Corte	17
Antonio Augusto Monteiro de Barros	Juiz de Fora da Imperial Cidade de Ouro Preto	Ouro Preto (MG)	16
João Joze Lopes Mendes Ribeiro	...	Ouro Preto (MG)	16
Antonio Luiz Pereira da Cunha	Conselheiro de Estado	Corte	13
Bernardo Pereira de Vasconcellos	Advogado	Ouro Preto (MG)	13
Candido Joze de Araujo Viana	Juiz de Fora da Leal Cidade de Mariana	Mariana (MG)	13
João Gaspar Esteves Rodrigues	Vigário Geral da Comarca de Paracatu	Paracatu (MG)	13
Joaquim Jozé Lopes Mendes Ribeiro	Pároco de Piranga	Mariana (MG)	13
Joaquim de Mello Franco	Pároco de Paracatu	Paracatu (MG)	13
Joaquim Jozé da Silva Brandão	Advogado	Ouro Preto (MG)	13
Joze Antonio da Silva Maya	Juiz de Fora da Fidelíssima Vila do Sabará	Sabará (MG)	13
Jozé Antonio Soares de Souza	Médico	São Luís (MA)	13
Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá	Conselheiro da Fazenda (aposentado)	Cachoeira (BA)	13
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			37

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

votos prestados em São Romão, encontram-se nomes tais como o do Cônego Ceriaco Antonio de Araujo, do Capitão Joaquim Teixeira de Queiroga, do Vigário Manoel Caetano de Moraes, e do Vigário Antonio Nogueira Duarte (todos, com exceção do último, integrantes deste colégio eleitoral). Ligados à Comarca de Paracatu (da qual fazia parte o Julgado de São Romão), vêm-se, entre os que reuniram a maioria absoluta dos votos, o Desembargador Antonio Paulino Limpo de Abreo, Ouvidor e Corregedor da Comarca, e o Desembargador Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, seu antecessor no cargo.

Com maioria relativa, aparecem mais nomes ligados a Paracatu e ao Coronel João Joze Lopes, chefe do partido que dominou a primeira Junta de Governo da Província e que se manifestou sobretudo em Mariana, Campanha, Minas Novas, Pitangui e Tamanduá...

-x-

Nessa terceira etapa das eleições, esteve bastante acirrada a disputa entre o partido ministerial e uma frente oposicionista que parece ter surgido na província.

Os nomes ligados ao governo continuaram sendo os mais votados para o Senado do Império: receberam grande apoio do eleitorado da Vila do Príncipe e do Julgado de São Romão (resistindo à influência ministerial apenas o eleitorado da Vila do Tamanduá).

Com relação à votação para a Câmara dos Deputados, o único nome a reunir maioria dos votos nos três colégios foi o jovem magistrado Candido Joze de Araujo Viana (deputado à Constituinte do ano anterior que, por sua atuação na mesma, era tido na conta de independente).

Ignoram-se os nomes que reuniram maioria absoluta exclusivamente na Vila do Príncipe (as notabilidades eminentemente locais): sabe-se, contudo, que, no quadro geral, as candidaturas do jovem Bernardo Pereira de Vasconcellos e do cinquentenário Padre Jozé

Custodio Dias foram impulsionadas (este pelo eleitorado da Vila do Príncipe e da Vila de São Bento do Tamanduá; aquele pelo eleitorado da Vila de São Bento do Tamanduá e do Julgado de São Romão). Com menos votos, aparecem, em seguida, vários candidatos do partido ministerial. As exceções foram o Ouvidor da Comarca do Serro Frio, Desembargador Placido Martins Pereira, que reuniu a maioria absoluta dos votos prestados na Vila do Príncipe (o maior dos três colégios aqui considerados), e o Coronel João Joze Lopes Mendes Ribeiro, que reuniu a maioria dos votos em Tamanduá e em São Romão.

Os colégios da Vila do Tamanduá e do Julgado de São Romão convergiram em alguns pontos: houve sete nomes que reuniram maioria em ambos os colégios. Vê-se que, dos três colégios em questão, o de Tamanduá foi aquele em que o partido ministerial obteve melhor resultado na indicação de nomes para a Câmara dos Deputados: cerca de metade das indicações ali feitas pela maioria do eleitorado eram candidatos do governo. Paradoxalmente, foi também em Tamanduá onde o partido da primeira Junta de Governo (que parece ter aglutinado as candidaturas da oposição) obteve seu melhor desempenho. Na Vila do Príncipe, apesar da divisão do eleitorado, o partido ministerial parece ter conseguido ligeira vantagem: mas não reuniu maioria absoluta – e ainda testemunhou a consagração do Padre Jozé Custodio Dias, um de seus mais intransigentes adversários, que reuniu mais de três quartos dos votos ali prestados. No colégio de São Romão, nenhum partido prevaleceu (pois parece ter estado tão dividido quanto o colégio do Tamanduá) e abundaram as notabilidades locais.

No quadro geral das eleições realizadas na província, o partido ministerial continuou levando vantagem sobre os demais: mas isso não foi o bastante para excluir da disputa os nomes lançados pela oposição (que ainda tinha chance de conquistar alguns assentos na Assembléia Geral).

O Colégio Eleitoral da Vila de Paracatu do Príncipe

Cerca de uma semana após a realização das eleições na Vila do Príncipe, na Vila de São Bento do Tamanduá, e no Julgado de São Romão, formou-se, na Vila de Paracatu do Príncipe, cabeça da Comarca de Paracatu, o último colégio eleitoral da província. Participaram dessa assembléia eleitoral trinta e um eleitores paroquiais, oriundos de vários pontos desse vasto termo municipal.

A presidência do colégio eleitoral coube ao Desembargador Antonio Paulino Limpo de Abreo, Ouvidor e Corregedor da Comarca. A fim de servirem como secretários, foram eleitos o Vigário Carlos Manoel Soares de Souza, Pároco da Freguesia do Urucuia, e Antonio Lopes de Oliveira; e, como escrutinadores, o Vigário Joaquim de Mello Franco, e Jozé Januario de Souza Ozorio. Assim composta a mesa diretora, procedeu-se à eleição dos membros da Assembléia Geral.

No dia 26 de Julho, apuraram-se as indicações ao Senado do Império: setenta nomes foram ali sufragados (havendo sete com um único voto).²⁰ Trinta nomes reuniram a maioria absoluta dos votos – o que revela um altíssimo grau de consenso entre o eleitorado, que precisava indicar justamente trinta cidadãos para escolha do Imperador.

O perfil dos nomes eleitos em Paracatu para o Senado (vide Tabela 1.21) sugere influência ministerial: os candidatos mais votados são, em sua maioria, Conselheiros e Ministros de Estado; autoridades subalternas ao Ministério; magistrados de tribunais da Corte; e próceres da maçonaria fluminense. O único nome de extração local é o do Doutor Justiniano de Mello Franco, residente na Província de São Paulo, irmão do Vigário Joaquim de Mello Franco, chefe político em Paracatu.

²⁰ *Ata da Eleição de Senadores à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila do Paracatu do Príncipe*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 114, documento 7.

Tabela 1.21 – Indicação de 30 nomes ao Senado para escolha do Imperador: nomes mais votados na Vila de Paracatu (1824)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Caetano Pinto de Miranda Montenegro	Presidente do Desembargo do Paço	Corte	31
Conde de Palma	Regedor das Justiças da Casa da Suplicação	Corte	31
Luiz Joze de Carvalho e Mello	Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros	Corte	31
Antonio Luiz Pereira da Cunha	Conselheiro de Estado	Corte	30
Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá	Conselheiro da Fazenda (aposentado)	Cachoeira (BA)	30
Antonio Gonçalves Gomide	Tesoureiro da Intendência do Ouro de Sabará	Caeté (MG)	29
Barão de Santo Amaro	Conselheiro de Estado	Corte	29
Jozé Teixeira da Fonseca Vasconcellos	Presidente da Província de Minas Gerais	Ouro Preto (MG)	28
Lucas Antonio Monteiro de Barros	Presidente da Província de São Paulo	São Paulo (SP)	28
Joaquim Gonçalves Ledo	Oficial da Contadoria do Arsenal do Exército	Corte	27
Joze Joaquim Carneiro de Campos	Conselheiro de Estado	Corte	27
Lucio Soares Teixeira de Gouvêa	Juiz de Fora da Cidade do Rio de Janeiro	Corte	27
João Evangelista de Faria Lobato	Desembargador da Casa da Suplicação	Corte	26
Joze Clemente Pereira	Desembargador da Relação da Bahia	Corte	26
Joze da Silva Lisboa	Desembargador do Paço	Corte	26
Joze Antonio da Silva Maya	Juiz de Fora da Fidelíssima Vila do Sabará	Sabará (MG)	25
Luiz Pereira de Nobrega de Souza Coutinho	Ajudante de Campo de S. M. I.	Corte	24
Joze Carlos Mairink da Silva Ferrão	Presidente da Província de Pernambuco	Recife (PE)	22
Joze Feliciano Fernandes Pinheiro	Presidente da Província do Rio Grande do Sul	Porto Alegre (RS)	21
Marianno Joze Pereira da Fonseca	Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda	Corte	20
Pedro Joze da Costa Barros	Presidente da Província do Ceará	Fortaleza (CE)	20
Francisco Vilella Barboza	Ministro de Estado dos Negócios da Marinha	Corte	19
Januario da Cunha Barboza	Professor público de Filosofia Racional e Moral	Corte	19
Manoel Jacintho Nogueira da Gama	Conselheiro de Estado	Corte	19
Joaquim Xavier Curado	Comandante das Armas da Corte e Província	Corte	18
Joze de Rezende Costa	Escrivão da Mesa do Tesouro Público Nacional	Corte	18
Joze Joaquim Nabuco de Araujo	Desembargador do Paço	Corte	18
Antonio Feliciano Carneiro da Silva	Desembargador da Casa da Suplicação	Corte	16
Francisco Vicente Vianna	Presidente da Província da Bahia	Salvador (BA)	16
Justiniano de Mello Franco	Físico Mor da Província de São Paulo	São Paulo (SP)	16
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			31

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Tabela 1.22 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados na Vila de Paracatu (1824)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Antonio Gonçalves Gomide	Tesoureiro da Intendência do Ouro de Sabará	Caeté (MG)	29
Lucio Soares Teixeira de Gouvêa	Juiz de Fora da Cidade do Rio de Janeiro	Corte	29
Januario da Cunha Barboza	Professor público de Filosofia Racional e Moral	Corte	27
Joze Cesario de Miranda Ribeiro	Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei	S. João del-Rei (MG)	27
Antonio Augusto Monteiro de Barros	Juiz de Fora da Imperial Cidade de Ouro Preto	Ouro Preto (MG)	26
Joaquim de Mello Franco	Pároco de Paracatu	Paracatu (MG)	26
Candido Joze de Araujo Viana	Juiz de Fora da Leal Cidade de Mariana	Mariana (MG)	25
João Gaspar Esteves Rodrigues	Vigário Geral da Comarca de Paracatu	Paracatu (MG)	25
Joaquim Gonçalves Ledo	Oficial da Contadoria do Arsenal do Exército	Corte	25
Joze Antonio da Silva Maya	Juiz de Fora da Fidelíssima Vila de Sabará	Sabará (MG)	25
Joze Clemente Pereira	Desembargador da Relação da Bahia	Corte	25
Francisco Garcia Adjuto	Ouvidor da Comarca do Ouro Preto	Ouro Preto (MG)	23
Justiniano de Mello Franco	Físico Mor da Província de São Paulo	São Paulo (SP)	22
Antonio Paulino Limpo de Abreo	Ouvidor da Comarca de Paracatu	Paracatu (MG)	21
Antonio da Roxa Franco	Pároco de Antônio Dias	Ouro Preto (MG)	21
Gomes Freire de Andrada	Sargento Mor do Estado Maior	Ouro Preto (MG)	20
Bernardo Pereira de Vasconcellos	Advogado	Ouro Preto (MG)	19
João Evangelista de Faria Lobato	Desembargador da Casa da Suplicação	Corte	15
Jozé Alves do Couto Saraiva	Advogado	Queluz (MG)	15
Luiz Joze de Godoy Torres	Médico	Mariana (MG)	15
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			31

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

No dia 27 de Julho, apuraram-se as indicações para a Câmara dos Deputados: setenta e dois nomes foram sufragados (havendo vinte com um único voto). Dos vinte nomes a serem indicados, dezessete reuniram maioria absoluta dos votos.²¹

Outra vez, o perfil dos candidatos mais votados (vide Tabela 1.22) sugere influência ministerial. Os mesmos nomes majoritariamente sufragados em São João del-Rei, Sabará, e Ouro Preto reuniram a maioria absoluta dos votos em Paracatu, com alguns acréscimos de extração local: o Vigário Joaquim de Mello Franco e seu irmão, o Doutor Justiniano de Mello Franco; o Vigário João Gaspar Esteves Rodrigues; e o Ouvidor Antonio Paulino Limpo de Abreo. Também alguns próceres da maçonaria fluminense, que colaboraram com a derrocada do Ministério Andrada, estiveram entre os mais votados em Paracatu (o que talvez se explique pelas ligações do Vigário Joaquim de Mello Franco, chefe político local, com a maçonaria).²²

Concluídas as eleições em Paracatu, encerra-se a fase das assembléias eleitorais em Minas Gerais. As atas dos diferentes colégios, remetidos à capital provincial, haveriam de ser uma vez mais conferidas e, somados os votos obtidos por cada cidadão, confeccionar-se-ia a ata final, com as indicações do eleitorado mineiro ao Senado do Império e à Câmara dos Deputados.

-x-

A apuração final

No dia 24 de Outubro de 1824, reuniram-se os membros do Senado da Câmara da Imperial Cidade de Ouro Preto. Cabia-lhes fazer a apuração final das eleições realizadas no âmbito provincial e comarcão.

²¹ *Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila do Paracatu do Príncipe*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 100, documento 5.

²² FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um Estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo*. (3ª ed.) Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977, pp.113-118.

A apuração dos trinta nomes que seriam submetidos ao Imperador para escolha de Senadores do Império foi concluída no dia 26 (vide Tabela 1.23). A dos vinte nomes que representariam a Província na Câmara dos Deputados foi concluída no dia 28 (vide Tabela 1.24). Em seguida, foram apuradas as indicações para o Conselho do Governo e para o Conselho Geral da Província.

Quanto às indicações para a Promotoria de Justiça e para o Conselho de Jurados das Comarcas, estas seriam apuradas pelas Câmaras Municipais de suas respectivas capitais (Ouro Preto, Sabará, São João del-Rei, Vila do Príncipe, e Paracatu).

A divulgação do resultado final das eleições não tardou a ganhar a província: o periódico *Abelha do Itaculamy* publicou a apuração final das indicações para o Senado na edição do dia 29 de Outubro, e a para a Câmara dos Deputados na de 5 de Novembro. Note-se a importância dada a tais resultados, divulgados com tamanha diligência: a apuração final das indicações para o Conselho Geral da Província só ganharia publicidade na edição de 17 de Dezembro e a para o Conselho do Governo na de 30 de Março do ano seguinte...

Para composição da Assembléia Geral do Império, agindo em conformidade com as *Instruções* de 26 de Março de 1824, a Câmara Municipal de Ouro Preto prontamente remeteu ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Conselheiro João Severiano Maciel da Costa, a lista com os trinta nomes, entre os quais o Imperador Dom Pedro I haveria de escolher dez para compor a câmara vitalícia (Senado).

Vê-se que, na lista tríplice remetida ao Imperador (vide Tabela 1.23), quase três quartos das indicações feitas pelo eleitorado mineiro eram de candidatos ligadas ao partido ministerial. Encabeçou a votação o Conselheiro Manoel Ferreira da Camara, seguido pelo Presidente da Província de Minas Gerais e pelo Ministro de Estado dos Negócios do Império (trio que, ao que tudo indica, havia participado da coligação eleitoral para a Assembléia Geral Constituinte do ano anterior). A esse trio, que reuniu a maioria absoluta dos votos prestados

Tabela 1.23 – Indicação de 30 nomes ao Senado para escolha do Imperador: nomes mais votados na Província de Minas (1824)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá	Conselheiro da Fazenda (aposentado)	Cachoeira (BA)	535
Jozé Teixeira da Fonseca Vasconcellos	Presidente da Província de Minas Gerais	Ouro Preto (MG)	504
João Severiano Maciel da Costa	Ministro de Estado dos Negócios do Império	Corte	469
Antonio Luiz Pereira da Cunha	Conselheiro de Estado	Corte	445
Joze Joaquim Carneiro de Campos	Conselheiro de Estado	Corte	442
Barão de Santo Amaro	Conselheiro de Estado	Corte	404
Joze Caetano da Silva Coutinho	Bispo Capelão Mor	Corte	392
Estevão Ribeiro de Rezende	Intendente Geral da Polícia da Corte e do Império	Corte	381
Luiz Joze de Carvalho e Mello	Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros	Corte	378
Manoel Jacintho Nogueira da Gama	Conselheiro de Estado	Corte	364
Lucas Antonio Monteiro de Barros	Presidente da Província de São Paulo	São Paulo (SP)	358
João Gomes da Silveira Mendonça	Ministro de Estado dos Negócios da Guerra	Corte	354
Caetano Pinto de Miranda Montenegro	Presidente do Desembargo do Paço	Corte	311
Conde de Palma	Regedor das Justiças da Casa da Suplicação	Corte	309
Joze da Silva Lisboa	Desembargador do Paço	Corte	297
Marianno Joze Pereira da Fonseca	Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda	Corte	284
Nicolau Pereira de Campos Vergueiro	Agricultor	São Paulo (SP)	279
João Evangelista de Faria Lobato	Desembargador da Casa da Suplicação	Corte	269
Clemente Ferreira França	Ministro de Estado dos Negócios da Justiça	Corte	264
Antonio Gonçalves Gomide	Tesoureiro da Intendência do Ouro de Sabará	Caeté (MG)	263
Jacintho Furtado de Mendonça	Agricultor	Rio de Janeiro	255
Marcos Antonio Monteiro de Barros	Vigário Geral do Bispado de Mariana	Mariana (MG)	235
Placido Martins Pereira	Ouvidor da Comarca do Serro Frio	Vila do Príncipe (MG)	229
Joze Caetano Gomes	Tesoureiro Mor do Tesouro Público Nacional	Corte	228
Manoel Ignacio de Mello e Souza	...	Mariana (MG)	225
Lucio Soares Teixeira de Gouvêa	Juiz de Fora da Cidade do Rio de Janeiro	Corte	224
Sebastião Luiz Tinoco da Silva	Desembargador do Paço	Corte	223
Joze de Rezende Costa	Escrivão da Mesa do Tesouro Público Nacional	Corte	213
Joze Clemente Pereira	Desembargador da Relação da Bahia	Corte	212
Antonio da Roxa Franco	Pároco de Antônio Dias	Ouro Preto (MG)	208
N.º total de Eleitores Paroquiais da Província			708

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Tabela 1.24 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados na Província de Minas Gerais (1824)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Candido Joze de Araujo Viana	Juiz de Fora da Leal Cidade de Mariana	Mariana (MG)	488
Joze Antonio da Silva Maya	Juiz de Fora da Fidelíssima Vila de Sabará	Sabará (MG)	421
Antonio Augusto Monteiro de Barros	Juiz de Fora da Imperial Cidade de Ouro Preto	Ouro Preto (MG)	344
Bernardo Pereira de Vasconcellos	Advogado	Ouro Preto (MG)	322
Antonio da Roxa Franco	Pároco de Antônio Dias	Ouro Preto (MG)	318
Joze Cesario de Miranda Ribeiro	Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei	S. João del-Rei (MG)	306
Lucio Soares Teixeira de Gouvêa	Juiz de Fora da Cidade do Rio de Janeiro	Corte	288
Antonio Gonçalves Gomide	Tesoureiro da Intendência do Ouro de Sabará	Caeté (MG)	270
Jozé Custodio Dias	Proprietário	Campanha (MG)	266
Estevão Ribeiro de Rezende	Intendente Geral da Polícia da Corte e do Império	Corte	232
Januario da Cunha Barboza	Professor público de Filosofia Racional e Moral	Corte	220
Jozé Carlos Pereira de Almeida Torres	Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes	S. João del-Rei (MG)	213
João Joze Lopes Mendes Ribeiro	...	Ouro Preto (MG)	207
Manoel Ignacio de Mello e Souza	...	Mariana (MG)	192
Jozé Teixeira da Fonseca Vasconcellos	Presidente da Província de Minas Gerais	Ouro Preto (MG)	191
Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá	Conselheiro da Fazenda (aposentado)	Cachoeira (BA)	191
Manoel Rodrigues da Costa	Agricultor	Barbacena (MG)	186
Antonio Paulino Limpo de Abreo	Ouvidor da Comarca de Paracatu	Paracatu (MG)	175
Placido Martins Pereira	Ouvidor da Comarca do Serro Frio	Vila do Príncipe (MG)	169
Jozé de Rezende Costa	Escrivão da Mesa do Tesouro Público Nacional	Corte	165
N.º total de Eleitores Paroquiais da Província			708

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

na Província de Minas, juntem-se os quatro Conselheiros de Estado, o Bispo Capelão Mor, o Intendente Geral da Polícia da Corte e do Império (a quem já havia sido conferido, pelo eleitorado mineiro, o mandato de Procurador Geral da Província e o de Deputado à Assembléia Geral Constituinte), os Ministros de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (este último Deputado às Cortes de Lisboa e à Constituinte do Rio de Janeiro pela Província de Minas) e o Presidente da vizinha Província de São Paulo (a quem os mineiros já haviam eleito para as Cortes de Lisboa e para a Constituinte do Rio de Janeiro, e que parece ter sido uma peça importante no arranjo eleitoral de 1822 e nesse, de 1824). Todos esses haviam reunido a maioria absoluta dos votos e eram ligados, como se vê, ao Ministério.

Além desses nomes, conseguiram ainda ser incluídas na lista tríplice, com menos votos, algumas notabilidades locais – algumas contavam com a simpatia do Ministério, outras não. É o caso, por exemplo, de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, minhoto que se estabelecera na Província de São Paulo, onde era rico proprietário rural, e pela qual já havia sido eleito às Cortes de Lisboa e à Constituinte do Rio de Janeiro. Vergueiro, que aparece em décimo sétimo lugar na lista mineira, contou com grande votação na populosa Comarca do Rio das Mortes (vizinha à Província de São Paulo, com a qual tinha intenso comércio), e, especialmente, nos colégios que se mostraram refratários à influência ministerial. O mesmo se pode dizer do Desembargador Manoel Ignacio de Mello e Souza, uma das lideranças da primeira Junta de Governo da Província de Minas, infamada por seu espírito autonomista e recalcitrante à autoridade do então Príncipe Regente Dom Pedro. Manoel Ignacio, que aparece em vigésimo quinto lugar, teve grande votação nos colégios que parecem ter rechaçado a influência ministerial. Tais nomes, subindo à presença do Imperador, haveriam de ser preferidos ou preteridos, conforme os cálculos políticos do Imperador e seus Ministros e Conselheiros de Estado (que estavam em condições de preferir a si mesmos e a seus protegidos em detrimento de seus adversários e desafetos).

Se, para composição da câmara vitalícia, havia a barreira intransponível da nomeação pelo Imperador (prerrogativa conferida ao Poder Moderador pela Constituição do Estado), situação diferente foi vivida na composição da câmara temporária. Ainda que o partido ministerial houvesse conseguido fazer com que vários de seus candidatos fossem eleitos, houve notabilidades locais, que não tiveram o menor sinal de amparo do Ministério, entre os escolhidos pela Província para a Câmara dos Deputados.

Apenas dois nomes reuniram, na eleição de deputados, a maioria absoluta dos votos prestados em toda a Província de Minas Gerais (vide Tabela 1.24): o Doutor Candido Joze de Araujo Viana e o Doutor Joze Antonio da Silva Maya, que haviam se notabilizado na Constituinte do ano anterior por seu espírito de moderação e independência (votando ora com o partido ministerial, ora com a oposição). Talvez, por esse motivo, ambos tenham sido grandemente contemplados pelo eleitorado mineiro, quer este votasse com o partido ministerial, quer votasse contra o mesmo. Ambos eram protegidos do Presidente da Província, Doutor Jozé Teixeira, que havia participado da Constituinte do ano anterior (para a qual havia sido eleito com o apoio do Ministério de então) e era o segundo nome mais votado pelo eleitorado mineiro para o Senado do Império (e cuja nomeação, presume-se, era dada por certa por seus partidários).

Ligados a esses dois magistrados, que presidiam respectivamente os municípios de Mariana e Sabará, vêm-se, imediatos em votos, outros dois jovens magistrados, colegas de Candido na Universidade de Coimbra: o Doutor Antonio Augusto Monteiro de Barros e o Doutor Joze Cesario de Miranda Ribeiro. Aparentados entre si, cabia-lhes a presidência dos municípios de Ouro Preto e São João del-Rei. Eram os dois protegidos do Presidente da Província de São Paulo, o Desembargador Lucas Antonio Monteiro de Barros, que havia participado da coligação eleitoral de 1821 e 1822, e a quem o Ministério de então voltava a prestigiar, fazendo dele um de seus candidatos ao Senado (candidatura essa que foi sufragada

pela maioria absoluta do eleitorado mineiro, razão pela qual, presume-se, sua nomeação pelo Imperador era também dada por certa).

Ao lado desses jovens magistrados, vêm-se, também sob a proteção do partido ministerial, homens maduros, como o Cônego Antonio da Roxa Franco, o Desembargador Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, o Coronel Antonio Gonçalves Gomide, o Desembargador Estevão Ribeiro de Rezende, o Padre Mestre Januario da Cunha Barboza, e o Desembargador Jozé Carlos Pereira de Almeida Torres. À exceção dos dois últimos, todos os demais participaram da Assembléia Constituinte do ano anterior e, talvez por isso, pela evidência dada a seus nomes (tanto nas vistas do Governo Imperial quanto na do eleitorado mineiro), também estiveram entre os mais votados pelo eleitorado mineiro para o Senado do Império. Desses, porém, o único que reuniu a maioria absoluta dos votos para o Senado foi o Desembargador Estevão Ribeiro de Rezende, Intendente Geral da Polícia da Corte e do Império (cuja nomeação, presume-se, era a única dada por certa: foi o oitavo nome mais votado em toda a Província).

No que diz respeito aos dez nomes acima mencionados (é importante lembrar: eles equivalem à metade dos assentos a que a Província de Minas Gerais tinha direito na Câmara dos Deputados), a distribuição geográfica dos votos que receberam revela um certo padrão. De maneira geral, sobretudo os colégios eleitorais de São João del-Rei, Sabará, Ouro Preto, e Paracatu foram a sua base de apoio (locais em que se vê, nas indicações para o Senado, o predomínio de nomes ligados ao Ministério). Daí se depreende a estreita ligação dessas candidaturas com o partido ministerial.

Estiveram também entre os mais votados para a Câmara dos Deputados, mas com uma peculiaridade, dois nomes que lideraram as votações para o Senado do Império: o Conselheiro Camara e o Doutor Jozé Teixeira. Diferentemente do que aconteceu com as outras candidaturas, acima mencionadas, o apoio dado a estas esteve mais disperso do que

concentrado – e, quando esteve concentrado, isso aconteceu em colégios refratários à influência ministerial (como, por exemplo, Mariana, Pitangui e São Romão). Isso parece significar que estes nomes, candidatos pelo partido ministerial ao Senado do Império (e cuja nomeação pelo Imperador haveria de ser considerada como certa), foram espontaneamente sufragados pelo eleitorado mineiro para a Câmara dos Deputados, a despeito do destino que já lhes havia sido reservado pelas altas esferas do Governo Imperial.

Também parece ter contado com as boas graças do Ministério, mas com uma acolhida pelo eleitorado praticamente restrita ao colégio da capital provincial e ao da Vila de São João del-Rei, o Conselheiro Joze de Rezende Costa, a quem o eleitorado mineiro já havia conferido mandato de deputado para as Cortes de Lisboa e para a Constituinte do ano anterior. Sua eleição (foi o vigésimo nome mais votado em Minas) se deu quase que exclusivamente pelos sufrágios do numeroso eleitorado reunido em São João del-Rei (que era o maior colégio da Província). Melhor sucesso obteve na votação para o Senado, mas sua colocação na lista não lhe conferia a menor garantia de nomeação pelo Imperador: vinha como antepenúltimo.

Ao que tudo indica, não contaram com a proteção do partido ministerial dois cidadãos que, todavia, reuniram votos suficientes para saírem eleitos para a Câmara dos Deputados: o Ouvidor da Comarca de Paracatu, Desembargador Antonio Paulino Limpo de Abreo, e o Ouvidor da Comarca do Serro Frio, Desembargador Placido Martins Pereira. Desses, Limpo foi grande e quase que exclusivamente votado na Comarca de Paracatu, território então sob sua jurisdição, e na Comarca do Rio das Mortes, território que esteve sob sua jurisdição anos antes, quando, na qualidade de Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei, serviu interinamente como Ouvidor da Comarca. Limpo parece ter trabalhado, nessas eleições, no sentido de favorecer os candidatos do partido ministerial (vide, por exemplo, o resultado da votação no Colégio Eleitoral da Vila de Paracatu, que esteve sob sua presidência). Já o Desembargador Placido Martins Pereira, Ouvidor da Comarca do Serro Frio, também ele foi grande e quase

que exclusivamente votado no território sob sua jurisdição (tendo seu nome sido sufragado tanto para o Senado, quanto para a Câmara dos Deputados). Não foi possível descobrir quais suas inclinações políticas ao tempo das eleições, e as divergências manifestadas nos Colégios Eleitorais da Vila do Príncipe (em que o eleitorado parece ter estado dividido) e da Vila de Minas Novas (em que o eleitorado se mostrou refratário à influência do Ministério) em nada contribuem para esclarecer o sentido político de sua candidatura, fora o espírito de localismo. Tanto Limpo quanto Plácido, percebe-se, gozavam de grande prestígio (por méritos pessoais próprios, ou pela autoridade com que haviam sido investidos) junto aos eleitores das comarcas sob sua jurisdição, sendo praticamente desconhecidos no restante da província.

Sem o menor amparo do Ministério, e muito provavelmente até mesmo contra os seus desejos, elegeu-se para a Câmara dos Deputados o Padre Jozé Custodio Dias – republicano assumido que, quando se discutira a organização da *nova ordem* política na Constituinte, havia pugnado pela primazia da Assembléia Geral, com obliteração da autoridade do Imperador. Dissolvida a Constituinte, o Padre Jozé Custodio (suplente que, pouco antes, havia sido dispensado por haverem comparecido todos os deputados efetivos), foi preso e, por muito pouco, escapou de ser deportado: chegou mesmo a acreditar que seria esse o seu destino. Agraciado, pela terceira vez, com mais um mandato popular, Jozé Custodio (o nono nome sufragado na Província) foi bem votado sobretudo na Comarca do Rio das Velhas e na do Rio das Mortes, reunindo maioria absoluta dos votos no Colégio Eleitoral da Vila da Campanha e no da Vila do Príncipe (neste, aparece em mais de três quartos das listas; naquele, em mais de quatro quintos). Sua votação foi, todavia, insignificante na Comarca de Ouro Preto e inexistente na Comarca de Paracatu. Grande proprietário rural no município da Vila de Campanha, serviu esta como sua principal base de apoio: foi ali o nome mais votado para a Câmara dos Deputados, sendo um dos mais bem votados para o Senado.²³

²³ DRUMMOND, Antonio de Menezes Vasconcellos de. “Anotações de A. M. V. de Drummond á sua biographia publicada em 1836 na Biographie Universelle et Portative des Contemporains”, in *Annaes da*

Ao lado do Padre Jozé Custodio, embora com um desempenho relativamente mais modesto, vêm-se o Coronel João Joze Lopes Mendes Ribeiro, o Desembargador Manoel Ignacio de Mello e Souza, e o Padre Manoel Rodrigues da Costa. Desses três, apenas o último havia participado da Constituinte, sendo os dois outros figuras influentes da primeira Junta de Governo da Província, infamada como republicana por se haver mostrado refratária à autoridade do então Príncipe Regente Dom Pedro. Favoráveis a uma *nova ordem* de coisas sob *influência democrática*, o Coronel João Lopes e o Desembargador Manoel Ignacio haviam amargado um biênio de ostracismo político. Voltavam, nessas eleições, prestigiados sobretudo nos colégios eleitorais que rechaçaram a influência ministerial. Em Mariana, Pitangui, Tamanduá e São Romão, tiveram votação modesta; em Campanha e em Minas Novas, tiveram desempenho considerável. A votação que obtiveram, todavia, não foi homogênea: houve lugares em que um se saiu melhor do que o outro. João Lopes, antigo Secretário de Governo (pelo que se fez conhecido em toda a Província), saiu-se melhor em Mariana, Pitangui, Tamanduá, Minas Novas e São Romão; Manoel Ignacio saiu-se melhor em Campanha. Cumpre lembrar que, anos antes, Manoel Ignacio havia sido Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, da qual fazia parte a Vila da Campanha. No desempenho dessa função, ganhou a reputação de magistrado reto, humano, e acessível ao povo – com quem, dizia ele próprio, gostava de se mostrar benevolente.²⁴

Além desse quarteto de homens maduros, que se fizeram eleger sem o amparo do Ministério, viu-se eleito para a Câmara dos Deputados um completo estreante nas lides políticas: o jovem magistrado Bernardo Pereira de Vasconcellos.

Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro: 1885-1886. Volume XIII. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1890, p. 83. LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação*: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842). (2ª ed.) Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993, p. 82.

²⁴ LUCCOCK, John. *Notes on Rio de Janeiro, and the southern parts of Brazil; taken during a residence of ten years in that country*. London : Samuel Leigh, 1820, pp. 458-459. Sobre a trajetória política de Manoel Ignacio de Mello e Souza, vide: REZENDE, Irene Nogueira de. *Negócios e Participação Política*: Fazendeiros da Zona da Mata de Minas Gerais na construção do Estado Nacional (1821-1842). Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 2008.

Vasconcellos parece ter sido a grande surpresa das eleições de 1824. Jovem, contava apenas vinte e nove anos de idade quando se elegeu deputado. Nasceu aos 27 de Agosto de 1795 na Imperial Cidade do Ouro Preto, sendo o sétimo de uma família de quinze irmãos. Walsh, que o conheceu em 1828, descreveu-o como sendo um homem baixo, atarracado, um tanto corpulento, de ar resoluto e semblante envelhecido (efeito da moléstia, que se acentuaria nos anos seguintes, fazendo-o parecer mais velho do que na verdade era). Ainda segundo Walsh, tinha os olhos negros, a tez pálida, o lábio inferior protuberante, e uma cabeleira farta e cacheada emoldurando-lhe o rosto. No trato com os outros, Walsh (que descreve a impressão causada pelo primeiro contato com Vasconcellos), refere-se a ele como alguém de modos simples, bastante amigável e acolhedor, embora um tanto tímido.²⁵

O pai de Bernardo, o Doutor Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos, era minhoto, natural da Cidade do Porto, mas havia se estabelecido, ainda muito jovem, na Província de Minas Gerais, sendo criado junto ao avô (bisavô de Bernardo), que havia se estabelecido como negociante na Cidade de Mariana. Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, o Doutor Diogo voltou ao Brasil, e atuou, inicialmente, como advogado em Mariana e Ouro Preto. Posteriormente, ocupou diversos cargos na governança local e na administração pública: foi Vereador, Procurador da Fazenda, Tesoureiro da Intendência da Comarca de Ouro Preto, Caixa da Extração de Diamantes de Abaeté (no termo municipal da Vila de Pitangui). Historiador, escreveu diversas obras, entre as quais cumpre destacar *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais*, e o estudo *Minas e o Quinto do Ouro*. Enquanto residia na Província de Minas Gerais, o Doutor Diogo parece ter se envolvido no movimento conspiratório alcunhado de *Inconfidência Mineira* (chegou inclusive a ser preso como suspeito). Sabe-se que tinha grande amizade com alguns dos conspiradores considerados culpados e condenados pelas autoridades metropolitanas. Nos depoimentos que

²⁵ WALSH, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. London: Frederick Westley and A. H. Davis, 1830, vol.II, pp.215-216.

prestou, foi lacônico e astuto (não comprometendo nem a si mesmo, nem a outras pessoas), o que o livrou de maiores complicações e o devolveu à liberdade. Reintegrado ao serviço do Estado, o Doutor Diogo conseguiu bons empregos e concluiu seus dias na Cidade do Rio de Janeiro, onde foi Juiz do Crime do Bairro de São José. Quando morreu o Doutor Diogo, Bernardo contava apenas dezoito anos e estava cursando Leis na Universidade de Coimbra.²⁶

A mãe de Bernardo, a mineira Maria do Carmo de Souza Barradas, era natural da Leal Cidade de Mariana, a sétima de uma família de oito irmãos. Após ficar viúva, a mãe de Bernardo, que havia acompanhado o marido ao Rio de Janeiro, parece ter voltado para junto de sua família, em Mariana. Seu pai, o Doutor João de Souza Barradas, falecido havia quase meia década em Mariana (de onde era natural), foi chefe de uma família que conseguiu grande projeção em Portugal e no Brasil. Um dos tios maternos de Bernardo, o Doutor Fernando Luiz de Souza Barradas, havia sido Desembargador da Casa da Suplicação no Reino de Portugal, Conservador da Universidade de Coimbra, e Procurador e Juiz da Coroa em Lisboa. Como Ministro e Secretário de Estado do Reino de Portugal, haveria de negociar com o Governo Imperial do Brasil os termos da dissolução do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, pondo fim à guerra da Independência. Cumpre ainda destacar que, além da projeção na vida pública, também em outros ambientes menos evidentes o Doutor Fernando Luiz teve importante papel: foi Grão Mestre do Grande Oriente Lusitano, um dos centros irradiadores da agitação que vinha revolucionando o mundo lusófono de então. Além deste tio, Bernardo teve outros seis: o Padre João, que foi Vigário da Freguesia de Antônio Dias, falecido quando Bernardo ainda era estudante em Coimbra; o Doutor Bernardo, advogado em Lisboa (com quem o sobrinho homônimo chegou a morar e trabalhar após se formar); o Padre Jozé, Vigário da Freguesia de Minas Novas; as solteironas Maria da Ascensão e Anna

²⁶ VASCONCELLOS, Salomão de. *Bernardo Pereira de Vasconcellos*. Belo Horizonte: s.n., 1953, pp. 7-8; SOUSA, Octavio Tarquinio de. *História dos Fundadores do Império*. Volume V: Bernardo Pereira de Vasconcellos. (2ª ed.) Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960, pp. 9-24; CARVALHO, José Murilo de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999, pp. 10-12; JARDIM, Marcio. *A Inconfidência Mineira: uma síntese factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989, pp. 213-217.

Jacyntha; e o caçula da família, o Cônego Francisco de Paula, que residia em Portugal, Prior de Pombeiro.

Quando de sua eleição para a Assembléia Geral do Império, Vasconcellos havia voltado a residir junto de sua mãe viúva e de seus irmãos. Suas irmãs mais velhas, Maria do Carmo e Anna Roza, haviam se casado e tido filhos com os irmãos Filipe Joaquim e Francisco Joaquim de Cunha e Castro, ambos militares do Regimento de Cavalaria de Primeira Linha, com grande parentela na Vila de Pitangui. Seu irmão mais velho, Jeronimo, apartado da família pela dissolução do Reino Unido, seguia carreira militar em Portugal, onde alcançaria altos postos também na vida política. Outro irmão mais velho de Bernardo, Diogo Antonio, veio a falecer naquele ano de 1824, deixando um filho pequeno, de quem Bernardo era padrinho de batismo. Dos irmãos mais novos de Bernardo que chegaram à idade adulta, havia ainda: Fernando Antonio, casado com uma prima; Jacintha Carolina, que se conservava solteira; e Joanna Jacintha, casada com Joze Raymundo Alves Galé de Menezes, militar do Regimento de Cavalaria de Primeira Linha. Ainda na menoridade, viviam: Dioguina Maria, que viria a ser a menina dos olhos de seu irmão Bernardo; João Diogo, que, anos depois, seria ordenado Padre; e o caçula, Francisco Diogo, que seguiria os passos de Bernardo.

Com relação à vida acadêmica de Vasconcellos, sabe-se que ingressou na Universidade de Coimbra em 1814. Bacharel em Leis aos 20 de Maio de 1818, sua formatura ocorreu aos 6 de Julho de 1819. Entre seus colegas de turma, estavam o Doutor Cassiano Spiridião de Mello e Mattos (que havia ladeado o Coronel João Joze Lopes e o Desembargador Manoel Ignacio no enfrentamento ao último Capitão General da Província de Minas Gerais e ao então Príncipe Regente do Reino do Brasil), e o Doutor Jozé Carlos Pereira de Almeida Torres (que era então Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes e que também havia sido eleito por Minas Gerais para a Assembléia Geral do Império nessas eleições de 1824). Outros colegas haveriam de se destacar, futuramente, no cenário nacional. Até então, o

que havia conseguido maior projeção era o baiano Joze da Costa Carvalho Junior, que havia participado da Assembléia Geral Constituinte como Deputado pela Província da Bahia, embora estivesse estabelecido na Província de São Paulo. O jovem Costa Carvalho era então reputado, se não chefe, ao menos figura respeitada de um partido republicano ainda pouco estruturado.

Vasconcellos não parecia guardar boas lembranças de seu tempo de estudante em Coimbra. Chegaria a dizer:

como o ordenado vai correndo e contam-se os anos para a jubilação [isto é, a aposentadoria dos professores], quer se ensine bem, quer se ensine mal, quer se tenha merecimento, quer não, os mestres entregam-se inteiramente ao ócio e os alunos fazem o mesmo, à espera que se encha o tempo para obterem as cartas [isto é, os diplomas]; pois é bem sabido que, quando o mestre dorme, os meninos brincam. Isto é justamente o que acontecia na Universidade de Coimbra no meu tempo: nenhuma emulação, nenhum estímulo se notava ali – e, por isso, nenhum progresso nas letras.

Ninguém se deve dar por escandalizado desta verdade – e, para isso, eu falarei do que passou por mim próprio, pois tenho franqueza para isso.

Estudei Direito Público naquela universidade e, por fim, saí um bárbaro: foi-me preciso até desaprender. Ensinarão-me que o Reino de Portugal e acessórios era patrimonial; umas vezes, sustentavam que os portugueses foram dados em dote ao Senhor Dom Afonso I, como se dão escravos ou lotes de bestas; outras vezes, diziam que Deus, no campo de Ourique, lhe dera todos os poderes e à sua descendência; umas vezes, negava-se a existência das Cortes de Lamego; outras, confessava-se a existência, mas negava-se a soberania que os povos nelas exerceram; dizia-se que aquela e as outras assembleias da nação portuguesa apenas tiveram, de direito e de fato, um voto consultivo; o direito de resistência, esse baluarte da liberdade, era inteiramente proscrito; e desgraçado quem dele se lembrasse! Estas e outras doutrinas se ensinam naquela universidade – e por quê? Porque está inteiramente incomunicável com o resto do mundo científico.

Ali não se admitem correspondências com as outras academias, ali não se conferem os graus senão àqueles que estudaram o ranço dos seus compêndios, ali estava alerta continuamente uma inquisição, pronta a mandar às chamas todo aquele que tivesse a desgraça de reconhecer qualquer verdade, ou na religião, ou na jurisprudência, ou na política.

Daí vinha que o estudante que saía da Universidade de Coimbra devia, antes de tudo, desaprender o que lá se ensinava e abrir nova carreira de estudos. (Sessão de 7 de Agosto de 1826, Vol. IV, p. 65)

A opinião de Vasconcellos acerca de seus mestres em Coimbra (antes confirmada do que contestada por seus co-discípulos) não é das mais favoráveis: acusava-os de serem pessoas acomodadas, de espírito tacanho, que tinham mais amor a si mesmas do que ao conhecimento, sendo responsáveis por um truculento “sistema inquisitorial” montado para intimidar e inibir qualquer estudante de buscar a verdade senão pela mediação de “seus

compêndios”. As causas e as conseqüências desse desolador ambiente universitário, vivido por Vasconcellos e outros, merecem um estudo à parte.

Se já não tinha grande entusiasmo pelo que lhe ensinavam em Coimbra (a ponto de alguns de seus biógrafos afirmarem que, naquele tempo, ele não havia se destacado nem pela inteligência, nem pela aplicação aos estudos), Vasconcellos parece haver tido ainda suas distrações. Seus desafetos o acusavam de haver levado uma vida desregrada e nada casta. Entre os amores clandestinos, desse tempo em que Vasconcellos viveu em Coimbra, parece haver figurado até mesmo uma amante de seu tio materno, o Padre Francisco de Paula Souza Barradas. Essa mulher, compartilhada pelo tio padre com o sobrinho estudante, chamava-se Pulqueria Gomes da Silva. A esse respeito, escreveu João Brandão:

Pulqueria Gomes da Silva [...] foi amante do Pe. Francisco de Paula Souza Barradas, Prior de Pombeiro, da *Casa dos Condes da Ponte*, e dizem que o fôra também de um sobrinho deste, que usava os apelidos dos “Pereira de Vasconcellos”, de quem teve uma filha sem que seu pai o soubesse.

E, para que ele continuasse a ignorar a existência de mais uma pessoa de família, conseguiu metê-la na roda de Coimbra (Hospício), onde a expôs.

Passado tempo, o Dr. Manoel Gomes [pai da dita Pulqueria] teve conhecimento deste nefasto procedimento da filha, e obrigou-a a imediatamente ir buscar a filha ao Hospício, o que esta fez de seguida, trazendo consigo uma criança que lá lhe deram e que lhe apresentou.

Seria, porventura, essa a mesma que havia enjeitado? Só a sabedoria de Salomão o poderia dizer.

Batizaram-na com o nome de Bernarda. E ela, depois, adotou os apelidos da família do pretenso pai, os “Pereira de Vasconcellos”, certamente por serem fidalgos de linhagem antiga, assinando-se Bernarda Pereira de Vasconcellos, repudiando, por instinto ou por sugestão da própria mãe, verdadeira ou adotiva, os nomes da família do *Fundo da Vila*, de que se quis libertar. [...] ²⁷

Não se pode afirmar, com toda certeza, que essa Bernarda fosse filha de Vasconcellos (a possibilidade existe, a tradição oral o afirma). Caso fosse, não se sabe se ele teve conhecimento de seu nascimento, ou mesmo se acreditou que era o verdadeiro pai da criança. Sabe-se, todavia, que, em seu testamento, escrito décadas depois, Vasconcellos, que se conservaria solteiro até o fim de seus dias, jamais reconheceu filho algum.

²⁷ FERRÃO, José Maria Dias. *João Brandão*. Porto: Litografia Nacional, 1928, p. 26. Devo ao amigo José Roberto Vasconcelos, genealogista e heraldista, descendente de uma irmã de Bernardo, a indicação dessa referência bibliográfica, provavelmente inédita na historiografia brasileira.

Nesse sentido, cumpre destacar que, no corpo de Vasconcellos, já começava a se manifestar, nessa época em que saiu eleito deputado, uma doença que, logo depois, viria a ser diagnosticada como *tabes dorsalis*. Comumente associada à sífilis, essa doença haveria de tolher, gradativamente, os movimentos de seus membros inferiores, causando-lhe, entre outras complicações, impotência sexual (razão pela qual estava canonicamente impedido de contrair matrimônio). Entende-se, assim, o porquê de ele haver se conservado celibatário, reunindo tempo e forças para os estudos e trabalhos pelos quais haveria de se tornar célebre. Essa morte lenta, que Vasconcellos padeceu no corpo, parece ter, em contrapartida, avivado-lhe o espírito. Antes, porém, de ser diagnosticada a sua doença, e de ouvir os sucessivos e funestos prognósticos que ele, uma crise após outra, haveria de burlar, até não mais ter forças para isso, tudo o que Vasconcellos tinha diante de si era um horizonte de incertezas – a começar pelo mal que o afligia, fonte de cruéis tormentos. Já havia, na alma deste jovem indômito, alguma cicatriz das chagas que lhe carcomiam a carne?

Assim se passou sua vida em Coimbra: marcada pelo enfado com seus professores e com as “velhas doutrinas” (eivadas de absolutismo monárquico) que estes ensinavam; conturbada por seus desregramentos e seus amores clandestinos. Após esse período, Vasconcellos foi ficar com seus tios em Lisboa, ao lado dos quais trabalhou como advogado. Terá, então, sob o influxo das doutrinas maçônicas, convivido com os homens que planejavam revolucionar o Reino Unido? Um de seus tios, Doutor Fernando Luiz, havia sido, no tempo em que Bernardo ainda era estudante em Coimbra, Grão Mestre do Grande Oriente Lusitano. Sabe-se que Vasconcellos, décadas depois, haveria de ser lembrado, pelos maçons brasileiros, como um de seus ilustres irmãos. O discurso igualitário maçônico, segundo o próprio Vasconcellos, condizia com o seu modo de pensar nesse período de sua vida. É de se supor que, estimulado pelo tio, Vasconcellos tenha sido recebido na Ordem, sendo iniciado em alguma Loja...

De volta ao Brasil em 1820, Vasconcellos colecionou frustrações em seus requerimentos à Coroa. Em petição dirigida a Dom João VI, pediu que, em contemplação aos serviços prestados por seu pai e seu tio à Coroa, fosse nomeado Juiz de Fora em Mariana (onde vivia sua família) ou em São João del-Rei (então a mais rica e vibrante povoação da Província de Minas), ou Juiz do Crime da Bahia. Se em nenhum desses lugares fosse possível o seu provimento, demonstrava contentamento em ser nomeado Juiz de Fora da Vila de Taubaté, na Província de São Paulo. Nenhum de seus pedidos foi atendido: foi, todavia, nomeado Juiz de Fora da Vila de Guaratinguetá, na dita Província de São Paulo. Essa nomeação não parece haver despertado grande entusiasmo em Vasconcellos: nomeado aos 24 de Junho de 1820, só veio prestar juramento, por intermédio de um procurador, aos 30 de Outubro, e a posse mesmo só veio a acontecer no dia primeiro de Janeiro do ano seguinte. Antes disso, porém, Vasconcellos ainda tentaria conseguir junto à Coroa a nomeação para o lugar de Ouvidor da Comarca de Ouro Preto, que lhe foi negado, em benefício do lisboeta Francisco Garcia Adjuto (com quem Vasconcellos acabou se desavindo naquelas eleições de 1824).

Foi curto o tempo em que, em Guaratinguetá, exerceu o lugar de Juiz de Fora, que, aliás, foi várias vezes interrompido por motivo de moléstia. Impossibilitado de continuar a servir, “pelas habituais moléstias que padece”, foi, ao fim, exonerado pelo então Ministro Jozé Bonifacio, aos 15 de Maio de 1822. De volta ao seio de sua família, sentindo-se recuperado daquela doença que ainda não havia revelado seu verdadeiro rosto (e que lhe oferecia, de tempos em tempos, certa trégua), Vasconcellos tentou regressar, em 1823, à magistratura. Não conseguiu. No ano seguinte, voltaria a pleitear o lugar de Ouvidor da Comarca de Ouro Preto, ou a Cadeira de Lógica na Imperial Cidade de Ouro Preto. Não conseguiu nenhum dos dois (dados a outras pessoas): nomearam-no, como consolo, Desembargador da Relação do Maranhão, lugar do qual não tomou posse (nem mesmo por intermédio de um procurador).

Eis o homem que, em 1824, saiu eleito para a Assembléia Geral do Império: enfadado com as “velhas idéias”; cheio de ambições, todas elas frustradas pela Coroa; travando combate com uma moléstia diante da qual não aceitava capitular.

Sabe-se também que, ao tempo de sua eleição, o jovem Vasconcellos nutria profundo ressentimento do Conselheiro de Estado Manoel Jacintho Nogueira da Gama, em quem enxergava um inimigo herdado de seu pai. Esses sentimentos, represados até então, transbordariam no ano seguinte, fazendo gemer os prelos da imprensa em Ouro Preto e no Rio de Janeiro. Essa desavença será abordada em outra parte. Cumpre, todavia, assinalar que, além desta indisposição particular com uma das principais figuras do grupo que se havia assenhoreado do Governo Imperial, havia uma outra divergência, de caráter eminentemente político, que contrapunha Vasconcellos ao núcleo do partido ministerial, que procurou orquestrar as eleições em Minas. Em relato autobiográfico, Vasconcellos haveria de revelar, anos depois, de que idéias estava então imbuído quando encetou sua carreira política:

Cheguei a capacitar-me de que o Poder Legislativo devia ser cometido a uma só assembléia popular; que dividi-lo por duas ou mais câmaras equivalia a consagrar todos os abusos, por serem tão difíceis as reformas; fora lançar peias à soberania nacional, que deve ser livre, absoluta, independente; produzir, enfim, a *aristocracia*, tão ofensiva dos direitos do homem. [...]

Os publicistas portugueses desenvolveram em mim o sentimento que repugna a toda e qualquer desigualdade, que se exaspera contra toda e qualquer distinção social. Cheguei a persuadir-me que *não só era possível, mas de rigoroso dever, passar-se o nível da mais perfeita igualdade sobre todas as cabeças*: horrorizava-me ver, em governos livres, ainda *a mais leve infusão do elemento aristocrático*. [...]²⁸

Como justificativa, Vasconcellos disse que sua indignação nascia por ele associar a expressão *aristocracia* à tentativa de fazer derivar o mérito de alguém do “nome e número dos seus avoengos, embora ele deslustre sua memória por atos deles indignos”. Naquele momento de sua vida, Vasconcellos julgava importante tornar, se não *exclusivo*, ao menos *preponderante* o elemento *democrático* na organização do Império.²⁹ É de se esperar, portanto, que esse entusiasmo *democrático*, esse desejo de “*passar-se o nível da mais perfeita*

²⁸ *O Parahybuna* (77), 04/03/1837, p. 3.

²⁹ *Idem, ibidem*.

igualdade sobre todas as cabeças”, estivesse associado à esperança de reformar a própria Constituição do Império (com o aniquilamento de quaisquer resquícios da “velha ordem” e das “velhas idéias”).

Nesse sentido, Vasconcellos se aproximava, doutrinariamente, do Padre Jozé Custodio Dias, do Coronel João Joze Lopes Mendes Ribeiro, e do Desembargador Manoel Ignacio de Mello e Souza, sobre os quais já se falou.

É importante lembrar que o Coronel João Lopes vivia, como Vasconcellos e parte de sua família, na capital provincial. Mantinham contato social e, possivelmente, tinham laços de amizade. Isso talvez explique o porquê de o antigo Secretário de Governo dos Capitães Generais servir como testemunha na Justificação de Vasconcellos, quando este, em 1820, pediu o lugar de Ouvidor da Comarca de Ouro Preto.³⁰

Também o Desembargador Manoel Ignacio, residente em Mariana, mantinha amizade com Vasconcellos e sua família, que contava com alguns de seus membros residentes na mesma cidade. Essa amizade era antiga: o tio e grande benfeitor de Manoel Ignacio, o também Desembargador Ignacio Jozé de Souza Rabello, havia sido padrinho de casamento dos pais de Vasconcellos. Em verdade, houve mesmo quem dissesse que o jovem Vasconcellos era criatura do Desembargador Manoel Ignacio. O redator do periódico sanjoanense *Astro de Minas*, na década seguinte, assim relataria a ascensão de Vasconcellos, sob os auspícios de Manoel Ignacio:

É sabido que o Sr. Mello e Souza, não apreciado como deveria ser pelo ex-Imperador [Dom Pedro I], de quem até sofrera perseguições, se abraçara com o *partido do progresso* – e, ligado com ele, fizera dura guerra a esse príncipe, cujo coração tão depressa fôra alienado dos princípios que, com tanta glória, professara na proclamação da nossa Independência, não podendo, por inexperiência, resistir às seduições dos áulicos [...]. À frente *desse partido, que o Poder tentava humilhar*, apareceu o Sr. Mello e Souza, e, por isso, se tornou o ídolo dos *Mineiros assaz zelosos dos princípios liberais*, que, julgavam, seriam derribados pelo Governo. Então, pôde o Sr. Mello e Souza tirar da obscuridade o Sr. Vasconcellos, cujos grandes talentos não eram ainda conhecidos, por ter sido pouco feliz no primeiro lugar de Magistratura que ocupara, em atenção aos partidos que dividiam os habitantes daquela Vila e Termo.³¹

³⁰ SOUSA, Octavio Tarquinio. *Op. cit.*, pp. 273-274.

³¹ *Astro de Minas* (1.198), 28/07/1835, p.1.

Há que se relativizar a “obscuridade” em que se encontrava Vasconcellos e o papel de Manoel Ignacio na eleição do mesmo para a Câmara dos Deputados. Comparado o desempenho de Manoel Ignacio nas urnas com o de Vasconcellos, vê-se que este se saiu muito melhor do que aquele. O nome de Vasconcellos foi mais votado do que o de Manoel Ignacio nos colégios de Ouro Preto, Mariana, Pitangui, São João del-Rei, Campanha, Tamanduá, Vila do Príncipe, Paracatu e São Romão. Manoel Ignacio saiu-se melhor apenas nos colégios de Sabará e Minas Novas. Seria o discípulo maior do que o mestre? A criatura maior do que o criador?

É preciso ter em vista que, quando o redator do *Astro de Minas* redigiu sua versão da estréia de Vasconcellos na política, a figura do Coronel João Joze Lopes havia caído em desgraça, razão pela qual se procurava omitir a lembrança de seu papel nessas eleições de 1824 e sua ligação com os “Mineiros assaz zelosos dos princípios liberais” que “o Poder tentava humilhar”. Em alguns pontos da Província, pode ter sido a influência do velho Secretário de Governo dos Capitães Gerais que assegurou a Vasconcellos e a Manoel Ignacio a votação que conseguiram (em Mariana, Minas Novas e São Romão, João Lopes saiu-se melhor do que seus outros dois aliados). Em Pitangui, João Lopes e Vasconcellos tiveram uma votação muito aproximada e superior à de Manoel Ignacio. Também a influência do Padre Jozé Custodio Dias pode ter ajudado a esses outros entusiastas da *forma democrática* de governo: este republicano assumido saiu-se melhor do que os outros nos colégios de Sabará, Campanha e Vila do Príncipe. Estas votações são, porém, bastante assimétricas. Homens com grandezas e histórias distintas, despertavam no eleitorado diferentes graus de entusiasmo. Tinham de comum: a indisposição dos homens que haviam se assenhoreado do leme do Estado, o voto dos insatisfeitos, e a expectativa de que pugnariam pela defesa e fortalecimento do *elemento democrático* presente na Constituição do Império...

O desempenho de Vasconcellos, todavia, surpreende porque, em se tratando de alguém que, supostamente, vivia na “obscuridade”, a votação que recebeu supera, de longe, a de figuras bem conhecidas pelo eleitorado mineiro: foi o quarto nome mais votado em toda a Província de Minas Gerais!!!...

Atribuir essa superioridade à influência de sua família não é uma resposta satisfatória. A influência familiar poderia justificar, em alguma medida, a votação que recebeu nos colégios de Ouro Preto, Mariana e Pitangui, com os quais sua família tinha ligações. Destes três lugares, em termos absolutos e proporcionais, foi melhor votado em Pitangui (para o que devem ter contribuído seus dois cunhados). Seu desempenho no colégio de Minas Novas foi também razoável: isso poderia ser explicado pela ascendência de seu tio materno, Padre Jozé de Souza Barradas, sobre seus paroquianos. Sabe-se também que, nessas eleições de 1824, uma irmã de Vasconcellos chegou a escrever para o Fiscal da Extração Diamantina, Caetano Ferraz Pinto, que fez parte do Colégio Eleitoral da Vila do Príncipe.³² A quantas pessoas mais, em outras partes da província, esta irmã de Vasconcellos não terá feito o mesmo pedido? Certamente ela não foi a única a pedir votos para o irmão, nem Vasconcellos foi o único nome a ter votos pedidos para si. Esta campanha eleitoral, feita por cartas particulares e conversações familiares, está hoje inacessível, ficando assim ocultos os fios deste complexo emaranhado social.

Será levantada aqui uma hipótese, ainda não explorada pela historiografia, e que se deixará em suspenso, que pode explicar a celebridade do “obscuro” Vasconcellos. Seu prestígio pode ter sido obtido pela redação do periódico ouropretano *Compilador Mineiro* – seja como redator-chefe, ou simples colaborador.

Não ficou registrado, como já se disse, quem foi o redator desta folha. Mas há alguns elementos que a ligam ao jovem Vasconcellos.

³² “Acontecimentos e costumes do Tijuco (Diamantina em 1826”, in: *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Anno III, Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1898, p.114.

Da *Officina Patricia de Barboza e Companhia* saiu o *Compilador Mineiro*. Essa tipografia era obra conjunta do Capitão Manoel Joze Barboza e do Padre Jozé Joaquim Viegas de Menezes. Cumpre lembrar que, anos antes, o Padre Viegas havia construído uma tipografia, a pedido do Governador da Capitania de Minas Gerais, Pedro Maria Xavier de Athaide e Mello, para imprimir o poema laudatório que lhe havia sido oferecido justamente pelo Doutor Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos, pai de Bernardo... Se pai e filho se beneficiaram do fruto do trabalho do Padre Viegas, isso não se sabe ainda: mas o Padre Viegas esteve ao lado de Bernardo na mesa diretora do colégio eleitoral de Ouro Preto, servindo ambos como secretários.

O redator do *Compilador Mineiro*, já em seu primeiro número, demonstrava grande preocupação com o cumprimento da Lei de Imprensa, da qual se mostrava conhecedor e se fazia explicador. Se, por um lado, oferecia seu periódico a colaboradores que desejassem denunciar os maus empregados públicos (e Vasconcellos haveria de ganhar a alcunha de “acusador universal”), por outro lado, o redator do *Compilador* dava provas sobejas de ser um jurisconsulto, circunscrevendo sua ação nos limites da lei. Isso ficaria ainda mais evidente quando se pôs a discutir o Projeto do Tribunal do Júri, que vinha sendo debatido na Constituinte: não fugindo da polêmica, desafiou a opinião geral, opondo-se a esta instituição, nos termos em que ela vinha proposta (opinião que Vasconcellos haveria de externar, futuramente, na Câmara dos Deputados).³³

O uso do sarcasmo (pelo qual Vasconcellos se tornou célebre) ao criticar o procedimento dos Andradas no Ministério e na imprensa; as denúncias contra as ações da Santa Aliança (que seriam objeto de inúmeras críticas de Vasconcellos); o desprezo pelo Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz (a quem Vasconcellos tampouco poupava, anos depois); o emprego de ameaças veladas contra seus adversários (recurso que

³³ Vide as Sessões da Câmara dos Deputados de 8 e 9 de Maio de 1828.

haveria de ser bastante utilizado nos periódicos sob a influência de Vasconcellos); a simpatia pela doutrina liberal de matiz *democrática* (que caracteriza o pensamento de Vasconcellos nesse período); a preocupação e o conhecimento demonstrados no artigo em que contrastava os ordenados dos empregos da Magistratura na Província de São Paulo (onde Vasconcellos iniciou sua malsucedida carreira de magistrado) com os seus equivalentes na Província de Minas Gerais (onde Vasconcellos esperava se empregar); a transcrição que fez de um trabalho do Doutor Diogo (pai de Vasconcellos); a interrupção, na publicação da folha, ocasionada pela saúde debilitada de seu redator (situação vivida por Vasconcellos já nesse período) – todos estes elementos, combinados, podem apontar uma explicação para o favoritismo do “obscuro” Vasconcellos nesta eleição.

É interessante notar como, coisa de uma semana após a apuração da eleição em Ouro Preto (que consolidou o ciclo iniciado em São João del-Rei, Sabará e Mariana, com resultados decepcionantes para Vasconcellos e seus aliados), o redator do *Compilador Mineiro* voltou a publicar sua folha, em tom mais ácido, e enfrentando a *Abelha do Itaculuny*.³⁴ Dias após a apuração dos votos prestados na Província (que conferiu a Vasconcellos as dignidades de Promotor de Justiça da Comarca de Ouro Preto, Suplente do Conselho de Governo, Membro do Conselho Geral da Província, Deputado pela Província à Assembléia Geral do Império), o redator do *Compilador* cessou a publicação de sua folha.³⁵ Coincidência?

Enquanto não se instalou a Assembléia Geral, toda e qualquer folha que começava a ser publicada em Ouro Preto era imediatamente ligada ao nome de Vasconcellos. Ele precisou vir a público, em duas ocasiões, a fim de negar a autoria que lhe era atribuída pela voz pública. Foi o que aconteceu no caso dos periódicos *Companheiro do Conselho* e *O Universal*.³⁶ Que fatos anteriores poderiam alimentar essa suspeita geral?

³⁴ *Abelha do Itaculuny* (78), 09/07/1824, p. 312; *Abelha do Itaculuny* (91), 09/08/1824, p. 362.

³⁵ *Abelha do Itaculuny* (127), 01/11/1824, p. 508.

³⁶ *O Universal* (11), 10/08/1825, p.43; *O Universal* (88), 06/02/1826, p.351.

Além disso, Vasconcellos foi muito mais bem sucedido longe de casa (Tamanduá, Campanha, Paracatu, e Minas Novas) do que nos colégios que lhe eram mais familiares (Ouro Preto e Mariana). Por qual meio seu nome se fizera conhecido nesses lugares? Além de ser o quarto nome mais votado na Província para a Câmara dos Deputados, foi também o oitavo nome mais lembrado para compor o Conselho de Governo (embora não tenha recebido um único voto em Ouro Preto), e o sétimo nome mais votado para o Conselho Geral de Província (votação essa para a qual tampouco contribuíram os eleitores reunidos em Ouro Preto). Mesmo sua eleição para Promotor de Justiça da Comarca de Ouro Preto só foi possível graças ao apoio que recebeu do eleitorado reunido em Mariana...

Enfim, concluídas as eleições para a Assembléia Geral do Império na Província de Minas Gerais, tornou-se necessário esperar. Cabia ao Imperador nomear, a partir da lista tríplice, os nomes para o Senado e, convocando a Assembléia, permitir que a Câmara dos Deputados também se organizasse. A câmara vitalícia seria de feitura do Governo Imperial, mas a câmara temporária seria composta por aqueles nomes que acabavam de ser sufragados pelo eleitorado disperso pela Província (descontados os que se mostrassem incompatíveis, falecidos ou buscassem dispensa). Nela, a despeito dos esforços do partido ministerial, algumas candidaturas independentes e de oposição conseguiram sagrar-se vitoriosas. O resultado destas eleições haveria de ser relembrado, na década posterior, da seguinte maneira, por um dos auto-proclamados “Mineiros assaz zelosos dos princípios liberais” que “o Poder tentava humilhar”:

A tormenta das eleições chegou: tinha-se de eleger os Deputados para a 1ª Legislatura, em conformidade com a Constituição. Por um lado, o Poder *queria dominá-las* e, com efeito, *dominou*; a massa geral da nação, aterrada com os males que aconteceram aos Deputados Constituintes, julgou que não deveria nomear para Deputados os melhores patriotas, para os não perder. Enfim, *saíram as coisas a aprazimento do Governo*; e a 1ª Legislatura do Brasil principiou seus trabalhos com pé vacilante. Mas, pouco a pouco, foi aparecendo o espírito público, as discussões dessa mesma Câmara foram esclarecendo a Nação, porque aí existiam *alguns patriotas* que, sem acobardarem-se, levantaram a voz e defenderam as garantias que nos outorgava a Constituição.³⁷

³⁷ *O Universal* (1.018), 18/04/1834, p.1.

PARTE II:

O DESENVOLVIMENTO DOS PARTIDOS

NA ASSEMBLÉIA GERAL DO IMPÉRIO

CAPÍTULO 3:

A CÂMARA VITALÍCIA

Os primeiros titulares do Império

Como parte dos preparativos para a instalação da Assembléia Geral Legislativa, Dom Pedro I procedeu à nomeação dos Senadores das Províncias do Império do Brasil, conforme disposto no § 1º do art. 101 da Carta Constitucional. A partir das listas que lhe foram remetidas pelas dezenove províncias em que estava dividido o Império, deveria o Imperador escolher, entre as cento e cinquenta indicações ali feitas, os cinquenta nomes com os quais desejava compor a câmara vitalícia da Assembléia Geral. A escolha desses nomes, feita com o auxílio do Conselho de Estado, envolveu muita ponderação e alguma chicana, sendo concluída aos 22 de Janeiro de 1826 (pouco depois de uma mudança ministerial).¹

Antes, porém, de ser criada a *aristocracia política* do Império, havia se procedido à criação dos primeiros títulos nobiliárquicos do Brasil. Até então, a Cidade do Rio de Janeiro era uma Corte praticamente sem titulares. Isso se explica porque, durante o processo de dissolução do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a maior parte da nobreza titulada migrou para o Reino de Portugal. No ano de 1817², antes que eclodissem os primeiros movimentos armados com o intuito de revolucionar o mundo lusófono, sua nobreza titulada era então composta por três Duques, trinta e um Marquesses (dos quais apenas oito se encontravam no Brasil)³, quarenta e cinco Condes (dezesesseis deles no Brasil)⁴, vinte Viscondes (sete deles no Brasil)⁵, e oito Barões (três deles no Brasil)⁶. A antiguidade desses

¹ TAUNAY, Affonso d'Escagnolle. *O Senado do Império*. São Paulo: Livraria Martins, 1941, pp. 63-81.

² “Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1817”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 270. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1967, pp.219-227.

³ Eram eles os Marquesses de Angeja, Bellas, Lavradio, Torres Novas, e Vallada; as Marquesas de Lumiares, e São Miguel (todos os sete residentes na Corte do Rio de Janeiro); e o Marquês de Alegrete (na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul).

⁴ Eram eles os Condes de Avintes, Barca, Belmonte (1º e 2º), Cavalleiros, Figueira, Louzã, Paraty, Ponte, Ribeira Grande, Valladares, Vianna, e Villa Flor (todos os trezes residentes na Corte do Rio de Janeiro). Na Bahia, residia o Conde dos Arcos; em São Paulo, o Conde de Palma; e, no Rio Grande do Sul, o Conde de Linhares.

⁵ Eram eles os Viscondes de Andaluz, Asseca, Barbacena, Magé, Mirandella, e Villa Nova da Rainha; e a Viscondessa do Real Agrado (todos os sete residentes na Corte do Rio de Janeiro).

⁶ Eram eles os Barões do Rio Seco, São Lourenço, e a Baronesa de São Salvador de Campos (todos os três residentes na Corte do Rio de Janeiro).

títulos variava muito: havia desde os multisseculares até os que mal haviam completado uma década desde sua criação. Dois terços deles gozavam do tratamento de Grandes do Reino.⁷

Falecidos alguns desses titulares (com a sucessão por seus herdeiros ou com a extinção dos títulos), elevados outros, após a ruptura com Portugal, optaram por permanecer no Brasil apenas o Conde de Palma (Dom Francisco de Assiz Marcarenhas), o Visconde de Mirandella (Antonio Doutel de Almeida), o Visconde do Rio Seco (Joaquim Jozé de Azevedo), a Baronesa de São Salvador (Dona Anna Francisca Maciel da Costa), o Barão de Laguna (Carlos Frederico Lecór), o Barão de Santo Amaro (Jozé Egydio Alvares de Almeida), o Barão de São João Marcos (Pedro Dias Paes Leme), o Barão de São Simão (Paulo Fernandes Carneiro Vianna), o Barão de Itanhaém (Manoel Ignacio de Andrada de Soutto Mayor), e o Barão de Bagé (Paulo Jozé da Silva Gama). Destes, o único que gozava do tratamento de Grande era o Conde de Palma, fidalgo de uma família aparentada com a Casa de Bragança, mas titulado havia pouco mais de uma década (Carta Régia de 26 de Outubro de 1810). Todos os mais, igualmente titulados por Dom João VI depois que se transferiu para o Brasil, eram titulares sem foros de Grandeza ou antiguidade.

É verdade que, desde que foi aclamado Imperador do Brasil, Dom Pedro procurara agraciar algumas figuras com títulos nobiliárquicos: concedera ao baiano Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, rico proprietário que contribuiu com os esforços de guerra, o título de Barão da Torre de Garcia d'Avila (Decreto Imperial de 1º de Dezembro de 1822); ao escocês Thomas Cochrane, a quem coube organizar e comandar as forças marítimas brasileiras, o título de Marquês do Maranhão (Decreto Imperial de 12 de Outubro de 1823), título sobre o qual se tentou levantar polêmica na Assembléia Constituinte; ao pernambucano Francisco Paes Barreto, por sua atuação no combate à Confederação do Equador, o título de

⁷ Sobre os Grandes em Portugal, vide: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. "Os rendimentos da aristocracia portuguesa na crise do Antigo Regime". In: *Análise social*, vol. XXVI (111), 1991 (2º), pp. 361-384; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elites e Poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. (2ª ed.) Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Crepúsculo dos Grandes: a Casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

Visconde do Recife (Decreto Imperial de 12 de Outubro de 1824); aos baianos Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque (irmão mais novo do Barão da Torre de Garcia d'Avila) e Joaquim Ignacio de Siqueira Bulcão, potentados locais na Província da Bahia, os títulos de Barão de Jaguaripe e Barão de São Francisco (Decreto Imperial de 1º de Dezembro de 1824); ao piauiense Manoel de Souza Martins, potentado local que não poupou esforços por unir a Província do Piauí ao Império do Brasil, o título de Barão de Parnahyba (Decreto Imperial de 4 de Abril de 1825); e ao lisboeta Carlos Frederico Lecór (já agraciado por Dom João VI com o título de Barão de Laguna), militar engajado na luta para conservar a Cisplatina sob domínio brasileiro, o título de Visconde de Laguna (Decreto Imperial de 4 de Abril de 1825). Essas concessões, contudo, foram casos isolados, prêmios conferidos aos esforços da guerra de independência e consolidação do Império: em nada se comparam ao deliberado trabalho de engenharia social, levado a cabo em fins de 1825, por meio do qual o Imperador, a fim de dar maior lustre a sua Corte, procurou ampliar a até então diminuta classe titulada existente no Brasil.

Numa única data (12 de Outubro de 1825, comemoração de seu vigésimo sétimo aniversário natalício), o Imperador elevou o Conde de Palma à dignidade de Marquês, e o Barão de Santo Amaro (seu Conselheiro de Estado) à dignidade de Visconde – dignidade essa a que foram elevadas outras dezoito pessoas (metade delas seus Conselheiros de Estado). Mais vinte e duas pessoas receberam o título de Barão. Outros tantos receberam condecorações diversas. Ainda que fossem comuns, no Antigo Regime, as concessões de graças nas datas festivas da Corte, vê-se, nesse ato do Imperador, o propósito de se dotar o Brasil de uma classe nobiliárquica titulada – que, até então, de uma maneira geral, vinha se mostrando, no nascente Império, insignificante em termos numéricos e políticos (isto é, se comparados às numerosas figuras não-tituladas em ascensão econômica e política).

Os titulares mais graduados na Corte do Brasil eram, pois, os Marqueses do Maranhão (Thomas Cochrane) e o Marquês de São João da Palma (Dom Francisco de Assiz Mascarenhas), ambos quadragenários e com anos de serviços prestados à Coroa.

Em seguida, vinham vinte e três Viscondes (nenhum com tratamento de Grande) – em sua grande maioria, homens com o mesmo perfil (servidores do Estado que já passavam da meia-idade). Entre estes, porém, havia figuras que nunca haviam recebido o tratamento de fidalgos, tendo origem bastante modesta, e uma vida de serviços prestados à Coroa praticamente restrita à repartição pública na qual haviam trabalhado antes de serem alçados ao leme do Estado (categoria em que se enquadram alguns dos Conselheiros de Estado). Entre os mais jovens, e sem os anos de serviços prestados à Coroa que justificavam a titulação dos mais velhos, aparecem algumas figuras outrora ligadas à Casa Real (depois da Aclamação de Dom Pedro, convertida em Casa Imperial). A grande “pedra de escândalo” entre esses “novos titulares” foi, porém, a Viscondessa de Santos, título com o qual veio a ser agraciada uma das amantes do Imperador, Dona Demitília de Castro Canto e Mello.

Por fim, servindo de base à classe titulada, vinham trinta Barões. A imensa maioria era composta por figuras que passavam da meia-idade e residiam na Corte. Em seguida, vinham os potentados locais, quase que exclusivamente baianos (agraciados com os títulos de Torre de Garcia d’Avila, São Francisco, Jaguaripe, Rio das Contas, e Maragogipe). O único potentado não-baiano a ser agraciado com um título nobiliárquico foi o piauiense Manoel de Souza Martins (tornado Barão de Parnahyba). Os demais agraciados que não residiam na Corte estavam todos a serviço do Ministério nas Províncias: três militares – um a serviço no Pará (Barão de Bagé), dois no Rio Grande do Sul (Barões de Pelotas, e Serro Largo) – e dois civis. Tratavam-se estes do Presidente da Província de Minas Gerais (o mineiro Jozé Teixeira da Fonseca Vasconcellos, agraciado com o título de Barão de Caethé) e do Presidente da

Província de São Paulo (o também mineiro Lucas Antonio Monteiro de Barros, agraciado com o título de Barão de Congonhas do Campo).

Alguns desses nomes, agraciados com títulos nobiliárquicos, haveriam de ser novamente contemplados pelo Imperador no trimestre seguinte, quando da escolha dos membros da câmara vitalícia da Assembléia Geral.

A cúpula do Governo Imperial

No biênio que se seguiu à dissolução da Assembléia Geral Constituinte, quinze homens se revezaram nos Gabinetes Ministeriais: os dez Conselheiros de Estado e cinco outras figuras – que ainda não faziam parte desse seleto grupo, com o qual se havia cercado o jovem Imperador.

O Conselho de Estado – que redigiu o texto da Carta Constitucional e participou do processo de escolha dos Senadores das Províncias – era composto por cinco baianos, três mineiros e dois fluminenses. Todos haviam sido agraciados, em 1825, com o título de Visconde. Destes, o que parece ter merecido a confiança do Imperador por mais tempo foi o fluminense Marianno Jozé Pereira da Fonseca (Visconde de Maricá), que passou mil e quarenta e dois dias à frente da Pasta da Fazenda. Em seguida, aparece o também fluminense Francisco Villela Barboza (Visconde de Paranaguá), que por oitocentos e três dias esteve entre os Ministros de Estado (tendo ocupado as Pastas dos Negócios Estrangeiros, da Guerra e da Marinha). O baiano Clemente Ferreira França (Visconde de Nazareth) esteve por setecentos e quarenta e um dias à frente da Pasta da Justiça. O também baiano Luiz Jozé de Carvalho e Mello (Visconde da Cachoeira), por sua vez, passou seiscentos e oitenta e nove dias como Ministro dos Negócios Estrangeiros. O mineiro João Severiano Maciel da Costa (Visconde de Queluz) esteve à testa do Ministério dos Negócios do Império por trezentos e trinta e um dias, sendo exonerado – a contragosto do próprio Imperador – como punição por

haver prevaricado. O também mineiro João Gomes da Silveira Mendonça (Visconde do Fanado) passou duzentos e cinquenta e um dias à frente da Pasta da Guerra. O baiano Jozé Egydio Alvares de Almeida (Visconde de Santo Amaro) ocupou a Pasta dos Negócios Estrangeiros por cinquenta e sete dias. Além desses, ao tempo da escolha dos Senadores do Império, haviam voltado ao Ministério o mineiro Manoel Jacintho Nogueira da Gama (Visconde de Baependy), na Pasta da Fazenda, e o baiano Jozé Joaquim Carneiro de Campos (Visconde de Caravellas), na Pasta da Justiça. Tanto Baependy como Caravellas já haviam sido Ministros de Estado antes da dissolução da Constituinte: durante cento e quinze dias, Baependy esteve à frente dos Negócios da Fazenda, e Caravellas dos Negócios do Império e Estrangeiros. Acompanhava-os, agora, o baiano Antonio Luiz Pereira da Cunha (Visconde de Inhambupe), chamado pela primeira vez para o Ministério, ocupando a Pasta de Estrangeiros.

Ao lado desses dez homens, que se revezavam no manejo do Governo Imperial, esteve também o mineiro Estevão Ribeiro de Rezende (agraciado com o título de Barão de Valença), que passou trezentos e oitenta e nove dias à frente do Ministério dos Negócios do Império. Foi sucedido por seu conterrâneo Felisberto Caldeira Brant Pontes (Visconde de Barbacena), que ocupou ainda a Pasta da Fazenda, perfazendo um total de setenta e dois dias como Ministro de Estado. Além desses dois mineiros, dois *brasileiros adotivos*, nascidos no Reino de Portugal, fizeram parte do Ministério: o Desembargador Sebastião Luiz Tinoco da Silva e o Conselheiro João Vieira de Carvalho (agraciado com o título de Barão de Lages). Lages esteve à frente do Ministério da Guerra por novecentos e treze dias, e Tinoco à frente do Ministério da Justiça por sessenta dias. Por fim, o paulista Jozé Felicianno Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo), que ocupou a Pasta do Império por sessenta dias. Estes cinco homens, ainda que não fizessem parte do Conselho de Estado como membros vitalícios, acabaram por se aproximar dele de tal forma que, nos anos seguintes, acabariam sendo assimilados, quer como membros efetivos, quer como honorários.

“Uniforme dos Ministros”,
por Jean-Baptiste Debret (1768-1848).

“Alto personagem brasileiro beijando a mão do Imperador, o qual conversa com um Oficial de sua guarda”,
por Jean-Baptiste Debret (1768-1848).

Tais homens (que, é importante lembrar, foram os responsáveis pela redação da Carta Constitucional e que aconselharam ao Imperador como deveria ser composta a câmara vitalícia da Assembléia Geral) eram conhecidos e companheiros de longa data.

Pertenciam quase todos a uma mesma geração. Eram sexagenários os Viscondes de Inhambupe, Cachoeira, e Baependy; cinqüentenários os Viscondes de Santo Amaro, Queluz, Paranaguá, Caravellas, Maricá, e Nazareth; sendo o mais jovem do grupo o Visconde do Fanado, ainda quadragenário. Dos Ministros que não faziam parte do Conselho de Estado como membros vitalícios, o mais velho era o Desembargador Sebastião Luiz Tinoco da Silva, então sexagenário. Em seguida, vinham os Viscondes de Barbacena e de São Leopoldo, cinqüentenários. Os mais jovens eram os Barões de Valença e de Lages, quadragenários.

Haviam sido contemporâneos e colegas de curso em Coimbra, com pequeno intervalo de diferença, os Viscondes de Cachoeira, Inhambupe, e Santo Amaro, que se formaram em Leis. Quando o primeiro desses se formava, chegou a Coimbra o Visconde de Baependy, que cursou Filosofia e Matemática – cursos em que também se formaram, pouco tempo depois, os Viscondes de Maricá e Paranaguá. Nesse mesmo período, sucederam-se, no curso de Leis, os Viscondes de Queluz, Nazareth, e Caravellas (sendo o primeiro titulado também em Cânones). Destes, só não se formou em Coimbra o Visconde do Fanado, que estudou Ciências em Lisboa. Quanto aos Ministros que não eram membros vitalícios do Conselho de Estado, à exceção do Visconde de Barbacena e do Barão de Lages (que fizeram carreira nas forças armadas), todos os demais ingressaram na magistratura após cursarem Leis em Coimbra, em períodos distintos.

Todos serviram à Coroa, quer como magistrados (Tinoco, Cachoeira, Inhambupe, Queluz, Nazareth, São Leopoldo, e Valença), quer como militares (Baependy, Paranaguá, Barbacena, Fanado, e Lages), quer como empregados das Secretarias de Estado no tempo de Dom João VI (Santo Amaro, Caravellas, e Maricá). Seis deles (Inhambupe, Cachoeira, Santo

Amaro, Queluz, Baependy, e Maricá) eram homens em quem Dom João VI depositava tamanha confiança que, diante das reivindicações constitucionalistas, foram pelo Rei nomeados para representar a Coroa numa Junta de Cortes a ser realizada no Rio de Janeiro em 1821, com poderes para adaptar ao Reino do Brasil e às Ilhas a Constituição que em Lisboa se fizesse (essa Junta não chegou a ser formada por se ter optado pelo envio de Deputados das Províncias do Reino do Brasil às Cortes de Lisboa).

À exceção de três deles (Paranaguá, Maricá, e Nazareth), todos os demais membros do Conselho de Estado participaram da Assembléia Geral Constituinte. Todavia, antes mesmo de assumirem seus lugares como deputados na Constituinte, seis deles (Cachoeira, Baependy, Santo Amaro, Caravellas, Nazareth, e Fanado) já haviam participado dos debates sobre a organização do Governo Imperial nas reuniões secretas da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz. Destes, dois (Caravellas, e Santo Amaro) haviam inclusive sido membros da comissão que, nessa sociedade secreta, esboçou o Projeto de Constituição, posteriormente apresentado e defendido na Constituinte. Na Constituinte, participou da comissão redatora do Projeto Constitucional o Visconde de Inhambupe, que os Andradas não haviam admitido na Nobre Ordem, mas que, nem por isso, deixava de ter amigos entre os Cavaleiros de Santa Cruz. Como Conselheiros de Estado, todos os dez participaram do acabamento dessa obra de engenharia institucional, há muito discutida entre eles, que foi adotada como Constituição do Império.

Vale lembrar que a Constituição redigida pelo Conselho de Estado baseara-se no Projeto que havia sido aprovado na Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz e apresentado na Assembléia Geral Constituinte do Império. Dizia o jovem Imperador, que, naquele Projeto (convertido em Constituição), estavam exarados seus sentimentos constitucionais, seu amor pelo Brasil e sua filantropia. Ainda segundo suas próprias palavras, aquele texto “seguramente é digno do Monarca e do generoso Povo Brasileiro”, pois, a seu ver, atendia os requisitos que

o próprio Imperador expusera na abertura da Assembléia Geral Constituinte: o de que a Constituição a ser adotada no Império do Brasil deveria colocar “barreiras inacessíveis ao despotismo, quer Real, quer Aristocrático, quer Democrático”. Isto é,

Uma Constituição em que os três Poderes sejam bem divididos, de forma que não possam arrogar direitos que lhe não compitam; mas que sejam de tal modo organizados e harmonizados, que se lhes torne impossível, ainda pelo decurso do tempo, fazerem-se inimigos, e cada vez mais concorram de mãos dadas para a felicidade geral do Estado. (Sessão de 3 de Maio de 1823, Vol. I, p. 18)

Foi o próprio Jozé Joaquim Carneiro de Campos (então Visconde de Caravellas), que participou da redação do Projeto de Constituição na Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz e coordenou os trabalhos do Conselho de Estado, quem explicou quais eram os seus princípios políticos. Dizia-se partidário da Monarquia Constitucional Representativa (também chamada de Monarquia temperada). Segundo sua própria definição, inspirada na taxonomia política empregada por Aristóteles (autor cujo nome Carneiro de Campos havia adotado simbolicamente quando ingressou na Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz) e desenvolvida por autores clássicos posteriores, tais como Políbio e Cícero: “a Monarquia [Constitucional] Representativa é um Governo misto, que se combina umas vezes com elementos democráticos, outras vezes com a Aristocracia e Democracia juntamente” (Sessão de 26 de Junho de 1823, Vol. I, p.299).

Segundo Caravellas, não era a plenitude do *poder executivo*, com que se investia uma pessoa, o que fazia dela um *Monarca* – pois essa autoridade era “meramente passiva, estritamente limitada à execução da vontade do *poder legislativo*”. A seu ver, duas condições eram necessárias para que se verificasse, no Brasil, a Monarquia Constitucional Representativa:

1ª Que, na formação das Leis, o Monarca tenha tal influência que possa contrabalançar as Resoluções do Poder Legislativo, e que a sua Autoridade seja capaz de forçá-lo a não sair dos limites dos seus poderes e a encerrar-se no texto da Constituição;

2ª Que, da outra parte, os Representantes da Nação, em que muito principalmente reside o Poder Legislativo, concorram com o Monarca na criação da Lei, e modifiquem ou temperem a Autoridade do Monarca. (Sessão de 26 de Junho de 1823, Vol. I, p. 300)

O poder de legislar, pois, acabou sendo dividido entre o Imperador (hereditário e vitalício), os membros da Câmara de Senadores (eletivos e vitalícios) e os membros da Câmara de Deputados (eletivos e temporários). Por meio de tal iniciativa, o Imperador e seu Conselho de Estado procuraram criar “barreiras inacessíveis ao despotismo, quer Real, quer Aristocrático, quer Democrático”, de forma a organizar e harmonizar os três poderes (Monárquico, Aristocrático, e Democrático) de tal maneira “que não possam arrogar direitos que lhe não compitam” e “se lhes torne impossível, ainda pelo decurso do tempo, fazerem-se inimigos”. O poder monárquico era conferido, “por graça de Deus” (princípio transcendente) e “unânime aclamação dos povos” (princípio imanente), ao Imperador – dignidade essa, conforme já se disse, hereditária e vitalícia. O poder democrático pertencia aos cidadãos reunidos em assembléia (primeiro as Assembléias Paroquiais, de que resultavam as Assembléias Eleitorais, que tinham por fim a Assembléia Geral Legislativa do Império). A partir de um acordo firmado entre os cidadãos (poder democrático) e o Imperador (poder monárquico), emergia um intermediário entre os dois: os membros da câmara vitalícia dos Senadores (poder aristocrático). Assim se organizou a Monarquia Constitucional Representativa no Brasil: “um Governo misto”, conforme o sintetizou Caravellas, em que a Monarquia “se combina [...] com a Aristocracia e Democracia juntamente”.

Evidentemente que esse entendimento da Monarquia Constitucional Representativa, tal como desejava o Imperador e seu Conselho de Estado, não foi ponto pacífico entre os publicistas e pensadores políticos daquele tempo.

Os adeptos da Monarquia Absoluta aceitavam a investidura do Monarca, vitalício e hereditário, mas desprezavam ou rejeitavam o emergente poder democrático (que, na cultura assembleísta que se formou, culminava na Assembléia Geral do Império). Identificavam-se como Monarquistas, mas seus adversários os chamavam de Absolutistas (a fim de distinguir o tipo de Monarquia que estes desejavam da Monarquia Constitucional Representativa que

defendiam). Eram também alcunhados, pejorativamente, de *Corcundas* (por viverem curvados em reverência ao Monarca) ou *Servis*.

Os adeptos da Democracia Absoluta (também chamada República), por sua vez, defendiam o princípio de que a única autoridade legítima era aquela conferida pelos votos dos cidadãos reunidos em assembleia. Por isso, desprezavam argumentos de ordem transcendental (por exemplo: a investidura divina como princípio legitimador da Monarquia) e a idéia de uma ordem social fundamentada na desigualdade dos homens (ao que associavam a Aristocracia). Alguns partidários dessa corrente política, mais transigentes, até admitiam a Monarquia Constitucional Representativa – razão pela qual nem todos se apresentavam publicamente como Democratas ou Republicanos (epítetos assumidos apenas por uma minoria, vista como mais exaltada). A Monarquia Constitucional Representativa tal qual concebiam, todavia, limitava-se a uma combinação entre Monarquia e Democracia: excluía desse arranjo constitucional qualquer idéia de Aristocracia. A própria Monarquia, na perspectiva dessa corrente, se justificava pelas circunstâncias políticas então vividas (os “costumes e gênio” da “presente geração”). Aceitavam, assim, uma Monarquia limitada – isto é, limitada pelo poder democrático, sobretudo porque viam a própria Monarquia brasileira como obra democrática (“unânime aclamação dos povos”). Nesse sentido, grande importância atribuíam à Assembleia Geral do Império – sobretudo a Câmara dos Deputados, de feitura exclusiva dos cidadãos reunidos em assembleias (sem a ingerência do Imperador) e dela dependente (por seu caráter temporário). Por desejarem impor limites à Monarquia e rejeitarem a Aristocracia, os partidários dessa corrente eram pejorativamente chamados de *Jacobinos*, em alusão aos revolucionários franceses que condenaram seu rei à morte e instituíram a forma republicana de governo.

Que houve, da parte do Governo Imperial, a tentativa de se criar um corpo aristocrático no Império do Brasil com a câmara vitalícia dos Senadores, isto é algo atestado

pelo próprio Imperador, e pelos Conselheiros de Estado que redigiram a Constituição do Império. Confirmam-no ainda os periódicos então publicados na Corte e nas Províncias: se ligados ao Ministério, defendiam a medida; se ligados à Oposição, combatiam-na. Esse debate será comentado mais adiante. Por ora, basta destacar que, tão logo foram criados os primeiros titulares do Império, passou-se, no trimestre seguinte, à nomeação dos membros do Senado. Era o nascimento da Aristocracia do Império do Brasil, sob os auspícios do Imperador Dom Pedro I.

A aristocracia do Império

A nomeação dos Senadores das Províncias do Império foi algo que envolveu muito cálculo político da parte do Imperador e seus Conselheiros de Estado. Nas listas que lhes haviam sido remetidas pelas dezenove províncias, havia cento e cinquenta indicações, entre as quais era preciso escolher cinquenta (e, portanto, rejeitar as demais). Os escolhidos, pelo resto de suas vidas, participariam do processo de confecção das leis do Império; e julgariam os crimes de responsabilidade pelos quais os Ministros e Conselheiros de Estado fossem acusados pela Câmara dos Deputados, seus delitos individuais, bem como os cometidos pelos membros da Família Imperial, Senadores e Deputados em exercício do mandato. Os Senadores, a serem escolhidos, também seriam responsáveis pela convocação da Assembléia Geral, em casos extraordinários – tais como a não convocação pelo Imperador no prazo determinado pela Constituição; ou quando, falecendo o Imperador, fosse necessário eleger uma Regência para o Império.

Planejava-se, pois, conferir à aristocracia brasileira, a ser instalada no Senado, importante participação nas funções deliberativas e judiciais da Nação. Uma vez aclamada pelo elemento democrático (pelo ato da eleição) e pelo elemento monárquico (pelo ato da

nomeação), ela disporia de autonomia bastante para agir de maneira independente com relação a um e outro.

Todos os Conselheiros de Estado, que auxiliaram o Imperador na escolha dos Senadores das Províncias do Império, tomaram assento na câmara vitalícia. Dos Ministros de Estado, o único que, não sendo Conselheiro de Estado, tampouco foi nomeado Senador (por não ter sido apresentado por província alguma), foi o Conselheiro João Vieira de Carvalho (Barão de Lages), *brasileiro adotivo* ao qual se havia confiado a Pasta da Guerra.

O mineiro João Severiano Maciel da Costa (Visconde de Queluz), que apareceu nas listas remetidas por seis províncias (Piauí, Pará, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro, e Pernambuco), tomou assento como Senador pela Província da Paraíba (na qual ocupara, décadas antes, o lugar de Ouvidor).

O baiano Antonio Luiz Pereira da Cunha (Visconde de Inhambupe), que apareceu nas listas remetidas por quatro províncias (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, e Pernambuco), tomou assento como Senador pela Província de Pernambuco (na qual ocupara, décadas antes, o lugar de Ouvidor).

O baiano Jozé Egydio Alvares de Almeida (Visconde de Santo Amaro), que apareceu nas listas remetidas por quatro províncias (Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais, e Rio de Janeiro), tomou assento como Senador pela Província do Rio de Janeiro (na qual residia havia décadas).

Os baianos Jozé Joaquim Carneiro de Campos (Visconde de Caravellas) e Luiz Jozé de Carvalho e Mello (Visconde da Cachoeira), que apareceram nas listas remetidas por três províncias (Bahia, Rio de Janeiro, e Minas Gerais), tomaram assento como Senadores pela Província da Bahia. Também o baiano Clemente Ferreira França (Visconde de Nazareth), que apareceu nas listas remetidas por duas províncias (Bahia, e Minas Gerais), tomou assento como Senador por sua província natal.

O mineiro Manoel Jacintho Nogueira da Gama (Visconde de Baependy) e o fluminense Marianno Jozé Pereira da Fonseca (Visconde de Maricá), que apareceram nas listas remetidas por duas províncias (Minas Gerais, e Rio de Janeiro), tomaram assento como Senadores por suas respectivas províncias natais.

Já o mineiro João Gomes da Silveira Mendonça (Visconde do Fanado) e o fluminense Francisco Villela Barboza (Visconde de Paranaguá), que só apareceram nas listas de suas respectivas províncias natais, por elas tomaram assento como Senadores.

Não foram os Conselheiros de Estado os únicos que tiveram seus nomes apresentados ao Imperador por mais de uma província.

O pernambucano Dom Nuno Eugenio Lossio e Seilbitz (eclesiástico quadragenário que, havia décadas, servia na magistratura) foi apresentado por três províncias (Alagoas, Pernambuco, e São Paulo). Apesar de haver participado da Constituinte como Deputado por Pernambuco, tomou assento como Senador por Alagoas.

O baiano Jozé da Silva Lisboa (agraciado com o título de Barão de Cayrú), beirando os setenta anos de idade, magistrado residente na Corte havia anos, foi indicado por três províncias (Bahia, Rio de Janeiro, e Minas Gerais). Saiu Senador por sua província natal, que já havia representado como Deputado na Constituinte.

O mineiro Estevão Ribeiro de Rezende (Barão de Valença), que ao tempo das eleições passara de Intendente Geral de Polícia da Corte e do Império a Ministro de Estado dos Negócios do Império, foi contemplado por três províncias (Minas Gerais, São Paulo, e Rio de Janeiro). Foi escolhido para representar sua província natal no Senado.

Dois *brasileiros adotivos*, nascidos no Reino de Portugal, e que serviram como Capitães Gerais no tempo de Dom João VI, foram contemplados pelas províncias que governaram: o Marquês de São João da Palma (Dom Francisco de Assiz Mascarenhas), titular mais graduado do Império, apareceu nas listas de três províncias (Goiás, São Paulo, e Minas

Gerais), tomando assento como Senador por São Paulo; o Visconde de Aracaty (João Carlos Augusto de Oeynhausén), indicado por três províncias (Ceará, Mato Grosso, e São Paulo), tomou assento como Senador pelo Ceará. Ambos haviam sido Fidalgos Cavaleiros da Casa Real ao tempo de Dom João VI, e estavam perto de completar cinquenta anos de idade.

O fluminense João Antonio Rodrigues de Carvalho foi indicado por duas províncias (Ceará, e Santa Catarina). Tomou assento pelo Ceará.

O pernambucano Antonio Jozé Duarte de Araujo Gondim foi indicado por duas províncias (Pernambuco, e Bahia). Tomou assento por sua província natal. O mesmo aconteceu com seu conterrâneo Jozé Ignacio Borges (indicado pelas Províncias do Rio Grande do Norte, e do Pernambuco).

O mineiro Felisberto Caldeira Brant Pontes (Visconde de Barbacena), que não conseguiu fazer-se eleito por sua província natal, teve seu nome indicado ao Imperador por duas outras províncias (Alagoas, e Bahia). Tomou assento por Alagoas.

O minhoto Sebastião Luiz Tinoco da Silva, *brasileiro adotivo*, foi indicado por duas províncias (São Paulo, e Minas Gerais). Tomou assento por Minas.

O mineiro Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá, nome mais votado em sua província natal, foi também indicado pela Província da Bahia, em que passou a residir depois que se aposentou como Conselheiro da Fazenda. Nomeou-o o Imperador como Senador por Minas. O contrário aconteceu com seu conterrâneo Lucas Antonio Monteiro de Barros (agraciado com o título de Barão de Congonhas do Campo) – este, indicado por sua província natal e pela Província de São Paulo, em cuja presidência foi colocado pelo Ministério, acabou nomeado Senador pela última.

Outros vinte e três nomes, escolhidos pelo Imperador com o auxílio de seu Conselho de Estado, eram nomes constantes apenas nas listas das províncias pelas quais foram feitos Senadores. Sinal de que, se metade do Senado foi composta por notabilidades meramente

locais, a outra metade foi composta por notabilidades com ascendência sobre mais de uma província do Império. Surgia, assim, a aristocracia brasileira, malgrado as objeções de seus desafetos e contrários.

Dos cinquenta nomes escolhidos para compor a câmara vitalícia, cinco haveriam de ter sua nomeação contestada, razão pela qual é preciso destacá-los aqui.

O Conselheiro Caetano Pinto de Miranda Montenegro (agraciado com o título de Visconde da Villa Real da Praia Grande) foi indicado ao Imperador por duas províncias: Pernambuco, e Minas Gerais. Em vez de ser nomeado Senador por uma delas, o Imperador preferiu nomeá-lo para representar a Província do Mato Grosso. Para essa, Dom Pedro I deveria ter escolhido um entre três nomes: o Tenente Coronel Antonio Navarro de Abreu, que havia falecido; o Padre Manoel Alves da Cunha, que foi preterido; ou o Visconde de Aracaty (João Carlos Augusto de Oeynhausen), que já havia sido nomeado Senador pelo Ceará. Por considerar o primeiro (falecido) e o terceiro (nomeado) nomes excluídos da lista de opções, o Imperador considerou válida a nomeação do quarto indicado, que era justamente o Visconde da Villa Real da Praia Grande.

O Cônego Doutor Jozé Caetano Ferreira de Aguiar, indicado pela Província de Goiás, foi todavia nomeado Senador pela do Rio de Janeiro. Também nesse caso o Imperador desconsiderou os nomes que já haviam sido nomeados Senadores por outras províncias (tais como o Bispo Capelão Mor, por São Paulo; o Visconde de Caravellas, pela Bahia; o Visconde de Inhambupe, por Pernambuco; o Visconde de Queluz, pela Paraíba; o Visconde da Cachoeira e o Barão de Cayrú, pela Bahia; o Visconde de Baependy e o Barão de Valença, por Minas Gerais).

O Bispo Capelão Mor, Dom Jozé Caetano da Silva Coutinho, foi muito bem votado em duas províncias: Rio de Janeiro, e Minas Gerais. Sua nomeação, todavia, se deu pela Província de São Paulo, pela eliminação de quatro nomes que estavam em condições de serem

nomeados (o Desembargador Sebastião Luiz Tinoco da Silva, nomeado Senador por Minas; o Visconde de Aracaty, nomeado Senador pelo Ceará; o Barão de Valença, Senador por Minas; e Dom Nuno Eugenio, Senador por Alagoas). Para tanto, o Imperador simplesmente ignorou os seis nomes mais votados pelo eleitorado paulista (entre os quais cumpre destacar Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Manoel Joaquim de Ornellas, e Francisco das Chagas Santos – que, mesmo rejeitados, tomaram assento na Assembléia Geral, na câmara temporária, por haverem sido eleitos Deputados). Nas mesmas condições estava o Visconde de São Leopoldo (Jozé Felicianno Fernandes Pinheiro), o mais votado na Província do Rio Grande do Sul, mas nomeado Senador por São Paulo.

Além dos eleitores de Mato Grosso, Rio de Janeiro, e São Paulo, também o eleitorado de Goiás viu suas preferências adaptadas aos interesses do Imperador e seu Conselho de Estado: o nome mais votado na província (Marquês de São João da Palma) já havia sido nomeado Senador por São Paulo, e o terceiro (Dom Jozé Caetano), pelo Rio de Janeiro. Restava, então, nomear o segundo mais votado: o Barão de São João das Duas Barras (Tenente General Joaquim Xavier Curado). Entendimento diferente tiveram o Imperador e seus Conselheiros de Estado: nomeou-se Senador o quarto nome mais votado (admitido como passível de nomeação pela exclusão do primeiro e do terceiro). Tratava-se do Barão do Paty do Alferes (Francisco Maria Gordilho), *português adotivo* (posto que nascido no Reino de Portugal), fidalgo sexagenário que seguira a carreira das armas.

A nomeação desses cinco cidadãos para a câmara vitalícia ocasionou severas críticas ao Imperador e seu Conselho de Estado. Desafetos do Senado, a fim de minar-lhe a legitimidade, procuraram estender a todas as outras quarenta e cinco nomeações a controvérsia em que estiveram envolvidas essas cinco, mesmo que não houvesse motivos para contestação das demais.⁸

⁸ Vide, por exemplo, a maneira como John Armitage relata a nomeação dos Senadores pelo Imperador. ARMITAGE, John. *History of Brazil: from the period of the arrival of the Braganza Family in 1808, to the*

Com o fim das nomeações, ficou assim o Senado composto: em termos geracionais, havia quinze sexagenários, dezenove cinquentenários, e dezesseis quadragenários; em termos regionais, havia catorze mineiros, dez baianos, oito brasileiros adotivos de diferentes províncias do Reino de Portugal, cinco fluminenses, cinco pernambucanos, dois maranhenses, dois cisplatinos, um paulista, um catarinense, um capixaba e um cearense; em termos ocupacionais, havia quarenta e seis que tiravam seu sustento de atividades remuneradas pelo Estado monárquico (vinte e três magistrados, onze militares, oito eclesiásticos, e quatro empregados de repartições públicas da Corte e das Províncias); em termos educacionais, trinta e cinco haviam estudado em Coimbra, havendo trinta e três que se ali formaram (vinte e nove com titulação na área jurídica, quatro na área filosófica, e dois na matemática) – destes, onze se formaram antes da Queda da Bastilha, vinte e quatro acompanharam dos bancos da Universidade as evoluções da Revolução Francesa, todos se formando antes de a Corte ser transferida para o Brasil. Quanto às distinções sociais, dezesseis já eram, ao tempo de Dom João VI, Fidalgos Cavaleiros da Casa Real, mas apenas dois possuíam títulos nobiliárquicos (o Conde de Palma, e o Barão de Santo Amaro). Com a criação da nobreza titulada do Brasil, vinte e um dos agraciados pelo Imperador estiveram entre os cinquenta que tomaram assento na câmara vitalícia: um Marquês (São João da Palma), treze Viscondes (Aracaty, Baependy, Barbacena, Cachoeira, Caravellas, Fanado, Inhambupe, Maricá, Nazareth, Paranaguá, Queluz, Santo Amaro, e Villa Real da Praia Grande), e sete Barões (Alcantara, Caethé, Cayrú, Congonhas do Campo, Paty do Alferes, Pedra Branca, e Valença).

Nem todos os nomeados tomaram assento no Senado. Foi o caso do Padre Domingos da Motta Teixeira, que deveria representar o Ceará; do Desembargador Luiz Corrêa Teixeira de Bragança, que deveria representar o Rio Grande do Sul; e de Dom Damaso Antonio Larrañaga, que deveria representar a Cisplatina. Dos que tomaram assento na câmara vitalícia,

abdication of Don Pedro the First in 1831, compiled from State documents and other original sources. London: Smith, Elder and Co., 1836, Vol. I, pp. 236-237.

faleceram, ao longo de 1826, o Desembargador Antonio Jozé Duarte de Araujo Gondim, Senador pelo Pernambuco; e o Visconde da Cachoeira, Senador pela Bahia.

Após a instalação da Assembléia Geral do Império, ao final do primeiro ano de funcionamento do Senado, novo impulso deu o Imperador à nascente aristocracia brasileira. Repetiu-se o observado no ano anterior: quando do vigésimo oitavo aniversário natalício do Imperador (12 de Outubro de 1826), vinte e cinco pessoas (vinte e três Viscondes e dois Barões) foram elevadas à dignidade de Marquês; oito Barões foram elevados à categoria de Conde; seis pessoas (dois Barões e quatro pessoas até então sem título algum) foram elevadas à categoria de Visconde com honras de Grandeza; sete Barões foram elevados à categoria de Visconde, sem honras de Grandeza; um Barão adquiriu honras de Grandeza; e seis pessoas foram agraciadas com o título de Barão. Essa nova onda aristocratizante alterou a feição da Corte, sendo que muitos dos agraciados tinham assento no Conselho de Estado e no Senado do Império.

Todos os Conselheiros de Estado, até então titulados Viscondes, passaram à dignidade de Marqueses – o único que, por falecimento, não chegou a ser contemplado foi o Visconde da Cachoeira. Com o novo título, todos passavam a gozar das honras de Grandes do Império.

Além desses nove Conselheiros de Estado, que tinham assento no Senado, outros quatro Senadores, até então Viscondes, passaram a Marqueses: o de Aracaty (João Carlos Augusto de Oeynhausen, Senador pelo Ceará), o de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes, Senador por Alagoas), o de Lorena (Francisco Maria Gordilho, outrora Barão de Paty do Alferes, Senador por Goiás), e o de Villa Real da Praia Grande (Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Senador pelo Mato Grosso).

Outras doze pessoas, sem assento no Senado, haviam sido elevadas à dignidade de Marqueses. Desses, sete, além de não terem assento no Senado, tampouco poderiam para ele ser eleitos e nomeados: duas por serem mulheres (Santos, e Taguahy), cinco por terem menos

Retrato (litografia) do Marquês de Baependy (1765-1847), por Sébastien Auguste Sisson (1824-1893), publicado na obra *Galeria dos Brasileiros Illustres* (1861).

Retrato (litografia) do Marquês de Caravellas (1768-1836), por Sébastien Auguste Sisson (1824-1893), publicado na obra *Galeria dos Brasileiros Illustres* (1861).

Retrato (litografia) do Marquês de Inhambuê (1760-1837), por Sébastien Auguste Sisson (1824-1893), publicado na obra *Galeria dos Brasileiros Illustres* (1861).

Retrato (litografia) do Marquês de Maricá (1773-1848), por Sébastien Auguste Sisson (1824-1893), publicado na obra *Galeria dos Brasileiros Illustres* (1861).

de quarenta anos de idade (Cantagallo, Cunha, Maceyó, Rezende, e Taubaté). Todos os demais, homens com idade legal para serem eleitos e nomeados Senadores, viviam na Corte e estavam ligados à Casa Imperial (Itanhaém, Jundiahy, Quexeramoby, e São João Marcos), exceto o pernambucano Francisco Paes Barreto (Marquês do Recife), potentado residente no norte do Império.

Dos oito Condes que o Império passara a ter (todos, por definição, Grandes do Império), apenas um tinha assento no Senado: o de Valença (Estevão Ribeiro de Rezende, Senador por Minas Gerais). Todos os demais estavam fora do Senado (Itapagipe, Lages, Rio Pardo, São João das Duas Barras, São Simão, Souzel, e Villa Nova de São José) – destes, apenas o de Lages, tornado Conselheiro de Estado Honorário, acabaria sendo eleito e nomeado para o Senado (coisa que aconteceu ao final da primeira legislatura da Assembléia Geral do Império).

Com relação aos quinze Viscondes recém-agraciados pelo Imperador, é preciso distinguir as duas categorias em que se dividiam: aqueles que gozavam das honras de Grandes do Império (Alcantara, Cachoeira, Castro, Gericinó, Mirandella, Pirajá, e São Leopoldo), e os que não gozavam dessas honras (Caethé, Cayrú, Congonhas do Campo, Itabayanna, Laguna, Pedra Branca, Pelotas, e Torre de Garcia d'Avila). Dos primeiros, apenas dois tinham assento no Senado (Alcantara, pelo Maranhão; São Leopoldo, por São Paulo). Dos segundos, quatro eram Senadores (Caethé, por Minas Gerais; Cayrú e Pedra Branca, pela Bahia; e Congonhas do Campo, por São Paulo).

Dos dezesseis Barões então existentes no Império, apenas quatro gozavam das honras de Grandes do Império (Bagé, Rio da Prata, São Francisco, e São Salvador de Campos). Nenhum desses Barões, porém, mesmo os com honras de Grandeza, tinham (ou teriam) assento no Senado.

Note-se que, dos quarenta e seis Grandes do Império (vinte e sete Marquesses, oito Condes, sete Viscondes, e quatro Barões), apenas dezessete possuíam assento no Senado (quatorze Marquesses, um Conde, e dois Viscondes). Se parte da nobreza titulada do Império, mesmo com honras de Grandeza, estava excluída do Senado, também a parte dos Senadores faltavam não só as honras de Grandeza, mas até um título nobiliárquico qualquer – como, em fins de 1826, era o caso de vinte e quatro membros da câmara vitalícia (praticamente metade da mesma). Essa gradação, existente no seio da própria aristocracia, abre espaço para uma polêmica: se o poder monárquico era exercido pelo Imperador, vitalício e hereditário, e o poder democrático pelos cidadãos reunidos em assembleia, a quem cabia o poder aristocrático? Quem eram os aristocratas do Brasil? Os Grandes do Império? Os nobres titulados? Os Conselheiros de Estado? Os Senadores?

Um paralelo talvez se faça necessário.

Pouco após fazer as nomeações da câmara vitalícia do Império do Brasil, e enquanto os Senadores ainda se preparavam para a instalação da Assembleia Geral, recebeu Dom Pedro a notícia do falecimento de seu pai. Com isso, ascendia ele ao Trono de Portugal. Entre as medidas que primeiro tomou, inclui-se a adaptação da Carta Constitucional que outorgara ao Império do Brasil às peculiaridades do Reino de Portugal. O equivalente ao Senado do Império do Brasil, entre os poderes políticos instituídos por Dom Pedro em Portugal, era a Câmara dos Pares. Gozariam estes, em Portugal, da vitaliciedade que os Senadores gozavam no Brasil. Diferenciava-os, porém, a forma pela qual tinham acesso a essa dignidade.⁹

A todos os Grandes do Reino de Portugal, e a eles exclusivamente, foram concedidos os assentos da Câmara dos Pares: os Grandes seculares eram, então, em número de setenta e dois (dois Duques, vinte e seis Marquesses, quarenta e dois Condes, e dois Viscondes); os Grandes eclesiásticos eram em número de dezenove (o Cardeal Patriarca, quatro Arcebispos,

⁹ FERREIRA, Silvestre Ferreira. *Observações sobre a Constituição do Imperio do Brazil, e sobre a Carta Constitucional do Reino de Portugal*. (2ª ed.) Paris: Rey e Gravier, 1835.

e quatorze Bispos). Não havendo número determinado de Pares, ele poderia ser ampliado por futuras nomeações da parte do Rei.¹⁰

Em Portugal, havia uma correspondência mais exata entre a distinção social conferida por um título nobiliárquico (ou, melhor dizendo, a pertença das honras de Grandeza) e a *investidura do poder aristocrático* (o assento na Câmara dos Pares) – e essa aristocracia, uma vez instituída pelo monarca (pela elevação de um indivíduo), podia perpetuar-se no tempo, com seus sucessores. No Brasil, porém, a *investidura do poder aristocrático* haveria de ser obtida sempre mediante um acordo entre o *poder democrático* (os cidadãos reunidos em assembléia que os elegiam) e o *poder monárquico* (o Imperador que os escolhia a partir de uma lista tríplice que lhe era apresentada) – e essa investidura nem sempre correspondia à distinção social conferida pelas honras de Grandeza ou um título nobiliárquico. A sobrevalorização do indivíduo, em detrimento da linhagem, e o discurso igualitário, com o qual se justificava a extinção dos antigos privilégios, fizeram com que tampouco os títulos nobiliárquicos brasileiros, desvinculados de quaisquer privilégios legais ou políticos, fossem hereditários: a aristocracia no Brasil, era, portanto, incapaz de se reproduzir por si mesma como força social ou política.

¹⁰ *Gazeta de Lisboa* (163), 14/07/1826, pp. 653-654. Vide tb TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castello Branco e; MESQUITA, Manuel de Castro Pereira de. *Resenha das famílias titulares do Reino de Portugal* – acompanhada das notícias biographicas de alguns individuos das mesmas familias. Lisboa: Imprensa Nacional, 1838, pp. XXVIII-XXIX.

Os Senadores por Minas Gerais

Uma vez contextualizado o ambiente em que se deu a escolha dos Senadores que representariam a Província de Minas Gerais na câmara vitalícia, é preciso proceder à análise dos nomes escolhidos.

O primeiro que aparece na lista de nomeações do Imperador foi o mineiro Manoel Jacintho Nogueira da Gama, agraciado no trimestre anterior com o título de Visconde de Baependy, elevado à dignidade de Marquês ao final daquele mesmo ano. Apesar de haver sido o primeiro entre os nomeados pelo Imperador, Baependy era o décimo na lista de trinta nomes enviada pelo eleitorado de Minas Gerais.¹¹

Sexagenário, o então Visconde de Baependy havia nascido na Vila de São João del-Rei, cabeça da Comarca do Rio das Mortes, aos 8 de Setembro de 1765. Segundo de uma família de seis irmãos, Manoel Jacintho era filho legítimo do Alferes Nicolao Antonio Nogueira, e de Anna Jozéfa da Gama, ambos mineiros (ele natural de Baependi, ela de Ouro Preto).

¹¹ Para os dados biográficos aqui apresentados, vide: PORTO-ALEGRE, Manoel de Araujo. “Elogio historico geral dos membros fallecidos”, in: *Revista Trimensal de Historia e Geographia*: ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Tomo XI. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1848, pp.171-172. ROCHA, Justiniano José da. *Biographia de Manoel Jacintho Nogueira da Gama, Marquez de Baependy*: Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Grão Cruz da Ordem da Rosa, Dignitario da Imperial do Cruzeiro, Commendador da de Bento de Aviz, Marechal de Campo, etc. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851. SISSON, Sebastião Augusto. *Galeria dos Brasileiros Illustres*. Rio de Janeiro: Lithographia de S. A. Sisson, 1861, Vol.I, pp.57-60. MACEDO, Joaquim Manoel de. *Anno Biographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. e Lithographia do Imperial Instituto Artistico, 1876, vol. I, pp.193-202. TEIXEIRA DE MELLO, José Alexandre. *Ephemerides Nacionaes*. Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta de Noticias, 1881, Tomo I, p.94. SILVA, Alfredo Pretextato Maciel da. *Os Generaes do Exercito Brasileiro, de 1822 a 1889*: traços biograficos. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1906, Vol.I, pp.274-277. VASCONCELLOS, Barão de & SMITH DE VASCONCELLOS, Barão de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918. TAVARES DE LYRA, Augusto. “O Centenário do Senado Brasileiro”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (153), 1926, p.257. VELHO SOBRINHO, João Francisco. *Dicionário Bio-bliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Vol.II, 1940, pp.33-35. TAVARES DE LYRA, Augusto. “Os Ministros de Estado da Independência à República”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (193), out./dez. 1946, p.81. RIO BRANCO, Barão de. *Efemerides Brasileiras*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, pp.43,87, 228, 418, 448, 533. CALMON, Pedro. “História de Minas”, in: CALMON, Pedro. História de Minas e “Memórias” de Nogueira da Gama. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985, pp. 6-24, 38-41. BARATA, Carlos Eduardo de Almeida. *Presidentes do Senado no Império*. Senado Federal, 1997, pp.403-425. VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemerides Mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais/Fundação João Pinheiro, 1998, vol.1, pp.157, 159, 224-226, 333, 356, 476; vol. 2, pp.686, 867, 1011.

Pelo lado paterno, Baependy era neto do madeirense Thomé Rodrigues Nogueira do Ó e da paulista Maria Leme do Prado. Thomé passara ao Brasil na primeira década do Século XVIII, estabelecendo-se na Capitania de São Paulo, na Vila de Guaratinguetá. Destacara-se militarmente na luta contra os franceses e na pacificação das Minas, razão pela qual, estabelecendo-se em Minas Gerais, foi nomeado Provedor da Real Fazenda no Registro do Rio de Baependi (topônimo a que se refere o título nobiliárquico com que Manoel Jacintho foi agraciado), região de que se tornou Capitão Mor de Ordenanças. Thomé e Maria tiveram sete filhos: destes, o pai de Manoel Jacintho era o único varão.

Pelo lado materno, Baependy era neto do minhoto Manoel Gomes Villas Boas e de Ignacia Quiteria da Gama, nascida na Colônia do Sacramento. Casados na capital mineira (da qual o pai de Ignacia Quiteria, que atuara militarmente na Colônia do Sacramento, foi um dos fundadores), os avós maternos de Manoel Jacintho passaram à Vila de São João del-Rei, local em que se casaram e viveram os pais do futuro Marquês de Baependy. A mãe de Manoel Jacintho era a primeira de uma família de oito irmãos.

O pai do então Visconde de Baependy foi, na Vila de São João del-Rei, Escrivão da Ouvidoria, Vereador, Procurador da Câmara, e Alferes de Ordenança, com breve serviço de guerra em 1777, quando da invasão espanhola ao Sul do Brasil.

Oriundo de famílias pioneiras na ocupação do território das Minas Gerais, Manoel Jacintho freqüentou “com assiduidade e proveito” os estudos que tinha à sua disposição na Vila de São João del-Rei, razão pela qual seu pai o enviou, em 1784, para a Universidade de Coimbra. Um infortúnio, porém, marcou sua chegada a Portugal: tão logo aportou em Lisboa, viu-se desprovido de recursos financeiros “pelas dificuldades das comunicações e das remessas de fundos”. Em razão disso, a fim de garantir sua sobrevivência, Manoel Jacintho passou a tirar seu sustento trabalhando como copista de partituras musicais. Após lutar com a

miséria por dois anos, chegaram-lhe auxílios paternos, com os quais pode seguir para Coimbra, a fim de seguir sua carreira de estudos.

Matriculado em Filosofia e Matemática, novo revés veio embaraçar-lhe a vida: seu pai teve a fortuna comprometida na fiança de um arremate de dízimos que se deixara alcançar. A fim de prover seu próprio sustento, Manoel Jacintho começou a dar lições particulares a seus colegas “mais felizes, porém menos estudiosos”. Com os rendimentos desse magistério improvisado, o futuro Marquês não só atendia suas próprias necessidades em Coimbra, mas ainda enviava dinheiro para os pais. Nessas condições, Manoel Jacintho bacharelou-se em Filosofia (1789) e em Matemática (1790). Pouco após sua primeira formatura, matriculou-se no curso de Medicina, em que esperava se formar, apesar das dificuldades financeiras que experimentava. Sua carreira acadêmica foi, todavia, interrompida por um Decreto Régio: sem que houvesse requerido, foi nomeado lente substituto de Matemática da Academia Real da Marinha, em Lisboa, para onde seguiu, em 1791. Se, por um lado, via frustrado o sonho de se formar médico, por outro, via-se livre das agruras financeiras por que, até então, vinha passando.

A nomeação para a Academia Real da Marinha foi o momento de virada na vida de Baependy. Admitido no quadro de Oficiais da Marinha (Primeiro Tenente em 1793, Capitão Tenente em 1796, Capitão de Fragata em 1798), Manoel Jacintho obteve Brasão de Armas em 1798, para o que deve ter contribuído o seu parentesco com o poeta José Basílio da Gama (seu primo materno), então já falecido, nobilitado anos antes. Esse ilustre primo – que, sob o Ministério do Marquês de Pombal, havia servido como Oficial de uma das Secretarias de Estado do Reino – pode ter aproximado o jovem Manoel Jacintho de um importante protetor: Dom Rodrigo de Souza Coutinho, depois Conde de Linhares. Este, uma década mais velho que aquele, apresentava-o como seu melhor amigo.

Resignando o magistério em 1801, Manoel Jacintho foi nomeado Inspetor Geral das Nitreiras e Fábricas de Pólvora de Minas Gerais, bem como Deputado da Junta Real da Fazenda da referida Capitania. Meses depois, antes que seguisse para o Brasil, Manoel Jacintho acabaria sendo retido em Lisboa, sendo nomeado Ajudante do Intendente Geral das Minas e Metais do Reino de Portugal. Logo no começo de 1802, foi ainda transferido da Marinha para o Real Corpo de Engenheiros, assumindo o posto de Tenente Coronel, e, dois anos depois, foi condecorado Comendador da Ordem de São Bento de Avis.

Com a ascensão do Conde de Linhares e a transferência da Corte para o Brasil, Manoel Jacintho foi nomeado Escrivão do Real Erário e promovido a Coronel do Real Corpo de Engenheiros, estabelecendo-se então na Cidade do Rio de Janeiro. Ali, em 1809, casou-se com Francisca Monica Carneiro da Costa, filha do então já falecido Braz Carneiro Leão (“um dos mais abastados e consideráveis negociantes da praça”) e de Anna Francisca Maciel da Costa (depois agraciada por Dom João VI com o título de Baronesa de São Salvador de Campos).

Casado com a caçula de uma família de oito irmãos, Manoel Jacintho ligou-se, por seu casamento, com uma família que veio a gozar de grande poder nos reinados de Dom João VI e Dom Pedro I. Dos filhos e filhas da Baronesa de São Salvador de Campos, as mais velhas, Marianna Eugenia e Maria Jozéfa, eram casadas com dois abastados negociantes: João Francisco da Silva e Souza, e Gerardo Bellens (do primeiro casal, eram filhas as esposas do Visconde de Mirandella e do Marquês de Jacarepaguá, este Senador por Goiás). Outra filha da Baronesa, de nome Anna, era casada com o Desembargador Luiz Jozé de Carvalho e Mello, que Dom Pedro I fez Conselheiro de Estado, Visconde da Cachoeira e Senador pela Bahia. Também Fernando Carneiro Leão, filho da Baronesa e cunhado de Manoel Jacintho, veio a ser agraciado, em fins de 1826, com o título de Conde de Villa Nova de São José (tornando-se, assim, um dos Grandes do Império, como sua mãe, que passou a gozar das honras de

Grandeza). Abastado negociante e um dos Diretores do Banco do Brasil no tempo de Dom João VI, Fernando teve uma filha que veio a se casar com um filho do Conde de Linhares. Além desses quatro filhos, a Baronesa de São Salvador de Campos teve ainda: Luiza Roza, que havia sido casada com o Desembargador Paulo Fernandes Vianna, Intendente Geral da Polícia da Corte falecido antes da Independência; Roza Eufrazia, casada com um sobrinho que havia feito parte da Junta Administrativa do Banco do Brasil no tempo de Dom João VI; e José Alexandre, o qual, havendo feito parte dos quadros do Banco do Brasil no tempo de Dom João VI, também viria a se casar com uma sobrinha. Este José Alexandre, que estudara em Londres, foi condecorado no reinado de Dom João VI com o Hábito da Ordem de Cristo e o Foro de Fidalgo Cavaleiro – e suas ligações com o Paço e com os ingleses permitiram-lhe organizar, em 1825, uma sociedade formada em Londres para a extração de ouro, prata, e outros metais na Província de Minas Gerais. Pretendia-se também a exploração dos diamantes e a navegação do Rio Doce, empreendimento esse que haveria de sofrer duras críticas do Conselho de Governo da Província de Minas Gerais, especialmente do jovem Bernardo Pereira de Vasconcellos – este acusava seu desafeto Manoel Jacintho de estar por trás da tentativa do cunhado, que haveria de transformar o Brasil numa “feitoria inglesa”.

Amparado por essa rede de proteção e solidariedade, Manoel Jacintho, após haver se estabelecido no Rio de Janeiro, estando empregado no Real Erário, passou a adquirir terras próximas à Corte. Seu patrimônio foi sendo formado com sesmarias concedidas pela Coroa e a partir de terras compradas a terceiros. Saint-Hilaire, que o conheceu quando esteve no Brasil, informa que, em 1818, a extensão das terras do futuro Marquês de Baependy era estimada em doze léguas. Nessa mesma época, foi feito Conselheiro (1813) e Fidalgo Cavaleiro (1815) da Casa Real.

Quando eclodiu a Revolução Liberal, Manoel Jacintho encontrava-se no posto de Brigadeiro e empregado como Escrivão do Real Erário, Junta Administrativa dos Novos

Impostos e Diretoria Geral dos Diamantes. Homem de confiança da Coroa, foi escolhido por Dom João VI para ser Secretário da Junta de Cortes a ser formada no Rio de Janeiro com os Procuradores das Cidades e Vilas do Reino do Brasil e Ilhas. Essa Junta, que haveria de adaptar ao Brasil a Constituição que em Lisboa se preparava, acabou, porém, sendo dissolvida antes mesmo de se reunir, uma vez que se decidiu pela eleição de Deputados das Províncias do Brasil ao Congresso das Cortes de Lisboa.

Quando, pouco antes da dissolução do Reino Unido, procedeu-se às eleições para a Assembléia Constituinte, havia viva indisposição entre os revolucionários vintistas e o então Conselheiro Manoel Jacintho (já reformado como Marechal de Campo). A Imperatriz Maria Leopoldina refere-se a ele como um dos “[homens] do antigo sistema”. Malgrado os desejos dos revolucionários liberais, o mineiro acabou sendo eleito Deputado pela Província do Rio de Janeiro. Membro da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, foi Tesoureiro da Palestra *Independência ou Morte*. Na Constituinte, foi um dos líderes da ampla coalizão que se formou contra o Ministério Andrada, sendo notória a sua ligação com os poderosos do tempo de Dom João VI. Por isso, seus adversários o acusavam de absolutista e chefe de um partido português. Com a queda dos Andradas, Manoel Jacintho ascendeu ao poder com seu colega Jozé Joaquim Carneiro de Campos (depois Visconde e Marquês de Caravellas). Os dois sofreram intensa pressão dos Andradas e seus aliados, mas conseguiram se manter no poder. Só deixaram o Ministério quando o Imperador decidiu dissolver a Assembléia Constituinte: não concordando com a medida, Manoel Jacintho recusou-se a referendar o ato. Preferiu exonerar-se. Voltaria, todavia, logo em seguida, ao poder, pois Dom Pedro I nomeou-o, junto a outros, como seu Conselheiro de Estado. Nessa função, participou da redação do Projeto de Constituição aprovado como Lei Fundamental do Império.

Desde então, Manoel Jacintho vinha consolidando sua posição na cúpula do Governo Imperial. Nomeado vitaliciamente Conselheiro de Estado, Senador, e Grande do Império: era

um aristocrata em todas as acepções possíveis do termo. A luta travada na imprensa e na tribuna, que colocou o Marquês de Baependy de um lado, e o Deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos do outro, confunde-se com o próprio conflito instaurado entre o Senado e a Câmara dos Deputados quando da instalação da Assembléia Geral do Império. Os auto-proclamados Liberais, reunidos em torno de Vasconcellos, acusavam o partido contrário de ser uma facção composta por “aristocratas e seus satélites”, “homens de idéias antigas”. Baependy encarnava tudo aquilo que os Liberais mais detestavam e combatiam. Por essa razão, seria afastado do Ministério em 1827, quando o Imperador, procurando transigir com os Liberais, resolveu atendê-los na nomeação dos Ministros de Estado. A experiência, entretanto, não agradou ao Imperador – que, em 1831, voltaria a chamar para o Ministério os homens de sua confiança (entre eles o Marquês de Baependy). Foi essa uma das causas que deixaram o Império perto de uma guerra civil...

O segundo a ser nomeado pelo Imperador para a câmara vitalícia, a fim de representar a Província de Minas Gerais, foi o Brigadeiro João Gomes da Silveira Mendonça, então Visconde do Fanado, elevado a Marquês do Sabará ao final daquele mesmo ano. Era o décimo segundo nome indicado na lista de Minas Gerais.

Deputado por Minas às Cortes de Lisboa e à Constituinte do Rio de Janeiro, fez-se conhecido e estimado pelo Imperador, que o nomeou Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, Conselheiro de Estado, e Senador.

Alçado à câmara vitalícia, agraciado ainda com as honras de Grandeza, fez parte do seleto grupo de aristocratas do nascente Império do Brasil. Não seria, contudo, uma figura longeva: logo no ano seguinte à instalação da Assembléia Geral, faleceria na Corte.¹²

¹² *Diário Fluminense*, vol.10, n.º 6, de 7 de Julho de 1827, p.23. VASCONCELLOS, Barão de & SMITH DE VASCONCELLOS, Barão de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918. TAVARES DE LYRA, Augusto. “O Centenário do Senado Brasileiro”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (153), 1926, p.258. TAVARES DE LYRA, Augusto. “Os Ministros de Estado da

O terceiro nomeado foi o então Barão de Valença (Estevão Ribeiro de Rezende), elevado à categoria de Conde ao final daquele mesmo ano. Na lista remetida pelo eleitorado mineiro, seu nome aparecia em oitavo lugar.

Procurador da Província de Minas Gerais junto ao então Príncipe Regente Dom Pedro em 1822, foi no mesmo ano eleito Deputado por Minas à Constituinte do Rio de Janeiro. Defensor da Monarquia Constitucional, tal qual a entendiam os homens que vieram a compor o Conselho de Estado, e opositor dos Andradas, foi acusado por seus adversários de pertencer a um partido absolutista e português. Com a queda dos Andradas, foi alçado ao poder com a ascensão de seus partidários Manoel Jacintho (que assumiu a Pasta da Fazenda) e Carneiro (Império e Estrangeiros). Nomeado Intendente Geral de Polícia da Corte e do Império, nessa função servia o Imperador quando este dissolveu a Constituinte. Seus colegas resignaram suas funções, mas ele continuou à frente da Polícia, deixando seu emprego apenas quando foi nomeado Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império – em substituição a seu conterrâneo, João Severiano Maciel da Costa (depois Marquês de Queluz), e tendo como sucessor outro conterrâneo, Felisberto Caldeira Brant Pontes (depois Marquês de Barbacena).

Sua proximidade com o Conselho de Estado acabaria por torná-lo membro honorário. Assim, a partir de seu assento na câmara vitalícia, gozando das honras de Grandeza, Valença tornou-se um dos primeiros aristocratas do Império. Valença foi também, dentre os Senadores então nomeados por Dom Pedro I para a Província de Minas Gerais, o mais longo: ocupou

Independência à República”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (193), out./dez. 1946, p.50. TEIXEIRA DE MELLO, José Alexandre. *Ephemerides Nacionaes*. Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta de Noticias, 1881, Tomo II, p.21. SILVA, Alfredo Pretextato Maciel da. *Os Generaes do Exercito Brasileiro, de 1822 a 1889: traços biograficos*. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1906, Vol.I, pp.165-167. RIO BRANCO, Barão de. *Efemerides Brasileiras*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, p.43 e 532. VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemerides Mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais/Fundação João Pinheiro, 1998, vol.1, pp.159, 254-256, 333, 470-471, 476; vol. 2, pp.637, 779, 970-971, 1011.

seu assento na câmara vitalícia por três décadas (e, em 1848, Dom Pedro II elevou-o a Marquês).¹³

O quarto Senador nomeado para representar Minas na câmara vitalícia da Assembléia Geral foi o Presidente da Província de Minas Gerais, o Desembargador Jozé Teixeira da Fonseca Vasconcellos, então Barão de Caethé. Este, ao final daquele mesmo ano, seria elevado a Visconde – mas jamais, em sua vida, gozaria das honras de Grande do Império.

Figura estimada por seus colegas da Constituinte e pelos eleitores mineiros, seu nome vinha indicado em segundo lugar na lista remetida ao Imperador para escolha de Senadores. Foi também um dos nomes mais votados para a Câmara dos Deputados. A despeito da confiança nele depositada pelo Imperador e seu Conselho de Estado, Caethé parece haver sido tratado com certa reserva. Talvez por isso não tenha feito parte das altas esferas do poder, apesar de haver sido escolhido para a câmara vitalícia e condecorado com um título nobiliárquico. Como autoridade subalterna, serviu como Presidente de Província sob sete Ministros, que se sucederam na Pasta do Império: João Severiano Maciel da Costa (depois Marquês de Queluz), que o nomeou; Estevão Ribeiro de Rezende (depois Conde de Valença), Felisberto Caldeira Brant (depois Marquês de Barbacena), Jozé Feliciano Fernandes Pinheiro (depois Visconde de São Leopoldo), João Vieira de Carvalho (depois Conde de Lages), Jozé Joaquim Carneiro de Campos (depois Marquês de Caravellas), que o conservaram; e Pedro de

¹³ SISSON, Sebastião Augusto. *Galeria dos Brasileiros Illustres*. Rio de Janeiro: Lithographia de S. A. Sisson, 1861, Vol.I, pp.31-32. MACEDO, Joaquim Manoel de. *Anno Biographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. e Lithographia do Imperial Instituto Artistico, 1876, vol. II, pp.357-361. VASCONCELLOS, Barão de & SMITH DE VASCONCELLOS, Barão de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918. TAUNAY, Affonso d'Escragnoille. *Grandes vultos da Independência*. São Paulo: Melhoramentos, 1922, pp.139-142. TAVARES DE LYRA, Augusto. "O Centenário do Senado Brasileiro", in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (153), 1926, p.257. TAVARES DE LYRA, Augusto. "Os Ministros de Estado da Independência à República", in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (193), out./dez. 1946, p.29. RIO BRANCO, Barão de. *Efemérides Brasileiras*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, pp.17, 43, 229, 332 e 418. BARATA, Carlos Eduardo de Almeida. *Presidentes do Senado no Império*. Senado Federal, 1997, pp.451-507. VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais/Fundação João Pinheiro, 1998, vol.1, pp.159, 333, 361, 365-367, 370-371, 373, 379-380, 384-385, 470-471, 476, 501; vol. 2, pp.747-749, 818-819, 899, 970.

Araujo Lima, primeiro Deputado a ser convidado para o Ministério depois da dissolução da Constituinte, que o exonerou, trocando-o na Presidência da Província de Minas Gerais por um membro da câmara temporária (o Deputado João Jozé Lopes Mendes Ribeiro).¹⁴

Após servir, com louvor, a Presidência da Província, nunca mais o Visconde de Caethé voltaria a ocupar uma comissão do Ministério. Durante a crise política que viria a eclodir em 1831, seu nome seria cogitado para ocupar um dos Ministérios – Caethé chegou a ser sondado pelo próprio Imperador a esse respeito. Averso a medidas de força, sua entrevista parece não haver empolgado grandemente o Imperador, que enfrentava então a maior crise de seu reinado.¹⁵

O quinto cidadão a ser nomeado Senador por Minas pelo Imperador foi o vigésimo sétimo a ser indicado pelo eleitorado mineiro. Trata-se do Desembargador Sebastião Luiz Tinoco da Silva, brasileiro adotivo, nascido no Reino de Portugal. Já quase septuagenário, magistrado tratado com distinção pela Coroa, ocupava o lugar de Desembargador da Casa da Suplicação ao tempo em que foi eleito pelos mineiros. Não se conseguiu apurar detalhes de sua biografia e trajetória profissional. Sabe-se, todavia, que serviu em posto da magistratura na vizinha Província de São Paulo em fins do Século XVIII, razão de se crer que, embora nascido em Portugal, estivesse radicado no Brasil havia mais de três décadas.

Nomeado para o Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda dias antes de o Imperador decidir-se pela dissolução da Assembléia Constituinte, Tinoco, por discordar da medida e recusar-se a referendar o decreto, pediu e obteve sua exoneração, não chegando a completar três dias no cargo. Não obstante a sua recusa em fazer a vontade do Imperador,

¹⁴ VASCONCELLOS, Barão de & SMITH DE VASCONCELLOS, Barão de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918. TAVARES DE LYRA, Augusto. “O Centenário do Senado Brasileiro”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (153), 1926, p.257. RIO BRANCO, Barão de. *Efemérides Brasileiras*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, pp.43, 136. VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais/Fundação João Pinheiro, 1998, vol.1, pp.153, 159, 196, 217-218, 262, 263, 299, 470-471, 539; vol. 2, pp.837-838, 878, 970-971.

¹⁵ Arquivo Público Mineiro: Fundo PP.1/54, caixa 4, documento 34.

voltaria a ser chamado para o Ministério, assumindo em 1825 (portanto após as eleições para o Senado serem realizadas em Minas) a Pasta da Justiça. Ficou apenas sessenta dias no cargo.¹⁶

A escolha de Tinoco como Senador por Minas Gerais deu-se mediante a exclusão de cinco nomes mais votados que o dele: Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (que também havia sido rejeitado na lista da vizinha Província de São Paulo, onde vivia como agricultor e que representara nas Cortes de Lisboa e na Constituinte do Rio de Janeiro), Plácido Martins Pereira (Ouvidor da Comarca do Serro Frio, aonde esteve circunscrita a votação que recebeu, maciça, para o Senado e a Câmara dos Deputados), Jozé Caetano Gomes (empregado da Fazenda na Corte), Manoel Ignacio de Mello e Souza (uma das lideranças dos Liberais em Minas, grandemente votado para o Senado e para a Câmara dos Deputados nos colégios refratários à influência ministerial), e Lucio Soares Teixeira de Gouvêa (candidato ministerial à Câmara dos Deputados).

O campeão de votos para o Senado, em Minas Gerais, só veio a ser nomeado pelo Imperador em sexto lugar. Trata-se do Conselheiro Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá. Ao tempo de sua eleição, reuniu mais de três quartos dos votos prestados pelo eleitorado mineiro (sendo muito bem votado não só para o Senado, mas também para a Câmara dos Deputados, mesmo nos colégios refratários à influência ministerial).

A biografia e a trajetória do Conselheiro Camara, estão profundamente ligadas à de seus conterrâneos Marquês de Baependy, Visconde de Congonhas do Campo, e Visconde de

¹⁶ TEIXEIRA DE MELLO, José Alexandre. *Ephemerides Nacionaes*. Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta de Noticias, 1881, Tomo I, pp.289-290. TAVARES DE LYRA, Augusto. “O Centenário do Senado Brasileiro”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (153), 1926, pp.260-261. TAVARES DE LYRA, Augusto. “Os Ministros de Estado da Independência à República”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (193), out./dez. 1946, pp.92-93. VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais/Fundação João Pinheiro, 1998, vol.1, pp.159, 476, 558.

Caethé, todos protegidos do Conde de Linhares.¹⁷ O Conselheiro Camara, eleito pela Província de Minas para representá-la no Conselho de Procuradores das Províncias e na Assembléia Constituinte, deixou a Corte após a abrupta interrupção dos trabalhos legislativos. Aposentado como Conselheiro da Fazenda, recolheu-se à sua propriedade rural, na vizinha Província da Bahia. Era proprietário do Engenho da Ponta, situado no Distrito da Matriz da Freguesia de São Tiago Maior do Iguape, termo da Vila da Cachoeira, engenho esse que, no ano de 1835, chegou a contar duzentos e quarenta e dois escravos.¹⁸

Ignora-se o porquê de este antigo servidor da Coroa e rico dono de engenho não haver sido contemplado com honras de Grandeza ou um título nobiliárquico qualquer. Não obstante haver sido deixado de lado pelo Imperador na distribuição dos títulos de nobreza, o Conselheiro Camara foi investido de poderes aristocráticos, assumindo seu assento na câmara vitalícia da Assembléia Geral do Império.¹⁹

O sétimo a ser contemplado pelo Imperador na nomeação de Senadores pela Província de Minas Gerais foi o Doutor Capitão Mor Jacintho Furtado de Mendonça, que vinha em vigésimo primeiro lugar na lista remetida pelo eleitorado mineiro.

¹⁷ Sobre essa geração, vide SILVA, Ana Rosa Cloclet da. *Inventando a Nação: Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

¹⁸ “Relação do Numero de Fogos, e moradores do Districto da Freguezia de Sant’Iago Maior do Iguape [...] da Villa da Cachoeira (1835)”. Arquivo Público do Estado da Bahia: SH, 6175-1.

¹⁹ SIGAUD, J. F. “Dr. Manoel Ferreira da Camara Bittancourt e Sá”, in: *Revista Trimensal de Historia e Geographia: ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo 4º. Numero 16. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1842, pp.515-518. MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O Intendente Camara: Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá – Intendente Geral das Minas e dos Diamantes (1764-1835)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933. TEIXEIRA DE MELLO, José Alexandre. *Ephemerides Nacionaes*. Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta de Noticias, 1881, Tomo II, pp.289-290. SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1898, Vol.IV, p.75. TAVARES DE LYRA, Augusto. “O Centenário do Senado Brasileiro”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (153), 1926, p.256. VELHO SOBRINHO, João Francisco. *Dicionário Biobliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Vol.II, 1940, pp.327-329. RIO BRANCO, Barão de. *Efemérides Brasileiras*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, pp.43, 229 e 593. VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais/Fundação João Pinheiro, 1998, vol.1, pp. 159, 356, 457, 470-471; vol. 2, pp.885-886, 970-971, 1050-1053.

Pouco se conseguiu apurar sobre a vida e trajetória desse que foi o sétimo Senador por Minas: cinquentenário ao tempo de sua nomeação para o Senado do Império, nascera no termo municipal da Vila do Príncipe, sendo filho legítimo de Luis Antonio Bittancourt, e de Maria Roza do Espírito Santo, de quem não se tem notícia.

Matriculado no curso de Leis da Universidade de Coimbra, bacharelou-se em Cânones em 1799, havendo sido colega de turma do futuro Marquês de Caravellas. Foi ainda contemporâneo dos depois Marqueses de Maricá, Paranaguá e Nazareth, bem como do Visconde de São Leopoldo. Quando estava prestes a concluir sua carreira de estudos, ingressou em Coimbra o futuro Conde de Valença. Esse espaço de convivência proporcionado por Coimbra não foi sua única ligação com os Grandes do Império.

De volta ao Brasil, Jacintho Furtado de Mendonça decidiu estabelecer-se na Cidade do Rio de Janeiro, casando-se em 1807 com Francisca de Paula Lis Castello Branco, então viúva do Capitão Jozé Thomaz Gusmão. Esta senhora era filha do Coronel Ignacio de Lemos Mascarenhas e sobrinha do Bispo do Rio de Janeiro, Dom Jozé Joaquim Justiniano Mascarenhas Castello Branco. Por seu casamento, esse mineiro do Serro Frio ingressou numa tradicional família fluminense, tornando-se um opulento fazendeiro – e, no ano seguinte, a mudança da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro acentuaria essa fortuna. Uma das filhas de Jacintho foi casada com o depois Marquês de Quexeramoby, outro Grande do Império oriundo da Província de Minas Gerais (que teve importante papel na preparação do movimento da Independência).

Na condição de Capitão Mor de Ordenanças, Jacintho foi eleito por sua terra natal às Cortes de Lisboa. Todavia, como seus conterrâneos, não seguiu para Portugal, permanecendo no Rio de Janeiro. Com as eleições para a Assembléia Geral Constituinte no Brasil, saiu eleito pelo Rio de Janeiro e por Minas Gerais. Optou por tomar assento por aquela província. Na Constituinte, teve participação discreta: não se destacou como orador, não fez parte de

comissão alguma, nem chegou a compor alguma das sucessivas mesas diretoras da Assembléia. Mesmo assim, conseguiu votação expressiva para o Senado em sua terra natal, reunindo maioria absoluta dos votos em São João del-Rei, Minas Novas, Vila do Príncipe, e Tamanduá.

Além do apoio manifesto pelo eleitorado da Comarca do Serro Frio, sua terra natal, e da Comarca do Rio das Mortes, vizinha da Província do Rio de Janeiro, Jacintho Furtado de Mendonça foi também agraciado pelo Imperador e seu Conselho de Estado, que o escolheram para compor a câmara vitalícia da Assembléia Geral como Senador por Minas Gerais.²⁰

O Desembargador João Evangelista de Faria Lobato, décimo oitavo na lista de nomes indicados pelo eleitorado mineiro ao Imperador, foi por este nomeado em oitavo lugar.

Era primo materno do Presidente da Província de São Paulo – o qual, antes de ser nomeado Senador por esta província, fora agraciado com o título de Barão de Congonhas do Campo, sendo elevado a Visconde ao final daquele ano de 1826. Lobato, como seu primo, havia sido eleito Deputado pela Província de Minas Gerais à Assembléia Geral Constituinte, mas nessa teve uma participação bastante modesta: chegou à Corte, com atraso, apenas em fins de Setembro, não chegando a completar dois meses a sua atuação como Deputado.

Estabelecido na Corte como Desembargador da Casa da Suplicação, Lobato havia sido contemporâneo, quando estudante em Coimbra, de vários Conselheiros de Estado: Cachoeira, Inhambupe, Santo Amaro, Baependy, e Queluz. Destes, apenas Baependy não havia sido seu colega de curso, e Santo Amaro foi, além de colega de curso, da mesma turma com que Lobato se formou. Além desses colegas, nobilitados pelo Imperador, Lobato foi

²⁰ TEIXEIRA DE MELLO, José Alexandre. *Ephemerides Nacionaes*. Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta de Noticias, 1881, Tomo I, p.45. TAVARES DE LYRA, Augusto. “O Centenário do Senado Brasileiro”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (153), 1926, p.262. RIO BRANCO, Barão de. *Efemérides Brasileiras*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, pp.43 e 448. VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais/Fundação João Pinheiro, 1998, vol.1, pp.156, 158-159, 207-208, 254-256, 470-471; vol. 2, pp.779, 970-971.

contemporâneo do Conselheiro Camara, seu colega de turma, do depois Visconde de Congonhas do Campo (seu primo), e do depois Visconde de Caethé (com quem tinha grande amizade).²¹

Malgrado sua exclusão do círculo de titulares brasileiros, suas conexões com os Grandes do Império e sua experiência como magistrado certamente influíram na escolha de seu nome para a câmara vitalícia.

O Coronel Antonio Gonçalves Gomide, vigésimo nome na lista remetida ao Imperador pelo eleitorado mineiro, foi o nono e penúltimo escolhido do Imperador para representar Minas no Senado. Com pequena diferença de número de votos, Gomide havia sido eleito também para a câmara temporária.

Deputado por Minas à Constituinte, Gomide louvou a dissolução da mesma, divulgando pela imprensa mineira os princípios políticos do Ministério e, sobretudo, do Conselho de Estado, dos quais se mostrava partidário.

Durante o reinado de Dom Pedro I, os adversários de Gomide chegaram a especular que ele haveria de ser elevado a Barão de Cocaes – título com o qual jamais foi agraciado (e que só veio a ser concedido, anos depois da morte de Gomide, a um primo de sua esposa). Não foi possível apurar se, da parte do Imperador, realmente existia o desejo de nobilitar Gomide com esse título. O que se sabe é que, havendo Gomide servido ao partido

²¹ PORTO-ALEGRE, Manoel de Araujo. “Elogio historico geral dos membros fallecidos”, in: *Revista Trimensal de Historia e Geographia*: ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Tomo XI. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1848, pp.174-176. *Anuario Politico, Historico e Estatistico do Brazil*. Rio de Janeiro: Firmin Didot Irmãos, 1846. VASCONCELLOS, José Marcellino Pereira de. *Selecta Brasiliense*: ou noticias, descobertas, observações, factos e curiosidades em relação aos homens, á historia e cousas do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1868, pp.81-83. TEIXEIRA DE MELLO, José Alexandre. *Ephemerides Nacionaes*. Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta de Noticias, 1881, Tomo I, p.419. SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1895, Vol.III, p.420. TAVARES DE LYRA, Augusto. “O Centenário do Senado Brasileiro”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (153), 1926, p.258. VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais/Fundação João Pinheiro, 1998, vol.1, pp.159, 470-471, 476, 590-591; vol. 2, pp.970-971.

aristocrático que, a partir do Conselho de Estado, procurou se impor à Assembléia Geral do Império, foi por ele premiado com um lugar na câmara vitalícia.²²

O último nome escolhido pelo Imperador para compor, como representante da Província de Minas Gerais, o Senado do Império foi o do Cônego Marcos Antonio Monteiro de Barros, que aparecia em décimo segundo lugar na lista dos indicados pelo eleitorado mineiro. O Cônego Marcos Monteiro era irmão inteiro do então Barão – depois Visconde – de Congonhas do Campo (Lucas Antonio Monteiro de Barros), nomeado Senador por São Paulo, e primo materno do Desembargador João Evangelista de Faria Lobato, nomeado Senador por Minas, sobre os quais já se falou.

Já beirando os cinqüenta anos de idade, o Cônego Marcos Monteiro, como seu irmão mais velho, também havia nascido nos limites entre a Cidade de Ouro Preto e a Vila de Queluz, na Freguesia de Congonhas do Campo (localidade a que o título com que Lucas Monteiro fora agraciado fazia alusão). Sexto de uma família que chegou a contar nove irmãos (entre os quais sete varões), Marcos Monteiro foi batizado aos 23 de Outubro de 1777.

Enviado para estudar em Coimbra após o falecimento do pai e formatura do irmão mais velho, matriculou-se no curso de Leis em 1794. Bacharelou-se em 1798, formando-se no curso de Cânones no ano seguinte. Foi contemporâneo em Coimbra dos depois Marqueses de Paraguá, Nazareth, e Caravellas, bem como do Visconde de São Leopoldo e do Doutor Capitão Mor Jacintho Furtado de Mendonça, nomeado Senador por Minas. Quando concluía seus estudos, começava-os o depois Conde de Valença. Diferentemente destes, Marcos Monteiro optou pelo estado eclesiástico, ordenando-se presbítero alguns anos depois de sua

²² MACEDO, Joaquim Manuel de. *Supplemento do Anno Biographico*. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1880, pp.83-85. SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883, Vol.I, p.183. TAVARES DE LYRA, Augusto. “O Centenário do Senado Brasileiro”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (153), 1926, pp.258-259. DORNAS FILHO, João. *Figuras da Província*. Belo Horizonte: Movimento Editorial Panorama, 1949, pp.86-114. VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais/Fundação João Pinheiro, 1998, vol.1, pp.159, 256-259, 275, 305-306, 471, 483; vol. 2, pp.970.

formatura. Em 1803, ano seguinte à sua ordenação sacerdotal, serviu o cargo de Promotor do Juízo Eclesiástico na Vara da capital mineira. Ali, exerceu também, interinamente, em substituição a outro de seus irmãos (Doutor João Gualberto), a função de Procurador da Mitra, no qual foi posteriormente provido. Em seguida, ainda na capital mineira, foi nomeado Vigário da Vara e, transferindo-se para a sede do Bispado, foi feito Vigário Geral do mesmo. Marcos Monteiro foi então apresentado e tomou assento, como membro do Cabido de Mariana, no ano de 1815. No ano seguinte, seria nomeado Arcediago do referido Bispado.

Uma década depois de fazer parte da cúpula eclesiástica do Bispado de Mariana, o Cônego Marcos Monteiro seria alçado à cúpula política do Império do Brasil – para o que muito devem ter contribuído, não só os seus próprios méritos, mas também os serviços prestados por seu irmão ao Ministério e ao Conselho de Estado.²³

Concluídas as nomeações dos Senadores que haveriam de representar a Província de Minas Gerais na câmara vitalícia da Assembléia Geral, ficou assim composta a bancada mineira: um nome aparentemente sem ligações com a província (o minhoto Sebastião Luis Tinoco da Silva), dois nomes ligados à Comarca do Ouro Preto (João Evangelista de Faria Lobato, e seu primo Marcos Antonio Monteiro de Barros), três nomes ligados à Comarca do Rio das Velhas (o depois Marquês do Sabará, o depois Visconde de Caethé, e Antonio Gonçalves Gomide), dois nomes ligados à Comarca do Serro Frio (Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá, e Jacintho Furtado de Mendonça), e nenhum nome ligado à Comarca de Paracatu.

²³ TEIXEIRA DE MELLO, José Alexandre. *Ephemerides Nacionaes*. Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta de Noticias, 1881, Tomo II, p.295. TAVARES DE LYRA, Augusto. “O Centenário do Senado Brasileiro”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (153), 1926, p.259. TRINDADE, Raymundo. *Archidiocese de Marianna*: subsidios para sua história. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1929, Vol.II, pp.580-582, 678 e 747. RIO BRANCO, Barão de. *Efemérides Brasileiras*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, pp.43 e 558. VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais/Fundação João Pinheiro, 1998, vol,1, pp.159, 332, 487, 495; vol. 2, pp.853-854, 1061.

Ao fim de 1826, três dos dez Senadores por Minas haveriam de gozar das honras de Grandes do Império: os Marqueses de Baependy e do Sabará (Conselheiros de Estado em caráter efetivo) e o Conde de Valença (Conselheiro de Estado em caráter honorário). O Visconde de Caethé, titular sem honras de Grandeza, como Presidente da Província de Minas Gerais, seria autoridade subalterna a sucessivos Ministros de Estado dos Negócios do Império. Os outros seis, a despeito de haverem sido investidos aristocratas com sua nomeação para a câmara vitalícia, nenhum título nobiliárquico haveriam de receber em suas vidas.

CAPÍTULO 4:
A CÂMARA TEMPORÁRIA

A convocação da Assembléia Geral Legislativa do Império

A fim de consolidar-se, o Governo Imperial precisou enfrentar militarmente o Reino de Portugal (que não admitia a separação do Brasil), os dissidentes da Confederação do Equador (que não aceitavam os termos propostos pelo Conselho de Estado no pacto político que constituiu o Império), e os dissidentes da Cisplatina (que tampouco aceitavam submeter-se à autoridade do Governo Imperial). Consideravelmente diminuídas as reservas do Tesouro Público Nacional com as despesas de guerra, era preciso apelar para o auxílio dos representantes da Nação. Segundo Armitage, foi essa a principal motivação do Governo Imperial a não mais adiar a convocação da Assembléia Geral.¹

Reuniram-se, então, os membros vitalícios da Câmara dos Senadores e os membros temporários da Câmara dos Deputados, a fim de dar início aos trabalhos legislativos. Começaram os trabalhos preparatórios aos 29 de Abril de 1826. A sessão solene de abertura da Assembléia Geral se deu aos 6 de Maio no Paço do Senado.

A composição da bancada mineira

Na Assembléia Geral, havia cento e cinquenta assentos: cem na câmara temporária, cinquenta na câmara vitalícia. Minas Gerais era a província com a maior representação no Império.

Na câmara temporária, dos vinte assentos destinados aos representantes da Província de Minas Gerais, apenas nove haviam sido ocupados ao tempo da instalação da Assembléia Geral.

Desde a primeira sessão preparatória, vinham participando ativamente das discussões os Deputados Joze Antonio da Silva Maya, Bernardo Pereira de Vasconcellos, Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, Jozé Custodio Dias, Jozé Carlos Pereira de Almeida Torres, e Jozé de

¹ ARMITAGE, John. *History of Brazil: from the period of the arrival of the Braganza Family in 1808, to the abdication of Don Pedro the First in 1831*, compiled from State documents and other original sources. London: Smith, Elder and Co., 1836, Vol. I, p. 236.

Rezende Costa. Também esteve presente, já na primeira sessão preparatória, o suplente Antonio Marques de Sampaio. Logo em seguida, antes de ser instalada a Assembléia Geral, chegaram e tomaram assento os Deputados Joze Cesario de Miranda Ribeiro (Sessão de 1º de Maio) e Candido Joze de Araujo Viana (Sessão de 2 de Maio).

Pouco depois da abertura da Assembléia Geral pelo Imperador, tomaram assento os Deputados Antonio Augusto Monteiro de Barros (Sessão de 10 de Maio), Antonio da Roxa Franco e João Joze Lopes Mendes Ribeiro (Sessão de 13 de Maio).

O Deputado Manoel Ignacio de Mello e Souza, alegando problemas de saúde, não tomaria assento no ano de 1826. Com muito atraso chegariam à capital do Império os Deputados Placido Martins Pereira (que tomou assento na Sessão de 11 de Julho) e Antonio Paulino Limpo de Abreo (com assento na Sessão de 22 de Agosto).

A Câmara Municipal da Imperial Cidade do Ouro Preto (responsável pela diplomação dos Deputados por Minas) já havia atentado, antes mesmo de começarem os trabalhos legislativos, para a necessidade da convocação de suplentes: afinal, dentre os eleitos para a Câmara dos Deputados, haviam sido nomeados Senadores o Coronel Antonio Gonçalves Gomide, o Desembargador Estevão Ribeiro de Rezende (então com o título de Barão de Valença), o Desembargador Jozé Teixeira da Fonseca Vasconcellos (então com o título de Barão de Caethé), e o Conselheiro Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá.

Na suplência por Minas, estavam o Doutor Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que já havia tomado assento como Deputado por São Paulo; o Desembargador Jozé Clemente Pereira, que já havia tomado assento como Deputado pelo Rio de Janeiro; o Desembargador João Evangelista de Faria Lobato, que havia sido nomeado Senador por Minas; o Conselheiro João Severiano Maciel da Costa (então com o título de Visconde de Queluz), que havia sido nomeado Senador pela Paraíba; o Doutor Capitão Mor Jacintho Furtado de Mendonça, que havia sido nomeado Senador por Minas; o Cônego Antonio Marques de Sampaio, que tomou

assento como Deputado por Minas logo nas primeiras sessões preparatórias da câmara temporária; o Conselheiro Antonio Luiz Pereira da Cunha (então com o título de Visconde de Inhambupe), que havia sido nomeado Senador pelo Pernambuco; o Sargento Mor Luiz Augusto May, convocado para tomar assento por Minas; Joaquim Gonçalves Ledo, que já havia tomado assento como Deputado pelo Rio de Janeiro; o Cônego Joze Bento Leite Ferreira de Mello, e o Capitão Mor Custodio Jozé Dias, convocados para tomarem assento por Minas.

A necessidade de chamar outros dois suplentes para compor a bancada mineira surgiria ainda no começo dos trabalhos da Câmara dos Deputados: o Padre Mestre Januario da Cunha Barboza, eleito pela Província de Minas Gerais e pela vizinha do Rio de Janeiro, preferiu tomar assento por esta (em que vivia) em vez de tomar por aquela (com a qual não tinha vínculos, senão os de amizade); e o Padre Manoel Rodrigues da Costa, queixando-se dos incômodos da velhice, conseguiu ser dispensado do mandato que lhe havia sido conferido por seus conterrâneos. A fim de ocupar seus lugares, recorreu-se outra vez à lista de suplentes. Nela estavam o Desembargador Manoel Caetano d'Almeida e Albuquerque, que já havia tomado assento como Deputado por Pernambuco; o Conselheiro Manoel Jacintho Nogueira da Gama (então com o título de Visconde de Baependy), que havia sido nomeado Senador por Minas; o Desembargador Lucas Antonio Monteiro de Barros (então com o título de Barão de Congonhas do Campo), que havia sido nomeado Senador por São Paulo; o Capitão João Joaquim da Silva Guimarães, e o Cônego Doutor Joaquim Joze Lopes Mendes Ribeiro, convocados para tomarem assento por Minas.

O Sargento Mor Luiz Augusto May tomou assento na Sessão de 30 de Junho; o Capitão João Joaquim da Silva Guimarães e o Cônego Joze Bento Leite Ferreira de Mello, na Sessão de 19 de Julho. O Capitão Mor Custodio Jozé Dias também só tomaria assento no

segundo semestre. O Cônego Doutor Joaquim Jozé Lopes Mendes Ribeiro esteve ausente da Câmara dos Deputados no ano de 1826, só tomando assento em 1827.²

Vê-se, pois, na configuração da bancada mineira na câmara temporária, uma reviravolta política: apesar de haver se sagrado vencedor nas eleições, fazendo a maioria dos nomes indicados ao Senado e à Câmara dos Deputados, o partido governista acabou sofrendo um desfalque em suas fileiras em decorrência dos resultados cruzados nessas eleições, abrindo-se brecha para a entrada de gente pouco afeta aos Conselheiros e Ministros de Estado. Assim, os oposicionistas da bancada mineira, até então em número de quatro (o jovem Bernardo Pereira de Vasconcellos, o velho republicano Jozé Custodio Dias, e os democratas da primeira Junta de Governo, João Jozé Lopes Mendes Ribeiro e Manoel Ignacio de Mello e Souza), ganharam o reforço de mais cinco aliados (o redator da *Malagueta*, Luiz Augusto May; o irmão mais novo do Padre Jozé Custodio Dias, Custodio Jozé Dias; e os aliados de João Lopes na primeira Junta de Governo de Minas, Jozé Bento Leite Ferreira de Mello, João Joaquim da Silva Guimarães, e Joaquim Jozé Lopes Mendes Ribeiro).

Se esses nove representantes mineiros, aliando-se aos deputados oposicionistas das outras províncias, podiam criar obstáculos aos Ministros e Conselheiros de Estado, estes esperavam poder contar não só com os nove cidadãos por cuja eleição haviam se empenhado (Candido Jozé de Araujo Viana, Jozé Antonio da Silva Maya, Antonio Augusto Monteiro de Barros, Antonio da Roxa Franco, Jozé Cesario de Miranda Ribeiro, Lucio Soares Teixeira de

² Ao fim do ano de 1826, apenas dezoito dos vinte Deputados por Minas Gerais haviam tomado assento na câmara temporária. Estiveram ausentes o Desembargador Manoel Ignacio de Mello e Souza, e o Cônego Doutor Joaquim Jozé Lopes Mendes Ribeiro. Em verdade, das dezenove províncias do Império, apenas oito estiveram completamente representadas na Câmara dos Deputados: Maranhão (quatro deputados), Piauí (um deputado), Rio Grande do Norte (um deputado), Espírito Santo (um deputado), Goiás (dois deputados), Mato Grosso (um deputado), Santa Catarina (um deputado), e Rio Grande do Sul (três deputados). À Província do Pará, faltava um de seus três deputados; à do Ceará, um (de oito); à da Paraíba, quatro (de cinco); à do Pernambuco, três (de treze); à das Alagoas, um (de cinco); à de Sergipe, seus dois deputados; à da Bahia, dois (de treze), à do Rio de Janeiro, um (de oito); à de São Paulo, dois (de nove); e à Cisplatina um (de dois). Todos esses assentos, desocupados na sessão de 1826, seriam posteriormente ocupados, quer por seus titulares, quer por seus suplentes – à exceção de dois: o lugar do Padre Amaro de Barros de Oliveira Lima, eleito pela Paraíba; e o do Capitão Mor Jozé Matheus da Graça Leite Sampaio, eleito por Sergipe. Foram esses os únicos a serem eleitos para a Câmara dos Deputados que nem tomaram assento, nem foram substituídos por suplentes. Vide JAVARI, Barão de. *Organizações e Programas Ministeriais: regime parlamentar no Império*. (2ª ed.) Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1962.

Gouvêa, Jozé Carlos Pereira de Almeida Torres, Jozé de Rezende Costa, e Antonio Marques de Sampaio), mas também com as duas notabilidades locais (Antonio Paulino Limpo de Abreo, Ouvidor da Comarca de Paracatu, e Placido Martins Pereira, Ouvidor da Comarca do Serro Frio), que foram eleitas no biênio anterior sem o empenho do Governo Imperial.

A ocupação dos espaços políticos na câmara temporária

O jovem magistrado Candido Joze de Araujo Viana, nome mais votado na Província de Minas Gerais, parece haver alcançado alguma notoriedade também entre seus pares – para o que deve ter contribuído sua atuação na Assembléia Constituinte. Em 1826, foi eleito membro da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados por sucessivas vezes: foi 1º Suplente, de Maio a Junho; 3º Secretário, de Junho a Julho; 4º Secretário, de Julho a Agosto; e novamente 3º Secretário, de Agosto a Setembro. Nesse ano, fez também parte da Comissão da Redação do Diário da Câmara dos Deputados (experiência que trazia da Constituinte). No ano seguinte, voltaria a ser eleito para a Mesa Diretora: foi 1º Suplente, de Junho a Julho; reeleito para o período de Julho a Agosto; 2º Suplente de Setembro a Outubro; e 1º Suplente no último bimestre da sessão legislativa (Outubro a Novembro). Paralelamente, atuou também como membro da Comissão de Redação das Leis, e da Redação do Diário da Câmara dos Deputados, para as quais também havia sido eleito. Em 1828, Candido não mais ocuparia assento na Mesa Diretora: por contar com as boas graças do Governo Imperial, foi-lhe confiada, pelo Ministro de Estado dos Negócios do Império, a Presidência da Província das Alagoas – razão pela qual se afastou da Câmara dos Deputados nesse ano de 1828, em que foram realizadas eleições para a Legislatura seguinte (1830 a 1833). Ao final da sessão legislativa de 1828, Candido receberia nova comissão do Ministério: foi nomeado Presidente da Província do Maranhão.

Também havia participado da Constituinte o magistrado Joze Antonio da Silva Maya – que, nessa Legislatura, foi eleito, por sucessivas vezes, para a Mesa Diretora. Em 1826, foi 2º Secretário (Maio a Setembro); em 1827, foi 1º Secretário (Maio a Outubro) e 2º Secretário (Outubro a Novembro); e, em 1828, foi 1º Secretário (Maio a Julho), 3º Secretário (Julho a Agosto), e 2º Secretário (Agosto a Setembro). Não só atuou como membro da Mesa Diretora, mas também de várias comissões: em 1826, fez parte da Comissão do Regimento Interno (pela experiência que já trazia da Constituinte); em 1827, fez parte da Comissão Especial para Reforma do Regimento, da Comissão de Redação das Leis, e da Comissão Especial de Redação do Código Criminal; em 1828, voltou a fazer parte da Comissão de Redação das Leis. Maya destacava-se, com frequência, como orador – sendo grandemente respeitado por sua liberalidade e moderação.

O Cônego Antonio da Roxa Franco, que também havia participado da Constituinte, teve uma atuação relativamente modesta no ano de 1826, sendo eleito para o trabalho das comissões somente no segundo ano daquela Legislatura: em 1827, fez parte da Comissão de Negócios Eclesiásticos, para a qual foi reeleito em 1828. Por combater o partido formado na Câmara dos Deputados, que pugnava por uma série de reformas das instituições e disciplina eclesiásticas, o Vigário Franco tornou-se figura odiada entre os oposicionistas.

O jovem magistrado Joze Cesario de Miranda Ribeiro, estreante nas lides parlamentares (apesar de haver sido eleito para o Congresso das Cortes de Lisboa, no qual não tomou assento), foi orador freqüente naquela Legislatura, destacando-se por seu espírito moderado e conciliador. Em 1827, trabalhou na Comissão de Justiça Civil e Criminal, para a qual havia sido eleito. Em 1828, voltou a ser eleito para a Comissão de Justiça Civil (de que se separou a Justiça Criminal), e para a Comissão de Redação das Leis. No final da sessão legislativa de 1828, Joze Cesario, recebendo um voto de confiança do Ministério, foi nomeado Presidente da Província do Ceará (mas não tomou posse desse emprego).

Outro que se destacou na Câmara dos Deputados, não só como orador e membro das comissões, mas também como membro da Mesa Diretora e liderança parlamentar, foi o magistrado Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. Em seu terceiro mandato como Deputado por Minas (pois havia sido eleito às Cortes de Lisboa e à Constituinte), Lucio Soares foi, em 1826, membro da Comissão de Polícia Interna; e, em 1827, da Comissão Especial para Reforma do Regimento, e da Comissão de Constituição. Nesse ano de 1827 e no seguinte, compôs o primeiro Ministério formado a partir das notabilidades da câmara temporária, ficando encarregado pela Pasta da Justiça. Logo após pedir sua exoneração, em 1828, depois de haver estado à frente do Ministério da Justiça por seis meses, Lucio Soares foi eleito Vice-Presidente da Câmara dos Deputados (Julho a Setembro). A princípio, Lucio Soares gozou de grande prestígio também entre os oposicionistas por defender as prerrogativas da Câmara dos Deputados. Sua ascensão ao Ministério e sua atuação nas eleições de 1828 acabariam, porém, por afastá-lo desse partido que crescia em força e prestígio.

Também o jovem magistrado Jozé Carlos Pereira de Almeida Torres prestou importantes serviços como membro da Mesa Diretora e das comissões. Em 1826, serviu como 2º Suplente (Julho a Setembro), função para a qual foi reeleito também no ano seguinte (Maio a Junho); em 1827, foi ainda 4º Secretário (Junho a Julho), 2º Secretário (Julho a Outubro), e 1º Secretário (Outubro a Novembro); em 1828, voltou a servir como 2º Secretário (Junho a Julho), e 1º Secretário (Julho a Setembro). No trabalho das comissões, fez parte da Comissão de Petições (1826), da Comissão de Justiça Civil e Criminal (1827), na Comissão de Justiça Criminal (1828), e na Comissão de Poderes e Petições (1828). Ao fim da sessão legislativa de 1828, o Ministério confiou a Jozé Carlos a presidência da Província de São Paulo.

Além desses seis, participaram dos trabalhos das comissões outros dois participantes da coalizão eleitoral promovida em 1824 pelos Ministros e Conselheiros de Estado. Da Comissão de Fazenda, participou, por três anos sucessivos (1826, 1827 e 1828), o

Conselheiro Jozé de Rezende Costa, que freqüentemente saiu em defesa do Marquês de Baependy quando este foi Ministro da Fazenda; e, da Comissão de Colonização e Catequese, em 1828, o Cônego Antonio Marques de Sampaio, outro importante sustentáculo do partido ministerial que se formou na Câmara dos Deputados.

O único que, sendo eleito Deputado por Minas com o empenho dos Ministros e Conselheiros de Estado, teve participação inexpressiva nos trabalhos da câmara temporária foi o jovem magistrado Antonio Augusto Monteiro de Barros. Não fez parte da Mesa Diretora, nem de comissão alguma. Tampouco se destacou como orador ou como autor de algum projeto: sua participação praticamente se limitou às votações.

Das notabilidades locais que, em Minas, foram eleitas para a câmara temporária sem o empenho do Governo Imperial, o Desembargador Placido Martins Pereira (eleito praticamente apenas com os votos da Comarca do Serro Frio) foi uma figura apagada: não participou nem da Mesa Diretora, nem das comissões. Não se destacou como orador, não apresentou projetos... Limitou-se a prestar seu voto quando este lhe era pedido. Portou-se de maneira diferente o jovem magistrado Antonio Paulino Limpo de Abreo (a quem os votos da Comarca de Paracatu e de parte da Comarca do Rio das Mortes garantiram um assento na câmara temporária). Limpo foi um orador que, aos poucos, foi vencendo sua timidez inicial e, em 1827, conseguiu ser eleito para a Comissão de Poderes, para a qual foi reeleito em 1828, quando esta passou a Comissão de Poderes e Petições.

Dentre os representantes mineiros que, quando da instalação da Assembléia Geral em 1826, faziam oposição ao Ministério, o que teve participação mais ativa foi, sem dúvida, o jovem Bernardo Pereira de Vasconcellos, então no exercício de seu primeiro mandato. Logo nas sessões preparatórias, destacou-se como polemista, fazendo uso do sarcasmo contra seus adversários e produzindo alguma hilaridade nas galerias da Câmara dos Deputados. Seus dotes como orador, todavia, ele ainda os haveria de desenvolver com o progresso dos

trabalhos legislativos. Trazia ele para a Assembléia Geral grande indisposição para com o Conselheiro Manoel Jacintho Nogueira da Gama (então Visconde de Baependy), “hereditário inimigo” (segundo definição do próprio Vasconcellos) que se havia encastelado no Conselho de Estado e no Senado do Império, como membro vitalício e titulado. Averso ao *elemento aristocrático* com que o Conselho de Estado, sob o influxo do Imperador, havia procurado dotar o Brasil, Vasconcellos logo se mostrou ferrenhopositor dessa engenharia institucional: confrontou várias vezes os Ministros e Conselheiros de Estado, e defendia as prerrogativas da Câmara dos Deputados contra o que ele considerava “usurpações” do Senado. Com seus discursos e projetos, Vasconcellos empenhou-se na reforma das instituições políticas. O “obscuro Vasconcellos”, que alcançara notoriedade nacional no ano anterior (por sua polêmica pela imprensa contra o futuro Marquês de Baependy), estreava nas lides parlamentares já com o reconhecimento de seus pares. Ao longo daquela Legislatura, Vasconcellos seria sempre eleito para importantes comissões: em 1826, fez parte da Comissão de Poderes, da Comissão de Constituição, e da comissão encarregada de elaborar a Lei de Responsabilidade dos Ministros e Conselheiros de Estado, e mais Leis Regulamentares; em 1827, novamente da Comissão de Constituição, e da Comissão de Redação do Diário; em 1828, da Comissão de Justiça Criminal e da Comissão Principal de Fazenda. Quando da convocação de eleições para a legislatura seguinte, Vasconcellos era uma das figuras mais destacadas do partido que se formou em oposição ao Ministério. A fim de cooptá-lo, o Governo Imperial o convidou a ser Ministro de Estado dos Negócios da Justiça, ou então Presidente da Província de Minas Gerais – mas Vasconcellos recusou a esses dois convites, preferindo continuar na posição de censor do Governo...

Figurava constantemente, ao lado de Vasconcellos, o Padre Jozé Custódio Dias, republicano assumido, orador freqüente e exaltado. Fora a Comissão de Polícia Interna, de que participou em 1826, não voltaria a integrar os trabalhos das comissões, limitando-se a

fazer suas intervenções e indicações na câmara temporária, e polemizando pela imprensa. Pela defesa intransigente e destemida que fazia dos *princípios democráticos*, o Padre Jozé Custodio foi saudado como herói por seus partidários. Seu irmão mais novo, o Capitão Mor Custodio Jozé Dias, suplente que havia sido convocado para tomar assento como Deputado por Minas, não tinha sua eloqüência: ausente nos debates, chegou porém a ser eleito para trabalhar na Comissão de Minas e Bosques nos anos de 1827 e 1828.

Além de Vasconcellos e do Padre Jozé Custodio, que haviam sido eleitos para a Câmara dos Deputados contra os desejos dos Ministros e Conselheiros de Estado, via-se ainda o grupo oriundo da primeira Junta de Governo, infamada como republicana por sua tendência autonomista e pela simpatia que seus membros nutriam pela *forma democrática*. Encabeçava o grupo o antigo Secretário de Governo, Coronel João Joze Lopes Mendes Ribeiro, secundado por seu irmão mais velho, Cônego Doutor Joaquim Jozé Lopes Mendes Ribeiro, e pelo Capitão João Joaquim da Silva Guimarães. Aliados a João Lopes, estavam o Desembargador Manoel Ignacio de Mello e Souza, e o Cônego Joze Bento Leite Ferreira de Mello. Todos esses cinco haviam feito parte da primeira Junta de Governo, dissolvida em 1822. Após o biênio de ostracismo a que foram condenados, voltavam à cena política, eleitos graças à coalizão eleitoral que promoveram em Minas. Do grupo, apenas João Lopes e Manoel Ignacio haviam conseguido se eleger: os demais, na suplência, só tomaram assento por causa das sucessivas vagas que foram surgindo, em razão dos resultados cruzados das eleições. Na Câmara dos Deputados, a apenas dois integrantes desse grupo foi confiado um assento nas comissões: o Capitão João Joaquim da Silva Guimarães atuou, em 1827 e 1828, na Comissão Principal de Fazenda; e o Cônego Joze Bento Leite Ferreira de Mello, eleito em 1828 para a Comissão de Colonização e Catequese, e para a Comissão dos Negócios Eclesiásticos.

Tiveram participação inexpressiva, na câmara temporária, os irmãos Lopes e o Desembargador Manoel Ignacio. Desses, porém, João Lopes se distinguiu por sua habilidade

em trabalhar nos bastidores da política. Escolhido pelo Ministro dos Negócios do Império para a Presidência da Província de São Paulo, conseguiu, tornando sem efeito essa nomeação, ser indicado para a Presidência da Província de Minas Gerais, de cujo governo tomou posse na virada de 1827 para 1828. Quando da convocação de eleições para a legislatura seguinte, João Lopes tinha a seu lado o Governo Imperial, os recursos provinciais, e os canais de comunicação com as diferentes partes da Província.

Figura um tanto isolada era o Sargento Mor Luiz Augusto May, redator da célebre *Malagueta*, que obteve votação dispersa pela Província e desvinculada das coalizões eleitorais que se formaram. Estando na suplência, foi convocado para tomar assento como Deputado por Minas. Também ele atuou nas comissões: foi, em 1827 e 1828, eleito para a Comissão de Estatística e Diplomacia, e para a Comissão de Marinha de Guerra. Voltaria também a redigir seu periódico, que ficou silenciado durante bom tempo, quando da proximidade das eleições para a legislatura seguinte.

A partir de tais espaços políticos, procuraram os representantes das províncias do Império adaptar o aparelho do Estado à realidade da Nação (quando não tentaram também adaptar a realidade da Nação à sua concepção de como a sociedade deveria ser). Como havia concepções opostas do que vinha a ser o bem público, o embate entre os contrários mostrava-se inevitável. A fim de fazerem avançar suas propostas e projetos, e fazer frente a seus adversários, viam-se os deputados na necessidade de firmarem alianças entre si mesmos e com figuras fora da câmara temporária.

Os partidos na Assembléia Geral

No tempo em que durou a Primeira Legislatura da Assembléia Geral, quatro Gabinetes Ministeriais se sucederam na administração do Império.

O primeiro deles durou quase um ano: de 21 de Janeiro de 1826 a 15 de Janeiro de 1827. Durante sua existência, foi realizada a sessão legislativa de 1826 (que durou de 29 de Abril a 6 de Setembro). Todos os integrantes desse Gabinete Ministerial, titulados em fins de 1825, haveriam de adquirir honras de Grandeza ao serem elevados em fins de 1826. Compunham esse Gabinete: o Marquês de Caravellas (Justiça), o Marquês de Inhambupe (Estrangeiros), o Marquês de Baependy (Fazenda), o Marquês de Paranaguá (Guerra), e o Conde de Lages (Marinha). Pela Pasta do Império, passaram o Conde de Lages, o Marquês de Caravellas, e o Visconde de São Leopoldo. Era esse Gabinete, portanto, composto por Titulares da Nobreza, Conselheiros de Estado e Senadores (à exceção do Conde de Lages, que ainda haveria de ser introduzido no Conselho de Estado, como membro efetivo, em 1827; e no Senado em 1829).³

O segundo Gabinete Ministerial durou pouco mais de dez meses: de 15 de Janeiro a 20 de Novembro de 1827. Durante a sua existência, foi realizada a sessão legislativa de 1827 (que durou de 25 de Abril a 31 de Agosto). Também neste Gabinete se vê o predomínio dos Titulares da Nobreza, Senadores e Conselheiros de Estado. Compunham-no: o Visconde de São Leopoldo (Império), o Marquês de Nazareth (Justiça), o Marquês de Queluz (Estrangeiros e Fazenda), o Conde de Lages (Guerra), e o Marquês de Maceyó (Marinha). Com o falecimento do Marquês de Nazareth, substituiu-o, na Pasta da Justiça, o Conde de Valença. Destes, só não tinha assento na câmara vitalícia o Marquês de Maceyó (filho do falecido Conde de Linhares, grande patrono, no tempo de Dom João VI, daqueles que, no Brasil independente, ascenderam à condição de *aristocratas* do Império).

O terceiro Gabinete Ministerial foi formado aos 20 de Novembro de 1827. Pela primeira vez, desde a dissolução da Assembléia Constituinte, o Imperador convidava para o Ministério os cidadãos com assento na câmara temporária, mandatários das províncias do

³ Esse Gabinete Ministerial contou também com a colaboração do Visconde de São Leopoldo, Senador por São Paulo e membro honorário do Conselho de Estado a partir de 1827, que, por um breve período, ficou encarregado da Pasta do Império.

Império. Para Ministro de Estado dos Negócios do Império, convidou-se ao Deputado Pedro d'Araujo Lima, representante da Província do Pernambuco. A Pasta da Justiça foi oferecida ao Deputado Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, representante da Província de Minas Gerais. Para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, chamou-se o Marquês de Aracaty, Senador pelo Ceará. A Pasta da Fazenda foi confiada ao Deputado Miguel Calmon du Pin e Almeida, representante da Bahia. Para o Ministério da Guerra, chamou-se o mineiro Bento Barrozo Pereira, Senador pela Província do Pernambuco; e, para o da Marinha, o Conselheiro Diogo Jorge de Brito, exonerado e substituído pouco antes da dissolução desse Ministério.

A Presidência da Província de Minas Gerais, até então ocupada pelo Senador Visconde de Caethé, foi por esse Ministério oferecida ao Deputado João Jozé Lopes Mendes Ribeiro, que aceitou a comissão. Além do Presidente da Província de Minas Gerais, esse Gabinete Ministerial substituiu ainda outros três: o da Paraíba, o do Maranhão, e o das Alagoas (em cujo lugar se colocou o Deputado Candido Joze de Araujo Viana, representante de Minas Gerais).

Iniciada a sessão legislativa de 1828 (que durou de 25 de Abril a 20 de Setembro), e convocadas as eleições para a Legislatura seguinte, a divisão entre os membros da câmara temporária tornou-se ainda mais evidente e intensa. Procuraram os Ministros de Estado, a fim de fazer frente a seus adversários, angariar partidários entre os Senadores e Deputados.

Menos de dois meses após a instalação da Assembléia Geral, uma crise política eclodiu na Corte. Mercenários alemães e irlandeses, que haviam sido engajados pelo Governo Imperial, promoveram um levante militar contra seus superiores hierárquicos. Abertos os diques do ressentimento, a anarquia militar não se conteve nos quartéis: transbordou pela cidade. Na rápida sucessão de eventos, os revoltosos se apoderaram, por meio de saques, de armas e bebidas alcoólicas e, nessa perigosa combinação, entrou ainda a convivência pouco amistosa com a população da Corte, que não recuou diante dos insultos – cada vez mais

violentos – dos mercenários revoltados e embriagados. Sem o amparo do Governo Imperial, que tardava em conter os revoltosos, senhores e escravos se armaram contra os mercenários estrangeiros. Entre os fluminenses, das mais diversas categorias sociais, uns queriam defender suas vidas, outros queriam retribuir os insultos recebidos. Nesse ambiente de discórdia, a situação fugiu ao controle e, em pouco tempo, os mortos e feridos foram se acumulando nas ruas.⁴

Durante o tumulto, espalhou-se o boato que alguns mercenários alemães planejavam seqüestrar o Imperador. O plano que deu origem a esses boatos foi, depois de mais de um século, descoberto pelo diplomata Sérgio Corrêa da Costa, que localizou os registros do acordo firmado entre o governo de Buenos Aires e alguns mercenários alemães. Além do rapto do Imperador, planejava-se também insuflar os republicanos das províncias meridionais do Brasil (Santa Catarina, e Rio Grande do Sul), a fim de que estas se separassem do restante do Império.⁵

Abandonado por seus Ministros de Estado, que não foram encontrados durante a crise, irritou-se o jovem Imperador. Passada a comoção na Corte, e controlados os revoltosos, Dom Pedro I decidiu demitir seu Ministro da Guerra. Em sinal de solidariedade, pediram exoneração os Ministros dos Negócios do Império (Pedro d'Araujo Lima), da Justiça (Lucio Soares Teixeira de Gouvêa), e da Fazenda (Miguel Calmon du Pin e Almeida), no que foram atendidos pelo Imperador. Pouco menos de sete meses havia durado esse Gabinete Ministerial.

A fim de suceder o primeiro Gabinete composto com as principais influências da Câmara dos Deputados, o Imperador chamou o Deputado Jozé Clemente Pereira, representante da Província do Rio de Janeiro. Confiou-lhe, aos 15 de Junho de 1828, a Pasta do Império e, interinamente, a da Justiça. O Senador Marquês de Aracaty foi mantido como

⁴ LEMOS, Juvêncio Saldanha. *Os Mercenários do Imperador*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996, pp. 411-458.

⁵ COSTA, Sérgio Corrêa da. *As Quatro Coroas de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 121-151.

Ministro dos Negócios Estrangeiros; bem como o Chefe de Divisões Miguel de Souza Mello e Alvim, a quem havia sido confiada, dias antes, a Pasta da Marinha. No Ministério da Guerra foi colocado o irmão do Ministro da Marinha, Brigadeiro Francisco Cordeiro da Silva Torres de Souza Mello e Alvim. Esse, todavia, seria logo substituído pelo Tenente General Joaquim de Oliveira Alvares. Para ocupar a Pasta da Fazenda, convidou-se o Deputado José Bernardino Baptista Pereira, representante da Província do Espírito Santo (que ocuparia também, em caráter interino, o Ministério da Justiça). Sua participação no Ministério, no entanto, seria breve: o Imperador não tardou a reintegrar às Pastas da Fazenda e da Justiça os Deputados Miguel Calmon (que reassumiu o Ministério aos 25 de Setembro) e Lucio Soares (reintegrado aos 22 de Novembro).

Como esse Gabinete Ministerial tem, com pequenas diferenças, a mesma composição de seu antecessor, alguns autores os consideram como um só (como, por exemplo, o Barão de Javary). Sua existência se prolongou até o dia 4 de Dezembro de 1829: foi portanto, dissolvido pouco depois de encerrada a Primeira Legislatura da Assembléia Geral do Império. Sob a égide desse Ministério foram realizadas as eleições para a Legislatura seguinte.

Os Ministros de Estado podiam aglutinar em torno de si (ou, ao contrário, repelir) os membros da Assembléia Geral, formando-se assim os partidos do Corpo Legislativo. O Reverendo Robert Walsh, que assistiu às sessões da Câmara dos Deputados em 1828 e 1829, faz uma detalhada descrição de seu aspecto e funcionamento – e, entre outras coisas interessantes que deixou registradas, assinala que, durante as sessões da câmara temporária, os Ministros de Estado e os Deputados que os apoiavam se assentavam à direita da Mesa Diretora, enquanto que a oposição se sentava à esquerda. Distinguiam-se, assim, à maneira francesa, segundo as expressões da época, em *costa direita* (*côte droit*) e *costa esquerda* (*côte gauche*). Sentavam-se os Deputados, assim divididos, em longos bancos de madeira, dotados de encosto, dispostos em dois círculos concêntricos, e anteparados por uma pequena mureta.

Em geral, cada Deputado ocupava sempre o mesmo assento e, quando pretendia falar, levantava-se, sem sair de seu lugar, e, apoiando-se na mureta que tinha diante de si, esperava ser-lhe dada a palavra. Walsh distingue ainda o Deputado Vasconcellos, representante da Província de Minas Gerais, como grande líder da oposição, secundado pelo Padre Jozé Custodio Dias, também Deputado por Minas, ambos sentados na *costa esquerda* da Câmara dos Deputados.⁶

Outra clivagem identitária, também usada naquele período, foi registrada pelo redator do periódico *O Telegrapho*, que surgiu na Província de Minas Gerais no ano de 1829, por iniciativa dos homens que compunham a *costa direita* da Câmara dos Deputados:

A Câmara dos Deputados compõe-se (é a essência destes Corpos) de três partidos: *exaltado*, *moderado*, e outro (que é o menor) que procura encostar-se (ou vender-se, na frase dalguns) para um daqueles que mais lhe agrada com a experiência. Comumente, no segundo ano da Legislatura, já não existe este terceiro partido; porque três ou quatro *neutros* não o formam.⁷

Identificavam-se, pois, os homens da *costa direita* como *partido moderado* e imputavam aos homens da *costa esquerda* a pecha de *exaltados*. Estes, por sua vez, identificavam-se a si mesmos como *liberais*, chamando os Ministros (aos quais faziam oposição) de *mandões* e seus partidários de *servis* ou *corcundas*. É importante frisar que a taxonomia dos partidos políticos desse período, em razão de sua fluidez, é um tanto movediça. Os epítetos (assumidos pelos próprios agentes políticos ou imputados a seus contrários) variavam conforme as circunstâncias: os nomes empregados para designar os partidos eram elogios (velados ou explícitos) que os agentes políticos (de dentro e de fora da Assembléia Geral) faziam a si mesmos, ao mesmo tempo em que condenavam publicamente seus adversários.

Joze Pedro Dias de Carvalho, redator do periódico mineiro *O Universal* (um dos órgãos de imprensa que ajudava na disseminação das idéias da *costa esquerda* da Câmara dos

⁶ WALSH, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. London: Frederick Westley and A. H. Davis, 1830, vol.II, pp.427-434.

⁷ *O Telegrapho* (171), 28/12/1830, p.726.

Deputados), assinala o momento em que a divisão da câmara temporária em partidos se tornou nítida. Segundo ele, isso teria acontecido quando o Imperador formou seu terceiro Gabinete Ministerial, chamando para compô-lo algumas influências da Câmara dos Deputados (ou seja, ao final da Sessão Legislativa de 1827). Essa datação coincide com a apontada por seu arqui-rival, o redator d'*O Telegrapho*: “segundo ano da Legislatura” (começada em 1826).

Uma das lideranças desse partido que se formou, segundo a voz corrente, era o pernambucano Pedro d'Araujo Lima, a quem havia sido confiada a Pasta do Império. Segundo o redator d'*O Universal*, Araujo Lima teria sido “o primeiro dos Ministros que formou para si um partido na Câmara dos Deputados, [e] conservou sempre o mesmo partido (que, segundo se afirma, era composto de 44 membros)”. As outras lideranças desse partido teriam sido, segundo o redator d'*O Universal*, o mineiro Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, a quem foi confiada a Pasta da Justiça, e o baiano Miguel Calmon du Pin e Almeida, a quem foi confiada a Pasta da Fazenda. Esses três Ministros de Estado, chefes do partido que os seguia na câmara temporária, teriam se empenhado pela conservação de Araujo Lima na Presidência da Câmara dos Deputados: o que conseguiram fazer, em seis eleições, de 2 de Junho de 1827 a 5 de Maio de 1828, e, em mais quatro eleições, de 4 de Maio de 1829 a 3 de Setembro do mesmo ano. A fim de comprovar sua asserção, o redator d'*O Universal* assinala nominalmente quarenta deputados “que não eram capazes de negar-lhe voto” e que frustravam quaisquer tentativas de mudança de Presidente. Além dos partidários dos Ministros, admitia-se ainda a existência de “outros que, em boa fé, seguiam o partido” (ou seja, aqueles a quem o redator d'*O Telegrapho* chamava de *neutros*).⁸

Estes Deputados (que, segundo o redator d'*O Universal*, seguiam o partido ministerial, ocupando a *costa direita* da câmara temporária) foram, na Sessão Legislativa de 1829, o

⁸ *O Universal* (424), 02/04/1830, pp.1-2.

escudo dos Ministros da Justiça e da Guerra, contra os quais se mobilizou o partido da oposição (a *costa esquerda* da Câmara dos Deputados). Intentava-se a acusação desses dois Ministros: o partido ministerial derrubou a acusação do Ministro da Justiça por quarenta e um votos contra vinte e nove (Sessão de 12 de Junho de 1829); e a do Ministro da Guerra por trinta e nove votos contra trinta e dois (Sessão de 18 de Julho de 1829).

Mas, afinal, quais foram os homens que fizeram frente ao Governo Imperial? Quais o apoiaram? O que pensavam? O que queriam? Como se organizaram?

Os Deputados da *costa esquerda*

Por suas intervenções e votações na Câmara dos Deputados, uma minoria de homens constituiu o partido da oposição. Entenda-se aqui a expressão *partido* como agregação de homens com aspirações e tendências comuns, homens que sentem, pensam, deliberam e, algumas vezes, otram conjuntamente, sem estarem necessariamente unidos por algum contrato expresso e formal.

Dizer que esses homens, agregados em torno de um projeto político comum, eram caracterizados por idéias e sentimentos afins, não implica dizer, obviamente, que eles não tivessem também suas divergências: suas trajetórias pessoais, temperamentos, e visões de mundo nem sempre se assemelhavam.

Na *costa esquerda* da Câmara dos Deputados, em que se assentava o partido da oposição, reuniam-se homens pertencentes a diferentes gerações, com variados graus de instrução e formas de ganhar a vida, oriundos das diversas partes do mosaico nacional (que a Constituição do Império reunia sob um governo comum).

Pela Bahia, eram Deputados os médicos Antonio Ferreira França e Jozé Lino Coutinho. O primeiro, homem já cinquentenário e formado em Coimbra, era adepto das idéias republicanas (apesar de ser irmão do Marquês de Nazareth, que era Grande do Império,

A costa esquerda da Câmara dos Deputados

“a sketch of the interior of the chamber, taken by a German artist whom I brought with me to the gallery, and who has endeavoured to introduce, as far as could be done on such a scale, the persons of the deputies. It represents of course but one section of the chamber, that of the *costa esquerda*, *côté gauche*, or opposition side. The ecclesiastic in the president’s chair, is the *Bishop* of Bahia [sic]. The speaker with vehement gesture and action is Custodio Dias; beside him Cunha Mattos; and the corpulent figure leaning on the bar of the bench and attentively listening, is Vasconcellos. The persons in the tribunes are the reporters, and the men on the floor are attendants handing round the finance reports just published, for the information of the members.” (WALSH, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. (2 volumes) London: Frederick Westley and A. H. Davis, 1830, p.434)

Detalhe:

O Padre Jozé Custodio Dias (1767-1838), ao centro, gesticulando, e outros deputados da *costa esquerda*.

Senador e Conselheiro de Estado). Participara da Assembléia Constituinte, na qual se destacou como defensor do federalismo. Posteriormente, ele haveria de se celebrar por propor, na Terceira Legislatura, a abolição da forma monárquica de governo no Brasil.

Seu companheiro, Lino Coutinho, pouco mais de uma década mais jovem que ele, também havia se formado em Coimbra e, embora não houvesse participado da Constituinte, havia tomado assento nas Cortes de Lisboa. No Soberano Congresso, Lino Coutinho deu claros sinais de que pensava servir melhor à Bahia se contribuísse para o enfraquecimento do poder monárquico no Rio de Janeiro (do qual se queria independência), não pensando então em criar barreiras ao centro de poder democrático que se procurava erigir em Lisboa. Todavia, ao perceber o rumo dos acontecimentos (e sua impotência nas Cortes), ele juntou-se a Cypriano Barata e à deputação paulista: recusou-se a assinar a Constituição feita pelas Cortes e escapou para o Brasil, onde atuou no sentido de romper os laços políticos que ligavam Brasil a Portugal. Sua decepção com as Cortes não o impediu de, no Brasil, continuar pugnando pelas instituições de caráter democrático. Por sua atuação na guerra civil que tomou conta da Bahia, Lino Coutinho foi condecorado pelo Imperador em fins de 1822.⁹

Outro médico que engrossava as fileiras da oposição era o jovem Manoel Gomes da Fonseca, com trinta e poucos anos de idade. Natural da Província de Minas Gerais, representava contudo a de Pernambuco, onde havia se casado. Havia tomado assento como suplente, estando no exercício de seu primeiro mandato.

Por Coimbra haviam passado também o sexagenário Manoel Joaquim de Ornellas, e os cinquentenários Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e Jozé Corrêa Pacheco e Silva, todos os três formados no Curso de Leis e Deputados pela Província de São Paulo, egressos

⁹ Sobre as eleições, realizadas na Bahia, dos deputados que representariam essa província no Soberano Congresso de Cortes da Nação Portuguesa, vide: WISIAK, Thomas. *A nação partida ao meio: tendências políticas na Bahia na crise do Império Luso-brasileiro*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, 2000. Sobre a atuação dos deputados baianos nas Cortes de Lisboa, vide: CARVALHO, M. E. Gomes de. *Os Deputados Brasileiros nas Cortes de 1821*. Brasília: Senado Federal, 1978. BERBEL, Marcia. *Deputados do Brasil nas Cortes Constituintes de 1821-1822: um estudo sobre o conceito de nação*. Tese (Doutorado em História Econômica), Universidade de São Paulo, 1997. BERBEL, Marcia Regina. *A Nação como artefato*. São Paulo: Hucitec, 1999.

da Constituinte. Destes, apenas Vergueiro acumulava ainda a experiência de haver participado das Cortes de Lisboa.

Vergueiro e Ornellas, que se ocupavam como advogados, haviam encabeçado a lista de nomes que o eleitorado paulista indicara ao Imperador para escolha de Senadores: foram ambos preteridos por Dom Pedro I e seu Conselho de Estado.

Desse grupo de Bacharéis em Leis, Corrêa Pacheco era o único empregado como magistrado; e Vergueiro seria o único a tomar assento na câmara vitalícia, em 1828, pela Província de Minas Gerais. Para tanto, mobilizou-se na Província o partido da oposição, sob a direção dos homens da *costa esquerda*. A nomeação de Vergueiro como Senador por Minas seria motivo de riso entre os *liberais*. Christiano Ottoni registrou a história por detrás dessa nomeação em sua autobiografia.

Segundo Ottoni, a escolha de Vergueiro para o Senado havia sido “um dos incidentes curiosos” daquele “governo francamente pessoal” do Imperador. Informa-nos ainda Ottoni: “Vergueiro, em 1828, era o chefe da oposição liberal na Câmara dos Deputados, quando foi contemplado em lista tríplice eleita por Minas”. Vergueiro vinha em terceiro lugar (com noventa e seis votos). Em primeiro lugar, estava o Presidente da Província, Deputado João Joze Lopes Mendes Ribeiro (com duzentos e oitenta e quatro votos). Em segundo, vinha o Ministro da Justiça, Deputado Lucio Soares Teixeira de Gouvêa (com cento e sessenta e dois votos). A escolha deveria recair em um desses três nomes.

Então, porém, adoece gravemente [Vergueiro] e estava a expirar: uma conferência de grande número de sumidades médicas o tinha desenganado.

Apresentada a lista tríplice, diz o Imperador: “Antes de escolher, quero ouvir o Ministério [*sic: na verdade o Conselho de Estado*] sobre esta questão: morto um dos três, podemos considerar eleito o quarto em votos, para ser escolhido?” “Não, Senhor, segundo os precedentes, a morte de um dos eleitos, antes da escolha, anula a eleição”.

“Bem, eu tinha prometido este lugar a João Joze Lopes (o Presidente) [*sic: na verdade, ao irmão deste, que era quem estava em quarto lugar, o Cônego Doutor Joaquim Jozé Lopes Mendes Ribeiro*], e sei que Vergueiro está a expirar: se, morto ele, pudéssemos completar a lista, diria que esperássemos. Mas, se, em todo caso, tem de haver segunda eleição, escolho o Vergueiro e será J. J. Lopes o seu sucessor.

Vergueiro, de cuja boca ouvi esta historieta, a ele narrada pelo Marquês de Caravellas, sarou e foi Senador [por mais] 32 anos [...].¹⁰

Apesar de equivocado quanto a alguns detalhes da nomeação de Vergueiro, Christiano Ottoni revela que sua fonte para essa história havia sido o próprio Vergueiro. E a verdade do que havia se passado nos bastidores políticos, a ele teriam sido repassados pelo Marquês de Caravellas – que, na qualidade de Conselheiro de Estado, havia sido um dos consultados pelo Imperador.

De fato, a escolha de Vergueiro se deu após a sessão do Conselho de Estado de 10 de Maio de 1828 (época em que, segundo se pode ver nos periódicos da oposição, Vergueiro padecia de uma grave enfermidade). Considerados os três nomes da lista remetida ao Imperador pelo eleitorado mineiro, foi colocada a matéria em votação no Conselho de Estado. O Marquês de Queluz foi o único favorável à nomeação do Presidente da Província, o Deputado João Joze Lopes. Pela nomeação do Ministro da Justiça, Deputado Lucio Soares, votaram o Marquês de Santo Amaro, o Marquês de Inhambupe, e o Marquês de Paranaguá. Pela nomeação do “moribundo” Vergueiro (que já havia sido indicado ao Senado, em 1824, por mineiros e paulistas, mas que havia sido preterido pelo Imperador e seu Conselho de Estado), votaram o Marquês de Caravellas, o Marquês de Baependy, o Marquês de São João da Palma, o Marquês de Maricá, e o Visconde de São Leopoldo.¹¹ Dias depois de sua nomeação, Vergueiro se recuperaria e, contrariando as expectativas que, segundo Ottoni, haviam se formado a seu respeito, tomou assento na câmara vitalícia, para jubilo de seus colegas da *costa esquerda*.

Se Vergueiro tinha ascendência sobre a oposição liberal formada na Câmara dos Deputados, para isso contribuía grandemente os seus conhecimentos jurídicos. Nessa

¹⁰ OTONI, Cristiano Benedito. *Autobiografia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p.33.

¹¹ RODRIGUES, José Honório (org.). *Atas do Conselho de Estado*. Volume 2. Segundo Conselho de Estado, 1823-1834. Brasília: Senado Federal, 1973, p. 47.

mesma linha, capazes de converter em fórmulas legais as aspirações políticas de seus colegas e comitentes da oposição, encontravam-se ainda sete jovens Bacharéis em Leis por Coimbra.

Colegas de turma em Coimbra (1814 a 1819), reencontravam-se juntos na câmara temporária: Bernardo Pereira de Vasconcellos (Deputado por Minas), Jozé da Costa Carvalho Junior (Deputado por São Paulo), e João Braulio Muniz (Deputado pelo Maranhão). Dos três, apenas Costa Carvalho trazia consigo a experiência nas lides parlamentares, adquirida na Constituinte. Contemporâneos seus, mas de uma turma posterior (1815 a 1820), havia ainda os estreantes Antonio Paulino Limpo de Abreo (Deputado por Minas) e Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque (Deputado por Pernambuco). Formados por último (1822), vinham os mais jovens do grupo: Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Deputado por Pernambuco) e Joaquim Marcellino de Brito (Deputado pelo Ceará). Todos esses sete Bacharéis em Leis, egressos da Universidade havia menos de uma década, estavam na casa dos trinta anos. No geral, encontravam-se ainda em começo de carreira, rejeitavam as “velhas” doutrinas, e com grande entusiasmo se entregavam à tarefa de reformar as “velhas” instituições (a seu ver, incompatíveis com o “novo mundo”).

Havia ainda outros Bacharéis em Leis que, em alguns momentos, ladearam os homens da *costa esquerda* nos debates e nas votações da Assembléia Geral. Esses outros, porém, não se cerraram à oposição com o mesmo grau de comprometimento que os dez Deputados acima mencionados (vide, por exemplo, a forma como votaram quando se tratou da acusação dos Ministros da Justiça e da Guerra em 1829).

Sem formação universitária, havia ainda alguns clérigos, entre os quais merecem destaque: o Padre Jozé Custodio Dias (Deputado por Minas), o Padre Diogo Antonio Feijó (Deputado por São Paulo), e o Cônego Joze Bento Leite Ferreira de Mello (que, saindo da suplência, assumira um assento na câmara temporária como Deputado por Minas). Todos os três haviam estudado em São Paulo. Do trio, o Padre Jozé Custodio era o mais velho: era já

um homem sexagenário. Coisa de duas décadas mais jovens, regulavam em idade os Padres Feijó e Joze Bento, contemporâneos e amigos desde os tempos de aspirantes ao sacerdócio. Homens rústicos, seus adversários tentavam ridicularizá-los por seus modos interioranos. Todos os três demonstravam grande simpatia pelas idéias democráticas. O Padre Feijó trazia a experiência adquirida nas lides das Cortes de Lisboa, e o Padre Jozé Custodio da Assembléia Constituinte. O Cônego Joze Bento era estreante, mas trazia consigo a experiência adquirida na primeira Junta de Governo da Província de Minas, que ficou infamada como republicana por seu espírito autonomista e afeição às idéias democráticas. Outros clérigos ladearam a *costa esquerda*: nenhum, porém, conseguiu a projeção desses três sacerdotes.

Grande destaque merece o Padre Jozé Custodio, pela ascendência que tinha no partido e pela clareza com que expunha suas idéias políticas. Ele já havia se destacado como principal porta-voz da oposição que se formara na Assembléia Constituinte, mas suas tentativas de converter a Assembléia Geral num poder *acima* do Imperador mostraram-se infrutíferas. Alguns de seus aliados (Deputados por Pernambuco, Paraíba e Ceará), depois da dissolução da Constituinte, insurgiram-se contra o Governo Imperial e proclamaram sua independência do Rio de Janeiro: instituíram um governo, sob a forma republicana, com o título de Confederação do Equador. Derrotados militarmente, porém, esses antigos aliados foram submetidos a julgamento por Comissões Militares. Alguns escaparam da pena de morte. Esses acontecimentos marcaram profundamente os homens da oposição: a solidariedade para com os que haviam tombado em combate, ou para com os que haviam sido executados pelo Governo Imperial, traduzia-se no desprezo que nutriam pelos Conselheiros de Estado, no ódio que devotavam às Comissões Militares, e no desejo de revidar as violências sofridas.

Havia ainda, entre os homens da *costa esquerda*, alguns ricos proprietários rurais, tais como o paulista Francisco de Paula Souza e Mello, o mineiro Custodio Jozé Dias, e o próprio

Vergueiro, sobre quem já se falou. Nessa categoria também podem ser enquadrados os Padres Jozé Custodio e Joze Bento, Deputados por Minas.

Herdeiros de um rico senhor de engenho (o “Coronel Suassuna”, falecido havia menos de uma década), havia três irmãos que representavam a Província do Pernambuco: Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Paula Cavalcanti), Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (Hollanda Cavalcanti), e Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Luiz Cavalcanti). Os dois primeiros eram militares; o caçula, que havia se bacharelado em Leis por Coimbra, ingressara havia pouco na magistratura. Todos os três eram estreantes nas lides parlamentares. O Engenho de Suassuna, em que esses três irmãos haviam sido criados, fora convertido por seu finado pai num centro irradiador de pensamento revolucionário. Inspirado pela Revolução Francesa, com aspirações republicanas, o Coronel Suassuna chegou a ser preso, em 1801, acusado de planejar a criação, no Brasil meridional, de uma república democrática sob a proteção de Napoleão Bonaparte. Rios de dinheiro o devolveram à soltura e ao gozo de seus bens. Em 1817, ele voltaria a se insurgir contra a Coroa, tendo por conselheiro o célebre Frei Caneca. Não pôde o pai testemunhar aquilo por que, em sua vida, se batera. Seus filhos, criados nesse ambiente de agitação política, foram alçados à Assembléia Geral e, ali, cerravam fileiras com os seus colegas da *costa esquerda*.¹²

Alguns outros Deputados chegaram a ladear a oposição nos debates e votações da câmara temporária. Procurou-se, aqui, destacar apenas as principais figuras desse partido, que contava com a colaboração de alguns dos Deputados por Minas – objeto do presente estudo.

Dos Deputados por Minas então com assento na câmara temporária, viu-se que, na *costa esquerda*, encontravam-se homens ricos, ainda que rústicos, alijados dos postos de mando pelo Governo Imperial (os irmãos Dias e o Cônego Joze Bento), que nutriam simpatia

¹² MARTINS, Joaquim Dias. *Os martires pernambucanos victimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*. Pernambuco: Typ. de G. C. de Lemos e Silva, 1853. GRIECO, Donatello. *Napoleão e o Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995, pp. 12-19.

pela forma de governo republicana; e jovens bacharéis em Leis (Vasconcellos, e Limpo), a quem competia converter em fórmulas legais as aspirações políticas dos primeiros.

Para se conhecer as aspirações políticas desse grupo, bastante esclarecedores são os discursos do Padre Jozé Custodio Dias, que não teve ainda o seu pensamento devidamente estudado pela historiografia.¹³

Natural do Arraial de Nossa Senhora da Nazaré, distrito da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar da Vila de São João del-Rei, o Padre Jozé Custodio beirava os sessenta anos de idade (fora batizado aos 28 de Março de 1767), e era o filho primogênito do Capitão Custodio Jozé Dias e sua mulher Anna Lopes da Silva. Pelo lado paterno, era neto dos minhotos Antonio Dias e Maria Luiza, ambos nascidos e falecidos na Freguesia de São Pedro da Boa Vista, de onde migrara seu pai para o Brasil, estabelecendo-se em Minas Gerais. Pelo lado materno, era neto do também minhoto Domingos Lopes Baeta, natural da Freguesia de São Bartolomeu do Rego, então pertencente à Cidade de Braga, e da paulista Quiteria Pereira da Silva, natural da Freguesia de São Francisco das Chagas da Vila de Taubaté, ambos casados e residentes, porém, na Vila de São João del-Rei, onde nascera sua mãe. Tinha o Padre Jozé Custodio apenas três irmãos (sua mãe falecera pouco depois de dar à luz sua irmã caçula): o Capitão Mor da Vila de Jacuí, Custodio Jozé Dias, um ano mais novo que ele e, como o irmão, também Deputado por Minas à Assembléia Geral; e as irmãs Quiteria Maria da Silva e Anna Josepha da Silva, ambas casadas e com filhos, residentes no Arraial de São Gonçalo de Ibituruna, distrito da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar da Vila de São João del-Rei. Pouco se sabe sobre o pai do Padre Jozé Custodio, além de sua procedência e sua

¹³ Exceção seja feita ao estudo de Alfredo Valladão, que serve de base para o pouco que se escreveu sobre o Padre Jozé Custodio como pensador político. VALLADÃO, Alfredo. *Vultos Nacionais*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955, pp. 354-381.

patente: consta que serviu de testemunha da doação de patrimônio feita a um irmão do alferes Joaquim Jozé da Silva Xavier, vulgo Tiradentes, irmão este que se ordenou padre.¹⁴

Apesar de sua ascendência lusitana, o Padre Jozé Custodio parece ter herdado a fisionomia acaboclada de sua avó paulista (que, em sua criação, fez as vezes de sua finada mãe): Robert Walsh, que o conheceu pessoalmente alguns anos depois, descreveu-o como sendo um homem pardo, magro, de traços salientes e destacados, e gestos rápidos e nervosos, freqüentemente agitado (e pelos motivos mais banais). Numa imagem que Walsh fez publicar em sua obra, feita por um artista alemão que o acompanhava, o Padre Jozé Custodio aparece retratado como um homem magro, gesticulante, de rosto ossudo e nariz proeminente, com o cabelo, negro, aparado na testa. Ainda segundo Walsh (e o desenho publicado em sua obra), o sacerdote mineiro costumava trajar-se com uma sobrecasaca de um tecido fosco preto que, quando abotoada, ressaltava ainda mais sua figura esguia e magra. Sem jamais ter saído do Brasil, descreveu-o Walsh como sendo “o exemplo mais perfeito do modo de agir de um produto nativo puro e sem mistura”: não falava outro idioma além do português e do latim de sua condição clerical, revelada pela pequena tonsura no alto de sua cabeça. Walsh avaliou-o como sendo “um homem inteligente e sagaz”, “dotado de uma grande facilidade de expressão”, freqüentemente impaciente e impetuoso. Disse também Walsh que o Padre Jozé Custodio era um orador por vezes violento, e que as questões constitucionais excitavam-no a ponto de quase ficar fora de si. Tavares Bastos definiu-o como sendo um “liberal de sangue quente”.¹⁵

Ordenara-se subdiácono em fins de 1789, poucos meses após a prisão do Cônego Luis Vieira da Silva, professor de Filosofia do Seminário de Mariana e um dos principais idealizadores do abortado projeto revolucionário da Inconfidência Mineira. Maçom e

¹⁴ “VI – Processo de habilitação para ordens do Pe. Domingos da Silva Xavier”, in: *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Anno VI, Fascículo II. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1901, p.630.

¹⁵ WALSH, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. London: Frederick Westley and A. H. Davis, 1830, vol.II, pp.431-432, 441. BASTOS, Aureliano Candido Tavares. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939, p.125.

republicano, é possível que o mestre tenha deixado alguma marca no discípulo, haja vista a afinidade existente entre os dois, especialmente a inclinação ao republicanismo democrático, como se verá mais adiante. Jozé Custodio Dias, tendo residido no seminário de Mariana até fins de 1790, quando recebeu ordens de diácono, foi considerado “com bom procedimento e boa morigeração”, sendo-lhe incumbida a administração dos destinos sacros de sua terra natal, a aplicação de Nossa Senhora de Nazaré, capela filial da Matriz de São João del-Rei. Em 1791, ordenou-se padre. A partir daí, torna-se difícil apurar o desdobramento de sua carreira eclesiástica, haja vista que alguns biógrafos seus confundiram dados de sua vida com os da vida do Padre Luiz Jozé Dias Custodio, Vigário de São João del-Rei e Vigário Geral de Mariana. Alfredo Valladão, baseando-se num obituário do Padre Jozé Custodio publicado à época de sua morte no *Jornal do Commercio*, diz que ele foi, sucessivamente, Vigário das Varas das Vilas de Sabará e de Campanha – o que é bem provável. Em 1821, porém, o Padre Jozé Custodio Dias estava estabelecido como proprietário rural no termo da Vila de Campanha, por cuja freguesia elegera-se Compromissário, Eleitor Paroquial, Eleitor de Comarca e, por fim, Deputado às Cortes de Lisboa. Na condição de proprietário rural e negociante, o sacerdote mineiro prosperou muito economicamente: aferiu grandes lucros com o abastecimento alimentar da Corte, após a transferência desta para a Cidade do Rio de Janeiro.¹⁶

Estava o Padre Jozé Custodio Dias no exercício de seu terceiro mandato como Deputado pela Província de Minas Gerais. Egresso da Assembléia Constituinte, em que se destacara como um dos membros do partido de oposição que nela se formou, o Padre Jozé Custodio conservou-se, ao longo de toda a Primeira Legislatura, na *costa esquerda* da Câmara dos Deputados, sendo um dos principais porta-vozes de seu partido. Suas intervenções, nos debates acalorados de então, freqüentemente despertavam paixões, suscitando grande

¹⁶ VALLADÃO, Alfredo. *Op. cit.*; LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993, p.82.

comoção. Seus contrários o chamavam à ordem. Seus partidários, a princípio poucos e tímidos, cresceriam em número e coragem ao longo da legislatura, chegando, após as hesitações iniciais, a ovacioná-lo a plenos pulmões. Tratado com animosidade pelo próprio Imperador, esse se referia ao Deputado por Minas como “o energúmeno político, o desorganizador luciferino, o garrulador de oitiva, o *Demônio da Guerra* mascarado em *Anjo da Paz*” e outros adjetivos de semelhante quilate.¹⁷

O Brasil que aparece nos discursos do Padre Jozé Custodio é um país em sobressalto, com o povo sendo oprimido pelas autoridades. Um traço característico de seu pensamento político, e tema freqüente em seus discursos, é “a Constituição em perigo”. Dizia ele, já no início dos trabalhos da Câmara dos Deputados:

Nós devemos cuidar da Constituição antes que ela caia de todo: nós a devemos defender! Não temos armas: as nossas armas são as razões... Ela está em pedaços... está quase reduzida a pó! (Sessão de 9 de Maio de 1826, Vol. I, p. 34)

A liberdade está vacilante: dela só tem aparecido o prospecto. (20 de Maio de 1826, p.106)

Nós vemos que a Constituição é desprezada e atacada a liberdade. (Sessão de 17 de Junho de 1826, Vol. I, p. 181)

Sem papas na língua, o Padre Jozé Custodio revela o clima de desconfiança e ceticismo que dominava o ânimo da população, fazendo com que alguns dos eleitos para a Câmara dos Deputados tardassem a tomar assento. Segundo ele (que havia participado da Constituinte dissolvida pelo Imperador), “ainda lhes cheira isto a chamusco” (Sessão de 30 de Maio de 1826, Vol. I, p. 190). E de quem era a responsabilidade pelo descrédito em que se encontrava a Câmara dos Deputados? A essa pergunta, o Padre Jozé Custodio respondia sem pestanejar:

Não posso admitir a proposição, aqui já por vezes repetida, de que o governo não tem culpa da repugnância que têm os representantes eleitos em vir tomar assento que lhes é destinado.

[...]

Reconheço alguns motivos para que os deputados se não apressem a comparecer. Alguns têm sido nomeados três vezes para representantes do povo: já para as Cortes de Lisboa, já para a Assembléia Constituinte (ainda tremo quando

¹⁷ VIANNA, Helio. *Dom Pedro I, Jornalista*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967, p.129.

dela me lembro!), já para esta Assembléia Legislativa; e tudo tem sido inutilizado. Esta é a razão por que eles se não apresentam com aquele valor com que deveriam aparecer os eleitos da nação, os representantes de um povo inteiro. Dizer-se que o governo não tem culpa!...

Senhor presidente, eu nunca falei do *governo*! Falo do *desgoverno*: ele é a causa destes transtornos, ele é que quer que haja o despotismo... (Sessão de 3 de Junho de 1826, Vol. II, p. 28)

Se não tinha medo de apontar aqueles que considerava culpados pelo estado em que se encontrava o país, tampouco receava o Padre Jozé Custodio assinalar as conseqüências daquele mau procedimento que ele, na Câmara dos Deputados, se punha a denunciar:

O pior mal que vai haver é a perda total de confiança que os povos podem ter no Governo; porque, uma vez que ele os atraíça, quem mais o acreditará?...

Tudo vai perdido. [...]

Eis aqui a razão por que os povos, muitas vezes, se levantam e são, depois, tratados como rebeldes. Se os povos fossem tratados e governados pelas leis escritas e não pelo capricho e barbaridade dos mandões, nunca haveriam levantamentos. (Sessão de 16 de Junho de 1826, Vol. II, p. 162)

Mostrava-se o Padre Jozé Custodio preocupado com a situação de algumas províncias do Império, nas quais uma só figura concentrava, como acontecia no tempo dos Capitães Generais, todo o poder civil e militar. Tampouco se instalavam os órgãos de representação dos cidadãos junto ao poder provincial.

Umás províncias têm visto os seus Conselhos [de Governo] em exercício, outras não. Consta-me que muitas estão inteiramente ao mando militar dos Governadores das Armas, que são cumulativamente os Presidentes civis. (Sessão de 20 de Maio de 1826, Vol. I, p.106)

Denunciava ainda a existência, nas províncias, de magistrados que estavam abusando da autoridade com que haviam sido revestidos. Não deixa o Padre Jozé Custodio de manifestar certo desprezo pela categoria dos magistrados, a quem se refere, pejorativamente, tratando-os por “Becas” (Sessão de 6 de Junho de 1828, Vol. II, p.47). Na visão do Deputado por Minas,

A metade ou duas terças partes da nação estão litigando e clamam contra os magistrados, contra os seus abusos e excessos; não há quem deles não murmure. (Sessão de 16 de Junho de 1826, Vol. II, p. 172-173)

Não se conformava o Padre Jozé Custodio que, no Brasil, havendo um governo “*em teoria* constitucional e representativo”, estivessem “progredindo tais abusos”. Ousado, fazia

uso de expressões utilizadas pelo próprio Imperador em suas proclamações ao povo para criticar o Governo Imperial:

[...] na época presente, quando liberais proclamações aparecem, declarando *quebrados os ferros do despotismo*, que *são livres os povos*, que *se acabou o tempo de enganar os homens*, e existindo de direito a soberania da nação, é que se profanam os mais sagrados direitos e que aparecem autoridades superiores às leis. (Sessão de 5 de Agosto de 1826, Vol. IV, p. 54)

O tom de suas críticas ao Governo Imperial tornar-se-ia ainda mais áspero. Dirigindo-se ao Presidente da Câmara dos Deputados, diria o Padre Jozé Custodio:

A Nação, Senhor Presidente, tem sido roubada! [Manifestaram-se inúmeros deputados, gritando: “*Apoiado! Apoiado!*”] Tantos tributos, tanto dinheiro extorquido a um povo inteiro só tem servido aos caprichos dos seus opressores, e só se tem aplicado à sua opressão.

E querem ainda mais dinheiro: todo o dinheiro é pouco para eles! Por isso é que lhes não agrada a Constituição. [Voltaram a gritar: “*Apoiado!*”]. Por isso é que eles não querem Câmara dos Deputados. [“*Apoiado! Apoiado!*”]. Por isso é que eles são nossos inimigos: porque conhecem que a Câmara dos Deputados não tolera despotismo, nem a escravidão dos povos, nem o roubo da sua fazenda! [“*Apoiado! Apoiado!*”]. (Sessão de 25 de Agosto de 1826, Vol. IV, p. 259)

Essa incompatibilidade do país *real* com o país *legal*, denunciada pelo Padre Jozé Custodio no primeiro ano de funcionamento da Câmara dos Deputados, voltaria a ser tema de seus discursos no ano seguinte. Aos olhos dos homens da *costa esquerda*, de nada adiantara a mudança ministerial promovida pelo Imperador: afinal, o Ministério continuava sendo composto por homens saídos do círculo dos Conselheiros de Estado (a quem os homens da *costa esquerda* chamavam sarcasticamente de “círculo vicioso”).¹⁸

Para o Padre Jozé Custodio Dias e os homens da *costa esquerda*, a Constituição continuava sendo “violada escandalosamente”. Preocupado com os efeitos da guerra na Cisplatina sobre as demais partes do Império, o Deputado por Minas, no começo da sessão de 1827, traçou um quadro desolador do país (que nada tinha em comum com a visão otimista manifestada na Fala do Trono, peça ministerial em que vinha exposta a perspectiva do Governo):

O sangue brasileiro corre (não sei se injustamente), a honra nacional brada, o déficit das finanças se aumenta de dia em dia, a imoralidade aparece no mais alto auge; enfim, os precursores da dissolução dos Estados batem às portas e estão conosco à

¹⁸ ARMITAGE, John. *Op. cit.*, p. 291.

barba [...]. Só na efetiva e prática execução da Constituição podemos salvar o Estado que vacila – e não sei se por muito tempo ou [se], talvez, [apenas] por momentos...

Não há coisa nenhuma que nos não anuncie a queda do Estado; e ela será certa se não dermos o remédio que estiver ao nosso alcance. (Sessão de 11 de Maio de 1827, Vol.I, p.59)

Segundo o Padre Jozé Custodio, o que separava o *país real* do *país legal* e ameaçava o Império de dissolução era o “barbarismo ministerial e policial”, que expunha os povos “às injúrias da arbitrariedade” e impedia de ser posta em ação “a parte mais liberal da Constituição” (Sessão de 16 de Julho de 1827, Vol. III, p. 171). “De que nos vale esta Constituição, que não é nada mais do que um *espectro* (deixe-me assim dizer)?”, pergunta, em tom provocativo. Segundo ele, os Ministros de Estado “todos os dias lhe fazem violações”. Na sua opinião, “o pior despotismo [é] aquele que [se] perpetra com a capa de liberalismo”. (Sessão de 2 de Novembro de 1827, Vol. V, p. 163)

Começada a sessão de 1828, nova mudança, mas, para o Padre Jozé Custodio, a situação em que se encontrava o Império continuava a mesma:

Nós estamos mal. Ainda não vi um exemplo de se castigar esses violadores da Constituição. Nós só temos Constituição de direito e não de fato. Tudo vai muito mal. (Sessão de 16 de Maio de 1828, Vol. I, p. 90)

Essa percepção do Padre Jozé Custodio Dias, compartilhada pelos homens da *costa esquerda*, levava-os a tomar partido contra o Governo. Recomendava a seus colegas deputados: “obremos sempre o que devemos e não nos importe com o que quer o Governo. Nós não trabalhamos para o Governo, trabalhamos para a Nação” (Sessão de 8 de Agosto de 1826, Vol. IV, pp. 83-84). Ferrenho opositor do Governo, o velho Deputado pela Província de Minas Gerais não poderia ser mais explícito do que quando declarou:

Nós temos visto que o Governo materializou-se e se tem feito um monstro, com o qual nos é necessário lutar braço a braço. (Sessão de 21 de Julho de 1827, Vol. III, p. 230)

Desde o começo, mostrava o Padre Jozé Custodio o firme propósito de combater o Governo Imperial, a fim de submetê-lo ao controle da Assembléia Geral:

Não convenho na distinção de desculpar o Governo. Eu falarei sempre contra o Governo: são eles que fazem a boa ou má ventura das nações. [...] Leis são teias de

aranha, que apanham moscas e deixam passar aves grandes de rapina quando não são escrupulosamente observadas. Eu não venho aqui para apanhar moscas: o nosso fim principal é velar na execução das leis. Na observância da lei é que pode haver felicidade. (Sessão de 26 de Maio de 1826, Vol. I, p. 138)

O sacerdote mineiro não se deixava intimidar pelos homens alçados ao Governo. “Não posso”, dizia o Padre Jozé Custodio, “admitir que, ao mesmo passo que se vexam os pequenos, sejam somente castigadas as autoridades subalternas – e isentas do rigor das leis as primeiras no mundo”. (Sessão de 11 de Maio de 1826, Vol. I, p. 47)

Esse aguerrido oposicionista via-se a si mesmo como legítimo porta-voz da Nação. Mais que isso, via-se como seu *verdadeiro defensor*. Dizia ele:

A Nação fala pela minha boca. Porventura não estou eu legitimamente constituído defensor da Nação? Estou; mas, desgraçadamente, em todos os tempos foram atacados e perseguidos os seus verdadeiros defensores. (Sessão de 17 de Junho de 1826, Vol. II, p. 181)

Por três vezes comissionado por seus conterrâneos para representar a Província de Minas em parlamentos que se pretendiam nacionais, o Padre Jozé Custodio reconhecia suas próprias limitações pessoais. Sobre as leis em vigor no Império, confessaria: “eu me vejo confuso com elas, mas ainda não conheço todas” (Sessão de 26 de Maio de 1826, Vol. I, p.138). Não procurava esconder de ninguém sua “fraqueza de conhecimentos” (Sessão de 11 de Maio de 1827, Vol. I, p. 59). Mais especificamente, reconhecia-se “débil em conhecimentos metálicos e em teorias de finanças” (Sessão de 19 de Maio de 1828, Vol. I, p. 103). Para suprir essas deficiências, valia-se o Padre Jozé Custodio, sobretudo, de seu jovem colega de bancada, o Deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos, profundo conhecedor das leis e das teorias econômicas da época. Ao velho padre, restava um consolo:

se conheço a minha debilidade em erudição, não vacilo no [cumprimento do] meu dever, e, por este, arrostarei, quanto entender, todos os perigos que ameace a tirania, ou o despotismo. (Sessão de 5 de Agosto de 1826, Vol. IV, p. 54)

Ao ver do Padre Jozé Custodio, era justamente essa a função da Assembléia Geral do Império, sobretudo a da Câmara dos Deputados:

é de nossa competência e dever reprimir o despotismo e arbitrariedade, e reformar abusos, que de fato existem e a nação os presencia, reclamando a nossa atenção. (Sessão de 5 de Agosto de 1826, Vol. IV, pp. 53-54)

A partir dessa perspectiva, o velho sacerdote mineiro fazia uma verdadeira declaração de guerra:

Eu me declaro inimigo do despotismo – quer de um, quer de muitos (e o de muitos é o pior de todos, por ser mais caprichoso). (Sessão de 10 de Junho de 1829, Vol. III, p.68)

Antevendo ser *atacado e perseguido* por ser *verdadeiro defensor da Nação*, o Padre Jozé Custodio julgava estar renunciando às *glórias do mundo* para seguir o *caminho dos mártires*:

Eu não possuo ofícios, nem benefícios [eclesiásticos] para me serem tirados pelo amor que dedico aos meus concidadãos. (Sessão de 10 de Agosto de 1826, Vol. IV, p. 104)

Eu não pretendo honras, não pretendo empregos. Protesto que não aceitarei coisa alguma, ainda que ma dêem espontaneamente. A Nação nada mais me pode dar. Já me deu tudo quando, por três vezes sucessivas, me tem eleito seu representante. (Sessão de 16 de Julho de 1827, Vol. III, p. 171)

O ser Deputado é a maior graça que há, e tudo o mais, para mim, é cinza, é terra. O que é representante da Nação tem concentrado em si todas as honras, e tudo o mais reputo bagatelas; e quem não é capaz de prestar a vida pela Nação, não devia estar aqui sentado: vá para a sua casa! [...] se nós não sustentarmos a Constituição, apesar de todos os perigos, estaremos em anarquia. E, de duas, uma: ou Constituição, ou anarquia. Porém, a anarquia é de dar pancada a torto e a direito – e eu, se levar alguma lambada, farei o mesmo. (Sessão de 24 de Maio de 1828, Vol. I, p. 164)

O Padre Jozé Custodio não era o único a conceber a política como *embate de partidos*, tampouco era ele o único disposto a *trocar lambadas* com seus contrários, ou a *desejar morrer em combate* como *distintivo de honra*. Sua índole bélica (em razão da qual seus adversários tratavam-no por *exaltado*) levou-o ao extremo de desafiar um adversário que, por motivos de saúde, havia solicitado à Mesa Diretora licença para se ausentar das sessões da Câmara dos Deputados. Contrário à concessão da licença, assim provocou o Padre Jozé Custodio os seus contrários:

Qual é mais honroso: morrer no campo de honra ou na cama, tranqüilo e sossegado? Tenho ouvido dizer que este Senhor Deputado é *ministerial*... Venha, pois, para convencer-nos da justiça do *partido que segue*: se morrer, morre em combate – e isso lhe será honroso. (Sessão de Sessão de 7 de Agosto de 1828, T. IV, p. 38)

Com essa disposição para o combate e para a auto-imolação, o Padre Jozé Custodio fazia de seu mandato como Deputado um verdadeiro sacerdócio.

A esse sacerdócio civil, procurava ele adaptar o seu estado eclesiástico. Robert Walsh, que conheceu o Padre Jozé Custodio no ano de 1828, registra que ele, em seu cotidiano, fazia uso de trajes seculares, em vez da tradicional batina (hábito censurado pelo Bispo de Mariana).¹⁹ Por sua postura e idéias, o Padre Jozé Custodio adquiriu, entre alguns de seus contemporâneos, a fama de ateu.²⁰

Foge ao propósito deste trabalho uma análise mais minuciosa das idéias religiosas do Padre Jozé Custodio. Faz-se necessária, porém, uma explanação sobre o ambiente intelectual e espiritual então existente, de que faziam parte ele e seus contemporâneos.

Parte dos membros da Câmara dos Deputados (clérigos inclusive), sobretudo os da *costa esquerda*, desejava estender a Independência, conquistada de Portugal, a qualquer influência considerada estrangeira. Sob esse prisma enxergavam a Corte de Roma. A relação com a instituição do Papado se complicava também sob outro aspecto. Justificado o Papado como *monarquia* instituída por determinação do *Deus feito homem* (isto é, *Cristo*), sua legitimidade remetia ao *direito divino* que os *liberais* da *costa esquerda* tanto rejeitavam e combatiam. Na visão desses homens, toda autoridade provinha da escolha dos povos (isto é, os cidadãos reunidos em assembléia). Como homem religioso que era, o Padre Jozé Custodio admitia, porém, a intervenção de Deus nessa escolha mediante a graça. Mas como ficava a hierarquia eclesiástica dentro dessa perspectiva?

Mostrava-se o Padre Jozé Custodio avesso a fazer parte da hierarquia:

Eu não espero ser taxado de aspirante a Bispados ou a Prelazias, quando altamente tenho declarado que não pretendo passar de *simples sacerdote*; e persuado-me que, igualmente, não me iludo com o espírito da corporação a que pertenço. (Sessão de 9 de Agosto de 1827, Vol. IV, p. 90)

¹⁹ WALSH, Robert. *Op. cit.*, p.431.

²⁰ *Ibidem*, p.432.

De fato, mais de uma vez, o Padre Jozé Custodio mostrou-se severo crítico dos que haviam abraçado o estado eclesiástico. Por vezes, associava os párocos aos opressores do povo (de que ele se dizia *verdadeiro defensor*): “não devemos ter tanta comiseração dos párocos”, disse certa vez ele; “ao menos, não tenho pena deles. Não haja receio de que venham a morrer de fome: antes que tal aconteça, hão de primeiro morrer de fraqueza muitos fregueses” (Sessão de 20 de Maio de 1826, Vol. I, p.108). Censor do clero, chegou a denunciar os abusos praticados por alguns sacerdotes (Sessão de 30 de Junho de 1828, Vol. II, p. 238), e mostrou-se ferrenho opositor dos frades e dos padres jesuítas (17 de Maio de 1828, Vol. I, p. 96). Sua briga maior seria, porém, com os princípios ultramontanos (Sessão de 10 de Setembro de 1828, Vol. IV, p. 213). O Padre Jozé Custodio, como muitos de seus colegas da *costa esquerda*, defendiam uma combinação inusitada de *regalismo* (com o qual esperavam subtrair-se à influência da Corte de Roma) com as teses *conciliaristas* (com as quais procuravam justificar a primazia da organização democrática em face de quaisquer pretensões monárquicas, sobretudo as do Papa).²¹ Nesse sentido, grande importância assumia, no pensamento desses homens, a Assembléia Geral: competiria a ela, e não aos Bispos, fazer a divisão das paróquias (Sessão de 24 de Julho de 1827, Vol. III, p. 261), e regular da disciplina eclesiástica dos clérigos brasileiros (vide especialmente as Sessões de 10 de Outubro de 1826 e 18 de Setembro de 1828, em que se discutiu a abolição do celibato clerical).

Se não pretendia assumir um lugar entre os Grandes da Igreja, preferindo ocupar-se com o combate aos Grandes do Império; se não se guiava por espírito de corporação, declarando-se até capaz de abjurar a Igreja Católica caso ela não estivesse submetida ao poder temporal da Assembléia Geral do Império (Sessão de 24 de Julho de 1827, Vol. III, p.261);

²¹ A esse respeito, vide MOSCA, Gaetano. *História das Doutrinas Políticas desde a Antiguidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962, pp. 76-97; SABINE, George H. *História das Teorias Políticas*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964, pp. 307-321; GÉRSO, Brasil. *O Regalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1978, pp. 13-78.

quem eram, então, os “oprimidos” de que o Padre Jozé Custodio Dias, um dos principais nomes da *costa esquerda* da Câmara dos Deputados, se dizia porta-voz e defensor?

Durante a Primeira Legislatura da Câmara dos Deputados, vê-se o Padre Jozé Custodio assumindo a defesa de três categorias de seus concidadãos.

Contra o que ele considerava *usurpação dos velhos*, ele defendia os *jovens*:

A prática tem demonstrado que *a idade não constitui merecimento*. Nós estamos em um Governo onde deve respirar a justiça, a equidade, a razão, e nada dessas antiguidades, que nunca podem, por si, constituir mérito, senão no tempo do despotismo. (Sessão de 28 de Julho de 1826, Vol.III, p. 350)

Perto de completar sessenta anos de idade, o Padre Jozé Custodio não admitia o tempo de experiência de vida como uma fonte de privilégios. Em verdade, sua *concepção igualitarista* do homem tornava-o avesso a qualquer tipo de *tratamento preferencial*. Esse antagonismo do “novo” com o “velho”, no pensamento do sacerdote mineiro, ia mais além. Dizia ele que o “*mundo velho* não tem trazido ao *mundo novo* senão a escravidão – e, com ela, os males de todo o gênero” (Sessão de 28 de Agosto de 1826, Vol. IV, p. 267). Tais palavras não significavam apenas que a Europa não tinha o que ensinar à América (coisa que o Padre Jozé Custodio chegou a dizer textualmente): revelava ainda que ele era adepto da corrente que apregoava que “idéias velhas” não poderiam reger o “mundo novo” (isto é, uma completa *ruptura com a tradição política e filosófica*).

Contra o que considerava *usurpação dos detentores de títulos acadêmicos e civis*, o Padre Jozé Custodio repudiava a própria *distinção* a eles conferida pela opinião pública:

Conheço o poder da opinião pública: sei quem nem sempre aprova o que é mais útil. Vemos que ela quer que se fale a um teólogo, a um médico, a um diplomático, etc., com o chapéu na mão, enquanto admite que se fale a um agricultor com o chapéu na cabeça e se lhe dê o tratamento de ‘tu’. (Sessão de 11 de Maio de 1826, Vol. I, p.41)

Justificava-se, em sua aversão à tradição bacharelesca, dizendo que: “Não só nas grandes academias e universidades é que se aprende. Grandes homens nunca freqüentaram essas escolas”. Chegou mesmo a decretar, em ar solene: “Já se acabaram os ministérios das ciências”. (Sessão de 28 de Junho de 1826, Vol. II, p. 328)

Quando se debatia a necessidade de se criar, no Império, se não uma universidade, ao menos uma Faculdade de Direito, o Padre Jozé Custodio Dias foi contra a centralização desse ensino num único ponto do Império. Foi também contra darem-se “os empregos de foro” unicamente aos que nessa instituição se formassem. Declarava-se contra o que considerava “monopólio das ciências”. Seu desejo era dotar as províncias de mestres bem pagos, de forma que os cidadãos não tivessem que buscar instrução fora de suas fronteiras. Diante do estado precário das finanças do Império, defendia a realização de uma subscrição voluntária para que, nas províncias, fossem criadas essas escolas. Argumentava que, no Brasil, não haveria pai de família que se recusasse a contribuir, conforme lhe permitissem suas posses, para que seus filhos não precisassem buscar além-mar “as luzes e ciência” e, depois, voltassem “metamorfoseados em alemães, russos, ingleses e franceses, e não sei que mais”. Sua aversão à pretensa *superioridade bacharelesca* se misturava ainda com o desprezo pelos *estrangeirados*. Justificava-se dizendo que “enquanto assim for, não teremos espírito patriótico, não seremos brasileiros!”... (Sessão de 1 de Agosto de 1826, T. IV, p. 11)

Outra categoria defendida pelo Padre Jozé Custodio foi a *classe média*, exposta aos *roubos do Governo* (como ele chamava os tributos) e às *usurpações dos ricos* (as tentativas de enfraquecer politicamente a classe média).

Com relação aos tributos, o Padre Jozé Custodio se mostrava intransigente: “Votarei contra todas as leis que impuserem tributos” (Sessão de 11 de Agosto de 1827, Vol. IV, p. 100). Defendia, sobretudo, os lavradores:

Os nossos males são inumeráveis, tudo persegue ao cidadão... e, agora, havemos de ir sobrecarregar de tributos ao pobre lavrador [...]? Eu me oponho a que se imponha um só real de tributos a lavrador algum, tanto mais que esta Câmara já se tem declarado contra o aumento de impostos. (Sessão de 29 de Julho de 1828, Vol. III, p.210)

Na concepção do Padre Jozé Custodio Dias, “é a classe média onde se acha a virtude e onde não é tão freqüente a avareza”. Para ele, a classe média é a que verdadeiramente “forma o corpo dos cidadãos, pois, daí para baixo, há outros que não são, na verdade, muito

decentes”. Temia a ascensão dos que estavam abaixo da classe média: estes, a seu ver, “são os que desejam mais impor e figurar, ostentando serem o que não são”. Adepto das idéias democráticas, o Padre Jozé Custodio era avesso tanto ao despotismo dos miseráveis (*oclocracia*), quanto ao despotismo dos ricos (*oligarquia*). Dizia ele que:

As grandes riquezas fazem com que os homens não sejam virtuosos e, pelo meu voto, o homem independente, o homem digno da sociedade e de si mesmo é aquele que, pela virtude, tem consciência. (Sessão de 12 de Julho de 1826, Vol. III, p.136-137)

Nesse sentido, o sacerdote mineiro mostrava-se um severo crítico da Constituição do Império e das leis eleitorais, que restringiam, pelo critério da renda, os direitos políticos dos cidadãos. Pugnava por uma maior participação política dos cidadãos mais pobres, sobretudo a classe média: “não devemos procurar nos homens somente a riqueza” (Sessão de 18 de Junho de 1828, T. II, p. 147). Mais de uma vez, o Padre Jozé Custodio se declarou “contra a prática (ou, antes, abuso e monopólio) de se excluïrem dos empregos honrosos e úteis os cidadãos que não têm riquezas”.

Pois o merecimento do cidadão mede-se pela renda que tem? Pois os talentos e as virtudes recomendadas pela Constituição estão dentro de uma burra de dinheiro?

Eu não entendo isto [...]. A Constituição diz que só valem talentos e virtudes: isto significa, em boa linguagem, que onde estiverem estas qualidades, está tudo; que o cidadão que as possuir possui tudo, deve ser procurado, convidado e trazido para ocupar os mais altos cargos da nação [...]. (Sessão de 14 de Agosto de 1826, Vol. IV, pp. 136-137)

Suas críticas ao *despotismo dos ricos* compunham, pois, o *combate braço a braço* que ele vinha travando com o *monstro* (isto é, o Governo Imperial). “Nós estamos vendo os ignorantes, os estúpidos, os perversos, e os malvados desfrutando contos e contos de réis de renda à custa da nação, contra todas as leis divinas e humanas”, dizia ele, referindo-se aos Ministros e Conselheiros de Estado. Mais violentas ainda seriam suas críticas aos Grandes e Titulares do Império, aos quais ele contrapunha os cidadãos pobres. Dizia o velho democrata:

a experiência tem mostrado que, em todos os tempos, os cidadãos pobres são os que mais procuram cultivar a sua razão e habilitar-se pela sua indústria para ser úteis à sociedade, enquanto aqueles que esperam heranças e entrar nos empregos lucrativos pelas proteções desprezam inteiramente todos os meios de se aperfeiçoar. Que é que sucede com os filhos desses capitalistas, desses altos funcionários, desses

chamados Grandes (a meu ver, são bem pequenos), desses Titulares? É raro que não seja um estúpido, um perfeito ignorante.

Se eles contam com grossa fortuna, ou de seus pais, ou do dinheiro da nação (porque, enfim, a nação para tudo paga), como é que se pode esperar que eles façam o menos esforço para sair da ociosidade e adquirir o merecimento que nem estas riquezas, nem essas nobrezas herdadas lhes pode dar? (Sessão de 14 de Agosto de 1826, Vol. IV, p. 137)

Concluiria sua intervenção com um grito de guerra que não poderia ser mais claro: “Nada de aristocracia!”... Suas palavras não tiveram, no espírito do jovem Imperador, a acolhida que os homens da *costa esquerda* gostariam que elas tivessem: menos de dois meses depois, os Ministros e Conselheiros de Estado foram elevados a Grandes do Império e o número de Titulares aumentado.

O impacto dessas condecorações, segundo observaram jocosamente os próprios monarquistas desse período, “produziram mais republicanos do que todas as maquinações dos democratas”. Isso se deu, segundo Armitage, porque os brasileiros, como povo, “não estavam acostumados a conviver, sob o governo absoluto, nem com a presença de uma Nobreza Titulada, nem com grandes proprietários”, razão pela qual “havia adquirido o hábito de considerar todos, exceto por aqueles com autoridade sobre eles, como seus iguais”. Segundo Armitage, que observou pessoalmente as reações dos brasileiros desse período às graças concedidas pelo Imperador, a adoção do sistema aristocrático no Brasil provara-se “altamente ofensivo à vaidade nacional”. A insatisfação se manifestou tanto entre os que não as queriam para si, nem para ninguém; quanto entre os que as queriam para si, mas se viram preteridos por outros.²²

O Padre Jozé Custodio Dias, porta-voz da *costa esquerda* da Câmara dos Deputados, foi um dos que se sentiu profundamente ofendido com a criação da Nobreza Titulada do Império.

Igualitarista convicto, dizia que:

Os males que têm oprimido o mundo inteiro têm nascido da má inteligência que se tem dado aos preceitos do nosso Divino Mestre, e do esquecimento dos direitos que

²² ARMITAGE, John. *Op. cit.*, p. 222-223.

ele, pela lei natural, concedeu aos homens, fazendo-os *iguais entre si*. Estes preceitos, e o conhecimento dos direitos do homem, não agradaram aqueles que quiseram *eleva-se sobre os seus semelhantes*; e daqui nasceu [...] a desordem do mundo. (Sessão de 21 de Agosto de 1826, Vol. IV, pp. 218-219)

Importante notar que, conforme assinalou Vamireh Chacon ao historiar as *idéias socialistas* no Brasil, estas emergiram no seio da crise do *liberalismo*. Desdobramento natural do ideário *jacobino*, o anseio de uma democracia radical (ou absoluta) pressupunha certo *nivelamento social*. Ora, o Padre Jozé Custodio Dias, na Assembléia Constituinte de 1823, travou laços de amizade e solidariedade com alguns dos antigos Insurretos de 1817 (que já davam sinais de insatisfação com o *liberalismo* tradicional): com eles formara um partido de oposição ao Ministério de então, que procurara conduzir os trabalhos constituintes no sentido de fazer aprovar um projeto que assegurasse, na ordem que se procurava inaugurar, a preponderância da monarquia e a existência de um corpo aristocrático face às concessões democráticas demandadas na Corte e nas Províncias. Também com o radical Cypriano Barata, que viveu muitos anos na prisão sob a acusação de ser um agitador político, o Padre Jozé Custodio teve laços de amizade e solidariedade: era por intermédio do padre mineiro, que Barata era sustentado por familiares, amigos e pela Maçonaria. O baiano Cypriano Barata e o mineiro Padre Jozé Custodio, cinco anos mais jovem que aquele, pertenciam a uma mesma geração e compartilhavam um amor fervoroso pelos princípios democráticos (algo que freqüentemente os levava à exaltação). Também Borges da Fonseca, que seria responsável pela radicalização “igualitária e republicana” (nos dizeres de Vamireh Chacon) entre os *liberais* pernambucanos em 1848, também ele, durante o Primeiro Reinado, combinou esforços com o Padre Jozé Custodio no sentido de limitar (ou mesmo aniquilar) o elemento monárquico e o elemento aristocrático na ordem constitucional inaugurada no Brasil com a instalação da Assembléia Geral.²³

²³ CHACON, Vamireh. *História das Idéias Socialistas*. (2ª ed.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, pp.17-158. Sobre a participação do Padre Jozé Custodio na sustentação de Cypriano Barata na cadeia, vide VIEIRA, Damasceno. *Memórias históricas brasileiras: 1500-1837*. Volume II. Salvador: Oficinas dos Doi Mundos, 1903, p.132. Sobre a atuação conjunta do mineiro Jozé Custodio e o pernambucano Borges da Fonseca,

Sobre os aliados do Padre Jozé Custodio Dias na Assembléia Constituinte²⁴, cumpre destacar o cearense Jozé Martiniano d'Alencar; os paraibanos Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, Augusto Xavier de Carvalho, Jozé da Cruz Gouvêa, e Jozé Ferreira Nobre; e os pernambucanos Ignacio de Almeida Fortuna, Luiz Ignacio de Andrade Lima, Venancio Henriques de Rezende, e Francisco Moniz Tavares. Destes nove constituintes, seis eram sacerdotes formados no Seminário de Olinda, centro de grande fermentação revolucionária no Brasil setentrional oitocentista. Oito estiveram envolvidos na Insurreição de 1817, seis foram presos quando da dissolução da Constituinte em 1823, e oito foram signatários do protesto que deu início à Confederação do Equador de 1824. O próprio Padre Jozé Custodio chegou a ser preso, quando da dissolução da Constituinte, na Ilha das Cobras, por ser um dos que, na Assembléia Geral, sustentava um ideário tendente à radicalização “igualitária e republicana”. Um seu contemporâneo, Vasconcellos de Drummond, informa que o Padre Jozé Custodio logo posto em liberdade, sem que as autoridades lhe dissessem nem por quê tinha sido preso, nem por quê era posto em liberdade.²⁵

Não poupando aos homens que compunham as mais altas esferas do Governo Imperial (eram Conselheiros de Estado, Senadores, e Grandes do Império), homens esses que haviam sido os responsáveis por sua prisão em 1823, o sacerdote mineiro afirmava que:

Os Marqueses, em nulidades, só a si são iguais; mas supõem-se superiores a tudo.
(Sessão de 30 de Maio de 1829, Vol.II, p.180)

vide FONSECA, Antonio Borges. *Manifesto politico*: apontamentos de minha vida politica e da vida politica do Dr. Urbano Sabino Pessoa de Mello. Recife: Typ. Commercial de G. H. de Mira, 1867, p.7.

²⁴ Veja-se a forma relativamente coordenada e homogênea de sua votação em questões tais como o Projeto de Anistia, o Projeto de Reforma dos Governos Provinciais, o Projeto que criava o Conselho de Província Permanente, o Projeto para impedir que houvesse o acúmulo das funções de Deputado à Assembléia Geral e Ministro de Estado, e o Projeto para que o Maranhão e o Pará não fossem obrigados a fazer parte do Império do Brasil se não quisessem.

²⁵ DRUMMOND, Antonio de Menezes Vasconcellos de. “Anotações de A. M. V. de Drummond á sua biographia publicada em 1836 na Biographie Universelle et Portative des Contemporains”, in *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*: 1885-1886. Volume XIII. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1890, p.83. Sobre as ambigüidades e contradições existentes na Confederação do Equador, vide Evaldo Cabral de Mello, *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*, São Paulo: Ed. 34, 2004, especialmente os capítulos quarto e quinto. Para a compreensão do ambiente em que se desenvolveria posteriormente a Confederação do Equador, vide também Denis Bernardes, *O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-22*, São Paulo: Hucitec, 2006.

Ainda que não houvessem conseguido impedir a criação da *aristocracia* como esfera política no Brasil²⁶, os adeptos das *idéias democráticas*, como o Padre Jozé Custodio Dias e seus aliados, julgavam necessário criar ao menos obstáculos para a sua reprodução como força social. Procurou-se demonstrar, em outra parte, a incapacidade da *aristocracia* brasileira se reproduzir, por si mesma, em termos sociais ou políticos. Ou por não compreenderem essa peculiaridade da *aristocracia* brasileira, ou por não acreditarem que os *aristocratas* do Império se absteriam de tentar legar à sua descendência a preeminência social e política com que haviam sido distinguidos pelo Imperador, os homens da *costa esquerda* encontraram uma forma de tirar à *aristocracia* um possível esteio: o instituto vincular.

Consistia esse num “sistema complexo que se referia à apropriação e transmissão de bens, em geral fundiários, estruturado a partir de meados do século XIII” e ultimamente regulado, no tempo do Marquês de Pombal, pela lei de 3 de Agosto de 1770. Tinha por fim “a manutenção do estatuto social privilegiado dos elementos da aristocracia, através da transmissão perpétua do patrimônio familiar”.²⁷ Na forma de Morgado (“o mais velho”), a propriedade vinculada ou o conjunto de bens vinculados, que não podiam ser alienados ou divididos, por morte de seu possuidor, eram transmitidos ao filho mais velho. O Projeto de Lei que abolia os vínculos então existentes no Brasil e proibia o estabelecimento de novos foi proposto pelo Deputado Manoel Odorico Mendes, representante da Província do Maranhão, na sessão do dia 10 de Junho de 1826. O projeto foi saudado pelo Padre Jozé Custodio Dias, Vasconcellos, e seus partidários.

Nós temos um esquadrão de Marqueses que andam à pista de ver quanto possa perpetuar a sua fidalguia, e levar à mais remota posteridade os relevantes serviços que têm prestado ao Brasil.

Bem vejo que o Banco [do Brasil, que faliu], a [Província] Cisplatina [que se perdeu], e outras partes onde alguns deles têm mostrado seu *aferro à Constituição* são monumentos que os hão de eternizar. Todavia, quereirei que se lhes tire a pechincha dos Morgados. Nada dessas concessões: *laranjeiras* os conhecemos,

²⁶ Isto é, o Senado (câmara vitalícia da Assembléia Geral), que ficou estabelecido na Constituição do Império, conforme proposto no Projeto do Conselho de Estado.

²⁷ Para uma análise da evolução do instituto vincular em Portugal, vide COELHO, Maria de Fátima. “O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias”. *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980-1º-2º, 111-131.

laranjeiras passarão à mais remota posteridade. (Sessão de 9 de Junho de 1828, Vol. II, p. 69)

Quando o Padre Jozé Custodio Dias chama os Grandes do Império de *laranjeiras*, ele faz um trocadilho com a expressão *laranja*, no sentido de “pessoa tola”. *Laranjeiras* seriam os Marquesses por haverem gerado filhos tolos, à sua imagem e semelhança, reputação que, ao ver do sacerdote mineiro, os acompanharia “à mais remota posteridade”... O projeto, aprovado na Câmara dos Deputados, caiu, todavia, com a rejeição do Senado.²⁸

Impiedoso com os Marquesses, acusava-os ainda o Padre Jozé Custodio pela crise em que vivia o Império:

Só esses Marquesses – que, com sete Hábitos e quatorze Comendas, supunham inculcar um pouco de ciência e de interesse pelo Brasil, a que têm servido porque bem lhes tem ido o negócio – não conheceram o abismo que se abria debaixo dos nossos pés! Só esses Marquesses – que nunca consultam a opinião pública, que nunca amaram a terra que os viu nascer, e onde têm chegado ao auge em que os vemos – nos conduziram a tão desgraçado estado. (Sessão de 6 de Junho de 1828, Vol. II, p.45)

Criticado, com seus partidários, por um periódico que seguia o *partido ministerial* (no período em que os Marquesses eram Ministros de Estado), o Padre Jozé Custodio Dias indagou-lhes: “seremos, por ventura, tachados de *jacobinos*, de *demagogos*, e de tudo quanto o Ministério manda escrever contra esta Câmara neste seu protegido jornal *A Gazeta do Brasil*?” (27 de Junho de 1827, Vol. II, p. 170) Para o sacerdote mineiro, não havia dúvidas.

Eu quisera perguntar-lhes quem é o inimigo do Brasil, quem busca turbar a ordem pública: se *nós*, que sustentamos o que é legal, ou *eles*, que minam e atacam de frente a Lei Fundamental do Império. O Brasil acha-se às portas da morte – e quem a elas o conduziu? Os Ministros, que mandaram contrair um empréstimo sem necessidade e o dissiparam com a rapidez do relâmpago (empréstimo só aprovado pelos servís, que dele tiraram grandes e inauditas comissões); os Ministros, que declararam guerra a Buenos Aires, fazendo-nos consumir em uma desastrosa campanha o tempo que devêramos empregar em civilizar-nos cada vez mais, em abrir estradas, e formar na nossa mocidade o caráter que devem ter os cidadãos de uma nação livre. (Sessão de 12 de Junho de 1828, Vol. II, pp.106-107)

Para o deputado mineiro, os tratados internacionais – firmados no tempo do Ministério dos Marquesses – haviam sido desastrosos.

²⁸ O Deputado Odorico Mendes, reeleito para a legislatura seguinte, voltaria à carga contra o instituto vincular. Sua extinção, contudo, viria por iniciativa do próprio Senado, no Período Regencial, com a Lei n.º 57 de 6 de Outubro de 1835. Sobre o assunto, vide CUNHA, Rui Vieira da. *O Parlamento e a Nobreza Brasileira*. Brasília: Senado Federal, 1979, pp. 85-87, 100-116, 127-129.

É lastimável que nossos Marqueses só se tenham esmerado em dar golpes fatais em nosso comércio nascente e tenham até violado a Constituição – cedendo ora a um rei estrangeiro o título que o Brasil criara para o seu escolhido, ora impondo a pena de pirataria aos negociantes de escravos, com manifesta usurpação do Poder Legislativo. (Sessão de 16 de Junho de 1828, Vol. II, p. 131)

A crise financeira em que vivia o Império também foi debitada pelo Padre Jozé Custodio na conta dos Ministros Marqueses.

É preciso lembrar que uma das cláusulas do tratado por meio do qual o Governo do Reino de Portugal se comprometia a reconhecer a independência do Império do Brasil era justamente uma reparação financeira pelos prejuízos sofridos na guerra da Independência (a chamada Convenção Pecuniária). Assumia o Brasil a incumbência de pagar a Portugal uma quantia de dois milhões de libras (para o que precisou recorrer a um empréstimo com a Inglaterra). Foram, tratado e empréstimo, firmados pelos Conselheiros e Ministros de Estado que, depois, haveriam de ser feitos Senadores e Grandes do Império pelo jovem Dom Pedro I. Esse tratado e esse empréstimo causaram grande escândalo entre os Deputados e a população do Império, quando deles tomaram conhecimento.

O Deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos (jovem amigo do Padre Jozé Custodio e principal chefe dos deputados sentados na *costa esquerda*) era da opinião que, se alguma indenização devia ser paga, esta deveria ser paga por Portugal ao Brasil – e não o contrário. Dizia ainda que o Brasil não havia se libertado de Portugal, mas, ao contrário, o Brasil que, com a dissolução do Reino Unido, libertara Portugal (ainda que esse não o desejasse). Defendia, no que era acompanhado pelo Padre Jozé Custodio e seus partidários, que a Portugal só se devia desprezo: “não sejam indenizados” (Sessão de 2 de Julho de 1827, Vol. III, p. 8). Apesar de haver se declarado “débil em conhecimentos metálicos e em teorias de finanças”, o velho sacerdote mineiro seguia a opinião de seu jovem amigo, mais versado nessas matérias: opinava também por uma ampla bancarrota, o completo calote da dívida externa. Com todas as letras, disse ele: “minha opinião [é] que nem o empréstimo de Londres, nem o de Portugal, nem o do banco deve ser pago”. Com relação aos ingleses, com quem

havia sido contraído o empréstimo para pagamento da dívida assumida com Portugal, o Padre Jozé Custodio justifica sua proposta, dizendo que “ninguém os mandou serem desacautelados: o empréstimo não foi feito constitucionalmente, eles o deviam saber”. E ele não recuava em sua opinião nem mesmo sob a ameaça de uma retaliação militar: “Se for preciso sofrermos a guerra, nós contribuiremos para ela: e já que me não é possível ir pessoalmente, pela falta de forças físicas, eu contribuirei com o que puder” (Sessão de 22 de Agosto de 1827, Vol. IV, p.195)

A guerra da Cisplatina também era objeto de crítica dos homens da *costa esquerda*. Dela dizia o Padre Jozé Custodio Dias:

Eu estou que toda a culpa da guerra, toda a culpa da sua má direção é da parte dos nossos *bons* Ministros, que *nos fizeram o presente* das Comissões Militares: nada sabiam, nada fizeram... (Sessão de 16 de Maio de 1828, Vol. I, p. 89)

O desastre da guerra, ao ver do Padre Jozé Custodio, não era simplesmente fruto do que ele considerava *ignorância* dos Ministros Marqueses. Na verdade, ele os acusava de *má fé*. No debate sobre a compra feita pelo Governo de vasos de guerra para a Marinha do Império, disse o sacerdote mineiro:

Parece que quer-se mesmo a duração desta guerra para fins particulares. Parece que se faz a guerra não para sustentar a honra nacional, mas sim para engrossar riquezas a quem faz conta a guerra, e havemos nós de dizer a isto amém? (Sessão de 27 de Julho de 1827, Vol. III, p. 276)

Violentas críticas sofreu, da parte da oposição, especialmente do Padre Jozé Custodio Dias e do jovem Vasconcellos, o Ministro da Guerra, Conde de Lages. A desastrada política de recrutamento, adotada no Império, valeu-lhe a pecha de “inimigo do sangue brasileiro”. Desejavam os homens da *costa esquerda* acusá-lo, mas dependiam da aprovação da *Lei de Responsabilidade* (cuja redação havia sido confiada ao jovem Vasconcellos). No segundo semestre de 1828, lamentava-se o Padre Jozé Custodio: “os Ministros passados atacaram tudo quanto era de lei, e enxovalharam quanto era brasileiro”. Acusou ainda o Governo de “tudo faz[er] ao avesso do que deve ser”. Para o sacerdote mineiro:

O Governo só trabalha por destruir o edifício que, com tantas fadigas, procuramos erigir.

A lei, para os Ministros, é a sua vontade; o merecimento é a proteção de algum depravado, de quem esperam os sustente no pleito, e até (quem o crerá!) é meritório ser inimigo do sangue brasileiro!!! (Sessão de 26 de Julho de 1828, Vol. III, p. 199)

As críticas da *costa esquerda* não se limitavam aos atos dos Ministros de Estado.

Também o Senado foi acusado de tentar esbulhar a Câmara dos Deputados de seus direitos desde a primeira sessão (Sessão de 11 de Maio de 1827, Vol. I, p. 59).

Foi o jovem Deputado Vasconcellos o primeiro a fazer frente ao Senado do Império. Tudo começou com uma polêmica acerca do cerimonial de abertura da Assembléia Geral. O Senado havia enviado à Câmara dos Deputados um formulário para o recebimento do Imperador. A Câmara dos Deputados adotou todos os artigos do formulário enviado pelo Senado, menos um, ao qual ofereceram uma emenda. Esse artigo, sobre o qual havia polêmica, dizia respeito ao assento a ser (ou não) dado aos criados do Imperador nas sessões de abertura e fechamento da Assembléia Geral. A maioria do Senado foi favorável, a maioria da Câmara dos Deputados foi contra. A fim de se resolver o impasse, o Senado remeteu a questão ao Imperador.

A atitude do Senado foi interpretada como uma afronta pelo jovem Vasconcellos, que procurou mobilizar seus colegas contra os membros da câmara vitalícia. “O Senado”, disse Vasconcellos, “infringiu manifestamente um dos artigos da Constituição”. Entre os que saíram em defesa do Senado, estavam os magistrados Joze Antonio da Silva Maya, e Joze Cesario de Miranda Ribeiro, ambos Deputados pela Província de Minas Gerais. Joze Cesario julgava indecorosa a disputa com o Senado, ao lado do qual se colocava. Maya, em tom conciliador, procurava serenar os ânimos que Vasconcellos procurava insuflar. “Parece-me muito justo que sustentemos sempre a dignidade desta Câmara”, disse Maya, “mas nunca se suscitem idéias odiosas, tendentes a destruir a harmonia entre as duas câmaras”. Disse ainda:

“O Senado tem tanto interesse pelo bem público como esta Câmara. Sustentemos o que devemos, mas nada de suscitar ódios!” (Sessão de 5 de Maio de 1826, Vol. I, p. 21).

Vasconcellos procurou justificar-se, defendendo seu protesto:

Diz [...] que não devemos atear a desconfiança entre as duas corporações: mas bem se vê que a dos Senadores é a que tem ateadado. O Senado toma deliberações contra a Constituição, e, sem usar do meio competente, qual o da reunião, nem consultar o voto desta Câmara, a quem trata sem a atenção devida, passa a levar o negócio à sanção de Sua Majestade Imperial. Logo, quem é que dá origem à divisão? (Sessão de 5 de Maio de 1826, Vol. I, p. 23)

No que tange a essa primeira polêmica surgida entre a Câmara dos Deputados e o Senado, interveio o Imperador em favor dos membros da câmara vitalícia. O clima de desconfiança e o estranhamento entre as duas câmaras, temporária e vitalícia, não acabariam por aí.

Senadores e Deputados voltariam a se contrapor quando surgiu uma polêmica acerca do sistema de votação a ser adotado na Assembléia Geral. Prevvia o artigo 61 da Constituição do Império:

Art. 61. Se a Câmara dos Deputados não aprovar as emendas ou adições do Senado, ou vice-versa, e todavia a Câmara recusante julgar que o projeto é vantajoso, poderá requerer por uma Deputação de três Membros a reunião das duas Câmaras, que se fará na Câmara do Senado, e, conforme o resultado da discussão, se seguirá o que for deliberado.

Prevaleceu entre os Senadores a interpretação de que, no caso acima exposto, a reunião das câmaras vitalícia e temporária serviria apenas para a discussão conjunta da matéria: as votações continuariam sendo realizadas separadamente, por câmaras. Entre os Deputados, porém, a interpretação que prevaleceu (sustentada pelos homens da *costa esquerda*, sobretudo Vasconcellos) foi a de que as câmaras, ao se reunirem, discutiam e votavam como uma só corporação. No *Regimento Interno da Assembléia Geral*, acabou vigorando a opinião defendida pelos Deputados.

Vasconcellos e o Padre Jozé Custodio, até então, não haviam manifestado publicamente a sua inconformidade com a vitaliciedade do Senado (coisa que, anos depois, eles fariam, secundados por outros mais – como, por exemplo, os Deputados Antonio Paulino

Limpo de Abreo, e Joze Bento Leite Ferreira de Mello, também representantes da Província de Minas Gerais na câmara temporária).

Tampouco foi poupado pelos homens da *costa esquerda* o Conselho de Estado, que eles consideravam uma extravagância na Constituição do Império. Criticou essa instituição o Padre Jozé Custodio Dias, quando se debatia a Lei de Responsabilidade de Ministros e Conselheiros de Estado. Disse ele:

Os Conselheiros de Estado hão de ter um ofício vitalício, sem poderem ser demitidos pelo monarca, hão de ter grossa renda e hão de usar do seu ofício como quiserem, dando os conselhos que bem lhes parecerem, ainda contra as leis e contra a Constituição, sem incorrer em crime algum?!! [...]

Na verdade, não há melhor modo de vida: é o melhor benefício possível. Por isso eu digo que *estes homens, quando fizeram o Projeto da Constituição, trataram do seu bem e não do bem público*. Porém, nem essa foi a inteligência da Nação quando aceitou a Constituição [a de que os Conselheiros de Estado seriam irresponsáveis], nem a Assembléia (que é quem legitimamente a pode interpretar) deve entendê-la de semelhante maneira.

Eu creio que a Constituição não pode ser inconseqüente. Ela quer que todos os funcionários públicos, de qualquer ordem, sejam responsáveis: e como pode autorizar uma classe de empregados para obrar sem responsabilidade? (Sessão de 23 de Junho de 1826, Vol. II, p. 275)

Conselheiros de Estado e Senadores vitalícios, Grandes do Império distinguidos pelo Imperador, homens que compunham um governo que o Padre Jozé Custodio e seus partidários consideravam *monstro e inimigo*, homens com os quais a oposição *lutava braço a braço*... Lamentava-se o Padre Jozé Custodio:

Eu não sei o que mais se querará de nós, desta malfadada nação... Ai de nós, senhores! Ai dos desgraçados brasileiros – que têm, dentro de si mesmos, que nutrem os mais encarniçados inimigos!... (Sessão de 10 de Agosto de 1826, Vol. IV, p. 104)

Que fazer com tais adversários? É o próprio Padre Jozé Custodio quem nos revela quais eram os planos que os homens da *costa esquerda* tinham para eles:

O nosso país é benéfico pela natureza, porém é preciso *remover obstáculos*, que *impedem o seu adiantamento*. Para que a terra seja suscetível de cultura, é preciso primeiro *arrancar os troncos arrogantes que a ocupam*.

Assim devemos praticar a respeito da civilização dos povos: é preciso primeiro *limpar a sociedade de imensos parasitas que a devoram*. (Sessão de 3 de Julho de 1826, Vol. III, p. 17)

Para o Padre Jozé Custodio e seus partidários, enquanto não se *arrancassem os troncos arrogantes* que ocupavam o Império, enquanto não se *limpasse a sociedade dos*

imensos parasitas que a devoravam, o processo de *civilização e adiantamento* do povo brasileiro estaria comprometido.

Enquanto virmos os verdadeiros sábios e virtuosos cidadãos [sendo] oprimidos e perseguidos; e, ocupando os grandes empregos, os indignos, os ignorantes, os servís, os imorais e carregados de vícios, nada poderemos esperar, sejam quais forem as providências que dê o Corpo Legislativo, sejam quais forem as instituições que se formarem. (Sessão de 1 de Agosto de 1826, Vol. IV, p.11)

A linguagem violenta do sacerdote mineiro, que mantinha seus adversários em sobressalto (e lhe valia os epítetos de *jacobino* e *demagogo*), assumiria contornos ainda mais ameaçadores, especialmente depois das eleições para a Segunda Legislatura da Câmara dos Deputados.

Na Sessão do dia 7 de Abril de 1829, quando se discutia a resposta à Fala do Trono, o Padre Jozé Custodio, expressando os sentimentos dos Deputados da *costa esquerda*, exigiu do Imperador a demissão dos Ministros de Estado.

Não se localizou, lamentavelmente, a íntegra desse discurso: na ata da Câmara dos Deputados, o taquígrafo registrou-o na forma de extrato, tendo dificuldade para registrar as palavras finais do Padre Jozé Custodio (justamente a parte mais importante, por ser a mais violenta, de sua intervenção). Robert Walsh, ao que parece, teve acesso à versão integral do discurso, que transcreveu em sua obra sobre o Brasil. A versão que ele conservou, porém, está vertida para o inglês. Traduzi-lo de volta para o português é uma opção. É lamentável, porém, não poder contar com o discurso original, para que se possa conhecer as expressões exatas empregadas pelo sacerdote mineiro (e mensurar o peso de suas palavras).

Segundo Walsh, o Padre Jozé Custodio argumentava que não se valeria de argumento algum para tentar convencer seus colegas de que a Fala do Trono era uma peça redigida por um Ministro de Estado e, como tal, deveria ser respondida. Admitia que, ainda que não fosse assim, deveria valer o princípio de que os Deputados da Nação falassem sempre a verdade ao Trono, ainda que suas palavras soassem duras e ásperas. “Será, por ventura, mais decoroso o órgão de uma nação culta usar de rodeios, do que de verdades claras, ainda que duras?”,

registrou o taquígrafo da Câmara dos Deputados. “Nós vamos falar ao Chefe da Nação, ao delegado da nação”, teria dito o Padre Jozé Custodio, que fez questão de frisar que todos os poderes estabelecidos no Brasil eram reconhecidos como delegações do povo e existiam unicamente para seu benefício. A seu ver, era preciso falar de maneira clara ao Imperador. A parte mais importante do discurso, que o taquígrafo não conseguiu registrar e que Walsh conservou em inglês, diz respeito ao eventual acolhimento das “verdades claras, ainda que duras” proferidas pelos Deputados. Segundo Walsh, o Padre Jozé Custodio teria dito que, se as verdades proferidas pelos Deputados não fosse compreendidas ou acatadas, pertencia-lhes o direito de impô-las. Quando as ditassem, deveriam ser obedecidos; do contrário, a resistência seria menos um direito que um dever. A ameaça explícita, com a qual o Padre Jozé Custodio encerrou seu discurso, foi conservada no original em português por Walsh: “Então a Nação recorrerá ao último meio – e veremos quem vence!”. Segundo Walsh, essas palavras do sacerdote mineiro causaram profunda impressão no povo. “Pelo que pude apurar”, escreveu Walsh, “o sentimento de aprovação predominou grandemente”. Exatamente dois anos depois desse discurso, as palavras do Padre Jozé Custodio se converteriam em realidade.²⁹

Essa tentativa de submeter o próprio Imperador à autoridade da Assembléia Geral (da qual se desejava suprimir a câmara vitalícia) era uma idéia recorrente entre os homens da *costa esquerda*, que se apresentava como *partido liberal*. Essa tese já havia sido advogada pelo Padre Jozé Custodio Dias na Assembléia Constituinte. Ele voltaria a advogá-la na Primeira Legislatura, já em seu primeiro ano.

Na Sessão do dia 12 de Julho de 1826, tentou o sacerdote mineiro expor seu credo político, sendo constantemente interrompido por seus colegas, que o chamavam à ordem. Dizia ele que “os poderes políticos, que se dizem propriamente poderes políticos, são um só;

²⁹ Sessão de 7 de Abril de 1829, Vol. I, p.23. WALSH, Robert. *Op. cit.*, pp. 441-442.

não há divisão de poderes...” Nesse ponto, os gritos tomaram conta da Câmara dos Deputados. O baiano Lino Coutinho chamou seu colega à ordem, alertando-o que ele falava “contra a Constituição”. O Deputado por Minas não se deixou intimidar e continuou: “O poder político é um só, todos os mais são delegações constitucionais deste poder político”. Irritado com seus colegas, que continuavam chamando-o à ordem, o Padre Jozé Custodio esbravejou: “Fala-se aqui em ordem a cada instante! Que lhes parece! Como se eu não estivesse na ordem! A ordem é não tolher a liberdade que cada deputado tem de emitir francamente a sua opinião. Isto é o que eu chamo ordem: o mais é desordem”. Retomando sua linha de raciocínio, expôs sua tese, em que constrangia moralmente o elemento *monárquico* a aceder com as decisões da Assembléia Geral:

Quando o Poder Legislativo, *quando a Nação, representada pelas duas câmaras, tem declarado a sua vontade soberana, está dada a sanção*. Portanto, *ao imperante, ao chefe do Poder Executivo, compete declarar esta sanção*.

Se o imperante estivesse plenamente instruído do verdadeiro e do maior bem da Nação, ele daria sempre a sua sanção, nunca a recusaria. Isto é da nossa mesma Constituição, que determina que, no caso de o Poder Moderador não dar a sanção a uma lei, se esta mesma lei lhe for apresentada nas duas seguintes legislaturas, terá vigor e prevalecerá, ainda que não seja sancionada. (Sessão de 12 de Julho de 1826, Vol. III, p. 140)

Para o Padre Jozé Custodio, no caso de discordância entre o Imperador e a Assembléia Geral, a verdade estaria *sempre* do lado da Assembléia Geral – que, a seu ver, deveria ser a *única* intérprete da Constituição. Era ela, para o sacerdote mineiro, o órgão infalível da vontade nacional. “A Nação fala pela minha boca”, dizia ele, vendo a si mesmo, enquanto no exercício de seu mandato como Deputado, como alguém que havia sido “legitimamente constituído defensor da Nação”, “seu *verdadeiro defensor*” (Sessão de 17 de Junho de 1826, Vol. II, p. 181). Haveria, nesse título que arrogava a si mesmo, a insinuação de que o Imperador, a quem havia sido conferido o título de Defensor Perpétuo do Brasil, não era o seu “verdadeiro defensor”?

A exegese constitucional defendida pelo Padre Jozé Custodio e seus partidários era duramente criticada por seus contrários. Segundo estes, o Poder Legislativo não era, segundo

a Constituição, constituído apenas pela Assembléia Geral, mas por ela com a assistência do Imperador (artigo 13). Imperador, Senadores e Deputados eram representantes e delegados da Nação (artigos 11 e 12). Ao Imperador e sua descendência havia sido conferido o título de Defensor Perpétuo da Nação (artigos 4, 100, 116 e 117). Para os homens da *costa direita*, as teses defendidas pelos homens da *costa esquerda* não coadunavam com a Constituição do Império.

Talvez faltasse ao Padre Jozé Custodio a capacidade para compreender as nuances do texto constitucional, talvez sua leitura fosse enviesada por suas pretensões e simpatias políticas. Ele mesmo confessaria, entre seus colegas, que: “Prouvera a Deus que houvesse mais casos em que o Corpo Legislativo pudesse *obrar por si*, porque não seria mau que ele *governasse o seu bocadinho*” (Sessão de 18 de Julho de 1826, Vol. III, p. 217).

De todas as ocasiões em que o sacerdote mineiro expôs publicamente qual era o seu credo político, talvez a mais significativa tenha sido a da Sessão de 16 de Junho de 1827. Nessa ocasião, disse o Padre Jozé Custodio:

Não é dever desta Câmara velar na guarda da Constituição, pela qual só ela existe e o mesmo Governo? Se este pode executar o seu dever e não quer, é péssimo; se quer e não pode, é fraquíssimo. Pois, *ainda que eu seja mais inclinado à forma republicana...*

Nesse ponto de seu discurso, o orador foi interrompido. Muitos de seus colegas o chamaram à ordem. Em meio ao tumulto, o padre continuou:

Como se tocou a sensibilidade de quem me chamou à ordem, sem esperar que eu acabasse a oração para bem perceber o sentido em que eu falava?...

Intervindo o Deputado Odorico Mendes, pediu este ao orador que terminasse logo o seu discurso, porque a expressão de que se servira, tomada destacadamente, era odiosa e exigia explicação. Registra o taquígrafo que Custodio Dias, “continuando com serenidade” retomou o seu discurso:

Se bem que inviolável pelas minhas opiniões, sei que não tenho poderes da minha nação senão para sustentar o governo monárquico representativo e, para o sustentar, basta[m] o juramento sagrado que prestei à Constituição e o meu caráter, que sempre subsistirá, a par de qualquer perigo ou terror que se me queira incutir.

Obviar, pois, e reprimir todos os ataques e abusos que se oponham à lei (pela qual existem ambas as câmaras e o mesmo Império) é da atribuição desta Câmara e da do Senado, bem como promover a responsabilidade dos que a atacarem.

Interpelado por haver se declarado republicano, respondeu apenas:

Não tenho remorsos das palavras que proferi, nem sei por que sejam elas dignas de censura [...]. Nunca, senhor, nunca serei traidor, sempre serei franco e fiel aos meus sentimentos, como até agora o tenho sido. Jurei defender a forma de governo monárquico constitucional representativo; a menor ação não tenho praticado em menoscabo desta promessa solene, nem é do meu caráter fazê-lo.

Mas direi eu: se a Constituição que nos rege, reconhecendo como religião do Estado a católica apostólica romana, permite todavia a liberdade, ou diferentes inclinações religiosas, por que motivo se não hão de tolerar diferentes inclinações políticas? Inclinações que morrem no coração de quem as tem, sem detrimento ou perturbação da sociedade? Será justo que se lancem grilhões ao pensamento dos homens? Que se castiguem opiniões que só têm sido emitidas ou no asilo do cidadão, ou em um lugar, qual este augusto recinto, onde não deve ter lugar o pavor, a hipocrisia e o fingimento? O que será então da liberdade de pensar, garantida pela Constituição, se for crime uma palavra, uma opinião?... (Sessão de 16 de Junho de 1827, Vol. II, pp. 81-82)

Há que se relativizar esse propalado abandono das aspirações republicanas e juramentada adesão à forma de governo instituída pela Constituição do Império. Afinal, na legislatura seguinte, intentar-se-ia a reforma da Lei Fundamental do Império, inclusive por meio de um golpe de Estado (a conversão da Câmara dos Deputados em Assembléia Constituinte, com a exclusão dos Senadores). E, na Terceira Legislatura, no período da Menoridade de Dom Pedro II, quando se discutia a reforma da Constituição, o baiano Antonio Ferreira França (uma das notabilidades da *costa esquerda* da Primeira Legislatura) chegou mesmo a apresentar a seguinte proposta:

A Assembléia Geral Legislativa decreta:

1º O Governo do Brasil cessará de ser patrimônio de uma família.

2º O atual Imperador e suas Augustas Irmãs cederão de seu privilégio, e receberão, por uma vez, um subsídio para completar sua educação e principiarem seu estabelecimento.

3º A Nação será governada por um Chefe eleito de dois em dois anos, no dia 7 de Setembro, à maioria dos votos dos cidadãos eleitores do Brasil. (Sessão de 16 de Maio de 1835, Vol. I. p. 79)

Ainda que o Presidente da Câmara dos Deputados (o Deputado Pedro d'Araujo Lima, liderança da *costa direita* da Primeira Legislatura) tenha se recusado a colocar em votação esse Projeto, levantou-se grande polêmica: dos setenta e sete Deputados presentes a essa Sessão, trinta e três achavam que o Presidente havia procedido mal ao não colocar o Projeto

em votação. Lamentavelmente, não se conseguiu apurar os nomes desses trinta e três Deputados que julgaram o Projeto digno de ser votado. Mas o número é bastante significativo. E, nessa polêmica sessão, estiveram presentes dois deputados mineiros que integraram a *costa esquerda* da Primeira Legislatura: o Padre Jozé Custodio, e Limpo (Joze Bento passara ao Senado e Vasconcellos havia faltado a essa sessão)... Como terão votado?

Sabe-se, por seu próprio depoimento, que o Padre Jozé Custodio preferia a *forma republicana* (isto é, o que então se chamava *democracia*: as decisões sendo tomadas pelo voto dos cidadãos reunidos em assembléia), mas, sabendo-se voto vencido, conformava-se com a vontade da maioria, preferindo anuir com a monarquia constitucional representativa a viver em anarquia (embora ele não se furtasse a *trocar lambadas* com seus inimigos declarados). Como, porém, o Padre Jozé Custodio e seus partidários entendiam a Monarquia Constitucional Representativa?

Vasconcellos, logo no início dos trabalhos legislativos, apontava a importância do princípio da responsabilidade dos funcionários públicos para o regime constitucional:

Sem a Lei da Responsabilidade, não há Constituição! Não há leis para fazer marchar a Constituição – e a primeira que se deve fazer é aquela que há de marcar a natureza dos delitos dos funcionários públicos e a ordem do respectivo processo. Temos grande necessidade de muitas leis regulamentares (e de suma importância), porém nenhuma certamente pode mais merecer os nossos primeiros cuidados do que aquela que torna efetiva e real a responsabilidade dos funcionários! (Sessão de 9 de Maio de 1826, Vol. I, p.34)

Em verdade, Vasconcellos desejava estender o princípio da responsabilidade dos funcionários públicos ao próprio Monarca, tratado como ente inviolável na Constituição do Império. Para Vasconcellos, o Imperador deveria exercitar o Poder Moderador por meio de seus Ministros de Estado; se a exercitasse diretamente, como ente irresponsável, agia como “uma Ditadura no Estado”.³⁰

Suscitaram dois ilustres deputados uma questão sobre o Poder Moderador, dando a entender talvez que o Poder Moderador é irresponsável.

Eu [...] sigo uma opinião muito diversa; o *Poder Moderador é responsável, como o Executivo*. Entre os dois, só uma diferença vejo: e é que o Poder Executivo é delegado, e o Poder Moderador não pode ser delegado, e é privativo do Monarca,

³⁰ *Astro de Minas* (772), 08/11/1832, pp.2-3.

que [o] exerce *pelos seus Ministros*; e eis aqui a verdadeira diferença que há na natureza dos dois poderes.

Pela Constituição, pode ser delegado o Poder Executivo; pelo contrário, ela faz privativas do Monarca as atribuições do Poder Moderador; é uma atribuição do Trono, que deve ser imediatamente exercida por intermédio de seus Ministros. (Sessão de 7 de Abril de 1829, Vol. I, p.22)

Em apoio à tese de Vasconcellos, manifestou-se o pernambucano Hollanda Cavalcanti, outro homem da *costa esquerda* da Primeira Legislatura. Diante da acusação de que responsabilizar o Poder Moderador era um desrespeito à inviolabilidade do Imperador, argumentou Hollanda Cavalcanti: “Ninguém ainda avançara que o Poder Moderador ou Executivo é responsável, mas sim que os seus atos, isto é, os Ministros que o referendarem; que disto ninguém duvida senão os mesmos Ministros que procuram sempre cobrirem-se com a púrpura real” (Sessão de 7 de Abril de 1829, Vol. I, p.23).

A tentativa de cerceamento do poder monárquico, por meio da responsabilização dos Ministros de Estado pelos atos do Poder Moderador, mais que uma exegese constitucional, é antes uma proposta política: responsabilizados os Ministros de Estado pelos atos do Poder Moderador, passava a Assembléia Geral a ter controle, ainda que de forma indireta, sobre os mesmos.³¹

Na Sessão de 7 de Abril de 1829 (em que o Padre Jozé Custodio fazia a apologia da revolução, “menos um direito que um dever”), Vasconcellos instava ao Imperador a demissão dos Ministros de Estado. A percepção de que Vasconcellos procurava fazer depender da Assembléia Geral a nomeação e a demissão dos Ministros de Estado (o que veio a se conhecer depois como *monarquia parlamentar*) suscitou a reação imediata da *costa direita* da Câmara dos Deputados. O partido ministerial, apoiado no item VI do artigo 101 da Constituição do

³¹ Sobre os debates acerca do Poder Moderador, vide OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. “O poder moderador e o perfil do Estado Imperial”. In: MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Senz; MANUEL, Ivan (org.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. Franca/ São Paulo: UNESP & Olho d'Água, 2003, pp. 31-50; OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. “Contribuição para o estudo do poder moderador”. In: OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles; BITTENCOURT, Vera; COSTA, Wilma Peres (org.). *Soberania e Conflito: configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2010, p. 185-235. Vide tb URUGUAY, Paulino José Soares de Souza, Visconde do. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro: Typog. Nacional, 1862; VASCONCELLOS, Zacarias de Goes e. *Da natureza e limites do Poder Moderador*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862; e SOUZA, Braz Florentino Henrique. *Do Poder Moderador: ensaio de direito constitucional*. Recife: Universal Ed., 1864.

Império, argumentava que uma das atribuições do Poder Moderador era a livre nomeação e demissão dos Ministros de Estado.

Já se referiu, em outra parte, à convicção em que Vasconcellos se encontrava de que a câmara vitalícia era um entrave à soberania nacional, que o Poder Legislativo deveria ser confiado a uma assembléia popular. Em defesa de sua tese, argumentava Vasconcellos:

Ouvi que em uma monarquia deve haver aristocracia, que entre nós esta existe no Senado, e que, por conseguinte, abolida [...], baqueará infalivelmente o nosso governo monárquico. Estou persuadido que os apaixonados da aristocracia no Brasil rejeitam essa aristocracia, resto da anarquia feudal; de certo, essa aristocracia nunca esteou governo algum: sempre empreendedora e ávida, ela tem procurado usurpar a autoridade da Coroa e calcar os direitos dos povos. A história o atesta.³²

Nesse sentido, Vasconcellos acompanhava o Padre Jozé Custodio, quando este clamava “nada de aristocracia!”... O monarquismo professado por Vasconcellos era um credo *sui generis*:

Eu não aprovo que se naturalizem no Brasil monarquias européias: *nossa monarquia deve ser americana, revestida de todas as formas democráticas com ela compatíveis*. Em minha opinião, o princípio vitalício e hereditário só deve existir na Família do Monarca: estender qualquer destes privilégios a outra família ou corpo do Estado é, incontestavelmente, diminuir o esplendor do Trono. *Todos os empregados do Estado devem, depois de certo tempo, tornar à massa de cidadãos: é um grande freio contra os abusos*. [...] O Monarca só [...] esteja como que acima da humanidade: ele só não volte nunca à massa da Nação, seja ele vitalício, e transmita, por direito de herança, sua autoridade. Nada de um Senado vitalício, que se lhe achegue, que se lhe assemelhe: muitos candidatos teria o poder supremo!³³

O princípio da vitaliciedade, que Vasconcellos só admitia para o Imperador, era algo a ser negado aos Senadores e aos Conselheiros de Estado: essa tese, cara aos homens da *costa esquerda*, haveria de ser sustentada quando dos debates acerca da reforma constitucional, na Segunda Legislatura. Em verdade, quando se começou a discutir a reforma da Constituição, por iniciativa do *partido liberal*, a proposta era justamente abolir o Poder Moderador, vinculando-o ao Poder Executivo (submetendo seus atos ao princípio da responsabilidade), abolir o Conselho de Estado, e acabar com a câmara vitalícia da Assembléia Geral. Veja-se o Projeto de Constituição que o Cônego Joze Bento, Deputado por Minas, fez publicar em sua tipografia (a famosa Constituição de Pouso Alegre). No entender de Vasconcellos e seus

³² *Astro de Minas* (772), 08/11/1832, p.3.

³³ *Astro de Minas* (772), 08/11/1832, p.4.

partidários, os Poderes Moderador e Executivo deveriam se submeter ao Poder Legislativo, reduzido este a uma assembléia eletiva, popular, sempre dependente dos sufrágios dos cidadãos. Buscava-se fortalecer, cada vez mais, o poder decisório dos cidadãos reunidos em assembléias. Para o bom entendedor, existe um nome para essa forma de governo...

Mesmo no âmbito da estruturação do Poder Judiciário, Vasconcellos demonstrava tendências democráticas:

O que hoje é Juiz, por exemplo, e pode deixar de o ser amanhã, velará no bom desempenho dos seus deveres. [...] Um corpo vitalício [...] tem o defeito da inatividade ou da retrogradação nas luzes [...]. Os juízes não receiam a opinião pública, porque eles não têm de voltar à massa dos cidadãos; nem o castigo, porque as prevaricações são difíceis, se não impossíveis de provar-se. Uma magistratura temporária é um dos maiores benefícios que podeis fazer no Brasil.³⁴

A proposta dos homens da *costa esquerda*, para o Judiciário, era uma magistratura temporária, eletiva, e até mesmo coletiva: a instituição do Tribunal do Júri. Em vez de as sentenças serem proferidas por um único homem, colocado acima da massa dos cidadãos, elas seriam proferidas por um conjunto de cidadãos, reunidos em assembléia. Na nova organização do Poder Judiciário, buscar-se-ia também abolir aquilo que o Padre Jozé Custódio chamou de “monopólio das ciências”: em vez de os empregos da magistratura serem conferidos exclusivamente aos bacharéis em Leis pelo Monarca, eles passariam a ser conferidos àqueles que gozassem do respeito de seus concidadãos pelos votos destes, reunidos em assembléias (os Juízes de Fato e os Juízes de Paz).

Esse princípio de organização democrática, em que os cidadãos reunidos em assembléia tudo decidem, seria levado até mesmo para a estruturação da força armada: já na Sessão de 14 de Novembro de 1827, Vasconcellos apontava para a necessidade de reduzir o número de efetivos das Forças Armadas e se criar uma Guarda Nacional, à forma praticada na França, desiderato esse convertido em realidade pela Lei de 18 de Agosto de 1831. Na forma

³⁴ *Astro de Minas* (772), 08/11/1832, p.4.

em que foi concebida e adotada inicialmente no Brasil, os cidadãos em armas, em assembléia, elegiam seus próprios oficiais.³⁵

Buscava-se, assim, consolidar o caráter *americano* da monarquia brasileira: *revestida de todas as formas democráticas*, que os auto-proclamados *liberais* consideravam com elas compatíveis...

A partir, pois, da *costa esquerda* da Câmara dos Deputados, a oposição travava *combate braço a braço* com o que considerava um *Governo monstro*. Quais eram os seus inimigos? Segundo um dos principais e mais respeitados porta-vozes do partido, seus inimigos eram os Conselheiros de Estado e Senadores (cuja vitaliciedade não se desejava), bem como os Ministros de Estado (sobre os quais se desejava ter controle); os Titulares e Grandes do Império, cuja simples existência parecia-lhe suficientemente ofensiva ao brio nacional e incompatível com o regime igualitário estabelecido pelo sistema constitucional; os clérigos ultramontanos, que ele considerava emissários da Santa Aliança, uma ameaça à soberania nacional; os bacharéis e capitalistas com pretensões de, por seus títulos ou riquezas, monopolizar os empregos públicos e embolsar as rendas nacionais; e, por fim, os altos funcionários, os oficiais militares, e os magistrados (todos eles chamados pejorativamente de *mandões*), aos quais os homens da *costa esquerda* acusavam de oprimir o povo com seu despotismo.

Sua plataforma política consistia no calote da dívida externa, na redução do orçamento militar (bem como seus efetivos), e na rejeição de aumento da carga tributária. Pretendia submeter ao controle da Assembléia Geral o Imperador, os Ministros de Estado, e o clero. Desejava também reduzir a esfera de poder da magistratura e do oficialato militar, tirando-lhes o caráter permanente, profissionalizado. E a indicação desses, em vez de ser feita pelo

³⁵ Sobre o tema, vide CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

Monarca, haveria de ser feita pelos cidadãos reunidos em assembléia. Desse modo, a *monarquia* seria *revestida de instituições democráticas...*

Os Deputados da *costa direita*

Os homens da *costa direita* da Câmara dos Deputados, ainda que só tenham passado a ser identificados como tais a partir de 1827 (quando, pela elevação de alguns Deputados ao Ministério, a cisão na câmara temporária se tornou mais evidente), eram caracterizados por sua adesão ao Imperador, ao Conselho de Estado, e ao Senado. Em razão disso, freqüentemente se chamava a esse partido, nesse período, de *ministerial*. Seus adversários os chamavam pejorativamente de *absolutistas* ou de *satélites de aristocratas*.

Uma boa maneira de conhecer suas idéias políticas é atentar para o conteúdo da *Fala do Trono*, com que o Imperador promovia a abertura dos trabalhos legislativos da Assembléia Geral a cada ano.

Em 1826, o Imperador fez a promessa de que, com a adoção do Projeto de Constituição elaborado pelo Conselho de Estado, o Brasil passaria “do estado de convulsão ao de uma estabilidade inabalável”. Sustentava a necessidade da dissolução da Assembléia Constituinte em 1823, medida que tanto descontentamento causara. Dom Pedro I manifestava ainda o desejo de que houvesse a harmonia entre os poderes políticos (monarca, aristocratas, massa dos cidadãos). “As revoluções não provém do sistema, mas sim daqueles que, à sombra dele, buscam por em prática seus fins particulares”, disse o Imperador, defendendo a peça de engenharia política que ajudara a criar, anatematizando os seus contrários. Lançando as vistas sobre o Brasil, considerava o Império sossegado, menos a Província Cisplatina. Ao ver do Imperador (e era também a opinião de alguns de seus partidários), a situação na Cisplatina poderia ser explicada pela existência de “homens ingratos, que muito deviam ao Brasil, [que] contra ele se levantaram, e hoje se acham apoiados pelo governo de Buenos Aires, atualmente

em luta contra nós”. “A honra nacional”, dizia o Imperador, “exige que se sustente a Província Cisplatina, pois está jurada a integridade do Império”. Rejubilava-se ainda por, até aquele momento, já haverem reconhecido o governo estabelecido no Brasil independente os governos dos Estados Unidos da América, de Portugal, da Áustria, da Grã-Bretanha, da Suécia, e da França. A morte de Dom João VI e a sucessão em Portugal também foram objeto das preocupações do Imperador e de seu Conselho de Estado. Disse o Imperador:

Qual seria a aflição que atormentaria a minha alma buscando um meio de felicitar a nação portuguesa, não ofendendo a brasileira, e de as separar (apesar de já separadas) para nunca mais se poderem unir? Confirmei em Portugal a regência que meu pai havia criado, dei uma anistia, dei uma Constituição, abdiquei e cedi de todos os indisputáveis e inauferíveis direitos que tinha à Coroa da Monarquia Portuguesa e soberania daqueles reinos na pessoa da minha muito amada e querida filha, a Princesa Dona Marina da Gloria, hoje Rainha de Portugal, Dona Maria II. É o que cumpria fazer a bem da minha honra e do Brasil. (Sessão de 8 de Maio de 1826, Vol. I, p. 27)

Com uma tal medida, justificava-se o Imperador perante a Nação, não deixando de censurar “alguns brasileiros ainda incrédulos” quanto ao interesse do Imperador pelo Brasil e o amor da sua independência.

O Imperador e o Conselho de Estado manifestavam desejos de reforma. Dirigindo-se aos Senadores e Deputados, buscou orientá-los da necessidade do Governo:

Deve merecer-vos sumo cuidado: a educação da mocidade de ambos os sexos; a fazenda pública; todos os mais estabelecimentos públicos; e, primeiramente, a fatura de leis regulamentares, assim como a abolição de outras diretamente opostas à Constituição, para por esta nos podermos guiar e regular exatamente. (Sessão de 8 de Maio de 1826, Vol. I, p. 27)

Não deixou, porém, de fazer um alerta. Talvez a isso induzidos pela conduta anterior dos Andradas, na imprensa e na Constituinte, o Imperador e seu Conselho de Estado mostravam-se pouco dispostos a tolerar à “guerra dos insultos”.³⁶

A mor parte dos Senadores e Deputados que compõem esta Assembléia bem lembrados devem estar dos males que algumas nações têm sofrido, provenientes da *falta de respeito devido às autoridades constituídas*, quando estas são *atacadas e menoscabadas* em vez de serem *acusadas e processadas conforme é de lei e de justiça universal*. Bem sei que estas minhas reflexões não são necessárias a esta Assembléia, composta de tão dignos Senadores e Deputados, mas servem a satisfazer o zelo, amor e interesse que realmente tenho ao Império do Brasil e pela execução da Constituição. (Sessão de 8 de Maio de 1826, Vol. I, p. 27)

³⁶ A esse respeito, vide LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Como já se viu, tais recomendações não impediram que alguns Deputados se insurgissem contra os Ministros e Conselheiros de Estado, bem como contra os Senadores, já no ano de 1826.

Quando da sessão do ano seguinte, começaram os trabalhos da Assembléia Geral marcados pelo luto do Imperador. Falecera, no ano seguinte, a Imperatriz. Após manifestar o seu pesar, pediu à Assembléia coadjuvação na guerra contra Buenos Aires pela Província Cisplatina. “Sem finanças e sem justiça não pode existir uma nação”, dizia o Imperador. Chamou, então, a atenção dos Senadores e Deputados para a necessidade de se reformar o sistema de finanças, passível de dilapidações e extravios.

Também ao sistema judiciário o Governo estendia seu ímpeto reformista:

Não há código, não há forma apropriada às luzes do tempo nos processos, as leis são contrárias umas às outras, os juízes vêm-se embaraçados nos julgamentos, as partes padecem, os maus não são punidos, os ordenados dos juízes não são suficientes para que não sejam tentados pelo vil e sórdido interesse. (Sessão de 3 de Maio de 1827, Vol. I)

O Imperador e seu Conselho de Estado pediam à Assembléia Geral o seu voto de confiança. Ao ver desses homens, as condições do país assim o exigiam.

No meio de uma guerra, sem que tudo esteja organizado, o governo necessita que esta Assembléia o autorize, como achar conveniente, para que possa estorvar a marcha dos dilapidadores da Fazenda Pública, aos que não desempenharem bem seus empregos, e àqueles que quiserem perturbar a ordem estabelecida por todos nós jurada: já demitindo-os, já dando-lhes castigos correcionais; [...] é mister que o governo tenha essa autoridade, enquanto o sistema geral não estiver totalmente organizado e tudo marchando perfeita, regular e constitucionalmente. (Sessão de 3 de Maio de 1827, Vol. I)

A alguns, essa “autorização” solicitada pelo Governo à Assembléia Geral, essa “autoridade enquanto o sistema geral não estiver totalmente organizado”, “regular e constitucionalmente”, soava como uma volta ao absolutismo monárquico. Também a coadjuvação com a guerra não agradava a alguns: pois isso significaria recrutamento e tributação. Encontraria o Governo oposição na Assembléia? Haveria gente que pensasse de modo diferente ao exposto na Fala do Trono acerca dos negócios do Império? Como o Governo lidaria com eles? Explicou-se o Imperador:

Estou intimamente persuadido que todos aqueles que não pensam relativamente a eles [os negócios do Império] do modo que nesta minha imperial fala me exprimo não são verdadeiramente amigos do Império, não são imperialistas constitucionais, mas sim disfarçados monstros, que só estão esperando ocasião de poderem saciar sua sede no sangue daqueles que defendem o Trono, a Pátria, e a Religião. (Sessão de 3 de Maio de 1827, Vol. I)

Para amenizar o ambiente, completa o Imperador dizendo-se certo de que todos na Assembléia pensavam como ele. Ele e seu Conselho de Estado desejavam um único fim: “ver o Império firme e o povo contente”. Sob seus termos.

As palavras imperiais não surtiram o efeito desejado pelo Imperador e seus Ministros. Aqueles a quem haviam antecipadamente anatematizado como *disfarçados monstros*, acusavam o Governo de ser, ele sim, um *monstro*, contra o qual se devia *lutar braço a braço*. Recusava-se coadjuvação com a guerra, quer com recrutamento, quer com tributação. O tom das críticas ao Governo se tornava cada vez mais violento. Era preciso tomar alguma medida. A solução encontrada pelo Imperador e seu Conselho de Estado foi compor um Ministério com figuras da câmara temporária. A fim de se conseguir o apoio dos deputados das províncias do norte, chamou-se ao pernambucano Pedro d’Araujo Lima, a quem se confiou a Pasta do Império. Dentre os deputados das províncias do centro, escolheu-se ao mineiro Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, que ficou encarregado da Pasta da Justiça. Já a Pasta da Fazenda foi confiada ao baiano Miguel Calmon du Pin e Almeida, com a esperança de se conseguir o apoio dos deputados das províncias do leste. Importante lembrar que a bancada dessas três províncias eram as maiores da Assembléia Geral: Minas Gerais possuía vinte Deputados e dez Senadores; a Bahia e o Pernambuco possuíam, cada uma, treze Deputados e seis Senadores. Num cálculo bastante otimista, o Governo contaria com maioria de votos em ambas as câmaras. Isso se os representantes provinciais agissem de maneira realmente homogênea e coesa – o que não correspondia, para tristeza do Governo, à mais complexa realidade das coisas.

Ainda fazendo uso das idéias expressas na Fala do Trono, vê-se, em 1828, a manifestação do primeiro Ministério que, na expressão d'*O Universal*, conseguiu formar para si um partido na Câmara dos Deputados. Começavam-se os trabalhos legislativos com o anúncio otimista da relação de amizade e boa inteligência com as potências da Europa e os principais Estados do continente americano. Anunciava-se também, na esperança de que se produziria um geral alívio, que negociações de paz haviam sido entabuladas com Buenos Aires. “O Regime Monárquico Constitucional”, segundo o novo Ministério, era algo em construção – e “cada vez mais, se vai consolidando”.

“Sem finanças e sem justiça não pode existir uma nação”, dissera o Imperador na abertura da sessão do ano anterior. A seus olhos, a situação financeira havia mudado para melhor, mas não o quanto julgava necessário. Quanto à administração da justiça, lastimava-se:

As finanças e o crédito público receberam um benéfico impulso com a lei da fundação da dívida, mas ainda carecem de providências legislativas mui prontas e eficazes, e que ponham em harmonia os diferentes ramos da sua administração.

Não recebeu melhora alguma o poder judiciário, e é urgente que, nesta sessão, ele seja regulado, segundo os princípios da Constituição do Império, a fim de que possamos ver julgar conforme os princípios constitucionais, o que seguramente cooperará muito para que meus súditos, gozando dos bens que a Constituição lhes outorga por este poder, bendizendo o sistema, me ajudem a sustentá-lo. (Sessão de 3 de Maio de 1828, Vol. I)

No fechamento da sessão de 1828, o Imperador não deixaria de responsabilizar os membros da Assembléia Geral pela situação crítica do Estado: “Bastantes foram os atos legislativos desta sessão, contudo os negócios da Fazenda não foram tomados na devida consideração, e os de Justiça não sofreram aquele impulso que eu esperava” (Sessão de 20 de Setembro de 1828, Vol. IV). A gravidade da crise é expressa pelo Imperador quando este abriu a sessão do ano seguinte. Queixava-se por ver o tesouro público reduzido a um estado miserável. Responsabilizava ainda, antecipadamente, os membros das câmaras por quaisquer desastres, isentando-se da responsabilidade pela crise vivida pelo Império: “se, nesta sessão extraordinária, e no decurso da ordinária, a Assembléia, *a despeito das minhas tão reiteradas*

recomendações, não arranja um negócio de tanta monta, desastroso deve ser o futuro que nos aguarda” (Sessão de 02 de Abril de 1829, Vol. I).

O desejo de reforma era, uma vez mais, manifesto à Assembléia: segundo o Imperador e seus Ministros, os negócios da fazenda careciam de atenção, e o poder judiciário de uma completa organização sob o regime constitucional.

Quanto à ordem que se procurava estabelecer e conservar, as insatisfações iam ganhando contornos cada vez maiores:

A ordem e o sossego interior das nossas províncias, que se acham em perfeita tranqüilidade, foi alterado somente na de Pernambuco, onde um partido desorganizador ousou, a despeito de todas as considerações, levantar a voz da rebelião, contra a qual o governo foi obrigado a tomar medidas extraordinárias: por ser do meu mais religioso dever alçar, em casos tais, a espada da justiça, como sempre farei, com igual energia, contra qualquer partido que se arrojar a ofender a forma do governo monárquico constitucional representativo. (Sessão de 02 de Abril de 1829, Vol. I)

As medidas extraordinárias tomadas pelo Governo em Pernambuco, a suspensão das garantias constitucionais, geraram grande descontentamento entre os homens da *costa esquerda*, que acusavam o Ministério de trabalhar pela *reimplantação do despotismo*. Se as atitudes do Governo aumentavam a virulência de seus críticos, estes, por sua vez, colocavam o Governo numa postura cada vez mais defensiva: “O abuso da liberdade da imprensa, que infelizmente se tem propagado com notório escândalo por todo o Império”, queixou-se o jovem Imperador, “reclama a mais séria atenção da Assembléia: é urgente reprimir um mal que não pode deixar, em breve, de trazer, após de si, resultados fatais”.

Alarmados e hostilizados por seus colegas da *costa esquerda*, num clima de crescente desconfiança mútua, os homens da *costa direita* consideravam-se o anteparo do Governo. Denominavam-se a si mesmos como *amigos e defensores do Trono Constitucional e do Altar*. O entendimento diverso que tinham do que vinha a ser o *Trono Constitucional* contrapunha, todavia, os deputados entre si.

Em termos de exegese constitucional, falava pelos homens da *costa direita* o Deputado Jozé Clemente Pereira, representante da Província do Rio de Janeiro. Em 1828, foi-

lhe confiada a Pasta do Império, e, logo em seguida, foram reintegrados em suas antigas Pastas os Deputados Lucio Soares (Justiça) e Miguel Calmon (Fazenda). Em alusão àquele que era considerado seu chefe, o grupo que prestava apoio a esse Ministério foi ironicamente chamado de *partido clementino* por seus adversários. Foi Clemente Pereira quem combateu Vasconcellos quando esse disse que os atos do Poder Moderador deveriam ser referendados pelos Ministros de Estado, sendo estes responsáveis por aqueles. Também foi Clemente Pereira quem tomou a defesa do devido processo legal, em que os Ministros de Estado, de nomeação exclusiva do Poder Moderador (não se admitindo a ingerência do Poder Legislativo), deveriam ser demitidos quando o Imperador quisesse, ou então quando, havendo sido acusados pela Câmara dos Deputados, fossem julgados culpados pelo Senado. Clemente Pereira, um dos doutrinadores da *costa direita*, expõe sua exegese da Constituição (que serviria de base para a corrente conservadora nas décadas seguintes):

A sessão de hoje (7 de Abril de 1829) será para sempre remarcável por duas proposições que acabam de ser enunciadas, ofensivas da Constituição, subversivas e indignas de serem ouvidas nesta câmara.

Um senhor deputado disse, e outro apoiou, que *o Poder Moderador é responsável*. E pode isto dizer-se à vista da Constituição, que declara a pessoa do Imperador inviolável e sagrada? Não, sem dúvida: é esta uma proposição que escandaliza e que se não pode ouvir!

Embora quisessem explicá-la, dizendo que *os Conselheiros de Estado são responsáveis pelos conselhos que derem ao Poder Moderador opostos ao bem do Estado, e os Ministros pelos atos do mesmo poder que referendarem; e que, sendo por consequência sujeitos à responsabilidade os atos do Poder Moderador, segue-se que é este responsável*; esta explicação é inadmissível e inconstitucional, porque o Poder Moderador é delegado privativamente ao Imperador: este é, pelo art. 99 da Constituição, inviolável – e não pode separar-se a idéia de Poder Moderador da pessoa do Imperador!

Diga-se que os Conselheiros de Estado são responsáveis e os Ministros, esta expressão será constitucional e exata, mas não se ofenda a inviolabilidade do Poder Moderador!

Disse um senhor deputado que *os Ministros são responsáveis pelos atos do Poder Moderador* – é essa uma questão que não é este o lugar de tratar... mas sempre direi que, falando em rigor, *os Ministros não podem ser responsáveis pelos atos do Poder Moderador, porque somente são Ministros do Poder Executivo*.

E isto mesmo quis a Constituição, quando estabeleceu que o Conselho de Estado seja ouvido em todos os atos do Poder Moderador, à exceção somente do caso de nomeação e demissão dos Ministros de Estado; e quando declarou os Conselheiros de Estado responsáveis por qualquer conselho mau que dessem ao mesmo poder; responsabilidade que seria desnecessária se a Constituição quisesse que os Ministros fossem responsáveis por tais atos.

A isto acresce que *a responsabilidade dos Ministros está declarada somente pelos atos do Poder Executivo que referendarem, e a sua responsabilidade não pode estender-se fora dos casos declarados na mesma Constituição*.

Outra proposição igualmente perigosa foi dita pelo Senhor Padre Jozé Custodio, avançando por uma forma muito positiva que, *se acaso os Ministros de que se compõe a atual administração não acabarem, por efeito das acusações, era necessário lançar mão do último meio, e que a Nação decidiria...*

Este formal apelo que o senhor deputado faz para a Nação, no caso dos Ministros não serem demitidos, manifesta que não quer respeitar a decisão da sentença que deixar de condenar os Ministros no caso de serem acusados. É terrível que apareçam expressões tão subversivas, indignas de serem pronunciadas nesta câmara! Eu espero que não cheguemos a tão horrível estado de coisas – e desgraçados de nós se ele se verificasse!... (Sessão de 7 de Abril de 1829, Vol. I, p.25)

O “horrível estado de coisas”, antevisto na sessão de 7 de Abril de 1829, tornar-se-ia realidade exatamente dois anos depois. Até então, ele era apenas um espectro temido pelos deputados que apoiavam o Governo.

Se esses eram os princípios sustentados pelos homens que seguiam o *partido ministerial*, os homens que compunham a *costa direita*, quais eram então os seus nomes? Qual o seu perfil?

Uma vez mais, é preciso recorrer à lista nominal apresentada pelo redator d’*O Universal*. Joze Pedro Dias de Carvalho atesta que, a partir da nomeação dos Deputados Araujo Lima, Lucio Soares, e Calmon para o Ministério, esses três formaram para si um partido na Câmara dos Deputados que, segundo tradição corrente à época, “era composto por quarenta e quatro membros”. O redator d’*O Universal* cita nominalmente quarenta e um desses deputados. Publicada em 1830, sua lista inclui, todavia, alguns deputados que, em 1828, ainda eram considerados como aliados pelos homens da *costa esquerda*.³⁷ O rompimento entre eles teria se dado, ao que parece, quando, em 1829 (portanto, passadas as eleições para a legislatura seguinte), foi intentada a acusação dos Ministros da Justiça (Lucio Soares Teixeira de Gouvêa) e da Guerra (Joaquim de Oliveira Alvares). Por votarem em favor dos Ministros de Estado, esses antigos aliados foram considerados *traidores* pelos homens da *costa esquerda*. Também a lista omite alguns, que foram empregados pelo Ministério. Pelo cruzamento dos dados (lista d’*O Universal*, votações e intervenções na Câmara dos

³⁷ *O Universal* (424), 02/04/1830, pp. 1-2.

Deputados em favor do Governo, empregos dados pelo Ministério), é possível vislumbrar quem compunha a *costa direita* da Câmara dos Deputados.

Da mesma forma que seus contrários, os homens da *costa direita* pertenciam a diferentes gerações, tinha trajetórias de vida distintas, e ocupavam-se de maneira diversa.

Sexagenários: o Desembargador Placido Martins Pereira e o Conselheiro Joze de Rezende Costa (Deputados por Minas Gerais); o Desembargador Antonio Augusto da Silva (Deputado pela Bahia); e o Brigadeiro Francisco das Chagas Santos (Deputado por São Paulo).

Cinquentenários: os irmãos Joaquim Jozé e João Joze Lopes Mendes Ribeiro, os Cônegos Antonio Marques de Sampaio e Antonio da Roxa Franco, e o Capitão João Joaquim da Silva Guimarães (todos os cinco Deputados por Minas); o Bispo do Maranhão (Deputado pela Bahia); o Desembargador Jozé da Cruz Ferreira, e o Monsenhor Francisco Correia Vidigal (Deputado pelo Rio de Janeiro); e os Desembargadores João de Medeiros Gomes e Ignacio Jozé Vicente da Fonseca (ambos Deputados por São Paulo).

Quadragenários: os Desembargadores Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, e Joze Antonio da Silva Maya (ambos Deputados por Minas Gerais); o Arcebispo da Bahia e o Jozé Thomaz Nabuco de Araujo (ambos Deputados pelo Pará); Agostinho Leitão de Almeida (Deputado pelo Rio Grande do Norte); o Desembargador Thomaz Antonio Maciel Monteiro e Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira (ambos Deputados pelo Pernambuco); o Desembargador Antonio da Silva Telles (Deputado pela Bahia); o Conselheiro Jozé Bernardino Baptista Pereira (Deputado pelo Espírito Santo); o Cônego Januario da Cunha Barboza, Joaquim Gonçalves Ledo, Jozé Clemente Pereira, e, possivelmente, o Doutor Bernardo Carneiro Pinto d'Almeida (todos os quatro Deputados pelo Rio de Janeiro).

Esse grupo de veteranos (em sua grande maioria magistrados e clérigos que aderiam às doutrinas ultramontanas) ganharia em 1829 o inusitado auxílio do Brigadeiro Raymundo Jozé

da Cunha Mattos – que, até então ferrenho oposicionista, gozava da reputação de “o Padre Jozé Custodio [na versão] militar”.

Não se conseguiu informações sobre alguns nomes: Pedro Antonio Pereira Pinto do Lago (Deputado pelo Piauí); Antonio de Castro Viana, e Jozé Gervasio de Queiroz Carreira (ambos Deputados pelo Ceará); Miguel Jozé Reinau (Deputado pelo Pernambuco); Jozé de Souza e Mello, João da Costa e Silva, e Luiz Jozé de Barros Leite (todos os três Deputados por Alagoas); e Jozé Cardozo Pereira de Mello (Deputado pela Bahia).

Na ala jovem do partido, todos na casa dos trinta anos ou menos (e, salvo uma única exceção, todos egressos da Universidade de Coimbra), havia três importantes lideranças em ascensão: Pedro d’Araujo Lima, e Caetano Maria Lopes Gama (Deputados pelo Pernambuco); e Miguel Calmon du Pin e Almeida (Deputado pela Bahia). Além desses três, que se destacaram grandemente, havia ainda: Antonio Augusto Monteiro de Barros (Deputado por Minas Gerais); Manoel Telles da Silva Lobo (Deputado pelo Maranhão); Marcos Antonio Bricio, e Manoel José de Albuquerque (Deputados pelo Ceará); Thomaz Xavier Garcia de Almeida (Deputado pelo Pernambuco); Manoel Antonio Galvão, Luiz Paulo de Araujo Basto, e João Ricardo da Costa Dormund (Deputados pela Bahia); João Francisco de Borja Pereira (Deputado por Goiás); e Gabriel Getulio Monteiro de Mendonça (Deputado pelo Mato Grosso).

Ao grupo de jovens da *costa direita*, acabariam se juntando também, em 1829, os até então *neutros* Candido Joze de Araujo Viana, Joze Cesario de Miranda Ribeiro, e Jozé Carlos Pereira de Almeida Torres (todos os três Deputados por Minas).

Em termos *proporcionais*, com base nos números conhecidos, havia muito menos jovens na *costa direita* do que na *costa esquerda* (em que metade de seus componentes com idades conhecidas tinha trinta anos ou menos). Outra coisa que também chama a atenção é

que, entre os veteranos de ambos os partidos, aqueles que passaram por Coimbra respondiam por quase dois terços da *costa direita*, e, na *costa esquerda*, eles não chegavam a um terço.

Quanto aos mineiros que pertenciam ao *partido ministerial*, vê-se a ascendência exercida pelo Desembargador Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, a quem o Imperador confiou, em fins de 1827, a Pasta da Justiça e que, pedindo sua exoneração em solidariedade ao Ministro da Guerra sumariamente demitido na crise dos mercenários estrangeiros, acabou sendo reintegrado no Ministério, em fins de 1828.

Quadragenário, casado havia menos de uma década, com filhos em tenra idade, Lucio Soares era natural da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, pertencente, então, à Leal Cidade de Mariana. Nascera aos 9 de Maio de 1782, conservando-se incógnita sua filiação.

Sobre a ascendência de Lucio Soares, seus contemporâneos fornecem alguns indícios que podem nos ajudar a solucionar o mistério que ela encerra. Em 1833, no periódico *O Sete d'Abril*, folha política sob a orientação de Bernardo Pereira de Vasconcellos (então adversário de Lucio), fez-se a seguinte ironia:

O Sr. Marquês de Queluz [João Severiano Maciel da Costa] e o Sr. *Lucio Gargalhada d'Alfândega* [Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, então Juiz da Alfândega da Corte] tiveram uma renhida questão, chegando a ponto de se pegarem à unha; por sustentar um que era mais nobre por ser filho de cônego e o outro por ser filho de *dois padres*.³⁸

Se confirmada essa filiação a que se refere o periódico ligado a Vasconcellos, Lucio seria fruto de uma cópula tratada como *sacrílega* pela legislação da época (em razão da violação do voto de castidade que seu pai prestara ao abraçar a vida eclesiástica) e, por sua natureza então considerada como *ilícita* (aos olhos do Direito Canônico, que regulava a disciplina eclesiástica, e do Direito Cível, que regulava as sucessões e heranças), era tratada

³⁸ *O Sete d'Abril* (98), 30/11/1833, p.4.

“Coroação de D. Pedro I”,
por Jean-Baptiste Debret (1768-1848).

Detalhe:

O Desembargador Lucio Soares Teixeira de Gouvêa (1782-1838), então Juiz de Fora da Corte (1822), prestando em nome do povo o juramento de fidelidade ao Imperador. Esse gesto de reverência ao monarca, então parte da liturgia da Corte, originou – entre os adeptos das idéias democráticas – a expressão *corcundismo* (pela posição curvada em que se colocavam as pessoas).

como tal pelas autoridades (com a punição dos responsáveis) e pela sociedade (com a execração pública dos pais e da criança).³⁹

Lucio Soares é referido como “filho de dois padres”: quem seriam eles?

Um dos possíveis pais era o Padre Silverio Teixeira de Gouvêa, antigo Professor de Gramática Latina em Vila Rica. O Padre Silverio era também natural de Guarapiranga, nascido por volta de 1754 e falecido em Vila Rica de Ouro Preto aos 25 de Outubro de 1820, sendo filho legítimo do Coronel Luiz Jozé Ferreira de Gouvêa, natural do Reino de Portugal, e de Rita Maria Jozefa Tavares da Fonseca, natural da vizinha Província de São Paulo.

Outro possível pai era o Padre Francisco Soares Bernardes, natural da Freguesia de Nossa Senhora de Monserrate da Vila de Viana, na Província do Minho, Reino de Portugal. Nascido em 1747, faleceu aos 27 de Agosto de 1816 na Leal Cidade de Mariana – na qual se estabelecera por volta de 1759, quando ainda era menino. Ordenou-se presbítero mais ou menos na época do Padre Silverio, de quem parece ter sido amigo. O Padre Francisco foi Professor de Gramática no Seminário de Mariana e aparece como procurador da irmã e do cunhado do Padre Silverio no inventário do pai destes, que levou décadas para ser concluído. Lucio daria a seu filho primogênito, dado à luz na Vila de Paracatu aos 21 de Outubro de 1821, o nome de Francisco Soares Bernardes de Gouvêa – sinal de que talvez descenda de uma união da família do Padre Silverio com a do Padre Francisco. Não foi possível, porém, apurar qual dos dois era o pai biológico de Lucio e qual era, ao que parece, um tio materno.

³⁹ Pela legislação em vigor nesse período (em que o Estado esteve unido à Igreja Católica, guiando-se por seus valores e comprometido a preservá-los), a cópula era considerada *lícita* (legítima) se realizada entre um homem e uma mulher que houvessem se recebido mutuamente em matrimônio. Era considerada natural, passível de legitimação por posterior casamento, se realizada entre um homem e uma mulher que não estivessem canonicamente impedidos de se receberem em matrimônio. Havia, porém, cópulas *ilícitas* (ilegítimas): a realizada entre pessoas do mesmo sexo, ou entre pessoas que, pelo ato da cópula, cometessem a violação de algum juramento solenemente prestado (se o perjúrio dissesse respeito aos votos matrimoniais, tratava-se de *adultério*; se dissesse respeito aos votos sacerdotais, tratava-se de *sacrilegio*). A natureza dos filhos era determinada pela natureza da cópula de que eles eram resultado: legítimos, naturais, ou ilegítimos (divididos estes entre adulterinos e sacrílegos). Como os filhos ilegítimos resultavam de atos puníveis pelas autoridades cíveis e eclesiásticas, sua filiação era geralmente omitida nos documentos oficiais (a fim de se fugir às punições), resultando daí os “filhos de pais incógnitos”. Vide os Títulos XCII e XCIII das Ordenações Filipinas, com destaque para as notas explicativas de Candido Mendes de Almeida referentes a ambos. *Ordenações Filipinas, 1603*: Código Philippino e Leis do Reino de Portugal (14ª ed.). Rio de Janeiro: Typ. Inst. Philomatico, 1870, pp.939-947.

Depreende-se, pela alusão referida do periódico ligado a Vasconcellos, que ambos tiveram participação na criação de Lucio – e sua origem *ilícita*, tornada conhecida pelas fofocas e mexericos que caracterizam a vida em sociedade, haveria de ser frequentemente usada contra Lucio a fim de feri-lo (como se vê no caso d’*O Sete d’Abril*).⁴⁰

A despeito de sua filiação *ilegítima*, tida como *sacrílega* pela legislação em vigor, Lucio Soares conseguiu bacharelar-se em leis pela Universidade de Coimbra aos 29 de Novembro de 1808 e foi admitido aos lugares das letras. Esse acontecimento é notável porque a legislação da época limitava o acesso dos filhos ilegítimos a determinadas posições, tanto na magistratura, quanto no magistério eclesiástico (sob o argumento, no caso dos *filhos sacrílegos*, de serem fruto de um crime de *Lesa-Divindade*). Também havia restrições quanto à sucessão e herança, o que dificultava muito a vida dos frutos dessas uniões proibidas pelas leis da época. Procurava-se, porém, contornar esses empecilhos legais por meio de alguma chicana judicial e/ou por meio do tráfico de influências. Quanto ao ingresso e progresso profissional na magistratura, os pretendentes a esses empregos deviam provar, em processos de habilitação (conhecidos como *Leitura de Bacharéis*), a nobreza de seus ancestrais – expediente por meio do qual se julgava provar uma “lealdade hereditária” à Coroa que os habilitava aos empregos pretendidos. Lucio fez sua leitura no Paço em 1810, quando seus “dois pais” padres ainda estavam vivos e serviam como professores na capital provincial e na cidade episcopal de Minas Gerais. Solicitou, aos 20 de Fevereiro daquele mesmo ano, passaporte para voltar ao Brasil. Sua primeira nomeação foi em 1811, quando, ingressando na magistratura, foi-lhe concedida a toga de Juiz de Fora de Vila Boa, capital da Província de Goiás. Ocupou este emprego durante cerca de oito anos, período em que passaram para a Província de Minas Gerais os Julgados do Araxá e do Desemboque, até então pertencentes a Goiás e incorporados à Comarca do Rio Paracatu. Em 1819, Lucio Soares foi nomeado

⁴⁰ Inventário do coronel Luiz José Ferreira de Gouvêa (aberto em 1758), caixa 72, auto 1577. No processo de habilitação para Leitura de Bacharéis de Lucio Soares, seu nome aparece como sendo Lucio Soares Ferreira de Gouvêa (Arquivo da Universidade de Coimbra: 1810, Maço 17, Número 40).

Ouvidor da dita Comarca do Rio Paracatu, emprego que acumulou com o de Provedor da Fazenda dos Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos do mesmo lugar.

No tempo de seu exercício como magistrado na Comarca do Rio Paracatu, Lucio uniu-se a Maria Rozaura Rodrigues, natural da Vila de Paracatu, filha legítima de Simão Rodrigues Ferreira, e de Thomazia Severina dos Reis. Teve com ela três filhos e, quando Maria estava grávida da quarta criança, casaram-se na Capela do Palácio Episcopal do Rio de Janeiro, em cerimônia secreta realizada aos 29 de Novembro de 1826.⁴¹

Aos 6 de fevereiro de 1821, Lucio foi nomeado Desembargador da Relação do Pernambuco, criada nessa mesma data. Tal nomeação, que impulsionou grandemente a carreira do jovem magistrado, explica-se pelo fato de a Comarca do Rio Paracatu, da qual Lucio era ouvidor, estar fortemente ligada à vizinha Província do Pernambuco.⁴²

Debret haveria de retratar Lucio, no ano seguinte, em sua toga negra de magistrado: era um homem aparentemente magro e alto, de tez alva, olhos e cabelos negros – estes poupados apenas nas laterais por uma precoce e implacável calvície, que lhe devassara o topo da cabeça ainda em sua juventude. Um biógrafo, contemporâneo seu, descreveu-o como “sempre íntegro, sempre incorruptível”, dotado de “independência de caráter”. Homem de opiniões que “nunca se perderam em excessos”, “sempre visto aonde a lei o chamava”, Lucio foi também descrito como sendo um magistrado “versado nos princípios da legislação e administrativos, dotado de dialética rigorosa e elocução enérgica, forte no amor da pátria e suas instituições”. Xavier da Veiga descreveu-o como sendo um homem “laborioso, probo e ilustrado”.⁴³

⁴¹ Registros Paroquiais da Matriz de São Sebastião do Rio de Janeiro: Livro 1º de casamentos occultos, fl.18.

⁴² Importante lembrar que as províncias de Pernambuco e Minas Gerais só deixaram de ser vizinhas em 1827. A Comarca Eclesiástica de Paracatu, por exemplo, pertencia não ao Bispado de Mariana, mas ao de Pernambuco.

⁴³ Vide o quadro da coroação de D. Pedro I pintado por Jean-Baptiste Debret. Necrologia publicada no periódico *Despertador*, transcrito na edição de 11 de dezembro de 1838 do periódico *Correio de Minas*. Apud VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, vol.II, pp.1004.

Quando das eleições dos deputados por Minas ao Soberano Congresso das Cortes Gerais da Nação Portuguesa, para o qual Lucio foi eleito, é de se supor que o prestígio de sua família já houvesse desaparecido em Mariana e Vila Rica... Ainda que seu prestígio pessoal pudesse angariar-lhe votos entre os eleitores da Comarca do Rio Paracatu, estes não compareceram à Junta Eleitoral da província... Talvez, pelas ligações de Paracatu com a Comarca do Rio das Velhas, da qual outrora fizera parte, conseguisse o Ouvidor daquela fazer-se conhecido e estimado pelos eleitores desta... Pode para isso ter contribuído, angariando-lhe votos, o Vigário da Freguesia de Pitangui, Padre Belchior Pinheiro de Oliveira, figura de destaque naquelas eleições, que foi contemporâneo e condiscípulo de Lucio em Coimbra. Essa proximidade com o Padre Belchior parece ter ajudado a reeleição de Lucio para a Constituinte, num pleito em que o Padre Belchior, com a proteção do Ministério Andrada e da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, fez sentir sua influência. Na Constituinte, Lucio destacou-se por sua independência. Mesmo assim, após dissolução da Assembléia, foi colocado sob observação pelas autoridades policiais da Corte sob a suspeita de ser *andradista*.

Tomado sob a proteção do Governo Imperial, Lucio ingressara na câmara temporária com apoio ministerial em 1824. Dessa coalizão eleitoral, haviam participado também, com amplo apoio do eleitorado mineiro de então, seus colegas: Antonio Gonçalves Gomide (nomeado Senador), Antonio da Roxa Franco, Joze Antonio da Silva Maya, Antonio Augusto Monteiro de Barros, Joze Cesario de Miranda Ribeiro, e Candido Joze de Araujo Viana. Dessa coligação, com apoio restrito a determinadas regiões da Província, participaram também: Jozé Carlos Pereira de Almeida Torres, Jozé de Rezende Costa, e Antonio Marques de Sampaio. Essa coligação eleitoral, pelo que se vê, manteve-se coesa e estável, pois atravessou três anos consecutivos de debates e votações na Câmara dos Deputados. Manter-se-ia coesa e unida nas eleições de 1828?

Diferente origem tinham quatro outros deputados mineiros que se alinharam ao *partido ministerial*: os irmãos Lopes, e o Capitão João Joaquim da Silva Guimarães haviam sido eleitos sem o menor amparo do Ministério, ao lado de nomes de protesto e notórios oposicionistas. E o Desembargador Plácido Martins Pereira, eleito praticamente apenas com os votos da Comarca do Serro Frio, na qual servia, ao tempo da eleição, como Ouvidor Corregedor...

Com tais homens, desejava o Governo trabalhar pelo que dizia ser seu fim último: “ver o Império firme e o povo contente”. Acusado, porém, pela oposição, de ser um *Governo monstro*, com quem se devia *lutar braço a braço, obstáculo que impedia o adiantamento* do Brasil e que, por isso, *precisava ser removido*, nem que para isso a Nação precisasse *recorrer ao fim último* (porque era preciso *limpar a sociedade de imensos parasitas que a devoravam*), a reação dos homens da *costa direita* nada deixou a dever em firmeza. Outra vez, foi o Deputado Clemente Pereira, Ministro de Estado dos Negócios do Império, quem expôs a perspectiva dos que seguiam o seu partido:

Um dos fortes argumentos que se tem reproduzido, para persuadir que o Governo protege o absolutismo, é porque não tem mandado suspender as garantias todas as vezes que apareceram tentativas de absolutistas, e as Comissões Militares só se tem criado contra os republicanos, e nunca contra os absolutistas. E, por ventura, apareceram estes, alguma vez, conspirando contra a Monarquia Constitucional estabelecida, levantando o grito da rebelião, com as armas na mão, como mais de uma vez têm feito aqueles? Ou quereriam os Senhores Deputados que têm produzido este argumento que o Governo suspendesse as garantias fora dos casos marcados na Constituição?

Disse-se [...] que o Governo só protege absolutistas e servís, e não emprega os liberais. Cumpre saber em que sentido se toma este nome. *Por liberais, entende o Governo unicamente os amigos da Monarquia Constitucional Representativa; todos os que querem alguma coisa mais do que isto, não são liberais, são ultras.* Entendido assim o que se deve entender por liberais, não se poderá dizer com verdade que o Governo tem deixado de os empregar: pelo contrário, são estes os homens que ele constantemente emprega, e as suas nomeações assim o atestam.

[...]

O Governo [...] só deve empregar homens que mereçam a sua confiança. E como querem que o Governo confie naqueles que escrevem “Fartai-vos, senhores mandões, que o vosso reinado está a acabar!”, ou naqueles que metem em questão o rigor do princípio da inviolabilidade do Trono? O Governo deseja ver nos empregos homens que façam manter a ordem e conservar os súditos no respeito devido à autoridade, e não pode empregar sem risco aqueles que, longe de professarem estes princípios, advogam os da insubordinação e resistência às ordens emanadas do poder.

Disse-se mais, que o Governo recusa unir-se às câmaras legislativas; e que, se ele se lançasse nos braços destas, todos os males teriam remédio pronto. Esta

proposição [...] faz supor o Governo em desarmonia com o corpo legislativo, e como isto não é verdade, desejaria bem que os Senhores Deputados que assim se exprimiram explicassem o verdadeiro sentido de suas palavras; e poderão acaso provar que não existe a mais perfeita boa inteligência entre o Governo e as câmaras legislativas? Os fatos mostram o contrário. Apareceu um ou dois casos que exigiam atos do Poder Legislativo e o Poder Moderador apressou-se a convocar extraordinariamente a Assembléia Geral: e não será isto unir-se e identificar-se o Governo com as câmaras?

Vejo, depois, a Fala do Trono concebida nos termos de inteira confiança na Assembléia Geral, e as câmaras retribuindo ao Trono, nos seus votos de graças, com expressões de leal e recíproca boa inteligência. E não mostra isto que, entre o Governo e as câmaras, reina a mais perfeita harmonia e união? Conheceu o Governo os apuros de nossas finanças, apresentou a esta câmara uma proposta para os remediar em parte, e tenho visto o meu honrado colega e amigo, o Senhor Ministro da Fazenda [Miguel Calmon] ocupado de ministrar à Assembléia Geral exatas informações sobre os negócios que faziam objeto da mesma proposta, e tomar na discussão desta o mais vivo interesse, sempre pronto em dar todos os esclarecimentos que se lhe tem pedido. E não é isto mostrar-se o Governo unido às câmaras? Omito outros fatos, que poderia produzir.

Não se diga, pois, que o Governo se não quer unir às câmaras, porque, de fato, reina entre ele e estas a mais perfeita harmonia e boa inteligência. Salvo se, por “câmaras”, se quer entender *uma pequena fração desta câmara – que lhe faz oposição. Porque, com esta, o Governo não pode unir-se, nem os Ministros se lançarão jamais nos braços dos membros que a compõem: porque os respeitam, mas não os temem.* Quanto tenho dito são verdades que não podem ser contestadas, senão com respostas vagas, às quais eu protesto nada responder. (Sessão de 21 de Maio de 1829, Vol. I, p. 119)

PARTE III:

A PERPETUAÇÃO DOS PARTIDOS

PELA OPINIÃO PÚBLICA

CAPÍTULO 5:

O EMBATE NA IMPRENSA

A batalha pela opinião pública na Província de Minas Gerais

Quando das eleições de 1828, apenas duas folhas periódicas vinham sendo impressas na Província de Minas Gerais: *O Universal*, em Ouro Preto, e o *Astro de Minas*, em São João del-Rei.¹ Ambas se alinhavam com a *costa esquerda* da Câmara dos Deputados. Prestavam apoio a outras folhas não só na Corte (*Astréa*, *A Aurora Fluminense*, e *A Malagueta*), mas também nas outras províncias do Império (a principal delas era *O Farol Paulistano*, folha dirigida pelos Deputados Costa Carvalho, da Bahia, e Paula e Souza, de São Paulo). Tinham como adversárias as folhas de inspiração ministerial, que serviam de veículo aos homens da *costa direita* da Câmara dos Deputados, do Senado, e do Conselho de Estado (para não citar o próprio Imperador, que, incógnito, escrevia artigos para alguns jornais da Corte). Os órgãos de imprensa que serviram à cúpula do Governo Imperial foram, sobretudo, a *Gazeta do Brazil*, o *Jornal do Commercio*, o *Diario Fluminense* e *O Analista* – todos publicados na Corte.

A hostilidade que existia entre os dois grupos que se antagonizavam na Câmara dos Deputados, explicitada na guerra panfletária e jornalística que travavam pela imprensa, foi bem resumida por Joaquim Manuel de Macedo:

A imprensa política, isto é, a das gazetas periódicas *do governo e da opposição* – ou *absolutista e republicana*, como se dizia – tinha adotado por lógica a injúria, por argumento o insulto, e, de um e outro lado, a vida privada dos adversários era indigna e revoltantemente açoitada pela calúnia atroz ou, ainda mesmo, pela verdade malvada.²

Ao se lidar com tais fontes, é preciso, portanto, tomar alguns cuidados. O primeiro deles é não confundir a “calúnia atroz” com a “verdade malvada”: ainda que sejam utilizadas com um mesmo fim (destruir a credibilidade e, subsequente, o poder persuasório de um adversário), a primeira consiste em imputar-lhe idéias que ele não tem ou ações que jamais

¹ Para um debate epistemológico e bibliográfico acerca do assunto, vide: HORÁCIO, Heiberle Hirsberg. “Imprensa e Liberalismo mineiro no século XIX sob o olhar da Nova História Política”. *Anais do 2º Seminário Nacional de História da Historiografia*. A dinâmica do Historicismo: tradições historiográficas modernas. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2008.

² MACEDO, Joaquim Manuel de. *Suplemento do Anno Biographico*. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1880, p.289.

praticou, enquanto que a segunda consiste em revelar idéias e ações que ele procura ocultar (revelação essa que pode destruir a imagem com a qual deseja figurar diante dos outros). Para se distinguir uma estratégia da outra, é preciso cotejar diversas fontes, arrolar os testemunhos segundo um critério de credibilidade e veracidade, evitando-se assim dois extremos perigosos: a credulidade ingênua (que enxerga a verdade em todo lugar – mesmo onde ela não existe) e a incredulidade ingênua (que enxerga a mentira em todo lugar – mesmo onde ela não existe). Frequentemente se é vítima de um, julgando-se estar livre do outro.

Há que se considerar, também, outro importante elemento na dinâmica de qualquer antagonismo: a *incompreensão*. Não raro, há quem emita juízos equivocados acerca de um adversário, atribuindo-lhe idéias ou ações que não lhe são próprias, não por *malícia* (isto é, o desejo de lhe *causar o mal*), mas por *ignorância* (simplesmente *não o entende*).

Assim, nos debates e embates que foram travados pela imprensa, os grupos que se formaram na Câmara dos Deputados, a fim de propagar suas idéias pelas províncias, valeram-se, pois, da “calúnia atroz”, da “verdade malvada”, embora nem sempre agissem de má fé: muitas vezes eram vítimas da mais sincera incompreensão mútua.

O Universal e seus associados

Aos 18 de Julho de 1825 (uma segunda-feira), na Imperial Cidade de Ouro Preto, capital da Província de Minas Gerais, a *Officina Patricia de Barboza e Companhia* dava ao público o quarto periódico a ser impresso em suas máquinas. O novo periódico vinha suceder ao *Compilador Mineiro* e ao *Abelha do Itaculamy*, sendo contemporâneo do *Companheiro do Conselho*, que já havia anunciado a suspensão de sua publicação. Previa-se a publicação de três números por semana, que sairiam às segundas, quartas e sextas-feiras. Cada número teria quatro páginas, em numeração contínua. As assinaturas seriam recolhidas na própria tipografia, e poderiam ser anuais (ao valor de 8\$400 réis), semestrais (ao valor de 4\$200 réis)

ou trimestrais (2\$100 réis). Os números avulsos eram vendidos a setenta réis. Como epígrafe, exibia-se uma frase do *iluminista* francês François-Marie Arouet, dito Voltaire [1694-1778]: “*Rien n’est beau que le vrai; le vrai seul est aimable*” (nada mais belo que a verdade; somente a verdade é amável).

Em seu prospecto, seu redator assim apresentava o novo periódico:

Como o *Companheiro do Conselho* deve de acabar em breve, e os ilustres redatores da *Abelha* não continuam por ora a publicar o seu periódico, eu me vi na necessidade de escrever, para transmitir as notícias mais interessantes, que cheguem ao meu conhecimento. Não terão lugar, nele, outras correspondências, senão as que tratarem dos objetos em geral, e não contiverem personalidades, porque meu fim é a ilustração pública, e não suscitar ódios entre os cidadãos, fruto único de tais personalidades. Preferirei sempre a publicação das Leis, Decretos, e Portarias, pois, apesar de que estes objetos não agradem tanto como devem, sua vulgarização é da primeira necessidade, e todos os cidadãos devem procurar tão importante conhecimento. O preço deste periódico, do mesmo formato e de tantos números semanais como a *Abelha*, é muito mais diminuto – e, não havendo grande número de assinantes, a perda é certa. Espero que nossos comprovincianos não deixarão de concorrer com suas assinaturas para, assim, haver ao menos um periódico nesta, a maior província do Império.³

A questão da autoria d’*O Universal* já foi discutida por diversos autores.⁴ A opinião mais freqüente é a de que seu primeiro redator foi o jovem Bernardo Pereira de Vasconcellos, então com vinte e nove anos de idade. Vasconcellos havia sido eleito Deputado por Minas à Assembléia Geral no ano anterior e ainda aguardava a convocação da mesma pelo Imperador. Apesar de ser a opinião mais freqüente que Vasconcellos foi o primeiro redator d’*O Universal*, isso não significa dizer que ela é correta. Por falta de elementos que corroborem ou refutem essa hipótese, a opção mais prudente é deixá-la em aberto. Ainda que Vasconcellos *não* tenha sido o fundador e primeiro redator d’*O Universal* (o que parece mais provável), grande foi o espaço que lhe foi oferecido nas folhas desse periódico. Desse espaço ele se valeu para o seu primeiro grande embate político nacional, contra o Conselheiro Manoel Jacintho Nogueira da Gama (depois Marquês de Baependy). Em auxílio a Vasconcellos,

³ *O Universal* (1), 18/07/1825, p.1.

⁴ Para uma abordagem diversa da feita aqui acerca d’*O Universal*, vide: MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e Política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

O UNIVERSAL.

1825

*Rien n'est beau que le vrai;
le vrai seul est aimable.*
Voltaire.

Como o Companheiro do Conselho deve de acabar em breve, e os Illustres Redactores da Abelha não continuam por ora a publicar o seu Periodico, eu me vi na necessidade de escrever, para transmittir as noticias mais interessantes, que chegarem ao meu conhecimento. Não terão lugar nelle outras correspondencias, se não as que tratarem dos objectos em geral, e não contiverem personalidades, porque meu fim he a illustração publica, e não suscitar odios entre os Cidadãos, fructo unico de taes personalidades. Preferirei sempre a publicação das Leis, Decretos, e Porta-

rias, pois apesar de que estes objectos não agradem tanto, como devem, sua vulgarisação he da primeira necessidade, e todos os Cidadãos devem procurar tão importante conhecimento. O prego deste Periodico do mesmo formato, e de tantos N.ºs semanais como a Abelha, he muito mais diminuto, e não havendo grande numero de assignantes a perda he certa. Espero, que nossos Comprovincianos não deixarão de concorrer com suas assignaturas para assim haver ao menos hum Periodico, nesta a maior Provincia do Imperio.

Por Decreto do 1º de Dezembro de 1824, Manda S. M. o Imperador executar provisoriamente huma Tabella, que dá nova Organização ao Exercito da qual extrahimos o que pertence á nossa Provincia.

Antiga Organização.

Regimento de Cavallaria de Linha
do Ouro Preto

1.º e 2.º Regimento de Cavallaria
de Milicias do Ouro Preto

3.º e 4.º dito de Marianna

1.º 2.º e 3.º de S. João

1.º 2.º e 3.º de Sabará

Regimento de Piracatú

1.º 2.º e 3.º do Serro frio

Regimento da Comarca de S. Francisco

Esquadrões avulsos de S. João

Nova organização.

2.º Regimento de Cavallaria da 1.ª
Linha do Exercito.

São reduzidos a hum 5.º Regimento
de Cavallaria ligeira da 2.ª Li-
nha do Exercito.

6.º de Cavallaria ligeira da 2.ª L.ª &
Reduzidos a 2= 7.º dito de S. João,
e 8.º da Campanha.

Reduzidos a 2= 9.º dito de Sabará
= 10.º dito de Pitangui.

11.º de Piracatú.

Reduzidos a 2= 12.º da Villa do
Principe= 13.º de Minas novas.

14.º da Villa de S. Francisco.

15.º do Pouso alto.

O Universal, de Ouro Preto.

N.º 1, de 18 de Julho de 1825.

Exemplar pertencente à Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

surgiria ainda outro periódico na capital mineira, intitulado *Patriota Mineiro*. Sobre esse embate, falar-se-á mais adiante.

A primeira fase d'*O Universal* durou de 18 de Julho de 1825 a 7 de Dezembro do mesmo ano. Nessa data, após a publicação de sessenta e dois números, o desconhecido redator do periódico, arrendatário que era da tipografia, transferiu suas tarefas para um sucessor. Este se apresentou ao público no número seguinte:

Pretendendo o ilustre redator desta folha suspender a publicação dela por se achar impedido por motivos particulares, que eu ignoro, e havendo-se despedido o redator do *Patriota Mineiro*, talvez por medo de que o *Paraopebano* lhe fizesse o que ele receava da parte dos Membros do extinto Provisório (como ele disse no [seu último] número), e não me parecendo justo que a Província de Minas deixasse de ter um periódico que transmitisse fielmente as notícias estrangeiras e das outras províncias do Império, e que também fizesse públicos os fatos mais interessantes que nesta sucedessem, me animei a esta empresa, sem dúvida atrevida para um homem tão falto de luzes e de conhecimentos como eu; porém, farei todo o esforço possível para satisfazer o público, continuando a redigi-la pela mesma maneira por que até aqui tem sido, transcrevendo aquelas Portarias de Sua Majestade o Imperador que fizerem regra sobre qualquer matéria ou assunto, e com preferência as que forem diretamente expedidas para esta Província. Não deixarei de notar os erros e abusos que forem cometidos em qualquer repartição e por qualquer indivíduo, porque é bem manifesto quanto a liberdade de imprensa coíbe os crimes e quanto as autoridades receiam o serem notadas e argüidas. Portanto, espero daqueles senhores que até agora ajudaram ao meu antecessor com as suas correspondências, queiram continuar da mesma forma, ficando na certeza de que muitas vezes as não poderei copiar fielmente; porém, nesse caso, darei um fiel extrato do que contiverem mais essencial, interessante e útil; assim como também espero dos senhores que assinaram esta folha neste trimestre, queiram continuar para os futuros.⁵

Esse novo redator d'*O Universal* faria, ao fim de 1825, uma síntese histórica da imprensa na capital mineira:

Este [1825] foi o ano em que mais trabalhou a *Imprensa Patricia* desta Cidade Imperial; e o mais abundante de periódicos. Oitenta e dois números da melíflua *Abelha do Itaculmy* encheram a metade do ano, e continuariam até hoje se o mesquinho *Companheiro do Conselho* (que se limitou a imprimir apenas doze números) a não tivesse desanimado e feito sucumbir no meio da sua gloriosa carreira. A morte da *Abelha* e o fim próximo do *Companheiro do Conselho* despertaram ao redator desta folha a imprimi-la; porém, ainda no princípio de seus trabalhos, aparecendo nos diários da Corte as infames correspondências do ilustre *Paraopebano*, teve de lutar com tão poderoso inimigo, e não lhe faltaram nesta luta cuidados, trabalhos, e até perigos: estas ilusórias correspondências despertaram da obscuridade ao insigne *Patriota Mineiro* – que, depois de nos ter enchido de gosto e satisfação com treze números, publicados em outras tantas semanas, à imitação do *Companheiro do Conselho*, deixando-nos saudosos, despediu-se em ar de quem ainda pretendia tornar outra vez a alegrar-nos com a publicação do seu periódico;

⁵ *O Universal* (63), 09/12/1825, p. 249.

mas não é de esperar que torne outra vez a pegar na pena quem o fez sem fruto algum.⁶

O “ilustre *Paraopebano*”, citado pelo redator d’*O Universal*, supunha-se que fosse ninguém menos que o Conselheiro Manoel Jacintho Nogueira da Gama (depois Marquês de Baependy), membro do Conselho de Estado do Imperador. É bastante provável que essa assunção estivesse correta. Sabe-se que um cidadão, sob o pseudônimo de *Paraopebano*, teve sua correspondência inserida na edição de 1º de Agosto de 1825 do *Diario Fluminense*. Nela, mantido incógnito o seu autor, apareciam severas críticas ao Conselho de Governo da Província de Minas Gerais, especialmente ao jovem Bernardo Pereira de Vasconcellos – que era citado nominalmente e tratado como Bacharel (em vez de Desembargador, título com que Vasconcellos era mimoseado por seus amigos). Segundo o *Paraopebano*, dizia-se que Vasconcellos era o responsável pelas “péssimas doutrinas” do periódico *Companheiro do Conselho* (que antagonizara a *Abelha do Itaculmy* e ameaçara *O Universal*). Vasconcellos negou publicamente que fosse o redator do *Companheiro do Conselho* (pedindo ainda ao dono da tipografia em que o periódico era impresso para atestar sua negativa). Não existem mais exemplares desse antigo periódico ouropretano, mas seu conteúdo pode ser conhecido pela correspondência inserida no *Diario Fluminense*. Dirigindo-se ao redator do *Companheiro do Conselho* (que o *Paraopebano* supunha ser Vasconcellos), disse-lhe o correspondente do *Diario Fluminense* o seguinte:

Tenho presente os onze primeiros números do seu novo periódico e permita-me que, neste meu retiro, faça sobre eles e sobre os que se forem publicando as reflexões que julgar convenientes a bem da nossa Pátria e à integridade do Império Constitucional. Vejo que o seu fim principal consiste em patentear os trabalhos do Conselho [de Governo] desta Província (o que seria muito louvável), escrever a favor da Maçonaria (o que é muito repreensível), indicar as providências que o Conselho [de Governo] deve dar (o que será conveniente dentro dos limites das atribuições do Conselho), e declamar contra o projeto da lavra dos diamantes por uma companhia ou sociedade.⁷

A partir daí, o *Paraopebano* se põe a refutar as idéias apresentadas no *Companheiro do Conselho*, principalmente a rejeição, manifesta pelos membros do Conselho do Governo

⁶ *O Universal* (72), 30/12/1825, p. 286.

⁷ *Diario Fluminense* (26), 01/08/1825, p.103.

de Minas, ao projeto de lavra dos diamantes por uma companhia, empreitada pela qual se empenhava um cunhado do Conselheiro Manoel Jacintho.

Essa polêmica faria gemer a imprensa em Ouro Preto e na Corte. Em favor do projeto, escrevia o *Paraopebano* (que se supunha ser o Conselheiro Manoel Jacintho); contra, apareceram diversas manifestações (em que se via sempre a mão de Vasconcellos).⁸ Salomão de Vasconcellos registra uma opinião equivocada que parece ter existido:

Houve quem afirmasse, e isso tornou-se tradição, que ambos os contendores [...] não eram senão... o próprio Vasconcellos, que assim experimentava ou preparava a opinião pública acerca do seu projeto.⁹

Essa opinião, como se pretende provar, é falsa.

Tão logo se tomou conhecimento, na capital mineira, da correspondência do *Paraopebano* no *Diario Fluminense*, os amigos de Vasconcellos entraram em polvorosa. Um deles enviou ao redator d'*O Universal* a conversa que teve com o jovem membro do Conselho de Governo da Província. Esse correspondente da folha ouropretana, subscrevendo-se com o pseudônimo *O Amigo da Verdade*, contestava as asserções do Conselheiro Manoel Jacintho de que “o país das Minas estava perturbado”. Segundo ele: era “mais fácil o Sol mudar de curso do que as Minas do caminho da honra”. Relatou ainda que, após fazer consigo mesmo “outras cogitações” no interior de seu lar,

enfiei a casaca e fui para a casa do homem que o *Paraopebano* [Manoel Jacintho] tanto aborrece.

“Sr. Desembargador F. [Vasconcellos], é já tempo”, lhe disse, “de pegar da pena e aniquilar o infamíssimo *Paraopebano* [Manoel Jacintho]; justifique-se, meu amigo, justifique-se...”

“Justificar-me!!!”, me tornou ele.

“Sim, deve!”, lhe repliquei. “Mostrar que o *Paraopebano* [Manoel Jacintho] é um infame caluniador, um mentiroso sem vergonha, e um verdadeiro revolucionário!”...

“Ah, isso sim!”, respondeu [Vasconcellos]. “Deixe-o por minha conta: à boa porta veio ele bater! Eu lhe prometo que ele e os seus consócios se hão de arrepender de provocar quem estava no seu canto: eu os hei de apresentar ao público tais quais eles são! Serei o cronista destes famintos *Paraopebanos*.

⁸ A favor do projeto, vide as opiniões expendidas pelo *Paraopebano*: *Diario Fluminense* (26), 01/08/1825, pp.102-104; *Diario Fluminense* (29), 04/08/1825, pp.115-116; *Diario Fluminense* (30), 05/08/1825, pp.119-120; *Diario Fluminense* (31), 06/08/1825, pp.123-124; *Diario Fluminense* (38), 16/08/1825, pp.150-152; *Diario Fluminense* (41), 19/08/1825, pp.163-164; *Diario Fluminense* (56), 06/09/1825, pp.207-208; *Diario Fluminense* (63), 15/09/1825, pp.255-256.

⁹ VASCONCELLOS, Salomão de. *Bernardo Pereira de Vasconcellos*. Belo Horizonte: s.n., 1953, p.10.

Sossegue, pois, meu amigo! Eles pensavam que o filho era tão macio como o pai, que havia de apanhar calado, como o carneiro: enganaram-se! Enganaram-se! Eu o juro!!!...”

Retirei-me, logo, para participar a Vossa Mercê esta notícia, que lhe não será desagradável.¹⁰

Essa alusão à mansidão paterna (“eles pensavam que o filho era tão macio como o pai, que havia de apanhar calado, como o carneiro”) é elucidada numa outra correspondência publicada n’*O Universal*:

Quando o benemérito, o sábio Doutor Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos foi criar a Administração Diamantina do Indaiá e Abaeté [no termo municipal da Vila de Pitangui], seus inimigos, entre os quais tem o primeiro lugar o *Paraopebano* (hoje *Amigo do Ausente*), procuraram desacreditá-lo, e um dos meios foi a remessa dos piores operários para tão importante exploração – e, apesar de tão vil e criminosa trama, as pedras que se extraíram no primeiro ano pagaram com avultado lucro todas as despesas, ficando assim desmentidos os infames malsins daquele respeitável varão.¹¹

Desde então, o Desembargador Vasconcellos considerava o Conselheiro Manoel Jacintho seu “hereditário inimigo”. A respeito de seu primeiro embate público, pensava Vasconcellos o seguinte:

Quando um mineiro fala no Conselho [de Governo de Minas] de 1825, ocorrem-lhe imediatamente as duas questões de que, com tanta utilidade pública, se ocupou: diamantes do Império vendidos por vinte milhões de cruzados e Rio Doce com todos os seus confluente e minas devolutas de suas margens gratuitamente dados a estrangeiros. Sem que obstassem ao Conselho [de Governo] as considerações do seu próprio interesse, sem que lhe fizesse o menor peso a convicção de que *brasileiros muito poderosos, influentes no Governo [Imperial], e muito vingativos, tinham a principal parte nessas negociações danosas à nossa Pátria*, ele desempenhou os seus deveres: informou ao Monarca que a projetada Companhia dos Diamantes se opunha aos interesses e [à] Constituição da Monarquia, e lhe suplicou houvesse por bem de revogar o Decreto de 6 de Maio de 1825 que autorizava a Companhia de Navegação do Rio Doce, por isso que tal Decreto era inconstitucional e muito oposto aos interesses de Minas Gerais. Justiça seja feita ao Conselho [de Governo]: a seus esforços se deve o não se terem realizado as projetadas Companhias. O Marquês de Baependy não me poderá roubar a glória que por estes serviços me cabe, como membro do Conselho [de Governo].¹²

A hostilidade de Vasconcellos para com o Conselheiro Manoel Jacintho se estendia aos aliados desse na Corte. Quando, em fins de 1825, o Imperador os agraciou com títulos nobiliárquicos, e, em 1826, os nomeou para a câmara vitalícia do Senado, Vasconcellos a eles

¹⁰ *O Universal* (19), 29/08/1825, p. 74.

¹¹ *O Universal* (37), 10/10/1825, p. 146.

¹² VASCONCELLOS, Bernardo Pereira de. “Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais” (1827), in: *Idem. Manifesto Político e Exposição de Princípios*. Brasília: Senado Federal, 1978, pp. 35-36.

se referiria, sarcasticamente, como “multidão paraopebânica”.¹³ Estes, por sua vez, consideravam Vasconcellos o “senhor absoluto” da imprensa em Ouro Preto.

Ignora-se, portanto, quem foi o cidadão que, sendo arrendatário da tipografia, colocou seu periódico à disposição de Vasconcellos. O segundo a se ocupar com *O Universal*, pelo que se pôde apurar, foi o jovem Manoel Soares do Couto, então com vinte e três anos de idade. Exposto em casa de Joaquina Theodora do Nascimento, Manoel Couto havia sido batizado na Matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto aos 8 de Fevereiro de 1802. Posteriormente, ele foi legitimado por seu pai, o *brasileiro adotivo* Nicoláo Soares do Couto, natural da Província da Beira, que ainda vivia, estabelecido na Imperial Cidade de Ouro Preto havia três décadas ou mais. Já sexagenário, com a patente de Coronel de Milícias, Nicoláo tinha uma casa de comércio no prédio em que morava, na Rua Direita. Vivia no estado de solteiro, mas havia tido sete filhos. Manoel, ao que parece, era o caçula e vivia em companhia do pai.

O pai de Manoel Soares do Couto havia sido um dos partidários do antigo Secretário de Governo da Província, o também beirão João Joze Lopes Mendes Ribeiro, ao lado de quem pugnou pelo fim do poder absoluto dos Capitães Generais e instalação de uma Junta de Governo submetida à autoridade das Cortes de Lisboa. Também como João Lopes, o velho Nicoláo havia se recusado a acatar a autoridade do então Príncipe Regente. Por essa razão, quando Dom Pedro veio a Minas, a fim de se fazer obedecer e depor os membros da Junta, Nicoláo Soares do Couto foi um dos que foi remetido ao Rio de Janeiro, condenado a um breve período de ostracismo.

Como Manoel Soares era ainda muito jovem (sequer tinha idade legal para ser Eleitor Paroquial), vivia no estado de solteiro, e mantinha-se ainda sob o poder pátrio, é possível que a iniciativa de arrendar a tipografia de Manoel Joze Barboza tenha sido bancada por seu pai.

¹³ *O Universal* (91), 13/02/1826, p. 362.

Ao que parece, logo em seguida, uniu-se a Manoel Soares, na redação d'*O Universal*, um outro rapazote, que se notabilizara na capital mineira por haver redigido o *Patriota Mineiro*. Seu nome era Joze Pedro de Carvalho (posteriormente, ele passaria a se assinar Joze Pedro Dias de Carvalho).

Joze Pedro parece ter ingressado na redação d'*O Universal* em 1826. Tinha então vinte e um anos de idade. Nascera na vizinha Leal Cidade de Mariana aos 16 de Julho de 1805. Era tido como exposto e criado, em Mariana, na casa de Rita Eufrazia da Silveira (que, talvez, pudesse mesmo ser sua mãe biológica). Seu pai era o beirão Pedro Dias de Carvalho, que havia sido negociante em Mariana e Ouro Preto. Na capital mineira, o pai de Joze Pedro havia feito parte da governança local, chegando mesmo a ser distinguido com o Hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Falecera em 1824, deixando sete filhos naturais de três mulheres diferentes. Joze Pedro era o mais velho.

Um seu biógrafo registrou que Joze Pedro, em Mariana, havia feito “os primeiros estudos em aulas particulares, no seminário episcopal, tão regularmente que, aos quinze anos, por ocasião de adoecer gravemente o Professor de Latim, ele o substituiu por cerca de um ano”. Disse mais:

Dias de Carvalho não nutria vastas ambições, e, nos tempos de mudança que seu pai efetuou de Mariana para Vila Rica [depois Imperial Cidade do Ouro Preto], a única ambição de Dias de Carvalho resumia-se em aparecer na política, menos por vaidade que por natural sentimento de liberdade.¹⁴

Ainda na menoridade, e dependente de seu pai (que ainda vivia), Joze Pedro dedicou-se “aos negócios particulares da casa paterna”. Em 1825, todavia, aos vinte anos de idade, o jovem marianense apareceu no cenário político como redator do *Patriota Mineiro*. Juntava-se ele a Vasconcellos na luta com o Conselheiro Manoel Jacintho. Sua iniciativa foi saudada n'*O Universal*. O novo periódico foi assim anunciado:

¹⁴ TAVORA, Franklin. “Discurso recitado na sessão magna de encerramento”, in: *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XLIV. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert & C., 1881, p. 475.

Amanhã sairá à luz o primeiro número do periódico *Patriota Mineiro*. Asseguro ao respeitável público que é obra-prima, e que muito honra os gênios mineiros. O seu objeto é a ilustração pública, e não sua ilusão. O infame caluniador, o perverso *Caim de Minas* – em uma palavra, o *Paraopebano* – é desmascarado, e apresentado tal qual é.¹⁵

Lamentavelmente, não sobreviveu nenhum exemplar desse periódico aos dias de hoje. Sabe-se, todavia, pelo redator d'*O Universal*, que ele durou apenas treze números e que Joze Pedro, ao despedir-se do público, fazia-o “em ar de quem ainda pretendia tornar outra vez a alegrar-nos com a publicação do seu periódico”. De fato, ele foi convidado a trabalhar n'*O Universal* no ano seguinte, de 1826, como ele mesmo atestaria, uma década depois, referindo-se a si mesmo como “quem há sustentado por dez anos seguidos uma publicação periódica no meio de todos os obstáculos e sacrifícios”.¹⁶

Ao tempo em que assumiu a redação d'*O Universal*, Joze Pedro tinha vinte e um anos de idade, vivia no estado de solteiro, em companhia de seu tio paterno e padrinho Jozé Pedro Severim. Este, estabelecido como negociante na capital mineira, havia sido instituído herdeiro universal dos bens de seu irmão, Pedro Dias de Carvalho, de quem era filho natural o redator d'*O Universal*. É possível que Severim tenha auxiliado ao sobrinho e afilhado na empreitada que assumira.

Foge ao propósito desse trabalho analisar com minúcias a história da redação d'*O Universal*. É preciso, porém, apontar alguns detalhes importantes de sua evolução.

Aos 16 de Julho de 1827 (quando, na Câmara dos Deputados, já aparecia a divisão entre *costa esquerda* e *costa direita*), *O Universal* foi, por assim dizer, “refundado”. Não se faz menção a uma mudança de redatores ou proprietários. Na edição anterior, publicada numa sexta-feira, anunciava-se, após trezentos e doze números, o fim do oitavo trimestre da folha. O número seguinte, publicado numa segunda-feira, aparece com novo cabeçalho e nova numeração. O valor dos exemplares havia aumentado. E começava a se delinear uma rede associada ao periódico na Província: na cabeça da Comarca do Rio das Mortes, recolhia

¹⁵ *O Universal* (25) 12/09/1825, p.100.

¹⁶ *O Universal* (152), 21/12/1836, p.3.

correspondências e assinaturas para *O Universal* o negociante Baptista Caetano d’Almeida; na cabeça da Comarca do Rio das Velhas, o negociante Custodio Amancio de Magalhães; e na cabeça da Comarca do Serro Frio, o negociante Joze Fererira Carneiro. Meses depois, *O Universal* teria também um importante contato na Corte, encarregado de recolher correspondências e assinaturas: o livreiro Evaristo Ferreira da Veiga.¹⁷

Pelo que se pôde apurar, os proprietários d’*O Universal* continuavam sendo os jovens Manoel Soares do Couto e Joze Pedro Dias de Carvalho.¹⁸ Este ainda era considerado na menoridade, o outro atingira a maioridade e haveria de se casar dias depois da “refundação” do periódico. Manoel Soares do Couto casava-se, na Matriz do Pilar de Ouro Preto, aos 29 de Julho de 1827, com sua parenta Gabriela Candida Carneiro Leão, filha legítima de Antonio Neto Carneiro Leão, e de Rita de Cássia Soares do Couto. O sogro de Manoel Couto, militar na ativa, era um dos que havia se aliado ao Secretário de Governo João Joze Lopes Mendes Ribeiro na tentativa de se abolir o poder absoluto dos Capitães Generais, com a configuração de uma Junta de Governo eleita pelos cidadãos reunidos em assembléia. Revolucionário de 1821 (chegou a ser preso pelo último Capitão General de Minas), ele também havia participado da resistência à autoridade do Príncipe Regente.

Na visão de seus redatores, *O Universal* tinha por objetivo “diz[er] as verdades e clama[r] contra os abusos”.¹⁹ Seus adversários, diziam que ali “só se imprimia o que quisesse certo partido”.²⁰

Nesse período, a folha ouropretana polemizou com diversas autoridades: o Secretário de Governo, o Vigário de Ouro Preto, o Bispo de Mariana, os Ministros e Conselheiros de Estado... Por seus artigos, o redator do periódico (que se supõe ter sido Manoel Soares do Couto, antes que a ele se juntasse Joze Pedro Dias de Carvalho) já havia sido levado a júri em

¹⁷ *O Universal* (1), 16/07/1827, pp.1; *O Universal* (105), 14/03/1828, pp.1

¹⁸ *O Universal* (78), 11/01/1828, p.4; *O Universal* (92), 13/02/1828, pp.2-3.

¹⁹ *O Universal*, n°.136, 29/05/1826, p.542.

²⁰ *O Universal* (287), 15/05/1829, p.4.

pelo menos duas ocasiões.²¹ Solidarizou-se *O Universal* com outros periódicos que seguiam o partido liberal: *Astréa*, *Aurora Fluminense*, *Astro de Minas*, *Farol Paulistano*... Declarava-se ainda contra os periódicos escritos no sentido ministerial, como a *Gazeta do Brasil*, e contra aqueles que “sacrilegamente se aclama[va]m *Defensores do Altar e do Trono*”. Referia-se, pejorativamente, à “*súcia Gazetal*”, que teria colaboradores e patronos. Negava que houvesse, na Corte, *clubes*, *republicanos* ou *demagogos*...²² Aderindo às idéias da *costa esquerda* da Câmara dos Deputados, *O Universal* publicou diversos artigos e discursos contra os clérigos ultramontanos e os pretensos *aristocratas* da Corte. Mostrou-se também favorável à abolição do celibato clerical e à idéia de se revestir a *monarquia* com instituições *democráticas*.

Com o surgimento do *Astro de Minas*, que passou a ser publicado na cabeça da Comarca do Rio das Mortes, *O Universal* sofreu um desfalque: seus melhores compositores foram arregimentados pelo periódico sanjoanense.²³ Em seguida, em meados de 1828, Manoel Soares do Couto parece haver encerrado a sociedade que tinha com Joze Pedro Dias de Carvalho, passando este a ficar sozinho na redação do periódico.²⁴ Com Manoel Soares, foram-se também os contatos nos diferentes pontos da Província (como se depreende da mudança de cabeçalho ocorrida aos 2 de Junho de 1828).²⁵ Isso aconteceu às vésperas das eleições para a Segunda Legislatura. A aliança eleitoral formada entre o antigo redator d’*O Universal* e o patrono do *Astro de Minas* seria denunciada por um seu adversário:

Que inveja não tive eu, nestas eleições, da fraternidade do *Astro* e *Universal*. Este, nas suas recomendações, quem nos inculcava? Quem, senão o senhor Baptista Caetano? E o luminoso *Astro*, que outro achava mais digno do nobre emprego de deputado do que o senhor Manoel Soares do Couto? *O iucundas, o pulchras vices!* Oh, sincera amizade periodiqueira!!²⁶

²¹ *O Universal*, nº.142, 12/06/1826, pp.566-568; *O Universal*, nº.145, 19/06/1826, p.579; *O Universal*, nº.148, 26/06/1826, p.590.

²² *O Universal* (76), 07/01/1828, pp.1-4.

²³ *O Universal* (127), 05/05/1828, pp.1-4.

²⁴ *O Universal* (435), 03/05/1830, p. 4.

²⁵ *O Universal* (139), 02/06/1828, p.1.

²⁶ *O Analista*, n.52, 03.02.1829, número da página ilegível.

Joze Pedro, que continuou sozinho à frente d'*O Universal*, seria naquelas eleições homenageado pelos chefes do *partido liberal*. O jovem periodista, a quem os homens da *costa esquerda* reservavam um futuro promissor, não esconderia suas inclinações políticas:

Uma sábia Constituição nos garante o *direito de igualdade e não reconhece outra superioridade que a dos talentos e virtudes*; cumpre, pois, que cada um se esforce por bem *merecer de seus concidadãos para ser elevado aos cargos públicos de sua nomeação*, e que se não tente a ruína da sociedade para obter a fortuna de meia dúzia de indivíduos.²⁷

Adepto de que toda autoridade só seria legítima se conferida pelos votos dos cidadãos reunidos em assembléia, Joze Pedro mostrava-se um monarquista por necessidade, mas um democrata de convicção. Dizia ele que “o republicanismo não vos convém *ainda*, e [...] só o Governo Constitucional pode fazer *agora, e ainda por alguns anos*, a nossa felicidade”.²⁸

O Astro de Minas e seus patronos

Deu-se o nome de *Astro de Minas* ao primeiro periódico a ser impresso na Vila de São João del-Rei, cabeça da Comarca do Rio das Mortes. Seu primeiro número veio a lume no dia 20 de Novembro de 1827, uma terça-feira. O novo periódico haveria de ser publicado três vezes por semana (terças, quintas e sábados). Cada número tinha, em geral, quatro páginas, em numeração retomada a cada novo número. Tinha o periódico, por epígrafe, um pensamento de Charles-Jean Bonnin [1772-1830]: “*Plus... l’instruction deviendra commune de tous les hommes, plus aussi les delicts seront rares dans la société*” (Quanto mais a instrução se tornar comum aos homens, também mais raros tornar-se-ão os delitos na sociedade). Impresso na *Typographia do Astro de Minas* (então sob a administração de Francisco José de Sales), a redação do periódico foi confiada ao Padre Francisco de Assis Fernandes Braziel, que foi o primeiro redator dessa folha.²⁹

²⁷ *O Universal* (700), 20/01/1832, p.2.

²⁸ *O Universal* (746), 09/05/1832, p.3.

²⁹ *Astro de Minas* (11), 13/12/1827, p.4; *Astro de Minas* (190), 10/02/1829, p.3.

Subscreve-se para a presente folha
no Rio de Janeiro na Laja do Sr.
João Pedro da Veiga e C., no
Ouro Preto em a do Sr. Coronel
Nicolão Soares do Couto, nesta
Villa na Officina do ASTRO.

O preço da assignatura por
trimestre 25.500 réis, por seme-
stre 50.000 réis, e 100.000 por
anno: as Folhas avulsas ven-
dem-se na Officina, e sahirão as
Terças, Quintas, e Sabbados.

ASTRO DE MINAS

*Plus... l'instruction deviendra commune à tous les hommes,
plus aussi les delicts seront rares dans la société.*

BONNIN.

TERÇA FEIRA 20 DE NOVEMBRO DE 1827.

PROSPECTO.

SE he digno de louvor aquelle, que à frente dos exercitos expõe a vida em defeza da Patria, quando inimigos a querem invadir; se he credor de elogios o que, possuindo grandes conhecimentos adquiridos à custa de mil vigílias, procura illustrar com elles aos seus Concidadãos: não deve certamente ser de presado o que, não podendo deffende-los com as armas, nem illustra-los com luminosas composições, procura ao menos transmitir-lhes algumas idéas, ou proprias, ou collidas de bons Periodicos, ou finalmente communicadas por pessoas philanthropicas.

A difficuldade de communicações pela posição central do nosso Paiz, os poucos conhecimentos, que possuímos, a epoca, em que empreendemos tão espinhosa tarefa, e algumas outras causas, que mui de proposito deixamos de enumerar, desanimar-nos-hia certamente, se só antolhassemos as difficuldades, e perigos de tão ardua empresa: mas nós olhamos tambem para a felicidade do nosso Paiz: se o epoca he perigosa, a Patria demanda algum sacrificio, e o soffrer pela Patria he agradável ao coração

de hum Brasileiro.

Possuidos de taes sentimentos offerecemos aos nossos Compatriotas (em quanto alguma pena melhor aparada não vem empregar-se em tão útil empresa) o Periodico ASTRO DE MINAS, que terá em vista o seguinte

Integra dos Decretos, e Resoluções da Assembléa mais applicaveis à nossa Provincia.

Alguns discursos dos Srs. Senadores, e Deputados.

Noticias Nacionais, e Estrangeiras collidas dos melhores Periodicos.

Offerecendo nós pela liberdade da imprensa aos nossos Concidadãos seguros meios de accelerar os progressos da razão, e de multiplicar as vantagens das luzes, no artigo *Correspondência*, estamos bem longe de querer justificar, e animar a audácia, e a licença. Importa à conservação da authoridade publica, que ella seja respeitada; e a propria verdade não deve ser enunciada às pessoas constituidas em dignidade, senão com huma sabia circumspecção. Longe de nos esses *Escriptores temerarios*, que não conhecem freio; que em seu orgulho confundem todas as classes, e atacam sem pudor tudo o que deve ser objecto da veneração dos Povos. Tanto he vergonhoso,

Astro de Minas, de São João del-Rei.

N.º 1, de 20 de Novembro de 1827.

Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Recolhiam-se assinantes para o *Astro de Minas*, na Vila de São João del-Rei, na própria tipografia em que o periódico era impresso; na Cidade do Rio de Janeiro, na loja de João Pedro da Veiga e Companhia, e na Cidade do Ouro Preto, na loja do Coronel Nicoláo Soares do Couto. Cerca de um mês depois de seu surgimento, as assinaturas, no Rio de Janeiro, passaram a ser feitas na loja de Evaristo Ferreira da Veiga, irmão mais novo do referido João Pedro.³⁰ Evaristo da Veiga era o redator do periódico *Aurora Fluminense*; e o Coronel Nicoláo era pai de Manoel Soares do Couto, um dos proprietários e redatores da folha ouropretana *O Universal*.

A história do primeiro periódico sanjoanense se confunde com o da sua primeira biblioteca pública.³¹ Resultam ambos dos esforços do negociante Baptista Caetano d'Almeida, “homem moço e de espírito ativo” nos dizeres de Walsh.³²

Quem relata essa história é um correspondente do *Astro de Minas*, que se escondeu sob o pseudônimo *Amigo do Astro*:

Quando, em 19 de Agosto do próximo pretérito ano [1827], depois de vencidas mil dificuldades, conseguiu o Sr. B. C. d'Almeida o fim de seus filantrópicos desejos, estabelecendo a Biblioteca Pública, apesar de que, para a sustentação de um estabelecimento que faz a honra a esta Vila, vi[e]sse[m] socorrer com a sua quota alguns cidadãos beneméritos, que com gosto acederam a tão útil fim, logo previu o mesmo Sr. que só com estas subscrições mal poderia persistir tão precioso estabelecimento, e que, por falta de empregados que dele curassem, seriam vítimas das traças diferentes obras estimáveis e raras que se ali encerram: lembrou-se, então, de mandar vir à sua custa uma tipografia – que, além de mil serviços que poderia fazer (e tem feito) a esta Província, o ajudasse na conservação da Biblioteca; porque todos sabem que esta é devida ao patriotismo deste cidadão benemérito, que tem feito todas as despesas até o presente; esta idéia fez nascer a da organização de uma Mesa, cujos membros eleitos dentre os subscritores, cuidando de tudo quanto pudesse utilizar à Biblioteca, se empregassem igualmente na redação de um periódico mensal, trabalho honroso e que, além de adiantar os conhecimentos dos que nele se empregassem, [...] serviria também de sustentar com o seu produto as despesas indispensáveis à Biblioteca: para este fim concorreu muito o ilustrado e benemérito Juiz de Fora desta Vila, o Doutor Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, oferecendo, como Presidente ou Diretor da mesma

³⁰ *Astro de Minas* (1), 20/11/1827, p.1; *Astro de Minas* (12), 15/12/1827, p.1.

³¹ Para uma abordagem alternativa da história do *Astro de Minas*, vide: AMARAL, Alex Lombello. *O Astro de Minas contra a correnteza*. Monografia (Especialização em História de Minas do Século XIX), Universidade Federal de São João del-Rei, 2003. SILVA, Rodrigo Fialho. “*Por ser voz pública*”: intrigas, debates e pensamento político na imprensa mineira – Vila de São João d'El-Rei (1827-1829). Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Severino Sombra, 2006.

³² WALSH, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. Volume II. Boston: Richardson, Lord & Holdbrook, 1831, p. 143; *O Universal* (114), 05/04/1828, Suplemento, p.1.

Mesa, um Projeto de Estatutos que, sendo aceito, foi remetido à Corte para que, depois de aprovado pelo Governo, se dê princípio aos trabalhos nele demarcados.³³

Mas quem era o patrono da imprensa e da Biblioteca Pública de São João del-Rei?

Baptista Caetano, quando pela primeira vez se publicou o *Astro de Minas* em São João del-Rei, tinha trinta anos de idade. Nascera aos 3 de Maio de 1797, sendo o filho primogênito do paulista Manoel Furquim d'Almeida e da mineira Anna Bernardina de Jezus Mello.

O pai de Baptista Caetano era natural da Freguesia de Atibaia, filho legítimo dos também paulistas Caetano Furquim de Campos e Izabel Sobrinha d'Almeida (estes nascidos, casados e falecidos na Província de São Paulo). Estabelecera-se como agricultor em Minas, na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Camanducaia, vizinha da Província de São Paulo, arraial no qual se casou e teve vários filhos (dos quais onze chegaram à idade adulta). Manoel Furquim d'Almeida não foi, todavia, o único da família a passar para a Província de Minas Gerais: também seu irmão Pedro de Alcantara d'Almeida para lá foi, estabelecendo-se como negociante na Vila de São João del-Rei, local em que se casou e constituiu família. Quando Baptista Caetano tinha treze para quatorze anos, seu pai o enviou a esse tio, residente na Vila de São João del-Rei, a fim de completar a sua educação primária e aplicar-se ao comércio.

A mãe de Baptista Caetano, por sua vez, era filha do minhoto Baptista Caetano de Mello, natural da Cidade do Porto, e da mineira Maria Escholastica do Sacramento, natural da Imperial Cidade do Ouro Preto, casal este que acabou se radicando no Arraial de Camanducaia. Antes de celebrar matrimônio com Manoel Furquim d'Almeida, Anna Bernardina havia sido casada com o português Francisco Martins da Silva, com quem teve uma única filha. De seu segundo matrimônio, teve onze filhos que chegaram à idade adulta, mais alguns que faleceram na infância. O primogênito era Baptista Caetano d'Almeida, a quem coube a chefia da família quando da morte de seu pai, em 1818. Ainda com relação a

³³ *Astro de Minas* (74), 08/05/1828, pp.1-2 = Correspondência.

sua família materna, cumpre destacar que duas tias maternas de Baptista Caetano haviam se casado na família Toledo Ribas, originária de São Paulo, sendo que era viúvo de uma irmã de Anna Bernardina o Chefe das Divisões do Rio Doce, Coronel Miguel Theotonio de Tolledo Ribas (de quem era sobrinha a Marquesa de Santos e cunhado o Presidente da Província de Minas Gerais, João Joze Lopes Mendes Ribeiro).

Segundo um dos irmãos de Baptista Caetano, que escreveu sua biografia, “foi tão bom o seu procedimento [no período em que viveu na casa de seus tios] e tal a sua aptidão [no comércio], que adquiriu íntima amizade e plena confiança de seus tios e primos”, razão pela qual, mais tarde, formou com um destes primos (Francisco de Paula d’Almeida Magalhães) uma sociedade mercantil, “destinada principalmente a salvar a casa antiga de seu tio e primos”. Ainda segundo seu biógrafo, Baptista Caetano, como gerente dessa sociedade, relacionava-se muito com os negociantes da praça da Cidade do Rio de Janeiro, “e com a maior parte da Província de Minas, tendo até fregueses de Goiás e Mato Grosso, porque, nesse tempo, São João del-Rei era um grande empório comercial”. Muitos afeiçoados e amigos Baptista Caetano conseguiu nesse período, para o que parecem ter contribuído – nos dizeres de seu biógrafo – tanto a extensa rede de contatos de que dispunha como comerciante, quanto suas próprias virtudes pessoais (as quais foram assim elencadas por seu irmão: “probidade, benevolência, gênio serviçal e caridoso, maneiras afáveis e polidas”).³⁴

Pouco após estabelecer a Biblioteca Pública, mas antes de sair à lume o *Astro de Minas*, casara-se Baptista Caetano com Marianna Alexandrina Teixeira Leite, onze anos mais nova que ele, natural do termo municipal da Vila de São João del-Rei. Sua esposa era filha de Francisco José Teixeira, rico proprietário estabelecido no termo municipal da Vila de São

³⁴ ALMEIDA, Francisco de Assis e. “Apontamentos biographicos de Baptista Caetano de Almeida, natural da Camandocaia, actual cidade de Jaguary, da Provincia de Minas-Geraes”, in: *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Anno X, Fascículos I e II. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1905, pp.37-40. A sociedade que Baptista Caetano tinha com seu primo foi desfeita em fins do mês de Julho de 1828, vide *Astro de Minas* (111), 02/08/1828, p.4. Sobre a atuação filantrópica de Baptista Caetano, vide: MOTTA, Rosemary Tofani. *Baptista Caetano de Almeida: um mecenas do projeto civilizatório em São João d’El-Rei no início do século XIX – a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

João del-Rei, e de Francisca Bernardina do Sacramento, pertencente à família Leite Ribeiro, que gozava de grande prestígio na Comarca do Rio das Mortes, sobretudo no termo municipal da Vila de São João del-Rei. Antes mesmo de seu casamento, talvez pelo prestígio que gozava seu tio na municipalidade, Baptista Caetano vinha participando da governança local.

Ao que parece, Baptista Caetano tinha um gênio não só bastante ativo, mas também ativo – o que lhe valeu não poucas inimizades. Incompatibilizado, no primeiro semestre de 1828, com o Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, Francisco de Paula d’Almeida e Albuquerque, este acusava Baptista Caetano de ter um *gênio intrometido, impostor, e presunçoso*, cheio de *esperteza e sabichonismo*, que não o tratava “com o respeito devido à sua autoridade”.³⁵

Em forma de fábula, e em mensagem cifrada, seus adversários políticos haveriam de lhe traçar uma biografia nada elogiosa, acusando-o de ambicioso e arrogante. Acusavam-no ainda de fazer do *Astro de Minas* um mero trampolim político, por meio do qual esperava ser catapultado para a Assembléia Geral do Império.

Havia no Japão, em certo departamento, um sujeito desinquieto por natureza, de ânimo rixoso e depravado, de desmarcada filúcia, querendo ser o *Petrus in cunctis*, e sendo aliás o *nihil in omnibus* do lugar, escravo de suas muitas paixões, sobretudo da vingança, inimigo declarado daqueles mesmos que o haviam beneficiado e emprestado seus dinheiros; armando traições a este e àquele; querendo rivalizar com as Casas mais ricas do lugar e, por isso, despendendo com mão larga e desacreditando as mesmas Casas, devendo quase tudo o que formava o pequeno fundo da sua, basofiando e insultando com impressos injuriosos as principais famílias do lugar, caluniando e mentindo o mais descaradamente que nunca se viu etc etc; era, enfim, o protótipo da maldade; porém, possuindo a astúcia da Raposa, sabia encobrir sua perversa índole, suas intenções vorazes com a capa do amor da Pátria e da filantropia, termos que tinha sempre na boca.

Notava-se-lhe, por exemplo, qualquer defeito, respondia-se-lhe a qualquer insulto, clamava logo que *seus figadais* inimigos o odiavam por ele ser Constitucional às direitas [...] e eis que começava o chorrilho de ataques, a metralha de correspondências assinadas por *testas de ferro*, a quem pagava, ou por ele mesmo, com muitos e variados nomes.

Chamava-se o tal herói *Tatispabonateca* (é o nome do Japão) [*anagrama de Baptista Caetano*].

Vendo-se quase quebrado, sem ser pelo espinhaço, e desejando muito pegar-se a um menos mau encosto, casou com a filha de um japonês ilhéu, o qual, posto que rico, urinou-lhe na escorva, mandando-lhe apenas por dote um carro com alguns sacos de cobre, com o que *Tatispabonateca* [*Baptista Caetano*] *cavacou*

³⁵ *O Universal* (114), 05/04/1828, Suplemento: pp.1-4. Para se entender a carta enviada pelo Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes ao periódico ouropretano *O Universal*, vide antes *Astro de Minas* (18), 29/12/1827, Suplemento; *Astro de Minas* (19), 01/01/1828, Suplemento; e *Astro de Minas* (28), 22/01/1828, Suplemento.

muito (é frase do Japão, e quer dizer *ficar com certa zanguinha*). Não desanimando por isso no intento de ser grande, e de deixar de medir fazendas aos côvados, que faria? Concebeu em sua alta mente a arrojada idéia de ser deputado; para cujo fim eis que começa a elogiar-se por um periódico que ele mesmo e um seu testa de ferro, por nome *Leizbra* [anagrama de *Brazil*, i.e. o Padre Francisco de Assis *Brazil*], alinhavam.³⁶

Quanto à sua pessoa, discordava de seus adversários o jovem patrono da nascente imprensa sanjoanense: Baptista Caetano rejeitava a pecha de “gênio demagógico e espírito desaforado” que seus adversários tentavam lhe impingir, dizendo ainda que era “bem conhecido nas Províncias de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro” e que, “em qualquer destas, haverão *centenas* de indivíduos que possam contradizer” seus inimigos. Dizia que “contando trinta e um anos de idade, residindo nesta Província, e tratando do meu comércio naquelas, *tenho dado exuberante prova de probidade*, da qual *ninguém* duvidou”.³⁷

A iniciativa de Baptista Caetano em estabelecer a *Typographia do Astro de Minas* em São João del-Rei trouxe consigo bastante polêmica: nascia esse periódico no meio do embate entre os homens da *costa direita* e os da *costa esquerda* na Câmara dos Deputados, que já mostrava reflexos nas diferentes partes da Província de Minas Gerais. A esse respeito, relata o próprio redator do *Astro de Minas*:

Quando se soube que o Sr. Baptista Caetano d’Almeida tinha mandado vir uma tipografia para esta Vila, a maledicência principiou logo a assoalhar que era para insultar famílias e para patentear a vida privada dos cidadãos que se tinha feito uma tal aquisição. Esta voz – que, a princípio, foi muito fraca – engrossou-se de tal sorte depois da vinda da tipografia que chegou a iludir a algumas pessoas aliás cordatas. Apareceu o primeiro número do nosso periódico e, por ele, se conheceu verdadeiramente o alvo em que levávamos a mira; então, algumas dessas pessoas que, iludidas por falsos boatos, prevenidas contra o nosso periódico, procuravam talvez empecê-lo, vieram espontaneamente aumentar o número dos nossos subscritores, sinal não equívoco de já estarem desenganadas, que o nosso fim era muito diferente do que se supunha.³⁸

Opinião diversa tinham seus adversários, que acusavam Baptista Caetano de exagerar nos elogios que fazia a si mesmo:

Quando se anunciou e apareceu nesta vila a *Typografia do Astro* [de Minas], todos os nossos concidadãos exultaram de prazer, vendo nela um estabelecimento tão útil à propagação das luzes, a proposta de medidas úteis, as reformas que demandava o atual sistema de governo, etc etc etc; e mais exultaram ainda vendo o belo

³⁶ *O Amigo da Verdade* (?), 27/07/1829, p.112.

³⁷ *Astro de Minas* (28), 22/01/1828, Suplemento.

³⁸ *Astro de Minas* (10), 11/12/1827, p.4.

prospecto que apresentou essa folha [...]. Viram, porém, logo, com mágoa, que o fim principal do periódico foi tecer elogios a certos , que pareciam devorados da sede de adquirir renome e fama; viram que, nessa aquisição, se tratava de suplantar o mérito de cidadãos probos, só por realçar o dos elogiados; viram que o interesse particular era a mola principal deste estabelecimento; viram que se rejeitavam as correspondências dos que, defendendo sua reputação e honra, desmentiam aqueles elogios; viram que, faltando-se ao prometido no prospecto, se admitiam as mais odiosas personalidades, atacava-se sem respeito a este e àquele e até ao próprio Governo; viram, finalmente, o fogo da discórdia ateadado por meio de impressos avulsos contra uma grande parte dos habitantes desta vila.³⁹

Se contava com amigos que o defendiam e adversários que não o suportavam, Baptista Caetano, seguro de si, tinha ainda poderosos protetores: um deles era o Cônego Joze Bento, representante mineiro com assento na Assembléia Geral, um dos homens da *costa esquerda* da Câmara dos Deputados.⁴⁰ Assim, quando o jovem e atinado negociante estabeleceu a *Typographia do Astro de Minas* na Vila de São João del-Rei, e escolheu o Padre Braziel para redigir o periódico que nela se pretendia publicar⁴¹, independente de quais fossem os seus verdadeiros fins, já estava ele comprometido politicamente com o partido que *lutava braço a braço* com o Governo Imperial. Depois de vindo à lume o *Astro de Minas*, Baptista Caetano identificar-se-ia apenas como seu “leitor constante”.⁴² Mas os auxílios prestados à causa da oposição, em que muito pesou a ação do *Astro de Minas* e sua tipografia, seriam devidamente recompensados pelos chefes do partido.

Outro importante patrono do *Astro de Minas* foi o jovem Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei, Doutor Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho. Natural da vizinha Província do Rio de Janeiro, Aureliano tinha vinte e sete anos de idade quando saiu à lume o primeiro número do periódico: nascera aos 21 de Julho de 1800, filho do Coronel Aureliano de Souza e Oliveira, do Corpo de Engenheiros. Havendo feito seus estudos no Seminário de São José, Aureliano (o filho) recebeu de Dom João VI, como prêmio pelos serviços prestados por seu pai, ajuda para se formar Bacharel em Leis na Universidade de Coimbra. Ali se matriculou no

³⁹ *O Amigo da Verdade* (2), 12/05/1829, p.8.

⁴⁰ Vide a intervenção do Cônego Joze Bento em favor de Baptista Caetano na Sessão de 3 de Setembro de 1827, vol. V, p. 11.

⁴¹ *O Universal* (114), 05/04/1828, Suplemento, p.1.

⁴² *Astro de Minas* (16), 25/12/1827, p.4.

ano de 1820, formando-se em 1825. De regresso a um Brasil já separado de Portugal, Aureliano ocupava o seu primeiro emprego na magistratura, para o qual havia acabado de ser nomeado.

Robert Walsh, que conheceu Aureliano pessoalmente em 1828, descreve-o como “um rapaz muito bonito, robusto, de cabelos e olhos negros, com um semblante belo e inteligente – e, no geral, um bom exemplo de um gentil-homem do campo brasileiro”. Segundo o reverendo irlandês, “seus conhecimentos eram respeitáveis”. Walsh registra que Aureliano lia e falava inglês e francês, desmanchando-se em elogios ao jovem magistrado: “Esse gentil-homem era um belo exemplar de sua classe no Brasil: simples, independente, hospitaleiro, conhecedor dos defeitos de seu país, e ansioso para obter informações e conhecimentos que pudessem ser úteis; e, por isso, um amigo dos estrangeiros que pudessem oferecê-los”.⁴³

Ainda vivendo no estado de solteiro, o jovem magistrado sentia-se incomodado pelo que considerava uma vida sem conforto. “Bem, de fato, não posso mais viver assim, e, por causa disso, eu vou me casar”, confidenciou Aureliano ao reverendo inglês. De fato, aos 22 de Fevereiro de 1829, Aureliano casar-se-ia na Vila de São João del-Rei com a também fluminense Adelaide Guilhermina Castro Roza, filha de Joaquim Francisco da Roza, abastado negociante que se estabelecera na Vila de São João del-Rei havia alguns anos.⁴⁴

Aureliano gozava então de muita estima em São João del-Rei, recebendo muitos elogios da imprensa *liberal*. Além de ser visto, pelos *liberais*, como “um reto magistrado”, ocupava ainda a presidência da *Sociedade Philo-polytechnica*, sendo ainda o diretor da Biblioteca Pública da Vila de São João del-Rei. Vez ou outra, contribuía também com o *Astro de Minas*, enviando-lhe artigos considerados “excelentes”.⁴⁵

⁴³ WALSH, Robert. *Op. cit.*, pp. 137-138, 145.

⁴⁴ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: Família e Sociedade* (São João del-Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007, p. 100.

⁴⁵ *Astro de Minas* (593), 13/09/1831, pp.3-4; *Astro de Minas* (7), 04/12/1827, p.4; *Astro de Minas* (11), 13/12/1827, pp.1-2; *Astro de Minas* (30), 26/01/1828, p.4.

Com tais protetores, o *Astro de Minas* ingressou na batalha entre os periódicos, que vinha tomando conta de todo o Império. Logo em seu número de estréia, o periódico sanjoanense mostrou a que tinha vindo, transcrevendo um discurso do Deputado Vasconcellos – que, nesse período, teria sempre à sua disposição um espaço de destaque nas folhas do periódico. Outros homens da *costa esquerda* também teriam seus discursos publicados ali. Conforme a linha editorial praticada na época, publicavam-se artigos oficiais, extratos de outros periódicos, correspondências, e artigos de opinião do redator do *Astro*.

Pouco se sabe do redator da folha sanjoanense, o Padre Francisco de Assis Fernandes Braziel. Sabe-se que era filho do Alferes Lourenço Joze Fernandes Braziel, que então vivia como maestro de música em São João del-Rei. Também viviam como músicos naquela vila o avô e um tio maternos do Padre Braziel.⁴⁶ Tinha ele, quando começou a redigir o *Astro de Minas*, cerca de trinta e seis anos. Walsh, que o conheceu pessoalmente, descreveu-o como sendo um “mulato”, de “aparência bastante extraordinária: baixo, gordo, com um largo chapéu bicórnio, e com seu rosto singular enterrado no peito”. Seu estilo foi descrito por Walsh como “muito vigoroso e um tanto violento”.⁴⁷

O *Astro de Minas*, em suas páginas, não escondia quais eram os seus aliados: o periódico ouropretano *O Universal*; as folhas liberais *Astréia*, e *Aurora Fluminense*, publicadas na Corte; e as folhas das províncias vizinhas *Constitucional Bahiense*, e *Farol Paulistano*. Também a *Malagueta*, ressurgida em fins de 1828, seria saudada pelo *Astro*.⁴⁸ Ou seja, aqueles que, nos dizeres d’*O Universal*, eram “os jornais (que se dizem mais da oposição)”.⁴⁹ Com a mesma clareza que dizia quais eram os seus aliados, o redator do *Astro*

⁴⁶ CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. (2ª ed) Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982, Vol. II, 419-420.

⁴⁷ WALSH, Robert. *Op. cit.*, p. 143

⁴⁸ *Astro de Minas* (30), 26/01/1828, pp.2-3; *Astro de Minas* (23), 10/01/1828, p.3; *Astro de Minas* (24), 12/01/1828, p.3; *Astro de Minas* (139), 09/10/1828, p.2.

⁴⁹ *Astro de Minas* (69), 26/04/1828, p.3 = Artigo comunicado (extrato do Universal).

apontava quais eram os seus adversários: o *Diario Fluminense*, a *Gazeta do Brazil*, e *O Analista*, todos os três publicados na Corte.⁵⁰

Redigido por um clérigo, o *Astro de Minas* participou ativamente dos debates acerca da reforma das instituições eclesiásticas do Brasil. Apoiou a abolição do celibato clerical, demonstrou grande hostilidade para com os jesuítas e as teses ultramontanas, defendeu teses pós-conciliares e anti-papistas, criticou a Bula da Cruzada e o Colégio do Caraça.⁵¹ Singularizou-se também o Padre Braziel por defender, nas páginas do *Astro*, a abolição do Latim no ensino e na liturgia. Antevia a celebração da Missa e dos Ofícios Religiosos em “língua brasileira”, argumentando que todas as melhores produções da antiguidade já “estão traduzidas e as traduções excedem os originais”. Elogia Bentham, Say, Benjamin Constant e Rousseau, considerando este “o mais eloqüente e profundo escritor do século 18”.⁵² Esse heterodoxo padre redator, simpático ao ideário da Revolução Francesa, mostrava-se ainda ferrenho opositor da chamada *Santa Aliança*: a esse respeito, publicou, em diversos números, extratos do historiador francês Louis-Pierre-Édouard Bignon [1771-1841].⁵³

Além do projeto que propunha a abolição do celibato clerical, ganharam as páginas do *Astro* o Projeto de Lei da Responsabilidade dos Ministros e Conselheiros de Estado⁵⁴, e o Projeto de Lei para estabelecimento do Tribunal do Júri – que lhe mereceram grandes elogios.⁵⁵

⁵⁰ *Astro de Minas* (50), 13/03/1828, pp.2-4; *Astro de Minas* (19), 01/01/1828, p.3; *Astro de Minas* (26), 17/01/1828, pp.2-3; *Astro de Minas* (28), 22/01/1828, pp.2-4.

⁵¹ *Astro de Minas* (9), 08/12/1827, p.4; *Astro de Minas* (12), 15/12/1827, pp.3-4; *Astro de Minas* (17), 27/12/1827, p.3; *Astro de Minas* (20), 03/01/1828, p.2; *Astro de Minas* (26), 17/01/1828, pp.3-4; *Astro de Minas* (29), 24/01/1828, p.3; *Astro de Minas* (30), 26/01/1828, p.3; *Astro de Minas* (33), 02/02/1828, pp.3-4; *Astro de Minas* (34), 05/02/1828, p.3; *Astro de Minas* (35), 07/02/1828, pp.3-4; *Astro de Minas* (36), 09/02/1828, pp.3-4; *Astro de Minas* (37), 12/02/1828, pp.3-4; *Astro de Minas* (38), 14/02/1828, p.4; *Astro de Minas* (40), 19/02/1828, p.1; *Astro de Minas* (45), 01/03/1828, pp.1; 3-4; *Astro de Minas* (59), 03/04/1828, p.3.

⁵² *Astro de Minas* (29), 24/01/1828, pp.2-3; *Astro de Minas* (46), 04/03/1828, pp. 1-2.

⁵³ *Astro de Minas* (31), 29/01/1828, pp.2-3; *Astro de Minas* (32), 31/01/1828, pp.3-4; *Astro de Minas* (39), 16/02/1828, p.4; *Astro de Minas* (40), 19/02/1828, p.4; *Astro de Minas* (41), 21/02/1828, p.4; *Astro de Minas* (42), 23/02/1828, p.4; *Astro de Minas* (43), 26/02/1828, p.4; *Astro de Minas* (44), 28/02/1828, p.4.

⁵⁴ *Astro de Minas* (6), 01/12/1827, pp.2-3; *Astro de Minas* (7), 04/12/1827, pp.1-2; *Astro de Minas* (8), 06/12/1827, pp.1-3; *Astro de Minas* (9), 08/12/1827, pp.1-2.

⁵⁵ *Astro de Minas* (10), 11/12/1827, pp.2-3.

O estilo direto, e por vezes cáustico, do redator do *Astro* angariava-lhe (e a seus patronos) não poucos desafetos. Argumentava, dizendo:

Não julgamos indecoroso, imoral ou pouco decente o uso adotado por alguns jornalistas de designarem pelo seu próprio nome as pessoas sobre quem fazem cair a censura de fatos verídicos ou ações públicas. Se isto não é do agrado de muita gente, não importa: impossível seria agradar a todos (e nem pretendemos tantos). Assaz contentes ficamos em nos fazermos lidos por certa ordem de pessoas, cuja delicadeza excessiva não se choque à menor expressão contra *personagens de alta categoria*. Será este o nosso fraco: todos nós o temos. Alguns há que se afanam em dar conselhos, ainda gratuitos.⁵⁶

A seus adversários políticos, chamava o redator do *Astro* de “ladrões e assassinos”, afirmando que: “Não há asnidade, não há crime que alvergue não depare no bestunto de um Absolutismo”. Acusava-os de tentarem aliciar o Imperador para dar “garrote [...] ao Sistema Constitucional”.⁵⁷

No que diz respeito às teses políticas que desposava, o redator do *Astro de Minas*, a fim de melhor expô-las a seu público leitor, valeu-se de extratos da obra do Barão Guérard de Rouilly [1777-1846], em que este dissertava sobre a “Opinião ou espírito público”. Julgava primordial que “as eleições dos deputados às assembléias deliberativas” fossem “populares e livres de estorvo”; que os julgamentos fossem realizados por jurados, “juízes cidadãos”; e que houvesse liberdade de imprensa... pois, a seu ver, “os verdadeiros órgãos da opinião pública, em países verdadeiramente livres, são: os deputados, os jurados, e os escritores públicos de fama”.⁵⁸ Seu credo político não poderia ser mais explícito: “É só o povo quem dirige o governo”.⁵⁹ Nesse sentido, o *Astro de Minas* endossava as teses expendidas pelo Padre Jozé Custodio Dias no periódico fluminense *Astréa*, que ele reproduziu em suas páginas.⁶⁰

O *Astro de Minas* seguia a linha, defendida por Vasconcellos, de que a *monarquia* no Brasil devia estar revestida de instituições *democráticas*. Afirmava:

o nosso sistema de Governo é uma Monarquia Representativa e não uma Monarquia Aristocrático-Democrática, como (com um erro tão crasso e tão

⁵⁶ *Astro de Minas* (94), 24/06/1828, p.4.

⁵⁷ *Astro de Minas* (69), 26/04/1828, p.1.

⁵⁸ *Astro de Minas* (22), 08/01/1828, p.4; *Astro de Minas* (24), 12/01/1828, pp.2-3.

⁵⁹ *Astro de Minas* (47), 06/03/1828, pp.1-2.

⁶⁰ *Astro de Minas* (53), 20/03/1828, pp.2-4; *Astro de Minas* (56), 27/03/1828, pp.2-4.

perigoso) têm pensado alguns, tanto indesculpáveis, pois bastava lembrarem-se que, ainda que o Brasil quisesse, não podia ter em si o Elemento Aristocrático, o qual só é obra dos tempos (mas não dos nossos).⁶¹

Com uma tal tese, o *Astro de Minas* contrapunha-se frontalmente à exegese constitucional empreendida pelos homens que compunham o Conselho de Estado e pelo próprio Imperador, que pretendiam um governo misto com esses três elementos: monarquia, aristocracia e democracia. A fim de derrubar a tese dos fautores da Constituição do Império, vale-se de um extrato do economista francês Charles Ganilh [1758-1836]:

“Eu concludo com Platão”, diz Cícero, “que a melhor forma de governo é aquela que oferece a feliz mistura da Realeza, da Aristocracia, e da Democracia”. “O melhor de todos os governos”, diz Tácito, “será o que resultar da mistura dos três poderes balançados uns pelos outros: mas este governo não existirá nunca e, se aparecer, será de curta duração”.⁶²

Por suas posições políticas, o redator do *Astro* acompanhou a *Aurora Fluminense* na polêmica com o Visconde de Cayrú, quando esse, pelo periódico *O Censor*, defendeu a tese de que o Senado do Império era o elemento aristocrático existente no Brasil. Acompanhando as idéias dos homens da *costa esquerda* da Câmara dos Deputados, o *Astro de Minas* endossava a tese de que o Brasil nem tinha aristocracia, nem dela precisava.⁶³ Transcrevendo, por vários números, uma longa exposição originalmente publicada no *Farol Paulistano*, o *Astro de Minas* acompanhou seu aliado paulista no combate travado com o Senado. A fim de atingir esse, criticava-se a existência de “um corpo político vitalício no Estado, formando parte da Legislatura, e exercendo as funções da Justiça Suprema”. A conclusão a que o *Farol Paulistano* chegava, endossada pelo *Astro de Minas*, era a de que tais “corpos vitalícios [...] só tem sido os instrumentos os mais hábeis da tirania e os mais prontos veículos da escravidão”.⁶⁴ Percebiam os redatores desse periódico que essa lógica também valia para o próprio Imperador, um dos corpos componentes do Poder Legislativo, a quem cabia a *Justiça Suprema*?

⁶¹ *Astro de Minas* (67), 22/04/1828, pp.3-4.

⁶² *Astro de Minas* (19), 01/01/1828, p.4.

⁶³ *Astro de Minas* (80), 22/05/1828, pp.2-4; *Astro de Minas* (82), 27/05/1828, pp.1-3.

⁶⁴ *Astro de Minas* (66), 19/04/1828, p.4.

No que diz respeito às eleições para a Assembléia Geral, o *Astro de Minas* mostrou-se mais agressivo que seus colegas *Astréa*, *Aurora Fluminense* e *O Universal*. Gabava-se de ter sido “o primeiro escritor que no Brasil se lembrou de apresentar listas de Candidatos para a eleição”. Isso lhe valeu críticas dos redatores da *Astréa*, mas o periódico sanjoanense procurava justificar sua atitude com o seguinte argumento:

Em todos os países livres, costumam os periódicos a apresentar listas de Candidatos na aproximação de suas eleições. A Inglaterra, a Holanda, a França e os Estados Unidos têm este uso; e é talvez a ele a quem esses Povos devem o bom acerto nas suas eleições. Só no Brasil será ele nocivo ou perigoso? No Brasil, onde as luzes não estão tão difundidas; onde os povos julgam que só devem ser Deputados os que possuem grandes empregos, ou se adornam de ricas Comendas, etc.?

Se, no Rio de Janeiro, pela freqüência nas galerias, o Povo conhece os Deputados que devem ser reeleitos, não acontece o mesmo nas outras Províncias; logo, parece de razão que pessoas mais conhecedoras das qualidades que se exigem para a eleição ou reeleição de Deputados apresentem pela imprensa o nome daqueles que julgarem dignos; e não receie o nosso Colega que essa apresentação de nomes possa seduzir ou surpreender a boa fé dos eleitores: não é tanta a força moral da imprensa.⁶⁵

De fato, desde então, o *Astro de Minas* seria um importante veículo dos homens da *costa esquerda*, interessados não só na própria reeleição para a Segunda Legislatura da Assembléia Geral, mas também na substituição de seus adversários por aliados a serem arregimentados para o *combate braço a braço* com o *Governo monstro*.

-x-

As folhas ministeriais

Os mineiros que, de 1826 a 1828, seguiam o *partido ministerial* se abasteciam com as notícias e as reflexões de duas folhas em especial – e ambas eram redigidas e impressas na própria Corte. A mais antiga delas era o *Diario Fluminense*, em cujas páginas foi travada parte da polêmica entre Vasconcellos e o Marquês de Baependy. Logo depois, em 1828, surgiu o periódico intitulado *O Analista*. Um correspondente da folha oposicionista *Astréa*

⁶⁵ *Astro de Minas* (118), 19/08/1828, pp.1-2. A primeira proposição de candidaturas à Assembléia Geral, feita pelo *Astro de Minas*, aconteceu quando o periódico não havia ainda completado sequer dois meses de existência. Vide *Astro de Minas* (19), 01/01/1828, pp.2-3. Para a vaga surgida no Senado, indicava oito nomes (entre os quais o de Vergueiro e o de Feijó). Para a vaga surgida na Câmara dos Deputados, indicava cinco nomes (entre os quais o do redator do *Aurora Fluminense*, Evaristo da Veiga).

acusava o *Diario Fluminense* e *O Analista* de servirem aos interesses de “Poderosos Aristocratas”.⁶⁶

Ao que parece, o *Analista* havia suplantado o *Diario Fluminense* em importância nos debates políticos – a ponto de serem chamados de *partido Analítico* aqueles que seguiam os Deputados Araujo Lima, Calmon, e Lucio Soares (que, na expressão do *Astro de Minas* ao tempo das eleições de 1828, eram chamados de “Ex-Ministros com expectativas”). De fato, dois desse “triumvirato” foram reintegrados ao Ministério: Lucio Soares (Justiça) e Miguel Calmon (Fazenda). Araujo Lima, que não voltaria a ser chamado por Dom Pedro I ao Ministério, seria, porém, importante liderança do partido na Câmara dos Deputados, sendo-lhe confiada a presidência daquela Casa.⁶⁷

O *Astro de Minas*, que foi seu ferrenho adversário, alcunhava o *Analista* de “periódico luso-corcúndico que abriu as suas páginas aos ataques que os ex-Ministros e seqüela fazem aos *Liberais*”. Viam-no seus adversários como um “periódico de cunho e redação ministerial, que serve de telégrafo a meia dúzia de Absolutistas ou Miguelistas, que já vão pondo as manguinhas de fora”. Eram identificados por seus adversários como colaboradores do *Analista* os Deputados Lopes Gama (Pernambuco), Galvão (Bahia), e os três “ex-Ministros” (Araujo Lima, Calmon, e Lucio Soares). Também a *Astréa* contrapôs-se ao *Analista*, tido na conta de “periódico que se diz empreendido e escrito por Ministros de Estado para deprimir o nosso Deputado Vasconcellos”. A *Aurora Fluminense*, que também tomou partido nas discussões, contrapunha o *Analista* aos “Deputados da Oposição”. Na definição do próprio *Analista*, ele se contrapunha aos homens “da esquerda”, que, segundo ele, se valiam dos periódicos “*Aurora, Farol, Universal e Astro, Malagueta, e Astréa*”.⁶⁸

⁶⁶ *Astréa* (398), 03/03/1829, pp.1745-1746.

⁶⁷ *Astro de Minas* (141), 14/10/1828, p.2.

⁶⁸ *Astro de Minas* (127), 09/09/1828, p.3; *Astro de Minas* (141), 14/10/1828, p.2; *Astréa* (386), 03/02/1829, p.1697; *Aurora Fluminense* (96), 26/09/1828, p.401; *O Analista* (30), 14/11/1828, p.128.

Aliados do *Analista* seriam acicamente criticados no *Astro de Minas*. As lideranças do partido Analítico, segundo um correspondente da folha sanjoanense dá a entender, eram o Senador Marquês de Baependy e o Deputado Lucio Soares. Fazendo uso da linguagem militar, nomeava-se ainda a “primeira linha” do partido: compunham-na os Deputados Lopes Gama, e Araujo Lima (ambos por Pernambuco), e os Deputados Calmon, e Galvão (ambos pela Bahia). Na “segunda linha”, estariam: os Deputados João Lopes, e Sampaio (ambos por Minas Gerais), Getulio (pelo Mato Grosso), Manoel José de Albuquerque (pelo Ceará), Malaquias (pelo Pernambuco), e outros tantos.⁶⁹ Eram vistos como patronos do *Analista* o Vigário Antonio Marques de Sampaio (a quem o *Astro de Minas*, a título de deboche, apelidou de “Marquês Vigário”) e Coronel Antonio Gonçalves Gomide (referido como “Coronel Médico”), este Senador e aquele Deputado, ambos por Minas Gerais.⁷⁰

Do ponto de vista programático, o *Analista* se declarava contra “a democracia anárquica ou anarquia democrática”. Argumentava que

O [cidadão que é] constitucional quer um governo misto, que é representativo, em que se goza das vantagens que tem cada um dos governos simples, sem os seus defeitos e abusos; amalgamando-se os três [monarquia, aristocracia, e democracia] por um modo engenhoso e harmônico, para se obter o desejado fim da felicidade geral.⁷¹

No campo das identidades políticas, *O Analista* ajudou a consolidar algumas clivagens que já vinham sendo feitas na Câmara dos Deputados, por inspiração francesa. A partir de seu número 35, de 2 de Dezembro de 1828, seu redator começou a publicar uma série de extratos de uma polêmica obra do dramaturgo francês Louis-Abel-Beffroy de Reigny [1757-1811], dito *Cousin Jacques* (Primo Jacó). A obra em questão tinha por título *Dicionário neológico dos homens e das coisas: ou notícia alfabética das pessoas dos dois sexos, dos eventos, das épocas, dos monumentos, das obras de todo o gênero, das instituições de toda espécie, das regiões, das descobertas e das palavras que pareceram as mais remarcáveis ao autor*,

⁶⁹ *Astro de Minas* (121), 26/08/1828, pp.2-4.

⁷⁰ *Astro de Minas* (136), 30/09/1828, pp.2-3.

⁷¹ *O Analista* (28), 07/11/1828, pp. 119-120.

*durante todo o curso da Revolução Francesa.*⁷² Publicada em Paris em 1796, ela foi reeditada em três volumes em 1800, mas foi depois proibida pela polícia. Nela, o autor, em tom satírico, descrevia homens, idéias e eventos da Revolução Francesa. Adaptada à conjuntura política brasileira de então, sob o título simplificado de *Diccionario Liberal*, o redator d'*O Analista* buscava satirizar seus adversários políticos da *costa esquerda* da Câmara dos Deputados, expondo ao ridículo suas idéias e práticas. Com extratos de *Cousin Jacques*, dizia *O Analista* de seus adversários:

Carta [Constitucional] – Livro singular, cujo caráter tem isto de extravagante: olhando-se à *direita*, lê-se: “Respeito à Monarquia, obediência às Leis, garantia das liberdades públicas e dos interesses *antigos e modernos*”; enquanto aqueles que se obstinam a ler à *esquerda* pretendem ali encontrar a apologia da revolução e o triunfo da democracia. [*O Analista* (52), 03/02/1829, p.149]

Constância – No sentir dos *Liberais*, é virtude à *esquerda* e uma tolice à *direita*. [*O Analista* (53), p.231]

Conversão – Quando o seu interesse o exija, um *Liberal* pode fazer um quarto de conversão à *direita*; porém, deve voltar imediatamente à *esquerda* logo que tiver obtido o que desejava. [*O Analista* (53), p.232]

Direito – o Povo tem *direitos*; o Soberano não tem senão *deveres*. [*O Analista* (53), p.232]

Crítico da democracia e daqueles que pretendiam revestir a monarquia de instituições democráticas, *O Analista* não poupava seus adversários:

Um dos nossos correspondentes, que tem lido os insultos da *Aurora* contra tudo que é do Governo, e que bem percebe a sua aversão para com os Títulos, Comendas, etc., talvez porque se não repartem por eleições (em que os da sua pandilha teriam, de certo, melhor quinhão), pergunta-nos se *Evaristus* é sinônimo de *Republicanus*; e nós respondemos que essa questão só pode ser decidida por dois oficiais da S... da J...⁷³

A provocação feita com o redator da *Aurora Fluminense*, Evaristo Ferreira da Veiga, dando-se-lhe a terminação *-us*, tem que ver com a forma pela qual ele conjugava a primeira pessoa do plural nos primeiros números de seu periódico. Falha do redator ou do compositor

⁷² JACQUES, Cousin. *Dictionnaire néologique des hommes et des choses*: ou Notice alphabétique des personnes des deux sexes, des événemens, des époques, des monumens, des ouvrages de tout genre, des institutions de toute espèce, des pays, des découvertes et des mots qui ont paru le plus remarquables à l'auteur, dans tout le cours de la Révolution française. Paris: Moutardier, 1796.

⁷³ *O Analista* (132), 10/11/1829, p.552.

da tipografia? Não foi uma única vez em que se conjugou dessa maneira a primeira pessoa do plural nas páginas da *Aurora*...

Aludia-se também às pretensões democráticas do redator da *Aurora* (insinuando-se que ele só valorizava as distinções feitas pelos cidadãos reunidos em assembléia). A sigla S... da J... significa *Sociedade da Jardineira*, uma organização secreta que, a partir de 1829, passaria a ser denunciada pelos homens da *costa direita*, que viam nela um grupo que tinha por fim a instalação da república. Borges da Fonseca, que fez parte do Grande Conselho da Sociedade da Jardineira (diretório central da sociedade, que tinha ramificações em diversas províncias), revela que dele também faziam parte, em 1830, o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro; os Deputados Bernardo Pereira de Vasconcellos, Jozé Custodio Dias, Jozé Lino Coutinho, Diogo Antonio Feijó, Francisco de Paula Souza e Mello, Jozé da Costa Carvalho, e outros.⁷⁴

Para o redator do *Analista*, os homens da *costa esquerda* da Câmara dos Deputados eram monarquistas por conveniência, e não por a desejarem como um dos elementos indispensáveis para o equilíbrio constitucional (que também carecia, na visão dos homens da *costa direita*, do elemento aristocrático, bem como do democrático). Para o *Analista*, seus adversários queriam “antes a licença do que a Lei: ou, para dizer tudo, querem a Constituição como mero degrau para o seu desejado e verdadeiramente sonhado Governo Popular”.⁷⁵

Coadjuvando o *Analista* em sua luta contra aqueles que consideravam *ultra-liberais*, também o *Diario Fluminense* publicou editoriais e correspondências em que a conjuntura política de então era analisada e alguma filosofia política era (re)produzida.

Defendeu-se, em suas páginas, uma vez mais, o Marquês de Baependy dos ataques da oposição, sobretudo de Vasconcellos, seu “hereditário inimigo”, segundo palavras do

⁷⁴ FONSECA, Antonio Borges. *Manifesto politico* – apontamentos de minha vida politica e da vida politica do Dr. Urbano Sabino Pessoa de Mello. Recife: Typ. Commercial de G. H. de Mira, 1867, p.7.

⁷⁵ *O Analista* (54), 10/02/1829, p.234.

próprio.⁷⁶ Polemizou-se com a *Astréa* (que publicara um artigo do Padre Jozé Custodio acerca da idéia de soberania, atributo negado ao Imperador, sob o argumento de que só a Nação era soberana), buscou-se anatematizar os deputados da *costa esquerda*...

Sustentava o *Diario Fluminense* a tese de que o Imperador era sim soberano: e deveria ser, no arranjo constitucional, sua figura mais proeminente (mesmo argumento já debatido na Constituinte, quando se discutiu a posição do Trono no cerimonial de abertura). Segundo o *Diario Fluminense*:

O Imperador tem uma parte no Poder Legislativo, e tão preeminente que a exercita por si só, sancionando as Leis, quando as Câmaras [dos Deputados e dos Senadores], fazendo-as, exercitam a sua parte conjuntamente, e é necessário que uma adote o que a outra decidiu. O Imperador tem a plenitude do Poder Moderador, remite ou altera os efeitos do Poder Judiciário; tem a plenitude do Poder Executivo; é finalmente o Chefe Supremo da Nação para prover a tudo que for concernente à segurança interna e externa do Estado; logo, por todos os títulos, é Soberano aquele que dá o movimento progressivo à máquina, que o comunica a todas as molas; aquele em quem a Nação depositou os Poderes, de cuja reunião nasceu a Soberania.
[...]

Quem exerce o Sacerdócio é Sacerdote, quem exerce a Magistratura é Magistrado, quem exerce a Milícia é Militar, e quem exerce a Soberania... o que será? “Não é Soberano!”... Lógica nova de sabichões do tempo d’agora! Sacerdócio, Magistratura, Milícia são entes metafísicos que se tornam reais quando se põem em exercício, e este dá o nome a quem o tem.⁷⁷

As teses igualitárias, sustentadas pelos homens da *costa esquerda*, eram sumariamente rejeitadas pelo *Diario Fluminense*: “o nosso Governo não é popular: temos classes, graduações, e distinções”.

Como porta-voz dos homens da *costa direita*, defensores da constituição do tipo misto, já defendida na imprensa em 1824 pelo mesmo Gomide que, agora, dizia-se patrono do *Analista*, o *Diario Fluminense* procurava anatematizar seus adversários:

Nunca deixou de haver nos Estados os mais bem constituídos, e ainda os melhor governados, um partido descontente; porque também nunca pode deixar de haver ou ambiciosos, que querem sem mérito obter lugares, ou incontentáveis, que nada pretendendo, reputam péssimo tudo quanto os outros fazem, só pela singularidade de nada lhes agradar. São destas duas classes de homens [de] que se valem os anarquistas para levarem a efeito seus sinistros e diabólicos intentos; e as duas classes, julgando uma que serve a si, outra que só dá pasto ao seu caráter, sem o saberem, servem de base ou apoio para o mal intencionado levar a complemento o que deseja. Esta verdade tem sido reconhecida em todos os tempos, e em todas as

⁷⁶ Vide *Diario Fluminense* (125), 28/11/1827; *Diario Fluminense* (126), 29/11/1827; *Diario Fluminense* (127), 30/11/1827; *Diario Fluminense* (128), 01/12/1827.

⁷⁷ *Diario Fluminense* (53), 04/03/1828, pp. 210-212.

Nações do mundo, em que mais ou menos tem havido revoluções políticas; de maneira que é um axioma: *em revoluções, quem as faz não as utiliza.*

[...]

Aqui temos concorrendo, para o mesmo fim, por diferentes meios, o descontente ambicioso, o incontentável sistemático, e o malvado anarquista, supondo todos três que só trabalham para si, quando tão somente o último recolhe o fruto das fadigas dos dois primeiros.

[...]

Que estas três classes de homens perigosos existem no Brasil, *formando um corpo em oposição ao Governo, e que tende a democratizar o Povo, é manifesto*; porquanto não só sem reboço se espalham doutrinas desorganizadoras nos periódicos, mas até se alardeia na recalcitrância; meditem-se os escritos democráticos, de uma metafísica persuasiva, a tenacidade e afluência com que se reproduzem, e ver-se-á que é ou não resultado das repetidas absolvições nos julgamentos... sem sobejas provas estas do que ajuizamos?

O aplauso que mereceu quem se lembrou que o Soberano não devia ter a Coroa na cabeça quando entrasse na Assembléia Constituinte (para tantos, ainda de saudosa memória); os tentames que se puseram em prática para se levar a efeito que a cadeira do Trono Imperial devia ser igual à de um Deputado; o entusiasmo com que se alardeiam os defensores daquele que, num sistema monárquico constitucional, declara em público “eu sou republicano”; os corifeus que defendem a doutrina absurda de que Sua Majestade o Imperador do Brasil não se deve chamar de Soberano; etc. etc.; bem manifesta [é] não só a existência deste partido, mas até o descaramento e a falta de receio em se manifestar.⁷⁸

As acusações do *Diario Fluminense* acertavam em cheio aos Deputados Vasconcellos e Jozé Custodio...

-X-

Por meio de tais folhas, procuraram os partidos intervir diretamente no processo eleitoral. A largada havia sido dada por Vasconcellos, com sua carta dirigida aos eleitores mineiros. Seguiu-o, apoiando-o, a folha sanjoanense *Astro de Minas*. Logo vieram engrossar as fileiras do *partido liberal*, capitaneado pelos homens da *costa esquerda*, seus tradicionais aliados: *Aurora Fluminense* e *O Universal*. A *Ástrea* preferiu omitir-se. Não se tem notícia de uma atuação tão ostensiva da parte ministerial. Houve, porém, uma publicação que não teve outro fim senão propor nomes ao eleitorado mineiro. Dela se tratará a seguir.

⁷⁸ *Diario Fluminense* (60), 12/03/1828, pp. 238-239.

O Precursor das Eleições

No dia 29 de Agosto de 1828 (uma sexta-feira), vinha a lume mais um trabalho da *Officina Patricia de Barboza & Cia.* Seu título era *O Precursor das Eleições*. Existem ainda alguns exemplares dessa publicação no Arquivo Nacional. Não foi possível ter acesso aos originais, que estiveram em trabalho de restauração durante todo o período em que foi desenvolvida esta pesquisa (o que é lamentável). Felizmente, tem-se notícia do conteúdo dessa publicação pela transcrição parcial que dela fez Helio Vianna em seu alentado *Contribuição à História da Imprensa Brasileira*, e também pela repercussão que *O Precursor das Eleições* teve na Província à época (o que valeu alguns comentários do redator d'*O Universal*).

Os redatores d'*O Precursor das Eleições* (um trio, cuja identidade hoje se ignora) diziam-se interessados em “apontar aquelas pessoas que, como mais capazes de bem servirem à Nação, têm direito a serem contempladas” nas eleições que se avizinhavam.

Assim se justificavam os redatores do *Precursor*:

Na eleição passada, seiscentos e trinta e três cidadãos obtiveram votos para deputados. Ora, será crível que, se os eleitores tivessem o necessário conhecimento das pessoas mais aptas para este importante lugar, divergiriam tanto na sua escolha? E poderá haver este conhecimento quando os *Diários da Câmara* quase a ninguém chegam? Quando os periódicos nada, ou quase nada tratam das discussões da Câmara dos Senhores Deputados? Quando não há votações nominais que nos façam conhecer o caráter dos nossos representantes? Logo, ninguém negará a conveniência que pode resultar de se apresentar não só esta lista, como muitas outras. Não podemos afiançar a futura conduta de todos aqueles que lembramos, porque não está nas mãos do homem o dom da providência. A ninguém pedimos, como disse *O Universal*, a favor deste ou daquele senhor; façam os eleitores da nossa lista o uso que bem quiserem; cumprimos com a obrigação de bons cidadãos e o resultado, seja qual for, não nos interessará diretamente.⁷⁹

Após o prospecto apresentado em seu primeiro número, os redatores do *Precursor* apontariam, no seguinte, publicado em 1º de Setembro, os nomes dos seus candidatos.

⁷⁹ *O Precursor das Eleições* (1), 29/08/1828, p.1 Apud VIANNA, Helio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p.36

Encabeça a lista o Deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos. Consideram-no “dotado da necessária coragem para arrostar todos os perigos”. Dele dizem ainda que “prefere sempre o bem da Pátria a seus interesses particulares”.

Em segundo lugar, é recomendado o Deputado Raymundo Jozé da Cunha Mattos, Brigadeiro do Exército, natural da Província do Algarve, *brasileiro adotivo*.

Deputado pela vizinha Província de Goiás na Assembléia Geral, Cunha Mattos havia se destacado, até aquele ano de 1828, como ferrenho opositor do Ministério. Apesar de ser um homem cinquentenário, parecia uma década mais novo, a crer na descrição que dele faz Robert Walsh, que o conheceu pessoalmente. Tinha porte marcial, um aspecto decididamente descuidado, e, orador agitado, falava de maneira enérgica e com muita soltura. É próprio Cunha Mattos quem nos informa que seus contemporâneos o equiparavam ao Padre Jozé Custodio: “dizem que sou o Padre Jozé Custodio Dias militar!”...⁸⁰

Cunha Mattos tinha grande consideração pelo sacerdote mineiro, e chegou a apresentar vários projetos referentes aos negócios eclesiásticos. Um deles, apresentado logo no começo dos trabalhos legislativos (18 de Maio de 1826), criava a Igreja Brasileira: ela seria presidida pelo Primaz ou Patriarca do Império, a ser eleito pelas Igrejas Metropolitanas (às quais seriam elevadas as Igrejas Episcopais do Pará, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, e Minas Gerais). Por sua vez, as comarcas eclesiásticas de cada província seriam elevadas a Bispados ou Prelazias sufragâneas dos Arcebispos de suas províncias. Ele detalhava ainda, em seu projeto, como se estruturaria essa Igreja Brasileira. O que chama a atenção em seu projeto é o artigo décimo: “as causas eclesiásticas terminarão no território do Brasil e a decisão delas dependerá unicamente dos Bispos ou Prelados, Metropolitanas e Primaz do Império”. Com esse projeto, propunha-se a independência do clero brasileiro com relação a Roma.

⁸⁰ “Necrologia do Marechal de Campo Raymundo José da Cunha Mattos”, in: *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*: Tomo I. 1839, pp. 72-76; WALSH, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. Volume II. Boston: Richardson, Lord & Holdbrook, 1831, pp. 433. Anais da Câmara dos Deputados, Volume IV, Sessão de 10 de Agosto de 1826, p.99.

Logo após a proposição do “Padre Jozé Custodio Dias militar”, os redatores do *Precursor* propunham o Padre Jozé Custodio Dias original. Descrevem-no como

eclesiástico muito distinto, natural desta província, que reside na Corte; deputado pela mesma província que muito se tem feito conhecido pela firmeza de seu caráter, ilibada reputação e denodo com que ataca os abusos ainda das mais altas classes, como o atestam seus discursos que podem consultar-se nos *Diários da Câmara*.⁸¹

O quarto nome a ser proposto ao eleitorado mineiro foi o do Cônego Joze Bento Leite Ferreira de Mello. Apresentavam-no como “Vigário da Freguesia de Pouso Alegre, cidadão conspícuo pelas suas virtudes, pelo seu patriotismo, e pelos serviços que tem prestado como deputado que é por esta província, não só na Câmara como principalmente nas comissões a que pertence”.

O quinto nome indicado é o do jovem Joze Cesario de Miranda Ribeiro, descrito como “bem conhecido pelos seus discursos, sempre tendentes a benefício público”, e “notável por sua moderação”.

Em sexto lugar, foi sugerido o Deputado Custodio Jozé Dias, Capitão Mor de Ordenanças do termo municipal da Vila de Jacuí e irmão mais novo do Padre Jozé Custodio. Precisou-se, contudo, justificar-se a indicação desse nome:

Não é orador; mas tem muita probidade, é muito liberal e vota sempre com acerto na sua Câmara. Não atestam os *Diários* o seu merecimento, porque neles se não acham as votações nominais; porém atestam-no pessoas fidedignas de quem nós temos informado; concordamos com o nosso colega *O Universal* nos elogios que lhe faz.⁸²

Também se procurou justificar o sétimo nome a ser proposto, o do jovem Antonio Paulino Limpo de Abreo: era “pouco conhecido pelos seus discursos, talvez por não ter o dom de orar”, mas estavam os redatores do *Precursor* certificados “de que procede bem na votação e trabalha nas comissões coadjuvando aos seus colegas”.

Helio Vianna não menciona o nome do Deputado Jozé Carlos Pereira de Almeida Torres, que é, todavia, mencionado nos comentários feitos pelo redator do *Universal* à lista

⁸¹ *O Precursor das Eleições* (2) 01/09/1828, apud Helio Vianna, *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, pp.37-39.

⁸² *Idem, ibidem*.

proposta pelo *Precursor*. Teria sido (ao que parece) o oitavo nome sugerido ao eleitorado mineiro. O redator d'*O Universal* manifestou, todavia, a opinião então corrente de que, por ser esse jovem magistrado de origem baiana, e por sua candidatura já haver sido lançada na província vizinha, melhor seria os mineiros elegerem outro nome em lugar do seu.

Fora da representação mineira, mas ainda no âmbito da Câmara dos Deputados, foi proposto ainda o nome do Doutor Manoel Gomes da Fonseca, o nono candidato apresentado pelos redatores do *Precursor*. Apresentado ao eleitorado como médico mineiro, já deputado por Pernambuco, onde residia, estava “nas mesmas circunstâncias dos acima apontados, porque seus discursos não o têm dado a conhecer, porém é dotado de muito patriotismo, afeto ao novo sistema, trabalha com acerto na comissão de que é membro e vota sempre a bem da Pátria”.

Natural do termo municipal da Vila de Queluz, o Doutor Manoel Gomes da Fonseca tinha então trinta e três anos de idade. Nascera no Arraial de Itaverava, onde foi batizado aos 9 de Outubro de 1795. Formara-se em Medicina, na Universidade de Coimbra, em 1823. Nos tempos de estudante, teria se juntado ao baiano Manoel Alves Branco e outros colegas brasileiros, a fim de formarem a *Sociedade dos Jardineiros*, entidade secreta, de cunho revolucionário e republicano, que tinha por fim separar o Brasil de Portugal.⁸³ Com grande dificuldade havia voltado para o Brasil, em razão de problemas financeiros. Aportara no Pernambuco, recém-formado, e começou a trabalhar como professor no Recife.⁸⁴ Na capital pernambucana, casou-se aos 8 de Fevereiro de 1824, na Freguesia da Boa Vista, com Gertrudes Perpetua de Moraes Mayer, filha legítima do senhor-de-engenho Joaquim Apolinario Mayer e de Catharina Maria de Sena de Moraes. Eleito suplente por essa província, tomou assento na câmara temporária em 1827, havendo se dirigido à Corte com a esposa e um filho pequeno. No ano seguinte, havendo se aproximado dos deputados da *costa*

⁸³ MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva. *A formação de Almeida Garrett: experiência e criação*. Coimbra: Centro de Estudos Românticos, 1971, Volume 1, p.137

⁸⁴ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais pernambucanos: 1818-1823*. Recife: Fundarpe, 1983, p.197.

esquerda, o jovem médico mineiro foi um dos médicos que tratou do chefe liberal Nicolau Vergueiro quando este adoeceu. A partir de então, seus conterrâneos da *costa esquerda* da Câmara dos Deputados desejavam vê-lo reeleito por Minas.

Nas páginas d’*O Precursor das Eleições*, esses nove foram os únicos deputados cuja reeleição era proposta aos mineiros: sete que já tinham assento na câmara temporária pela Província (Vasconcellos, os irmãos Dias, Joze Bento, Joze Cesario, Limpo, e Jozé Carlos) e dois que representavam outras províncias (Cunha Mattos, e Gomes da Fonseca). Para os outros onze assentos, propunha-se uma completa renovação de nomes.

Os dois primeiros nomes, de fora da Câmara dos Deputados, propostos para nela representarem a Província de Minas, já apareceram no segundo número do *Precursor*.

O primeiro deles foi o do negociante Baptista Caetano d’Almeida, patrono do *Astro de Minas*. Era apresentado como sendo um “negociante da Vila de São João del-Rei, que muito se tem distinguido por seu patriotismo e aferro ao sistema constitucional”. Segundo os redatores do *Precursor*, a Vila de São João del-Rei dava

testemunhos indeléveis da sua munificência e liberalidade; o seu merecimento foi já reconhecido pela Augusta Câmara dos Senhores Deputados e a sua fama tem voado não só pela Província, como por todo o Império. Uma biblioteca pública e uma imprensa, donde saiu o luminoso *Astro*, que tantas luzes tem difundido por toda a Província, são estabelecimentos que ela lhe deve e que a interessam.⁸⁵

O segundo nome, da renovação proposta, foi a do negociante Evaristo Ferreira da Veiga, descrito como “livreiro da Corte, moço de instrução, mui conhecido pela sua adesão ao sistema constitucional e pela sua firmeza de caráter”. Seu nome já havia sido proposto pelo *Astro de Minas* ao eleitorado mineiro no pleito anterior, em que se devia eleger um nome para o assento deixado vago na câmara temporária, quando Lucio Soares foi nomeado Ministro de Estado.

Depois de se propor ao eleitorado mineiro o patrono do *Astro de Minas* e o redator da *Aurora Fluminense*, no número seguinte, publicado aos 4 de Setembro, os nomes dos

⁸⁵ *O Precursor das Eleições* (2) 01/09/1828, apud Helio Vianna, *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, pp.37-39.

supostos redatores da *Astréa*: Antonio Jozé do Amaral, apresentado como “Sargento Mor [do Corpo] de Engenheiros, residente na Corte, cidadão mui digno de geral estima por sua instrução, capacidade, patriotismo, e pelo seu firme caráter, e inabaláveis sentimentos de liberdade”, e seu cunhado Jozé Joaquim Vieira Souto, também “Sargento Mor [do Corpo] de Engenheiros, muito recomendável pelas suas idéias liberais, e por ser daqueles constitucionais que não vergam, segundo a expressão do *Farol*”. Sobre esse último, dizia ainda que já havia residido na capital mineira, mas que, então, se achava estabelecido na Corte. Esses dois militares eram homens quadragenários: Amaral era Lente da Academia Imperial Militar, Jozé Joaquim era irmão de João Clemente Vieira Souto, casado com uma mineira, e redator ostensivo da *Astréa*.

O quinto nome proposto para a renovação da bancada mineira foi a do Padre Jozé Martiniano d’Alencar (que, como Evaristo, também havia sido sugerido aos mineiros pelo *Astro* no pleito anterior). Os redatores do *Precursor* o apresentavam ao eleitorado mineiro como

natural da Província do Ceará que foi deputado às Cortes de Lisboa, eclesiástico de reconhecido talento e probidade, e tão constitucional quanto o provam as injustas perseguições que sofreu, chegando a ser absolvido por uma comissão militar; passou por esta província [*i.e. Minas Gerais*] quando foi preso para a Corte.

A passagem de Alencar por Ouro Preto se deu aos 16 de Setembro de 1825, quando chegou conduzido por um tenente e algumas praças da Cavalaria de Primeira Linha. Estava preso por seu envolvimento na Confederação do Equador. Alencar partiu no dia seguinte para a Corte, conforme Ofício do então Presidente da Província, Desembargador Jozé Teixeira da Fonseca Vasconcellos (depois Visconde do Caethé) ao Ministro de Estado dos Negócios do Império, Desembargador Estevão Ribeiro de Rezende (depois Conde de Valença).⁸⁶

Alencar tinha então trinta e quatro anos de idade (nascera aos 16 de Outubro de 1794). Depois de estudar no Seminário de Olinda, foi iniciado na Maçonaria e se envolveu com a

⁸⁶ “Termos importantes tomados em Junta pelo Governo Provisorio de Minas Geraes (1821-1822)”, in: *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Anno IX, Fascículos III e IV. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1904, p.676.

N.º 3.º

O PRECURSOR DAS ELEIÇÕES.

QUINTA FEIRA 4 DE SETEMBRO DE 1828.

De quelque manière que les citoyens s'occupent de leurs intérêts, la chose importante, c'est qu'ils s'en occupent.

Benjamin Constant..

DESPRESANDO as contestações periodicas a que podião dar occasião as não justas accusações do Universal, que sem razão combate o nosso estillo, a nossa vontade é conservar amigaveis relações com todos, e por isso vimos seguindo nossa marcha eneeitada no N.º antecedente.

Continuação das pessoas que lembramos para Deputados.

Antonio Joze de Amaral, Sargento Mor de Engenheiros, residente na Corte, Cidadão mui digno de geral estima por sua instrução, capacidade, patriotismo, e pelo seu firme caracter, e inabalaveis sentimentos de liberdade.

Joze Joaquim Vieira Souto, Sargento Mor de Engenheiros, muito recomendavel pelas suas ideas liberaes, e por ser daquelles Constitucionaes que não vergão, seguindo a expressão do Farol. Já residio nesta Capital, e ora se acha na Corte do Imperio.

Joze Martiniano de Alencar, natural da Provincia do Ceará que foi Deputado ás Cortes de Lisboa, Ecclesiastico de reconhecido talento e probidade, e tão Constitucional quanto o provão as injustas perseguições que soffreo, chegando o ser absolvido por humia Commissão Militar: pas-

O Precursor das Eleições, de Ouro Preto.

N.º 3, de 4 de Setembro de 1828.

Imagem extraída da obra *Contribuição à História da Imprensa Brasileira* (1812-1869), de Helio Vianna.

revolução de 1817 no Ceará (razão pela qual foi preso com sua mãe e seus irmãos). Libertado, foi eleito para representar o Ceará nas Cortes de Lisboa, donde voltou para tomar, logo em seguida, assento na Assembléia Geral Constituinte, no Rio de Janeiro. Nessa ocasião, tornaram-se próximos o Padre Alencar e o Padre Jozé Custodio.

Outro clérigo de fora da Província, sugerido ao eleitorado mineiro, foi o Padre Antonio João de Lessa. Os redatores d'*O Precursor das Eleições* o apresentavam como um “eclesiástico de estima, residente em Cantagalo, mui liberal, de grandes conhecimentos e um rico fazendeiro”. Homem cinquentenário, também o Padre Lessa era maçom, sendo muito ligado aos padres da *costa esquerda* da Câmara dos Deputados, especialmente do paulista Feijó, e do mineiro Joze Bento.

O sétimo nome, da renovação proposta aos eleitores mineiros, foi equivocadamente registrado como “José Joaquim de Souza Torres”. Apresentaram-no como “formado há pouco em Matemáticas, Lente da Academia Militar da Corte, muito constitucional e de um caráter firme”. Na verdade, tratava-se de Joaquim José Rodrigues Torres, formado havia coisa de três anos na Universidade de Coimbra, professor substituto da Academia Imperial Militar.

Outro militar a ser proposto para representar a Província de Minas Gerais na Câmara dos Deputados foi o do Brigadeiro Jozé Maria Pinto Peixoto, que havia sido Comandante das Armas da Província de Minas em 1821 e 1822.

Em nono lugar, *O Precursor das Eleições* apresentava o Juiz de Fora da Vila de Pitangui, Doutor Antonio Pinto Chichôrro da Gama, considerado “magistrado amigo dos povos do seu termo, onde muito se tem feito amável”. Baiano de origem, rapaz de vinte oito anos, ainda solteiro: o jovem magistrado era figura cooptada por Vasconcellos entre aqueles que poderiam converter em fórmulas legais os anseios políticos dos homens da *costa esquerda*. Outro nas mesmas condições era o fluminense Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, com a mesma idade e nas mesmas condições que seu colega Chichôrro.

O décimo primeiro nome oferecido à consideração do eleitorado mineiro foi o do jovem magistrado Honório Hermeto Carneiro Leão. Então residente na vizinha Província de São Paulo, Honório desempenhava então as funções de Juiz de Fora da Vila de São Sebastião. Foi descrito pelos redatores do *Precursor* como “aferrado ao sistema constitucional, do que deu exuberantes provas em Coimbra, na ocasião da queda das Cortes de Portugal”. O *Astro de Minas*, anos depois, destacaria a “excessiva agilidade da intriga de que é dotado, apesar de ser tão pequenino”.⁸⁷

Honório Hermeto Carneiro Leão, não raro, era tomado como natural da Imperial Cidade de Ouro Preto, terra natal de sua mãe, embora seu pai fosse natural da Comarca e Vila de Paracatu e seu nascimento houvesse se dado na Vila de Jacuí, na comarca do Rio das Mortes, durante uma viagem feita por seus pais de Paracatu ao Rio de Janeiro.⁸⁸

Ao tempo em que o *Precursor* indicava seu nome ao eleitorado mineiro, Honório tinha vinte e sete anos: nascera aos 11 de Janeiro de 1801, sendo o segundo filho de Antonio Neto Carneiro Leão e de Joana Severina Augusta. Antes de Honório, o casal havia tido uma filha: Balbina Honoria Severina Augusta.

Pelo lado paterno, Honório era neto do minhoto Antonio Neto Carneiro Leão, natural da Cidade do Porto, e da mineira Anna Maria Leme, natural do Arraial do Tijucu, no Distrito Diamantino. Ambos viveram e morreram na Vila de Paracatu, onde o avô de Honório foi

⁸⁷ *Astro de Minas* (1.037), 10/07/1834, p.2.

⁸⁸ LEÃO, Honório Hermeto Carneiro Leão. “Discurso autobiográfico pronunciado no Senado, pelo então Visconde de Paraná, Presidente do Conselho, na sessão de 31 de julho de 1854”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol.236, 1957, pp.275-284; SISSON, Sebastião Augusto. *Galeria dos Brasileiros Illustres*. Rio de Janeiro: Lithographia de S. A. Sisson, Vol. I, 1861, pp.1-2; VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais/Fundação João Pinheiro, 1998, Vol. II, pp.806-811; TEIXEIRA FILHO, Henrique Carneiro Leão. “Honório Hermeto Carneiro Leão. Marquês de Paraná. Do berço de Jacuí ao fastígio do poder – 1801-1856”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol.236, 1957, pp.285-306; VALLADÃO, Alfredo. “O Marquês de Paraná – Da Regência à Maioridade”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol.236, 1957, pp.285-306; GOUVEIA, Maurílio de. *Marquês do Paraná: um varão do Império*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1962. TEIXEIRA FILHO, Henrique Carneiro Leão. “O Marquês de Paraná (fragmentos)”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol.278, 1968, pp.7-34; JANOTTI, Aldo. *O Marquês de Paraná*. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1990.

Capitão de Milícias. Pelo lado materno, Honório era neto de Miguel Alves da Costa e de Maria Roza do Espírito Santo.

Filho de militar, Honório ficou órfão de mãe ainda criança, havendo seu pai contraído segundas núpcias, no dia em que Honório completou seis anos de vida, com Rita de Cassia Soares do Couto. O casamento foi celebrado na Freguesia de Antônio Dias, uma das duas paróquias em que estava dividida a Imperial Cidade de Ouro Preto. Madrasta e enteados eram primos em primeiro grau, haja vista que Rita de Cassia era filha natural do negociante Nicoláo Soares do Couto e de Angelica Alves de Miranda – irmã da finada esposa de Antonio Neto. Seis filhos nasceriam desse segundo casamento do pai de Honório, que com eles foi criado na casa de seu tio afim e avô de criação, Nicoláo Soares do Couto. Uma dessas meia-irmãs de Honório, nascidas do segundo casamento de seu pai, acabou se casando, em 1827, com Manoel Soares do Couto (primo e tio-afim de Honório que, a partir de então, tornava-se também seu cunhado). Manoel Soares do Couto, como já se disse, teve participação na redação d'*O Universal*.

O pai de Honório havia sido um dos revolucionários de 1821: chegou a ser preso pelo último Capitão General de Minas. Ele e o sogro, Nicoláo Soares do Couto, haviam aderido ao partido formado por João Lopes, então Secretário da Província, coalizão essa que se propunha trabalhar pela instalação de uma Junta de Governo, obediente às Cortes, na capital provincial.

Também o jovem Honório tinha um passado marcado pela contestação. Um de seus conhecidos do tempo de Coimbra, com quem haveria de se desavir anos depois, cometeria algumas indiscrições pela imprensa:

O Sr. Honório Hermeto Carneiro Leão é natural da Imperial Cidade de Ouro Preto [sic]. Tendo na mesma cidade freqüentado as aulas dos estudos preparatórios, foi o Sr. Honório à custa das honradas economias da família para a Universidade de Coimbra – *Ut post formatus doctor foret honra perentum...* Na universidade, somente se fez notável pelo gênio atrabilário, que começou a desenvolver: teve uma parte ativa na inauguração da sociedade secreta intitulada a – *Gruta* – que depois transplantou para o Brasil, e cujos fins reconhecidos são a proclamação do governo republicano, de que o Sr. Honório se mostrava nesse tempo apaixonado entusiasta. Antes de voltar ao seu país, teve o Sr. Honório, por vezes, de sofrer amarguras, e dissabores, de que era a causa a sua péssima educação: em Coimbra e na Figueira,

sentia os efeitos do chicote e do cacete [...]! Restituído ao Rio de Janeiro, e, logo depois de instalada a – *Gruta* – nesta cidade, arrefeceram-se as incandescências democráticas do Sr. Honório, e, ralado pelo mais desprezível egoísmo e pela mais insaciável avareza, julgou bons todos os meios que lhe trouxessem dinheiro, popularidade e poder.

Nestes corrompidos princípios, achar-se-á a razão suficiente de todas as ações do Sr. Honório Hermeto Carneiro Leão. Para obter dinheiro, ei-lo levando aos altares uma senhora, *posto que respeitável por suas virtudes, todavia que contava muitos avós no cativeiro*. Para ganhar popularidade e poder, teve ele o instinto de conhecer no Oriente o sol do tribunato de Evaristo, e, ao mesmo tempo em que ia fazer a corte ao freqüentado tetônio, não se esquecia do sol então no Zenith, a Marquesa de Santos, de quem, à custa de homenagens, alcançou em um só dia três despachos: a nomeação de Desembargador, a de Auditor da Marinha e Guerra, e outra que não nos lembra. Amigo íntimo do Ministro Lucio, protegido de Dom Pedro por graça da Marquesa de Santos, e, simultaneamente candidato à deputação, elevado pelo partido que acusava Lucio nas câmaras e conspirava para derribar D. Pedro... Oh! pelo dedo devia conhecer-se o gigante!⁸⁹

A esposa de Honório, que “contava muitos avós no cativeiro” (alusão a seus ascendentes africanos), era sua prima Maria Henriqueta, filha ilegítima de João Neto Carneiro Lemes, rico negociante de escravos estabelecido na Corte (que, embora fosse casado, não tinha filhos legítimos). O trânsito de Honório entre os dois partidos que se digladiavam preconizava a sua política de “conciliação” (a ser implementada na década de 1850). Curiosa ainda é a referência a uma suposta agremiação secreta, chamada *Gruta*, instituída com a finalidade de trabalhar pela implantação da forma de governo republicana no Brasil: o autor desse artigo publicado nas folhas d’*O Universal* estaria a divulgar uma “calúnia atroz” ou uma “verdade malvada”? Diz ele que Honório tomou parte nessa agremiação quando ainda era estudante em Coimbra e que ajudou a revivê-la no Rio de Janeiro. Importante lembrar que foram seus colegas de turma os também candidatos a Deputados por Minas Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho e Antonio Pinto Chichôrro da Gama, que com ele voltaram ao Brasil (e que, na Província de Minas, poderiam usar de seu prestígio para favorecer a eleição de certos nomes à Câmara dos Deputados). Mais importante: diz-se que Honório saiu candidato em 1828 pelo partido que “acusava Lucio nas câmaras e conspirava para derribar D. Pedro” (revelação divulgada em 1840 pela folha que, em 1828, sustentava a candidatura de Honório). Seria essa uma “calúnia atroz” irresponsável ou uma “verdade malvada” auto-

⁸⁹ *O Universal* (86), 29/07/1840, pp.2-4.

comprometedora? Lembre-se, para essa corrente política, a “vaga democrática” era capaz de derrubar e rolar “nas suas espumantes águas o mesmo penedo, cuja dura massa parecia desafiar a mão destrutiva do tempo”.⁹⁰

Por fim, seriam recomendados o Capitão João Antonio de Lemos, negociante em São Gonçalo da Campanha, amigo dos Padres Jozé Custodio e Joze Bento; e o Vice Almirante Manoel Antonio Farinha, Conde de Souzel, que havia sido Ministro de Estado ao tempo da Regência de Dom Pedro. Além desses, foram propostos também nomes para o Conselho de Governo e para o Conselho Geral de Província. Lamentavelmente, Helio Vianna não os registrou, *O Universal* não os comentou, e o Arquivo Nacional não terminou a restauração dos periódicos ao tempo em que este trabalho foi feito...

A disputa pela taxonomia política

A partir, pois, de tais veículos, valendo-se da “calúnia atroz” e da “verdade malvada”, não raramente cegos pela mais sincera incompreensão acerca de si mesmos, de seus adversários, e do país que desejavam governar, os homens de um e outro partido procuraram persuadir os eleitores acerca de quem deveria ser eleito para a legislatura seguinte da Assembléia Geral do Império – depreciando os adversários ao mesmo tempo em que faziam elogios ora velados, ora escancarados a si mesmos.

Aos eleitores, buscaram se apresentar os homens da *costa esquerda* como “Amigos da Causa da Nação”, “Amigos da Constituição”, ou “Amigos da Pátria”, contrapondo-se àqueles a quem chamavam pejorativamente de “Partido Despótico” ou de “vis absolutistas”. Definiam a si mesmos como *Liberais*, sob o argumento de que defendiam “à cara descoberta a Constituição e a liberdade, porque o nosso governo é constitucional e livre”.⁹¹

⁹⁰ *Abelha do Itaculumy* (109), 20/09/1824, pp. 433-435.

⁹¹ *O Universal* (196), 13/10/1828, p.1; *O Universal* (210), 14/11/1828, p.1.

Os homens da *costa direita*, por sua vez, buscavam se apresentar aos eleitores como *Moderados*: pois, por defenderem um governo considerado “constitucional e livre” pelos próprios adversários, também eles se tinham na conta de *Liberais*. O próprio chefe do *partido ministerial*, o Ministro de Estado dos Negócios do Império (Deputado Jozé Clemente Pereira), havia exposto o que pensavam acerca dos homens da *costa esquerda*: “não são *liberais*, são *ultras*”.

A idéia de *moderação*, em que se fundava a identidade política dos homens da *costa direita* (isto é, que formavam o *partido ministerial*), era algo que não podia ser pacificamente admitido pelos homens da *costa esquerda* (isto é, os auto-proclamados *liberais* que formavam o *partido da oposição*). Aceitar tal taxonomia seria o mesmo que aceitar a pecha de “radical” ou “ultra”: daí o permanente esforço pelo controle do vocabulário político.

Nas páginas d’*O Universal*, um correspondente alude aos arranjos eleitorais do partido adversário como “a intriga dos *moderados*”.⁹² O próprio redator d’*O Universal*, ao referir-se aos adversários, começa tratando-os pelo nome com que se apresentavam aos eleitores para, logo em seguida, corrigir-se, negando-lhes até mesmo esse trunfo (o de serem designados por um nome que eles próprios haviam escolhido): “os *moderados* (não dissemos bem: os *corcundas*)”.⁹³

A substituição da identidade assumida pelos homens da *costa direita* por uma outra, que lhe era imputada pelos homens da *costa esquerda*, vinha associada à denúncia de planos de subversão da ordem constitucional estabelecida. Ao contrapor aos *liberais* “certa roda que se alcunha *moderada*”, o redator d’*O Universal* denunciava-a como origem de “cabalas e subornos”. “Os *servis*”, diria o redator da folha *liberal* ouropretana, “intrigam no *escuro da moderação* porque todos os seus planos são contra o governo estabelecido”.⁹⁴ Aos olhos dos homens da *costa esquerda* e seus apoiadores, os homens da *costa direita* e do *partido*

⁹² *O Universal* (214), 24/11/1828, p.4.

⁹³ *O Universal* (235), 12/01/1829, p.2.

⁹⁴ *O Universal* (204), 31/10/1828, p.3.

ministerial eram todos “*servis e absolutistas*, ainda que com a capa se cubram de *Moderados*”.⁹⁵ Nesse sentido, atribuíam-se a “*clubes aristocráticos* (dignos sucessores dos *conventículos exaltados*, cuja existência se preconizara)” a direção do “*partido absolutista*” – acusado de “trabalha[r] com força no derramamento de idéias *aristocrático-despóticas*”.⁹⁶

Aos olhos dos *moderados* (os homens da *costa direita* da Câmara dos Deputados, os homens alçados ao Senado e ao Conselho de Estado, e seus apoiadores), a ordem constitucional era firmada numa combinação de monarquia, aristocracia e democracia – com a predominância do elemento monárquico (limitado pelos demais poderes). Aos olhos dos *liberais* (os homens da *costa esquerda* da Câmara dos Deputados e seus apoiadores), a manutenção da monarquia era uma concessão de momento, a democracia um fim desejado, e a aristocracia um mal a ser extirpado (sob o risco de se ver restaurado no Brasil o “antigo *despotismo*”).

Desnecessário dizer que esse embate identitário (*liberais* versus *moderados*), alicerçado em concepções bastante distintas (e inconciliáveis) da ordem constitucional, durará apenas até o 7 de Abril de 1831, quando a rede de lealdades e identidades políticas se estilhaçará com a Abdicação. Nessa ocasião, o grupo que irá se apoderar do leme do Estado, a fim de legitimar sua posição e suas escolhas políticas (a manutenção do elemento monárquico), buscará se apropriar da idéia de *moderação* – até então tratada com menoscabo. Por essa razão, não podem ser confundidos com os moderados de antes do 7 de Abril aqueles que passaram a se apresentar como tais após essa data. Nem podem as identidades assumidas após a Abdicação serem utilizadas para descrever o embate identitário do período anterior.

⁹⁵ *O Universal* (218), 21/11/1828, p.3.

⁹⁶ *O Universal* (202), 27/10/1828, p.1.

Assim, com um nome tomado aos adversários vencidos, os campeões do 7 de Abril buscarão se distinguir dos *exaltados*, até então seus aliados, com os quais haverão de se desavir por não proclamarem de imediato a sua tão decantada república.⁹⁷

⁹⁷ Para uma análise mais pormenorizada do período posterior ao 7 de Abril (que não é assunto desta tese), vide: BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005. SILVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

CAPÍTULO 6:

O EMBATE NAS URNAS

O Império volta a ter eleições gerais

Para 1828, no que diz respeito à legislação eleitoral, foram mantidas as Instruções exaradas com o Decreto de 26 de Março de 1824. Cada freguesia deveria eleger um número de Eleitores Paroquiais proporcional ao número de lares (*fogos*, no linguajar da época), e a esses cabia eleger os vinte deputados à Assembléia Geral do Império, os seis membros do Conselho de Governo da Presidência da Província, e os vinte e um membros do Conselho Geral da Província (os eleitos em 1824 ainda não haviam se reunido porque se aguardava o Regimento que a Assembléia Geral do Império estava encarregada de elaborar). Além desses, deveriam também eleger um Promotor de Justiça e sessenta cidadãos para comporem o Tribunal do Júri da Comarca em que viviam. Ao todo, cada Eleitor Paroquial deveria fazer *cento e oito nomeações!!!...*

Com autorização do Governo Imperial, o Conselho do Governo de Minas Gerais, sob a presidência do Chantre Francisco Pereira de Santa Apollonia, resolveu descentralizar o processo eleitoral, erigindo algumas localidades à condição de sedes de Colégios Eleitorais (vide Mapa 2). Com tal medida, esperava o Conselho do Governo dar maior comodidade aos Eleitores Paroquiais – que, nalguns casos, precisavam enfrentar grandes distâncias para dar seus votos.

Na Comarca do Rio das Velhas, foram criados os colégios de Caeté e Curvelo (desanexados do de Sabará); na Comarca de Paracatu, os de Salgado e Araxá (aquele desanexado do de Paracatu, enquanto que os eleitores de Araxá e arredores, em 1824, haviam se reunido no Colégio Eleitoral da Vila do Tamanduá, na vizinha Comarca do Rio das Mortes); na Comarca do Serro Frio, o do Tijuco e o da Barra do Rio das Velhas (esse desanexado do de São Romão, na vizinha Comarca de Paracatu; aquele do da Vila do Príncipe); e, na Comarca do Rio das Mortes, foram criados os colégios de São José e Barbacena (desanexados do de São João del-Rei), Baependi e Jacuí (desanexados do de

Mapa 2 – Colégios Eleitorais da Província de Minas Gerais em 1828

Campanha), e o de Queluz (desanexado do colégio da capital provincial, na vizinha Comarca de Ouro Preto, à qual a Vila de Queluz passaria a pertencer tempos depois).¹

Desta forma, sediaram as eleições de 1828: na Comarca de Ouro Preto, a Imperial Cidade de Ouro Preto e a Leal Cidade de Mariana; na Comarca do Rio das Velhas, a Fidelíssima Vila do Sabará, o Julgado de Santo Antônio do Curvelo, a Vila Nova da Rainha do Caeté, e a Vila de Nossa Senhora da Piedade do Pitangui; na Comarca de Paracatu, a Vila de Paracatu do Príncipe, o Julgado de São Romão, o Julgado de Nossa Senhora do Amparo do Brejo do Salgado, e o Julgado de São Domingos do Araxá; na Comarca do Serro Frio, a Vila do Príncipe, o Julgado do Tijuco, o Julgado da Barra do Rio das Velhas, e a Vila de Minas Novas; e, na Comarca do Rio das Mortes, a Vila de São João del-Rei, a Vila de São José, a Nobre e Muito Leal Vila de Barbacena, a Vila de São Bento do Tamanduá, a Vila de Queluz, a Vila da Campanha, a Vila de Santa Maria de Baependi, e a Vila de São Carlos do Jacuí.

Os partidos, que se digladiavam na Câmara dos Deputados, já vinham tomando providências antes mesmo das autoridades provinciais, conforme atesta um correspondente d'*O Universal*:

Quem não viu por aí essa célebre lista de vinte deputados e seis conselheiros de Governo (únicos cargos eletivos que têm subsídios), espalhadas por toda a Província seis meses antes das Eleições?²

Enviavam-se, de um e de outro lado, cartas e emissários a diferentes partes da Província. Quem se sagraria vencedor nas eleições para a Segunda Legislatura? Era chegada a hora de os partidos se enfrentarem nas urnas.

¹ *O Universal* (179), 03/09/1828, pp.1-2.

² *O Universal* (236), 14/01/1829, p.3.

O Colégio Eleitoral da Imperial Cidade de Ouro Preto

Na Imperial Cidade de Ouro Preto, reuniram-se trinta e dois eleitores paroquiais, oriundos das oito freguesias que compunham o termo da capital da Província.

Já na escolha da mesa diretora, viu-se o colégio eleitoral dividido em dois partidos, em processo de crescente hostilidade. De um lado, estavam os adeptos do Deputado João Joze Lopes Mendes Ribeiro, então Presidente da Província, secundado pelo também Deputado João Joaquim da Silva Guimarães, que encabeçavam o partido que se apresentava ao eleitorado com o nome de *moderado*. Do lado contrário, os seguidores do Deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos, então considerado chefe do partido que se alcunhava *liberal*.

Para presidir os trabalhos eleitorais, a maioria indicou o nome de João Joze Lopes (que recebeu vinte e quatro votos) – contra os votos da minoria, que desejava Vasconcellos (este recebeu apenas cinco votos). Para secretários, a maioria elegeu o Coronel Antonio Jozé Peixoto e o Capitão João Joaquim da Silva Guimarães (este com vinte e um votos e aquele com vinte e dois) – contra os votos da minoria, que desejava Francisco de Assis d’Azeredo Coutinho e o Sargento Mor Filipe Joaquim da Cunha e Castro (este, cunhado de Vasconcellos, com quatro votos, e aquele, vizinho e amigo de Vasconcellos, com sete). Para escrutinadores, a maioria elegeu o Capitão Mor Antonio Eulalio da Rocha Brandão e o Padre Manoel Joaquim Ribeiro (ambos com vinte e dois votos) – contra a vontade da minoria, que desejava o Ouvidor Cornelio Ferreira França e o referido Vasconcellos (este com quatro votos, aquele com seis). Assim composta a mesa diretora, passou-se à eleição de Deputados à Assembléia Geral.³

Ao fim da votação, nas trinta e duas listas apuradas, sufragaram-se oitenta e oito nomes (dos quais vinte haviam recebido um único voto). Houve, todavia, nove nomes (quase todos candidatos do *partido moderado*) que reuniram a maioria absoluta dos votos ali

³ Sobre a polêmica na formação da Mesa Diretora do Colégio Eleitoral da Imperial Cidade de Ouro Preto, *vide O Universal* (210), 14/11/1828, Suplemento, pp.1-2; e *O Universal* (212), 19/11/1828, pp.2-3. *Vide tb* o relato transcrito no *Astro de Minas* (166), 09/12/1828, pp.1-2.

prestados (vide Tabela 2.1). Dois nomes, o do Presidente e o do Comandante das Armas da Província, aparecem em mais de dois terços das listas – sendo que aquele obteve o apoio de mais de três quartos da assembléia.

Seguiram-se outros sessenta e oito nomes, com menos votos.⁴ Passou-se então à eleição dos seis membros do Conselho do Governo e à dos vinte e um membros do Conselho Geral da Província, bem como à do Promotor Público de Justiça e à dos sessenta membros do Tribunal do Júri da Comarca de Ouro Preto. Nessas outras eleições, embora de maneira bem menos acentuada, fez-se sentir ainda a influência do *partido moderado*.

Derrotados, os aliados de Vasconcellos não esconderiam a profunda frustração que experimentaram com o resultado da eleição na capital provincial. Um dos partidários de Vasconcellos, o eleitor Francisco de Assis d'Azeredo Coutinho, haveria de escrever, dias depois, a um seu correspondente na Vila do Príncipe:

De trinta e dois eleitores que aqui compareceram, só sete *votaram livremente*, e eu me lisonjeio que estes sete foram os da paróquia de Antônio Dias, onde habito presentemente, vizinho do Vasconcellos. Houveram [*sic*] vivas discussões, Vasconcellos orou, como costume, magistralmente, sobre vários pontos, que não posso agora esmiuçar, mas fundado sempre em lei. O colégio todo apoiava o Vasconcellos. Digo todo, ou quase todo. Mas era ocasião de se por a matéria a votação, só os sete *liberais* de Antônio Dias votavam pela *boa causa* e faziam declarar seus nomes na ata, porque tudo o mais queria fazer o *partido do governo!!!* Enfim, meu amigo, pelo dedo se conhece o gigante: vede a eleição do Ouro Preto que vai n' *O Universal*, e conhecereis qual foi o espírito que animou a máxima parte desse *miserável colégio*.⁵

O redator d' *O Universal*, ao comentar o resultado da eleição em Ouro Preto, não esconderia do público o seu dissabor:

Conquanto respeitemos as pessoas escolhidas, poderemos deixar de estranhar a sem-razão com que o *primeiro Deputado de Minas [isto é, Vasconcellos]* foi privado de uma maioria absoluta, e naquele mesmo colégio onde é mais conhecido e onde seus próprios adversários, tão valentes fora, não tiveram [o] quê opor-lhe sempre que ele falou para dirigir seus desconcertados passos? *Tanto pode a vil lisonja ou o medo do Poder!!!*⁶

⁴ *Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Imperial Cidade de Ouro Preto*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 47.

⁵ *Carta de Francisco de Assis d'Azeredo Coutinho a Joaquim Pereira Queiroz (Ouro Preto: 29 de Novembro de 1828)*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Fundo ALP, Série 3-2, caixa 2, documento 64.

⁶ *O Universal* (218), 21/11/1828, p.2.

Tabela 2.1 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados na Cidade de Ouro Preto (1828)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Dr. João Jose Lopes Mendes Ribeiro	Deputado por Minas, Presidente da Província	Ouro Preto (MG)	25
Cel. Francisco de Assis e Lorena	Comandante das Armas da Província	Ouro Preto (MG)	22
Dr. Cornelio Ferreira França	Ouvidor da Comarca do Ouro Preto	Ouro Preto (MG)	21
Pe. Geraldo Leite Bastos	...	Corte	21
Cap. João Joaquim da Silva Guimarães	Empregado público, Deputado por Minas	Ouro Preto (MG)	21
Côn. Dr. Joaquim Jose Lopes Mendes Ribeiro	Pároco de Piranga, Deputado por Minas	Mariana (MG)	21
Dr. Joaquim José do Amaral	Juiz de Fora da Imperial Cidade do Ouro Preto	Ouro Preto (MG)	20
Desemb. Antonio Augusto Monteiro de Barros	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	19
Pe. Manoel Joaquim Ribeiro	Lente de Filosofia	Ouro Preto (MG)	19
Dr. Manoel Fernandes Correia Pinto	Juiz de Fora da Fidelíssima Vila do Sabará	Sabará (MG)	16
Dr. Antonio Jose Monteiro de Barros	Juiz de Fora da Leal Cidade de Mariana	Mariana (MG)	15
Côn. Joze Bento Leite Ferreira de Mello	Pároco de Pouso Alegre, Deputado por Minas	Campanha (MG)	15
Vig. Antonio Jose da Silva	Pároco de Uberaba	Uberaba (MG)	14
Sarg. Mor Antonio Jose Ferreira Bretas	Empregado na Contadoria da Junta da Fazenda	Ouro Preto (MG)	14
Cel. Lourenço Antonio Monteiro	Comandante do Batalhão de Cavalaria n.º 23	Ouro Preto (MG)	14
Desemb. Bernardo Pereira de Vasconcellos	Magistrado, Deputado por Minas	Ouro Preto (MG)	12
Te. Gal. Joaquim de Oliveira Alvares	Ministro de Estado dos Negócios da Guerra	Corte	12
Desemb. Joze Antonio da Silva Maya	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	12
Cons. Joze de Rezende Costa	Empregado público, Deputado por Minas	Corte	11
Te. Cel. José Feliciano Pinto Coelho da Cunha	Proprietário	Caeté (MG)	11
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			32

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Tabela 2.2 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados na Cidade de Mariana (1828)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Desemb. Bernardo Pereira de Vasconcellos	Magistrado, Deputado por Minas	Ouro Preto (MG)	60
Desemb. Joze Antonio da Silva Maya	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	55
Dr. Antonio Jose Monteiro de Barros	Juiz de Fora da Leal Cidade de Mariana	Mariana (MG)	51
Desemb. Joze Cesario de Miranda Ribeiro	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	47
Desemb. Antonio Augusto Monteiro de Barros	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	45
Desemb. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	39
Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho	Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei	S. João del-Rei (MG)	38
Dr. Marcianno Pereira Ribeiro	Médico	Porto Alegre (RS)	38
Dr. João Jose Lopes Mendes Ribeiro	Deputado por Minas, Presidente da Província	Ouro Preto (MG)	35
Desemb. Candido Joze de Araujo Viana	Magistrado, Deputado por Minas	Alagoas (AL)	34
Sarg. Mor Gomes Freire de Andrada	Ajudante de Ordens do Comandante das Armas	Ouro Preto (MG)	34
Côn. Joze Bento Leite Ferreira de Mello	Pároco de Pouso Alegre, Deputado por Minas	Campanha (MG)	34
Brig. Raymundo Joze da Cunha Mattos	Militar, Deputado por Goiás	Corte	34
Cap. Mor Custodio Jozé Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Jacuí (MG)	33
Dr. João Baptista Monteiro de Barros	Capitão do Corpo de Engenheiros	Ouro Preto (MG)	31
Côn. Dr. Joaquim Jose Lopes Mendes Ribeiro	Pároco de Piranga, Deputado por Minas	Mariana (MG)	31
Pe. Jozé Custodio Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Corte	30
Pe. Dr. Antonio Maria de Moira	Lente do Curso Jurídico de São Paulo	São Paulo (SP)	26
Desemb. Francisco de Paula Pereira Duarte	Chanceler da Relação do Maranhão	São Luís (MA)	26
Cap. Manoel Jozé Monteiro de Barros	Escrivão da Junta da Fazenda Provincial	Ouro Preto (MG)	26
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			75

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

A “salvação da Pátria”, para os *liberais* de Ouro Preto, não viria da capital provincial...

O Colégio Eleitoral da Leal Cidade de Mariana

Na Leal Cidade de Mariana, reuniram-se setenta e cinco eleitores paroquiais, oriundos das quatorze freguesias que compunham aquele termo municipal.

Para presidir os trabalhos eleitorais, foi escolhido o Juiz de Fora da Leal Cidade de Mariana, o Doutor Antonio Jose Monteiro de Barros – o qual, além de ser cunhado do Deputado Joze Cesario de Miranda Ribeiro, era também sobrinho do Visconde de Congonhas do Campos, Senador pela Província de São Paulo, e do Cônego Marcos Antonio Monteiro de Barros, Senador pela Província de Minas Gerais (o qual, na qualidade de Eleitor Paroquial, encontrava-se em Mariana para prestar o seu voto). Também foram indicados para compor a mesa diretora do colégio eleitoral, como secretários, o Professor Cyprianno Celestino Augusto de Figueiredo e o Sargento Mor Jacinto Pereira Ribeiro (primo do Deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos); e, como escrutinadores, o Arcipreste Joam Baptista de Figueiredo e o Desembargador Manoel Ignacio de Mello e Souza (então Deputado por Minas à Assembléia Geral e amigo de Vasconcellos).

Além dessas notabilidades, escolhidas para dirigirem os trabalhos eleitorais, não se pode deixar de mencionar o Cônego Joaquim Jozé Lopes Mendes Ribeiro, Vigário Paroquial da Freguesia de Piranga e Deputado por Minas à Assembléia Geral. Candidato à reeleição com o apoio dos que se alcunhavam *moderados*, o irmão do Presidente da Província, embora não tivesse sido escolhido eleitor paroquial, ainda assim contava com os votos de alguns membros do colégio eleitoral – e trabalhava pela eleição de seus aliados.

Ao fim da votação, nas setenta e cinco listas apuradas, sufragaram-se cento e vinte e sete nomes (dos quais vinte haviam recebido um único voto). Houve, todavia, oito nomes que reuniram a maioria absoluta dos votos ali prestados (vide Tabela 2.2). Três nomes aparecem

em mais de dois terços das listas: o do Deputado Vasconcellos, o do Deputado Maya, e o do Juiz de Fora Antonio Jose Monteiro de Barros (sendo que, destes, o Deputado Vasconcellos chegou a ser indicado por mais de três quartos da assembléia).

Seguiram-se outros cento e sete nomes, com menos votos.⁷ Passou-se então à eleição dos seis membros do Conselho do Governo e à dos vinte e um membros do Conselho Geral da Província, bem como à do Promotor Público de Justiça e à dos sessenta membros do Tribunal do Júri da Comarca de Ouro Preto. Nessas outras eleições, de modo geral, prevaleceu o espírito do *partido liberal*.

Sobre o resultado obtido no Colégio Eleitoral da Leal Cidade de Mariana, assim se manifestou o redator d'*O Universal*:

Em Mariana, o *nosso Deputado* teve sessenta votos em setenta e cinco listas – e, excetuando-se os *bons Pirangueiros*, surpreendidos em número de quatorze, pôde-se contar a flux a votação no Sr. Vasconcellos. Vivam os Marianenses! O resto da eleição, com *pequeno desconto*, foi todo *em sentido liberal* [...].⁸

A vantagem sobre os *moderados* no colégio mais vizinho (e o terceiro maior da Província) animou, como se vê, os *liberais* de Ouro Preto.⁹

Os votos do Colégio Eleitoral da Leal Cidade de Mariana contribuíram ainda para eleger o Deputado Vasconcellos para o lugar de Promotor Público de Justiça da Comarca de Ouro Preto (derrotando assim o candidato apoiado pelo *partido moderado*, que venceu Vasconcellos na eleição realizada na capital provincial).

No que diz respeito à escolha dos vinte e um membros do Conselho Geral da Província, Vasconcellos foi indicado por quase três quartos do eleitorado marianense, numa coligação articulada para elegê-lo ao lado do Doutor Theotônio Alvares de Oliveira Maciel,

⁷ *Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Leal Cidade de Mariana*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 41.

⁸ *O Universal* (213), 21/11/1828, p.4. Ao chamar de “*bons Pirangueiros*” os quatorze Eleitores Paroquiais que negaram seus votos a Vasconcellos, o redator d'*O Universal* fez um trocadilho: ao mesmo tempo em que os chama de pedinches e miseráveis, fazia também alusão à Freguesia de Piranga, da qual era Vigário Paroquial o Deputado Cônego Joaquim Jozé Lopes Mendes Ribeiro, principal influência do partido moderado em Mariana...

⁹ O Colégio Eleitoral da Leal Cidade de Mariana era, de direito, o terceiro maior da Província de Minas Gerais: perdia apenas para o da Vila da Campanha e o da Vila de Minas Novas. Na prática, porém, acabou sendo, em 1828, o segundo maior, pois mais de um terço do eleitorado deixou de comparecer às eleições em Minas Novas.

do Arcipreste Joam Baptista de Figueiredo, do Desembargador Manoel Ignacio de Mello e Souza (todos os três residentes no termo municipal da Leal Cidade de Mariana e, por conseguinte, protetores da candidatura de Vasconcellos naquele colégio, do qual faziam parte como eleitores paroquiais), e do Coronel Romualdo Joze Monteiro de Barros (residente no termo municipal da Imperial Cidade de Ouro Preto, mas pai do presidente daquele colégio, o Doutor Antonio Jose Monteiro de Barros – o qual, na eleição de Deputados à Assembléia Geral do Império, conseguira reunir, para si e para Vasconcellos, a imensa maioria dos votos).¹⁰

-x-

O Colégio Eleitoral da Fidelíssima Vila do Sabará

Na Fidelíssima Vila do Sabará, cabeça da Comarca do Rio das Velhas, reuniram-se sessenta e seis eleitores paroquiais, procedentes das nove freguesias que compunham aquele termo municipal.

A fim de dirigir os trabalhos eleitorais, foram escolhidos, para presidente, o Tenente Coronel Antonio da Costa Moreira; para secretários, o Sargento Mor Manoel de Araujo da Cunha (pai do Deputado Candido Joze de Araujo da Cunha) e o Tenente Coronel Antonio Martins da Costa; e, para escrutinadores, o Padre Antonio Alves Pacheco, e o Tenente Coronel Francisco Lopes de Abreu.

¹⁰ Na indicação de membros para o Conselho Geral da Província, cada Eleitor Paroquial deveria apontar vinte e um nomes. Nas setenta e cinco listas apuradas no Colégio Eleitoral da Leal Cidade de Mariana, foram os mais votados: o Doutor Theotonio Alvares de Oliveira Maciel (com sessenta e quatro votos); o Arcipreste Joam Baptista de Figueiredo (com sessenta votos), o Desembargador Manoel Ignacio de Mello e Souza (com cinquenta e seis votos), o Coronel Romualdo Joze Monteiro de Barros (com cinquenta e cinco votos), e o Deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos (com cinquenta e quatro votos), seguidos de outros tantos, com menos votos. *Vide O Universal* (221), 10/12/1828, pp.2-3.

Quarto maior Colégio Eleitoral da Província de Minas Gerais¹¹, Sabará estava sob a influência do Deputado Joze Antonio da Silva Maya, antigo Juiz de Fora da Fidelíssima Vila do Sabará. Candidato à reeleição pelo *partido liberal*, Maya contava também com o apoio do *partido moderado*. Além do Deputado Maya, também o Deputado Candido Joze de Araujo Viana gozava de prestígio junto ao eleitorado sabarense: havia amigos e familiares seus compondo esse colégio eleitoral, de cuja mesa diretora fazia parte seu pai.

Ao fim da votação, nas sessenta e seis listas apuradas, sufragaram-se cento e trinta e seis nomes (dos quais trinta e cinco haviam recebido um único voto). Reuniram a maioria absoluta dos votos ali prestados (vide Tabela 2.3) doze nomes (a maioria candidatos do *partido liberal*) – dos quais cinco foram votados por mais de dois terços do eleitorado (sendo que, destes, quatro obtiveram o apoio de mais de três quartos da assembléia). Encabeçaram a votação os Deputados Maya e Padre Jozé Custodio – então considerados “campeões do partido liberal”.

Seguiram-se outros cento e dezesseis nomes, com menos votos.¹² Passou-se então à eleição dos seis membros do Conselho do Governo e à dos vinte e um membros do Conselho Geral da Província, bem como à do Promotor Público de Justiça e à dos sessenta membros do Tribunal do Júri da Comarca do Rio das Velhas.

No que diz respeito à indicação de seis nomes para o Conselho do Governo, o eleitorado sabarense esteve bastante dividido. Apenas um nome obteve a maioria absoluta dos votos ali prestados: o Doutor Santa Apollonia (cuja candidatura era sustentada por Vasconcellos e seus partidários). Mesmo não obtendo maioria absoluta, obtiveram maioria

¹¹ O Colégio Eleitoral da Fidelíssima Vila do Sabará era, de direito, o quarto maior da Província de Minas Gerais: perdia apenas para o da Vila da Campanha, o da Vila de Minas Novas, e o da Leal Cidade de Mariana. Como, em Minas Novas, mais de um terço do eleitorado deixou de comparecer às eleições, Sabará acabou sendo, de fato, o terceiro maior colégio da província.

¹² *Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Fidelíssima Vila do Sabará*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 25.

Tabela 2.3 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados na Vila de Sabará (1828)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Desemb. Joze Antonio da Silva Maya	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	59
Pe. Jozé Custodio Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Corte	51
Desemb. Ant.º de Azevedo Mello e Carvalho	...	...	50
Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho	Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei	S. João del-Rei (MG)	50
Dr. Antonio Pinto Chichôrro da Gama	Juiz de Fora da Vila de Pitangui	Pitangui (MG)	49
Desemb. Bernardo Pereira de Vasconcellos	Magistrado, Deputado por Minas	Ouro Preto (MG)	43
Desemb. Jozé Carlos Per.ª de Almeida Torres	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	43
Desemb. Joze Cesario de Miranda Ribeiro	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	43
Brig. Raymundo Joze da Cunha Mattos	Militar, Deputado por Goiás	Corte	39
Desemb. Candido Joze de Araujo Viana	Magistrado, Deputado por Minas	Alagoas (AL)	35
Desemb. Antonio Paulino Limpo de Abreo	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	34
Côn. Joze Bento Leite Ferreira de Mello	Pároco de Pouso Alegre, Deputado por Minas	Campanha (MG)	34
Pe. Dr. Antonio Maria de Moira	Lente do Curso Jurídico de São Paulo	São Paulo (SP)	32
Sarg. Mor Manoel Joze Pires da Silva Pontes	Proprietário	Caeté (MG)	29
Cap. Mor Custodio Jozé Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Jacuí (MG)	27
Desemb. Bernardo Jozé da Gama	...	Corte	26
Dr. João Joze Lopes Mendes Ribeiro	Deputado por Minas, Presidente da Província	Ouro Preto (MG)	26
Côn. Antonio da Roxa Franco	Pároco de Curvelo, Deputado por Minas	Curvelo (MG)	25
Pe. Jozé Martiniano d'Alencar	Proprietário	Crato (CE)	21
Sarg. Mor Luiz Augusto May	Deputado por Minas, redator do <i>Malagueta</i>	Corte	21
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			66

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Tabela 2.4 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados no Julgado do Curvelo (1828)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Côn. Antonio da Roxa Franco	Pároco de Curvelo, Deputado por Minas	Curvelo (MG)	28
Desemb. Joze Antonio da Silva Maya	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	28
Desemb. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	27
Dr. Manoel Fernandes Correia Pinto	Juiz de Fora da Fidelíssima Vila do Sabará	Sabará (MG)	27
Desemb. Joze Bernardo de Figueiredo	Ministro do Supremo Tribunal de Justiça	Corte	27
Desemb. Candido Joze de Araujo Viana	Magistrado, Deputado por Minas	Alagoas (AL)	26
Dr. João Joze Lopes Mendes Ribeiro	Deputado por Minas, Presidente da Província	Ouro Preto (MG)	25
Desemb. Joze Cesario de Miranda Ribeiro	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	25
Te. Gal. Joaquim de Oliveira Alvares	Ministro de Estado dos Negócios da Guerra	Corte	24
Desemb. Manoel Antonio Galvão	Magistrado, Deputado pela Bahia	Corte	24
Cel. Francisco de Assis e Lorena	Comandante das Armas da Província	Ouro Preto (MG)	24
Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho	Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei	S. João del-Rei (MG)	23
Côn. Antonio Marques de Sampaio	Pároco de Barbacena, Deputado por Minas	Barbacena (MG)	23
Ch. de Div. Miguel de Souza Mello e Alvim	Ministro de Estado dos Negócios da Marinha	Corte	23
Sarg. Mor Manoel Joze Pires da Silva Pontes	Proprietário	Caeté (MG)	22
Côn. Dr. Joaquim Joze Lopes Mendes Ribeiro	Pároco de Piranga, Deputado por Minas	Mariana (MG)	21
Cel. Lourenço Antonio Monteiro	Comandante do Batalhão de Cavalaria n.º 23	Ouro Preto (MG)	21
Dr. Joaquim José do Amaral	Juiz de Fora da Imperial Cidade do Ouro Preto	Ouro Preto (MG)	18
Cons. Joze de Rezende Costa	Empregado público, Deputado por Minas	Corte	18
D. Romualdo Antonio de Seixas	Arcebispo da Bahia, Deputado pela Bahia	Salvador (BA)	13
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			29

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

relativa dos votos Vasconcellos e seus principais aliados no Conselho do Governo: o Desembargador Manoel Ignacio e o Doutor Theotonio Maciel.¹³

A indicação de vinte e um nomes para o Conselho Geral da Província, por sua vez, encontrou menor dissenso entre os eleitores: houve onze nomes (todos de notabilidades locais), que receberam a maioria absoluta dos votos ali prestados. Entre esses onze nomes, encontram-se notabilidades ligadas a ambos os partidos.¹⁴

O Colégio Eleitoral do Julgado de Santo Antônio do Curvelo

No Julgado de Santo Antônio do Curvelo, pertencente à Fidelíssima Vila do Sabará, reuniram-se vinte e nove eleitores paroquiais.

A mesa diretora deste colégio eleitoral ficou assim composta: para presidente, o Capitão Alberto da Silva Oliveira Rollim; para secretários, Jeronimo Ribeiro da Costa, e Antonio Joze de Magalhaens; e, para escrutinadores, o Padre Reginaldo de Araujo Lima, e Luiz Euzebio de Azevedo.

No Curvelo, gozava de grande prestígio o Deputado Antonio da Roxa Franco, Vigário Paroquial daquela Freguesia. Candidato à reeleição pelo *partido moderado*, por sua causa pouca esperança tinha o *partido liberal* de obter algum sucesso junto ao eleitorado curvelano. O redator do periódico ouro-pretano *O Universal* chegou a noticiar, em meados do mês de

¹³ Os seis nomes mais votados pelo eleitorado sabarense para o Conselho do Governo foram: o Chantre Doutor Francisco Pereira de Santa Apollonia (com quarenta votos), o Desembargador Manoel Ignacio de Mello e Souza (com trinta e dois votos), o Deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos (com trinta votos), o Doutor Theotonio Alvares de Oliveira Maciel (com vinte e quatro votos), o Cônego Doutor Joze Alvares do Couto Saraiva (com dezenove votos), e o Vigário Luiz Jozé Dias Custodio (com dezessete votos). Seguiram-se outros tantos nomes, com menos votos.

¹⁴ Os onze nomes que obtiveram a maioria absoluta dos votos para o Conselho Geral da Província no Colégio Eleitoral da Fidelíssima Vila do Sabará foram: o Capitão Mor Manoel de Araujo da Cunha (com cinqüenta e dois votos), o Capitão Mor Quintiliano Rodrigues da Roxa Franco (com cinqüenta e um votos), o Coronel Francisco Lopes de Abreu (com cinqüenta votos); o Tenente Coronel Antonio da Costa Moreira (com quarenta e três votos), o Sargento Mor Manoel Joze Pires da Silva Pontes (com quarenta e um votos), o Comendador Manoel Ribeiro Viana (com trinta e oito votos), o Tenente Coronel José Feliciano Pinto Coelho da Cunha (com trinta e sete votos), o Capitão Mor Ignacio Antonio Cesar (com trinta e seis votos), o Coronel Pedro Gomes Nogueira (com trinta e cinco votos), o Coronel Jacinto Pinto Teixeira (com trinta e quatro votos), e o Comendador João Baptista Ferreira de Souza Coutinho (com trinta e quatro votos). Seguiram-se outros tantos nomes, com menos votos.

Outubro, que o Vigário Franco, ao fim dos trabalhos legislativos, partira da Corte para o Curvelo a toda a pressa, a fim de chegar a tempo das eleições (e, portanto, influenciar seu resultado).¹⁵

Realizada a votação, nas vinte e nove listas apuradas, sufragaram-se setenta e três nomes (dos quais trinta haviam recebido um único voto). Houve, todavia, dezenove nomes (praticamente todos candidatos do *partido moderado*) que reuniram a maioria absoluta dos votos ali prestados (vide Tabela 2.4) – dos quais dezessete foram votados por mais de dois terços do eleitorado (sendo que, destes, quinze obtiveram o apoio de mais de três quartos da assembléia). Encabeçou a votação, como já era esperado, o Vigário Franco.

Seguiram-se outros cinqüenta e três nomes, com menos votos.¹⁶ Passou-se então à eleição dos seis membros do Conselho do Governo e à dos vinte e um membros do Conselho Geral da Província, bem como à do Promotor Público de Justiça e à dos sessenta membros do Tribunal do Júri da Comarca do Rio das Velhas. Não se localizou ata alguma dessas outras eleições, mas é de se esperar que nelas também tenham predominado as influências *moderadas* já sentidas na indicação de nomes à Câmara dos Deputados.

Sobre a eleição no Curvelo, comentou o redator d'*O Universal* (dando-nos uma preciosa pista sobre a relação de nomes disseminada pelo partido adversário):

O nosso amigo e correspondente – que se assinou, no número 207, “O que se admira do que vê” – mostrou-nos uma das listas de que tratava na sua correspondência, e, conferindo-a com esta eleição do Curvelo, *achamos exata a cópia que levou o Senhor Roxa Franco*, segundo dizem.¹⁷

¹⁵ *O Universal* (197), 15/10/1828, p.3.

¹⁶ *Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral do Julgado de Santo Antônio do Curvelo*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 39.

¹⁷ *O Universal* (221), 10/12/1828, p.2.

Por causa da derrota sofrida no Curvelo, os *liberais* haveriam de repudiar este Colégio Eleitoral, taxando-o de *servil* e *cativo* (razão pela qual o equiparavam ao de Ouro Preto, pelo qual sentiam um desprezo talvez ainda maior).¹⁸

O Colégio Eleitoral da Vila Nova da Rainha do Caeté

Na Vila Nova da Rainha do Caeté, a fim de formar o colégio eleitoral, reuniram-se quarenta e três eleitores paroquiais das quatro freguesias que compunham aquele termo municipal.

A direção dos trabalhos eleitorais coube ao Capitão Mor João Baptista Ferreira de Souza Coutinho, escolhido presidente pela maioria do eleitorado. Para ocuparem a função de secretários, foram eleitos o Sargento Mor Manoel Joze Pires da Silva Pontes e o Tenente Coronel José Feliciano Pinto Coelho da Cunha; para escrutinadores, o Coronel Felicio Moniz Pinto Coelho da Cunha e o Tenente Coronel Jozé de Mello de Souza e Almeida Brandão e Menezes.

Buscou influir junto ao eleitorado caeteense, no sentido de favorecer o *partido moderado*, o Senador Antonio Gonçalves Gomide. Também com a influência do Sargento Mor Manoel Joze Pires da Silva Pontes, membro da mesa diretora deste colégio eleitoral, esperava contar o *partido do governo* (que chegou a incluir seu nome nas listas de candidatos que espalhou pela Província de Minas Gerais).

O *partido liberal*, por sua vez, contava com a ação decisiva do Tenente Coronel José Feliciano Pinto Coelho da Cunha – que não só compunha, ao lado de um tio, a mesa diretora deste colégio eleitoral, como também aparecia na lista de candidatos ao Conselho Geral da Província que o partido disseminou por Minas Gerais.

¹⁸ Carta de Francisco de Assis d'Azeredo Coutinho a Joaquim Pereira Queiroz (Ouro Preto: 29 de Novembro de 1828). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Fundo ALP, Série 3-2, caixa 2, documento 64.

Ao fim da votação, nas quarenta e três listas apuradas, sufragaram-se cento e três nomes (dos quais vinte e três haviam recebido um único voto). Reuniram a maioria absoluta dos votos ali prestados (vide Tabela 2.5) dez nomes (quase todos candidatos do *partido liberal*) – dos quais quatro (justamente os membros da *vanguarda do partido liberal*) foram votados por mais de dois terços do eleitorado (sendo que, destes, dois obtiveram o apoio de mais de três quartos da assembléia – justamente os Deputados Vasconcellos e Jozé Custodio Dias).

Seguiram-se outros oitenta e um nomes, com menos votos.¹⁹ Passou-se então à eleição dos seis membros do Conselho do Governo e à dos vinte e um membros do Conselho Geral da Província, bem como à do Promotor Público de Justiça e à dos sessenta membros do Tribunal do Júri da Comarca do Rio das Velhas.

No que diz respeito à eleição para o Conselho do Governo, a maioria absoluta do eleitorado caeteense esteve de acordo quanto a três: Vasconcellos, o Doutor Santa Apollonia e o Capitão Mor João Baptista Ferreira de Souza Coutinho (todos os três participantes do Conselho do Governo em funcionamento desde 1825, sendo o terceiro uma notabilidade local). Logo em seguida, com maioria relativa de votos, vinham Manoel Joze Pires da Silva Pontes (outra notabilidade local), o Desembargador Manoel Ignacio, e o Doutor Theotonio Maciel (estes dois aliados de Vasconcellos no Conselho do Governo de então).²⁰

Na indicação de vinte e um nomes para o Conselho Geral da Província, seis nomes conseguiram em Caeté a maioria absoluta dos votos: Vasconcellos, o Desembargador Manoel Ignacio, o Doutor Santa Apollonia, e três notabilidades locais (o Sargento Mor Manoel Joze

¹⁹ *Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila Nova da Rainha do Caeté*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 100, documento 7.

²⁰ Para o Conselho do Governo, foram os nomes mais votados pelo eleitorado caeteense: Bernardo Pereira de Vasconcellos (com trinta e um votos), Francisco Pereira de Santa Apollonia (com trinta e um votos), João Baptista Ferreira de Souza Coutinho (com vinte e quatro votos), Manoel Joze Pires da Silva Pontes (com vinte votos), Manoel Ignacio de Mello e Souza (com dezoito votos), Theotonio Alvares de Oliveira Maciel (com dezessete votos). Seguiram-se outros tantos nomes, com menos votos. *O Universal* (220), 08/12/1828, pp.2-4.

Pires da Silva Pontes, e os irmãos José Feliciano e Antonio Caetano Pinto Coelho da Cunha).²¹

O resultado dessa votação, favorável aos partidários de Vasconcellos, ao chegar aos ouvidos dos *liberais* de Ouro Preto, encheu-os de ânimo. O redator d'*O Universal*, a fim de relatar a notícia do ocorrido em Caeté aos aliados das demais partes da Província, ufanou-se:

Os *Liberais* acabam de triunfar no Colégio de Caeté. Os *candidatos constitucionais* obtiveram ali a maioria dos votos. O Sr. Vasconcellos teve 43 votos em 44 listas [sic], e dizem que o único que nele não votou foi o célebre Coronel Médico [isto é, o Senador Antonio Gonçalves Gomide].²²

Um correspondente d'*O Universal*, que havia sido Eleitor Paroquial em Caeté, haveria de fornecer maiores detalhes sobre os bastidores daquela eleição:

No Colégio desta Vila, só um *Egoísta* e reconhecido... não votou no Sr. Vasconcellos! Os que se lhe seguiram são todos *Constitucionais*! Ah, Sr. Redator, se Vm. visse o que por cá fizeram para empurrar-nos a lista dos *Alvares, Gouvêas, Francos, Sampaio*s etc. Os tais que andaram por aqui com a *comissão do suborno* levaram a mais solene caçoada que se tem visto, porque alguns aceitaram as listas para se livrarem da sarna, e, depois, as lançaram ao fogo e votaram segundo suas consciências.²³

Esse mesmo correspondente, identificando-se com o ideário liberal (subscreveu-se *Um Eleitor Constitucional*), haveria de hostilizar os que se apresentavam como *moderados*. Paradoxalmente, pouparia o então Presidente da Província João Lopes, chegando não só a dissociá-lo do partido adversário, como também a justificar os eleitores caeteenses, seus colegas:

O nosso Excelentíssimo Presidente [da Província] (sinto dizê-lo) teve, em quarenta e três listas, onze votos – e a causa de tal minoridade, segundo me dizem, foi saber-se aqui que Sua Excelência obtinha, em outros Colégios, a maioria absoluta, e que, portanto, não convinha que outros dignos perdessem os votos que perdem em outras partes pelas intrigas dos *moderados*.²⁴

²¹ Para o Conselho Geral da Província, obtiveram maioria absoluta dos votos em Caeté: Bernardo Pereira de Vasconcelos (com trinta e sete votos), José Feliciano Pinto Coelho da Cunha (com trinta e seis votos), Manoel Joze Pires da Silva Pontes (com trinta votos), Manoel Ignacio de Mello e Souza (com vinte e oito votos), Antonio Caetano Pinto Coelho (com vinte e cinco votos), Francisco Pereira de Santa Apollonia (com vinte e cinco votos). Seguiram-se outros tantos nomes, com menos votos. *O Universal* (220), 08/12/1828, pp.2-4.

²² *O Universal* (213), 21/11/1828, pp.3-4.

²³ *O Universal* (214), 24/11/1828, p.4.

²⁴ *Ibidem*.

Tabela 2.5 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados na Vila de Caeté (1828)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Desemb. Bernardo Pereira de Vasconcellos	Magistrado, Deputado por Minas	Ouro Preto (MG)	40
Pe. Jozé Custodio Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Corte	36
Cap. Mor Custodio Jozé Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Jacuí (MG)	30
Côn. Joze Bento Leite Ferreira de Mello	Pároco de Pouso Alegre, Deputado por Minas	Campanha (MG)	30
Pe. Jozé Martiniano d'Alencar	Proprietário	Crato (CE)	26
Dr. Antonio Pinto Chichôrro da Gama	Juiz de Fora da Vila de Pitangui	Pitangui (MG)	23
Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho	Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei	S. João del-Rei (MG)	23
Sarg. Mor Manoel Joze Pires da Silva Pontes	Proprietário	Caeté (MG)	23
Dr. Honorio Hermeto Carneiro Leão	Juiz de Fora da Vila de São Sebastião	São Sebastião (SP)	22
Desemb. Manoel Ignacio de Mello e Souza	..., Deputado por Minas	Mariana (MG)	22
Te. Cel. Manoel Vieira Couto	Empregado na Administração Diamantina	Tijuco (MG)	20
Desemb. Joze Antonio da Silva Maya	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	20
Pe. Januario da Cunha Barboza	Lente de Filosofia, Deputado pelo Rio de Janeiro	Corte	17
Desemb. Joze Cesario de Miranda Ribeiro	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	17
Cap. João Baptista Reis	Advogado	Corte	16
Te. Cel. José Feliciano Pinto Coelho da Cunha	Proprietário	Caeté (MG)	16
Dr. Joaquim Candido Soares de Meirelles	Médico	Corte	15
Vig. Joze Julio de Araujo Viana	Vigário da Vara e Professor de Gramática Latina	Pitangui (MG)	15
Dr. Cornelio Ferreira França	Ouvidor da Comarca do Ouro Preto	Ouro Preto (MG)	14
Dr. Francisco Garcia Adjuto	Ouvidor da Comarca de Paracatu	Paracatu (MG)	14
Cap. Mor João Baptista de S. ^{za} Ferr. ^a Coutinho	Proprietário	Caeté (MG)	14
Cap. João Joaquim da Silva Guimarães	Empregado público, Deputado por Minas	Ouro Preto (MG)	14
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			43

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Tabela 2.6 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados na Vila de Pitangui (1828)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Dr. Antonio Pinto Chichôrro da Gama	Juiz de Fora da Vila de Pitangui	Pitangui (MG)	47
Desemb. Bernardo Pereira de Vasconcellos	Magistrado, Deputado por Minas	Ouro Preto (MG)	47
Cap. Mor Custodio Jozé Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Jacuí (MG)	46
Côn. Joze Bento Leite Ferreira de Mello	Pároco de Pouso Alegre, Deputado por Minas	Campanha (MG)	46
Pe. Jozé Custodio Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Corte	46
Dr. Honorio Hermeto Carneiro Leão	Juiz de Fora da Vila de São Sebastião	São Sebastião (SP)	45
Baptista Caetano d'Almeida	Negociante, protetor da folha <i>Astro de Minas</i>	S. João del-Rei (MG)	44
Pe. Dr. Antonio Maria de Moira	Lente do Curso Jurídico de São Paulo	São Paulo (SP)	35
Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho	Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei	S. João del-Rei (MG)	32
Cel. Martim Francisco Ribeiro de Andrada	Proprietário	Egresso do exílio	32
Desemb. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada	Proprietário	Egresso do exílio	28
Gabriel Francisco Junqueira	Proprietário	S. João del-Rei (MG)	27
Te. Antonio Alves da Silva	Negociante	Pitangui (MG)	26
Pe. Francisco de Souza Coelho	Proprietário	Pitangui (MG)	26
Dr. Manoel Gomes da Fonseca	Médico, Deputado por Pernambuco	Corte	25
Vig. Joze Julio de Araujo Viana	Vigário da Vara e Professor de Gramática Latina	Pitangui (MG)	22
Pe. Joze Joaquim Ferreira Armonde	Proprietário	Barbacena (MG)	21
Te. Cel. José Feliciano Pinto Coelho da Cunha	Proprietário	Caeté (MG)	20
Pe. Jozé Martiniano d'Alencar	Proprietário	Crato (CE)	19
Francisco de Assis d'Azeredo Coutinho	Escriturário da Contadoria da Junta da Fazenda	Ouro Preto (MG)	18
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			48

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Condescendente ou não com a maior autoridade civil da Província, esse correspondente d'*O Universal* não trataria com a mesma benevolência as autoridades militares. “Os dois *pretendentes sem talentos*”, disse, referindo-se ao Comandante das Armas da Província e ao Ministro da Guerra, “foram rejeitados *in limine*: os militares eleitores aqui estão todos muito acima de considerações adulatórias”.²⁵

O Colégio Eleitoral da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Pitangui

Na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Pitangui, reuniram-se quarenta e oito eleitores paroquiais, procedentes das duas freguesias que compunham aquele termo municipal.

Coube ao Doutor Antonio Pinto Chichôrro da Gama, Juiz de Fora da Vila de Pitangui, a presidência dos trabalhos eleitorais. Para secretariá-lo, foram eleitos o Padre Miguel Dias Maciel e o Capitão Jozé Maximo Pereira. Para escrutinadores, a escolha recaiu sobre o Sargento Mor João Cordeiro Valladares e seu concunhado Martinho Alvares da Silva.

O *partido da oposição* esperava por uma vitória nesse colégio eleitoral: o Doutor Antonio Pinto Chichôrro da Gama, Juiz de Fora da Vila de Pitangui, havia sido arregimentado (e lançado candidato) por Vasconcellos, que contava ainda com um grande número de amigos e simpatizantes nesse termo municipal. Além disso, o eleitorado pitanguiense manifestava certa desconfiança das altas esferas do governo imperial, em razão da dissolução da Assembléia Geral Constituinte e da deportação de seu pároco, o Padre Belchior Pinheiro de Oliveira, exilado na França em companhia da família Andrada.

A eleição foi realizada sem grandes surpresas. Ao fim da votação, nas quarenta e oito listas apuradas, sufragaram-se oitenta e oito nomes (dos quais dezessete haviam recebido um único voto). Reuniram a maioria absoluta dos votos ali prestados (vide Tabela 2.6) quinze

²⁵ *Ibidem*.

nomes (todos candidatos do *partido liberal*) – dos quais dez foram votados por mais de dois terços do eleitorado (sendo que, destes, sete obtiveram o apoio de mais de três quartos da assembleia). Encabeçaram a votação o Juiz de Fora de Pitangui e a *vanguarda do partido liberal*.

Seguiram-se outros sessenta e oito nomes, com menos votos.²⁶ Passou-se então à eleição dos seis membros do Conselho do Governo e à dos vinte e um membros do Conselho Geral da Província, bem como à do Promotor Público de Justiça e à dos sessenta membros do Tribunal do Júri da Comarca do Rio das Velhas.

Quanto a essas outras eleições, convém fazer alguns destaques, a partir dos quais se pode inferir a coalizão que possibilitou a vitória do *partido liberal* em Pitangui.

Nas listas ali apuradas com as indicações para o Conselho do Governo, tanto o já idoso Doutor Santa Apollonia quanto o ainda jovem Vasconcellos obtiveram a totalidade dos votos prestados em Pitangui – seguindo-lhes de perto, com quase dois terços dos votos, um cunhado de Vasconcellos, o Sargento Mor Filipe Joaquim da Cunha e Castro (residente em Ouro Preto, mas natural de Pitangui). Com quase metade dos votos prestados nesse colégio, aparecem, em seguida, os negociantes Baptista Caetano d’Almeida (ligado ao periódico sanjoanense *Astro de Minas*) e Manoel Soares do Couto (primeiro proprietário do periódico ouro-pretano *O Universal*). O sexto nome mais votado para o Conselho do Governo foi o do Capitão Antonio Neto Carneiro Leão, revolucionário de 1821, cunhado e sogro do citado Manoel Soares do Couto, além de pai do jovem magistrado Honorio Hermeto Carneiro Leão, cuja candidatura à Câmara dos Deputados havia sido lançada pelo periódico *O Precursor das Eleições* e que foi um dos nomes mais votados em Pitangui para a Assembleia Geral. Seguiram-se outros vinte e três nomes, que mal chegaram a um quarto dos votos.²⁷

²⁶ *Ata da Eleição de Deputados à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Pitangui*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 28.

²⁷ *O Universal* (221), 10/12/1828, p.3.

No que diz respeito à indicação de nomes para o Conselho Geral da Província, dos vinte e um nomes que cada eleitor paroquial deveria indicar, houve relativo consenso quanto a nove candidatos, que reuniram a maioria absoluta dos votos prestados em Pitangui. Vasconcellos e o Doutor Santa Apollonia, outra vez, foram os mais votados, seguidos pelo Juiz de Fora da Vila de Pitangui, Antonio Pinto Chichôrro da Gama. Também nessa eleição aparece o nome do negociante Baptista Caetano d'Almeida, que o eleitorado pitanguense já havia manifestado o desejo de ver tanto na Assembléia Geral do Império quanto no Conselho do Governo. Em seguida, aparece o nome do Padre Manoel Rodrigues da Costa, antigo Inconfidente e Constituinte de 1823, que havia renunciado a seu assento na Câmara dos Deputados instalada em 1826 sob a alegação de que já estava muito idoso. Os outros quatro nomes que granjearam a maioria absoluta dos votos em Pitangui eram todos nomes locais: João Teixeira da Fonseca Vasconcellos (irmão do Visconde de Caethé e residente no vizinho termo municipal de Sabará, cabeça da Comarca do Rio das Velhas, a cuja autoridade estava submetida a Vila de Pitangui), o Padre José Julio de Araujo Viana (irmão do Deputado Candido Joze de Araujo Viana), o Padre Francisco de Souza Coelho, e Martinho Alvares da Silva (todos os três residentes no termo municipal da Vila de Pitangui, sendo que os dois primeiros também estiveram entre os mais votados nesse colégio para a Câmara dos Deputados).²⁸

O resultado das eleições em Pitangui, para o redator d'*O Universal*, justificava inteiramente o entusiasmo (“que não foi vão”) ali manifestado, que ele assim noticiou:

Concluíram-se as eleições com o maior regozijo e entusiasmo público na Vila de Pitangui; um jantar magnífico, servido com profusão, em obséquio ao *primeiro Deputado de Minas* [isto é, Vasconcellos], fechou o majestoso ato das eleições populares daquele colégio. O primeiro brinde foi dirigido ao Senhor Deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos. A Vila de Pitangui foi geralmente iluminada enquanto duraram as eleições, e o povo como que proclamava o livre exercício dos seus inalienáveis direitos.²⁹

²⁸ *O Universal* (218), 03/12/1828, pp.3-4.

²⁹ *Ibidem*, pp.2-3.

O Colégio Eleitoral da Vila de Paracatu do Príncipe

Na Vila de Paracatu do Príncipe, cabeça da Comarca do Rio Paracatu, reuniram-se vinte e cinco eleitores paroquiais, oriundos das Freguesias de Santo Antônio da Manga, Sant'Ana dos Alegres, e Nossa Senhora da Pena do Buriti (os eleitores das outras paróquias que compunham esse termo municipal constituíram colégios à parte).

Foi alçado à presidência dos trabalhos eleitorais o Doutor Francisco Garcia Adjuto, Ouvidor e Corregedor da Comarca do Rio Paracatu. Para secretários, foram eleitos o Vigário Carlos Manoel Soares de Souza e Francisco Manoel Soares de Souza; e, para escrutinadores, o Cônego Joaquim de Mello Franco e seu sobrinho Francisco Antonio de Assis.

Percebe-se, já na formação da mesa diretora, a influência de duas famílias sobre o eleitorado paracatuense: os Soares de Souza e os Mello Franco.

Com relação aos primeiros, um deles, o Doutor Bernardo Belizario Soares de Souza, então um jovem magistrado em começo de carreira, havia, em Campanha (onde desempenhava as funções de Juiz de Fora), se aproximado dos principais chefes do *partido liberal* – e parece ter lhes agradado tanto que acabou tendo seu nome incluído nas listas de candidatos espalhadas pela Província de Minas Gerais. Já os Mello Franco, que em ocasiões anteriores já haviam dado sinais de uma ambição insatisfeita, ainda aguardavam a chance de estender seu prestígio além dos limites do município de Paracatu (embora, no passado, tivessem gozado de prestígio junto à Corte e nos altos círculos literários lusitanos).

Além dessas influências locais, a agir sobre as preferências do eleitorado, havia ainda, para benefício do *partido liberal*, os simpatizantes do Deputado Antonio Paulino Limpo de Abreo, outrora Ouvidor e Corregedor daquela Comarca, e, para benefício do *partido moderado*, os simpatizantes do Deputado Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, que o antecederia

na mesma função. Ainda que não fossem naturais de Paracatu, esses homens haviam estabelecido vínculos com a gente de lá. Cada um deles, é de se imaginar, procuraria se valer dos contatos que tinha para garantir a própria reeleição à Assembléia Geral e a eleição de seus aliados.

Nesse enfrentamento de resultado incerto, os homens do *partido liberal* temiam a influência do Doutor Adjuto, magistrado com o qual Vasconcellos já havia se estranhado no passado. Acusavam-no de trabalhar para o *partido moderado* naquelas eleições. O redator do periódico ouro-pretano *O Universal* considerava Paracatu um dos colégios “muito desviados do espírito público”. Em sua análise, o eleitorado paracatuense

procede sempre mal, não por culpa dos eleitores, mas pela falta proveniente da pouca ilustração e do pouco conhecimento que há das pessoas capazes para os empregos nacionais e locais; e pode agora ser muito dominado pelo Ouvidor Adjuto, que se procedia tão despótico e incivil nesta Cidade, como não procederá ainda pior na Vila de Paracatu, tão distante do Governo, onde pode a seu salvo ditar a Lei como bem lhe parecer?³⁰

Ao fim da votação, nas vinte e cinco listas apuradas, sufragaram-se sessenta e nove nomes (dos quais oito haviam recebido um único voto). Reuniram a maioria absoluta dos votos ali prestados (vide Tabela 2.7) dezessete nomes – dos quais seis foram votados por mais de dois terços do eleitorado (sendo que, destes, quatro obtiveram o apoio de mais de três quartos da assembléia). Essa votação fechada, porém, não tinha uma feição exclusivamente *liberal*, tampouco *moderada*: era, na verdade, uma amálgama dos dois partidos, completada com os nomes de algumas notabilidades regionais.

Seguiram-se outros quarenta e nove nomes, com menos votos.³¹ Passou-se então à eleição dos seis membros do Conselho do Governo e à dos vinte e um membros do Conselho Geral da Província, bem como à do Promotor Público de Justiça e à dos sessenta membros do

³⁰ *O Universal* (167), 06/08/1828, pp.1-2.

³¹ *Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila do Paracatu do Príncipe*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 26.

Tabela 2.7 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados na Vila de Paracatu (1828)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Pe. Jozé Custodio Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Corte	24
Côn. Joaquim de Mello Franco	Pároco de Paracatu e Provisor do Bispo de Olinda	Paracatu (MG)	23
Desemb. Antonio Paulino Limpo de Abreo	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	21
Dr. Francisco Garcia Adjuto	Ouvidor da Comarca de Paracatu	Paracatu (MG)	19
Cap. Mor Custodio Jozé Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Jacuí (MG)	17
Desemb. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	17
Dr. Bernardo Belizario Soares de Souza	Juiz de Fora da Vila da Campanha	Campanha (MG)	16
Desemb. Bernardo Pereira de Vasconcellos	Magistrado, Deputado por Minas	Ouro Preto (MG)	16
Desemb. Joze Antonio da Silva Maya	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	16
Desemb. Antonio Augusto Monteiro de Barros	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	15
Francisco Antonio de Assis	Negociante	Paracatu (MG)	15
Desemb. Joze Cesario de Miranda Ribeiro	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	15
Côn. Antonio Marques de Sampaio	Pároco de Barbacena, Deputado por Minas	Barbacena (MG)	14
Desemb. Jozé Carlos Per. ^a de Almeida Torres	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	14
Sarg. Mor Manoel Joze Pires da Silva Pontes	Proprietário	Caeté (MG)	14
Desemb. Candido Joze de Araujo Viana	Magistrado, Deputado por Minas	Alagoas (AL)	13
Dr. Justiniano de Mello Franco	Médico	São Paulo (SP)	13
Côn. Joze Bento Leite Ferreira de Mello	Pároco de Pouso Alegre, Deputado por Minas	Campanha (MG)	11
Desemb. Ant. ^o de Azevedo Mello e Carvalho	...	...	11
Côn. Antonio da Roxa Franco	Pároco de Curvelo, Deputado por Minas	Curvelo (MG)	11
N.^o total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			25

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Tabela 2.8 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados no Julgado de São Romão (1828)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Desemb. Bernardo Pereira de Vasconcellos	Magistrado, Deputado por Minas	Ouro Preto (MG)	22
Dr. Joze Antonio de Siqueira e Silva	Ouvidor da Comarca do Serro Frio	Vila do Príncipe (MG)	21
Desemb. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	21
Dr. Theotônio Alvares de Oliveira Maciel	Proprietário	Mariana (MG)	21
Desemb. Antonio Paulino Limpo de Abreo	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	20
Dr. Bernardo Belizario Soares de Souza	Juiz de Fora da Vila da Campanha	Campanha (MG)	20
Dr. Francisco Garcia Adjuto	Ouvidor da Comarca de Paracatu	Paracatu (MG)	20
Cap. Joaquim Teixeira de Queiroga	Proprietário	Vila do Príncipe (MG)	19
Dr. Antonio da Costa Pinto	Recém-egresso da Universidade de Coimbra	Paracatu (MG)	17
Dr. João Joze Lopes Mendes Ribeiro	Deputado por Minas, Presidente da Província	Ouro Preto (MG)	17
Desemb. Joze Antonio da Silva Maya	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	17
Desemb. Candido Joze de Araujo Viana	Magistrado, Deputado por Minas	Alagoas (AL)	13
Pe. Dr. Manoel Francisco da Silva	Vigário da Vara da Vila do Príncipe	Vila do Príncipe (MG)	12
Estevão Ribeiro de Rezende [sic]	Conde de Valença, Senador do Império	Corte	10
Desemb. Antonio Joze Vicente da Fonseca	Proprietário	Vila do Príncipe (MG)	10
Pe. Jozé Custodio Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Corte	10
Côn. Antonio da Roxa Franco	Pároco de Curvelo, Deputado por Minas	Curvelo (MG)	9
Desemb. Bernardo Jozé da Gama	...	Corte	8
Dr. Manoel Jozé Vellozo Soares	Advogado	Vila do Príncipe (MG)	8
Joze Joaquim Carneiro de Campos [sic]	Marquês de Caravellas, Senador do Império	Corte	7
Côn. Dr. Francisco Pereira de Santa Apollonia	Chantre da Sé de Mariana	Mariana (MG)	7
Côn. Joaquim de Mello Franco	Pároco de Paracatu e Provisor do Bispo de Olinda	Paracatu (MG)	7
Francisco Antonio de Assis	Negociante	Paracatu (MG)	7
N.^o total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			22

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Tribunal do Júri da Comarca do Rio Paracatu. Infelizmente, não se conseguiu localizar cópia alguma das atas dessas outras eleições.

No Colégio Eleitoral da Vila de Paracatu do Príncipe, a despeito da amálgama de nomes feita pelo eleitorado em suas listas, obtiveram vantagem sobre o *partido moderado* os candidatos *liberais* – para o que parecem ter contribuído os Mello Franco e os Soares de Souza.

O Colégio Eleitoral do Julgado de São Romão

No Julgado de São Romão, pertencente à Vila e Comarca de Paracatu, reuniram-se vinte e dois eleitores paroquiais.

A presidência dos trabalhos eleitorais coube ao Vigário Manoel Caetano de Moraes, Pároco da Freguesia de Santo Antônio da Manga de São Romão. Para secretários, foram eleitos Joaquim Joze de Azevedo e Joze Martins Gandra dos Sanctos; e, para escrutinadores, Antonio d'Araujo Ferreira e João Francisco de Paiva.

Assim composta a mesa diretora, recolheram-se as listas dos eleitores paroquiais, com os nomes de seus indicados à Assembléia Geral do Império. Ao fim da votação, nas vinte e duas listas apuradas, sufragaram-se sessenta nomes (dos quais dois haviam recebido um único voto). Reuniram a maioria absoluta dos votos ali prestados (vide Tabela 2.8) treze nomes (uma amálgama de candidatos *liberais*, *moderados* e notabilidades locais) – dos quais onze foram votados por mais de três quartos do eleitorado.

Seguiram-se outros trinta e sete nomes, com menos votos.³² Passou-se então à eleição dos seis membros do Conselho do Governo e à dos vinte e um membros do Conselho Geral da Província, bem como à do Promotor Público de Justiça e à dos sessenta membros do Tribunal

³² *Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral do Julgado de São Romão*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 32. Vide *tb O Universal* (253), 23/02/1829, p.3.

do Júri da Comarca do Rio Paracatu. Não se conseguiu, todavia, localizar cópia alguma das atas dessas outras eleições.

Em votação bastante coesa, a maioria do eleitorado sanromanense obteve relativo consenso sobre cerca de dois terços dos nomes a serem indicados à Câmara dos Deputados. Não se pode dizer, todavia, que estivessem dominados por um ou outro partido: não acatando inteiramente as indicações feitas pelos *liberais* e pelos *moderados*, os eleitores paroquiais reunidos em São Romão compuseram suas listas com nomes sugeridos por um e outro, acrescentando-lhes nomes de notabilidades locais, que não repercutiriam em outras partes da Província.

Ainda que as fontes nada revelem sobre as influências que ali se fizeram sentir, pode-se notar, pelo resultado da eleição, que elas vinham principalmente da Vila de Paracatu, sede do município e da comarca a que pertencia o Julgado de São Romão, e da Vila do Príncipe, cabeça da vizinha Comarca do Serro Frio.

As Vilas do Príncipe e de Paracatu eram os principais canais de comunicação do Julgado de São Romão com o restante da Província de Minas Gerais. A alienação política decorrente de seu isolamento geográfico, conforme apontou o redator d'*O Universal*, pode ser percebida no caráter idiossincrático da votação ali realizada: não só esse colégio ficou alheio às disputas partidárias, como ainda teve entre os nomes mais votados para a Câmara dos Deputados dois Senadores do Império (inelegíveis por serem vitalícios), indicados estes por seus nomes “plebeus” (que haviam abandonado após haverem sido agraciados com títulos nobiliárquicos) – o que sugere a desorientação (ou, melhor dizendo, a falta de direção) do eleitorado sanromanense.

O Colégio Eleitoral do Julgado de Nossa Senhora do Amparo do Brejo do Salgado

Não se localizou cópia alguma da ata do Colégio Eleitoral do Julgado de Nossa Senhora do Amparo do Brejo do Salgado. Para suprir essa lacuna, recorreu-se ao periódico *O Universal* que publicou uma relação parcial dos nomes que ali obtiveram votos. Essa relação de nomes – que se desejava ser dos vinte mais votados – apresenta, todavia, algumas falhas: houve a omissão de dois nomes (um dos quais pode ser deduzido dentro do quadro geral das eleições).³³

Por se tratar de uma relação parcial publicada em jornal, não se tem o nome dos membros da mesa diretora dos trabalhos eleitorais, tampouco o número total de nomes ali sufragados. Sabe-se, todavia, que para lá afluíram dezoito eleitores paroquiais e, ao fim da votação, nas listas apuradas, houve pelo menos dezenove nomes (praticamente todos candidatos do *partido moderado*) que receberam a maioria absoluta dos votos ali prestados (vide Tabela 2.9) – dos quais no mínimo dezessete foram votados por mais de dois terços do eleitorado (sendo que, destes, pelo menos quinze obtiveram o apoio de mais de três quartos da assembléia).

Seguiram-se outros nomes, com menos votos.³⁴ Passou-se então à eleição dos seis membros do Conselho do Governo e à dos vinte e um membros do Conselho Geral da Província, bem como à do Promotor Público de Justiça e à dos sessenta membros do Tribunal do Júri da Comarca do Rio Paracatu. Nenhuma cópia das atas dessas outras eleições pôde, porém, ser localizada – mas, pelo ocorrido na indicação de nomes à Assembléia Geral do Império, é de se esperar que tenham prevalecido as influências do *partido moderado*.

³³ *O Universal* (253), 23/02/1829, p.3.

³⁴ *O Universal* (253), 23/02/1829, p.3, com errata em *O Universal* (254), 25/02/1829, p.4. Um dos dois nomes que faltam para os vinte mais votados no Salgado é o do Coronel Francisco de Assis e Lorena, Comandante de Armas da Província. Vide Tabela 2.25.

Tabela 2.9 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados no Julgado do Salgado (1828)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Dr. João Joze Lopes Mendes Ribeiro	Deputado por Minas, Presidente da Província	Ouro Preto (MG)	18
Côn. Dr. Joaquim Joze Lopes Mendes Ribeiro	Pároco de Piranga, Deputado por Minas	Mariana (MG)	18
Côn. Antonio da Roxa Franco	Pároco de Curvelo, Deputado por Minas	Curvelo (MG)	17
Desemb. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	17
Cel. Francisco de Assis e Lorena	Comandante das Armas da Província	Ouro Preto (MG)	17
Te. Gal. Joaquim de Oliveira Alvares	Ministro de Estado dos Negócios da Guerra	Corte	17
Desemb. Joze Bernardo de Figueiredo	Ministro do Supremo Tribunal de Justiça	Corte	17
Sarg. Mor Antonio Joze Ferreira Bretas	Empregado na Contadoria da Junta da Fazenda	Ouro Preto (MG)	16
Desemb. Joze Antonio da Silva Maya	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	16
Desemb. Joze Cesario de Miranda Ribeiro	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	16
Cons. Joze de Rezende Costa	Empregado público, Deputado por Minas	Corte	16
Desemb. Manoel Antonio Galvão	Magistrado, Deputado pela Bahia	Corte	15
Côn. Antonio Marques de Sampaio	Pároco de Barbacena, Deputado por Minas	Barbacena (MG)	14
Dr. Joaquim José do Amaral	Juiz de Fora da Imperial Cidade do Ouro Preto	Ouro Preto (MG)	14
Dr. Manoel Fernandes Correia Pinto	Juiz de Fora da Fidelíssima Vila do Sabará	Sabará (MG)	14
Sarg. Mor Luiz Maria da Silva Pinto	Secretário do Governo de Minas Gerais	Ouro Preto (MG)	12
Sarg. Mor Manoel Joze Pires da Silva Pontes	Proprietário	Caeté (MG)	12
Cel. Lourenço Antonio Monteiro	Comandante do Batalhão de Cavalaria n.º 23	Ouro Preto (MG)	11
Ch. de Div. Miguel de Souza Mello e Alvim	Ministro de Estado dos Negócios da Marinha	Corte	11
...	...	...	...
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			18

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Tabela 2.10 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados no Julgado de Araxá (1828)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Pe. Jozé Custodio Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Corte	31
Desemb. Candido Joze de Araujo Viana	Magistrado, Deputado por Minas	Alagoas (AL)	28
Dr. Bernardo Belizario Soares de Souza	Juiz de Fora da Vila da Campanha	Campanha (MG)	28
Desemb. Bernardo Pereira de Vasconcellos	Magistrado, Deputado por Minas	Ouro Preto (MG)	27
Desemb. Antonio Paulino Limpo de Abreo	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	25
Desemb. Joze Antonio da Silva Maya	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	24
Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho	Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei	S. João del-Rei (MG)	23
Vig. Hermogenes Casimiro de Araujo	Pároco de Desemboque	Desemboque (MG)	22
Dr. Gabriel Mendes dos Santos	Juiz de Fora da Vila de Santos	Santos (SP)	21
Cap. Mor Custodio Jozé Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Jacuí (MG)	21
Vig. Antonio Jose da Silva	Pároco de Uberaba	Uberaba (MG)	20
Côn. Antonio Marques de Sampaio	Pároco de Barbacena, Deputado por Minas	Barbacena (MG)	20
Côn. Joze Bento Leite Ferreira de Mello	Pároco de Pouso Alegre, Deputado por Minas	Campanha (MG)	20
Desemb. Francisco de Paula Pereira Duarte	Chanceler da Relação do Maranhão	São Luís (MA)	18
Dr. João Joze Lopes Mendes Ribeiro	Deputado por Minas, Presidente da Província	Ouro Preto (MG)	18
Dr. Francisco Garcia Adjuto	Ouvidor da Comarca de Paracatu	Paracatu (MG)	15
Cap. João Joaquim da Silva Guimarães	Empregado público, Deputado por Minas	Ouro Preto (MG)	15
Desemb. Jozé Carlos Per.ª de Almeida Torres	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	15
Desemb. Caetano Maria Lopes Gama	Magistrado, Deputado pelo Pernambuco	Corte	13
G. M. Innocencia Vieira da Silva	Proprietário	Mariana (MG)	13
Dr. Manoel Fernandes Correia Pinto	Juiz de Fora da Fidelíssima Vila do Sabará	Sabará (MG)	13
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			34

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Pelo que se vê, no Salgado, o *partido moderado* contou com a maioria absoluta dos votos ali prestados: como visto até agora, sucesso igual experimentara apenas no Ouro Preto e no Curvelo...

O Colégio Eleitoral do Julgado de São Domingos do Araxá

No Julgado de São Domingos do Araxá, reuniram-se os eleitores paroquiais das Freguesias do Araxá, da Uberaba e do Desemboque – em número de trinta e quatro.

A presidência dos trabalhos coube ao Vigário Hermogenes Casimiro de Araujo Bruonswik, Pároco da Freguesia do Desemboque. A fim de secretariá-lo, foram eleitos o Vigário Antonio Jose da Silva, Pároco da Freguesia da Uberaba, e Zeferino Baptista Carmo. Para escrutinadores, foram eleitos Francisco Ferreira da Rocha e Antonio Joaquim Ribeiro.

Ao fim da votação, nas trinta e quatro listas apuradas, sufragaram-se setenta e um nomes (dos quais treze haviam recebido um único voto). Houve, todavia, quinze nomes (uma amálgama de candidatos *liberais*, *moderados* e notabilidades locais) que reuniram a maioria absoluta dos votos ali prestados (vide Tabela 2.10) – dos quais sete foram votados por mais de dois terços do eleitorado (sendo que, destes, quatro obtiveram o apoio de mais de três quartos da assembléia).

Seguiram-se outros cinquenta nomes, com menos votos.³⁵ Passou-se então à eleição dos seis membros do Conselho do Governo e à dos vinte e um membros do Conselho Geral da Província, bem como à do Promotor Público de Justiça e à dos sessenta membros do Tribunal do Júri da Comarca do Rio Paracatu. Destas outras eleições, todavia, não se localizou cópia alguma de ata.

Destacaram-se como influências locais, nessas eleições, os padres Hermogenes Casimiro de Araujo Bruonswik, Vigário do Desemboque, e Antonio Jose da Silva, Vigário da

³⁵ *Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral do Julgado de São Domingos do Araxá*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 23.

Uberaba: ambos obtiveram a maioria absoluta dos votos prestados em Araxá. A partir dos nomes com eles indicados para a Assembléia Geral pelo eleitorado araxaense, é possível inferir que os dois párocos reuniram votos para a *vanguarda do partido liberal*: veja-se, por exemplo, a votação obtida pelo Padre Jozé Custodio Dias e por Bernardo Pereira de Vasconcellos, que contaram com o apoio de mais de três quartos desse colégio eleitoral.

O Vigário Silva, apesar de aparecer aqui ligado aos *liberais*, era cunhado do Deputado João Joaquim da Silva Guimarães (um dos baluartes do *partido moderado* na Província) – o que talvez justifique a votação obtida por este em Araxá. Também o Vigário Bruonswik, após estas eleições, haveria de ser acusado de estar aliado ao Ouvidor Adjuto, que teve um papel bastante ambíguo com relação aos *liberais* nessas eleições – sendo digno de nota que este magistrado conseguiu reunir votos de quase metade do eleitorado araxaense.

Como se vê, apesar dos votos dados a alguns candidatos tidos por *moderados*, aos quais os homens mais influentes de Araxá, de alguma maneira, estavam ligados, a maioria absoluta do eleitorado ali reunido seguiu, nessa eleição, as indicações do *partido liberal*.

-x-

O Colégio Eleitoral da Vila do Príncipe

Na Vila do Príncipe, cabeça da Comarca do Serro Frio, reuniram-se cinquenta e cinco eleitores paroquiais, oriundos das diversas freguesias que compunham aquele termo municipal.³⁶

Não tendo sido possível obter cópia da ata desse colégio, o resultado dessa eleição foi extraído de uma transcrição parcial publicada no periódico ouro-pretano *O Universal*. Por esse motivo, não se pôde apurar qual foi a mesa diretora escolhida para a condução dos

³⁶ *O Universal* (232), 05/01/1829, pp.3-4.

trabalhos eleitorais, nem qual o número total de nomes ali sufragados. Apesar dessa dificuldade, sabe-se que houve quatorze nomes (todos candidatos do *partido liberal*) que receberam a maioria absoluta dos votos ali prestados – dos quais sete foram votados por mais de dois terços do eleitorado (sendo que, destes, cinco obtiveram o apoio de mais de três quartos da assembléia). Encabeçou a votação o Deputado Vasconcellos, com a quase totalidade dos votos (vide Tabela 2.11).

Seguiram-se outros tantos nomes, com menos votos.³⁷ Passou-se então à eleição dos seis membros do Conselho do Governo e à dos vinte e um membros do Conselho Geral da Província, bem como à do Promotor Público de Justiça e à dos sessenta membros do Tribunal do Júri da Comarca do Serro Frio.

Na indicação de seis nomes para comporem o Conselho do Governo, houve três nomes que reuniram a maioria absoluta dos votos prestados na Vila do Príncipe: Vasconcellos e dois de seus principais aliados no Conselho do Governo (Santa Apollonia e Theotonio Maciel). Quanto aos demais nomes, houve grande dispersão de votos.³⁸

Quanto à indicação de vinte e um nomes para o Conselho Geral da Província, reuniram a maioria absoluta dos votos quatorze nomes – entre os quais merecem destaque o Capitão Joaquim Pereira de Queiroz, o Tenente Coronel Manoel Vieira Couto, e o Doutor Antonio Teixeira da Costa (os dois últimos residentes no Arraial do Tijuco, o primeiro na Vila do Príncipe).³⁹ Ao que tudo indica, foram essas notabilidades locais o esteio do *partido liberal* na Comarca do Serro Frio.

³⁷ *O Universal* (232), 05/01/1829, pp.3-4.

³⁸ Os seis nomes mais votados na Vila do Príncipe para o Conselho do Governo foram: Francisco Pereira de Santa Apollonia (com cinquenta e cinco votos), Bernardo Pereira de Vasconcellos (com cinquenta e quatro votos), Theotonio Alvares de Oliveira Maciel (com quarenta e um votos), Francisco Lopes de Abreu (com dezenove votos), Joam Baptista de Figueiredo (com dezessete votos), Gomes Freire de Andrada (com quinze votos). Seguiram-se outros tantos nomes, com menos votos. *O Universal* (235), 12/01/1829, p.3.

³⁹ Na eleição de membros para o Conselho Geral da Província, obtiveram maioria absoluta dos votos prestados na Vila do Príncipe: Francisco Pereira de Santa Apollonia (com cinquenta e um votos), José Feliciano Pinto Coelho da Cunha (com quarenta e nove votos), Bernardo Pereira de Vasconcellos (com quarenta e seis votos), Manoel Vieira Couto (com quarenta e cinco votos), Joaquim Pereira de Queiroz (com quarenta e dois votos), Baptista Caetano d'Almeida (com quarenta e dois votos), Theotonio Alvares de Oliveira Maciel (com trinta e

Cumpra ainda destacar que o Capitão Joaquim Pereira de Queiroz, que possivelmente presidiu os trabalhos nesse colégio, procurou agir nessas eleições em acerto com Vasconcellos e seus aliados. Correspondente de Vasconcellos e do vizinho e amigo deste, Francisco de Assis d'Azeredo Coutinho, o Capitão Joaquim Pereira deles recebeu a incumbência de trabalhar pela eleição de vários nomes na Comarca do Serro Frio, como se depreende de uma carta que lhe foi escrita pelo dito Francisco de Assis:

Não sei se o desembargador Vasconcellos vos escreve neste correio, como no passado, mas ele me encarregou de vos remeter *mais papeluchos daqueles que vos mandou, certo de que cooperareis para a boa causa* com a atividade e jeito que vos são próprios, para *opor algum obstáculo aos corcundas e servis que trabalham com vigor*. Eu tenho muito acanhamento de falar em semelhantes coisas por ter ele levado avante a sua teima de me incluir na *lista*, pois não me acho com todas as qualidades para tão árduo emprego... mas, enfim, cada um procederá segundo a sua íntima convicção – e, pelo menos, *tomara não ser eu comprometido neste manejo* (e muito confio da vossa probidade, por isso nada receio por aí). Vereis meios de *propagar esses papéis*: ou *com sobrecartas de letra desconhecida*, ou como vos parecer – e, por isso, vai maior número, advertindo-vos que vos não fieis do Padre Joachim Gomes [*de Carvalho*], que é suspeito, pois, segundo é fama, veio, assim como outros, receber ordens particulares do Presidente [*da Província, João Joze Lopes Mendes Ribeiro*], que procura formar a Câmara dos Deputados *a seu jeito*, e de certas *criaturas do Poder* – que, de certo, nada farão *senão dar com tudo em vasa-barris*. Enfim, meu amigo, as coisas da nossa cara pátria vão tomando uma direção temível se os *liberais* se não propuserem a *encaminhá-las*. Tomara ver nesta próxima legislatura uma *mais digna representação por Minas*, saia quem sair deputado, contanto que desempenhe seus altos deveres.

Para toda parte tem se mandado cópia destes impressos, que não deixam de produzir muito efeito, até porque o Vasconcellos tem muito conceito em toda a província para com os *amantes da pátria e liberais*, havendo dados para se supor que *prevalecerão os lembrados por ele – se não todos, pelo menos parte*.⁴⁰

A vitória dos *liberais* no Colégio Eleitoral da Vila do Príncipe, o quinto maior da província, foi comunicada por correspondentes aos redatores d'*O Universal* e do *Astro de Minas*, que a celebraram.⁴¹

nove votos), Francisco Lopes de Abreu (com trinta e seis votos), Gomes Freire de Andrada (com trinta e quatro votos), Manoel Soares do Couto (com trinta e quatro votos), Joze Bento Leite Ferreira de Mello (com trinta e três votos), João Antonio de Lemos (com trinta e três votos), Antonio Teixeira da Costa (com trinta e um votos), João Dias de Quadros Aranha (com vinte e nove votos). Seguiram-se outros tantos nomes, com menos votos. *O Universal* (234), 09/01/1829, p.4.

⁴⁰ Carta de Francisco de Assis d'Azeredo Coutinho a Joaquim Pereira Queiroz (*Ouro Preto: 29 de Outubro de 1828*). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Fundo ALP, Série 3-2, caixa 2, documento 60.

⁴¹ *O Universal* (232), 05/01/1829, pp.3-4; *Astro de Minas* (169), 16/12/1828, p.2.

Tabela 2.11 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados na Vila do Príncipe (1828)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Desemb. Bernardo Pereira de Vasconcellos	Magistrado, Deputado por Minas	Ouro Preto (MG)	53
Brig. Raymundo Joze da Cunha Mattos	Militar, Deputado por Goiás	Corte	53
Pe. Jozé Custodio Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Corte	52
Cel. Martim Francisco Ribeiro de Andrada	Proprietário	Egresso do exílio	49
Pe. Jozé Martiniano d'Alencar	Proprietário	Crato (CE)	48
Desemb. Joze Antonio da Silva Maya	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	40
Côn. Joze Bento Leite Ferreira de Mello	Pároco de Pouso Alegre, Deputado por Minas	Campanha (MG)	38
Dr. Manoel Gomes da Fonseca	Médico, Deputado por Pernambuco	Corte	37
Pe. Antonio João de Lessa	Proprietário	Cantagalo (RJ)	37
Cons. Jozé Bonifacio de Andrada e Silva	Proprietário	Egresso do exílio	37
Desemb. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada	Proprietário	Egresso do exílio	36
Cap. Mor Custodio Jozé Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Jacuí (MG)	34
Evaristo Ferreira da Veiga	Livreiro, redator da folha <i>Aurora Fluminense</i>	Corte	33
Sarg. Mor Luiz Augusto May	Deputado por Minas, redator da folha <i>Malagueta</i>	Corte	31
Sarg. Mor Antonio Joze do Amaral	Lente da Academia Imperial Militar	Corte	27
Pe. Dr. Antonio Maria de Moira	Lente do Curso Jurídico de São Paulo	São Paulo (SP)	27
Manoel Joze de Souza França	Empregado público, Deputado pelo Rio de Janeiro	Corte	23
Brig. Joze Maria Pinto Peixoto	Militar reformado	Corte	20
Joaquim Gonçalves Ledo	Empregado público, Deputado pelo Rio de Janeiro	Corte	20
Baptista Cactano d'Almeida	Negociante, protetor da folha <i>Astro de Minas</i>	S. João del-Rei (MG)	19
Dr. Marcianno Pereira Ribeiro	Médico	Porto Alegre (RS)	19
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			55

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Tabela 2.12 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados no Julgado do Tijuco (1828)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Pe. Jozé Custodio Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Corte	33
Côn. Joze Bento Leite Ferreira de Mello	Pároco de Pouso Alegre, Deputado por Minas	Campanha (MG)	32
Desemb. Bernardo Pereira de Vasconcellos	Magistrado, Deputado por Minas	Ouro Preto (MG)	31
Cel. Martim Francisco Ribeiro de Andrada	Proprietário	Egresso do exílio	31
Desemb. Joze Antonio da Silva Maya	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	30
Cap. Mor Custodio Jozé Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Jacuí (MG)	29
Desemb. Antonio Paulino Limpo de Abreo	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	26
Pe. Dr. Antonio Maria de Moira	Lente do Curso Jurídico de São Paulo	São Paulo (SP)	26
Desemb. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada	Proprietário	Egresso do exílio	25
Pe. Bento d'Araujo Abreu	[Capelão]	Tijuco (MG)	24
Dr. Manoel Gomes da Fonseca	Médico, Deputado por Pernambuco	Corte	23
Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho	Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei	S. João del-Rei (MG)	23
Sarg. Mor Jozé Joaquim Vieira Souto	Sargento Mor do Corpo de Engenheiros	Corte	19
Dr. Gabriel Mendes dos Santos	Juiz de Fora da Vila de Santos	Santos (SP)	18
Cap. João Mendes Vianna	Capitão do Corpo de Engenheiros	Corte	15
Te. Cel. Manoel Vieira Couto	Empregado na Administração Diamantina	Tijuco (MG)	15
Desemb. Cassiano Spiridião de Mello Mattos	Desembargador da Relação de Pernambuco	Salvador (BA)	15
Dr. Cornelio Ferreira França	Ouvidor da Comarca do Ouro Preto	Ouro Preto (MG)	13
Desemb. Manoel Ignacio de Mello e Souza	..., Deputado por Minas	Mariana (MG)	13
Vig. João Dias de Quadros Aranha	Vigário da Vara de Pouso Alegre	Campanha (MG)	12
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			33

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

O Colégio Eleitoral do Julgado do Tijuco

No Arraial do Tijuco, Distrito Diamantino, reuniram-se trinta e três eleitores paroquiais.

A fim de presidir os trabalhos eleitorais, foi eleito o Doutor Antonio Teixeira da Costa, outrora Deputado por Minas às Cortes de Lisboa e à Constituinte do Rio de Janeiro. Para secretariá-lo, foram escolhidos Francisco Joze de Vasconcellos Lessa e o Padre Bento d'Araujo Abreu. A fim de servirem como escrutinadores, foram eleitos João Pires Cardozo e Caetano Luis de Miranda. Assim composta a mesa diretora, procedeu-se à indicação de vinte nomes à Assembléia Geral do Império.

Ao fim da votação, nas trinta e três listas apuradas, sufragaram-se setenta e seis nomes (dos quais vinte e um haviam recebido um único voto). Houve, todavia, quatorze nomes (todos candidatos do *partido liberal*) que reuniram a maioria absoluta dos votos ali prestados (vide Tabela 2.12) – dos quais doze foram votados por mais de dois terços do eleitorado (sendo que, destes, nove obtiveram o apoio de mais de três quartos da assembléia).

Seguiram-se outros cinqüenta e seis nomes, com menos votos.⁴² Passou-se então à eleição dos seis membros do Conselho do Governo e à dos vinte e um membros do Conselho Geral da Província, bem como à do Promotor Público de Justiça e à dos sessenta membros do Tribunal do Júri da Comarca do Serro Frio.

Dos seis nomes a serem indicados para o Conselho do Governo, houve quatro que obtiveram a maioria absoluta dos votos prestados no Tijuco: Vasconcellos e seus aliados (Manoel Ignacio, Theotonio Maciel, e Santa Apollonia). Quanto aos demais nomes, nenhum reuniu tamanho consenso.⁴³

⁴² *Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral do Arraial de Tijuco*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 44. *Vide tb O Universal* (238), 19/01/1829, p.3.

⁴³ Os seis nomes mais votados no Tijuco para o Conselho do Governo foram: Bernardo Pereira de Vasconcellos (com trinta e um votos), Manoel Ignacio de Mello e Souza (com vinte e três votos), Theotonio Alvares de Oliveira Maciel (com vinte e três votos), Francisco Pereira de Santa Apollonia (com vinte e um votos), Joaquim

Com relação aos vinte e um nomes a serem indicados para o Conselho Geral da Província, quatorze obtiveram a maioria absoluta dos votos – todos partidários de Vasconcellos (que, outra vez, foi o nome mais votado). Dignos de destaque são o Tenente Coronel Manoel Vieira do Couto, o Padre Bento d’Araujo Abreu, e o Capitão Joaquim Pereira de Queiroz (este último, residente na Vila do Príncipe, agente comissário de Vasconcellos na Comarca do Serro Frio, os dois primeiros residentes no Arraial do Tijuco, constantes também na lista dos mais votados no Tijuco à Assembléia Geral do Império). Pode-se inferir, a partir de tais dados, que foram essas notabilidades locais o esteio do *partido liberal* no Colégio Eleitoral do Arraial do Tijuco.⁴⁴

O Colégio Eleitoral do Julgado da Barra do Rio das Velhas

No Julgado da Barra do Rio das Velhas, termo municipal da Vila do Príncipe, reuniram-se dezesseis eleitores paroquiais.

Não foi possível localizar a ata desse colégio eleitoral, mas essa falta pôde ser suprida com a transcrição parcial publicada no periódico ouro-pretano *O Universal*. Por causa disso, não se tem o nome dos componentes da mesa diretora, nem o número total de nomes ali sufragados. Sabe-se, todavia, que houve pelo menos dezoito nomes (quase todos candidatos do *partido moderado*) que reuniram a maioria absoluta dos votos ali prestados: dos vinte

Joze da Silva Brandão (com doze votos), João Joaquim da Silva Guimarães (com dez votos). Seguiram-se outros tantos nomes, com menos votos. *O Universal* (238), 19/01/1829, p.3.

⁴⁴ Na indicação de vinte e um nomes ao Conselho Geral da Província, obtiveram a maioria absoluta de votos prestados no Tijuco: Bernardo Pereira de Vasconcellos (com trinta votos), Baptista Caetano d’Almeida (com trinta votos), Gomes Freire de Andrada (com vinte e oito votos), José Feliciano Pinto Coelho da Cunha (com vinte e oito votos), Manoel Vieira do Couto (com vinte e seis votos), Theotônio Alvares de Oliveira Maciel (com vinte e cinco votos), Bento d’Araujo Abreu (com vinte e três votos), João Baptista Ferreira de Souza Coutinho (com vinte e três votos), Antonio Gomes de Abreu (com vinte e dois votos), Manoel Rodrigues Jardim (com vinte e dois votos), Joaquim Pereira de Queiroz (com vinte e um votos), Francisco Pereira de Santa Apollonia (com vinte e um votos), Manoel Joze Pires da Silva Pontes (com vinte e um votos), Francisco Lopes de Abreu (com dezessete votos). Seguiram-se outros tantos nomes, com menos votos. *O Universal* (238), 19/01/1829, p. 4.

nomes a serem indicados pelo eleitorado à Assembléia Geral, esses dezoito obtiveram mais de três quartos das indicações (vide Tabela 2.13).⁴⁵

Seguiram-se outros nomes, com menos votos.⁴⁶ Passou-se então à eleição dos seis membros do Conselho do Governo e à dos vinte e um membros do Conselho Geral da Província, bem como à do Promotor Público de Justiça e à dos sessenta membros do Tribunal do Júri da Comarca do Serro Frio. Não se tem notícia do resultado dessas outras eleições, mas é de se esperar que nelas tenha predominado a influência do *partido moderado*, já sentida nas indicações à Assembléia Geral do Império.

O resultado das eleições no Julgado da Barra do Rio das Velhas assemelha-se muito àquele alcançado nos colégios do Curvelo e do Salgado. Anteviam-no, com certo temor, os homens do *partido liberal*, como se depreende de um artigo publicado no periódico sanjoanense *Astro de Minas*. Esse artigo, que mais parece uma transcrição de correspondência particular, noticiava a má acolhida encontrada pelos “emissários do suborno” do partido contrário na Vila do Príncipe – local em que predominavam (como foi visto há pouco) os adeptos de Vasconcellos e seus aliados. Segundo o *Astro de Minas*, diante da rejeição do eleitorado reunido na cabeça da Comarca do Serro Frio:

Alguns dos emissários [*do partido adversário*], desanimados absolutamente pelo *bom espírito público*, tomaram a resolução de seguirem para Minas Novas e Barra, onde os *absolutistas* contam com plena vitória. *Deus Nosso Senhor não permitirá que os malvados triunfem da sua Lei*, vencendo nas eleições e conseguindo, com *maus Deputados*, derribar a Constituição da Monarquia.⁴⁷

No que diz respeito às eleições realizadas na Barra do Rio das Velhas, a vitória dos *moderados* sobre os *liberais* acabou se concretizando. Restava saber qual seria o resultado no Colégio Eleitoral da Vila de Minas Novas, o maior da Comarca do Serro e o segundo maior da Província de Minas Gerais...

⁴⁵ Há uma falha na transcrição apresentada n’*O Universal*: em vez dos vinte nomes mais votados, são relacionados apenas dezessete. Uma das omissões que pode ser inferida a partir do resultado final das eleições é o do Cônego Antonio da Roxa Franco.

⁴⁶ *O Universal* (253), 23/02/1829, p.3.

⁴⁷ *Astro de Minas* (169), 16/12/1828, p.2.

Tabela 2.13 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados no Julgado da Barra (1828)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Dr. João Joze Lopes Mendes Ribeiro	Deputado por Minas, Presidente da Província	Ouro Preto (MG)	16
Côn. Dr. Joaquim Joze Lopes Mendes Ribeiro	Pároco de Piranga, Deputado por Minas	Mariana (MG)	16
Côn. Antonio da Roxa Franco	Pároco de Curvelo, Deputado por Minas	Curvelo (MG)	16
Dr. Joze Antonio de Siqueira e Silva	Ouvidor da Comarca do Serro Frio	Vila do Príncipe (MG)	16
Sarg. Mor Manoel Joze Pires da Silva Pontes	Proprietário	Caeté (MG)	16
Côn. Antonio Marques de Sampaio	Pároco de Barbacena, Deputado por Minas	Barbacena (MG)	15
Te. Gal. Joaquim de Oliveira Alvares	Ministro de Estado dos Negócios da Guerra	Corte	15
Desemb. Joze Antonio da Silva Maya	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	15
Cons. Joze de Rezende Costa	Empregado público, Deputado por Minas	Corte	15
Desemb. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	15
Desemb. Manoel Antonio Galvão	Magistrado, Deputado pela Bahia	Corte	15
Ch. de Div. Miguel de Souza Mello e Alvim	Ministro de Estado dos Negócios da Marinha	Corte	15
Cap. João Joaquim da Silva Guimarães	Empregado público, Deputado por Minas	Ouro Preto (MG)	14
Dr. Joaquim José do Amaral	Juiz de Fora da Imperial Cidade do Ouro Preto	Ouro Preto (MG)	14
Te. Cel. Manoel Vieira Couto	Empregado na Administração Diamantina	Tijuco (MG)	13
Cap. Joaquim Teixeira de Queiroga	Proprietário	Vila do Príncipe (MG)	13
Cel. Lourenço Antonio Monteiro	Comandante do Batalhão de Cavalaria nº. 23	Ouro Preto (MG)	12
Dr. Manoel Fernandes Correia Pinto	Juiz de Fora da Fidelíssima Vila do Sabará	Sabará (MG)	12
...	...	...	...
...	...	...	...
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			16

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Tabela 2.14 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados na Vila de Minas Novas (1828)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Desemb. Bernardo Pereira de Vasconcellos	Magistrado, Deputado por Minas	Ouro Preto (MG)	50
Pe. Jozé Custodio Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Corte	41
Desemb. Jozé Carlos Per. ^a de Almeida Torres	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	41
Dr. João Joze Lopes Mendes Ribeiro	Deputado por Minas, Presidente da Província	Ouro Preto (MG)	40
Cap. Mor Custodio Jozé Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Jacuí (MG)	36
Desemb. Joze Antonio da Silva Maya	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	36
Desemb. Antonio Paulino Limpo de Abreo	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	33
Brig. Raymundo Joze da Cunha Mattos	Militar, Deputado por Goiás	Corte	33
Côn. Joze Bento Leite Ferreira de Mello	Pároco de Pouso Alegre, Deputado por Minas	Campanha (MG)	30
Dr. Manoel Gomes da Fonseca	Médico, Deputado por Pernambuco	Corte	28
Vig. Carlos Pereira Freire de Moura	Pároco de S. Domingos do Araçuaí	Minas Novas (MG)	28
Côn. Dr. Joaquim Joze Lopes Mendes Ribeiro	Pároco de Piranga, Deputado por Minas	Mariana (MG)	26
Cel. Francisco de Assis e Lorena	Comandante das Armas da Província	Ouro Preto (MG)	24
D. Romualdo Antonio de Seixas	Arcebispo da Bahia, Deputado pela Bahia	Salvador (BA)	24
Baptista Caetano d'Almeida	Negociante, protetor da folha <i>Astro de Minas</i>	S. João del-Rei (MG)	22
Cel. Joze Felizardo da Costa	Proprietário	Minas Novas (MG)	22
Desemb. Candido Joze de Araujo Viana	Magistrado, Deputado por Minas	Alagoas (AL)	20
Vig. João Dias de Quadros Aranha	Vigário da Vara de Pouso Alegre	Campanha (MG)	20
Pe. Jozé Martiniano d'Alencar	Proprietário	Crato (CE)	20
Gabriel Francisco Junqueira	Proprietário	S. João del-Rei (MG)	19
Vig. João Nepomuceno Moreira de Pinho	Vigário Geral	Minas Novas (MG)	19
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			59

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

O Colégio Eleitoral da Vila de Minas Novas

Procuraram influir sobre os eleitores de Minas Novas, a partir da capital provincial, os dois partidos que disputavam as eleições. De um lado, dizia-se que o Presidente da Província, o Doutor João Joze Lopes Mendes Ribeiro, havia enviado emissários à Comarca do Serro Frio, a fim de reunir votos para os candidatos do *partido moderado*: estes teriam sido repelidos na Vila do Príncipe e no Arraial do Tijuco, mas teriam sido bem acolhidos na Barra do Rio das Velhas e em Minas Novas. Do lado contrário, Vasconcellos havia escrito a amigos residentes na Comarca do Serro Frio, a fim de manejar as eleições em favor do *partido liberal*, não descuidando do eleitorado de Minas Novas.

Entre os eleitores que haveriam de compor o colégio de Minas Novas, encontravam-se Jozé de Souza Barradas (tio materno de Vasconcellos, e vigário paroquial da freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí) e Martinho Antonio de Miranda Ribeiro (irmão mais novo do Deputado Joze Cesario de Miranda Ribeiro, e oficial inferior do Regimento de Cavalaria de Primeira Linha). Mesmo assim, os *liberais* de Ouro Preto e da Comarca do Rio das Mortes temiam uma eventual vitória de seus adversários naquele ponto da província que lhes parecia tão distante (e, portanto, tão alheio à sua influência). O redator do periódico ouro-pretano *O Universal* chegou a apontar o colégio de Minas Novas como um dos “mais desviados do espírito público” (isto é, livre da influência do *partido liberal*), geralmente dominado “por criaturas do Poder” (isto é, agentes do partido instalado no governo), e carente de uma “boa direção” (indicativo de que faltava ao *partido liberal* um ponto de apoio no lugar). Vê-se, tanto n’*O Universal*, como em seu correligionário sanjoanense (o periódico *Astro de Minas*), o receio que os *liberais* tinham do sentido que as

eleições poderiam tomar em Minas Novas, bem como a excessiva confiança que os *moderados* depositavam sobre o eleitorado minasnovense.⁴⁸

Noventa e quatro eleitores paroquiais deveriam se reunir na Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí – o que faria dele o segundo maior da Província de Minas Gerais (menor apenas do que o da Vila da Campanha). No entanto, quando da instalação do colégio, apenas cinquenta e nove eleitores estiveram presentes: muitos haviam deixado de comparecer por causa das chuvas fortes e das enchentes dos rios Jequitinhonha e Araçuaí. Os estragos eram muitos: inúmeras áreas estavam alagadas, pontes destruídas, estradas intransitáveis, plantações arruinadas, gado perdido, enfermidades e mortes flagelando a população... Por esse motivo, instalado com menos de dois terços de seus membros, uma das primeiras decisões do colégio foi aliviar os eleitores ausentes da multa prevista pela lei. Mesmo diminuído pelas intempéries, Minas Novas continuava sendo o quarto maior colégio da província, tendo grande importância, no cômputo geral da eleição, o resultado dos votos ali prestados.

A presidência dos trabalhos eleitorais coube ao Coronel Joze Felizardo da Costa. Para secretariá-lo, foram escolhidos João Joze Alves e Jozé Marques das Neves e, para servirem como escrutinadores, saíram eleitos o Padre Floriano Fernandes de Oliveira Sobral e o Padre Francisco Ferreira Paulino. Assim composta a mesa diretora, tiveram início as eleições em Minas Novas, começando-se pela indicação de vinte nomes à Assembléia Geral do Império.

Ao fim da votação, nas cinquenta e nove listas apuradas, sufragaram-se cento e vinte nomes (dos quais dezoito haviam recebido um único voto). Houve, todavia, nove nomes (todos – menos um – candidatos do *partido liberal*) que reuniram a maioria absoluta dos votos ali prestados (vide Tabela 2.14). Destes, quatro foram votados por mais de dois terços do

⁴⁸ *O Universal* (213), 21/11/1828, p.4.

eleitorado (sendo que, destes, apenas um obteve o apoio de mais de três quartos da assembléia – o Deputado Vasconcellos).

Seguiram-se outros noventa e nove nomes, com menos votos.⁴⁹ Passou-se então à eleição dos seis membros do Conselho do Governo e à dos vinte e um membros do Conselho Geral da Província, bem como à do Promotor Público de Justiça e à dos sessenta membros do Tribunal do Júri da Comarca do Serro Frio. Em tempo de participar dessas outras eleições, compareceram, com atraso, meia dúzia de eleitores paroquiais, ausentes na indicação dos Deputados à Assembléia Geral do Império.

Dos seis nomes a serem indicados pelo eleitorado minasnovense ao Conselho do Governo, houve quatro que reuniram a maioria absoluta dos votos: o Deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos, o Coronel Joze Felizardo da Costa, o Vigário João Nepomuceno Moreira de Pinho, e o Vigário Carlos Pereira Freire de Moura (os três últimos notabilidades locais, que também estiveram entre os mais votados para a Assembléia Geral).⁵⁰

Quanto aos vinte e um nomes a serem indicados para o Conselho Geral da Província, houve quinze que reuniram a maioria absoluta dos votos. Novamente, encabeçaram a votação o Coronel Joze Felizardo da Costa e os Vigários João Nepomuceno Moreira de Pinho e Carlos Pereira Freire de Moura. Também Vasconcellos esteve entre esses quinze nomes (foi o sétimo mais votado), sendo o único nome de fora da Comarca do Serro Frio a reunir ali uma tão expressiva votação.⁵¹

⁴⁹ *Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Minas Novas do Araçuaí*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 40.

⁵⁰ Os seis nomes mais votados em Minas Novas para o Conselho do Governo foram: Bernardo Pereira de Vasconcellos (com cinquenta e oito votos), Joze Felizardo da Costa (com cinquenta e um votos), João Nepomuceno Moreira de Pinho (com cinquenta votos), Carlos Pereira Freire de Moura (com quarenta e um votos), Manoel Vieira Couto (com vinte e um votos), Floriano Fernandes de Oliveira Sobral (com dezenove votos). Seguiram-se outros tantos nomes, com menos votos. *O Universal* (245) 04/02/1829, p.3.

⁵¹ Na indicação de vinte e um nomes ao Conselho Geral da Província, obtiveram a maioria absoluta de votos prestados em Minas Novas: Joze Felizardo da Costa (com sessenta e três votos), João Nepomuceno Moreira de Pinho (com sessenta e três votos), Carlos Pereira Freire de Moura (com sessenta e três votos), Joze da Silva Guimarães e Veiga (com sessenta e dois votos), Floriano Fernandes de Oliveira Sobral (com sessenta e um votos), Antonio Joze da Costa (com cinquenta e sete votos), Bernardo Pereira de Vasconcellos (com cinquenta e seis votos), Manoel Vieira do Couto (com cinquenta e quatro votos), João Pereira de Araujo Pinto (com

Vê-se, pelo resultado da votação em Minas Novas, que o Presidente da Província João Joze Lopes conseguiu para si uma votação bastante expressiva, mas não conseguiu o mesmo para os seus candidatos: pois a maioria absoluta dos eleitores minasnovenses ficou ao lado de Vasconcellos, apoiando a maioria dos seus indicados. Além disso, destacaram-se como influências locais o Coronel Joze Felizardo da Costa e os vigários Carlos Pereira Freire de Moura e João Nepomuceno Moreira de Pinho.

-x-

O Colégio Eleitoral da Vila de São João del-Rei

No Colégio Eleitoral da Vila de São João del-Rei, cabeça da Comarca do Rio das Mortes, reuniram-se cinquenta eleitores paroquiais, oriundos das diversas freguesias que compunham aquele termo municipal.

O jovem magistrado Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, empregado como Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei mas que, interinamente, vinha atuando como Ouvidor e Corregedor da Comarca do Rio das Mortes (e cujo nome já havia sido lembrado pelos periódicos *A Aurora Fluminense* e *O Precursor das Eleições* para ocupar um assento na Assembléia Geral do Império) foi o escolhido pelo eleitorado sanjoanense para a presidência do colégio. A fim de secretariá-lo, foram eleitos Luiz Joaquim Nogueira da Gama (empregado como Tesoureiro da Intendência da Comarca do Rio das Mortes e cunhado do Deputado Joze Cesario de Miranda Ribeiro) e o Alferes Antonio Fernandes Moreira, e, para escrutinadores, o

cinquenta e dois votos), Domingos Antonio de Oliveira (com quarenta e quatro votos), Francisco Manoel da Silva (com quarenta e um votos), Antonio Joze Coelho (com trinta e sete votos), Pedro Joze Virsiani (com trinta e sete votos), Joaquim Joze da Fonseca (com trinta e cinco votos), Joze Theodoro de Sá (com trinta e cinco votos). Seguiram-se outros tantos nomes, com menos votos. *O Universal* (244) 02/02/1829, p.4.

Tabela 2.15 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados na Vila de São João del-Rei (1828)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Desemb. Antonio Paulino Limpo de Abreo	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	48
Desemb. Bernardo Pereira de Vasconcellos	Magistrado, Deputado por Minas	Ouro Preto (MG)	47
Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho	Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei	S. João del-Rei (MG)	45
Brig. Raymundo Joze da Cunha Mattos	Militar, Deputado por Goiás	Corte	45
Dr. Antonio Joaquim Fortes de Bustamante	Proprietário	Barbacena (MG)	43
Dr. Antonio Pinto Chichorro da Gama	Juiz de Fora da Vila de Pitangui	Pitangui (MG)	42
Dr. Francisco de Paula Cerqueira Leite	Juiz de Fora da Vila de Guaratinguetá	Guaratinguetá (SP)	42
Dr. Marcianno Pereira Ribeiro	Médico	Porto Alegre (RS)	39
Dr. Lourenço Jozé Ribeiro	Vice Diretor do Curso Jurídico de Olinda	Olinda (PE)	38
Pe. Jozé Custodio Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Corte	38
Pe. Dr. Antonio Maria de Moira	Lente do Curso Jurídico de São Paulo	São Paulo (SP)	36
Desemb. Jozé Carlos Per. ^a de Almeida Torres	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	35
Dr. Bernardo Belizario Soares de Souza	Juiz de Fora da Vila da Campanha	Campanha (MG)	34
Côn. Joze Bento Leite Ferreira de Mello	Pároco de Pouso Alegre, Deputado por Minas	Campanha (MG)	33
Desemb. Joze Antonio da Silva Maya	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	33
Dr. Joaquim Candido Soares de Meirelles	Médico	Corte	30
Dr. Honorio Hermeto Carneiro Leão	Juiz de Fora da Vila de São Sebastião	São Sebastião (SP)	29
Dr. Manoel Gomes da Fonseca	Médico, Deputado por Pernambuco	Corte	28
Cap. Mor Custodio Jozé Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Jacuí (MG)	25
Desemb. Antonio Pereira Barreto Pedrozo	Ajudante do Intendente Geral da Polícia	Corte	25
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			50

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Tabela 2.16 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados na Vila de São José (1828)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Dr. Francisco de Paula Cerqueira Leite	Juiz de Fora da Vila de Guaratinguetá	Guaratinguetá (SP)	34
Desemb. Joze Cesario de Miranda Ribeiro	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	32
Dr. Gabriel Mendes dos Santos	Juiz de Fora da Vila de Santos	Santos (SP)	32
Desemb. Joze Antonio da Silva Maya	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	28
Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho	Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei	S. João del-Rei (MG)	27
Dr. Lourenço Jozé Ribeiro	Vice Diretor do Curso Jurídico de Olinda	Olinda (PE)	27
Desemb. Bernardo Pereira de Vasconcellos	Magistrado, Deputado por Minas	Ouro Preto (MG)	26
Vig. Joze de Abreu e Silva	Pároco de Aiuruoca	Baependi (MG)	24
Desemb. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	24
Desemb. Jozé Carlos Per. ^a de Almeida Torres	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	23
Dr. Bernardo Belizario Soares de Souza	Juiz de Fora da Vila da Campanha	Campanha (MG)	22
Desemb. Candido Joze de Araujo Viana	Magistrado, Deputado por Minas	Alagoas (AL)	22
Dr. Antonio Pinto Chichorro da Gama	Juiz de Fora da Vila de Pitangui	Pitangui (MG)	21
Desemb. Antonio Paulino Limpo de Abreo	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	18
Desemb. Manoel Ignacio de Mello e Souza	..., Deputado por Minas	Mariana (MG)	18
Côn. Antonio Marques de Sampaio	Pároco de Barbacena, Deputado por Minas	Barbacena (MG)	17
Dr. Manoel Fernandes Correia Pinto	Juiz de Fora da Fidelíssima Vila do Sabará	Sabará (MG)	15
Cons. Joze de Rezende Costa	Empregado público, Deputado por Minas	Corte	15
Cap. Mor Custodio Jozé Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Jacuí (MG)	14
Pe. Manoel Joaquim Ribeiro	Lente de Filosofia	Ouro Preto (MG)	14
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			34

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Padre João Ferreira Leite e o Capitão Mor João Pereira Pimentel (quase todos eram nomes pelos quais o periódico *Astro de Minas* havia se empenhado nas eleições primárias).⁵²

No dia seguinte, recolheram-se e apuraram-se os votos, ficando patente o apoio ali dado ao *partido liberal* (recaindo a preferência da maioria do eleitorado nos jovens bacharéis arregimentados pelos chefes oposicionistas). Ao fim da votação, nas cinquenta listas apuradas, sufragaram-se setenta e nove nomes (dos quais vinte e cinco haviam recebido um único voto). Houve, todavia (vide Tabela 2.15), vinte nomes (todos candidatos pelo *partido liberal*) que reuniram a maioria absoluta dos votos ali prestados – dos quais treze foram votados por mais de dois terços do eleitorado (sendo que, destes, dez obtiveram o apoio de mais de três quartos da assembléia).

Seguiram-se outros cinquenta e nove nomes, com menos votos.⁵³ Passou-se então à eleição dos seis membros do Conselho do Governo e à dos vinte e um membros do Conselho Geral da Província, bem como à do Promotor Público de Justiça e à dos sessenta membros do Tribunal do Júri da Comarca do Rio das Mortes.

O Colégio Eleitoral da Vila de São José

Reuniram-se, no Colégio Eleitoral da Vila de São José, trinta e quatro eleitores paroquiais, procedentes das diversas freguesias que compunham aquele termo municipal. Os trabalhos eleitorais tiveram início no dia 16 de Novembro, sendo escolhido para presidi-los o Capitão Mor Manoel da Costa Maya. Para secretários, foram eleitos o Tenente Coronel Severino Eulogio Ribeiro de Rezende (irmão do Conde de Valença, Senador do Império pela Província de Minas Gerais) e o Capitão Manoel Pereira dos Santos Vianna (casado com uma

⁵² *Astro de Minas* (119), 21/08/1828, p.2.

⁵³ *Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila de São João del-Rei*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 100, documento 8.

sobrinha do Deputado Custodio Jozé Dias); para escrutinadores, o Vigário Antonio Rodrigues Chaves e o Coronel Geraldo Ribeiro de Rezende (outro irmão do Conde de Valença).

Ao fim da votação, nas trinta e quatro listas apuradas, sufragaram-se sessenta e nove nomes (dos quais dezesseis haviam recebido um único voto). Houve, todavia (vide Tabela 2.16), quinze nomes (a maioria candidatos do *partido liberal*) que reuniram a maioria absoluta dos votos ali prestados – dos quais dez foram votados por mais de dois terços do eleitorado (sendo que, destes, sete obtiveram o apoio de mais de três quartos da assembléia).

Seguiram-se outros quarenta e nove nomes, com menos votos.⁵⁴ Passou-se então à eleição dos seis membros do Conselho do Governo e à dos vinte e um membros do Conselho Geral da Província, bem como à do Promotor Público de Justiça e à dos sessenta membros do Tribunal do Júri da Comarca do Rio das Mortes.

A despeito da composição da mesa diretora deste Colégio Eleitoral, da qual participaram dois irmãos do Conde de Valença, nele o *partido liberal* (que advogava o predomínio do *elemento democrático* sobre o *aristocrático* na Constituição do Império) obteve vantagem sobre o *partido moderado* (acusado de ter feição *ministerial* e pretensões *aristocráticas*). Esse triunfo oposicionista não impediu, todavia, que alguns nomes apoiados pelo governo fossem bem votados em São José. Na verdade, o *liberalismo* manifestado nas preferências do eleitorado ali reunido não era propriamente radical: percebe-se, nesse Colégio Eleitoral, uma predileção pelos bacharéis em Leis, especialmente os mais jovens – entre os quais o magistrado Gabriel Mendes dos Santos (que tinha parentes que fizeram parte do Colégio Eleitoral e que foi um dos nomes indicados pelo *Astro de Minas* para a Assembléia Geral).

⁵⁴ *Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila de São José*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 24.

O Colégio Eleitoral da Nobre e Muito Leal Vila de Barbacena

A ata do Colégio Eleitoral da Nobre e Muito Leal Vila de Barbacena não sobreviveu à ação deletéria do tempo.⁵⁵

Apesar disso, o periódico *O Universal* publicou uma relação de todos os nomes que ali obtiveram votos. Por causa dessa vicissitude, não se tem o nome dos membros da mesa diretora dos trabalhos eleitorais, mas se sabe que, ao fim da votação, nas trinta listas ali apuradas, sufragaram-se sessenta e três nomes (dos quais treze haviam recebido um único voto). Houve ainda vinte nomes (todos – menos um: o do Presidente da Província – candidatos do *partido liberal*) que reuniram a maioria absoluta dos votos ali prestados (vide Tabela 2.17) – dos quais dezessete foram votados por mais de dois terços do eleitorado (sendo que, destes, onze obtiveram o apoio de mais de três quartos da assembléia).

Seguiram-se outros quarenta nomes, com menos votos.⁵⁶ Passou-se então à eleição dos seis membros do Conselho do Governo e à dos vinte e um membros do Conselho Geral da Província, bem como à do Promotor Público de Justiça e à dos sessenta membros do Tribunal do Júri da Comarca do Rio das Mortes.

Sobre o resultado dessa votação, disse o redator d’*O Universal*:

Em Barbacena, os *absolutistas* minaram e contra-minaram furiosamente; lá *puderam torcer alguns eleitores menos firmes...* e o resto? O resto votou *otimamente*. [...] Vivam os *eleitores liberais!*...⁵⁷

A referência aos “*eleitores menos firmes*” feita pelo redator d’*O Universal* pode tanto dizer respeito aos dezessete que incluíram em suas listas o nome do Presidente da Província (que procurava dirigir a Província de Minas no sentido do *partido moderado*), quanto aos quatro que, apesar de haverem indicado Vasconcellos, Maya e o Padre Custodio Dias para

⁵⁵ Não há exemplar algum dessa ata no Arquivo Público Mineiro, no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional, ou no Arquivo da Câmara dos Deputados.

⁵⁶ “Relação das pessoas que obtiverão votos para Deputados no Collegio Eleitoral de Barbacena”, *apud O Universal* (222), 12/12/1828, pp.3-4.

⁵⁷ *O Universal* (213), 21/11/1828, p.4.

Tabela 2.17 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados na Vila de Barbacena (1828)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Desemb. Bernardo Pereira de Vasconcellos	Magistrado, Deputado por Minas	Ouro Preto (MG)	30
Desemb. Joze Antonio da Silva Maya	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	30
Pe. Jozé Custodio Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Corte	30
Cap. Mor Custodio Jozé Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Jacuí (MG)	28
Brig. Raymundo Joze da Cunha Mattos	Militar, Deputado por Goiás	Corte	27
Pe. Dr. Antonio Maria de Moira	Lente do Curso Jurídico de São Paulo	São Paulo (SP)	26
Côn. Joze Bento Leite Ferreira de Mello	Pároco de Pouso Alegre, Deputado por Minas	Campanha (MG)	25
Dr. Marcianno Pereira Ribeiro	Médico	Porto Alegre (RS)	25
Dr. Francisco de Paula Cerqueira Leite	Juiz de Fora da Vila de Guaratinguetá	Guaratinguetá (SP)	23
Dr. Gabriel Mendes dos Santos	Juiz de Fora da Vila de Santos	Santos (SP)	23
Dr. Manoel Gomes da Fonseca	Médico, Deputado por Pernambuco	Corte	23
Dr. Antonio Joaquim Fortes de Bustamante	Proprietário	Barbacena (MG)	22
Desemb. Antonio Pereira Barreto Pedrozo	Ajudante do Intendente Geral da Polícia	Corte	21
Cap. João Antonio de Lemos	Negociante	Campanha (MG)	21
Te. Cel. José Feliciano Pinto Coelho da Cunha	Proprietário	Caeté (MG)	21
Pe. Jozé Martiniano d'Alencar	Proprietário	Crato (CE)	21
Dr. Antonio Pinto Chichorro da Gama	Juiz de Fora da Vila de Pitangui	Pitangui (MG)	20
Desemb. Antonio Paulino Limpo de Abreo	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	19
Dr. Cornelio Ferreira França	Ouvidor da Comarca do Ouro Preto	Ouro Preto (MG)	18
Dr. João Joze Lopes Mendes Ribeiro	Deputado por Minas, Presidente da Província	Ouro Preto (MG)	17
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			30

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Tabela 2.18 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados na Vila de Tamanduá (1828)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho	Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei	S. João del-Rei (MG)	37
Desemb. Joze Antonio da Silva Maya	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	33
Vig. Antonio Jose da Silva	Pároco de Uberaba	Uberaba (MG)	25
Desemb. Bernardo Pereira de Vasconcellos	Magistrado, Deputado por Minas	Ouro Preto (MG)	23
Dr. João Joze Lopes Mendes Ribeiro	Deputado por Minas, Presidente da Província	Ouro Preto (MG)	23
Desemb. Candido Joze de Araujo Viana	Magistrado, Deputado por Minas	Alagoas (AL)	22
Brig. Raymundo Joze da Cunha Mattos	Militar, Deputado por Goiás	Corte	22
Desemb. Francisco de Paula Pereira Duarte	Chanceler da Relação do Maranhão	São Luís (MA)	21
Vig. João Antunes Corrêa	Pároco de Tamanduá	Tamanduá (MG)	21
Desemb. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	21
Côn. Antonio da Roxa Franco	Pároco de Curvelo, Deputado por Minas	Curvelo (MG)	20
Cap. Mor Custodio Jozé Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Jacuí (MG)	20
Cons. Joze de Rezende Costa	Empregado público, Deputado por Minas	Corte	20
Dr. Manoel Fernandes Correia Pinto	Juiz de Fora da Fidelíssima Vila do Sabará	Sabará (MG)	20
Ch. de Div. Miguel de Souza Mello e Alvim	Ministro de Estado dos Negócios da Marinha	Corte	19
Te. Gal. Joaquim de Oliveira Alvares	Ministro de Estado dos Negócios da Guerra	Corte	18
Dr. Joaquim José do Amaral	Juiz de Fora da Imperial Cidade do Ouro Preto	Ouro Preto (MG)	18
Cons. Joze Antonio Lisboa	Deputado à Junta do Comércio	Corte	18
Cel. Martim Francisco Ribeiro de Andrada	Proprietário	Egresso do exílio	18
Dr. Gabriel Mendes dos Santos	Juiz de Fora da Vila de Santos	Santos (SP)	17
Cel. Francisco de Assis e Lorena	Comandante das Armas da Província	Ouro Preto (MG)	17
Côn. Dr. Joaquim Joze Lopes Mendes Ribeiro	Pároco de Piranga, Deputado por Minas	Mariana (MG)	17
Cap. João Joaquim da Silva Guimarães	Empregado público, Deputado por Minas	Ouro Preto (MG)	17
Desemb. Joze Bernardo de Figueiredo	Ministro do Supremo Tribunal de Justiça	Corte	17
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			42

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Deputados, deram também seus votos para o Vigário de Barbacena e seus aliados. Ainda assim, esses votos não foram bastantes para impedir a vitória do *partido liberal*.

Destaque seja dado ao resultado das indicações dos seis membros do Conselho do Governo e dos vinte e um membros do Conselho Geral da Província.

Na primeira, o eleitorado reunido em Barbacena esteve acorde quanto a cinco nomes (que obtiveram de cerca de dois terços dos votos para mais): o Deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos (que apareceu em todas as trinta listas ali sufragadas), o Doutor Theotônio Alvares de Oliveira Maciel (que recebeu vinte e cinco votos), o Chantre Doutor Francisco Pereira de Santa Apollonia (que recebeu vinte e quatro votos), o Desembargador Manoel Ignacio de Mello e Souza (que recebeu vinte votos), e o Tenente Coronel José Feliciano Pinto Coelho da Cunha (que recebeu dezenove votos); mal chegando a um terço dos votos os demais nomes. Esses cinco varões foram também os mais votados para o Conselho Geral da Província, seguidos ainda pelo Padre Manoel Rodrigues da Costa, antigo Inconfidente e Constituinte de 1823, residente no termo municipal da Nobre e Muito Leal Vila de Barbacena (todos os seis constantes em mais de dois terços das listas ali apuradas para a indicação dos membros do Conselho Geral) – indicativo de sua influência junto ao eleitorado barbacenense, nessas eleições, no sentido do *partido liberal*.

O Colégio Eleitoral da Vila de São Bento do Tamanduá

Formou-se o Colégio Eleitoral da Vila de São Bento do Tamanduá a partir da reunião de quarenta e dois eleitores paroquiais, oriundos das quatro freguesias que compunham aquele termo municipal (isto é, além da Freguesia de São Bento do Tamanduá, também as vizinhas do Senhor Bom Jesus do Campo Belo, de Nossa Senhora do Livramento do Piumhi, e de Sant'Ana do Bambuí).

É sabido que o partido que se autodenominava *moderado* contava com o apoio de Tamanduá. O redator d'*O Universal*, que escreveu a esse respeito, considerava Tamanduá um dos colégios que estavam “muito desviados do espírito público” (que ele, evidentemente, identificava como sendo o “espírito liberal”), atribuindo esse “desvio” ao fato de Tamanduá estar “dominado inteiramente pelo Capitão Mor do Termo, [sendo] que só não verga para onde [o Capitão Mor] quer o Vigário da Freguesia da Vila: todos os mais seguem sem hesitação as ordens deste Senhor”. Referia-se o redator d'*O Universal* ao Capitão Mor João Quintino de Oliveira, dando-lhe como adversário o Vigário João Antunes Corrêa, a quem o *partido liberal* dedicava sua simpatia (dele dependendo para conseguir votos naquele colégio).⁵⁸

Para tristeza dos liberais, a fim de compor sua mesa diretora, o Colégio Eleitoral da Vila de São Bento do Tamanduá elegeu justamente ao Capitão Mor João Quintino de Oliveira. A fim de secretariá-lo, foram escolhidos o negociante Manoel Joaquim do Amaral e o advogado Luiz Marianno de Moraes. Para servirem como escrutinadores, foram eleitos os boticários Bernardo Alves Moreira e Antonio Affonço Lamonier. Assim composta a mesa diretora, procedeu-se à indicação dos vinte Deputados à Assembléia Geral do Império.

Ao fim da votação, nas quarenta e duas listas apuradas, sufragaram-se setenta e quatro nomes (dos quais quinze haviam recebido um único voto). Houve, todavia (vide Tabela 2.18), dez nomes (uma amálgama de *liberais*, *moderados* e notabilidades locais) que reuniram a maioria absoluta dos votos ali prestados – dos quais dois foram votados por mais de três quartos do eleitorado.

Seguiram-se outros cinquenta nomes, com menos votos.⁵⁹ Passou-se então à eleição dos seis membros do Conselho do Governo e à dos vinte e um membros do Conselho Geral da

⁵⁸ *O Universal* (167), 06/08/1828, pp.1-2. Vide tb *O Universal* (213), 21/11/1828, p.4.

⁵⁹ *Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila de São Bento do Tamanduá*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 31.

Província, bem como à do Promotor Público de Justiça e à dos sessenta membros do Tribunal do Júri da Comarca do Rio das Mortes.

Na indicação de nomes à Câmara dos Deputados, com mais de três quartos dos votos prestados em Tamanduá, aparecem o Doutor Aureliano (maior autoridade civil da Comarca do Rio das Mortes, razão pela qual foi ali cortejado pelos dois partidos) e o Deputado Maya (então apoiado pelos dois partidos). Se Vasconcellos aparece em pouco mais da metade das listas apuradas em Tamanduá, o mesmo pode ser dito de seu arqui-rival, o Presidente João Joze Lopes, que obteve o mesmíssimo número de votos. Ao que parece, estava o Colégio Eleitoral praticamente dividido ao meio: enquanto os eleitores *moderados* concentraram seus votos nalguns poucos nomes, numa votação mais compacta, os eleitores *liberais* dispersaram seus votos – daí a ligeira vantagem ali obtida pelos candidatos do *partido do governo* sobre os *da oposição*...

Também na indicação de nomes ao Conselho do Governo e ao Conselho Geral da Província se observou semelhante divisão do eleitorado tamanduaense. Dos seis nomes a serem indicados ao Conselho do Governo, apenas um obteve mais da metade dos votos (o Doutor Theotônio Maciel), enquanto que, dos vinte e um nomes a serem indicados ao Conselho Geral, houve quatorze (uma amálgama de candidatos *liberais* e *moderados*).

Pelo apoio encontrado pela *oposição* nesse reduto *governista*, o redator d’*O Universal* chegou a exultar, profetizando o que considerava ser a “gradativa e inevitável” *democratização* do Brasil (projeto político do qual se mostrava adepto):

Os progressos da civilização e o desenvolvimento do espírito público constitucional são tão sensíveis na nossa Pátria, como se manifesta a todas as luzes da relação que deixamos copiada [*isto é, o resultado da eleição em Tamanduá*]. O Colégio de Tamanduá, que era a esperança dos *Mandões*, procedeu desta vez com *muito maior acerto*, e se não podemos dizer que a sua votação foi no todo boa, ao menos podemos assegurar que foi *muito melhor que as precedentes*. São, portanto, dignos de louvor os senhores eleitores de Tamanduá, que souberam *resistir às tentativas do Chefe das Ordenanças*, e nós esperamos que, animados de um puro patriotismo, saberão mostrar aos seus compatriotas que lhes não cedem em desejos de bem servir à sua Província. *Brevemente findará o domínio desses Agentes dos Mandões, e seremos governados por autoridades da nossa comum escolha*. Dignos Juizes de Paz, eleitos dentre os mais probos e honrados Cidadãos, vão substituir às Ordenanças

(até agora favoritas do Governo, a cujo patronato deveram o seu nascimento e conservação) e farão cair por terra esses colossos levantados para opressão do Povo. Um pouco de sofrimento e nossos males terão remédio.⁶⁰

O Colégio Eleitoral da Vila de Queluz

No Colégio Eleitoral da Vila de Queluz, estiveram reunidos os eleitores paroquiais das diferentes freguesias que compunham aquele termo municipal, mais os da parte da Freguesia de Congonhas do Campo que pertencia ao termo municipal da Imperial Cidade de Ouro Preto.

Composto o Colégio Eleitoral por trinta e cinco eleitores paroquiais, dezoito deles o eram pela Freguesia de Congonhas do Campo – o que muito haveria de influir nas votações.

A presidência dos trabalhos eleitorais recaiu sobre o Coronel Romualdo Joze Monteiro de Barros (sogro do Deputado Joze Cesario de Miranda Ribeiro, além de irmão do Visconde de Congonhas do Campo, Senador pela Província de São Paulo, e do Cônego Marcos Antonio Monteiro de Barros, Senador pela Província de Minas Gerais). Para secretariá-lo, foram eleitos o Vigário Candido Thadeo Pereira Brandão e o Padre Antonio Ribeiro de Andrade; e, para escrutinadores, o Comendador Joze Ignacio Gomes Barboza e o Capitão Jozé Joaquim Monteiro de Barros (irmão do Coronel Romualdo).

Antes da reunião do Colégio Eleitoral, já o redator d'*O Universal* havia publicado uma denúncia de *cabala eleitoral*: segundo um informante anônimo, o Senador Antonio Gonçalves Gomide havia escrito ao Comendador Barboza (um dos membros da mesa diretora), pedindo-lhe votos para o Vigário Antonio Marques de Sampaio, seu compadre, candidato à reeleição, e para outros candidatos do *partido moderado*.⁶¹

Ao fim da votação, nas trinta e seis listas apuradas, sufragaram-se cem nomes (dos quais dezoito haviam recebido um único voto). Houve, todavia (vide Tabela 2.19), sete nomes (a maioria candidatos do *partido liberal*) que reuniram a maioria absoluta dos votos ali

⁶⁰ *O Universal* (239), 21/01/1829, p.3.

⁶¹ *O Universal* (197) 15/10/1828, p.3.

prestados – dos quais cinco foram votados por mais de dois terços do eleitorado (sendo que, destes, três obtiveram o apoio de mais de três quartos da assembléia).

Seguiram-se outros oitenta nomes, com menos votos.⁶² Passou-se então à eleição dos seis membros do Conselho do Governo e à dos vinte e um membros do Conselho Geral da Província, bem como à do Promotor Público de Justiça e à dos sessenta membros do Tribunal do Júri da Comarca do Rio das Mortes.

Note-se que os três candidatos que obtiveram mais de três quartos dos votos para a Câmara dos Deputados prestados em Queluz foram o Deputado Vasconcellos, o Doutor Aureliano (que ocupava interinamente o lugar de Ouvidor e Corregedor da Comarca do Rio das Mortes) e o Deputado Joze Cesario (genro do Coronel Romualdo Joze Monteiro de Barros, que presidia os trabalhos eleitorais em Queluz), todos eles nomes lançados pelo *partido liberal* (embora os dois últimos tenham sido acolhidos também pelo eleitorado que, nessas eleições, seguiu o partido que se apresentava como *moderado*).

A despeito da preocupação com os votos que o *partido moderado* poderia colher em Queluz, o *partido liberal* parece ter se valido da influência da família Monteiro de Barros – que, a partir de Congonhas do Campo, tinha se projetado sobre toda a Província de Minas Gerais, assumindo uma importância que não se podia desprezar. Note-se que, entre os nomes mais votados para Deputados em Queluz, encontram-se o dito Coronel Romualdo, seu filho Francisco de Paula Monteiro de Barros, e seus genros Joze Cesario de Miranda Ribeiro (então em busca da reeleição) e Lourenço Jozé Ribeiro. O Deputado Antonio Augusto Monteiro de Barros (filho do Visconde de Congonhas do Campo e, portanto, sobrinho do Coronel Romualdo), que também buscava a reeleição, não foi, todavia, grandemente contemplado pelo eleitorado queluzense: obteve apenas nove dos trinta e seis votos ali apurados. Sua candidatura havia sido desamparada pelos chefes do *partido liberal*, sendo sua atuação na

⁶² *Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila de Queluz*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 42.

Câmara dos Deputados grandemente criticada no periódico sanjoanense *Astro de Minas*. Tampouco a candidatura do Juiz de Fora da Leal Cidade de Mariana, o Doutor Antonio Jose Monteiro de Barros (que, por sinal, era filho do Coronel Romualdo) empolgou o eleitorado reunido em Queluz: apesar de haver sido o terceiro nome mais votado em toda a Comarca de Ouro Preto (para o que muito contribuiu a votação que obteve em Mariana), nenhum voto recebeu no colégio presidido por seu pai. Dois irmãos do Coronel Romualdo obtiveram, para a Câmara dos Deputados, uma votação meramente simbólica (isto é, não se contava realmente com sua eleição): o Capitão Manoel Jozé (com sete votos), e o Capitão Jozé Joaquim (com dois votos).⁶³

Cumpré ainda destacar o que se passou na eleição para o Conselho Geral da Província. Dos vinte e um nomes a serem apresentados pelos eleitores paroquiais em suas listas, houve seis nomes que apareceram em pouco mais ou menos dois terços das listas apuradas em Queluz: o Deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos (que apareceu em trinta e três das trinta e seis listas apuradas), o Coronel Romualdo Joze Monteiro de Barros (com trinta e um votos), o Capitão Jozé Joaquim Monteiro de Barros (com vinte e sete votos), o Chantre Doutor Francisco Pereira de Santa Apollonia (com vinte e quatro votos), o Capitão Manoel Jozé Monteiro de Barros (com vinte e três votos) e o Doutor Theotônio Alvares de Oliveira Maciel (também com vinte e três votos). Além do Coronel Romualdo e seus dois irmãos, outro Monteiro de Barros foi indicado por muitos eleitores queluzenses para o Conselho Geral de Província: o Doutor João Baptista (filho do dito Coronel Romualdo). Este, porém, apareceu em pouco menos da metade das listas ali apuradas: obteve, ainda assim, dezessete votos.⁶⁴

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ *O Universal* (227), 24/12/1828, p.3.

Tabela 2.19 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados na Vila de Queluz (1828)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Desemb. Bernardo Pereira de Vasconcellos	Magistrado, Deputado por Minas	Ouro Preto (MG)	29
Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho	Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei	S. João del-Rei (MG)	28
Desemb. Joze Cesario de Miranda Ribeiro	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	27
Dr. Antonio Pinto Chichorro da Gama	Juiz de Fora da Vila de Pitangui	Pitangui (MG)	24
Desemb. Joze Antonio da Silva Maya	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	24
Desemb. Candido Joze de Araujo Viana	Magistrado, Deputado por Minas	Alagoas (AL)	23
Evaristo Ferreira da Veiga	Livreiro, redator da folha <i>Aurora Fluminense</i>	Corte	19
Côn. Joze Bento Leite Ferreira de Mello	Pároco de Pouso Alegre, Deputado por Minas	Campanha (MG)	17
Pe. Jozé Martiniano d'Alencar	Proprietário	Crato (CE)	16
Desemb. Cassiano Spiridião de Mello Mattos	Desembargador da Relação de Pernambuco	Salvador (BA)	16
Cap. Mor Custodio Jozé Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Jacuí (MG)	16
Pe. Manoel Rodrigues Jardim	Escriturário da Contadoria da Junta da Fazenda	Ouro Preto (MG)	15
Cel. Romualdo Joze Monteiro de Barros	Proprietário	Ouro Preto (MG)	15
Pe. Antonio Ribeiro de Andrade	Proprietário	Queluz (MG)	14
Dr. Francisco de Paula Vieira	Empregado da Administração Diamantina	Tijucu (MG)	13
Dr. Honorio Hermeto Carneiro Leão	Juiz de Fora da Vila de São Sebastião	São Sebastião (SP)	13
Dr. João Joze Lopes Mendes Ribeiro	Deputado por Minas, Presidente da Província	Ouro Preto (MG)	13
Dr. Francisco de Paula Monteiro de Barros	Ouvidor nomeado para o Ceará	Ouro Preto (MG)	12
Dr. Lourenço Jozé Ribeiro	Vice Diretor do Curso Jurídico de Olinda	Olinda (PE)	12
Vig. Candido Thadeo Pereira Brandão	Pároco de Queluz	Queluz (MG)	11
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			36

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Tabela 2.20 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados na Vila da Campanha (1828)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Desemb. Bernardo Pereira de Vasconcellos	Magistrado, Deputado por Minas	Ouro Preto (MG)	107
Cap. Mor Custodio Jozé Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Jacuí (MG)	106
Pe. Jozé Custodio Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Corte	105
Côn. Joze Bento Leite Ferreira de Mello	Pároco de Pouso Alegre, Deputado por Minas	Campanha (MG)	103
Joze Pedro Dias de Carvalho	Negociante, redator da folha <i>O Universal</i>	Ouro Preto (MG)	103
Sarg. Mor Jozé Joaquim Vieira Souto	Sargento Mor do Corpo de Engenheiros	Corte	98
Evaristo Ferreira da Veiga	Livreiro, redator da folha <i>Aurora Fluminense</i>	Corte	96
Baptista Caetano d'Almeida	Negociante, protetor da folha <i>Astro de Minas</i>	S. João del-Rei (MG)	95
Cap. João Antonio de Lemos	Negociante	Campanha (MG)	94
Desemb. Antonio Paulino Limpo de Abreo	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	93
Dr. Manoel Gomes da Fonseca	Médico, Deputado por Pernambuco	Corte	92
Dr. Bernardo Belizario Soares de Souza	Juiz de Fora da Vila da Campanha	Campanha (MG)	90
Vig. João Dias de Quadros Aranha	Vigário da Vara de Pouso Alegre	Campanha (MG)	85
Pe. Jozé Martiniano d'Alencar	Proprietário	Crato (CE)	80
Brig. Joze Maria Pinto Peixoto	Militar reformado	Corte	78
Francisco de Assis d'Azeredo Coutinho	Escriturário da Contadoria da Junta da Fazenda	Ouro Preto (MG)	75
Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho	Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei	S. João del-Rei (MG)	62
Pe. Antonio Jozé Martins	Capelão da Igreja da Sacra Família de Machado	Jacuí (MG)	47
Manoel Soares do Couto	Negociante, ex-redator da folha <i>O Universal</i>	Ouro Preto (MG)	47
Dr. Honorio Hermeto Carneiro Leão	Juiz de Fora da Vila de São Sebastião	São Sebastião (SP)	44
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			107

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Na avaliação do redator d'*O Universal*: “Em Queluz, não foram eles [*“os subornistas e compra-votos” do partido moderado*] tão infelizes, pois que foram lembrados alguns *amigalhões*; mas o Sr. Vasconcellos? Esse vem sempre em primeiro lugar”.⁶⁵

O Colégio Eleitoral da Vila da Campanha

No Colégio Eleitoral da Vila da Campanha, reuniram-se cento e sete eleitores paroquiais das diversas freguesias que compunham aquele termo municipal.

Com o maior eleitorado de toda a Província de Minas Gerais, Campanha estava sob a influência do Cônego Joze Bento Leite Ferreira de Mello, Deputado à Assembléia Geral e membro da *vanguarda do partido liberal*, que acabou sendo aclamado para dirigir ali os trabalhos eleitorais. Como secretários, foram eleitos o Padre Bento Joze Labre Rodrigues e o Tenente Coronel Francisco de Paula Ferreira Lopes; e, como escrutinadores, o Padre João Dias de Quadros Aranha e o Capitão João Antonio de Lemos – todos estes nomes simpáticos ao ideário do *partido liberal*.

Assim composta a mesa diretora, a eleição transcorreu sem grandes surpresas. Ao fim da votação, nas cento e sete listas apuradas, sufragaram-se setenta e sete nomes (dos quais quatorze haviam recebido um único voto). Houve, todavia (vide Tabela 2.20), dezessete nomes (todos candidatos do *partido liberal*) que reuniram a maioria absoluta dos votos ali prestados – dos quais quinze foram votados por mais de dois terços do eleitorado (sendo que, destes, treze obtiveram o apoio de mais de três quartos da assembléia). Vasconcellos encabeçou a votação, constando seu nome na totalidade das listas ali sufragadas.

Seguiram-se outros cinqüenta e sete nomes, com menos votos.⁶⁶ Passou-se então à eleição dos seis membros do Conselho do Governo e à dos vinte e um membros do Conselho

⁶⁵ *O Universal* (213), 21/11/1828, p.4.

⁶⁶ “Lista dos Cidadãos que obtiverão votos para Deputados no Collegio da Villa da Campanha”, *apud O Astro de Minas* (162), 29/11/1828, p.4; “Conclusão da Relação do N. antecedente” *apud O Astro de Minas* (163), 03/12/1828, pp.3-4.

Geral da Província, bem como à do Promotor Público de Justiça e à dos sessenta membros do Tribunal do Júri da Comarca do Rio das Mortes.

Há que se notar na Campanha o grande prestígio da *vanguarda* do *partido liberal*: Vasconcellos foi votado por todos os eleitores, seguido de perto por seus principais aliados (os irmãos Dias e o Cônego Joze Bento). Destaque-se ainda a grande deferência para com o jovem redator do periódico ouro-pretano *O Universal*: Joze Pedro Dias de Carvalho, sem ser candidato, obteve a quase totalidade dos votos prestados em Campanha – e sequer tinha idade legal para ser Deputado ou mesmo Eleitor Paroquial...

Digna de atenção é a preferência do eleitorado campanhense pelos periodistas e publicistas *liberais* em detrimento dos jovens bacharéis (que foram preferidos pelo eleitorado *liberal* de outras partes da província): ao que parece, na assembléia presidida pelo Cônego Joze Bento, os estudos superiores valiam menos do que o compromisso com a pauta de reivindicações do *partido liberal* (e, quiçá, com a própria causa revolucionária, caracterizada pelo desmantelamento da antiga ordem social e política, à qual os periodistas vinham servindo de instrumento, talvez com uma eficiência ainda maior do que os jovens recém-egressos da Universidade de Coimbra). O próprio Vasconcellos, então aliado de Joze Bento (com quem viria a se desavir anos depois), viria a imputar-lhe a tendência de menoscar o conhecimento das leis (e mesmo a obediência às mesmas) em detrimento da astúcia, dando isso como um traço de seu caráter. “Vivam as *tretas* e morram as *letras*!...” foi o dístico que Vasconcellos iria atribuir a Joze Bento, a quem ainda alcunharia de “mexeriqueiro”.⁶⁷

No que diz respeito aos nomes indicados pelo eleitorado campanhense para o Conselho do Governo e para o Conselho Geral da Província, a votação foi também bastante coesa e disciplinada: dos seis nomes a serem indicados pelo eleitorado ao Conselho do Governo, quatro reuniram a maioria absoluta dos votos. Vasconcellos aparece em cento e três

⁶⁷ *O Sete d'Abril* (268), 08/08/1835, pp.3-4.

das cento e sete listas, Joze Bento em setenta e três delas, o jovem Cornelio Ferreira França (Ouvidor e Corregedor da Comarca de Ouro Preto) em sessenta, e o Desembargador Manoel Ignacio de Mello e Souza em cinqüenta e cinco. Seguem-lhes, com menos votos, o jovem Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho (que vinha servindo interinamente de Ouvidor e Corregedor da Comarca do Rio das Mortes, de que o termo municipal da Vila de Campanha fazia parte), com cinqüenta, e, empatados com quarenta e quatro, o enérgico ancião Doutor Francisco Pereira de Santa Apollonia (Chantre da Sé de Mariana e importante aliado de Vasconcellos no Conselho do Governo que vinha se reunindo desde 1825) e o jovem magistrado Bernardo Belizario Soares de Souza (que ocupava o lugar de Juiz de Fora da Vila de Campanha). Os demais nomes mal alcançaram um quarto dos votos (note-se que os imediatos em votos eram todos ligados a periodismo *liberal*: Manoel Soares do Couto, com vinte e sete, Baptista Caetano d'Almeida, com vinte e três, e Joze Pedro Dias de Carvalho, com dezoito). Outros vinte e nove nomes foram sufragados, com menos votos.⁶⁸

Com relação aos vinte e um nomes a serem indicados para o Conselho Geral da Província, doze reuniram a maioria absoluta dos votos prestados em Campanha, sendo todos de homens residentes no termo municipal da Vila de Campanha, com uma única exceção: um sujeito que era casado com uma sobrinha afim do Deputado Custodio Jozé Dias.⁶⁹

⁶⁸ *O Universal* (223), 15/12/1828, p.3.

⁶⁹ *Ibidem*. Os nomes mais votados pelo eleitorado reunido em Campanha para o Conselho Geral de Província foram: Antonio Gualarte Brum (com oitenta e três votos), Francisco de Paula Ferreira Lopes (com oitenta votos), Bento Joze Labre Rodrigues (com setenta e oito votos), Ignacio Gomes Midões (com setenta e três votos), Bernardo Jacintho da Veiga (com setenta e três votos), Francisco Xavier de Salles (com setenta e um votos), Joaquim Ignacio Villas Boas da Gama (com setenta e um votos), Domingos Ferreira Lopes (com sessenta e três votos), Joaquim Pio da Silva (com sessenta e dois votos), João Antonio de Lemos (com sessenta e dois votos), João Dias de Quadros Aranha (com cinqüenta e sete votos), e Joze de Souza Lima (com cinqüenta e cinco votos). Seguiram-se outros sessenta e dois nomes, com menos votos. Tirando Joaquim Pio da Silva (casado com uma sobrinha afim do Deputado Custodio Jozé Dias), todos os demais nomes que apareceram em mais da metade das listas apuradas na Vila de Campanha eram residentes naquele termo municipal e notabilidades locais. Destes, porém, apenas o Capitão João Antonio de Lemos viria a ser efetivamente eleito membro do Conselho Geral, por haver alcançado votos suficientes no restante da província. Sinal de que os maiorais de Campanha admitiram transigir com outras influências regionais nas indicações para a Câmara dos Deputados, estiveram menos inclinados a transigir na indicação de nomes para o Conselho do Governo, e se lançaram sozinhos na disputa pelos assentos do Conselho Geral.

Uma vitória tão estrondosa não ficaria limitada às urnas. Tanto o periódico sanjoanense *Astro de Minas* quanto o ouropretano *O Universal* haveriam de transcrever o relato de um correspondente, que se assinava “O expectador das Eleições Campanhenses”:

[...] os dias em que duraram as reuniões [*do Colégio Eleitoral*] foram todos dias de festa e de gala nacional: a alegria reinava em todos os semblantes, espontâneas iluminações gerais, fogos no ar anunciavam por toda a parte o prazer que ocupava os corações. Entre tudo isso, merece particular atenção o brilho do dia 17, no qual reunidos à noite todos os Eleitores e povo da Vila [*após a indicação de nomes para a Câmara dos Deputados*], percorrendo pelas ruas dela ao som de alegres instrumentos músicos e fogos do ar, dando fervorosos vivas à Constituição, à Sua Majestade Imperial, à Assembléia Geral, e ao Colégio Eleitoral, findo o giro, se recolheram à Casa da Câmara, onde se achava disposto um asseado refresco, preparado e oferecido pelos Eleitores da Vila. Ali, durante a refeição, se fizeram vários brindes análogos ao objeto; abrilhantou aquele ato o Sargento Mor Antonio Joze de Mello Trant, recitando um discurso relativo ao assunto do dia. Quis o Colégio perpetuar a memória desta reunião com um ato de humanidade e caridade cristã, e, para isso, subscreveram com a soma necessária para o resgate de uma infeliz cativa.⁷⁰

Os adversários de Vasconcellos, tempos depois, viriam a acusá-lo de haver, com seus aliados, manejado as eleições em Campanha. A acusação seria feita pelo periódico fluminense *O Analista* – que, pela primeira vez, fazia referência a um *club* secreto, com um projeto revolucionário de assalto ao poder.⁷¹

O Colégio Eleitoral da Vila de Santa Maria de Baependi

No Colégio Eleitoral da Vila de Santa Maria de Baependi, quarto maior da Província de Minas Gerais e segundo maior da Comarca do Rio das Mortes, reuniram-se cinquenta e quatro eleitores paroquiais das diversas freguesias que compunham aquele termo municipal.

A fim de presidir os trabalhos eleitorais, foi escolhido Antonio Rodrigues Affonso, Vigário da Vara daquela Comarca Eclesiástica. Para secretários, foram eleitos Francisco Theodoro da Silva, e Francisco de Paula Pereira e Souza. Para escrutinadores, Manoel Pereira de Souza, e o Padre Antonio Gomes Nogueira Freire.

⁷⁰ *Astro de Minas* (162), 29/11/1828, p.3; *O Universal* (219), 05/12/1828, p.4.

⁷¹ *O Universal* (236), 14/01/1829, p.4.

Tabela 2.21 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados na Vila de Baependi (1828)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho	Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei	S. João del-Rei (MG)	47
Pe. Jozé Custodio Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Corte	45
Desemb. Bernardo Pereira de Vasconcellos	Magistrado, Deputado por Minas	Ouro Preto (MG)	44
Desemb. Antonio Paulino Limpo de Abreo	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	40
Pe. Jozé Martiniano d'Alencar	Proprietário	Crato (CE)	40
Cel. Martim Francisco Ribeiro de Andrada	Proprietário	Egresso do exílio	40
Cap. Mor Custodio Jozé Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Jacuí (MG)	39
Côn. Joze Bento Leite Ferreira de Mello	Pároco de Pouso Alegre, Deputado por Minas	Campanha (MG)	38
Pe. Dr. Antonio Maria de Moira	Lente do Curso Jurídico de São Paulo	São Paulo (SP)	34
Desemb. Joze Antonio da Silva Maya	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	33
Dr. Honorio Hermeto Carneiro Leão	Juiz de Fora da Vila de São Sebastião	São Sebastião (SP)	31
Evaristo Ferreira da Veiga	Livreiro, redator da folha <i>Aurora Fluminense</i>	Corte	30
Desemb. Antonio Pereira Barreto Pedrozo	Ajudante do Intendente Geral da Polícia	Corte	29
Gabriel Francisco Junqueira	Proprietário	S. João del-Rei (MG)	29
Cap. João Baptista Reis	Advogado	Corte	27
Brig. Raymundo Joze da Cunha Mattos	Militar, Deputado por Goiás	Corte	26
Dr. Manoel Gomes da Fonseca	Médico, Deputado por Pernambuco	Corte	25
Sarg. Mor Jozé Joaquim Vieira Souto	Sargento Mor do Corpo de Engenheiros	Corte	24
Desemb. Manoel Ignacio de Mello e Souza	..., Deputado por Minas	Mariana (MG)	23
Desemb. Joze Cesario de Miranda Ribeiro	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	22
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			54

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Tabela 2.22 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados na Vila de Jacuí (1828)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Desemb. Bernardo Pereira de Vasconcellos	Magistrado, Deputado por Minas	Ouro Preto (MG)	37
Baptista Caetano d'Almeida	Negociante, protetor da folha <i>Astro de Minas</i>	S. João del-Rei (MG)	37
Côn. Joze Bento Leite Ferreira de Mello	Pároco de Pouso Alegre, Deputado por Minas	Campanha (MG)	36
Desemb. Antonio Paulino Limpo de Abreo	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	35
Dr. Marcianno Pereira Ribeiro	Médico	Porto Alegre (RS)	34
Brig. Raymundo Joze da Cunha Mattos	Militar, Deputado por Goiás	Corte	34
Pe. Jozé Custodio Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Corte	32
Cap. Mor Custodio Jozé Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Jacuí (MG)	21
Gabriel Francisco Junqueira	Proprietário	S. João del-Rei (MG)	30
Dr. Manoel Gomes da Fonseca	Médico, Deputado por Pernambuco	Corte	28
Dr. Honorio Hermeto Carneiro Leão	Juiz de Fora da Vila de São Sebastião	São Sebastião (SP)	26
Dr. Gabriel Mendes dos Santos	Juiz de Fora da Vila de Santos	Santos (SP)	26
Cap. João Baptista Reis	Advogado	Corte	25
Vig. Hermogenes Casimiro de Araujo	Pároco de Desemboque	Uberaba (MG)	21
Te. Cel. José Feliciano Pinto Coelho da Cunha	Proprietário	Caeté (MG)	21
Desemb. Manoel Ignacio de Mello e Souza	..., Deputado por Minas	Mariana (MG)	19
Evaristo Ferreira da Veiga	Livreiro, redator da folha <i>Aurora Fluminense</i>	Corte	19
Manoel Teixeira da Costa e Silva	Negociante	Corte	18
Pe. Joze Joaquim Ferreira Armonde	Proprietário	Barbacena (MG)	16
Vig. João Dias de Quadros Aranha	Vigário da Vara de Pouso Alegre	Campanha (MG)	16
N.º total de Eleitores Paroquiais deste Colégio			37

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Ao fim da votação, nas cinquenta e quatro listas apuradas, sufragaram-se noventa e nove nomes (dos quais vinte e um haviam recebido um único voto). Houve, todavia (vide Tabela 2.21), quinze nomes (todos candidatos do *partido liberal*) que receberam mais da metade dos votos ali prestados – dos quais oito foram votados por mais de dois terços do eleitorado (sendo que, destes, três obtiveram o apoio de mais de três quartos da assembleia).

Seguiram-se outros setenta e nove nomes, com menos votos.⁷² Passou-se então à eleição dos seis membros do Conselho do Governo e à dos vinte e um membros do Conselho Geral da Província, bem como à do Promotor Público de Justiça e à dos sessenta membros do Tribunal do Júri da Comarca do Rio das Mortes.

O Colégio Eleitoral da Vila de São Carlos do Jacuí

Reuniram-se, no Colégio Eleitoral da Vila de São Carlos do Jacuí, trinta e sete eleitores paroquiais.

Coube ao Capitão Mor Custodio Jozé Dias, Deputado por Minas à Assembleia Geral e membro da *vanguarda* do *partido liberal*, a presidência dos trabalhos eleitorais. Para secretariá-lo, foram eleitos o Padre Antonio Joze Martins e João Pedro Coelho. Para escrutinadores, os escolhidos foram o Sargento Mor Francisco de Paula de Queiroz e o Padre Francisco Moreira de Carvalho.

Ao fim da votação, nas trinta e sete listas apuradas, sufragaram-se sessenta nomes (dos quais treze haviam recebido um único voto). Houve, todavia (vide Tabela 2.22), dezessete nomes (todos candidatos do *partido liberal*) que reuniram a maioria absoluta dos votos ali prestados – dos quais treze foram votados por mais de dois terços do eleitorado (sendo que, destes, dez obtiveram o apoio de mais de três quartos da assembleia).

⁷² *Ata da Eleição de Deputados à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila de Santa Maria de Baependi*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 45.

Seguiram-se outros quarenta nomes, com menos votos.⁷³ Passou-se então à eleição dos seis membros do Conselho do Governo e à dos vinte e um membros do Conselho Geral da Província, bem como à do Promotor Público de Justiça e à dos sessenta membros do Tribunal do Júri da Comarca do Rio das Mortes.

-x-

A apuração final

Enviadas à capital provincial as atas dos vinte e dois colégios eleitorais em que Minas Gerais estava então dividida, procedeu-se à apuração final dos votos. No dia 11 de Fevereiro de 1829, encerrou-se a apuração, com a publicação do resultado – divulgado pelo periódico ouropretano *O Universal* em sua edição de número 249, datada de 13 de Fevereiro, e pelo sanjoanense *Astro de Minas* em sua edição de número 195, de 14 do mesmo mês.

-x-

Antes de se proceder à análise do resultado final das eleições em Minas, é importante atentar para o resultado alcançado nas comarcas (a fim de que se possa identificar as influências regionais).

Na Comarca de Ouro Preto, onde se reuniram cento e sete eleitores paroquiais, seis candidatos reuniram a maioria absoluta dos votos ali prestados. Entre os que buscavam a reeleição, encontram-se os Deputados Bernardo Pereira de Vasconcellos (com setenta e dois votos), Joze Antonio da Silva Maya (com sessenta e sete votos), Antonio Augusto Monteiro de Barros (com sessenta e quatro votos), João Joze Lopes Mendes Ribeiro (com sessenta

⁷³ *Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila de São Carlos do Jacuí*. Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 100, documento 6.

votos), e Joze Cesario de Miranda Ribeiro (com cinqüenta e seis votos); e, buscando seu primeiro mandato, o magistrado Antonio Jose Monteiro de Barros (com sessenta e seis votos). O eleitorado dessa comarca se reuniu em dois colégios: o da capital provincial (dominado pelos partidários do Presidente da Província, Deputado João Joze Lopes) e o da Leal Cidade de Mariana (dominado pelos partidários do Deputado Vasconcellos).

Na Comarca do Rio das Velhas, onde se reuniram cento e oitenta e seis eleitores paroquiais, sete candidatos reuniram a maioria absoluta dos votos ali prestados. Entre os que buscavam a reeleição, encontram-se os Deputados Bernardo Pereira de Vasconcellos (com cento e trinta e seis votos), Jozé Custodio Dias (com cento e trinta e quatro votos), Joze Antonio da Silva Maya (com cento e dezessete votos), Joze Bento Leite Ferreira de Mello (com cento e dez votos), e Custodio Jozé Dias (com cento e quatro votos); e, buscando seu primeiro mandato, os magistrados Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho (com cento e vinte e oito votos), e Antonio Pinto Chichôrro da Gama (com cento e vinte e um votos). O eleitorado dessa comarca se reuniu em quatro colégios: o da Vila do Sabará (dominado pelos partidários do Deputado Maya, divididos entre governistas e oposicionistas), o do Julgado do Curvelo (dominado pelos partidários do Presidente da Província, Deputado João Joze Lopes), e o das Vilas de Caeté e Pitangui (dominados pelos partidários do Deputado Vasconcellos).

Na Comarca de Paracatu, onde se reuniram noventa e nove eleitores paroquiais, dez candidatos reuniram a maioria absoluta dos votos ali prestados. Entre os que buscavam a reeleição, encontram-se os Deputados Joze Antonio da Silva Maya (com setenta e três votos), Antonio Paulino Limpo de Abreo (com setenta votos), Lucio Soares Teixeira de Gouvêa (com sessenta e sete votos), Bernardo Pereira de Vasconcellos (com sessenta e cinco votos), Jozé Custodio Dias (com sessenta e cinco votos), João Joze Lopes Mendes Ribeiro (com cinqüenta e cinco votos), Candido Joze de Araujo Viana (com cinqüenta e quatro votos), e Antonio Marques de Sampaio (com cinqüenta votos); e, buscando seu primeiro mandato, os

magistrados Bernardo Belizario Soares de Souza (com sessenta e quatro votos), e Francisco Garcia Adjuto (com cerca de cinquenta e quatro votos). O eleitorado dessa comarca se reuniu em quatro colégios: o da Vila de Paracatu e o do Julgado de São Romão (em que o eleitorado esteve dividido entre os partidos), o do Julgado do Salgado (dominado pelos partidários do Presidente da Província, Deputado João Joze Lopes), e o do Julgado do Araxá (dominado pelos partidários do Deputado Vasconcellos).

Na Comarca do Serro Frio, onde se reuniram cento e sessenta e três eleitores paroquiais, nove candidatos reuniram a maioria absoluta dos votos ali prestados. Entre os que buscavam a reeleição, encontram-se os Deputados Bernardo Pereira de Vasconcellos (com cento e trinta e quatro votos), Jozé Custodio Dias (com cento e vinte e seis votos), Joze Antonio da Silva Maya (com cento e vinte e um votos), Joze Bento Leite Ferreira de Mello (com cem votos), Custodio Jozé Dias (com noventa e nove votos), Raymundo Jozé da Cunha Mattos (com noventa e quatro votos), e Manoel Gomes da Fonseca (com oitenta e oito votos); e, buscando retornar ao cenário político, os ex-Constituintes Martim Francisco Ribeiro de Andrada (com oitenta votos), e Jozé Martiniano d'Alencar (com setenta e oito votos). O eleitorado dessa comarca se reuniu em quatro colégios: os partidários de Vasconcellos dominaram três deles (Vila do Príncipe, Julgado do Tijuco, e Vila de Minas Novas); e os partidários do Presidente da Província, Deputado João Joze Lopes, apenas um (Barra do Rio das Velhas).

Na Comarca do Rio das Mortes, onde se reuniram trezentos e noventa eleitores paroquiais, oito candidatos reuniram a maioria absoluta dos votos ali prestados. Entre os que buscavam a reeleição, os Deputados Bernardo Pereira de Vasconcellos (com trezentos e quarenta e três votos), Joze Bento Leite Ferreira de Mello (com duzentos e oitenta votos), Custodio Jozé Dias (com duzentos e setenta e nove votos), Antonio Paulino Limpo de Abreo (com duzentos e setenta e oito votos), Jozé Custodio Dias (com duzentos e setenta e um

votos), Manoel Gomes da Fonseca (com duzentos e oito votos), e Joze Antonio da Silva Maya (com cento e noventa e seis votos); e, buscando seu primeiro mandato, o magistrado Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho (com cento e noventa e seis votos). Os eleitores dessa comarca se reuniram em oito colégios, e a votação em Vasconcellos e seus correligionários foi maciça (com exceção dos colégios das Vilas de São José, Tamanduá e Queluz, em que o eleitorado esteve dividido).

Vê-se, a partir desse resultado, a preponderância que exerciam sobre o eleitorado os grupos que se formaram na Câmara dos Deputados, em detrimento das notabilidades que ascendiam como lideranças políticas na Província. Estas, cooptadas por aquelas, seguiram orientações distintas: de uma forma geral, ou aderiram ao Deputado Vasconcellos (que liderava o partido oposicionista), ou ao Presidente da Província (que liderava o partido governista). O eleitorado mineiro, em raros casos, condescendeu em suas indicações à influência dessas duas figuras que se antagonizavam – conciliando assim, em suas listas, candidaturas adversárias.

-x-

Sete nomes reuniram a maioria absoluta dos votos prestados na Província de Minas Gerais (vide Tabela 2.23).

O jovem Vasconcellos (com, então, trinta e três anos de idade) surpreendeu, uma vez mais, com a votação que obteve: reuniu exatos quatro quintos dos votos prestados na Província, encabeçando a lista de indicações. Seu prestígio era tanto que, em vários colégios, foi o nome mais votado.

Em segundo lugar, com pouco mais de dois terços dos votos prestados na Província, aparece o sexagenário Padre Jozé Custodio, republicano assumido e grande aliado de

Tabela 2.23 – Indicação de 20 deputados à Assembléia Geral Legislativa: nomes mais votados na Província de Minas Gerais (1828)

Nome	Ocupação	Residência	Votos
Eleitos:			
Desemb. Bernardo Pereira de Vasconcellos	Magistrado, Deputado por Minas	Ouro Preto (MG)	752
Pe. Jozé Custodio Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Corte	633
Desemb. Joze Antonio da Silva Maya	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	574
Côn. Joze Bento Leite Ferreira de Mello	Pároco de Pouso Alegre, Deputado por Minas	Campanha (MG)	570
Cap. Mor Custodio Jozé Dias	Proprietário, Deputado por Minas	Jacuí (MG)	563
Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho	Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei	S. João del-Rei (MG)	507
Desemb. Antonio Paulino Limpo de Abreo	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	498
Desemb. Joze Cesario de Miranda Ribeiro	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	378
Brig. Raymundo Joze da Cunha Mattos	Militar, Deputado por Goiás	Corte	377
Dr. Manoel Gomes da Fonseca	Médico, Deputado por Pernambuco	Corte	347
Baptista Caetano d' Almeida	Negociante, protetor da folha <i>Astro de Minas</i>	S. João del-Rei (MG)	346
Dr. João Joze Lopes Mendes Ribeiro	Deputado por Minas, Presidente da Província	Ouro Preto (MG)	331
Pe. Jozé Martiniano d' Alencar	Proprietário	Crato (CE)	329
Desemb. Candido Joze de Araujo Viana	Magistrado, Deputado por Minas	Alagoas (AL)	312
Pe. Dr. Antonio Maria de Moira	Lente do Curso Jurídico de São Paulo	São Paulo (SP)	301
Dr. Antonio Pinto Chichôrro da Gama	Juiz de Fora da Vila de Pitangui	Pitangui (MG)	280
Desemb. Lucio Soares Teixeira de Gouvêa	Magistrado, Deputado por Minas	Corte	275
Dr. Honorio Hermeto Carneiro Leão	Juiz de Fora da Vila de São Sebastião	São Sebastião (SP)	270
Cel. Martim Francisco Ribeiro de Andrada	Proprietário	Egresso do exílio	260
Dr. Bernardo Belizario Soares de Souza	Juiz de Fora da Vila da Campanha	Campanha (MG)	259
Suplentes:			
Evaristo Ferreira da Veiga	Livreiro, redator da folha <i>Aurora Fluminense</i>	Corte	248
Cap. João Antonio de Lemos	Negociante	Campanha (MG)	241
Côn. Antonio da Roxa Franco	Pároco de Curvelo, Deputado por Minas	Curvelo (MG)	221
Dr. Gabriel Mendes dos Santos	Juiz de Fora da Vila de Santos	Santos (SP)	209
N.º total de Eleitores Paroquiais da Província			945

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Vasconcellos na luta travada contra os Conselheiros e Ministros de Estado. Também seu prestígio desconhecia fronteiras geográficas.

Maya vinha em terceiro lugar – impulsionada sua candidatura tanto por eleitores simpáticos ao governo, quanto por eleitores partidários da oposição. Sua candidatura, de certa maneira desamparada pela propaganda oficial do *partido liberal*, prosperou sobretudo nos rincões dominados pelo governo, mas também nalguns redutos oposicionistas. A votação inexpressiva que obteve em Pitangui, Campanha e Jacuí revela, porém, seu distanciamento dos chefes do *partido liberal* e da *costa esquerda* da Câmara dos Deputados. Esse afastamento tornar-se-ia explícito no ano seguinte. Até então, Maya era uma figura de peso na Província, com grande influência em Sabará (onde havia residido e constituído família) e em outras partes de Minas.

Em quarto lugar, aparece o Cônego Joze Bento – que, ao lado de Vasconcellos e do Padre Jozé Custodio, compunha o triunvirato que dirigia o *partido liberal* em Minas. Reunindo votação expressiva, Jozé Bento ampliou nessa eleição sua zona de influência – que, nas eleições anteriores, estava restrita ao termo municipal da Vila da Campanha.

Em seguida, vem o Capitão Mor Custodio Jozé Dias, chefe político da região de Jacuí e irmão mais novo do Padre Jozé Custodio. A despeito de sua atuação modesta na Câmara dos Deputados (não era orador, não participara dos trabalhos das comissões, nem compusera a mesa diretora da casa), era alguém com quem os homens da *costa esquerda* contavam na hora das votações. Não sendo propriamente um dos chefes do partido (senão no âmbito meramente local), estava ligado à cúpula do grupo por seus laços de sangue e amizade com o irmão mais velho. Sob os auspícios do eloqüente Padre Jozé Custodio, seu irmão mais novo acabava por gozar conjuntamente de sua fama e prestígio.

O estreante Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho foi o sexto nome a reunir maioria absoluta dos votos prestados pelo eleitorado mineiro. Apesar da pouca idade (tinha então

vinte e oito anos) e da falta de conexões familiares com a Província (era nascido na vizinha Província do Rio de Janeiro), por sua posição (servira de Ouvidor interino da Comarca do Rio das Mortes), conseguira se fazer conhecido e estimado pelo eleitorado mineiro, sobretudo o da Comarca do Rio das Mortes, região mais populosa e rica da Província. Colaborador do *Astro de Minas*, o jovem Aureliano teve seu nome incluído entre os candidatos lançados pelo *Precursor das Eleições*. O apoio a seu nome, todavia, não ficou circunscrito aos colégios em que predominou o partido oposicionista: também em alguns redutos governistas esteve entre os mais votados (vide o resultado em Curvelo). Após haver sido eleito para a Câmara dos Deputados, antes do início da nova legislatura, Aureliano haveria de se afastar do *triunvirato liberal* (ao qual estivera ligado até então), para se aproximar do círculo de João Joze Lopes. Os *liberais*, que o ajudaram a se eleger, não o perdoariam por essa defecção...

Com pouco mais da metade dos votos prestados na Província, o último nome a reunir maioria absoluta das indicações do eleitorado mineiro foi o do jovem magistrado Antonio Paulino Limpo de Abreo (então com trinta anos de idade). Limpo tinha a amizade de Vasconcellos (de quem foi contemporâneo em Coimbra, com um ano de diferença) e a dos outros chefes do *partido liberal* (o Cônego Joze Bento, em especial, gozava de grande influência sobre ele). Limpo não se destacara como orador, sua participação em comissões havia sido modesta, mas os seus contatos com o eleitorado da Comarca de Paracatu eram valiosos: Limpo havia se casado numa família de grandes proprietários na região de Araxá (que, então, era ainda um Julgado pertencente ao termo municipal da Vila de Paracatu).

Os demais candidatos não conseguiram (como os sete acima) reunir maioria absoluta de votos. Elegeram-se com maioria relativa. Desses outros treze nomes, apenas dois se elegeram sem o auxílio do *partido liberal*: os Deputados João Joze Lopes Mendes Ribeiro e Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. A ambos valeu o prestígio da posição que ocupavam: o primeiro era então Presidente da Província, o segundo havia sido e já corriam boatos de que

Os chefes do *partido liberal* na Província de Minas Gerais (1828)

José Custódio Dias
(1767-1838)

Fonte: WALSH, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. London: Frederick Westley and A. H. Davis, 1830, Vol.II, p.426.

Joze Bento Leite Ferreira de Mello
(1785-1844)

Fonte: SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros Illustres*. Rio de Janeiro: Lithographia de S. A. Sisson, 1861, Vol.II, p.101.

Bernardo Pereira de Vasconcellos
(1795-1850)

Fonte: CARVALHO, José Murilo. (org.) *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Ed. 34, 1999, p.15.

Antonio Paulino Limpo de Abreo
(1798-1883)

Fonte: CANDIDO, Antonio. *Um Funcionário da Monarquia*. Rio de Janeiro: Ed. Ouro Sobre Azul, 2002, p.156.

voltaria a ser Ministro de Estado (como de fato aconteceu). Entre outros nomes que lhes imputavam, os *liberais* mineiros referiam-se a seus adversários como “*partido Lopino*” (em alusão a João Joze Lopes) e “*facção Luciana*” (em alusão a Lucio Soares).

Assim como aconteceu com o Deputado Maya, também os Deputados Candido Joze de Araujo Viana e Joze Cesario de Miranda Ribeiro tiveram o apoio tanto do eleitorado simpático ao governo, quanto daquele que se mostrava partidário da oposição. No geral, porém, o apoio que obtiveram foi maior da parte dos governistas que da parte dos oposicionistas. Como Maya, seus nomes foram rejeitados pelo eleitorado reunido em Pitangui, Campanha e Jacuí (o que revela seu distanciamento do *triunvirato liberal*, que dominava esses três colégios). Esses três moderados, que em 1824 haviam sido lançados candidatos com o apoio do *partido aristocrático*, continuariam recebendo o apoio desse grupo – que, em 1828, perdia terreno para os defensores do fortalecimento do *elemento democrático*.

Em Minas, a vitória do partido oposicionista, dito *liberal*, foi fragorosa. Não só seus chefes foram aclamados pela maioria absoluta do eleitorado, mas também os nomes por eles lançados como seus candidatos. Essa tendência se observou em quase todas as outras províncias do Império.

Reelegeram-se, da *costa esquerda*, por outras províncias, os Deputados João Candido de Deos e Silva (Pará); Manoel Odorico Mendes e João Braulio Muniz (ambos pelo Maranhão); Antonio Joaquim de Moura e Manoel do Nascimento Castro e Silva (ambos pelo Ceará); Joaquim Marcellino de Brito (Sergipe); Augusto Xavier de Carvalho (Paraíba); Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, e Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque (todos os quatro por Pernambuco); Jozé Lino Coutinho, Antonio Ferreira França, Jozé Ribeiro Soares da Rocha, e Jozé da Costa Carvalho (todos os

quatro pela Bahia); Raymundo Jozé da Cunha Mattos (reeleito por Goiás, mas também por Minas Gerais); Diogo Antonio Feijó, Francisco de Paula Souza e Mello, Jozé Correia Pacheco e Silva, e Manoel Joaquim de Ornellas (todos os quatro por São Paulo); e Diogo Duarte da Silva (Santa Catarina).

Da *costa direita*, reelegeram-se por outras províncias apenas os Deputados Pedro d'Araujo Lima (Pernambuco); Caetano Maria Lopes Gama (que não se reelegeu por sua terra natal, mas por Goiás, província que ele presidia ao tempo das eleições); Miguel Calmon (Bahia); Jozé Clemente Pereira e João Gonçalves Ledo (ambos pelo Rio de Janeiro); e Gabriel Getulio Monteiro de Mendonça (reeleito pela Paraíba, por ele presidida ao tempo em que ocorreram as eleições).

No caso de Minas Gerais, os *liberais*, então em minoria na Câmara dos Deputados, buscaram fortalecer sua representação com veteranos das lides parlamentares, oriundos de outras províncias, e, sobretudo, com gente jovem.

Veteranos eram o Brigadeiro Raymundo Joze da Cunha Mattos, Deputado por Goiás (que vinha se destacando como “ferrenho oposicionista” ao Ministério); o Doutor Manoel Gomes da Fonseca, Deputado pelo Pernambuco; o Padre Jozé Martiniano d’Alencar, que participara da Constituinte como representante do Ceará e amargara algum tempo de prisão por seu engajamento na Confederação do Equador; e o Coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que também participara da Constituinte, como enviado do Rio de Janeiro, e foi condenado ao degredo sob a acusação de insuflar a Assembléia Geral e o povo contra o Imperador e seus Ministros de Estado. Destes quatro nomes, os três primeiros haviam sido lançados pelo *Precursor das Eleições*. O último, Martim Francisco, foi acrescentado à lista, tão logo chegou de seu exílio, por julgarem-no inimigo, se não do Imperador, ao menos dos Ministros e Conselheiros de Estado que o haviam condenado ao degredo com seus irmãos (o que revela o tom de enfrentamento assumido pelos que sustentaram sua candidatura em

Minas). Apesar de os quatro haverem sido eleitos, apenas o Doutor Manoel Gomes da Fonseca e o Coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada tomaram assento como Deputados por Minas. Os demais, havendo sido eleitos por outras províncias, optaram por tomar assento por elas.

Foi, porém, especialmente entre a gente jovem e inexperiente que os chefes do *partido liberal* buscaram recrutar reforços para suas fileiras. Nessas condições se enquadram: Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, magistrado em início de carreira, ainda solteiro, com vinte e oito anos de idade; Baptista Caetano d’Almeida, negociante e pai de família, com trinta e um anos de idade; Antonio Maria de Moira, sacerdote sem benefícios eclesiásticos, lente recém-nomeado do curso jurídico de São Paulo, com trinta e quatro anos de idade; Antonio Pinto Chichôrro da Gama, magistrado em início de carreira, ainda solteiro, com vinte e oito anos de idade; Honório Hermeto Carneiro Leão, magistrado em início de carreira, recém-casado, com vinte e sete anos de idade; Bernardo Belizario Soares de Souza, magistrado em início de carreira, ainda solteiro, com trinta e um anos de idade; e Evaristo Ferreira da Veiga, livreiro e periodista, recém-casado, com vinte e nove anos de idade. Lançados candidatos pela imprensa liberal (no *Precursor das Eleições*, n’*O Universal*, e no *Astro de Minas*), esperava-se que todos eles fossem engrossar as fileiras do *partido liberal* na Câmara dos Deputados. O *triunvirato liberal* mineiro contava com o entusiasmo desses jovens para enfrentar o “emperramento” dos “velhos do Senado”, “homens de idéias antigas”, “satélites dos aristocratas”.

Além desses jovens recrutas, ganhou também assento na Câmara dos Deputados, havendo sido lançado candidato pelo *Precursor das Eleições*, o Capitão João Antonio de Lemos. Dos novos a serem eleitos, era o único que, não sendo versado nas lides parlamentares, tampouco era alguém em começo de vida adulta. Esse quadragenário chefe de família, estabelecido como negociante e industrial no termo municipal da Vila da Campanha

(o mais rico e poderoso reduto liberal na província), apesar de rico, tinha origens familiares bastante modestas. A indicação de seu nome se explica, não só por seu empreendedorismo, mas também pela amizade que tinha com o Padre Jozé Custodio e com o Cônego Joze Bento.

Com tais nomes, buscariam os homens da *costa esquerda* eliminar o *obstáculo aristocrático* que lhes impedia de “governar o seu bocadinho”. Nesse sentido, é importante atentar para a forma como o partido liberal apresentava ao público seus adversários:

O Senado é composto em grande parte de *homens do velho regime*, de *homens que ainda estão lucrando com os abusos* e que, por conseqüência, *afetando muita prudência nas reformas*, querem alongar a época suspirada da *queda dos ditos abusos* e da *diminuição de seus mesquinhos interesses*. [...] No Senado há – não se pode, nem se deve pôr em dúvida – muitos homens probos, desinteressados, e amigos da *nova incomparavelmente melhor ordem de coisas*, mas talvez se não tenham ainda desenvolvido, porque muito pouca gente tem a fortuna de ser própria para se pôr à frente das reformas, e de *vencer o hábito do antigo*, do visto, do praticado [...]. Uma das causas que entendemos será mais poderosa para o andamento anterior do Senado é a pouca familiaridade com as *doutrinas novas*; porque ainda que muitos, ou quase todos os Senadores as tenham lido e muitos saibam, todavia o hábito, os interesses, os costumes cortesãos etc etc as não terão deixado ver a alguns em suas *verdadeiras cores*.⁷⁴

A valorização do novo, desconhecido, a ser testado, e o desprezo pelo antigo, visto e praticado era algo que contrapunha os homens da *costa esquerda* da Câmara dos Deputados a seus adversários. A *prudência nas reformas* era vista como *afetação* a encobrir algum *lucro* indevido. Daí a preferência por jovens. Quando se defendia a candidatura de alguém que fugia a esse perfil, a retórica empregada logo denunciava o desprezo pelas gerações anteriores.

Em Minas Gerais, por exemplo, os redatores do *Precursor das Eleições* defenderam a reeleição do octogenário Chantre Santa Apollonia para o Conselho de Governo da seguinte maneira: “Francisco Pereira de Santa Apollonia, atual Vice-Presidente, e que, *apesar de sua avançada idade*, tem muita notícia da Província e pode coadjuvar muito aos seus colegas no Conselho”. O protesto logo se fez sentir, em correspondência publicada n’*O Universal*:

Escrever assim admira!!! Deixemos o laconismo (ou sem-cerimônia) com que se trata a primeira autoridade da Província, e perguntamos à *Trindade Redatorial*: quem lhes imbuíu essa Lógica? Se fosse exata a regra, Sr. *Unutrino*, diríamos: “quem mais vive, menos sabe”; e, então, sepultaríamos o preceptuoso axioma “*ratio, mens et*

⁷⁴ *O Farol Paulistano*, transcrito n’*O Universal* (156), 11/07/1828, pp.1-2.

consilium in senibus est [sic]” [“a razão, o discernimento e a sabedoria estão nos velhos”].⁷⁵

Na mesma linha seguida pelos redatores do *Precursor das Eleições* em Minas, os redatores do *Farol Paulistano* (redigido sob a direção do Deputado Costa Carvalho, um dos jovens da *costa esquerda*) fizeram a defesa do sexagenário Manoel Joaquim de Ornellas, um de seus aliados na Câmara dos Deputados e no Conselho de Governo de São Paulo:

Não podemos deixar de elogiar a boa vontade, diligência e desvelos do atual Excelentíssimo Vice-Presidente o Senhor Manoel Joaquim de Ornellas. Este honrado cidadão mostra que, *apesar de seus avançados anos*, tem o *coração novo*, não *carunchado pelos abusos do velho sistema*.⁷⁶

Nesse sentido, o *partido liberal* apresenta traços daquilo que o sociólogo Shmuel Noah Eisenstadt veio a definir como “ideologia juvenil”:

A essência destas ideologias [...] é que as transformações pelas quais lutam e que defendem são mais ou menos semelhantes à rebelião contra a “velha” geração e “velha” ordem – uma rebelião da juventude, uma manifestação do *rejuvenescimento* do espírito social e nacional. Nessas ideologias, acentua-se a ênfase geral e recente de que a juventude é a portadora dos valores comuns da comunidade – nestes casos, de um *novo* tipo de valores – e que se orienta para a realização das metas sociais e políticas dos movimentos.⁷⁷

Eisenstadt, que fez um alentado estudo comparativo entre várias sociedades (primitivas, históricas e modernas), analisou as condições e o processo de estruturação dos grupos etários, movimentos e culturas juvenis. Valiosa é sua análise da “ideologia juvenil” dos grupos revolucionários do século XIX: insere-se, nesse quadro por ele esboçado, a mentalidade dos auto-proclamados liberais brasileiros na oposição, durante o Primeiro Reinado. Nesse sentido, as diferenças geracionais entre os grupos que se confrontavam politicamente, como já foi notado por Maria Odila da Silva Dias, teriam raízes ainda mais profundas.⁷⁸

-x-

⁷⁵ Correspondência de *Outro Imparcial*, publicada n’*O Universal* (191), 01/10/1828, p.4.

⁷⁶ Editorial do *Farol Paulistano* reproduzido n’*O Universal* (232), 05/01/1829, p.3

⁷⁷ EISENSTADT, Shmuel Noah. *De Geração em Geração*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976, p. 293.

⁷⁸ DIAS, Maria Odila da Silva. “Ideologia liberal e construção do Estado no Brasil”, in: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, XXX, 1980-81, pp. 211-225.

Pela análise dos desempenhos eleitorais de um e outro partido, é possível chegar a algumas conclusões básicas.

Com relação aos deputados opositores que buscavam a reeleição, percebe-se que eles, por estarem em menor número na Câmara dos Deputados, tinham mais assentos a oferecer do que seus adversários. Essa moeda de troca (uma vaga na câmara temporária) pode haver seduzido muitas lideranças ascendentes na província. Observe-se a diversificação existente na coalizão eleitoral em torno das candidaturas *liberais* (Tabela 2.24).

Entre os *liberais* que buscavam a reeleição, há um grupo que, de certo modo, se mantém estável e coeso, na liderança das votações (Vasconcellos, irmãos Dias, Joze Bento, Limpo); duas figuras, que, embora ligadas a esse grupo, não possuem o mesmo desempenho eleitoral (Manoel Ignacio, May); e três nomes que ora são votados pelos partidários dessas lideranças, ora por seus adversários (Maya, Joze Cesario, Candido). Esses números podem ser traduzidos em termos de hierarquia e coesão interna de grupo.

Vasconcellos, os irmãos Dias, e o Cônego Joze Bento emergem como lideranças políticas porque sua influência sobre o eleitorado se converteu em votos. Vasconcellos, salvo raras exceções (Ouro Preto, Sabará, Paracatu, Araxá, Tijuco, Baependi), encabeçou as votações, o que revela sua proeminência no grupo. Mas os outros três o acompanham de muito perto, muitas vezes com valores idênticos, o que confirma a coalizão eleitoral propagandeada pela imprensa da época. Em favor desses nomes, pugnaram os periódicos *Precursor das Eleições*, *O Universal* e *Astro de Minas*. Esses três periódicos também fizeram campanha, sem jamais destacá-los da forma como destacavam os demais, em favor do *brasileiro adotivo* Limpo e do baiano Jozé Carlos (que, ao final, acabou sendo preterido por haver se lançado candidato por sua província natal). Nenhuma folha *liberal* recomendou, porém, a reeleição dos *brasileiros adotivos* Manoel Ignacio e May (pelo menos não para

Tabela 2.24 – Nomes mais votados pelos Liberais da Província de Minas Gerais para a 2ª Legislatura da Câmara dos Deputados (1830-1833).

Candidatos do partido oposicionista (Liberais)	Ouro Preto	Mariana	Sabará	Curvelo	Caeté	Pitangui	Paracatu	São Romão	Salgado	Araxá	V. Príncipe	Tijuco	Barra	Minas Novas	São João	São José	Barbacena	Tamanduá	Queluz	Campanha	Baependi	Jacuí	TOTAL
	32	75	66	29	43	48	25	22	18	34	55	33	16	59	50	34	30	42	36	107	54	37	945
Deputados candidatos à reeleição																							
Notabilidades da costa esquerda:																							
Bernardo Pereira de Vasconcellos	12	60	43	6	42	47	16	22	-	27	53	31	-	50	47	26	30	23	29	107	44	37	752
Jozé Custodio Dias	7	30	51	1	36	46	24	10	-	31	52	33	-	41	38	11	30	-	10	105	45	32	633
Custodio Jozé Dias	10	33	27	1	30	46	17	-	-	21	34	29	-	36	25	14	28	20	16	106	39	31	563
Joze Bento Leite Ferreira de Mello	15	34	34	-	30	46	11	-	-	20	38	32	-	30	33	12	25	16	17	103	38	36	570
Antonio Paulino Limpo de Abreo	7	24	34	2	8	2	21	20	4	25	11	26	...	33	48	18	19	15	10	93	40	35	498
Figuras menores da costa esquerda:																							
Manoel Ignacio de Mello e Souza	3	13	8	4	22	1	-	-	-	5	2	13	-	2	1	18	2	-	6	5	23	19	147
Luiz Augusto May	-	-	21	-	-	-	-	-	...	-	31	6	...	(4)	3	5	-	1	7	-	-	-	67
Deputados neutros:																							
Joze Antonio da Silva Maya	12	55	59	28	20	10	16	17	16	24	40	30	15	36	33	28	30	33	24	2	33	13	574
Joze Cesario de Miranda Ribeiro	9	47	43	25	17	-	15	-	16	12	4	4	1	41	23	32	13	4	27	21	22	2	378
Candido Joze de Araujo Viana	10	34	35	26	8	1	13	13	...	28	...	6	...	20	12	22	3	22	23	-	19	-	312
Jozé Carlos Pereira de Almeida Torres	1	-	43	-	-	-	14	-	...	15	3	-	...	12	35	23	-	2	3	3	-	-	155
Nomes propostos para renovação da bancada mineira																							
Bacharéis em Leis:																							
Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho	8	38	50	23	23	32	8	-	-	23	5	23	-	17	45	27	9	37	28	62	47	2	507
Antonio Pinto Chichôrrô da Gama	6	19	49	2	23	47	4	-	-	-	3	-	-	-	42	21	20	14	24	5	1	-	280
Honorio Hermeto Carneiro Leão	7	20	5	-	22	45	9	-	-	4	1	3	-	5	29	3	-	3	13	44	31	26	270
Bernardo Belizario Soares de Souza	1	8	4	-	5	1	16	20	...	28	...	-	4	5	34	22	-	4	7	90	4	9	259
Gabriel Mendes dos Santos	1	4	11	-	-	10	-	-	-	21	8	18	-	-	19	32	23	17	8	3	8	26	209
Cornelio Ferreira França	21	17	6	-	14	-	-	-	-	-	4	13	-	6	22	4	18	15	3	34	5	11	193
João Baptista Reis	6	19	15	-	16	5	-	-	...	-	10	2	...	-	9	3	14	3	1	2	27	16	157
Antonio Pereira Barreto Pedrozo	2	7	3	-	3	11	-	-	-	11	6	5	-	2	25	4	21	4	5	11	29	-	149
Francisco de Paula Cerqueira Leite	5	5	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	42	34	23	2	9	1	15	5	146
Lourenço Jozé Ribeiro	2	9	2	-	-	5	3	-	...	-	...	-	...	2	38	27	1	-	12	-	-	-	104
Antonio Joaquim Fortes de Bustamante	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	43	8	22	-	5	-	13	-	93
Antonio Jose Monteiro de Barros	15	51																-	-		1	84	
Médicos:																							
Dep. Manoel Gomes da Fonseca (PE)	8	10	2	-	6	25	-	-	-	-	37	23	-	28	28	6	23	3	3	92	25	28	347
Marciano Pereira Ribeiro	8	38	2	-	-	9	-	-	...	-	19	1	...	14	39	1	25	1	-	13	2	34	189
Joaquim Candido Soares de Meirelles	7	4	1	-	15	(*)	-	-	...	-	13	2	...	-	30	3	(-)	3	1	-	2	-	87
Imprensa oposicionista:																							
Baptista Caetano d’Almeida	9	17	16	-	15	44	7	-	-	11	19	8	-	22	4	1	3	13	8	95	17	37	346
Evaristo Ferreira da Veiga	-	6	6	-	1	-	4	-	-	2	33	4	-	3	15	-	2	8	19	96	30	19	248
Jozé Joaquim Vieira Souto	4	14	-	1	3	-	3	-	-	2	15	19	-	6	5	-	-	-	8	98	24	4	206
Joze Pedro Dias de Carvalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	103	-	-	104
Manoel Soares do Couto	5	6	-	-	-	4	-	-	-	-	6	-	-	-	-	3	-	1	-	47	1	6	79
Antonio Jozé do Amaral	-	1	1	-	4	-	-	-	...	-	27	(-)	...	6	1	-	-	-	2	1	4	-	51
João Mendes Vianna	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	15	15	-	1	-	-	-	3	-	2	-	-	40
Clérigos:																							
Jozé Martiniano d’Alencar	-	-	21	2	26	19	5	-	-	-	48	10	-	20	17	-	21	4	16	80	40	-	329
Antonio Maria de Moira	2	26	32	-	13	35	-	-	-	5	27	26	-	-	36	-	26	14	9	16	34	-	301
João Dias de Quadros Aranha	1	13	-	2	2	-	3	-	-	-	3	12	-	20	-	-	-	2	-	85	-	16	159
José Julio de Araujo Vianna	-	-	15	-	15	22	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	13	-	-	5	-	75
Antonio Jose da Silva	14	-	6	-	2	2	-	-	-	20	-	1	-	-	1	-	-	25	-	1	-	-	72
Antonio João de Lessa	-	-	13	-	5	-	(3)	-	...	-	37	11	...	2	-	-	-	-	-	-	-	-	63
Antonio José Martins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47	-	15	62
José Joaquim Ferreira Armonde	4	5	2	-	-	21	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	2	-	1	1	16	60
João Antunes Corrêa	-	3	-	-	-	3	1	-	-	1	-	-	-	16	-	-	3	21	3	1	2	-	54
Hermogenes Casimiro de Araujo Bruonswik	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	43
Joaquim de Mello Franco	-	-	-	-	-	5	23	7	...	-	...	-	...	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37
Bento d’Araujo Abreu	-	-	1	-	5	-	-	-	-	-	-	24	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	32
Carlos Pereira Freire de Moura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28	-	-	-	-	-	-	-	-	28
Francisco de Souza Coelho	-	-	-	-	-	26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	26
Andradas:																							
Martim Francisco Ribeiro de Andrada	-	6	6	-	11	32	7	-	-	-	49	31	-	-	9	-	-	18	8	43	40	-	260
Antonio Carlos Ribeiro de Andrada	-	3	2	-	11	28	7	-	...	-	36	25	...	-	-	1	1	16	9	23	15	-	176
Jozé Bonifacio de Andrada e Silva	-	4	8	-	9	12	3	-	-	-	37	9	-	-	-	-	2	13	-	16	5	-	118
Proprietários:																							
João Antonio de Lemos	7	17	1	1	7	14	8	-	-	4	14	3	-	11	7	-	21	11	1	94	6	14	241
Gabriel Francisco Junqueira	6	9	-	-	5	27	-	-	-	4	11	-	-	19	2	-	2	5	-	20	29	30	169
José Feliciano Pinto Coelho da Cunha	11	10	3	-	16	20	-	-	...	-	13	1	...	2	-	4	21	3	6	-	2	20	133
Antonio Alves da Silva	-	-	-	-	-	26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26
Empregados públicos:																							
Francisco de Assis d’Azeredo Coutinho	5	4	5	-	7	18	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	65	1	15	127
Militares:																							
Dep. Raymundo Jozé da Cunha Mattos (GO)	-	34	39	-	8	18	1	-	-	6	53	8	-	33	44	4	27	22	9	11	26	34	377
Jozé Maria Pinto Peixoto	-	-	8	1	8	-	-	-	...	-	20	7	...	7	-	-	1	-	5	78	9	-	146
Gomes Freire de Andrada	10	34	15	1	9	1	-	-	-	-	-	5	...	14	2	11	2	6	8	-	-	-	109

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Deputados por Minas). Mesmo assim, seus nomes aparecem associados aos dos chefes do *partido liberal* em vários colégios da província (ao que parece, queriam Manoel Ignacio como Conselheiro de Governo e May como Deputado pelo Rio de Janeiro)...

Apartados da direção desse quarteto (ou *triunvirato*, considerada a justaposição da figura do Padre Jozé Custodio à de seu irmão mais novo), encontram-se alguns nomes que eram considerados *neutros*: seu prestígio se fazia sentir tanto num ambiente de apoio ao governo, quanto num de oposição. É o caso de Maya, Joze Cesario, Candido e Jozé Carlos. Desses, apenas Joze Cesario e Jozé Carlos haviam sido lançados candidatos pelo *Precursor das Eleições* e elogiados n' *O Universal* e no *Astro*. Maya também mereceu elogios da folha sanjoanense. Apenas Candido foi criticado negativamente pelo *Astro de Minas*. É importante lembrar que tanto Candido quanto Joze Cesario, muito amigos entre si, haviam aceitado comissões do Ministério (o que os ligava ao *partido ministerial*).

Para análise do recrutamento levado a cabo pelos líderes do *partido liberal*, procedeu-se da seguinte maneira: foram lançados na Tabela 2.24 todos os nomes que reuniram maioria de votos nos colégios eleitorais em que os chefes do *partido liberal* reuniram maioria absoluta.⁷⁹ Com o resultado obtido por meio desse procedimento, a fim de se traçar o perfil dos recrutados, passou-se à aglutinação das candidaturas em grupos com uma característica predominante, que os destacassem socialmente.

Os resultados são os que vêm a seguir.

-x-

⁷⁹ Na preparação dessa tabela, observou-se inconsistência entre o resultado da soma de votos conhecidos e o resultado atribuído na apuração final aos nomes seguintes: Luiz Augusto May (para o qual deixaram se ser computados ao menos onze votos), Bernardo Belizario Soares de Souza (a quem faltam, pelo menos, três votos), Marciano Pereira Ribeiro (a quem faltam, pelo menos, vinte e sete votos), Antonio João de Lessa (a quem faltam, ao menos, oito votos), e Gomes Freire de Andrada (a quem faltaram, ao menos, nove votos).

O primeiro e mais importante grupo que aparece é o de bacharéis em Leis, a imensa maioria jovens magistrados em início de carreira.

Vasconcellos é o primeiro nome desse grupo. Homem jovem, então com trinta e três anos de idade, mostrava-se enfadado com as “velhas doutrinas” que lhe haviam ensinado em Coimbra (onde se formara havia menos de uma década). Encetara, na vizinha Província de São Paulo (onde serviu o emprego de Juiz de Fora), a carreira da magistratura – que foi interrompida por causa de seus problemas de saúde. Quis retomar a carreira, mas teve seus sucessivos pedidos à Coroa frustrados. Fizeram-no, todavia, Desembargador da Relação do Maranhão, emprego do qual ele não tomou posse (preferindo trabalhar como advogado junto de sua família, em Ouro Preto). Enviado à Câmara dos Deputados pelo eleitorado mineiro, Vasconcellos estava ainda no exercício de seu primeiro mandato quando se tornou uma das figuras mais prestigiadas do Império. Quantos outros jovens bacharéis em Leis não se sentiam tentados a trilhar os passos de Vasconcellos?

Eram também bacharéis em Leis os Deputados Limpo, Joze Cesario, Candido, e Jozé Carlos, todos os três contemporâneos de Vasconcellos em Coimbra. Homens igualmente jovens (o mais velho tinha trinta e seis anos de idade; o mais jovem, vinte e nove), estes tiveram melhor sorte que Vasconcellos na carreira que trilhavam. Limpo mantinha-se na esfera de influência do Cônego Joze Bento; os demais, porém, começavam a se aproximar dos Ministros e Conselheiros de Estado. Candido foi comissionado com a Presidência da Província das Alagoas e, em seguida, do Maranhão; Joze Cesario, com a do Ceará; e Jozé Carlos, com a de São Paulo.

O quadragenário Joze Antonio da Silva Maya, havia anos na magistratura, era figura respeitada por seu temperamento comedido e ponderado. Não estava sob a dependência dos chefes *liberais*, mas, mesmo que com certas reservas, ainda era visto como aliado.

Dos doze bacharéis em Leis que, nos diferentes colégios dominados pelo *partido liberal*, aparecem de alguma maneira associados a seus chefes, sete haviam sido colegas de turma em Coimbra: Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho (Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei), Antonio Pinto Chichôrro da Gama (Juiz de Fora da Vila de Pitangui), Honório Hermeto Carneiro Leão (Juiz de Fora na vizinha Província de São Paulo), Bernardo Belizario Soares de Souza (Juiz de Fora da Vila da Campanha), Gabriel Mendes dos Santos (Juiz de Fora na vizinha Província de São Paulo), Francisco de Paula Cerqueira Leite (idem), e Antonio Jose Monteiro de Barros (Juiz de Fora da Leal Cidade de Mariana). Todos haviam ingressado em Coimbra em 1820 e se formado em 1825, estando no primeiro degrau da magistratura. Suas idades variam entre 27 e 33 anos e o único que já havia se casado era justamente o mais jovem do grupo, o mineiro Honório Hermeto Carneiro Leão.

Dos demais, Cornelio Ferreira França (Ouvidor de Ouro Preto e amigo de Vasconcellos) e Antonio Joaquim Fortes de Bustamante (herdeiro de grandes propriedades rurais no termo municipal da Vila de Barbacena) haviam ingressado em Coimbra em 1819 e se formado em 1824; e Antonio Pereira Barreto Pedrozo (Ajudante do Intendente Geral da Polícia da Corte e do Império) e Lourenço Jozé Ribeiro (Vice Diretor do Curso Jurídico de Olinda) haviam ingressado em Coimbra em 1818 e se formado em 1823. Também esses quatro tinham idades que variavam entre 26 e 32 anos. Destes, o único casado era o mais velho deles: Lourenço Jozé Ribeiro, concunhado do Deputado Joze Cesario de Miranda Ribeiro, ambos casados com irmãs do Juiz de Fora da Cidade de Mariana, Antonio Jose, da prestigiosa família Monteiro de Barros.

Não se conseguiu apurar informações sobre o Capitão João Baptista Reis, estabelecido como advogado na Corte.

Do grupo dos jovens bacharéis em Leis, apenas três tiveram suas candidaturas lançadas pelo *Precursor das Eleições*: o fluminense Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho

(Juiz de Fora da Vila de São João del-Rei), o baiano Antonio Pinto Chichôrro da Gama (Juiz de Fora da Vila de Pitangui), e o mineiro Honório Hermeto Carneiro Leão (Juiz de Fora na vizinha Província de São Paulo). Esse trio conseguiu maioria absoluta dos votos prestados em Caeté, Pitangui, e São João del-Rei. Os dois primeiros conseguiram ainda reunir maioria absoluta em Sabará, São José, e Queluz (nesse último, Honório conseguiu maioria relativa dos votos, coisa que não se repetiu nos demais). Honório conseguiu ainda maioria absoluta em Jacuí e Baependi, e maioria relativa em Campanha. Dos três, Chichôrro foi o único a reunir maioria absoluta em Barbacena. Aureliano, como Honório, conseguiu maioria absoluta em Baependi, e também em Mariana, Curvelo, Araxá, Tijuco, Tamanduá e Campanha (nesse último, Honório conseguiu apenas maioria relativa, recebendo votação inexpressiva nos demais).

A essas candidaturas, o *Astro de Minas* acrescentou a dos mineiros Gabriel Mendes dos Santos (Juiz de Fora na vizinha Província de São Paulo) e Antonio Pereira Barreto Pedrozo (Ajudante do Intendente Geral da Polícia da Corte e do Império). Desses dois, Gabriel saiu-se melhor: a votação que obteve acompanha de perto a de seu colega Aureliano: como ele, reuniu maioria de votos em Araxá, Tijuco, São José, e Tamanduá. Acompanha também a de Honório em Jacuí e a de Chichôrro em Barbacena.

Já Bernardo Belizario Soares de Souza, que não teve sua candidatura ostensivamente defendida pela imprensa, reuniu maioria absoluta em sua terra natal (a Vila de Paracatu e seus Julgados de São Romão e Araxá) e na Comarca do Rio das Mortes (São João del-Rei, São José, e Campanha). Esse jovem magistrado, responsável pela aplicação da justiça na Vila da Campanha (maior reduto liberal da Província), parece ter ganho as graças dos chefes do partido, razão pela qual reuniu tantos votos na Comarca, especialmente na Vila da Campanha.

Os demais nomes, com votação menos significativa, ora parecem ter sido amparados por essas candidaturas principais, ora servido de sustentáculo a elas – as únicas chanceladas

pelo partido e divulgadas pela imprensa. Foram justamente esses cinco nomes que, sendo então eleitos (quer como titulares, quer como suplentes), obtiveram assento na Câmara dos Deputados.

-x-

O segundo grupo que emerge das votações é o de outra qualidade de bacharéis: os médicos.

Em número bem mais reduzido (apenas três), desses, apenas um teve sua candidatura propagandeada pela imprensa *liberal* da Província: o Doutor Manoel Gomes da Fonseca, médico que tratou da saúde de um dos chefes *liberais* mais estimados pelos mineiros, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (que os *liberais* mineiros se empenharam por levar ao Senado).

Apenas dois outros médicos obtiveram, nessas eleições, uma votação expressiva entre o eleitorado *liberal* mineiro: o Doutor Marciano Pereira Ribeiro, natural de Mariana, primo paterno de Vasconcellos, e residente na Província do Rio Grande do Sul (que, anos depois, ajudaria a se sublevar, colaborando ativamente para a instituição de um governo republicano); e o Doutor Joaquim Candido Soares de Meirelles, homem pardo, natural da Vila de Caeté, também simpático à pregação democrática de então.

Esses três médicos provinham de centros acadêmicos distintos: o Doutor Manoel havia se formado em Coimbra; o Doutor Marciano em Edimburgo, na Escócia; e o Doutor Joaquim Candido, na Cidade do Rio de Janeiro e, posteriormente, em Paris. Eram jovens os três: o mais velho (Doutor Marciano) tinha trinta e sete anos, e o mais novo (Doutor Joaquim Candido) tinha trinta e um.

O Doutor Marciano reuniu maioria absoluta dos votos em Mariana, sua terra natal, onde ainda vivia parte de sua família, e em três colégios da Comarca do Rio das Mortes (São

João del-Rei, Jacuí, e Barbacena). O Doutor Joaquim Candido reuniu maioria relativa dos votos em sua terra natal (Caeté) e maioria absoluta em São João del-Rei. O melhor desempenho foi, indubitavelmente, do Doutor Manoel, que reuniu maioria absoluta dos votos em Pitangui, em três colégios da Comarca do Serro Frio (Vila do Príncipe, Tijuco, e Minas Novas), e em quatro colégios da Comarca do Rio das Mortes (São João del-Rei, Campanha, Jacuí, e Barbacena). Obteve ainda maioria relativa em Baependi. Vê-se que o Doutor Manoel foi um candidato por quem se empenharam os chefes do *partido liberal* (conforme atestam as votações em Pitangui, Campanha e Jacuí).

-x-

Os responsáveis pela imprensa periódica formam o terceiro grupo que, nessas eleições, mereceu a contemplação dos chefes do *partido liberal*. Sua importância, porém, não se fez sentir na Província inteira: esteve praticamente circunscrita ao Colégio Eleitoral da Vila da Campanha (principal reduto *liberal*).

Baptista Caetano d'Almeida, patrono do *Astro de Minas*, obteve votação maciça em Pitangui, Campanha, e Jacuí, sendo assim preferido ao redator do periódico, o Padre Francisco de Assis Fernandes Braziel, que obteve votação inexpressiva em Sabará, no Tijuco, e em Campanha. Além de ser recomendado pelo *Precursor das Eleições*, Baptista Caetano também havia sido elogiado por seu colega *O Universal*.

Evaristo Ferreira da Veiga, redator do *Aurora Fluminense*, publicado na Corte, obteve votação inexpressiva em vários colégios, mas obteve votação maciça em Campanha e reuniu maioria absoluta dos votos na Vila do Príncipe, em Queluz, Jacuí, e Baependi. Também ele havia sido recomendado aos eleitores nos periódicos *Precursor das Eleições*, *Astro de Minas*, e *O Universal*.

O periódico *Astréa*, publicado na Corte, era um esforço conjunto dos irmãos Jozé Joaquim e João Clemente Vieira Souto, e de seu cunhado Antonio Jozé do Amaral. Além dos três, inúmeros colaboradores alimentavam o periódico com correspondências. Quem aparecia ostensivamente como redator e editor do periódico era o paisano João Clemente Vieira Souto (seu irmão e cunhado eram militares do Corpo de Engenheiros). Dos três, João Clemente recebeu apenas cinco votos em toda a província (quatro em Sabará e um em Araxá). Antonio Jozé do Amaral recebeu votação inexpressiva em vários colégios, mas reuniu maioria absoluta na Vila do Príncipe. Por sua vez, Jozé Joaquim Vieira Souto, com votação inexpressiva em diversos colégios, reuniu maioria absoluta no Tijuco e sobretudo em Campanha, em que foi maciçamente votado. Esse Vieira Souto e seu cunhado Amaral haviam sido recomendados pelo *Precursor das Eleições* e elogiados n' *O Universal*. A eleição desses dois também vinha sendo promovida no Rio de Janeiro.

Quanto ao periódico ouropretano *O Universal*, Manoel Soares do Couto, antigo proprietário da folha, recebeu votação inexpressiva em vários colégios, mas reuniu maioria relativa em Campanha. Melhor sorte obteve o redator e sócio que o sucedeu como proprietário exclusivo d' *O Universal*: Jozé Pedro Dias de Carvalho, que sequer tinha idade legal para ser eleito Deputado (pois só tinha vinte e três anos de idade, vivia ainda em estado de solteiro e como agregado de um tio paterno), obteve a quase totalidade dos votos prestados em Campanha (sinal da grande estima que lhe tinham os chefes do *partido liberal* em Minas). Manoel Soares, que foi pouco votado, havia sido recomendado pelo *Astro de Minas*. É possível que, em seu lugar, estivesse sendo favorecido seu parente Honório Hermeto Carneiro Leão (de quem Manoel Soares era primo, tio afim, irmão de criação e cunhado): Honório foi o único candidato, ligado aos responsáveis pelo periódico *O Universal*, a ser recomendado aos eleitores pelo *Precursor das Eleições*. Se não conseguiu assento na Câmara dos Deputados,

Manoel Soares conseguiu ao menos um assento no Conselho Geral da Província, para o qual conseguiu se eleger.

João Mendes Vianna (antigo periodista fluminense, maçom, e amigo do célebre Cypriano Barata), que teve sua candidatura lançada pelo *Precursor das Eleições*, obteve votação inexpressiva em diversos colégios, reunindo maioria relativa apenas no Tijuco.

Inexpressiva foi a votação recebida por Luiz Augusto May, Deputado por Minas candidato à reeleição, que redigia o periódico intitulado *Malagueta*. Esta folha, que voltara a ser publicada na Corte, juntou-se à *Astréa* e a *Aurora* nas críticas ao Ministério. É o próprio Evaristo da Veiga quem disse que esses três periódicos “mereciam o nome de jornais da oposição”.⁸⁰ May praticamente só conseguiu votos na Vila do Príncipe e na Vila do Sabará.

Cumprе destacar que, exceto por Evaristo (que tinha familiares estabelecidos na Vila da Campanha e por quem os chefes *liberais* mineiros – ao que parece – realmente se empenharam nessas eleições), todos os mais publicistas da Corte foram candidatos à Câmara dos Deputados pela vizinha Província do Rio de Janeiro. Foi o caso dos Sargentos Mores Jozé Joaquim Vieira Souto e Antonio Jozé do Amaral, do Capitão João Mendes Vianna, e do Deputado Luiz Augusto May. Os três primeiros se elegeram, e o último só conseguiu a suplência.

No que diz respeito a esses arranjos eleitorais, a candidatura por mais de uma província, às vezes, embaraçava os planos dos envolvidos: May, posteriormente, frustrado com a sua não-reeleição, acusaria os diretores do *partido liberal* em Minas de espalharem o boato, no Rio de Janeiro, que ele saía Deputado por Minas, e lá que saía pelo Rio, o que lhe teria arrancado alguns votos. Se houve ou não interesse deliberado em excluí-lo da Câmara dos Deputados, isso não foi possível apurar. Sabe-se, contudo, que May não contava com o apoio dos chefes *liberais* mineiros. Solenemente ignorado por Vasconcellos, Joze Bento, e os

⁸⁰ *Aurora Fluminense* (127), 10/12/1828, p.526.

irmãos Dias (vide votação em Ouro Preto, Campanha, e Jacuí), estes, ao serem acusados por May da referida artimanha eleitoral, provocá-lo-iam assim:

Estará esquecido o Senhor May duma carta dirigida aos Mineiros em 1828, e que aqui citou a Malagueta de então? Não dizia essa carta aos Eleitores que o Senhor May nada fizera na Câmara e que era um completo *maluco*, merecendo por isso ficar de fora nas eleições?⁸¹

O ressentimento de May com os diretores do *partido liberal* que orquestraram as eleições em Minas foi manifesto nas páginas d'*O Universal*:

O Sr. May mostra-se mui escandalizado por não ter sido reeleito pela Província de Minas; invectivou os Senhores [Bernardo Pereira de] Vasconcellos e [Joze Bento Leite] Ferreira de Mello por que não saiu Deputado!⁸²

Evaristo, que apesar de ser fluminense e radicado no Rio de Janeiro, contaria com a simpatia dos *liberais* mineiros. Ao que parece, valeu-lhe muito a proteção do Cônego Joze Bento e os contatos de seus irmãos na Vila da Campanha.⁸³ Interessante ainda é um perfil, que Evaristo haveria de traçar de si mesmo, numa polêmica com o Visconde de Cayrú:

O retalhista que se vangloria de ser livreiro da Quintanda, continuando a disputar com um Senador, com um Titular, com um dos membros da nossa improvisada Nobreza! Na verdade, as condições sociais estão confundidas e o país ameaçado de total subversão. Trinta e quatro anos ousam bater-se com setenta e sete; um rapaz que não foi a Coimbra contra um erudito ancião, poço de literatura; um peão, plebeu de todos os quatro costados, contra um fidalgo desses que Dom Pedro I enfiou em suas listas de despachos, em horas de bom humor! Que sinais mais evidentes de que a Revolução de 7 de Abril é uma funestíssima catástrofe, de que o trono e o altar estão abalados, e mesmo de que se aproxima o fim dos séculos? Se, todavia, o redator da Aurora fosse Comendador [da Ordem] de Cristo, ou Oficial do Cruzeiro, se o seu nome tivesse sido estampado num daqueles prolixos catálogos de pedintes, favorecidos em dias que davam méritos; se, ao menos, exhibisse o diploma de bacharel, ainda que seja em Cânones; nós poderíamos disfarçar o seu atrevimento: porém, assim, sem título algum, a paciência falta, a cólera não conhece limites, e, ao ver um vil livreiro convencer de erros, de má lógica, e até de sincadas em literatura, a um Visconde – e a um Visconde, Senador e erudito –, rebentam as rédeas do sofrimento e todas as vinganças parecem poucas! [...] Os periodiqueiros, acostumados como estão a julgar as Nações, os Reis, e os seus grandes interesses, habituados a falar como de igual a igual às Potestades e às testas coroadas, adquirem uma tal presunção e sobranceira que nada respeitam.⁸⁴

⁸¹ *O Brasileiro* (1), 04/02/1832, p. 3.

⁸² *O Universal* (705), 01/02/1832, pp.2-3.

⁸³ Sobre a ligação de Evaristo com Campanha, via seus irmãos, vide ANDRADE, Marcos Ferreira de. “Família e política nas Regências: possibilidades interpretativas das cartas pessoais de Evaristo da Veiga (1836-1837)”, in: RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tania M.T. B. C. (org.). *Linguagens e práticas de cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.

⁸⁴ *Aurora Fluminense* (849), 04/12/1833, p.3625.

Vê-se, pois, no principal reduto *liberal* da Província (a Vila da Campanha), o prestígio de que gozavam os periodistas *liberais*, com a votação maciça em Joze Pedro (*O Universal*), Jozé Joaquim Vieira Souto (*Astréa*), Evaristo (*Aurora Fluminense*), e Baptista Caetano (*Astro de Minas*).

-x-

O quarto grupo que emerge da votação em Minas, ligado aos chefes do *partido liberal*, é o dos padres *progressistas*.

A começar pela própria cúpula do partido, nela se vêem o sexagenário Padre Jozé Custodio e o quadragenário Cônego Joze Bento. Pela imprensa *liberal*, foram propagandeadas não só suas candidaturas, mas também a do Padre Jozé Martiniano d'Alencar, revolucionário dos ensaios republicanos de 1817 e 1824 no Ceará, com trinta e quatro anos de idade; a do Padre Doutor Antonio Maria de Moira, Lente do Curso Jurídico de São Paulo, também com trinta e quatro anos de idade; e a do Padre Antonio João de Lessa, proprietário rural na vizinha Província do Rio de Janeiro, maçom, com cinqüenta e quatro anos de idade. Desses, só não se elegeu por Minas o Padre Lessa – que, todavia, saiu eleito pela vizinha Província do Rio de Janeiro, onde sua candidatura também havia sido lançada pelo *partido liberal*.

Outros mais, homens de meia idade e alguns jovens, cujas candidaturas não foram ostensivamente defendidas pela imprensa, aglutinaram votos para o *partido liberal* em suas respectivas zonas de influência.

Importante destacar que esses padres, que apoiavam o *partido liberal*, vinham sendo seriamente repreendidos pelo Bispo de Mariana.⁸⁵ Este julgava que o clero mineiro enfrentava uma situação de grave crise. Os padres se recusavam a usar batina, preferindo os trajes

⁸⁵ SANTÍSSIMA TRINDADE, José da. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, pp. 198, 209, 213-214, 231, 235, 240, 242, 247, 251, 254-255, 290, 292.

seculares; mostravam-se assíduos leitores e entusiastas adeptos dos *Iluministas* (entre os quais Voltaire, que julgava a Igreja Católica uma “serpente infame” que deveria ter a cabeça esmagada); por vezes se ocupavam com outras atividades que nada tinham de eclesiásticas (razão pela qual o Bispo os admoestava a se desembaraçarem “de todos os negócios seculares para se aplicarem com fervor às funções do seu sagrado ministério”); e, dos dezesseis padres que aparecem ligados ao *partido liberal*, pelo menos oito (metade deles) haviam quebrado o voto de celibato, constituindo uma família à margem da Igreja. Era, por exemplo, o caso de Joze Bento Leite Ferreira de Mello, Jozé Martiniano d’Alencar, João Dias de Quadros Aranha, João Antunes Corrêa, Hermogenes Casimiro de Araujo Bruonswik, Joaquim de Mello Franco, Carlos Pereira Freire de Moura, e Francisco de Souza Coelho. Não se conseguiu apurar se os demais tiveram filhos ou não.

Estes clérigos com famílias irregulares (aos olhos do Direito Canônico) podem ter se comportado como grupo de pressão sobre os deputados *liberais*. Alguns deles, decididamente, advogavam em causa própria, pois tentaram dotar a Assembléia Geral do Império de poderes sobre a disciplina do clero brasileiro, a fim de abolir o celibato sacerdotal. Essa polêmica, levantada já na primeira legislatura da Câmara dos Deputados pelo Padre Feijó, representante paulista, seria arrastada até meados da década seguinte, e levou o governo brasileiro, que passou às mãos dos *liberais*, a quase romper com Roma e instituir uma Igreja Brasileira aos moldes da Anglicana – coisa que os deputados da *costa esquerda* vinham tentando fazer desde 1826.⁸⁶

-x-

⁸⁶ A esse respeito, vide GÉRON, Brasil. *O Regalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1978, pp. 13-78.

Os três irmãos Andradas, classificados aqui à parte, aparecem votados nos colégios em que os *liberais* predominaram. Houve muita polêmica, pela imprensa *liberal*, sobre a eventual inclusão de seus nomes entre os candidatos do partido. Alguns *liberais* os rejeitavam por seu procedimento quando Ministros de Estado, outros estimavam sua retórica cáustica e desejavam empregá-la contra os Ministros e Conselheiros de Estado então no poder.

Vasconcellos não os apoiou (nenhum voto receberam em Ouro Preto). A maioria absoluta do eleitorado de Pitangui e do Tijuco acolheu os nomes de Martim Francisco e Antonio Carlos. Os três irmãos foram indicados pela maioria absoluta dos eleitores da Vila do Príncipe. Martim Francisco obteve ainda maioria absoluta em Baependi e relativa em Tamanduá. No restante da Província, a votação foi inexpressiva.

Dos irmãos Andradas, Martim Francisco foi o único que conseguiu se eleger Deputado por Minas à Assembléia Geral...

-x-

O sexto grupo identificado nas fileiras liberais foi a dos grandes proprietários de terras e escravos.

No que diz respeito à cúpula do *partido liberal*, não se conseguiu localizar, para esse período de suas vidas, dados sobre o patrimônio de Vasconcellos e do Padre Jozé Custodio.

Sabe-se que a família de Vasconcellos vivia sobretudo na capital mineira, e na vizinha Cidade de Mariana. Nessas localidades, os familiares de Vasconcellos, e ele próprio, possuíam imóveis urbanos e escravos, mas não se pôde averiguar a quantidade e qualidade dos mesmos. Tampouco se pôde identificar a posse de terras de cultura. Sabe-se, pelo registro de 1814, que nenhum deles tinha lavras minerais.

Do Padre Jozé Custodio, sabe-se que, deixando de lado as funções eclesiásticas, ele passou a viver dos rendimentos de suas terras, localizadas no termo municipal da Vila da Campanha. Não se sabe, todavia, a quantidade e a qualidade de suas terras e escravaria. Depois que se mudou para a Corte, onde comprou a Chácara da Floresta (que se tornou o principal ponto de encontro dos chefes do *partido liberal* das diferentes províncias do Brasil), terá vendido suas terras em Campanha?

Só foi possível localizar dados para o quadragenário Cônego Joze Bento, rico proprietário de terras e escravos em Pouso Alegre, então arraial pertencente ao termo municipal da Vila da Campanha, e para o sexagenário Capitão Mor Custodio Joze Dias, rico proprietário de terras e escravos em Alfenas, então arraial pertencente ao termo municipal da Vila do Jacuí.

Figuras proeminentes em seus respectivos municípios, esses potentados rurais, por se tratarem de homens rústicos, eram ridicularizados por seu sotaque acaipirado e por sua forma de ganhar a vida, sendo tratados com descaso pelos maioriais da Corte, homens cosmopolitas, com pretensões aristocráticas e uma cultura bacharelesca. Bastante sintomáticas são as intervenções do Padre Jozé Custodio Dias e do Padre Diogo Antonio Feijó, enaltecendo a figura do agricultor, do homem simples do interior. Ou a defesa feita pela folha liberal *Astréa* de seu aliado sanjoanense *Astro de Minas*, insultado pelos adversários com o grito de “Fora, fora, tropeiros!”.⁸⁷

Nesse sentido, é bastante válido o estudo prosopográfico realizado por Lúcia Neves, que contrapõe esse grupo, a que ela chama de “elite brasiliense”, a um outro grupo, que ela chama de “elite coimbrã” (desenvolvendo aí uma tese já levantada por José Murilo de Carvalho em seu estudo seminal sobre a elite política imperial). Ela justifica essa taxonomia

⁸⁷ *Astréa* (305), 15/07/1828, p. 1264. Vide tb LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. (2ª ed.) Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993; SILVA, Wlamir. “Toucinheiros: breve taxonomia da elite liberal moderada mineira”, in: CHAVES, Maria Leônia Resende; BRÜGGER, Silvia Maria Jardim (org.). *Caminhos Gerais: estudos históricos sobre Minas (sécs. XVIII e XIX)*. São João del-Rei Universidade Federal de São João del-Rei, 2005, pp. 87-119.

que cunhou porque, no grupo que ela denomina “elite coimbrã”, predominavam “indivíduos graduados por Coimbra, quase sempre em Leis ou Cânones, e que tinham servido ao Estado, tanto em Portugal – onde alguns nasceram – quanto no Brasil”. Esse grupo, segundo a autora, seria adepto de uma espécie de Iluminismo mitigado, desejoso de “adaptar a Ilustração europeia às condições do meio” luso-americano. Buscava, em resumo, mais reformas do que rupturas – quer fossem de ordem política, econômica e/ou social. “Considerados por alguns como conservadores, temiam o curso que adotara a França, mas não deixavam de simpatizar com o ideário de um liberalismo moderado, que conservava a figura do rei como representante da Nação, mas negava que a soberania pudesse residir no povo”. Mostrava-se, enfim, “favorável à divisão da soberania entre o monarca e a assembléia” e era “mais arraigada à concepção do Império luso-brasileiro” (isto é, tinha pretensões de uma projeção extracontinental). Quanto ao segundo grupo, que Lúcia Neves chama de “elite brasiliense”, era formado “quase exclusivamente pelos que haviam nascido no Brasil, e que, quase sempre, tinham na palavra impressa o único contato com o estrangeiro”. Segundo a autora, esse grupo era, portanto, “menos cosmopolita” e “contentava-se mais facilmente com o Império brasileiro” (isto é, não tinha pretensões de dominar os territórios luso-europeus, africanos e asiáticos). Ela os define ainda como homens com menor grau de estudo, geralmente autodidatas (ainda que alguns ligados a esse grupo tivessem formação universitária), adeptos do pensamento revolucionário francês (assimilado sobretudo pela leitura de livros proibidos), mais voltados à ação, e geralmente propensos ao radicalismo. Esse grupo, de uma forma geral, “defendia a soberania popular, simbolizada na predominância do legislativo sobre o executivo” (na verdade, do elemento *democrático* sobre o *monárquico*).⁸⁸

Separados não só por suas vaidades, esses homens guardavam ainda profundas diferenças no que diz respeito a seus projetos políticos. Veja-se, por exemplo, o que Miriam

⁸⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003, pp.51-53, 416-417.

Dolhnikoff tem a dizer a respeito dos dois projetos no centro do debate nacional a partir da Independência: de um lado, o defendido pelos herdeiros da ilustração pombalina (por ela definido como um *unitarismo inclusivo*), e, do outro, o advogado por representantes das diversas províncias da América portuguesa (que ela define como *federalismo excludente*).⁸⁹

Além dos chefes do partido, alguns outros proprietários aparecem associados ao *partido liberal*. O primeiro deles foi o Capitão João Antonio Lemos, estabelecido como negociante e industrial no termo municipal da Vila da Campanha. Tinha ele estreita ligação com o Padre Jozé Custodio e o Cônego Joze Bento, que também eram proprietários de terras situadas naquele mesmo município. O Capitão Lemos teve sua candidatura lançada no *Precursor das Eleições*, e veiculada pelos periódicos *O Universal* e *Astro de Minas*. Reuniu maioria absoluta dos votos apenas em Campanha e em Barbacena, recebendo votação inexpressiva nos demais colégios. Acabou sendo eleito segundo suplente, mas conseguiu assento na câmara temporária com as vagas deixadas pelo Brigadeiro Cunha Mattos e o Padre Jozé d'Alencar, que tomaram assento por Goiás e pelo Ceará.

Não tiveram semelhante sorte os outros grandes proprietários ligados ao *partido liberal*.

Gabriel Francisco Junqueira, rico proprietário estabelecido no termo municipal da Vila de São João del-Rei, reuniu maioria absoluta apenas em Pitangui, Jacuí, e Baependi, e maioria relativa em Minas Novas, além de votação inexpressiva em vários outros colégios. Não foi o bastante para se eleger.⁹⁰

Tampouco se elegeu o Tenente Coronel José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, rico proprietário estabelecido no termo municipal da Vila de Caeté. Reuniu maioria relativa em

⁸⁹ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005, pp. 23-79.

⁹⁰ Sobre a trajetória, patrimônio e conexões familiares de Gabriel Francisco Junqueira, vide ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites Regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro*: Minas Gerais (Campanha da Princesa, 1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, pp. 225-272. Vide também MATTOS, José Américo Junqueira de. *Família Junqueira: sua história e genealogia*. Rio de Janeiro: Ed. Família Junqueira, 2004; BASTOS, Adélia Diniz Junqueira. *Lendas e tradições da família Junqueira (1816-1966)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980.

Caeté e Pitangui, e absoluta em Jacuí e Barbacena. Se não conseguiu assento na Câmara dos Deputados, ao menos conseguiu eleger-se para o Conselho Geral da Província, sendo o segundo nome mais votado em toda a Província (perdendo apenas para Vasconcellos)...

O Tenente Antonio Alves da Silva, estabelecido em Pitangui (e ligado à família da poderosa Dona Joaquina do Pompeu), reuniu maioria absoluta apenas ali (mas parece ter trabalhado para eleger seus correligionários liberais). O mesmo se pode dizer de Joaquim Pereira de Queiroz, que não foi destaque eleitoral em lugar algum, mas foi um importante agente de Vasconcellos na Comarca do Serro Frio.

Cumprê destacar que, ainda que não tenham saído eleitos nessa eleição de 1828, tanto José Feliciano, quanto Junqueira voltariam a ser lançados candidatos, respectivamente em 1830 e 1831, para enfrentar os candidatos governistas nas eleições surgidas para ocupar as vagas deixadas na câmara temporária pelos Deputados nomeados Ministros de Estado.

-x-

Na categoria dos empregados públicos, um único nome aparece: o do Escriturário da Contadoria da Junta da Fazenda da Província de Minas Gerais, Francisco de Assis d'Azeredo Coutinho. Sua candidatura foi sustentada por seu vizinho e amigo, o Deputado Vasconcellos, mas ela não empolgou o eleitorado mineiro: reuniu maioria absoluta apenas em Campanha e relativa apenas em Pitangui.

Se não conseguiu assento na Câmara dos Deputados, como queria Vasconcellos, conseguiu ao menos um assento no Conselho Geral da Província, para o qual saiu eleito.

-x-

Por fim, o último grupo que aparece entre as candidaturas lançadas pelo *partido liberal* em Minas é o dos militares.

O mais proeminente deles era, sem dúvida, o Brigadeiro Raymundo Jozé da Cunha Mattos, Deputado por Goiás, e, até então, conhecido como “ferrenho oposicionista”, como o descreve Walsh, que o conheceu naquele ano de 1828, ou mesmo como “o Padre Jozé Custodio militar”, como o próprio Cunha Mattos revela em 1826.

Membro proeminente da *costa esquerda*, seus discursos enérgicos entusiasmaram de tal maneira seus colegas mineiros que eles o incluíram nas indicações feitas pelo *Precursor das Eleições*. Foi, dentre os militares, o que teve melhor desempenho eleitoral em Minas: reuniu maioria absoluta em sete colégios (Sabará, Vila do Príncipe, Minas Novas, São João del-Rei, Tamanduá, Jacuí, Barbacena) e relativa em três (Mariana, Pitangui, Baependi).

Em seguida, aparece o nome do Brigadeiro Jozé Maria Pinto Peixoto, herói daqueles que *O Universal* chamou de “Mineiros assaz zelosos dos princípios liberais” que “o Poder tentava humilhar”. Foi ele quem, no ano de 1821, assegurara militarmente o triunfo político dos revolucionários vintistas. Com sua ajuda, aboliu-se o poder absoluto do Capitão General da Província, com a eleição e instalação da primeira Junta de Governo que administrou Minas Gerais (de que fez parte o Cônego Joze Bento, um dos chefes do *partido liberal*). Como prêmio aos serviços que havia prestado aos *liberais* mineiros, estes o indicaram no *Precursor das Eleições*. Reuniu maioria absoluta dos votos prestados em Campanha, e obteve maioria relativa na Vila do Príncipe. Nos demais colégios, porém, sua votação foi inexpressiva, razão pela qual não reuniu votos bastantes para se eleger Deputado.

O *Precursor das Eleições* havia também indicado os nomes do jovem Joaquim Jozé Rodrigues Torres (que a folha mineira chama erroneamente de *José Joaquim de Souza Torres*), Lente de Mecânica da Academia Militar, recém-egresso da Universidade de Coimbra (formara-se em 1825). Vinha ele angariando amigos e admiradores na livraria de Evaristo da

Veiga (também candidato do *Precursor* e um dos Deputados eleitos por Minas). Torres, segundo Theophilo Ottoni, que foi um de seus ouvintes e admiradores de então, fazia palestras na livraria de Evaristo, “explicando as belas teorias de [Thomas] Jefferson”, um dos *Pais Fundadores* da república norte-americana, de que Torres era “caloroso encomiasta e eloqüente expositor”. A pregação política do jovem Lente de Mecânica causava tamanho repúdio nos círculos aristocráticos que, segundo Ottoni: “Um estudante que, naquele tempo, tinha as boas graças de seu mestre, se esse mestre era o Sr. Joaquim José Rodrigues Torres, incorria por esse simples fato no desagrado do governo”.⁹¹ Ainda que entusiasmasse com sua pregação republicana seus jovens discípulos e os chefes *liberais* mineiros, Torres teve votação inexpressiva em Minas: era figura pouco conhecida àquele tempo.

Pior desempenho teve o Conde de Souzel, antigo Ministro de Estado que foi recomendado pelo *Precursor das Eleições*: obteve apenas três votos em toda a Província (o que mostra o grau de consideração que os liberais mineiros tinham pelos Titulares da Nobreza e Ministros de Estado).

Também militares eram os periodistas da *Astréa* (Jozé Joaquim Vieira Souto e Antonio Jozé do Amaral, Sargentos Mores do Corpo de Engenheiros) e o Capitão João Mendes Vianna, antigo periodista do Rio de Janeiro, maçom e companheiro de Cypriano Barata. Esse trio, recomendado pelo *Precursor das Eleições*, tampouco conseguiu se eleger por Minas. Elegeram-se, todavia, em companhia do Brigadeiro Jozé Maria Pinto Peixoto, como Deputados pela vizinha Província do Rio de Janeiro.

Sem o auxílio da imprensa, mas com votação em vários colégios, sobretudo em Mariana (onde residia e reuniu maioria relativa dos votos), aparece ligado ao *partido liberal* o Sargento Mor Gomes Freire de Andrada, filho de um dos *Inconfidentes Mineiros* condenados ao degredo na África. Gomes Freire era então Ajudante de Ordens do Comandante das Armas

⁹¹ OTTONI, Theophilo Benedicto. *Circular*: dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela Provincia de Minas Geraes no quatriennio actual e especialmente dirigida aos Srs. Eleitores de Deputados pelo 2º Districto Eleitoral da mesma Provincia para a proxima Legislatura. (2ª ed.) Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1860, p.11.

da Província, mas gozava das boas graças dos *liberais*. Seu desempenho eleitoral foi, no entanto, relativamente modesto e praticamente circunscrito ao local de sua residência, o que não lhe rendeu um assento na Câmara dos Deputados. Conseguiu, todavia, um assento no Conselho Geral da Província, onde pugnaria pelas idéias *liberais*.

-x-

Também os deputados governistas, dito *moderados*, procuraram se reeleger para a legislatura seguinte. Mobilizaram na Província os seus partidários, exercendo grande influência sobre a coligação eleitoral que, sob sua égide, se formou. Ao contrário de seus adversários, os governistas eram maioria na Câmara dos Deputados e, por isso, tinham menor número de assentos a oferecer às lideranças políticas em ascensão na Província. Isso explica a maior coesão de sua coalizão eleitoral, se comparada à de seus adversários (vide Tabela 2.25).

Entre os candidatos que buscavam a reeleição, três grupos distintos compunham o partido governista.

O primeiro deles foi batizado pela imprensa *liberal* de “*partido Lopino*”, em alusão a seu chefe: o Presidente da Província, Deputado João Joze Lopes Mendes Ribeiro. Seguiam-no seu irmão mais velho, o Vigário Doutor Joaquim Jozé Lopes Mendes Ribeiro, e o Capitão João Joaquim da Silva Guimarães. Homens cinquentenários, de origens modestas, que tiravam seu sustento do serviço prestado ao Estado, todos os três haviam feito parte da primeira Junta de Governo da Província de Minas Gerais, que, por seu espírito autonomista e sua adesão aos princípios *democráticos*, ganhou a reputação de *republicana*. Eleitos para a Câmara dos Deputados como opositores ao partido ministerial de 1824, esse grupo capitulou diante do Conselho de Estado e, por isso, era uma dissidência do grupo que continuou na oposição em 1828. Seus antigos aliados não os perdoavam pelo que

Tabela 2.25 – Nomes mais votados pelos Moderados da Província de Minas Gerais para a 2ª Legislatura da Câmara dos Deputados (1830-1833).

Candidatos do partido governista (Moderados)	Ouro Preto	Mariana	Sabará	Curvelo	Caeté	Pitangui	Paracatu	São Romão	Salgado	Araxá	V. Príncipe	Tijuco	Barra	Minas Novas	São João	São José	Barbacena	Tamanduá	Queluz	Campanha	Baependi	Jacuí	Total
	32	75	66	29	43	48	25	22	18	34	55	33	16	59	50	34	30	42	36	107	54	37	945
Deputados candidatos à reeleição																							
Deputados do partido Lopino																							
João Jozé Lopes Mendes Ribeiro	25	35	26	25	11	3	2	17	18	18	8	7	16	40	6	6	17	23	13	5	9	1	331
Joaquim Jozé Lopes Mendes Ribeiro	21	31	7	21	4	1	-	4	18	4	2	2	16	26	-	1	-	17	4	3	3	-	185
João Joaquim da Silva Guimarães	21	11	8	11	14	-	-	1	9	15	...	1	14	7	2	-	2	17	4	1	3	-	140
Deputados da facção Luciana																							
Lucio Soares Teixeira de Gouvêa	9	39	19	27	5	-	17	21	17	12	2	1	15	14	6	24	3	21	10	-	13	-	275
Antonio da Roxa Franco	9	21	25	28	7	-	11	9	17	5	...	-	...	14	4	7	2	20	4	-	17	-	221
Antonio Marques de Sampaio	9	14	9	23	8	-	14	2	14	20	2	-	15	12	1	17	4	19	5	-	10	-	198
Jozé de Rezende Costa	11	12	15	18	5	-	-	2	16	1	3	1	15	15	4	15	4	20	5	-	-	-	162
Antonio Augusto Monteiro de Barros	19	45	12	5	-	-	15	3	...	10	5	1	...	4	1	7	-	1	9	-	-	-	135
Deputados neutros																							
Joze Antonio da Silva Maya	12	55	59	28	20	10	16	17	16	24	40	30	15	36	33	28	30	33	24	2	33	13	574
Joze Cesario de Miranda Ribeiro	9	47	43	25	17	-	15	-	16	12	4	4	1	41	23	32	13	4	27	21	22	2	378
Candido Joze de Araujo Viana	10	34	35	26	8	1	13	13	...	28	...	6	...	20	12	22	3	22	23	-	19	-	312
Jozé Carlos Pereira de Almeida Torres	1	-	43	-	-	-	14	-	...	15	3	-	...	12	35	23	-	2	3	3	-	-	155
Nomes propostos para renovação da bancada mineira																							
Manoel Jozé Pires da Silva Pontes	6	6	29	22	23	11	14	2	12	-	8	7	16	9	2	-	2	12	1	-	3	6	192
Manoel Fernandes Correia Pinto	16	24	-	27	-	1	1	5	14	13	3	-	12	16	8	15	-	20	8	-	-	-	183
Francisco de Assis e Lorena	22	14	7	24	-	3	-	3	17	9	3	5	5	24	-	-	2	17	5	12	-	-	172
Joaquim José do Amaral	20	12	5	18	5	2	-	2	14	8	2	-	14	14	3	2	-	18	4	-	8	-	151
Joaquim de Oliveira Alvares	12	17	15	24	-	-	-	2	17	1	...	-	15	9	1	1	2	18	3	-	-	1	143
Miguel de Souza Mello e Alvim	10	11	8	23	4	-	-	2	11	-	-	-	15	10	1	-	-	19	2	-	-	-	116
Manoel Antonio Galvão	9	10	14	24	4	-	-	2	15	-	1	-	15	11	1	4	-	-	-	-	-	-	110
Jozé Bernardo de Figueiredo	8	19	8	27	1	-	-	-	4	5	...	1	...	5	1	-	3	17	5	-	3	-	103
Lourenço Antonio Monteiro	14	10	5	21	-	-	-	1	11	8	3	3	12	13	-	-	-	-	5	-	-	-	97

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Salgado: faltam dois nomes = Francisco de Assis Lorena & [...]

Barra do Rio das Velhas: faltam 3 nomes = Antonio da Roxa Franco, [...], [...]

consideravam uma “traição”: chamavam-nos de “vira-casacas”. A nomeação de João Lopes para a Presidência da Província se deu sob a égide do primeiro Ministério formado com membros da câmara temporária depois da dissolução da Constituinte. Desse Ministério havia feito parte o Deputado Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, que encabeçava o segundo grupo.

A imprensa adversária chamava o segundo grupo que compunha o partido governista de “*facção Luciana*”, em alusão a seu chefe: o Deputado Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, que havia sido (e logo voltaria a ser) Ministro de Estado dos Negócios da Justiça. Esse grupo havia sido eleito em 1824 com o apoio dos Ministros e Conselheiros de Estado. Compunham-no ainda o Cônego Antonio da Roxa Franco, o Cônego Antonio Marques de Sampaio, o Conselheiro Jozé de Rezende Costa, e o Doutor Antonio Augusto Monteiro de Barros. Desse grupo também fizera parte o Coronel Antonio Gonçalves Gomide, nomeado Senador. Com a proximidade das eleições, todos eles passaram a ser hostilizados pelos periódicos *liberais*. Defendia-os, sobretudo, a folha intitulada *O Analista*, publicada na Corte.

Ligeiramente dissociados da “*facção Luciana*”, embora tenham sido eleitos para a Câmara dos Deputados com esse grupo, encontra-se um trio sobre o qual já se falou. Seu prestígio se fazia sentir tanto num ambiente de apoio ao governo, quanto num ambiente de oposição (razão pela qual são tidos na conta de *neutros*). Compunham esse grupo os Deputados Joze Antonio da Silva Maya, Joze Cesario de Miranda Ribeiro, e Candido Joze de Araujo Viana. Os dois últimos, aproximando-se do Ministério de que Lucio Soares fizera parte, dele receberiam importantes comissões: Candido foi nomeado Presidente da Província das Alagoas e, depois, do Maranhão; e Joze Cesario foi nomeado Presidente da Província do Ceará (mas não tomou posse do emprego). Apesar de suas ligações com Lucio Soares (que os *liberais* consideravam um “dissidente”), Maya e Joze Cesario eram figuras bem-quistas pelos *liberais*. Foram recomendados aos eleitores pelas folhas *Astro de Minas* e *O Universal*. Mesmo o *Precursor das Eleições* chegou a recomendar o nome de Joze Cesario. Apenas

Candido seria repreendido pelo *Astro de Minas* e ignorado pelo *Precursor das Eleições* e *O Universal*. Nas urnas, porém, os três seriam lembrados nos colégios cujo eleitorado se mostrou partidário dos *liberais* (Vasconcellos, e aliados), e refratário à influência dos *moderados* (João Lopes, Lucio Soares, e companhia).

Para análise do recrutamento levado a cabo pela coalizão *moderada*, procedeu-se da seguinte maneira: foram lançados na Tabela 2.25 todos os nomes que reuniram maioria de votos nos colégios eleitorais dominados pelos deputados governistas. Quase todos os nomes que emergem nas urnas associados aos *moderados*, já haviam sido apontados pela imprensa adversária, interessada em denunciar a coalizão eleitoral de seus contrários.

-x-

Em termos de importância, talvez o grupo mais proeminente dentro do *partido moderado* fosse constituído pelos magistrados (algo já observado na coalizão eleitoral de 1824).

O magistrado de maior destaque no grupo *moderado* era, sem dúvida, o Desembargador Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. Em alusão à sua pessoa, seus adversários chamavam seus partidários de “*facção Luciana*”. Homem quadragenário e pai de família, Lucio Soares servia na magistratura havia quase duas décadas. Encontrava-se, então, ocupando a função de Juiz da Alfândega da Corte, para a qual havia sido nomeado por Carta Imperial de 3 de Outubro de 1828. Na Câmara dos Deputados, estava no exercício do terceiro mandato eletivo a ele conferido por seus conterrâneos: fora eleito Deputado às Cortes de Lisboa, à Assembléia Constituinte, e para aquela legislatura, durante a qual foram realizadas as eleições de que aqui se trata. Antes das eleições, estivera à frente do Ministério da Justiça por pouco mais de seis meses, e voltaria a ocupá-lo, depois das eleições, ficando ainda um ano

mais como Ministro de Estado. Candidato à reeleição, com o apoio dos Conselheiros e Ministros de Estado, Lucio Soares foi apoiado pela maioria absoluta dos eleitores de oito dos vinte e dois colégios em que estava dividida a Província de Minas Gerais (Mariana, Curvelo, Paracatu, São Romão, Salgado, Barra do Rio das Velhas, São José, e Tamanduá). Graças a essa votação que recebeu, ele conseguiu garantir para si um assento na câmara temporária na legislatura seguinte.

Outro importante magistrado, dividido entre *moderados* e *liberais*, era o Desembargador Joze Antonio da Silva Maya. Contemporâneo de Lucio em Coimbra, Maya também era um quadragenário pai de família que servia na magistratura havia quase duas décadas. No exercício do segundo mandato eletivo que lhe havia sido conferido pela Província de Minas, sua terra adotiva (pois havia nascido em Portugal), Maya se fazia estimado por governistas e oposicionistas. Dos vinte e dois colégios em que estava dividida a Província, Maya obteve maioria dos votos em dezenove (sendo ela absoluta em dezessete colégios), sendo reeleito por maioria absoluta do eleitorado mineiro. Reuniu, assim, o voto dos governistas e o dos oposicionistas.

Em situação parecida estavam os jovens Joze Cesario de Miranda Ribeiro e Candido Joze de Araujo Viana. Jovens pais de família, formados em Coimbra havia menos de uma década, eles haviam encetado com sucesso a carreira da magistratura, estando no exercício do segundo mandato eletivo que lhes haviam conferido seus conterrâneos. Amigos entre si desde o tempo em que haviam estudado juntos em Coimbra, eles eram ligados a importantes figuras do Senado do Império. Candido estava ligado, por laços de amizade, ao Visconde de Caethé e ao Senador Gomide. Joze Cesario, por laços de amizade e parentesco, ao Visconde de Congonhas do Campo e ao Senador Marcos Monteiro, primos de sua mãe; e ao Senador Lobato, seu tio materno. Talvez nascesse daí o espírito conciliador que Candido e Joze Cesario sempre demonstraram diante dos impasses surgidos entre o *órgão aristocrático*

(Senado) e o *órgão democrático* (Câmara dos Deputados). Os Conselheiros e Ministros de Estado os tinham em boa conta (e começavam a confiar-lhes importantes comissões). Também da parte do eleitorado mineiro se viam demonstrações de confiança: ambos acabaram reeleitos, reunindo maioria absoluta em oito dos vinte e dois colégios da província.

Pior sorte teve o jovem Antonio Augusto Monteiro de Barros, colega de turma de Candido e de Joze Cesario (com quem era aparentado). Filho primogênito do Visconde de Congonhas do Campo, Antonio Augusto havia sido eleito, em 1824, com amplo apoio do eleitorado mineiro, sob as bênçãos dos Ministros e dos Conselheiros de Estado. Em 1828, porém, seria atacado pelos *liberais* e desamparado pelos *moderados*. Reuniu maioria absoluta dos votos em Ouro Preto e Mariana (sob a influência de sua família), e em Paracatu (talvez por influência de Lucio Soares, que parece haver protegido sua candidatura). Nos demais colégios, seu nome teve votação inexpressiva – razão pela qual não conseguiu se reeleger (experimentando um período de ostracismo político que duraria uma década).

A esses cinco magistrados, com quem os *moderados* contavam em diferentes graus, uniram-se outros mais.

Dos recrutados pelos chefes *moderados* mineiros, o único que já tinha assento na Câmara dos Deputados, como representante da Província da Bahia, era o jovem Manoel Antonio Galvão, então com trinta e sete anos de idade. Colega de turma de Vasconcellos em Coimbra, Galvão ingressara na magistratura havia pouco menos de uma década. Estava também no exercício de seu segundo mandato eletivo: havia participado da Constituinte como deputado por sua província natal, que o reelegera, depois da outorga da Constituição, para a Primeira Legislatura da Câmara dos Deputados. Aguerrido defensor do Ministério na câmara temporária, Galvão havia sido comissionado com a Presidência da Província das Alagoas. Sua candidatura, em Minas, não empolgou o eleitorado: a votação que

recebeu esteve circunscrita aos redutos *moderados* (Curvelo, Salgado, e Barra do Rio das Velhas).

Os governistas buscaram ainda a colaboração de dois jovens magistrados, protegidos do Presidente da Província, o Deputado João Joze Lopes. Foram eles o Doutor Manoel Fernandes Correia Pinto (Juiz de Fora da Fidelíssima Vila do Sabará) e o Doutor Joaquim José do Amaral (Juiz de Fora da Imperial Cidade do Ouro Preto). Na meia idade, formados havia menos de uma década, estavam nos primeiros degraus da magistratura. Sem fortes ligações com a Província, reuniram maioria dos votos apenas em Ouro Preto, por influência de João Lopes, e nos redutos *moderados* (Curvelo, Salgado, e Barra do Rio das Velhas).

Além dos jovens protegidos por João Lopes, os chefes *moderados* procuraram se valer do nome do Desembargador Jozé Bernardo de Figueiredo, que acabava de ser nomeado para o Supremo Tribunal de Justiça, criado havia pouco (em substituição à Casa da Suplicação, de que o Desembargador Figueiredo havia feito parte). Apesar de fluminense, ele residira na Província de Minas Gerais por muitos anos, onde servira diversos empregos da magistratura. Depois de sua estadia em Minas, recolhera-se à Corte, onde vivia, havia mais de uma década, fazendo parte da cúpula judiciária do nascente Império. Beirando os setenta anos de idade, pai de família, o Desembargador tinha uma única filha, que se casou, naquele ano de 1828, com o pernambucano Pedro d'Araujo Lima, que estivera à frente do Ministério de Estado dos Negócios do Império e era um dos líderes da *costa direita* na Câmara dos Deputados. Araujo Lima havia sido colega, no Ministério, do Deputado Lucio Soares, e coube a ele a iniciativa de nomear o Deputado João Lopes para a Presidência da Província de Minas Gerais. Apesar de seu prestígio na Corte, a votação que o sogro de Araujo Lima obteve em Minas foi bastante modesta: reuniu maioria de votos apenas em Curvelo, colégio sob a influência do Vigário Franco.

Também tinham passagem pelo curso de Leis, em Coimbra, os cinquentenários irmãos Lopes: João era Bacharel em Leis; e Joaquim, Doutor em Cânones. Deles, apenas João havia tido uma breve experiência na magistratura (servira como Juiz de Fora da capital mineira ao longo do ano de 1827). João Lopes ocupava então a Presidência da Província, sendo uma influente figura do funcionalismo público; e o Cônego Doutor Joaquim Lopes do clero.

-X-

O segundo lugar, na estrutura do *partido moderado*, era ocupado pelos empregados das repartições públicas da Província e da Corte.

A figura mais relevante era, sem dúvida, o Presidente da Província, Deputado João Joze Lopes Mendes Ribeiro. Em alusão a seu nome, seus adversários chamavam seu grupo de “*partido Lopino*”.

Homem cinquentenário, pai de família, de origens modestas, nascera nas proximidades de Coimbra, em cuja Universidade conseguiu ingressar mediante muito esforço. Ascendera à condição de Secretário de Governo de Minas Gerais graças à proteção dos poderosos da Corte de Dom João VI. Passou cerca de uma década e meia à testa da Secretaria de Governo, servindo a sucessivos Capitães Gerais. Com a eclosão da Revolução Liberal, que se alastrou pelo império lusitano, aderiu a ela, chefiando o grupo simpático à causa revolucionária na capital mineira. Com a ajuda militar conseguida junto aos revolucionários fluminenses, o grupo de João Lopes ascendeu ao poder, continuando ele como Secretário de Governo na Junta que se formou, ficando esta (cuja autoridade provinha da escolha dos cidadãos reunidos em assembléia), no lugar do Capitão General (cuja autoridade, até então, provinha de nomeação régia). Sua proeminência sobre essa Junta logo se fez sentir, e ele ganhou a fama de ser republicano por haver pugnado pelos princípios *democráticos* na crise institucional que

marcou a dissolução do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Após um biênio de ostracismo, voltou ao cenário político em 1824, sendo eleito Deputado à Assembléia Geral por sua província adotiva. Sua eleição era de cunho oposicionista e contestador. Durante o exercício de seu mandato, aproximou-se do núcleo do Governo Imperial, ganhou a proteção dos Marquesses de Nazareth e de Queluz, e conseguiu ser nomeado Juiz de Fora da capital mineira e, logo em seguida, Presidente da Província de Minas Gerais. Além das conexões políticas que estabeleceu com as figuras influentes do Governo Imperial, João Lopes também conseguiu se aproximar do Imperador pelos laços familiares: na capital mineira, passou a viver maritalmente com uma tia materna da Marquesa de Santos, amante do Imperador. Ambas teriam filhos dessas ligações clandestinas. João Lopes, que teve um filho com sua amante em 1826, e com ela viveu sem estarem casados, oficializaria sua união apenas em 1837, sob as bençãos da Igreja.

Candidato à reeleição, João Lopes colheu a maioria absoluta dos votos em Ouro Preto, colégio que esteve sob sua influência direta; em Curvelo, sob a influência do Vigário Franco, outrora seu adversário político; nos colégios do interior da Comarca de Paracatu (São Romão, Salgado, e Araxá); nos do interior da Comarca do Serro Frio (Barra do Rio das Velhas, e Minas Novas); e em pequena parte da Comarca do Rio das Mortes (Tamanduá, e Barbacena). Foi um dos poucos *moderados* com assento na câmara temporária a conseguir a reeleição.

Outro que buscava a reeleição era o Conselheiro Jozé de Rezende Costa, Escrivão da Mesa do Tesouro Público Nacional. Primo do então Conde de Valença, Rezende Costa era protegido e defensor dos Conselheiros de Estado, tendo ainda grande amizade com o Marquês de Baependy, a quem devia muitos favores (entre outros, o alívio das penas a que havia sido condenado por seu envolvimento na *Inconfidência Mineira*). Sexagenário, Rezende era o mais velho do grupo de deputados *moderados* mineiros. Residia na Corte havia muitos anos, mas era natural da Comarca do Rio das Mortes, onde ainda tinha amigos e familiares. Estava,

então, no exercício do terceiro mandato conferido a si por seus conterrâneos. Fora eleito às Cortes, à Constituinte, e, nas eleições de 1824, chegara a ser indicado para o Senado (mas não foi nomeado) e para a Câmara dos Deputados (na qual tomou assento). Em 1828, Rezende Costa, que havia sido alçado à Câmara dos Deputados pela coalizão governista formada na eleição anterior, uniu forças com o grupo de João Lopes. Reuniu maioria relativa dos votos em Ouro Preto, e absoluta nos redutos *moderados* (Curvelo, Salgado, e Barra do Rio das Velhas), mas não conseguiu o que poderia vir a ser o seu quarto mandato.

Tampouco teve sucesso o Capitão João Joaquim da Silva Guimarães, Contador da Junta da Fazenda na Província de Minas Gerais, que estava aliado a João Lopes havia anos. Cinquentenário, pai de numerosa família, João Joaquim acompanhara João Lopes na dissidência do grupo oposicionista, travando relações com as figuras influentes do Governo Imperial. Isso lhe rendeu a indisposição dos antigos aliados (Joze Bento, Jozé Custodio, e Vasconcellos), que não o pouparam na imprensa. Reuniu maioria absoluta de votos apenas em Ouro Preto, Salgado e Barra do Rio das Velhas, não conseguindo votos bastantes para se reeleger.

Como reforço ao *partido moderado* na câmara temporária, buscou-se ainda a cooperação de outros três servidores públicos: o quadragenário Antonio Joze Ferreira Bretas, empregado na Contadoria da Junta da Fazenda (colega, portanto, de João Joaquim); o sexagenário Manoel Vieira Couto, empregado na Administração Diamantina; e o cinquentenário Luiz Maria da Silva Pinto, Secretário do Governo de Minas. Todos os três eram antigos aliados de João Lopes, a quem uniram esforços na fermentação revolucionária de 1821 – da qual surgiu a primeira Junta de Governo de Minas. A votação desses antigos aliados de João Lopes foi, porém, inexpressiva e esteve praticamente circunscrita às suas zonas de influência.

Outro importante grupo dentro do *partido moderado* era constituído por clérigos. Estes não formavam, todavia, um grupo coeso.

Com assento na câmara temporária, e buscando sua reeleição, encontravam-se o Cônego Antonio da Roxa Franco e o Cônego Antonio Marques de Sampaio. Homens cinquentenários, exerciam a função de párocos na Província de Minas Gerais havia muitos anos. Ambos haviam feito parte da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, que antecipou em seu seio as discussões sobre a Constituição do Império. Nesta sociedade, de que participaram os Vigários Franco e Sampaio, elaboraram-se as linhas gerais do Projeto que *deveria ser aprovado* na Assembléia Constituinte propriamente dita, mas que, com a dissolução da mesma pelo Imperador, acabou sendo apresentado pelo Conselho de Estado, em sua forma final, às Câmaras Municipais do Império. Na eleição subsequente à outorga da Constituição, os Vigários Franco e Sampaio foram lançados candidatos à Assembléia Geral como Deputados por Minas pelo partido governista. O primeiro foi grande e geralmente votado na Província; o segundo, com uma zona de influência menor, teve menos votos, mas conseguiu tomar assento na câmara temporária como suplente. O Vigário Franco, transferido para a paróquia do Curvelo, lá exerceu grande influência nessa eleição de 1828, conseguindo fazer com que se elessem, com maioria absoluta, os seus partidários. A mesma sorte não teve o Vigário Sampaio, em Barbacena. Esses dois clérigos só conseguiram maioria absoluta nos redutos *moderados* da Província (Curvelo, Salgado, e Barra do Rio das Velhas).

Além desses dois, tinha também assento na câmara temporária, e buscava sua reeleição em 1828, o Cônego Doutor Joaquim Jozé Lopes Mendes Ribeiro, Pároco da Freguesia de Piranga (situada no termo municipal da Leal Cidade de Mariana). Cinquentenário como seus colegas, era ele irmão do Presidente da Província. Nascera nas

proximidades de Coimbra, em cuja Universidade havia se doutorado em Cânones havia três décadas. Acompanhara o irmão em sua mudança de Portugal para o Brasil: João Lopes fora nomeado Secretário de Governo da então Capitania de Minas Gerais, Joaquim fora colado vigário da Freguesia de Piranga, situada no termo municipal da cidade episcopal de Mariana, vizinha da capital mineira. Exercia o vicariato havia mais de duas décadas. Na fermentação revolucionária de 1821, auxiliou o irmão, sendo também eleito para a primeira Junta de Governo a se formar na capital mineira. Com o irmão, experimentou um breve período de ostracismo, voltando à cena política nas eleições de 1824. Ingressando na Câmara dos Deputados, como suplente, no ano de 1827 (estando, portanto, ausente nas sessões do primeiro ano de funcionamento da Assembléia Geral), o Cônego Joaquim Lopes foi uma importante liderança política *moderada* em Mariana, contando com o apoio do Bispo. Nos trabalhos eleitorais, conseguiu influir sobre alguns eleitores marianenses, mas, no âmbito provincial, a votação que recebeu foi pequena: reuniu maioria absoluta dos votos apenas em Ouro Preto (colégio sob a influência de seu irmão) e nos redutos *moderados* (Curvelo, Salgado, e Barra do Rio das Velhas).

Como reforço a esse grupo de clérigos, que se opunha às reformas que os *liberais* desejavam fazer das instituições e disciplina eclesiásticas, buscou-se a colaboração de outros mais.

O principal deles foi o Arcebispo da Bahia, o quadragenário Dom Romualdo Antonio de Seixas, então Deputado pela Província do Pará, sua terra natal. Maior autoridade eclesiástica então existente no Império, Dom Romualdo vinha pugnando contra as reformas eclesiásticas desejadas pelos *liberais*. Profundamente ligado ao Imperador, era um dos principais veículos usados pelo Monarca na apresentação de projetos e idéias à Câmara dos Deputados.⁹² Apesar de ser uma notabilidade de vulto nacional, seu desempenho eleitoral na

⁹² Vide MACHADO, André. “Redesenhando caminhos: o papel dos representantes do Grão-Pará na primeira legislatura do Império do Brasil (1826-29)”. *Almanack Braziliense*, v. 10, p. 75-97, 2009.

Província de Minas Gerais foi pífio: reuniu maioria relativa apenas em Curvelo e em Minas Novas, recebendo votação inexpressiva nos demais colégios. Não conseguiu se reeleger, nem por Minas, nem por outra província qualquer, para a legislatura seguinte.

Desempenhos igualmente insignificantes e infrutíferos tiveram o Padre Mestre Manoel Joaquim Ribeiro, velho Lente de Filosofia da capital mineira (que fazia parte do círculo próximo do Presidente João Lopes) e o jovem Padre Geraldo Leite Bastos, residente na Corte, que foi aclamado pelos aliados de João Lopes no colégio da capital mineira.

Diferentemente dos clérigos ligados ao *partido liberal*, que procuravam se apresentar como “progressistas”, os clérigos do *partido moderado* apresentavam-se, em geral, como “conservadores”. Seus adversários admitiam-nos como tais, mas, a fim de desqualificá-los com a identidade que haviam assumido, chamavam-nos de “*conservadores dos velhos abusos*”.

-x-

O quarto grupo a compor as fileiras do *partido moderado* era constituído por militares. Nenhum deles tinha assento na câmara temporária.

Tentaram os *moderados* eleger por Minas o Ministro da Guerra, Tenente General Joaquim de Oliveira Alvares, e o Ministro da Marinha, Chefe de Divisão Miguel de Souza Mello e Alvim. Ambos eram *brasileiros adotivos*, nascidos no Reino de Portugal. O primeiro tinha cinquenta e um anos de idade; o segundo, quarenta e cinco. Eram chefes de família, serviam no Brasil havia muitos anos, havendo se engajado nos esforços da guerra da Independência no sentido de separar o Brasil de Portugal.

Além deles, tentou-se eleger o jovem Coronel Francisco de Assis e Lorena, Comandante das Armas da Província de Minas Gerais. Perto de completar quarenta anos de

idade, o Coronel Lorena, nascido na vizinha Província de São Paulo, era filho natural e herdeiro do Conde de Sarzedas, já falecido, que havia sido Capitão General de São Paulo e de Minas Gerais. Diziam as “más línguas” que o Conde de Sarzedas era filho bastardo do Rei Dom José I de Portugal, o que fazia do Coronel Lorena primo de Dom João VI. Esse parentesco, se verdadeiro, não era reconhecido oficialmente, mas era de conhecimento público. Também diziam que o Coronel Lorena havia sido amante da Marquesa de Santos (havendo contribuído para o fim de seu primeiro casamento). Se houve ou não esse relacionamento, não foi possível apurar. Sabe-se, todavia, que ele era aparentado, pela via materna, com a Marquesa, razão pela qual também se ligava, por afinidade, com o Deputado João Lopes, a quem servia como Comandante das Armas desde que João Lopes assumira a Presidência da Província.

Outro militar candidato pelo *partido moderado* era o Coronel Lourenço Antonio Monteiro, Comandante do Batalhão de Cavalaria n.º 23. Era tido na conta de amigo e assessor do Comandante das Armas, Coronel Lorena, e era irmão da falecida esposa do Deputado João Lopes, então Presidente da Província.

Esses quatro militares, a quem seus adversários *liberais* chamavam de “mandões” e de “criaturas do poder”, foram indicados pela maioria do eleitorado partidário dos *moderados* (vide o resultado das votações em Ouro Preto, Curvelo, Salgado, e Rio das Velhas). Nenhum deles conseguiu, todavia, se eleger para a Câmara dos Deputados por Minas. Apenas o Ministro da Guerra, Tenente General Joaquim de Oliveira Alvares, conseguiu tomar assento na câmara temporária, graças aos votos que recebeu na Província do Rio Grande do Sul.

A última e menos significativa classe presente nas listas disseminadas pelo *partido moderado* era a dos grandes proprietários de terras e escravos.

É verdade que alguns nomes do partido tinham escravos e terras. No entanto, a quantidade e a qualidade dos mesmos, ao que parece, tinham proporções modestas. Nos mapas populacionais mineiros de 1831, apurou-se que os Cônegos Joaquim Lopes (residente em Piranga) e Sampaio (residente em Barbacena) tinham alguns poucos escravos, empregados em serviços domésticos. Também a escravaria do Deputado João Lopes (residente em Cachoeira do Campo), pelo que se pôde apurar, estava toda aplicada em atividades domésticas. Proporcionavam-lhes conforto, sem estarem empregados em alguma atividade produtiva. Apenas o Cônego Antonio da Roxa Franco (residente no termo do Julgado do Curvelo) foi encontrado com uma escravaria empregada não só em serviços domésticos, mas também na atividade pastoril, o que revela seu envolvimento com a pecuária.

O único nome que talvez pudesse ser qualificado como grande proprietário, dentre os recrutados pelo *partido moderado*, era o Sargento Mor Manoel Jozé Pires da Silva Pontes, residente no termo municipal da Vila de Caeté, na Comarca do Rio das Velhas. Era rico proprietário de escravos, lavras minerais, e terras de cultura. Teve boa votação na Comarca do Rio das Velhas (obteve maioria absoluta dos votos em Curvelo e Caeté), na vizinha de Paracatu (maioria absoluta nos colégios de Paracatu e Salgado), e na Barra do Rio das Velhas, reduto *moderado*.

Muito menos expressiva votação teve o Capitão Joaquim Teixeira de Queiroga, proprietário do sertão, com votação circunscrita à sua zona de influência (São Romão e Barra do Rio das Velhas).

Confrontados os perfis de um e outro partido, chega-se às seguintes conclusões:

1) A coalizão eleitoral dos *liberais* possuía um núcleo fixo, composto por quatro nomes (Vasconcellos, irmãos Dias, e Joze Bento), ao qual se combinaram nomes diversos, que variaram segundo as influências regionais da Província, pois havia outros dezesseis assentos na câmara temporária para serem ocupados.

2) A coalizão eleitoral dos *moderados*, ao contrário, provinha da articulação de dois grupos distintos: o “*partido Lopino*” (dissidência da oposição levada à câmara temporária em 1824), e a “*facção Luciana*” (continuação do partido governista eleito em 1824, do qual provinha um grupo de *neutros*, com aceitação entre os oposicionistas). Esses dois grupos, “*Lopino*” e “*Luciano*”, somavam juntos mais da metade da representação provincial, razão pela qual, pleiteando sua própria reeleição, dispunham de menor número de assentos a serem oferecidos às lideranças ascendentes na Província.

3) Os *liberais* recrutaram, para seu partido, sobretudo jovens magistrados em início de carreira, jovens profissionais liberais (médicos, advogados e negociantes), periodistas da oposição, clérigos *progressistas* (interessados em modificar a disciplina eclesiástica e subtrair-se à autoridade do Papa e da Cúria Romana), militares descontentes com seus superiores hierárquicos, e ricos proprietários de terras e escravos (sobretudo os da Comarca do Rio das Mortes, a mais rica e populosa da Província) afastados da cúpula decisória do Império.

4) Os *moderados*, em sua maioria homens mais velhos que seus adversários, eram majoritariamente servidores do Estado: magistrados já consolidados na carreira, empregados

das repartições públicas da Corte e da Província, clérigos *conservadores* (interessados na conservação das instituições e disciplina eclesiásticas, fiéis ao Papa e à Cúria Romana), e militares com postos-chave de comando. Os dois únicos proprietários que, entre os *moderados*, tiveram destaque como candidatos eram nomes da Comarca do Rio das Velhas.

5) Os chefes do *partido liberal* (Vasconcellos, irmãos Dias, e Joze Bento) conseguiram criar uma ampla rede de lealdades, disseminada por toda a Província. Tiravam sua força sobretudo da rica Comarca do Rio das Mortes, a mais populosa de Minas Gerais, especialmente da Vila da Campanha, à qual estavam ligados o Padre Jozé Custodio e o Cônego Joze Bento.

6) Os *moderados*, a partir da capital provincial e da Corte, tentaram sem sucesso criar uma rede de lealdades, praticamente limitada à capital provincial e alguns pontos do sertão. Sua base de apoio se localizava, sobretudo, na Corte, na Comarca do Ouro Preto (onde ficavam a capital provincial e a sede episcopal), e na Comarca do Rio das Velhas (que, como a de Ouro Preto, era uma velha zona mineradora em estágio de decadência).

Essa diferença de perfis, manifesta nas eleições de 1828, seria realçada pela imprensa *liberal* anos depois. “Os interesses da Província não são os da capital”, diria o redator do periódico *Novo Argos*, outro jovem que, na capital mineira, se dedicava a fazer análises da conjuntura política do Império antes mesmo de ter idade legal para ser Eleitor Paroquial. “Minas industriosa”, dizia ele, “não é a capital *corrupta*, recheada de homens sem ofício, inundada de uma imensidade de reformados, que vivem da pinga do erário, de empregados públicos que se mantêm dos suores dos industriosos Guardas Nacionais”. Ao perfil profissional predominante entre os *moderados* (servidores do Estado), procurava-se associar uma circunscrição geográfica (a Comarca do Ouro Preto, onde ele era poderoso). O

predomínio exercido pelo partido *moderado* sobre a capital provincial se atesta pelo resultado das eleições de 1828. Escreveu o redator do *Novo Argos*, fazendo eco ao que diziam os *liberais* mineiros, que a Imperial Cidade do Ouro Preto, “sem indústria, sem comércio, [...] meramente consumidora, existe do que o resto da Província lhe manda, sustenta-se do dinheiro arrecadado nas Comarcas”. Quais eram, pois, os interesses de Minas, para os *liberais*? A primeira lembrança que ocorre ao redator do *Novo Argos* é a Comarca do Rio das Mortes, que ele chama de “industrial”, “essa comarca agrícola e laboriosa, que enche os cofres públicos de rendimentos e que deles nada percebe” (o que revela bem a insatisfação dos produtores daquela comarca com os homens que, naquele ano de 1828, aparelhavam a máquina do Estado existente na província). Além da Comarca do Rio das Mortes, o redator do *Novo Argos* cita ainda a do Rio das Velhas, “de igual maneira rica”, e a do Serro Frio, “essa comarca rica e poderosa, a terra dos diamantes”, que, segundo ele, “não hesita um só momento no partido a escolher”.⁹³ O partido a escolher, para o redator do *Novo Argos*, era – evidentemente – o *partido liberal* (que, nas eleições de 1828, contou com o apoio maciço das Comarcas do Rio das Mortes, do Serro Frio, e do Rio das Velhas)...

⁹³ *Novo Argos* (179), 10/08/1833, pp. 2-3. Seu redator, Herculano Ferreira Penna [1811-1867], natural do Tijuco (Comarca do Serro Frio), tinha vinte e dois anos de idade quando escreveu esse artigo.

CONCLUSÃO

Inúmeras dificuldades foram enfrentadas para que se pudesse, aqui, apresentar uma conclusão que fosse, na medida do possível, satisfatória.

Serviu como ponto de partida para a pesquisa que aqui se apresentou a tese da Nação como mosaico: buscou-se, então, conhecer as coalizões e colisões de interesses que marcaram uma etapa (entre outras tantas possíveis) de seu contínuo processo de síntese. Optou-se pela Primeira Legislatura da Assembléia Geral do Império, procurando-se conhecer como se configuraram as forças políticas que ali se fizeram representar, e qual o impacto da Lei Fundamental do Império sobre elas. Indivíduos e grupos com trajetórias, percepções e aspirações distintas, aglutinaram-se em torno de interesses comuns e sentimentos afins, delineando as fronteiras de suas próprias identidades, por meio daquilo que afirmavam e, simultaneamente, daquilo que, em contrapartida, negavam.

A fim de viabilizar a síntese da Nação, criara-se a Assembléia Geral. Sua configuração exigia, pela legislação eleitoral, que as províncias do Império sintetizassem primeiro a si mesmas. Nas eleições, praticadas em diferentes níveis, os dilemas se faziam sentir e, desafios que eram, impunham uma resposta da parte dos contendores. “Em eleições, quem pretende fazer triunfar juízos isolados, acaba burlado”. Alianças foram sendo configuradas então, intra-regionais e inter-regionais. O combate tinha diferentes etapas e arenas. A primeira era nas Assembléias Paroquiais, em que se escolhiam os Eleitores Paroquiais. Estes, reunidos em Colégios Eleitorais, escolhiam os Senadores e Deputados. A estes cabia sintetizar a Nação e moldar o Estado. A conquista da territorialidade se dava por etapas.

A maneira pela qual se configurou a representação da Província de Minas na Primeira Legislatura foi obtida mediante a apuração detalhada e discriminada de suas diversas partes. Vê-se que diversas variáveis aparecem nessa fase, ainda incipiente, de organização das forças

políticas. A marca do localismo é forte: o eleitorado, disperso pelo território provincial, desconhece a si mesmo. Dele se requer a nomeação de uma quantidade de nomes que muitas vezes extrapola sua capacidade. Atende-se às instâncias de terceiros – o que, apesar de ser visto com certa desconfiança, nem por isso deixa de ser feito (e de ter seus efeitos).

Os debates vão ganhando publicidade, de maneira ainda um tanto deficiente, por meio da imprensa, e os agrupamentos políticos vão se desenvolvendo, criando redes transregionais, a partir das quais hierarquias emergem. O triunfo eleitoral não é só um fim, mas também um meio. A distribuição de incentivos, materiais e identitários, precisa ser articulada para sustentar a coesão e a sobrevivência das coalizões de interesses e forças. Oscila-se entre ceder às circunstâncias e intervir, transformando, a realidade. Busca-se o fortalecimento de si e o enfraquecimento (ou mesmo a total aniquilação) do adversário. Diversas clivagens e combinações se fazem sentir. Os laços de solidariedade vão sendo estabelecidos e postos à prova. As urnas e as câmaras são os espaços em que as coalizões e colisões de forças e interesses se manifestam mais abertamente.

Muito do que se apurou não pôde ser exposto aqui. Pretendia-se aprofundar determinadas questões e problemas que antecederam a outorga da Carta de Lei que deu ao Império sua Constituição Política, os embates políticos que desembocaram na dissolução da Constituinte e que atravessaram os tempos... Não se pôde, tampouco, expor os desdobramentos do embate político que marcou a Primeira Legislatura, que acabariam desaguando na crise da Abdicação e na luta pela reforma da Constituição.

Procurou-se, todavia, atender à proposta da pesquisa que se pôde, por agora, apresentar: entender-se como, na Província de Minas Gerais, se configuraram, pela via eleitoral, as coalizões e colisões de interesses que, fazendo-se representar na Primeira Legislatura da Assembléia Geral, ali procuravam se evidenciar, fortalecer e reproduzir, com novo vigor e uma, cada vez melhor estruturada, organização.

Inúmeras questões surgem daí. Não foi o propósito desse trabalho respondê-las. Trabalhos futuros (e, não restam dúvidas, mãos mais hábeis) poderão se encarregar delas. A abordagem aqui proposta pode ser estendida a outras províncias do Império (ou novas abordagens podem ser sugeridas para a Província aqui estudada).

Por enquanto, tratou-se apenas de dar nome, rosto e voz para alguns dos indivíduos e grupos que, com interesses “muito reais, palpáveis, e, sobretudo, díspares” participaram da síntese nacional, e dos sobrepostos mosaicos identitários de que se compõe a atividade humana...

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ALMANAQUES

“Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1817”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 270. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1967, pp.211-370.

“Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1824”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 278. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1968, pp.197-360.

“Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1825”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 291. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1971, pp.177-284.

“Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1827”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 300. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1973, pp.177-260.

Almanak Imperial do Commercio e das Corporações Cíveis e Militares do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro: Pedro Plancher-Seignot, 1828.

ATAS ELEITORAIS

Araxá: Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral do Julgado de São Domingos do Araxá (1828). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 23.

Baependi: Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila de Santa Maria de Baependi (1828). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 45.

Caeté: Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila Nova da Rainha do Caeté (1828). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 100, documento 7.

Curvelo: Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral do Julgado de Santo Antônio do Curvelo (1828). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 39.

Jacuí: Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila de São Carlos do Jacuí (1828). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 100, documento 6.

Mariana: Ata da Eleição de Senadores à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Leal Cidade de Mariana (1824). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 114, documento 3.

Mariana: Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Leal Cidade de Mariana (1824). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 100, documento 3.

Mariana: Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Leal Cidade de Mariana (1828). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 41.

Minas Novas: Ata da Eleição de Senadores à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Minas Novas do Araçuaí (1824). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 114, documento 4.

Minas Novas: Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Minas Novas do Araçuaí (1828). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 40.

Ouro Preto: Ata da Eleição de Senadores e Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Imperial Cidade de Ouro Preto (1824). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice SP-29, pp. 4-10v.

Ouro Preto: Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Imperial Cidade de Ouro Preto (1828). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 47.

Paracatu: Ata da Eleição de Senadores à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila do Paracatu do Príncipe (1824). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 114, documento 7.

Paracatu: Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila do Paracatu do Príncipe (1824). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 100, documento 5.

Paracatu: Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila do Paracatu do Príncipe (1828). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 26.

Pitangui: Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Pitangui (1824). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 100, documento 1.

Pitangui: Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Pitangui (1828). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 28.

Queluz (atual Conselheiro Lafaiete): Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila de Queluz (1828). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 42.

Sabará: Ata da Eleição de Senadores e Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Fidelíssima Vila do Sabará (1824). Arquivo Público Mineiro: Fundo “Câmara Municipal de Sabará”, Ata-01-1822/1828, pp. 14v-21.

Sabará: Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Fidelíssima Vila do Sabará (1828). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 25.

São João del-Rei: Ata da Eleição de Senadores à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila de São João del-Rei (1824). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 114, documento 2.

São João del-Rei: Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila de São João del-Rei (1824). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 100, documento 2.

São João del-Rei: Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila de São João del-Rei (1828). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 100, documento 8.

São José (atual Tiradentes): Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila de São José (1828). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 24.

São Romão: Ata da Eleição de Senadores à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral do Julgado de São Romão (1824). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 114, documento 6.

São Romão: Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral do Julgado de São Romão (1824). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1.

São Romão: Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral do Julgado de São Romão (1828). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 32.

Tamanduá (atual Itapecerica): Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila de São Bento do Tamanduá (1824). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 100, documento 4.

Tamanduá (atual Itapecerica): Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila de São Bento do Tamanduá (1828). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 31.

Tijuco (atual Diamantina): Ata da Eleição de Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral do Arraial de Tijuco (1828). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice CMOP.1/7, caixa 1, documento 44. Vide tb O Universal (238), 19/01/1829, p.3.

Vila do Príncipe (atual Serro): Ata da Eleição de Senadores à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil realizada no Colégio Eleitoral da Vila do Príncipe (1824). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Códice PP.1/11, caixa 114, documento 5.

ATAS E DIÁRIOS DA ASSEMBLÉIA GERAL

Brasil. Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa (1823). *Diário da Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. (3 Tomos) Brasília: Senado Federal, 2003.

Brasil. Assembléia Geral Legislativa. *Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Primeiro Anno da Primeira Legislatura. Sessão de 1826*. (4 tomos) Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artistico, 1874-1875.

Brasil. Assembléia Geral Legislativa. *Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Segundo Anno da Primeira Legislatura. Sessão de 1827*. (4 tomos) Rio de Janeiro: Typographia de Hyppolito José Pinto & C.a, 1875.

Brasil. Assembléia Geral Legislativa. *Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Terceiro Anno da Primeira Legislatura. Sessão de 1828.* (4 tomos) Rio de Janeiro: Typographia Parlamentar, 1876-1877.

Brasil. Assembléia Geral Legislativa. *Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Quarto Anno da Primeira Legislatura. Sessão de 1829.* (5 tomos) Rio de Janeiro: Typographia de Hyppolito José Pinto & C.a, 1877.

CORRESPONDÊNCIAS

Carta de Francisco de Assis d'Azeredo Coutinho a Joaquim Pereira Queiroz (Ouro Preto: 29 de Outubro de 1828). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Fundo ALP, Série 3-2, caixa 2, documento 60.

Carta de Francisco de Assis d'Azeredo Coutinho a Joaquim Pereira Queiroz (Ouro Preto: 29 de Novembro de 1828). Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial, Fundo ALP, Série 3-2, caixa 2, documento 64.

FOLHAS PERIÓDICAS

Abelha do Itaculumy

Publicação: Ouro Preto (1823-1824)

Coleção: Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro (RJ)

Astréa

Publicação: Rio de Janeiro (1826-1832)

Coleção: Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro (RJ)

Astro de Minas

Publicação: São João del-Rei (1827-1839)

Coleção: Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro (RJ)

Aurora Fluminense

Publicação: Rio de Janeiro (1827-1835)

Coleção: Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro (RJ)

Compilador Mineiro

Publicação: Ouro Preto (1823-1824)

Coleção: Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro (RJ)

Correio de Minas

Publicação: Ouro Preto (1838-1844)

Coleção: Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro (RJ); Hemeroteca do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte (MG)

Diario Fluminense

Publicação: Rio de Janeiro (1824-1833)

Coleção: Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro (RJ)

Gazeta do Rio de Janeiro

Publicação: Rio de Janeiro (1808-1822)

Coleção: Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro (RJ)

Novo Argos

Publicação: Ouro Preto (1829-1834)

Coleção: Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro (RJ)

O Amigo da Verdade

Publicação: São João del-Rei (1829-1832)

Coleção: Hemeroteca do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte (MG)

O Analista

Publicação: Rio de Janeiro (1828-1829)

Coleção: Arquivo do Estado de São Paulo – São Paulo (SP)

O Brasileiro

Publicação: Rio de Janeiro (1832-1833)

Coleções: Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro (RJ); Arquivo do Estado de São Paulo – São Paulo (SP)

O Conciliador

Publicação: Ouro Preto (1849-1851)

Coleção: Hemeroteca do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte (MG)

O Parahybuna

Publicação: Barbacena (1836-1839)

Coleções: Arquivo Nacional; Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro (RJ)

O Povo

Publicação: Ouro Preto (1849-1850)

Coleção: Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro (RJ); Hemeroteca do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte (MG)

O Sete d'Abril

Publicação: Rio de Janeiro (1833-1839)

Coleção: Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro (RJ)

O Telegrapho

Publicação: Ouro Preto (1829-1831)

Coleção: Hemeroteca do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte (MG)

O Universal

Publicação: Ouro Preto (1825-1842)

Coleção: Hemeroteca do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte (MG)

Reverbero Fluminense

Publicação: Rio de Janeiro (1821-1822)

Coleção: Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro (RJ)

DICIONÁRIOS

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728.

FERREIRA, António Gomes. *Dicionário de Latim-Português*. Porto: Porto Editora, 1997.

GOBRY, Ivan. *Vocabulário grego da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MALHADAS, Daisi; DEZOTTI, Maria Celeste Consolin; NEVES, Maria Helena de Moura (coord.) *Dicionário Grego-Português*. (5 volumes) Cotia: Ateliê Editorial, 2006-2010.

MANIATOGLOU, Maria da Piedade Faria. *Dicionário de Grego-Português, Português-Grego*. Porto: Porto Editora, 2006.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. (2ª ed.) Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

BIBLIOGRAFIA

“Acontecimentos e costumes do Tijuco (Diamantina) em 1826”, in: *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Anno III. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1898, pp.111-134.

“Brasileiros registrados nos livros de matrículas da Universidade de Coimbra (1577-1907)”, in: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Coimbra*. Volume 1. Coimbra: Coimbra Editora, 1951.

“Documentos Historicos”, in: *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Anno VI, Fascículo II. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1901, pp.604-637.

“Memorias municipaes IV – Camara de Paracatu”, in: *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Anno I, Fasciculo 2º. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1896, pp.279-287.

“Memorias municipaes V: Campanha”, in: *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Anno I, Fasciculo 3º. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1896, pp.457-647.

“Necrologia do Marechal de Campo Raymundo José da Cunha Mattos”, in: *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*: Tomo I. 1839, pp. 72-76.

“Termos importantes tomados em Junta pelo Governo Provisorio de Minas Geraes (1821-1822)”, in: *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Anno IX, Fascículos III e IV. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1904, pp.643-687.

ALEIXO, José Carlos Brandi. *O Voto do analfabeto*. São Paulo: Loyola, 1982.

ALENCAR, José de. *Ao Imperador – Novas Cartas Politicas de Erasmo*. (1867). Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & Comp., 1868.

ALENCAR, José de. *Ao Povo: Cartas Politicas de Erasmo*. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & Comp., 1866.

ALENCAR, José de. *Reforma Eleitoral* (1874). In: Santos, Wanderley Guilherme dos (org.). *Dois escritos democráticos de José de Alencar*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1991.

ALENCAR, José de. *Systema Representativo* (1868). In: Santos, Wanderley Guilherme dos (org.). *Dois escritos democráticos de José de Alencar*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1991.

ALMEIDA, Francisco de Assis e. “Apontamentos biographicos de Baptista Caetano de Almeida, natural da Camandocaia, actual cidade de Jaguary, da Provincia de Minas-Geraes”, in: *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Anno X, Fascículos I e II. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1905, pp.37-40.

AMARAL, Alex Lombello. O Astro de Minas contra a correnteza. Monografia (Especialização em História de Minas do Século XIX), Universidade Federal de São João del-Rei, 2003.

AMARAL, Luis; GIL, Rui; TAVARES, Hugo Sousa. *Índices dos Processos de Habilitação para Familiar do Santo Ofício da Inquisição*. Lisboa: Guarda-Mor, 2008.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites Regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais (Campanha da Princesa, 1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ANNINO, Antonio. *Historia de las Elecciones en Iberoamérica, Siglo XIX: de la formación del espacio político nacional*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1995.

Anuario Politico, Historico e Estatistico do Brazil. Rio de Janeiro: Firmin Didot Irmãos, 1846.

ARARIPE, J. C. Alencar. *Alencar, o Padre Rebelde – Conspirador com olhos de lince e vôos de águia*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1995.

ARARIPE, Tristão de Alencar. "Notícia sobre a Maioridade". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 44 (63), p. 167-268, 1881.

ARISTOTLE. *Politics*. (edição bilíngüe grego-inglês) Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 2005.

ARMITAGE, John. *History of Brazil: from the period of the arrival of the Braganza Family in 1808, to the abdication of Don Pedro the First in 1831, compiled from State documents and other original sources*. (2 volumes) London: Smith, Elder and Co., 1836.

As Câmaras Municipais e a Independência. Conselho Federal de Cultura, Arquivo Nacional, 1973.

AULARD, François-Alphonse. *Société des Jacobins*: Recueil de documents pour l'histoire du Club des Jacobins des Paris. Tome 5 (Janvier 1793-Mars 1794). Paris: Librairie Jouaust, 1895.

AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. (11 volumes) Brasília: Câmara dos Deputados/ Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1976-2001.

AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa e econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: FENAME, 1976.

BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência (Brasil, 1790-1822)*. Tese (Doutorado em História), Universidade de Campinas, 2002.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida & BUENO, Antonio Henrique Cunha. *Dicionário das Famílias Brasileiras*. Rio de Janeiro: Ibero América Comunicações e Cultura, 1999.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida. *Presidentes do Senado no Império*. Senado Federal, 1997.

BARBOSA, Waldemar de Almeida Barbosa. “Retificações Históricas”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Vol. 16, 1975 , ex.1, pp.151-164.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia, 1995.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Minas e a Independência*. Belo Horizonte: Mercantil de Minas, 1972.

BARRERA, Jorge Martínez. *A Política em Aristóteles e Santo Tomás*. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2007.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *O Império em construção*: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

BASTOS, Adélia Diniz Junqueira. *Lendas e tradições da família Junqueira (1816-1966)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980.

BASTOS, Aureliano Candido Tavares. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939.

BERBEL, Marcia Regina. *A Nação Como Artefato*. São Paulo: Hucitec / FAPESP, 1999.

BERNARDES, Denis. *O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-22*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BIEBER, Judy. *Power, Patronage and Political Violence: State building on a Brazilian frontier, 1822-1889*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1999.

BILLINGTON, James H. *Fire in the minds of men: origins of the revolutionary faith*. (10ª ed.) New Brunswick: Transaction Publishers, 2011.

BONAVIDES, Paulo. *O partido político no Império*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1956.

BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira. *Habilitações nas Ordens Militares: Ordem de Cristo*. (3 volumes) Lisboa: Guarda-Mor, 2007-2008.

BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira. *Mordomia-Mor da Casa Real: Foros e Ofícios (1755-1910)*. (2 volumes) Lisboa: Tribuna da História, 2007.

BRAGA, Hilda Soares. *Sistemas Eleitorais do Brasil, 1821-1988*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política - Universidade de Brasília, 1989.

BRASIL. ASSEMBLÉA GERAL. SENADO. *Noticia dos Senadores do Imperio do Brazil: desde 1826; de occurrencias concernentes ás respectivas eleições; e dos Presidentes e Vice-Presidentes do Senado desde 1826; das Regencias e dos Regentes do Imperio; dos Ministros e*

Secretarios de Estado desde 1822; dos Conselheiros de Estado de 1823 a 1834, e de 1841 em diante. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

BRASIL. ASSEMBLÉA GERAL. SENADO. *Regimento Interno do Senado*: acompanhado do Regimento Commum; dos quadros demonstrativos da abertura e encerramento da Assembléa Geral Legislativa, e das prorrogações, convocações extraordinarias, adiamentos da Assembléa Geral; bem como da dissolução da Camara dos Deputados; e do quadro dos Senadores do Imperio do Brazil, desde o anno de 1826 até 1883. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

BRASIL. CONGRESSO. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *O Clero no Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Deputados. (5 volumes) Brasília, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Câmara dos Deputados, 1978-1980.

BRASIL. CONGRESSO. SENADO FEDERAL. *O Clero no Parlamento Brasileiro*: Senado do Império. (3 tomos) Brasília, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Senado Federal, 1982-1985.

BRASILIENSE, Americo. *Os programas dos partidos e o 2º Imperio*. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal*: Família e Sociedade (São João del-Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

BURKE, Edmund. *Thoughts on the causes of the present discontent*. (3ª ed.) London: J. Dodsley in the Pall-Mall, 1770.

CALDEIRA, Jorge (org.). *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

CALDEIRA, Jorge (org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

CALÓGERAS, João Pandiá. *A Política Exterior do Império*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Câmara dos Deputados, Companhia Editora Nacional, 1989.

CALÓGERAS, João Pandiá. *O Marquês de Barbacena*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

CAMPBELL, Peter. *French Electoral Systems and Elections since 1789*. Aldershot: Gower Publishing Company, 1989.

CAMPOS, Sandoval; LOBO, Amynthas. *Imprensa Mineira: Memória histórica – Edição comemorativa do centenário da independência (1822-1922)*. Belo Horizonte: Typographia Oliveira, Costa & Comp., 1922.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1986.

CARSTAIRS, Andrew McLaren. *A Short History of Electoral Systems in Western Europe*. Boston: Unwin Hyman, 1980.

CARVALHO, André & BARBOSA, Waldemar. *Dicionário Biográfico Imprensa Mineira*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1994.

CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *Desenvolvimiento de la ciudadanía en Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, M. E. Gomes de. *Os Deputados Brasileiros nas Cortes de 1821*. Brasília: Senado Federal, 1978.

CASTELLANI, José. *História do Grande Oriente do Brasil: a Maçonaria na História do Brasil*. Brasília: Gráfica e Editora do Grande Oriente do Brasil, 1993.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

CASTRO, Zília Osório de Castro (dir.); CLUNY, Isabel & PEREIRA, Sara Marques. *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Lisboa; Porto: Assembléia da República; Edições Afrontamento, 2002.

CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CHACON, Vamireh & RODARTE, Claus. *História do Legislativo Brasileiro*. (5 volumes) Brasília: Senado Federal, 2008

CHACON, Vamireh. “Federalismo Aparente e Unitarismo Permanente no Brasil”, in: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*; nº 42, p.107-126, jan 1976.

CHACON, Vamireh. *História das Idéias Socialistas*. (2ª ed.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. (3ª edição, ampliada e atualizada) Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CHACON, Vamireh. *O humanismo ibérico: a escolástica progressista e a questão da modernidade*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998.

CHAGAS, Carmo. *Política, Arte de Minas*. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, 1993.

CHAGAS, Manuel Joaquim Pinheiro. *Brazileiros Illustres*. Porto: Ernesto Chardron, 1881.

CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Esse velho vento da aventura*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1977.

CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Otoni: Ministro do Povo*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943.

CHAVES, Maria Leônia Resende; BRÜGGER, Silvia Maria Jardim (org.). *Caminhos Gerais: estudos históricos sobre Minas (sécs. XVIII e XIX)*. São João del-Rei Universidade Federal de São João del-Rei, 2005.

CICERO, Marcus Tullius. *Selected works*. Baltimore: Penguin Books, 1974.

CICERO, Marcus Tullius. *Tratado da República*. Lisboa: Temas & Debates, 2008.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. (2ª ed) (2 volumes) Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

COELHO, Maria de Fátima. “O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias”. *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980-1º-2º, 111-131.

CONSTANT, Benjamin de. *De la doctrine politique qui peut reunir les partis en France*. Paris: Delaunay, 1816.

COSTA FILHO, Miguel. *A imprensa mineira no Primeiro Reinado*. Tese apresentada ao VI Congresso Nacional de Jornalistas. Rio de Janeiro: s.i., 1955.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais pernambucanos: 1818-1823*. Recife: Fundarpe, 1983.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais – Com Estudo Histórico da Divisão Territorial Administrativa*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1993.

COSTA, Sérgio Corrêa da. *As Quatro Coroas de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

COX, Homersham. *Antient Parliamentary Elections: A History Showing How Parliaments were Constituted and Representatives of the People Elected in Antient Times*. Chestnut Hill: Adamant Media Corporation, 2005.

CROOK, Malcolm. *Elections in the French Revolution: an Apprenticeship in Democracy, 1789-1799*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

CUNHA MATTOS, Raymundo José da. *Corografia da província de minas gerais (1837)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979.

CUNHA MATTOS, Raymundo José da. *Itinerario do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas provincias de Minas Geraes e Goiaz, seguido de huma descripção*. Rio de Janeiro: Imp. Constit. J. Villeneuve e C., 1836.

CUNHA, Rui Vieira da. *O Parlamento e a Nobreza Brasileira*. Brasília: Senado Federal, 1979.

DE BURGH, William George. *The legacy of the ancient world*. Baltimore: Penguin Books, 1967.

DELGADO SÁNCHEZ, Óscar. “Historia de los sistemas electorales en Colombia: 1821-2002”, in: *Estudios Socio-Jurídicos*, No. 2, octubre de 2002, pp. 67-129.

DIAS, Maria Odila da Silva. “Ideologia liberal e construção do Estado no Brasil”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, XXX, 1980-81, pp. 211-225.

DICKINSON, Goldsworthy Lowes. *The Development Of Parliament During The Nineteenth Century*. Whitefish: Kessinger Publishing, LLC, 2006.

DOLHNIKOFF, Miriam. “A regionalização do jogo político: elites e poder legislativo no Brasil do século XIX”, in: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 70, p. 33-50, 2004.

DOLHNIKOFF, Miriam. “O lugar das elites regionais”, in: *Revista da USP*, São Paulo, v. 58, p. 116-133, 2003.

DOLHNIKOFF, Miriam. “O poder provincial”, in: *Revista de História*, São Paulo, v. 122, p. 71-96, 1990.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

DORNAS FILHO, João. *Figuras da Província*. Belo Horizonte: Movimento Editorial Panorama, 1949.

DRUMMOND, Antonio de Menezes Vasconcellos de. “Anotações de A. M. V. de Drummond á sua biographia publicada em 1836 na Biographie Universelle et Portative des Contemporains”, in *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro: 1885-1886*. Volume XIII. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1890, pp.1-149.

DUBIN, Michael J. *United States Congressional Elections, 1788-1997*. Jefferson: McFarland & Co. Inc., 2003.

DYER, Michael. *Men of Property and Intelligence: The Scottish Electoral System Prior to 1884*. Edinburgh: Scottish Cultural Press, 1996.

EISENSTADT, Shmuel Noah. *De Geração em Geração*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

ESCHWEGE, Guilherme, Barão de. “Noticias e reflexões estadisticas da Provincia de Minas Geraes (1822)”, in *Revista do Archivo Publico Mineiro*, vol.IV. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1899, pp.737-762.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Bóris (ed.) *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1978.

FERRÃO, José Maria Dias. *João Brandão*. Porto: Litografia Nacional, 1928.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *História dos Sistemas Eleitorais Brasileiros*, 1976. *A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro*, de 2001 (republicado com alterações em 2005)

FERREIRA, Silvestre Ferreira. *Observações sobre a Constituição do Imperio do Brazil, e sobre a Carta Constitucional do Reino de Portugal*. (2ª ed.) Paris: Rey e Gravier, 1835.

FEU DE CARVALHO, Theophilo. *Comarcas e Termos: Creações, suppressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos, em Minas Geraes (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1922.

FONSECA, Antonio Borges. *Manifesto politico – apontamentos de minha vida politica e da vida politica do Dr. Urbano Sabino Pessoa de Mello*. Recife: Typ. Commercial de G. H. de Mira, 1867.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um Estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo*. (3ª ed.) Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. "All the World is America". *Revista USP*, n.17, 1993, pp.35-54.

FRASQUET, Ivana; SLEMIAN, Andréa. (org.). *De las independencias iberoamericana a los estados nacionales (1810-1850): 200 años de historia*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2009.

GALANTI, Raphael Maria. *Biographias de Brasileiros Illustres*. São Paulo: Duprat, 1911.

GAUME, Jean-Joseph. *La Révolution: recherches historiques sur l'origine et la propagation du mal en Europe, depuis la Renaissance jusqu'à nos jours*. (12 volumes) Lille: Secrétariat Société Saint-Paul, 1856-1859.

GÉRON, Brasil. *O Regalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1978.

GERSON, Brasil. *O sistema político do Império*. Salvador: Progresso, 1970.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. (2ª. ed.) São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOLDSWORTHY, Jeffrey. *The Sovereignty of Parliament: History and Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

GOUVEIA, Maurício de. *Marquês do Paraná: Um Verão do Império*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1962.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. "Jogando caxangá: notas sobre as divisões jurídico-administrativas da Comarca do Rio das Mortes durante o século XIX." *Vertentes*, São João del Rei, n. 7, p. 29-37, 1996.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. "Negociantes mineiros depois da travessia dos tempos coloniais". *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 93-110, 2003.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; LIBBY, Douglas Cole. *Economia do Império brasileiro*. São Paulo: Atual Editora/Saraiva, 2004.

GRAHAM, Richard. *Patronage and Politics in Nineteenth-Century Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1990.

GRANT, Michael. "Introduction". In: CICERO, Marcus Tullius. *Selected works*. Baltimore: Penguin Books, 1974.

GRIECO, Donatello. *Napoleão e o Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

GROFMAN, Bernard & LIIPHART, Arend. *The Evolution of Electoral and Party Systems in the Nordic Countries*. New York: Algora Publishing, 2002.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. 2ªed. México: FCE, 1993.

GUIMARÃES, Lucia M. P. *Em nome da ordem e da moderação: a trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (org.). *O liberalismo no Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

HART, Jenifer. *Proportional Representation: Critics of the British Electoral System 1820-1945*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: o Brasil Monárquico. Volume 4: Dispersão e unidade. (8ª ed.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico, tomo II, volumes 3 e 4*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HORÁCIO, Heiberle Hirsberg. “Imprensa e Liberalismo mineiro no século XIX sob o olhar da Nova História Política”. *Anais do 2º Seminário Nacional de História da Historiografia*. A dinâmica do Historicismo: tradições historiográficas modernas. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2008.

HÖRNER, Erik. *Em defesa da Constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 2010.

HORTA, Cid Rebelo. “Famílias Governamentais de Minas Gerais”, in: *II Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1965.

Index Librorum Prohibitorum Sanctissimi Domini Nostri PII Septimi Pontificis Maximi Jussu Editus. Napoli: Typographia Xaverii Jordani, 1821.

Inventário do coronel Luiz José Ferreira de Gouvêa (aberto em 1758), caixa 72, auto 1577.

JACQUES, Cousin. *Dictionnaire néologique des hommes et des choses: ou Notice alphabétique des personnes des deux sexes, des événemens, des époques, des monumens, des ouvrages de tout genre, des institutions de toute espèce, des pays, des découvertes et des mots qui ont paru le plus remarquables à l'auteur, dans tout le cours de la Révolution française*. Paris: Moutardier, 1796.

JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo Garrido. “Peças de um mosaico”, in: *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v. 21, p. 389-440, 2000.

JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

JANCSÓ, István. “A Armadilha do Mosaico”, in: *Revista da USP*, São Paulo, v. 29, p. 189-195, 1996.

JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.

JANOTTI, Aldo. *O Marquês de Paraná*. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1990.

JARDIM, Marcio. *A Inconfidência Mineira: uma síntese factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989.

JAVARI, Barão de. *Organizações e Programas Ministeriais: regime parlamentar no Império*. (2ª ed.) Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1962.

JEDRUCH, Jacek. *Constitutions, Elections, and Legislatures of Poland, 1493-1993: A Guide to Their History (Études présentées à la Commission Internationale pour l'Histoire des Assemblées d'États)*. New York: Hippocrene Books, 1998.

KAHAN, Alan. *Liberalism in Nineteenth Century Europe: The Political Culture of Limited Suffrage*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

KAUFFMANN, Elisana Furtado de Lira. *Liberais versus liberais: a oposição da Opinião Liberal ao Centro Liberal na corte imperial (1868-1870)*. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

KLEPPNER, Paul. *The Evolution of American Electoral Systems (Contributions in American History)*. Westport: Greenwood Press, 1981.

KUGELMAS, Eduardo (org.). *José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente*, São Paulo: Ed. 34, 2002.

LAMBERT, Hercidia Facuri Coelho. *Construção da Ordem Burocrática Imperial: as eleições através dos relatórios do Ministério do Império*, de 1986

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o sistema representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1993.

LEFORT, José do Patrocínio. *Famílias campanhenses: dados genealógicos*. Campanha: [s.n.], 1995.

LEITE NETO, Leonardo. *Catálogo biográfico dos Senadores Brasileiros, de 1826 a 1986*. Brasília: Senado Federal, 1986.

LEMOS, Juvêncio Saldanha. *Os Mercenários do Imperador*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. (2ª ed.) Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

LIMA, André Nicacio. “As câmaras municipais na crise da independência: Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás (1821-1825)”, in: *Almanack Braziliense*, São Paulo, v. 1, p. 114-119, 2005.

LUCCOCK, John. *Notes on Rio de Janeiro, and the southern parts of Brazil; taken during a residence of ten years in that country*. London : Samuel Leigh, 1820.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império – Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno Biographico Brasileiro*. (3 volumes) Rio de Janeiro: Typ. e Lithographia do Imperial Instituto Artistico, 1876.

MACHADO, André. “Redesenhando caminhos: o papel dos representantes do Grão-Pará na primeira legislatura do Império do Brasil (1826-29)”. *Almanack Braziliense*, v. 10, p. 75-97, 2009.

MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *O Visconde de Abaeté*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Senz; MANUEL, Ivan (org.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. Franca/ São Paulo: UNESP & Olho d'Água, 2003.

MAOR, Moshe. *Political parties and party systems: comparative approaches and the British experience*. London: Routledge, 1997.

MARCELLA, Gabriel. *The Structure of Politics in Nineteenth-Century Spanish America: the Chilean Oligarchy, 1833-1891*.

MARQUES, A. H. de Oliveira & DIAS, João José Alves. *História da Maçonaria em Portugal*. (3 volumes) Lisboa: Editorial Presença, 1990-1997.

MARSON, Izabel Andrade. “Liberalismo versus Escravidão. Reflexões sobre uma relação contraditória”, in: *História & Perspectivas*. Universidade Federal de Uberlândia, n.24, 2001, pp.39-50.

MARTINS, Joaquim Dias. *Os martires pernambucanos victimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*. Pernambuco: Typ. de G. C. de Lemos e Silva, 1853.

MASCARENHAS, Nelson Lage. “Tentativas de desmembramento de Minas Gerais”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, 5 (1958).

MATOS, Lourenço Correia de; AMARAL, Luis. *Leitura de Bacharéis: Índices dos Processos*. Lisboa: Guarda-Mor, 2006.

MATTOS, José Américo Junqueira de. *Família Junqueira: sua história e genealogia*. Rio de Janeiro: Ed. Família Junqueira, 2004.

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil Portugal, 1750-1808* (tradução do original em inglês *Conflicts and Conspiracies: Brazil & Portugal, 1750-1808*). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*, São Paulo: Ed. 34, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal*. História e historiografia. São Paulo: Ed. 34, 2002.

MENEZES, Joaquim Furtado de. *Clero Mineiro*. Rio de Janeiro: Americana, 1933.

Mensário do Arquivo Nacional. Ano X. Número 9. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1979.

Mensário do Arquivo Nacional. Ano XIII. Número 8. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1982.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Os rendimentos da aristocracia portuguesa na crise do Antigo Regime”, in: *Análise Social*, vol. XXVI (111), 1991 (2º), pp. 361-384.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elites e Poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. (2ª ed.) Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Crepúsculo dos Grandes: a Casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva. *A formação de Almeida Garrett: experiência e criação*. (2 volumes) Coimbra: Centro de Estudos Românticos, 1971.

MONTEIRO, Tobias do Rego. *História do Império: A elaboração da independência*. Rio de Janeiro : F. Briguiet, 1927.

MONTEIRO, Tobias do Rego. *História do Império: O Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro : F. Briguiet, 1939. (2 Tomos)

MORAES, João de. “De 1831 a 1840 (Do 7 de Abril á Maioridade) – Reprodução Histórica”, in: *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*. Vol. VII. 1902. São Paulo: Tipografia do “Diário Oficial”, 1903, pp. 488-489.

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e Política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

MOREL, Marco (org.). *Sentinela da Liberdade e outros escritos (1821-1835)*. Cipriano Barata. São Paulo: EDUSP, 2008.

MOREL, Marco. “Sociabilidades entre Luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX”, in: *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 03-22, 2001.

MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005.

MOREL, Marco. *Cipriano Barata - o panfletário da Independência*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia / Assembléia Legislativa do Estado, 2001.

MOSCA, Gaetano. *História das Doutrinas Políticas desde a Antiguidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. (2ª. Ed.) São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.

MOTA, Carlos Guilherme. *A idéia de Revolução no Brasil e outras idéias*. (4ª ed.) São Paulo: Editora Globo, 2008.

MOTTA, Rosemary Tofani. *Baptista Caetano de Almeida: um mecenas do projeto civilizatório em São João d'El-Rei no início do século XIX – a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NAVIA, Patricio. "La transformación de votos en escaños: leyes electorales en Chile, 1833-2004". *Política y gobierno*, Volumen XII, Num 2, II semestre de 2005, pp. 233-276.

NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order: the Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy (1831-1871)*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

NETO, Leonardo Leite. *Catálogo Biográfico dos Senadores Brasileiros, de 1826 a 1986*. Brasília: Senado Federal, 1986.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da C. (org.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: Faperj/DP&A, 2006.

NOGUEIRA, Octaciano; FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília: Senado Federal, 1973.

O'GORMAN, Frank. *Voters, Patrons, and Parties: The Unreformed Electoral System of Hanoverian England 1734-1832*. Oxford: The Oxford University Press, 1989.

OLIVEIRA MARQUES, António Henrique de. *História da Maçonaria em Portugal* (3 volumes). Lisboa: Editorial Presença, 1990-1997.

OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. *Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Conselho Editorial do Senado, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. "Introdução". In: CICERO, Marcus Tullius. *Tratado da República*. Lisboa: Temas & Debates, 2008.

Ordenações Filipinas, 1603: Código Philippino e Leis do Reino de Portugal (14ª ed.). Rio de Janeiro: Typ. Inst. Philomatico, 1870.

OTONI, Cristiano Benedito. *Autobiografia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

OTTONI, Theophilo Benedicto. *Circular: dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela Província de Minas Geraes no quadriennio actual e especialmente dirigida aos Srs. Eleitores de Deputados pelo 2º Districto Eleitoral da mesma Província para a proxima Legislatura*. (2ª ed.) Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1860.

PAIM, Antônio (coord.). *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

PAIM, Antonio. *História do Liberalismo Brasileiro*. São Paulo: Editora Mandarim, 1998.

PEREIRA, Justiniano da Cunha. *Club dos Anarchistas*: comedia. Barbacena: Typographia do Parahybuna, 1838.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec, 2002.

PIMENTA, João Paulo Garrido; SLEMIAN, Andréa. *O “nascimento político” do Brasil*: as origens do Estado e da nação (1808-1825). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PINTO, Antonio Pereira. *Reforma Eleitoral*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

PINTO, Rosalvo Gonçalves. *Os Inconfidentes José de Rezende Costa (Pai e Filho) e o Arraial da Laje*. Brasília: Senado Federal, 1992.

PLATO. *The Republic*. (edição bilíngüe grego-inglês, 2 volumes) Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 2003.

POLYBIUS. *The Histories*. (edição bilíngüe grego-inglês, 6 volumes) Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 2005.

PORTO, Walter Costa & JOBIM, Nelson. *Legislação Eleitoral do Brasil – do século XVI a nossos dias*. 1996.

PORTO, Walter Costa. *A Mentirosa Urna*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PORTO, Walter Costa. *O Voto no Brasil – Da Colônia à 6ª. República*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

PORTO-ALEGRE, Manoel de Araujo. “Elogio historico geral dos membros fallecidos”, in: *Revista Trimensal de Historia e Geographia*: ou Jornal do Instituto Historico e Geographico

Brazileiro. Tomo XI. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1848, pp.150-185.

PROENÇA, Maria Cândida. *A Primeira Regeneração. O Conceito e a Experiência Nacional (1820-1823)*, Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

RALLINGS, Colin & THRASHER, Michael (ed.). *British Electoral Facts, 1832-1999*. London: Ashgate Pub. Co., 2000.

RAMIZ GALVÃO, Benjamin Franklin. *Catalogo da Exposição de Historia do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1881.

REZENDE, Irene Nogueira de. *Negócios e Participação Política: Fazendeiros da Zona da Mata de Minas Gerais na construção do Estado Nacional (1821-1842)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 2008.

REZENDE, Oswaldo. *Genealogia de tradicionais famílias de Minas*. São Paulo: [s.n.], 1969.

RHEINGANTZ, Carlos G. *Titulares do Império*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Arquivo Nacional, 1960.

RIBEIRO, Gladys Sabina (org.). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política, 1822-1930*. São Paulo: Alameda, 2008.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tania M.T. B. C. (org.). *Linguagens e práticas de cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.

RIO BRANCO, Barão de. *Efemérides Brasileiras*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

ROCHA, Justiniano José da. *Acção, reacção, transacção: duas palavras acerca da actualidade politica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editores, Francisco Rodrigues de Paiva, 1901.

ROCHA, Justiniano José da. *Biographia de Manoel Jacintho Nogueira da Gama, Marquez de Baependy*: Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Grão Cruz da Ordem da Rosa, Dignitario da Imperial do Cruzeiro, Commendador da de Bento de Aviz, Marechal de Campo, etc. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.

RODRIGUES, José Honório (org.). *Atas do Conselho de Estado*. (13 volumes) Brasília: Senado Federal, 1973-1978.

RODRIGUES, José Honório. *A Assembléia Constituinte de 1823*. Petrópolis: Editora Vozes, 1974.

ROMEIRO, Adriana & BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário Histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. *Le Sacré du Citoyen: Histoire du suffrage universel en France*. Paris: Gallimard, 1992.

ROSE, Richard. *International Encyclopedia of Elections*. Washington: Congressional Quarterly Books, 2000.

SABATO, Hilda (Coord.). *Ciudadanía política y formación de las naciones. Perspectivas históricas de América Latina*. (2ª ed.) México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

SABINE, George H. *História das Teorias Políticas*. Rio de Janeiro: Editôra Fundo de Cultura, 1964.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. (7 volumes) Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883-1902.

SALDANHA, Nelson Nogueira. *História das Idéias Políticas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.

SANTÍSSIMA TRINDADE, José da. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

SANTOS, Fernando Piteira. *Geografia e Economia da Revolução de 1820*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1980.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memorias do districto diamantino da comarca do Sêrro Frio, Provincia de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1868.

SCHIAVINATTO, Iara Lis Franco. “A adesão das câmaras e a figura do Imperador”, in: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 367-394, 1998.

SCHWAB, Gail M. & JEANNENEY, John R. *The French Revolution of 1789 and Its Impact (Contributions to the Study of World History)*. Westport: Greenwood Press, 1995.

SELLERS, Mortimer N. S. *American republicanism: Roman Ideology in the United States*. New York: NYU Press, 1994.

SELLERS, Mortimer N. S. *American republicanism: Roman Ideology in the United States*. New York: NYU Press, 1994.

Senado Federal. *A Abolição no parlamento: 65 anos de luta (1823-1888)*. Brasília: Senado Federal, 1988.

Senado Federal. *Proposições legislativas sobre questões femininas no parlamento brasileiro, 1826 - 2004*. Brasília: Senado Federal, 2004.

SIGAUD, J. F. “Dr. Manoel Ferreira da Camara Bittancourt e Sá”, in: *Revista Trimensal de Historia e Geographia* ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Tomo 4º. Numero 16. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1842, pp.515-518.

SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & comp., 1903-1905.

SILVA, Alfredo Pretextato Maciel da. *Os Generaes do Exercito Brasileiro, de 1822 a 1889: traços biograficos*. (2 volumes) Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1906-1907.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. *Inventando a Nação: Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

SILVA, Manuel Francisco Dias da. *Diccionario biographico de brasileiros celebres nas letras, artes, politica, philanthropia guerra, diplomacia*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique, 1871.

SILVA, Rodrigo Fialho. “Por ser voz pública”: intrigas, debates e pensamento político na imprensa mineira – Vila de São João d’El-Rei (1827-1829). Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Severino Sombra, 2006.

SILVA, Wlamir José da. “Pedro, de Perpétuo a Panaca: Elites Políticas Provinciais em Combate ao Poder Simbólico Monárquico”, in: *Tempos Gerais*, São João del Rei, v. nº 1, 2000.

SILVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

SISSON, Sebastião Augusto. *Galeria dos Brasileiros Illustres*. (2 volumes) Rio de Janeiro: Lithographia de S. A. Sisson, 1861.

SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. (4ª ed.) Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. “Nação, Pátria e Império: as câmaras municipais e a Independência”, in: MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Saens (org.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. Franca: Olho d’água, 2004, p. 65-76.

SOUSA, Octavio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. (10 volumes) Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

SOUZA, Braz Florentino Henrique. *Do Poder Moderador: ensaio de direito constitucional*. Recife: Universal Ed., 1864.

SOUZA, Francisco Belisário Soares de. *O Sistema Eleitoral no Império; com apêndice contendo a legislação eleitoral no período 1821-1889*. Brasília: Senado Federal, 1979.

SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *História Econômica da Independência e do Império*. (2ª. ed.) São Paulo: Hucitec, 2002.

TAUNAY, Affonso d’Escagnolle. “A Câmara dos Deputados sob o Império”, in: *Anais do Museu Paulista*, XIV (1950), pp.1-252.

TAUNAY, Affonso d’Escagnolle. *Grandes vultos da Independência*. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

TAUNAY, Affonso d’Escagnolle. *O Senado do Império*. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

TAVARES DE LYRA, Augusto. "Regime Eleitoral, 1821-1921" In: *Modelos Alternativos de Representação Política no Brasil e Regime Eleitoral*. Brasília: UnB, 1981.

TAVARES DE LYRA, Augusto. “O Centenário do Senado Brasileiro”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (153), pp.229-281, 1926.

TAVARES DE LYRA, Augusto. “Os Ministros de Estado da Independência à República”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (193), pp.3-104, out./dez. 1946.

TAVORA, Franklin. “Discurso recitado na sessão magna de encerramento”, in: *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Etnographico do Brasil*. Tomo XLIV. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert & C., 1881, pp. 449-495.

TEIXEIRA DE MELLO, José Alexandre. *Ephemerides Nacionaes*. (2 tomos) Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta de Noticias, 1881.

TORRES, João Camillo de Oliveira. *A Democracia Coroada, Teoria Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957.

TORRES, João Camillo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Lemi; Brasília: INL, 1980.

TORRES, João Camillo de Oliveira. *Os Construtores do Império: Ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

TORRES, João Camillo de Oliveira. *Teoria Geral da História*. Petrópolis: Editora Vozes, 1963.

TORRES, João Carlos Brum. *Figuras do Estado Moderno: elementos para um estudo histórico-conceitual das formas fundamentais de representação política no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castello Branco e; MESQUITA, Manuel de Castro Pereira de. *Resenha das familias titulares do Reino de Portugal – acompanhada das noticias biographicas de alguns individuos das mesmas familias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1838.

TRINDADE, Raymundo. *Archidiocese de Marianna: subsidios para sua história*. (3 volumes) São Paulo: Escolas Profissionaes do Lyceu Coração de Jesus, 1928-1929.

TRINDADE, Raymundo. *Genealogias da Zona do Carmo*. Ponte Nova: Estabelecimento Grafico “Gutenberg” Irmãos Penna & C., 1943.

TRINDADE, Raymundo. *Velhos Troncos Mineiros*. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1955.

TRINDADE, Raymundo. *Velhos Troncos Ouropretanos*. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1951.

URUGUAY, Paulino José Soares de Souza, Visconde do. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro: Typog. Nacional, 1862.

URZÚA, VALENZUELA, GERMÁN. *Historia política de Chile y su evolución electoral. Desde 1812 a 1992*. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 1992.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. “Portugal e Minas Gerais no Setecentos: duas elites, uma mentalidade”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 164 (421): 189-217, out./dez. 2003.

VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princeza*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1937-1945.

VALLADÃO, Alfredo. *Da Aclamação á Maioridade (1822-1840)*. (2ª. ed.) São Paulo: Companhia Nacional, 1939.

VALLADÃO, Alfredo. *Vultos Nacionais*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955.

VASCONCELLOS, Barão de & SMITH DE VASCONCELLOS, Barão de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

VASCONCELLOS, Bernardo Pereira. *Manifesto político e exposição de princípios*. Brasília: Senado Federal, 1978.

VASCONCELLOS, José Marcellino Pereira de. *Selecta Brasiliense: ou noticias, descobertas, observações, factos e curiosidades em relação aos homens, á historia e cousas do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1868.

VASCONCELLOS, Salomão de. *Bernardo Pereira de Vasconcellos*. Belo Horizonte: s.n., 1953.

VASCONCELLOS, Salomão. *O Fico – Minas e os mineiros na Independência*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1937.

VASCONCELLOS, Zacarias de Goes e. *Da natureza e limites do Poder Moderador*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862.

VEIGA FILHO, João Pedro da. *Estudo sobre o voto e a eleição*. São Paulo: Jorge Seckler, 1885.

VEIGA, José Pedro Xavier da. “A imprensa em Minas Geraes: 1807-1897”, in: *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Anno III. Ouro Preto: Imprensa Official das Minas Geraes, 1898, pp.169-239.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. (2 volumes) Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais/Fundação João Pinheiro, 1998.

VEIGA, Luiz Francisco da. *O Primeiro Reinado estudado á Luz da Sciencia: ou A Revolução de 7 de Abril de 1831 justificada pelo Direito e pela Historia*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1877.

VELHO SOBRINHO, João Francisco. *Dicionário Bio-bliográfico Brasileiro*. (2 volumes) Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1937-1940.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As Seduções da Ordem*. Violência, criminalidade e administração da justiça. Minas Gerais, século 19. Bauru: Edusc; São Paulo: Anpocs, 2004.

VIANNA, Helio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

VIANNA, Helio. *Dom Pedro I, Jornalista*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967.

VIANNA, Helio. *Vultos do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

VIEIRA, Damasceno. *Memorias historicas brasileiras: 1500-1837*. (2 volumes) Salvador: Officinas dos Dois Mundos, 1903.

WALSH, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. (2 volumes) London: Frederick Westley and A. H. Davis, 1830.

WISIAK, Thomas. *A nação partida ao meio: tendências políticas na Bahia na crise do Império Luso-brasileiro*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, 2000.

ANEXOS:

Anexo 1

CARTA DE LEI — DE 25 DE MARÇO DE 1824

Manda observar a Constituição Política do Imperio, offerecida e jurada por Sua Magestade o Imperador.

DOM PEDRO PRIMEIRO, POR GRAÇA DE DEOS, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brazil : Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que tendo-Nos requerido os Povos deste Imperio, juntos em Camaras, que Nós quanto antes jurassemos e fizessemos jurar o Projecto de Constituição, que havíamos offerecido ás suas observações para serem depois presentes á nova Assembléa Constituinte mostrando o grande desejo, que tinham, de que elle se observasse já como Constituição do Imperio, por lhes merecer a mais plena approvação, e delle esperarem a sua individual, e geral felicidade Política : Nós Jurámos o sobredito Projecto para o observarmos e fazermos observar, como Constituição, que d'ora em diante fica sendo deste Imperio ; a qual é do theor seguinte :

CONSTITUIÇÃO POLITICA

DO

IMPERIO DO BRAZIL.

EM NOME DA SANTISSIMA TRINDADE.

TITULO 1.º

*Do Imperio do Brazil, seu Territorio, Governo, Dynastia, e
Religião.*

Art. 1. O IMPERIO do Brazil é a associação Política de todos os Cidadãos Brasileiros. Elles formam uma Nação livre, e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união, ou federação, que se opponha á sua Independencia.

Art. 2. O seu territorio é dividido em Provincias na fórma em que actualmente se acha, as quaes poderão ser subdivididas, como pedir o bem do Estado.

Art. 3. O seu Governo é Monarchico Hereditario, Constitucional, e Representativo.

Art. 4. A Dynastia Imperante é a do Senhor Dom Pedro I. actual Imperador, e Defensor Perpetuo do Brazil.

Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permittidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior de Templo.

TITULO 2.º

Dos Cidadãos Brasileiros.

Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

II. Os filhos de pai Brasileiro, e os illegitimos de mãe Brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no Imperio.

III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em paiz estrangeiro em serviço do Imperio, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brazil.

IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época, em que se proclamou a Independencia nas Províncias, onde habitavam, adheriram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residencia.

V. Os estrangeiros naturalisados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas, para se obter Carta de naturalisação.

Art. 7. Perde os Direitos de Cidadão Brasileiro

I. O que se naturalisar em paiz estrangeiro.

II. O que sem licença do Imperador aceitar Emprego, Pensão, ou Condecoração de qualquer Governo Estrangeiro.

III. O que fôr banido por Sentença.

Art. 8. Suspende-se o exercicio dos Direitos Politicos

I. Por incapacidade physica, ou moral.

II. Por Sentença condemnatoria a prisão, ou degredo, emquanto durarem os seus effeitos.

TITULO 3.º

Dos Poderes, e Representação Nacional.

Art. 9. A Divisão, e harmonia dos Poderes Politicos é o principio conservador dos Direitos dos Cidadãos, e o mais seguro meio de fazer effectivas as garantias, que a Constituição offerece.

Art. 10. Os Poderes Politicos reconhecidos pela Constituição do Imperio do Brazil são quatro: o Poder Legislativo, o Poder Moderador, o Poder Executivo, e o Poder Judicial.

Art. 11. Os Representantes da Nação Brasileira são o Imperador, e a Assembléa Geral.

Art. 12. Todos estes Poderes no Imperio do Brazil são delegações da Nação.

TITULO 4.º

Do Poder Legislativo.

CAPITULO I.

Dos Ramos do Poder Legislativo, e suas attribuições.

Art. 13. O Poder Legislativo é delegado á Assembléa Geral com a Sancção do Imperador.

Art. 14. A Assembléa Geral compõe-se de duas Camaras: Camara de Deputados, e Camara de Senadores, ou Senado.

Art. 15. E' da attribuição da Assembléa Geral

I. Tomar Juramento ao Imperador, ao Principe Imperial, ao Regente, ou Regencia.

II. Eleger a Regencia, ou o Regente, e marcar os limites da sua autoridade.

III. Reconhecer o Principe Imperial, como Successor do Throno, na primeira reunião logo depois do seu nascimento.

IV. Nomear Tutor ao Imperador menor, caso seu Pai o não tenha nomeado em Testamento.

V. Resolver as duvidas, que occorrerem sobre a successão da Corôa.

VI. Na morte do Imperador, ou vacancia do Throno, instituir exame da administração, que acabou, e reformar os abusos nella introduzidos.

VII. Escolher nova Dynastia, no caso da extincção da Imperante.

VIII. Fazer Leis, interpretal-as, suspendel-as, e revogal-as.

IX. Velar na guarda da Constituição, e promover o bem geral da Nação.

X. Fixar annualmente as despesas publicas, e repartir a contribuição directa.

XI. Fixar annualmente, sobre a informação do Governo, as forças de mar, e terra ordinarias, e extraordinarias.

XII. Conceder, ou negar a entrada de forças estrangeiras de terra e mar dentro do Imperio, ou dos portos delle.

XIII. Autorisar ao Governo, para contrahir empréstimos.

XIV. Estabelecer meios convenientes para pagamento da divida publica.

XV. Regular a administração dos bens Nacionaes, e decretar a sua alienação.

XVI. Criar, ou supprimir Empregos publicos, e estabelecer-lhes ordenados.

XVII. Determinar o peso, valor, inscripção, typo, e denominação das moedas, assim como o padrão dos pesos e medidas.

Art. 16. Cada uma das Camaras terá o Tratamento — de Augustos, e Dignissimos Senhores Representantes da Nação.

Art. 17. Cada Legislatura durará quatro annos, e cada Sessão annual quatro mezes.

Art. 18. A Sessão Imperial de abertura será todos os annos no dia tres de Maio.

Art. 19. Tambem será Imperial a Sessão do encerramento ; e tanto esta como a da abertura se fará em Assembléa Geral, reunidas ambas as Camaras.

Art. 20. Seu ceremonial, e o da participação ao Imperador será feito na fórmula do Regimento interno.

Art. 21. A nomeação dos respectivos Presidentes, Vice-Presidentes, e Secretarios das Camaras, verificação dos poderes dos seus Membros, Juramento, e sua policia interior, se executará na fórmula dos seus Regimentos.

Art. 22. Na reunião das duas Camaras, o Presidente do Senado dirigirá o trabalho ; os Deputados, e Senadores tomarão logar indistinctamente.

Art. 23. Não se poderá celebrar Sessão em cada uma das Camaras, sem que esteja reunida a metade, e mais um dos seus respectivos Membros.

Art. 24. As Sessões de cada uma das Camaras serão publicas, á excepção dos casos, em que o bem do Estado exigir, que sejam secretas.

Art. 25. Os negocios se resolverão pela maioria absoluta de votos dos Membros presentes.

Art. 26. Os Membros de cada uma das Camaras são inviolaveis pelas opiniões, que proferirem no exercicio das suas funcções.

Art. 27. Nenhum Senador, ou Deputado, durante a sua deputação, póde ser preso por Autoridade alguma, salvo por ordem da sua respectiva Camara, menos em flagrante delicto de pena capital.

Art. 28. Se algum Senador, ou Deputado fôr pronunciado, o Juiz, suspendendo todo o ulterior procedimento, dará conta á sua respectiva Camara, a qual decidirá, se o processo deva continuar, e o Membro ser, ou não suspenso no exercicio das suas funcções.

Art. 29. Os Senadores, e Deputados poderão ser nomeados para o Cargo de Ministro de Estado, ou Conselheiro de Estado, com a differença de que os Senadores continuam a ter assento no Senado, e o Deputado deixa vago o seu logar da Camara, e se procede a nova eleição, na qual póde ser reeleito e accumular as duas funcções.

Art. 30. Tambem accumulam as duas funcções, se já exerciam qualquer dos mencionados Cargos, quando foram eleitos.

Art. 31. Não se póde ser ao mesmo tempo Membro de ambas as Camaras.

Art. 32. O exercicio de qualquer Emprego, á excepção dos de Conselheiro de Estado, e Ministro de Estado, cessa interinamente, enquanto durarem as funcções de Deputado, ou de Senador.

Art. 33. No intervallo das Sessões não poderá o Imperador empregar um Senador, ou Deputado fóra do Imperio; nem mesmo irão exercer seus Empregos, quando isso os impossibilite para se reunirem no tempo da convocação da Assembléa Geral ordinaria, ou extraordinaria.

Art. 34. Se por algum caso imprevisto, de que dependa a segurança publica, ou o bem do Estado, fôr indispensavel, que algum Senador, ou Deputado saia para outra Commissão, a respectiva Camara o poderá determinar.

CAPITULO II.

Da Camara dos Deputados.

Art. 35. A Camara dos Deputados é electiva, e temporaria.

Art. 36. E' privativa da Camara dos Deputados a Iniciativa

I. Sobre Impostos.

II. Sobre Recrutamentos.

III. Sobre a escolha da nova Dynastia, no caso da extinção da Imperante.

Art. 37. Tambem principiarão na Camara dos Deputados

I. O Exame da administração passada, e reforma dos abusos nella introduzidos.

II. A discussão das propostas, feitas pelo Poder Executivo.

Art. 38. E' da privativa attribuição da mesma Camara decretar, que tem logar a accusação dos Ministros de Estado, e Conselheiros de Estado.

Art. 39. Os Deputados vencerão, durante as Sessões, um Subsidio pecuniario, taxado no fim da ultima Sessão da Legislatura antecedente. Além disto se lhes arbitrará uma indemnisação para as despesas da vinda, e volta.

CAPITULO III.

Do Senado.

Art. 40. O Senado é composto de Membros vitalicios, e será organizado por eleição Provincial.

Art. 41. Cada Provincia dará tantos Senadores, quantos forem metade de seus respectivos Deputados, com a differença, que, quando o numero dos Deputados da Provincia fôr impar, o numero dos seus Senadores será metade do numero immediatamente menor, de maneira que a Provincia, que houver de dar onze Deputados, dará cinco Senadores.

Art. 42. A Provincia, que tiver um só Deputado, elegerá todavia o seu Senador, não obstante a regra acima estabelecida.

Art. 43. As eleições serão feitas pela mesma maneira, que as dos Deputados, mas em listas triplices, sobre as quaes o Imperador escolherá o terço na totalidade da lista.

Art. 44. Os Logares de Senadores, que vagarem, serão preenchidos pela mesma forma da primeira Eleição pela sua respectiva Provincia.

Art. 45. Para ser Senador requer-se

I. Que seja Cidadão Brasileiro, e que esteja no gozo dos seus Direitos Politicos.

II. Que tenha de idade quarenta annos para cima.

III. Que seja pessoa de saber, capacidade, e virtudes, com preferencia os que tiverem feito serviços á Patria.

IV. Que tenha de rendimento annual por bens, industria, commercio, ou Empregos, a somma de oitocentos mil réis.

Art. 46. Os Principes da Casa Imperial são Senadores por Direito, e terão assento no Senado, logo que chegarem á idade de vinte e cinco annos.

Art. 47. E' da attribuição exclusiva do Senado

I. Conhecer dos delictos individuaes, commettidos pelos Membros da Familia Imperial, Ministros de Estado, Conselheiros de Estado, e Senadores; e dos delictos dos Deputados, durante o periodo da Legislatura.

II. Conhecer da responsabilidade dos Secretarios, e Conselheiros de Estado.

III. Expedir Cartas de Convocação da Assembléa, caso o Imperador o não tenha feito dous mezes depois do tempo, que a Constituição determina; para o que se reunirá o Senado extraordinariamente.

IV. Convocar a Assembléa na morte do Imperador para a Eleição da Regencia, nos casos, em que ella tem logar, quando a Regencia Provisional o não faça.

Art. 48. No Juizo dos crimes, cuja accusação não pertence á Camara dos Deputados, accusará o Procurador da Corôa, e Soberania Nacional.

Art. 49. As Sessões do Senado começam, e acabam ao mesmo tempo, que as da Camara dos Deputados.

Art. 50. A' excepção dos casos ordenados pela Constituição, toda a reunião do Senado fóra do tempo das Sessões da Camara dos Deputados é illicita, e nulla.

Art. 51. O Subsídio dos Senadores será de tanto, e mais metade, do que tiverem os Deputados.

CAPITULO IV.

Da Proposição, Discussão, Sanção, e Promulgação das Leis.

Art. 52. A Proposição, opposição, e approvação dos Projectos de Lei compete a cada uma das Camaras.

Art. 53. O Poder Executivo exerce por qualquer dos Ministros de Estado a proposição, que lhe compete na formação das Leis; e só depois de examinada por uma Commissão da Camara dos Deputados, aonde deve ter principio, poderá ser convertida em Projecto de Lei.

Art. 54. Os Ministros podem assistir, e discutir a Proposta, depois do relatorio da Commissão; mas não poderão votar, nem estarão presentes á votação, salvo se forem Senadores, ou Deputados.

Art. 55. Se a Camara dos Deputados adoptar o Projecto, o remetterá á dos Senadores com a seguinte formula — A Camara dos Deputados envia á Camara dos Senadores a Proposição junta do Poder Executivo (com emendas, ou sem ellas) e pensa, que ella tem logar.

Art. 56. Se não puder adoptar a proposição, participará ao Imperador por uma Deputação de sete Membros da maneira seguinte — A Camara dos Deputados testemunha ao Imperador o seu reconhecimento pelo zelo, que mostra, em vigiar os interesses do Imperio: e Lhe supplica respeitosamente, Digne-Se tomar em ulterior consideração a Proposta do Governo.

Art. 57. Em geral as proposições, que a Camara dos Deputados admittir, e approvar, serão remettidas á Camara dos Senadores com a formula seguinte — A Camara dos Deputados envia ao Senado a Proposição junta, e pensa, que tem logar, pedir-se ao Imperador a sua Sanção.

Art. 58. Se porém a Camara dos Senadores não adoptar inteiramente o Projecto da Camara dos Deputados, mas se o tiver alterado, ou addicionado, o reenviará pela maneira seguinte — O Senado envia á Camara dos Deputados a sua Proposição (tal) com as emendas, ou addições juntas, e pensa, que com ellas tem logar pedir-se ao Imperador a Sanção Imperial.

Art. 59. Se o Senado, depois de ter deliberado, julga, que não póde admittir a Proposição, ou Projecto, dirá nos termos seguintes — O Senado torna a remetter á Camara dos Deputados a Proposição (tal), á qual não tem podido dar o seu consentimento.

Art. 60. O mesmo praticará a Camara dos Deputados para com a do Senado, quando neste tiver o Projecto a sua origem.

Art. 61. Se a Camara dos Deputados não approvar as emendas, ou addições do Senado, ou *vice-versa*, e todavia a Camara recusante julgar, que o projecto é vantajoso, poderá requerer por uma Deputação de tres Membros a reunião das duas Camaras, que se fará na Camara do Senado, e conforme o resultado da discussão se seguirá, o que fôr deliberado.

Art. 62. Se qualquer das duas Camaras, concluida a discussão, adoptar inteiramente o Projecto, que a outra Camara lhe enviou, o reduzirá a Decreto, e depois de lido em Sessão, o dirigirá ao Imperador em dous autographos, assignados pelo Presidente, e os dous primeiros Secretarios, pedindo-lhe a sua Sancção pela formula seguinte — A Assembléa Geral dirige ao Imperador o Decreto incluso, que julga vantajoso, e util ao Imperio, e pede a Sua Magestade Imperial, Se Digne dar a Sua Sancção.

Art. 63. Esta remessa será feita por uma Deputação de sete Membros, enviada pela Camara ultimamente deliberante, a qual ao mesmo tempo informará á outra Camara, aonde o Projecto teve origem, que tem adoptado a sua Proposição, relativa a tal objecto, e que a dirigiu ao Imperador, pedindo-lhe a Sua Sancção.

Art. 64. Recusando o Imperador prestar o seu consentimento, responderá nos termos seguintes. — O Imperador quer meditar sobre o Projecto de Lei, para a seu tempo se resolver — Ao que a Camara responderá, que — Louva a Sua Magestade Imperial o interesse, que toma pela Nação.

Art. 65. Esta denegação tem effeito suspensivo sómente: pelo que todas as vezes, que as duas Legislaturas, que se seguirem áquella, que tiver approvado o Projecto, tornem successivamente a apresental-o nos mesmos termos, entender-se-ha, que o Imperador tem dado a Sancção.

Art. 66. O Imperador dará, ou negará a Sancção em cada Decreto dentro de um mez, depois que lhe for apresentado.

Art. 67. Se o não fizer dentro do mencionado prazo, terá o mesmo effeito, como se expressamente negasse a Sancção, para serem contadas as Legislaturas, em que poderá ainda recusar o seu consentimento, ou reputar-se o Decreto obrigatorio, por haver já negado a Sancção nas duas antecedentes Legislaturas.

Art. 68. Se o Imperador adoptar o Projecto da Assembléa Geral, se exprimirá assim — O Imperador consente — Com o que fica sancionado, e nos termos de ser promulgado como Lei do Imperio; e um dos dous autographos, depois de assignados pelo Imperador, será remettido para o Archivo da Camara, que o enviou, e o outro servirá para por elle se fazer a Promulgação da Lei, pela respectiva Secretaria de Estado, aonde será guardado.

Art. 69. A formula da Promulgação da Lei será concebida nos seguintes termos — Dom (N.) por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte (a integra da Lei nas suas disposições sómente): Mandamos portanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios, d.... (o da Repartição competente) a faça imprimir, publicar, e correr.

Art. 70. Assignada a Lei pelo Imperador, referendada pelo Secretario de Estado competente, e sellada com o Sello do Imperio, se guardará o original no Archivo Publico, e se remetterão os Exemplares della impressos a todas as Camaras do Imperio, Tribunaes, e mais Logares, aonde convenha fazer-se publica.

CAPITULO V.

Dos Conselhos Geraes de Provincia, e suas attribuições.

Art. 71. A Constituição reconhece, e garante o direito de intervir todo o Cidadão nos negocios da sua Provincia, e que são immediatamente relativos a seus interesses peculiares.

Art. 72. Este direito será exercitado pelas Câmaras dos Districtos, e pelos Conselhos, que com o titulo de — Conselho Geral da Provincia — se devem estabelecer em cada Provincia, aonde não estiver collocada a Capital do Imperio.

Art. 73. Cada um dos Conselhos Geraes constará de vinte e um Membros nas Provincias mais populosas, como sejam Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Geraes, S. Paulo, e Rio Grande do Sul ; e nas outras de treze Membros.

Art. 74. A sua Eleição se fará na mesma occasião, e da mesma maneira, que se fizer a dos Representantes da Nação, e pelo tempo de cada Legislatura.

Art. 75. A idade de vinte e cinco annos, probidade, e decente subsistencia são as qualidades necessarias para ser Membro destes Conselhos.

Art. 76. A sua reunião se fará na Capital da Provincia ; e na primeira Sessão preparatoria nomearão Presidente, Vice-Presidente, Secretario, e Supplente ; que servirão por todo o tempo da Sessão : examinarão, e verificarão a legitimidade da eleição dos seus Membros.

Art. 77. Todos os annos haverá Sessão, e durará dous mezes, podendo prorogar-se por mais um mez, se nisso convier a maioria do Conselho.

Art. 78. Para haver Sessão deverá achar-se reunida mais da metade do numero dos seus Membros.

Art. 79. Não podem ser eleitos para Membros do Conselho Geral, o Presidente da Provincia, o Secretario, e o Commandante das Armas.

Art. 80. O Presidente da Provincia assistirá á installação do Conselho Geral, que se fará no primeiro dia de Dezembro, e terá assento igual ao do Presidente do Conselho, e á sua direita ; e ali dirigirá o Presidente da Provincia sua falla ao Conselho ; instruindo-o do estado dos negocios publicos, e das providencias, que a mesma Provincia mais precisa para seu melhoramento.

Art. 81. Estes Conselhos terão por principal objecto propôr, discutir, e deliberar sobre os negocios mais interessantes das suas Provincias ; formando projectos peculiares, e accommodados ás suas localidades, e urgencias.

Art. 82. Os negocios, que começarem nas Camaras serão remittidos officialmente ao Secretario do Conselho, aonde serão discutidos a portas abertas, bem como os que tiverem origem nos mesmos Conselhos. As suas resoluções serão tomadas á pluralidade absoluta de votos dos Membros presentes.

Art. 83. Não se podem propôr, nem deliberar nestes Conselhos Projectos

I. Sobre interesses geraes da Nação.

II. Sobre quaesquer ajustes de umas com outras Provincias.

III. Sobre imposições, cuja iniciativa é da competencia particular da Camara dos Deputados. Art. 36.

IV. Sobre execução de Leis, devendo porém dirigir a esse respeito representações motivadas á Assembléa Geral, e ao Poder Executivo conjunctamente.

Art. 84. As Resoluções dos Conselhos Geraes de Provincia serão remettidas directamente ao Poder Executivo, pelo intermedio do Presidente da Provincia.

Art. 85. Se a Assembléa Geral se achar a esse tempo reunida, lhe serão immediatamente enviadas pela respectiva Secretaria de Estado, para serem propostas como Projectos de Lei, e obter a approvação da Assembléa por uma unica discussão em cada Camara.

Art. 86. Não se achando a esse tempo reunida a Assembléa, o Imperador as mandará provisoriamente executar, se julgar que ellas são dignas de prompta providencia, pela utilidade, que de sua observancia resultará ao bem geral da Provincia.

Art. 87. Se porém não occorrerem essas circumstancias, o Imperador declarará, que — Suspende o seu juizo a respeito daquelle negocio — Ao que o Conselho responderá, que — recebeu mui respeitosamente a resposta de Sua Magestade Imperial.

Art. 88. Logo que a Assembléa Geral se reunir, lhe serão enviadas assim essas Resoluções suspensas, como as que estiverem em execução, para serem discutidas, e deliberadas, na fórma do Art. 85.

Art. 89. O methodo de proseguirem os Conselhos Geraes de Provincia em seus trabalhos, e sua policia interna, e externa, tudo se regulará por um Regimento, que lhes será dado pela Assembléa Geral.

CAPITULO VI.

Das Eleições.

Art. 90. As nomeações dos Deputados, e Senadores para a Assembléa Geral, e dos Membros dos Conselhos Geraes das Provinces, serão feitas por Eleições indirectas, elegendo a massa dos Cidadãos activos em Assembléas Parochiaes os Eleitores de Provincia, e estes os Representantes da Nação, e Provincia.

Art. 91. Têm voto nestas Eleições primarias

I. Os Cidadãos Brasileiros, que estão no gozo de seus direitos politicos.

II. Os Estrangeiros naturalizados.

Art. 92. São excluidos de votar nas Assembléas Parochiaes.

I. Os menores de vinte e cinco annos, nos quaes se não comprehendem os casados, e Officiaes Militares, que forem maiores de vinte e um annos, os Bachares Formados, e Clerigos de Ordens Sacras.

II. Os filhos familias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem Offícios publicos.

III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os Guardalivros, e primeiros caixeiros das casas de commercio, os Criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas ruraes, e fabricas.

IV. Os Religiosos, e quaesquer, que vivam em Communidade claustral.

V. Os que não tiverem de renda liquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou Empregos.

Art. 93. Os que não podem votar nas Assembléas Primarias de Parochia, não podem ser Membros, nem votar na nomeação de alguma Autoridade electiva Nacional, ou local.

Art. 94. Podem ser Eleitores, e votar na eleição dos Deputados, Senadores, e Membros dos Conselhos de Provincia todos, os que podem votar na Assembléa Parochial. Exceptuam-se

I. Os que não tiverem de renda liquida annual duzentos mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego.

II. Os Libertos.

III. Os criminosos pronunciados em queréla, ou devassa.

Art. 95. Todos os que podem ser Eleitores, são habéis para serem nomeados Deputados. Exceptuam-se

I. Os que não tiverem quatrocentos mil réis de renda líquida, na forma dos Arts. 92 e 94.

II. Os Estrangeiros naturalisados.

III. Os que não professarem a Religião do Estado.

Art. 96. Os Cidadãos Brasileiros em qualquer parte, que existam, são elegíveis em cada Districto Eleitoral para Deputados, ou Senadores, ainda quando ahí não sejam nascidos, residentes, ou domiciliados.

Art. 97. Uma Lei regulamentar marcará o modo pratico das Eleições, e o numero dos Deputados relativamente á população do Imperio.

TITULO 5.º

Do Imperador.

CAPITULO I.

Do Poder Moderador.

Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização Politica, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independencia, equilibrio, e harmonia dos mais Poderes Politicos.

Art. 99. A Pessoa do Imperador é inviolavel, e Sagrada : Elle não está sujeito a responsabilidade alguma.

Art. 100. Os seus Titulos são « Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brazil » e tem o Tratamento de Magestade Imperial.

Art. 101. O Imperador exerce o Poder Moderador

I. Nomeando os Senadores, na forma do Art. 43.

II. Convocando a Assembléa Geral extraordinariamente nos intervallos das Sessões, quando assim o pede o bem do Imperio.

III. Sancionando os Decretos, e Resoluções da Assembléa Geral, para que tenham força de Lei : Art. 62.

IV. Approvando, e suspendendo interinamente as Resoluções dos Conselhos Provinciaes: Arts. 86, e 87.

V. Prorogando, ou adiando a Assembléa Geral, e dissolvendo a Camara dos Deputados, nos casos, em que o exigir a salvação do Estado; convocando immediatamente outra, que a substitua.

VI. Nomeando, e demittindo livremente os Ministros de Estado.

VII. Suspendendo os Magistrados nos casos do Art. 154.

VIII. Perdoando, e moderando as penas impostas aos Réos condemnados por Sentença.

IX. Concedendo Amnistia em caso urgente, e que assim aconselhem a humanidade, e bem do Estado.

CAPITULO II.

Do Poder Executivo.

Art. 102. O Imperador é o Chefe do Poder Executivo, e o exercita pelos seus Ministros de Estado.

São suas principaes attribuições

I. Convocar a nova Assembléa Geral ordinaria no dia tres de Junho do terceiro anno da Legislatura existente.

II. Nomear Bispos, e prover os Beneficios Ecclesiasticos.

III. Nomear Magistrados.

IV. Prover os mais Empregos Civis, e Politicos.

V. Nomear os Commandantes da Força de Terra, e Mar, e removel-os, quando assim o pedir o Serviço da Nação.

VI. Nomear Embaixadores, e mais Agentes Diplomaticos, e Commercias.

VII. Dirigir as Negociações Politicas com as Nações estrangeiras.

VIII. Fazer Tratados de Alliança offensiva, e defensiva, de Subsidio, e Commercio, levando-os depois de concluidos ao conhecimento da Assembléa Geral, quando o interesse, e segurança do Estado o permittirem. Se os Tratados concluidos em tempo de paz envolverem cessão, ou troca de Territorio do

Imperio, ou de Possessões, a que o Imperio tenha direito, não serão ratificados, sem terem sido approvados pela Assembléa Geral.

IX. Declarar a guerra, e fazer a paz, participando á Assembléa as communicações, que forem compativeis com os interesses, e segurança do Estado.

X. Conceder Cartas de Naturalisação na fórma da Lei.

XI. Conceder Titulos, Honras, Ordens Militares, e Distincções em recompensa de serviços feitos ao Estado; dependendo as Mercês pecuniarias da approvação da Assembléa, quando não estiverem já designadas, e taxadas por Lei.

XII. Expedir os Decretos, Instrucções, e Regulamentos adequados á boa execução das Leis.

XIII. Decretar a applicação dos rendimentos destinados pela Assembléa aos varios ramos da publica Administração.

XIV. Conceder, ou negar o Beneplacito aos Decretos dos Concilios, e Letras Apostolicas, e quaesquer outras Constituições Ecclesiasticas, que se não oppozerem á Constituição; e precedendo approvação da Assembléa, se contiverem disposição geral.

XV. Prover a tudo, que fôr concernente á segurança interna, e externa do Estado, na fórma da Constituição.

Art. 103. O Imperador antes de ser acclamado prestará nas mãos do Presidente do Senado, reunidas as duas Camaras, o seguinte Juramento — Juro manter a Religião Catholica Apostolica Romana, a integridade, e indivisibilidade do Imperio; observar, e fazer observar a Constituição Politica da Nação Brasileira, e mais Leis do Imperio, e prover ao bem geral do Brazil, quanto em mim couber.

Art. 104. O Imperador não poderá sahir do Imperio do Brazil, sem o consentimento da Assembléa Geral; e se o fizer, se entenderá, que abdicou a Corôa.

CAPITULO III.

Da Familia Imperial, e sua Dotação.

Art. 105. O Herdeiro presumptivo do Imperio terá o Titulo de « Principe Imperial » e o seu Primogenito o de « Principe do

Grão Pará»: todos os mais terão o de « Príncipes ». O Tratamento do Herdeiro presumptivo será o de « Alteza Imperial » e o mesmo será o do Príncipe do Grão Pará: os outros Príncipes terão o Tratamento de Alteza.

Art. 106. O Herdeiro presumptivo, em completando quatorze annos de idade, prestará nas mãos do Presidente do Senado, reunidas as duas Camaras, o seguinte Juramento — Juro manter a Religião Catholica Apostolica Romana, observar a Constituição Politica da Nação Brasileira, e ser obediente ás Leis, e ao Imperador.

Art. 107. A Assembléa Geral, logo que o Imperador succeder no Imperio, lhe assignará, e á Imperatriz Sua Augusta Esposa uma Dotação correspondente ao decoro de Sua Alta Dignidade.

Art. 108. A Dotação assignada ao presente Imperador, e á Sua Augusta Esposa deverá ser augmentada, visto que as circumstancias actuaes não permittem, que se fixe desde já uma somma adequada ao decoro de Suas Augustas Pessoas, e Dignidade da Nação.

Art. 109. A Assembléa assignará tambem alimentos ao Príncipe Imperial, e aos demais Príncipes, desde que nascerem. Os alimentos dados aos Príncipes cessarão sómente, quando elles sahirem para fóra do Imperio.

Art. 110. Os Mestres dos Príncipes serão da escolha, e nomeação do Imperador, e a Assembléa lhes designará os Ordenados, que deverão ser pagos pelo Thesouro Nacional.

Art. 111. Na primeira Sessão de cada Legislatura, a Camara dos Deputados exigirá dos Mestres uma conta do estado do adiantamento dos seus Augustos Discipulos.

Art. 112. Quando as Princezas houverem de casar, a Assembléa lhes assignará o seu Dote, e com a entrega delle cessarão os alimentos.

Art. 113. Aos Príncipes, que se casarem, e forem residir fóra do Imperio, se entregará por uma vez sómente uma quantia determinada pela Assembléa, com o que cessarão os alimentos, que percebiam.

Art. 114. A Dotação, Alimentos, e Dotes, de que fallam os Artigos antecedentes, serão pagos pelo Thesouro Publico, entregues a um Mordomo, nomeado pelo Imperador, com quem se

poderão tratar as Acções activas e passivas, concernentes aos interesses da Casa Imperial.

Art. 115. Os Palacios, e Terrenos Nacionaes, possuidos actualmente pelo Senhor D. Pedro I, ficarão sempre pertencendo a Seus Successores; e a Nação cuidara nas acquisições, e construcções, que julgar convenientes para a decencia, e recreio do Imperador, e sua Família.

CAPITULO IV.

Da Successão do Imperio.

Art. 116. O Senhor D. Pedro I, por Unanime Acclamação dos Povos, actual Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo, Imperará sempre no Brazil.

Art. 117. Sua Descendencia legitima succederá no Throno, segundo a ordem regular de primogenitura, e representação, preferindo sempre a linha anterior ás posteriores; na mesma linha, o grão mais proximo ao mais remoto; no mesmo grão, o sexo masculino ao feminino; no mesmo sexo, a pessoa mais velha á mais moça.

Art. 118. Extinctas as linhas dos descendentes legitimos do Senhor D. Pedro I, ainda em vida do ultimo descendente, e durante o seu Imperio, escolherá a Assembléa Geral a nova Dynastia.

Art. 119. Nenhum Estrangeiro poderá succeder na Corôa do Imperio do Brazil.

Art. 120. O Casamento da Princeza Herdeira presumptiva da Corôa será feito a aprazimento do Imperador; não existindo Imperador ao tempo, em que se tratar deste Consorcio, não poderá elle effectuar-se, sem approvação da Assembléa Geral. Seu Marido não terá parte no Governo, e sómente se chamará Imperador, depois que tiver da Imperatriz filho, ou filha.

CAPITULO V.

Da Regencia na menoridade, ou impedimento do Imperador.

Art. 121. O Imperador é menor até á idade de dezoito annos completos.

Art. 122. Durante a sua menoridade, o Imperio será governado por uma Regencia, a qual pertencerá ao Parente mais chegado do Imperador, segundo a ordem da Successão, e que seja maior de vinte e cinco annos.

Art. 123. Se o Imperador não tiver Parente algum, que reúna estas qualidades, será o Imperio governado por uma Regencia permanente, nomeada pela Assembléa Geral, composta de tres Membros, dos quaes o mais velho em idade será o Presidente.

Art. 124. Em quanto esta Regencia se não eleger, governará o Imperio uma Regencia provisional, composta dos Ministros de Estado do Imperio, e da Justiça; e dos dous Conselheiros de Estado mais antigos em exercicio, presidida pela Imperatriz Viuva, e na sua falta, pelo mais antigo Conselheiro de Estado.

Art. 125. No caso de fallecer a Imperatriz Imperante, será esta Regencia presidida por seu Marido.

Art. 126. Se o Imperador por causa physica, ou moral, evidentemente reconhecida pela pluralidade de cada uma das Camaras da Assembléa, se impossibilitar para governar, em seu lugar governará, como Regente o Principe Imperial, se for maior de dezoito annos.

Art. 127. Tanto o Regente, como a Regencia prestará o Juramento mencionado no Art. 103, accrescentando a clausula de fidelidade ao Imperador, e de lhe entregar o Governo, logo que elle chegue á maioridade, ou cessar o seu impedimento.

Art. 128. Os Actos da Regencia, e do Regente serão expedidos em nome do Imperador pela formula seguinte—Manda a Regencia em nome do Imperador...—Manda o Principe Imperial Regente em nome do Imperador.

Art. 129. Nem a Regencia, nem o Regente será responsável.

Art. 130. Durante a menoridade do Successor da Corôa, será seu Tutor, quem seu Pai lhe tiver nomeado em Testamento; na falta deste, a Imperatriz Mãe, em quanto não tornar a casar: faltando esta, a Assembléa Geral nomeará Tutor, com tanto que nunca poderá ser Tutor do Imperador menor aquelle, a quem possa tocar a successão da Corôa na sua falta.

CAPITULO VI.

Do Ministerio.

Art. 131. Haverá differentes Secretarias de Estado. A Lei designará os negocios pertencentes a cada uma, e seu numero; as reunirá, ou separará, como mais convier.

Art. 132. Os Ministros de Estado referendarão, ou assignarão todos os Actos do Poder Executivo, sem o que não poderão ter execução.

Art. 133. Os Ministros de Estado serão responsaveis

I. Por traição.

II. Por peita, suborno, ou concussão.

III. Por abuso do Poder.

IV. Pela falta de observancia da Lei.

V. Pelo que obrarem contra a Liberdade, segurança, ou propriedade dos Cidadãos.

VI. Por qualquer dissipação dos bens publicos.

Art. 134. Uma Lei particular especificará a natureza destes delictos, e a maneira de proceder contra elles.

Art. 135. Não salva aos Ministros da responsabilidade a ordem do Imperador vocal, ou por escripto.

Art. 136. Os Estrangeiros, posto que naturalisados, não podem ser Ministros de Estado.

CAPITULO VII.

Do Conselho de Estado.

Art. 137. Haverá um Conselho de Estado, composto de Conselheiros vitalicios, nomeados pelo Imperador.

Art. 138. O seu numero não excederá a dez.

Art. 139. Não são comprehendidos neste numero os Ministros de Estado, nem estes serão reputados Conselheiros de Estado, sem especial nomeação do Imperador para este Cargo.

Art. 140. Para ser Conselheiro de Estado requerem-se as mesmas qualidades, que devem concorrer para ser Senador.

Art. 141. Os Conselheiros de Estado, antes de tomarem posse, prestarão juramento nas mãos do Imperador de — manter a Religião Catholica Apostolica Romana ; observar a Constituição, e as Leis ; ser fieis ao Imperador ; aconselhar-O segundo suas consciencias, attendendo sómente ao bem da Nação.

Art. 142. Os Conselheiros serão ouvidos em todos os negocios graves, e medidas geraes da publica Administração ; principalmente sobre a declaração da Guerra, ajustes de paz, negociações com as Nações Estrangeiras, assim como em todas as occasiões, em que o Imperador se proponha exercer qualquer das attribuições proprias do Poder Moderador, indicadas no Art. 101, á excepção da VI.

Art. 143. São responsaveis os Conselheiros de Estado pelos conselhos, que derem, oppostos ás Leis, e ao interesse do Estado, manifestamente dolosos.

Art. 144. O Principe Imperial, logo que tiver dezoito annos completos, será de Direito do Conselho de Estado: os demais Príncipes da Casa Imperial, para entrarem no Conselho de Estado ficam dependentes da nomeação do Imperador. Estes, e o Principe Imperial não entram no numero marcado no Art. 138.

CAPITULO VIII.

Da Força Militar.

Art. 145. Todos os Brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independencia, e integridade do Imperio, e defendel-o dos seus inimigos externos, ou internos.

Art. 146. Emquanto a Assembléa Geral não designar a Força Militar permanente de mar, e terra, substituirá, a que então houver, até que pela mesma Assembléa seja alterada para mais, ou para menos.

Art. 147. A Força Militar é essencialmente obediente ; jamais se poderá reunir, sem que lhe seja ordenado pela Autoridade legitima.

Art. 148. Ao Poder Executivo compete privativamente empregar a Força Armada de Mar, e Terra, como bem lhe parecer conveniente á segurança, e defesa do Imperio.

Art. 149. Os Officiaes do Exercito, e Armada não podem ser privados das suas Patentes, senão por Sentença proferida em Juizo competente.

Art. 150. Uma Ordenança especial regulará a organização do Exercito do Brazil, suas Promoções, Soldos e Disciplina, assim como da Força Naval.

TITULO 6.º

Do Poder Judicial.

CAPITULO UNICO.

Dos Juizes, e Tribunaes de Justiça.

Art. 151. O Poder Judicial é independente, e será composto de Juizes, e Jurados, os quaes terão logar assim no Civel, como no Crime nos casos, e pelo modo, que os Codigos determinarem.

Art. 152. Os Jurados pronunciam sobre o facto, e os Juizes applicam a Lei.

Art. 153. Os Juizes de Direito serão perpetuos, o que todavia se não entende, que não possam ser mudados de uns para outros Logares pelo tempo, e maneira, que a Lei determinar.

Art. 154. O Imperador poderá suspendel-os por queixas contra elles feitas, precedendo audiencia dos mesmos Juizes, informação necessaria, e ouvido o Conselho de Estado. Os papeis, que lhes são concernentes, serão remettidos á Relação do respectivo Districto, para proceder na fórma da Lei.

Art. 155. Só por Sentença poderão estes Juizes perder o Logar.

Art. 156. Todos os Juizes de Direito, e os Officiaes de Justiça

são responsáveis pelos abusos de poder, e prevaricações, que commetterem no exercício de seus Empregos ; esta responsabilidade se fará effectiva por Lei regulamentar.

Art. 157. Por suborno, peita, peculato, e concussão haverá contra elles acção popular, que poderá ser intentada dentro de anno, e dia pelo proprio queixoso, ou por qualquer do Povo, guardada a ordem do Processo estabelecida na Lei.

Art. 158. Para julgar as Causas em segunda, e ultima instancia haverá nas Provincias do Imperio as Relações, que forem necessarias para commodidade dos Povos.

Art. 159. Nas Causas crimes a inquirição das Testemunhas, e todos os mais actos do Processo, depois da pronuncia, serão publicos desde já.

Art. 160. Nas civeis, e nas penas civilmente intentadas, poderão as Partes nomear Juizes Arbitros. Suas Sentenças serão executadas sem recurso, se assim o convencionarem as mesmas Partes.

Art. 161. Sem se fazer constar, que se tem intentado o meio da reconciliação, não se começará Processo algum.

Art. 162. Para este fim haverá Juizes de Paz, os quaes serão electivos pelo mesmo tempo, e maneira, por que se elegem os Vereadores das Camaras. Suas attribuições, e Districtos serão regulados por Lei.

Art. 163. Na Capital do Imperio, além da Relação, que deve existir, assim como nas demais Provincias, haverá tambem um Tribunal com a denominação de — Supremo Tribunal de Justiça — composto de Juizes Letrados, tirados das Relações por suas antiguidades ; e serão condecorados com o Titulo do Conselho. Na primeira organização poderão ser empregados neste Tribunal os Ministros daquelles, que se houverem de abolir.

Art. 164. A este Tribunal compete

I. Conceder, ou denegar Revistas nas Causas, e pela maneira, que a Lei determinar.

II. Conhecer dos delictos, e erros de Officio, que commetterem os seus Ministros, os das Relações, os Empregados no Corpo Diplomatico, e os Presidentes das Provincias.

III. Conhecer, e decidir sobre os conflictos de Jurisdicção, e competencia das Relações Provinciaes.

TITULO 7.º

Da Administração e Economia das Províncias.

CAPITULO I.

Da Administração.

Art. 165. Haverá em cada Provincia um Presidente, nomeado pelo Imperador, que o poderá remover, quando entender, que assim convem ao bom serviço do Estado.

Art. 166. A Lei designará as suas attribuições, competencia, e autoridade, e quanto convier ao melhor desempenho desta Administração.

CAPITULO II.

Das Camaras.

Art. 167. Em todas as Cidades, e Villas ora existentes, e nas mais, que para o futuro se crearem haverá Camaras, ás quaes compete o Governo economico, e municipal das mesmas Cidades, e Villas.

Art. 168. As Camaras serão electivas, e compostas do numero de Vereadores, que a Lei designar, e o que obtiver maior numero de votos, será Presidente.

Art. 169. O exercicio de suas funcções municipaes, formação das suas Posturas policiaes, applicação das suas rendas, e todas as suas particulares, e uteis attribuições, serão decretadas por uma Lei regulamentar.

CAPITULO III.

Da Fazenda Nacional.

Art. 170. A Receita, e despesa da Fazenda Nacional será encarregada a um Tribunal, debaixo do nome de «Thesouro Nacional» aonde em diversas Estações, devidamente estabelecidas por Lei,

se regulará a sua administração, arrecadação e contabilidade, em reciproca correspondencia com as Thesourarias, e Autoridades das Provincias do Imperio.

Art. 171. Todas as contribuições directas, á excepção daquellas, que estiverem applicadas aos juros, e amortisação da Divida Publica, serão annualmente estabelecidas pela Assembléa Geral, mas continuarão, até que se publique a sua derogação, ou sejam substituidas por outras.

Art. 172. O Ministro de Estado da Fazenda, havendo recebido dos outros Ministros os orçamentos relativos ás despesas das suas Repartições, apresentará na Camara dos Deputados annualmente, logo que esta estiver reunida, um Balanço geral da receita e despesa do Thesouro Nacional do anno antecedente, e igualmente o orçamento geral de todas as despesas publicas do anno futuro, e da importancia de todas as contribuições, e rendas publicas.

TITULO 8.º

Das Disposições Geraes, e Garantias dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros.

Art. 173. A Assembléa Geral no principio das suas Sessões examinará, se a Constituição Politica do Estado tem sido exactamente observada, para prover, como fôr justo.

Art. 174. Se passados quatro annos, depois de jurada a Constituição do Brazil, se conhecer, que algum dos seus artigos merece reforma, se fará a proposição por escripto, a qual deve ter origem na Camara dos Deputados, e ser apoiada pela terça parte delles.

Art. 175. A proposição será lida por tres vezes com intervallos de seis dias de uma á outra leitura; e depois da terceira, deliberará a Camara dos Deputados, se poderá ser admittida á discussão, seguindo-se tudo o mais, que é preciso para formação de uma Lei.

Art. 176. Admittida a discussão, e vencida a necessidade da reforma do Artigo Constitucional, se expedirá Lei, que será sancionada, e promulgada pelo Imperador em fórma ordinaria; e

na qual se ordenará aos Eleitores dos Deputados para a seguinte Legislatura, que nas Procurações lhes confirmem especial faculdade para a pretendida alteração, ou reforma.

Art. 177. Na seguinte Legislatura, e na primeira Sessão será a materia proposta, e discutida, e o que se vencer, prevalecerá para a mudança, ou addição á Lei fundamental ; e juntando-se á Constituição será solemnemente promulgada.

Art. 178. É só Constitucional o que diz respeito aos limites, e attribuições respectivas dos Poderes Politicos, e aos Direitos Politicos, e individuaes dos Cidadãos. Tudo, o que não é Constitucional, póde ser alterado sem as formalidades referidas, pelas Legislaturas ordinarias.

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Cívis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte

I. Nenhum Cidadão póde ser obrigado a fazer, ou deixar de fazer alguma cousa, senão em virtude da Lei.

II. Nenhuma Lei será estabelecida sem utilidade publica.

III. A sua disposição não terá effeito retroactivo.

IV. Todos podem communicar os seus pensamentos, por palavras, escriptos, e publical-os pela Imprensa, sem dependencia de censura ; com tanto que hajam de responder pelos abusos, que commetterem no exercicio deste Direito, nos casos, e pela fórma, que a Lei determinar.

V. Ninguém póde ser perseguido por motivo de Religião, uma vez que respeite a do Estado, e não offenda a Moral Publica.

VI. Qualquer póde conservar-se, ou sair do Imperio, como lhe convenha, levando comsigo os seus bens, guardados os Regulamentos policiaes, e salvo o prejuizo de terceiro.

VII. Todo o Cidadão tem em sua casa um asylo inviolavel. De noite não se poderá entrar nella, senão por seu consentimento, ou para o defender de incendio, ou inundação ; e de dia só será franqueada a sua entrada nos casos, e pela maneira, que a Lei determinar.

VIII. Ninguém poderá ser preso sem culpa formada, excepto nos casos declarados na Lei ; e nestes dentro de vinte e quatro horas contadas da entrada na prisão, sendo em Cidades, Villas, ou

Outras Povoações proximas aos logares da residencia do Juiz ; e nos logares remotos dentro de um prazo razoavel, que a Lei marcará, attenta a extensão do territorio, o Juiz por uma Nota, por elle assignada, fará constar ao Réo o motivo da prisão, os nomes do seu accusador, e os das testemunhas, havendo-as.

IX. Ainda com culpa formada, ninguém será conduzido á prisão, ou nella conservado estando já preso, se prestar fiança idonea, nos casos, que a Lei a admite: e em geral nos crimes, que não tiverem maior pena, do que a de seis mezes de prisão, ou desterro para fóra da Comarca, poderá o Réo livrar-se solto.

X. A' excepção de flagrante delicto, a prisão não póde ser executada, senão por ordem escripta da Autoridade legitima. Se esta fôr arbitraria, o Juiz, que a deu, e quem a tiver requerido serão punidos com as penas, que a Lei determinar.

O que fica disposto acerca da prisão antes de culpa formada, não comprehende as Ordenanças Militares, estabelecidas como necessarias á disciplina, e recrutamento do Exercito ; nem os casos, que não são puramente criminaes, e em que a Lei determina todavia a prisão de alguma pessoa, por desobedecer aos mandados da Justiça, ou não cumprir alguma obrigação dentro de determinado prazo.

XI. Ninguém será sentenciado, senão pela Autoridade competente, por virtude de Lei anterior, e na fórma por ella prescripta.

XII. Será mantida a independencia do Poder Judicial. Nenhuma Autoridade poderá avocar as Causas pendentes, sustal-as, ou fazer reviver os Processos findos.

XIII. A Lei será igual para todos, quer proteja, quer castigue, e recompensará em proporção dos merecimentos de cada um.

XIV. Todo o Cidadão póde ser admittido aos Cargos Publicos Civis, Politicos, ou Militares, sem outra differença, que não seja a dos seus talentos, e virtudes.

XV. Ninguém será exempto de contribuir para as despesas do Estado em proporção dos seus haveres.

XVI. Ficam abolidos todos os Privilegios, que não forem essencial, e inteiramente ligados aos Cargos, por utilidade publica.

XVII. A' excepção das Causas, que por sua natureza pertencem a Juizos particulares, na conformidade das Leis, não haverá

Foro privilegiado, nem Commissões especiaes nas Causas civeis, ou crimes.

XVIII. Organizar-se-ha quanto antes um Codigo Civil, e Criminal, fundado nas solidas bases da Justiça, e Equidade.

XIX. Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas crueis.

XX. Nenhuma pena passará da pessoa do delinquenté. Por tanto não haverá em caso algum confiscação de bens, nem a infamia do Réo se transmittirá aos parentes em qualquer gráo, que seja.

XXI. As Cadêas serão seguras, limpas, e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos Réos, conforme suas circumstancias, e natureza dos seus crimes.

XXII. E' garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem publico legalmente verificado exigir o uso, e emprego da Propriedade do Cidadão, será elle préviamente indemnizado do valor della. A Lei marcará os casos, em que terá logar esta unica excepção, e dará as regras para se determinar a indemnisação.

XXIII. Tambem fica garantida a Divida Publica.

XXIV. Nenhum genero de trabalho, de cultura, industria, ou commercio póde ser prohibido, uma vez que não se opponha aos costumes publicos, á segurança, e saude dos Cidadãos.

XXV. Ficam abolidas as Corporações de Officios, seus Juizes, Escrivães, e Mestres.

XXVI. Os inventores terão a propriedade das suas descobertas, ou das suas producções. A Lei lhes assegurará um privilegio exclusivo temporario, ou lhes remunerará em resarcimento da perda, que hajam de soffrer pela vulgarisação.

XXVII. O Segredo das Cartas é inviolavel. A Administração do Correio fica rigorosamente responsavel por qualquer infracção deste Artigo.

XXVIII. Ficam garantidas as recompensas conferidas pelos serviços feitos ao Estado, quer Civis, quer Militares ; assim como o direito adquirido a ellas na fórmula das Leis.

XXIX. Os Empregados Publicos são strictamente responsaveis pelos abusos, e omissões praticadas no exercicio das suas funcções, e por não fazerem effectivamente responsaveis aos seus subalternos.

XXX. Todo o Cidadão poderá apresentar por escripto ao Poder Legislativo, e ao Executivo reclamações, queixas, ou petições, e até expôr qualquer infracção da Constituição, requerendo perante a competente Auctoridade a effectiva responsabilidade dos infractores.

XXXI. A Constituição tambem garante os soccorros publicos.

XXXII. A Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.

XXXIII. Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes.

XXXIV. Os Poderes Constitucionaes não podem suspender a Constituição, no que diz respeito aos direitos individuaes, salvo nos casos, e circumstancias especificadas no paragrapho seguinte.

XXXV. Nos casos de rebellião, ou invasão de inimigos, pedindo a segurança do Estado, que se dispensem por tempo determinado algumas das formalidades, que garantem a liberdade individual, poder-se-ha fazer por acto especial do Poder Legislativo. Não se achando porém a esse tempo reunida a Assembléa, e correndo a Patria perigo imminente, poderá o Governo exercer esta mesma providencia, como medida provisoria, e indispensavel, suspendendo-a immediatamente que cesse a necessidade urgente, que a motivou; devendo num, e outro caso remetter á Assembléa, logo que reunida fôr, uma relação motivada das prisões, e d'outras medidas de prevenção tomadas; e quaesquer Autoridades, que tiverem mandado proceder a ellas, serão responsaveis pelos abusos, que tiverem praticado a esse respeito.

Rio de Janeiro, 11 de Dezembro de 1823.— *João Severiano Maciel da Costa.*— *Luiz José de Carvalho e Mello.*— *Clemente Ferreira França.*— *Marianno José Pereira da Fonseca.*— *João Gomes da Silveira Mendonça.*— *Francisco Villela Barboza.*— *Barão de Santo Amaro.*— *Antonio Luiz Pereira da Cunha.*— *Manoel Jacintho Nogueira da Gama.*— *José Joaquim Carneiro de Campos.*

Mandamos portanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução desta Constituição pertencer, que a jurem, e façam jurar, a cumpram, e façam cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contem. O Secretario de Estado dos Negocios

do Imperio a faça imprimir, publicar, e correr. Dada na Cidade do Rio de Janeiro, aos vinte e cinco de Março de mil oitocentos e vinte e quatro, terceiro da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR *Com Guarda.*

João Severiano Maciel da Costa.

Carta de Lei, pela qual VOSSA Magestade IMPERIAL Manda cumprir, e guardar inteiramente a Constituição Politica do Imperio do Brazil, que VOSSA Magestade IMPERIAL Jurou, annuindo ás Representações dos Povos.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

Luiz Joaquim dos Santos Marrocos a fez.

Registrada na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio do Brazil a fls. 17 do Liv. 4º de Leis, Alvarás e Cartas Imperiaes. Rio de Janeiro em 22 de Abril de 1824.

José Antonio de Alvarenga Pimentel.

Anexo 2

DECRETO — DE 26 DE MARÇO DE 1824

Manda proceder á eleição dos Deputados e Senadores da Assembléa Geral Legislativa e dos Membros dos Conselhos Geraes das Provincias.

Tendo a maioria do Povo Brasileiro approvado o projecto de Constituição organizado pelo Conselho de Estado, e pedido que elle fosse jurado, como foi, para ficar sendo a Constituição do Imperio: E cessando por isso a necessidade das eleições de Deputados para nova Assembléa Constituinte, a que Mandeí proceder por Decreto de 17 de Novembro do anno proximo passado: Hei por bem que, ficando sem effeito o citado decreto, se proceda á eleição dos Deputados para a Assembléa simplesmente Legislativa, na fórma das Instrucções, que com este baixam assignadas por João Severiano Maciel da Costa, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio. O mesmo Ministro e Secretario de Estado o tenha assim entendido, e o faça executar com os despachos necessarios. Paço em 26 de Março de 1824, 3.^o da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade Imperial.

João Severiano Maciel da Costa.

Instrucções para se proceder ás eleições das Camaras de Deputados e Senadores da Assembléa Geral Legislativa do Imperio do Brazil, e dos Membros dos Conselhos Geraes das Provincias.

CAPITULO I

DAS ELEIÇÕES DAS ASSEMBLÉAS PAROCHIAES

§ 1.º As nomeações dos Deputados e Senadores para a Assembléa Geral do Imperio do Brazil, e dos Membros dos Conselhos Geraes das Provincias, serão feitas por eleitores de parochia. (Art. 90 da Constituição.)

§ 2.º Em cada freguezia deste Imperio se fará uma assembléa eleitoral, a qual será presidida pelo Juiz de Fóra, ou Ordinario, ou quem suas vezes fizer, da cidade ou villa, a que a freguezia pertence, com assistencia do Parocho, ou de seu legitimo substituto.

§ 3.º Havendo mais de uma freguezia na cidade ou villa, e seu termo, o Juiz de Fóra, ou Ordinario presidirá á assembléa da freguezia principal, sendo as das outras presididas pelos Vereadores effectivos, e mais pessoas da Governança, nomeados pela Camara, si precisos forem.

§ 4.º Toda a parochia dará tantos eleitores, quantas vezes contiver o numero de cem fogos na sua população ; não chegando a duzentos, mas passando de cento e cincoenta, dará dous: passando de duzentos e cincoenta, dará tres, e assim progressivamente.

§ 5.º Os Parochos farão affixar nas portas de suas Igrejas editaes, por onde conste o numero de fogos da sua freguezia, e ficam responsaveis pela exactidão.

§ 6.º Têm votos nas eleições primarias : 1.º Os cidadãos brasileiros, que estão no gozo de seus direitos politicos ; 2.º Os estrangeiros naturalizados, com tanto que uns e outros sejam domiciliarios da freguezia, ou tenham pelo menos alli a sua residencia desde a dominga da Septuagesima, que é quando os Parochos devem fazer os rôes de seus freguezes, e tomar delles conhecimento. Os que depois deste dia mudarem de freguezia, devem ir votar na em que d'antes residiam.

§ 7.º São excluidos de votar nas assembléas parochiaes:

1.º Os menores de vinte e cinco annos, nos quaes se não comprehendem os casados, e officiaes militares, que forem maiores de vinte e um annos ; os Bachareis formados, e os Clerigos de Ordens Sacras.

2.º Os filhos familias, que estiverem em companhia de seus pais, salvo si servirem officios publicos.

3.º Os criados de servir, em cuja classe não entram os guardalivros, e primeiros caixeiros das casas de commercio ; os criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco ; e os administradores das fazendas ruraes, e fabricas.

4.º Os Religiosos, e quaesquer que vivam em communidade claustral.

5.º Os que não tiverem de renda liquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego. (Arts. 91 e 92 da Constituição.)

§ 8.º Proceder-se-ha ás eleições de parochias nas cidades e villas no dia designado pela Camara, e nas freguezias do termo no primeiro domingo depois que a ellas chegarem os Presidentes, nomeados para assistirem a este acto.

CAPITULO II

MODO DE PROCEDER Á NOMEAÇÃO DOS ELEITORES PAROCHIAES

§ 1.º No dia aprazado pelas respectivas Camaras para as eleições parochiaes, reunido o respectivo povo na Igreja matriz pelas oito horas da manhã, celebrará o Parocho Missa do Espirito Santo, e fará, ou outrem por elle, uma oração analogo ao objecto, e lerá o presente capitulo das eleições.

§ 2.º Terminada esta cerimonia religiosa, posta uma mesa no corpo da Igreja, tomará o Presidente assento á cabeceira della, ficando a seu lado direito o Parocho, ou o Sacerdote, que suas vezes fizer, em cadeiras de espaldar. Todos os mais assistentes terão assentos sem precedencia, e estarão sem armas, e a portas abertas. O Presidente fará em voz alta e intelligivel a leitura deste capitulo, e do antecedente.

§ 3.º O Presidente, de accôrdo com o Parocho, proporá á assembléa eleitoral dous cidadãos para Secretarios, e dous para Escrutadores, que sejam pessoas de confiança publica, as quaes sendo approvadas, ou regeitadas por aclamação do povo, tomarão logar de um e outro lado. O Presidente, o Parocho, os Secretarios e os Escrutadores formam a mesa da assembléa parochial.

§ 4.º Lavrada a acta desta nomeação, perguntará o Presidente si algum dos circumstantes sabe, ou tem de denunciar suborno ou conloio, para que a eleição recaia em pessoa, ou pessoas determinadas. Verificando-se por exame publico e verbal a existencia do facto (si houver arguição), perderá o incurso o direito activo e passivo de voto por esta vez sómente. A mesma pena soffrerá o calumniador. A mesa resolverá a questão á pluralidade de votos, fazendo-se de tudo um auto com todas as circumstancias, para ser em seu devido tempo apresentado á Assembléa Nacional, e se tomarem a tal respeito as medidas, que em casos taes se possam offerecer, ficando salvo ao queixoso o direito de petição.

§ 5.º Immediatamente votando primeiro o Presidente, o Parocho, Escrutadores e Secretarios, lançarão suas relações em uma urna, onde se recolherão todas as mais, que por sua vez fôr apresentando cada um dos moradores da freguezia, que tem direito de votar, as quaes serão por elles assignadas, e devem conter tantos nomes e suas respectivas occupações, quantas são as pessoas que a Parochia deve dar para eleitores.

§ 6.º Podem ser eleitores, e votar na eleição dos Senadores e Deputados, todos os que podem votar nas assembleas parochiaes. Exceptuam-se os seguintes :

1.º Os que não tiverem de renda liquida annual duzentos mil réis por bens de raiz, commercio, industria ou emprego.

2.º Os libertos.

3.º Os criminosos pronunciados em querela, ou devassa.

(Art. 94 da Constituição.)

§ 7.º O eleitor deve ser homem probo, e honrado, de bom entendimento, sem nenhuma sombra de suspeita, e inimizade á causa do Brazil.

§ 8.º Nenhum cidadão, que tem direito de votar nestas eleições, poderá isentar-se de apresentar a lista de sua nomeação. Tendo legitimo impedimento, comparecerá por seu procurador, enviando a sua lista assignada, e reconhecida por Tabellião nas cidades ou villas, e no termo por pessoa conhecida e de confiança.

CAPITULO III

DO MODO DE APURAR OS VOTOS PARA ELEITORES

§ 1.º Entregues que sejam todas as listas, mandará o Presidente por um dos Secretarios contar, publicar e escrever na acta o numero dellas.

§ 2.º Dissolvida pela Mesa qualquer duvida, ordenará o Presidente que um dos escrutadores, em sua presença, lêa cada uma das listas recebidas, e repartirá as letras do alphabeto pelo outro escrutador e secretarios, os quaes irão escrevendo, cada um em sua relação, os nomes dos votados, e o numero dos votos por algarismos successivos da numeração natural, de maneira que o ultimo numero de cada nome mostre a totalidade dos votos, que este houver obtido, publicando em voz alta os numeros, á proporção que fôr escrevendo.

§ 3.º Acabada a leitura das listas, um dos secretarios, pelas relações indicadas, publicará sem interrupção alguma os nomes de todas as pessoas, e o numero de votos, que obtiveram para eleitores de Parochia, formando das taes relações uma geral, que será copiada na acta, principiando desde o numero maximo, até o minimo, que será assignada pela Mesa.

§ 4.º Esta nomeação será regulada pela pluralidade relativa de votos. Os que tiverem a maioria delles serão declarados eleitores de Parochia até aquelle numero, que a freguezia deve dar, com tanto que nelles se verifiquem os predcados exigidos. Os immediatos depois destes servirão de supplentes para substituirem qualquer dos proprietarios, que legitimo impedimento tiver.

§ 5.º Publicados os eleitores, o Secretario lhes fará immediatamente aviso por carta, para que concorram á Igreja, onde se fizeram as eleições. Entretanto, lavrado termo dellas no competente livro, delle se extrahirão cópias authenticas, que serão assignadas pela Mesa, para se dar uma a cada eleitor, que lhe servirá de diploma.

§ 6.º Reunidos os eleitores, se cantará na mesma Parochia um *Te-Deum* solemne para o qual fará o Vigario as despezas do Altar, e as Camaras todas as outras; ficando a cargo de seus respectivos procuradores apromptarem mesa, assentos, papel, tinta, serventes, e o mais que necessario fôr, para se effectuar com toda a dignidade este solemne acto. As Camaras requererão aos Commandantes militares os soldados necessarios para fazer guardar a ordem e tranquillidade, e executar as commissões, que occorrerem

§ 7.º Todas as listas dos votos dos cidadãos serão fechadas e selladas, e remettidas com o livro das actas ao Presidente da Camara da cabeça do districto, para serem guardadas no archivo della, pondo-se-lhes rotulo por fóra, em que se declare o numero das listas, o anno, e a freguezia; acompanhado tudo de um officio do Secretario da mesa parochial.

§ 8.º Com este ultimo acto se haverá a assembléa parochial por dissolvida; e ficará nullo qualquer procedimento que de mais praticar.

CAPITULO IV

DOS COLLEGIOS ELEITORAES, E SUAS REUNIÕES

§ 1.º Os eleitores, dentro de quinze dias depois da sua nomeação, achar-se-hão no districto, que lhes fôr marcado. Ficarão suspensos por espaço de trinta dias, contados dessa mesma data, tolos os processos em que os eleitores forem autores ou réos, querendo.

§ 2.º Para facilitar as reuniões dos eleitores, ficam sendo (para este effeito sómente) cabeças de districtos as seguintes:

Provincia Cisplatina

Maldonado.
Montevidéo
Colonia do Sacramento.

Provincia do Rio Grande do Sul

Cidade de Porto Alegre.
Villa do Rio Grande.
Villa do Rio Pardo.
Villa de S. Luiz.

Provincia de Santa Catharina

Cidade do Desterro. †
Villa de S. Francisco.
Villa da Laguna.

Provincia de S. Paulo

Imperial cidade de S. Paulo.
Villa de Santos.
Fidelissima villa do Itú.
Villa da Coritiba.
Villa de Paranaguá.
Villa de Taboaté.

Provincia de Mato Grosso

Cidade de Mato Grosso.
Cidade do Cuyabá.
Villa do Paraguay Diamantino.

Provincia de Goyaz

Cidade de Goyaz.
Julgado de Santa Cruz.
Julgado do Cavalcante.

Provincia de Minas Geraes

Imperial cidade do Ouro Preto.
Cidade de Marianna.
Fidelissima villa do Sabará.
Villa de Pitangui.
Villa do Piracatú.
Julgado de S. Romão.
Villa de S. João d'El-Rei.
Villa da Princeza da Campanha.
Villa de S. Bento de Tamanduá.
Villa do Principe.
Villa de N. S. do Bom Successo.

Provincia do Rio de Janeiro

Muito leal e heroica cidade de
S. Sebastião.
Villa de S. João Marcos.
Villa de Santo Antonio de Sá.
Villa de Macahé.

Provincia do Espirito Santo

Cidade da Victoria.
Villa de Campos.

Provincia da Bahia

Cidade de S. Salvador.
Villa de Santo Amaro.
Villa da Cachoeira.
Villa do Itapicurú.
Villa da Jacubina.
Villa do Rio das Contas.
Villa de S. Jorge.
Villa do Camamú.
Villa do Porto Seguro.
Villa de S. Matheus.

Provincia de Sergipe d'El-Rei

Cidade de Sergipe.
Villa Nova de Santo Antonio.

Provincia das Alagôas

Cidade das Alagôas.
Villa de Porto Calvo.
Villa do Penedo.

Provincia de Pernambuco

Cidade de Olinda.
Villa de Goyanna.

Villa do Limoeiro.
Cidade do Recife.
Villa de Serinhem.
Villa da Barra.
Villa das Flores.
Carunhanha.
Campo Largo.
Cabrobó.

Provincia da Parahyba

Cidade da Parahyba.
Villa Real.
Villa da Rainha da Campina
Grande.

*Provincia do Rio Grande
do Norte*

Cidade do Natal.
Villa da Nova Princeza.
Villa de Porto Alegre.

Provincia do Ceará

Cidade da Fortaleza.
Villa do Aracati.
Villa do Icó.
Villa do Sobral.
Villa do Crato.

Provincia do Piauhy

Cidade de Oeyras.
Villa da Parnahyba.

Provincia do Maranhão

Cidade de S. Luiz.
Villa de Itapicurú-mirim.
Villa de Caxias.
Villa de Alcantara.

Provincia do Pará

Cidade de Belém.
Villa de Bragança.
Villa Viçosa.
Villa de Santarem.
Villa de Barcellos.
Villa de Marajó.
Villa Nova da Rainha.
Villa do Crato.
Villa de Olivença.
Villa de Cametá.

§ 3.º Os eleitores das freguezias das villas e logares inter-medios concorrerão áquelle districto, que mais commodo lhes fôr dos indicados.

§ 4.º Os Deputados para a Assembléa Legislativa deste Imperio devem ser por agora do numero provisoriamente distribuido pelas Provincias na fórma seguinte :

Provincia Cisplatina.....	2	Sergipe d'El-Rei.....	2
Rio Grande do Sul.....	3	Alagoas.....	5
Santa Catharina.....	1	Pernambuco.....	13
S. Paulo.....	9	Parahyba.....	5
Mato Grosso.....	1	Rio Grande do Norte.....	1
Goyaz.....	2	Ceará.....	8
Minas Geraes.....	20	Piauhý.....	1
Rio de Janeiro.....	8	Maranhão.....	4
Espirito Santo.....	1	Pará.....	3
Bahia.....	13		

§ 5.º Os eleitores das freguezias, tendo comsigo seus diplomas, se apresentarão á autoridade civil mais graduada do seu districto (que ha de servir de Presidente até a nomeação do que se ordena no § 7º deste capitulo), para que este faça escrever seus nomes e freguezias, a que pertencem, no livro que ha de servir para as actas da proxima eleição; marque-lhes o dia e o local da reunião, e faça intimar á Camara a promptificação dos necessarios preparativos.

§ 6.º No dia aprazado, reunidos os eleitores, e presididos pela dita autoridade, depois de fazer-se a leitura dos capitulos 4º, 5º, 6º e 9º nomearão por aclamação dous secretarios e dous escrutadores para examinarem os diplomas dos eleitores, e accusarem as faltas, que nelles acharem; e assim mais uma commissão de dous d'entre elles, para examinarem os diplomas dos secretarios e escrutadores, os quaes todos darão conta no dia seguinte de suas informações.

§ 7.º Immediatamente começarão a fazer por escrutinio secreto, e por cedulas, a nomeação de presidente, escolhido d'entre os eleitores; e apurados os votos pelos secretarios e escrutadores, será eleito, e publicado o que reunir a pluralidade relativa, de que se fará termo com as devidas explicações. Tomando o novo presidente posse (o que será em acto successivo), retirar-se-ha o collegio eleitoral.

§ 8.º No seguinte dia, reunido e presidido o collegio, darão as commissões conta do que acharam nos diplomas. Havendo duvidas sobre elles, ou acerca de qualquer outro objecto, serão resolvidas pelo presidente, secretario, escrutadores e eleitores; e a decisão é terminante. Achando-se porém legaes os diplomas, dirigir-se-ha o collegio á Igreja principal, aonde se celebrará (pela maior Dignidade ecclesiastica) Missa solemne do Espirito Santo, e um dos oradores mais acreditados (que se não poderá escusar) fará um discurso analogo ás circumstancias; sendo as despesas feitas na fórma do capitulo 3º § 6º; e finda esta acção religiosa, voltará immediatamente ao lugar do ajuntamento.

CAPITULO V

DA ELEIÇÃO DE SENADORES

§ 1.º Achaando-se o collegio reunido no lugar indicado, procederá immediatamente por esta primeira vez á eleição da Camara dos Senadores, cujos Membros serão vitalícios, e feita a sua proposta por eleição provincial.

§ 2.º Cada Provincia dará tantos Senadores, quantos forem metade de seus respectivos Deputados, com a differença que, quando o numero dos Deputados da Provincia fôr impar, o numero dos seus Senadores será metade do numero immediatamente menor. (Art. 41 da Constituição.)

§ 3.º A Provincia que der um só Deputado, elegerá todavia o seu Senador, não obstante a regra acima estabelecida. (Art. 42 da Constituição.)

§ 4.º Esta eleição será feita por listas triplices, das quaes Sua Magestade Imperial escolherá o terço da sua totalidade. Os lugares, que vagarem, serão preenchidos pela mesma fórma da primeira eleição por sua respectiva Provincia. (Arts. 43 e 44 da Constituição.)

§ 5.º Para ser Senador é necessario :

1.º Que seja cidadão brasileiro, e que esteja no gozo dos seus direitos políticos.

2.º Que tenha a idade de quarenta annos para cima.

3.º Que seja pessoa de saber, capacidade e virtudes, com preferencia os que tiverem feito serviços á Patria.

4.º Que tenha de rendimento annual por bens, industria, commercio, ou emprego a quantia liquida de oitocentos mil réis. (Art. 45 da Constituição.)

§ 6.º Lido o presente capitulo, e feita a pergunta determinada no Cap. 2º § 4º, se procederá a esta eleição, votando primeiro o presidente, os secretarios, os escrutadores, e depois todos os eleitores por listas (que serão recolhidas em uma urna), nas quaes se contenha o triplo do numero dos Senadores, que pertencem á sua respectiva Provincia; declarando marginalmente a cada um dos nomes a idade, emprego ou occupação, e rendimento exigido da pessoa nomeada.

§ 7.º Entregues que sejam todas as listas para a eleição dos Senadores, mandará o presidente por um dos secretarios contar, publicar, e escrever na acta o numero dellas, apurando-se os votos pelo methodo estabelecido no Cap. 3º § 2.º

§ 8.º Terminada a leitura das listas, um dos secretarios pelas relações indicadas publicará sem interrupção os nomes de todas as pessoas, que obtiveram votos para Senadores, formando-se uma lista geral pela ordem dos numeros, desde o maximo até o minimo, que será o objecto da acta da eleição com todas as mais circumstancias, que a acompanharam, a qual será assignada pela Mesa, e collegio eleitoral, em cuja presença se queimarão as referidas listas.

§ 9.º O livro desta acta ficará no archivo da Camara cabeça do districto, e della se extrahirão duas cópias authenticas pelo Escrivão da Camara, e concertadas por outro Escrivão, ou Tabellião, se remetterão fechadas e selladas com a maior brevidade e segurança, uma para a Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, e outra para a Camara da capital, onde se hão de apurar as eleições, acompanhadas uma e outra do officio do Secretario do collegio eleitoral, que se retirará, havendo naquelle dia por finidos os seus trabalhos.

CAPITULO VI

DA ELEIÇÃO DOS DEPUTADOS

§ 1.º No dia immediato pelas oito horas da manhã, reunido o collegio no mesmo lugar, depois de lido este capitulo, e feita a pergunta do Cap. 2º § 4º, se procederá á eleição dos Deputados, votando primeiro o presidente, o secretario, e escrutadores, e todos os eleitores por listas, que serão recolhidas em uma urna, nas quaes se contemham os nomes, moradas, e empregos ou occupações de tantas pessoas, quantas são as que a Provincia deve dar á Camara dos Deputados, conforme a tabella inserta nestas Instrucções.

§ 2.º Todos os que podem ser eleitores são habéis para ser Deputados. Exceptuam-se :

1.º Os que não tiverem de renda liquida annual a quantia de quatrocentos mil réis por bens, industria, commercio ou emprego.

2.º Os estrangeiros, ainda que naturalisados sejam.

3.º Os que não professarem a Religião do Estado.

§ 3.º O Deputado deve ter a maior instrucção, reconhecidas virtudes, verdadeiro patriotismo, e decidido zelo pela causa do Brazil.

§ 4.º Os eleitores podem votar para Deputados nos mesmos individuos, em que votaram para Senadores, porque recaindo a escolha destes na terça parte da lista triplice, ficariam excluidos de um e outro cargo os dous terços da proposta, em que necessariamente se hão de comprehender os cidadãos benemeritos, taes quaes se devem considerar os que entram nessa eleição ; até para que os eleitores tenham a mais ampla liberdade de votar em uma e outra.

§ 5.º Entregues que sejam todas as listas, se praticará o que está determinado no capitulo 3º § 2º, e capitulo 5º § 7.º

§ 6.º Depois de lidas todas as listas, se executará litteralmente a disposição dos §§ 8º e 9º do capitulo antecedente.

CAPITULO VII

DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DOS CONSELHOS PROVINCIAES

§ 1.º Em terceiro lugar proseguirá o collegio eleitoral no dia seguinte em acto successivo á eleição dos Membros dos Conselhos

Geraes de Provincia, por listas, e decretado numero, como está disposto nos arts. 73, 74 e 75 da Constituição, guardando-se em tudo o mais o methodo das antecedentes eleições.

CAPITULO VIII

DA ULTIMA APURAÇÃO DOS VOTOS

§ 1.º Recebidos pela Camara da capital todos os officios dos collegios eleitoraes das cidades e villas de sua Provincia, immediatamente assignará o primeiro domingo, ou dia santo, que der o intervallo de cinco dias, e d'ahi para cima, para a apuração das ditas eleições, o que fará publico por editaes, affixados nos logares do estylo, pelos quaes convide os eleitores da capital, pessoas da Governança, e Povo della para assistirem á solemnidade deste acto.

§ 2.º No dia aprazado, reunida a Camara da capital com assistencia de seu respectivo Presidente nos Paços do Conselho, ou no logar que mais convier, pelas oito horas da manhã, e com toda a publicidade, abrirá o Presidente os officios recebidos, relativamente á eleição dos Senadores; e fazendo conhecer aos circumstantes que elles estavam intactos, mandará contar, e escrever na acta o numero das authenticas remettidas.

§ 3.º E principiando o Presidente pela eleição dos Senadores, apurando-as com os Vereadores e Procurador do Conselho pelo methodo estabelecido no capitulo 3º § 2º, o Escrivão da Camara publicará sem demora ou interrupção alguma os nomes das pessoas e numero de votos que obtiveram para Senadores da Assembléa Nacional por aquella Provincia, formando-se desta eleição uma acta geral desde o numero maximo até o minimo, a qual será finalmente assignada pela mesma Camara e eleitores, que presentes se acharem.

§ 4.º Esta nomeação será regulada pela pluralidade relativa. Serão apurados para Senadores os que tiverem a maioria de votos, contando-se seguidamente desde o numero maximo até completar o triplo dos Senadores que a Provincia deve dar, formando-se uma relação especial dos nomes dos eleitos, com declaração do numero dos votos e as mais clausulas recommendadas no capitulo 5º § 6.º

§ 5.º Esta lista assim apurada (subscripta pelo Escrivão e assignada pela Camara) será remettida com officio da mesma Camara á Imperial Presença com toda a brevidade e segurança pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, para que Sua Magestade Imperial escolha da totalidade da lista triptice o numero de Senadores que pertencem áquella Provincia; cujo resultado será participado á Camara pela mesma Secretaria de Estado para sua intelligencia, e porem-se no livro das actas as verbas necessarias. Uma certidão authentica da acta geral desta eleição acompanhará a referida lista apurada.

§ 6.º No dia immediato da apuração dos Senadores, reunida da mesma sorte a Camara no lugar indicado, e com a mesma publicidade, abrindo o Presidente os officios relativos á eleição dos Deputados da Assembléa Nacional, procederá, como está determinado nos §§ 2º e 3º deste capitulo.

§ 7.º A pluralidade relativa regulará igualmente esta eleição, de maneira que serão declarados Deputados da Assembléa Nacional os que tiverem a maioria de votos seguidamente até o numero dos que devem representar por sua respectiva Provincia: de que se fará termo especial, do qual se extrahirão cópias authenticas pelo Escrivão da Camara, para ser uma remetida á Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, e outra para servir de diploma ao Deputado nomeado, acompanhando-o de um officio da Camara para identidade da pessoa que o apresenta, sem o que não será admittido a esse exercicio.

§ 8.º Para supplentes dos Deputados nomeados ficam designadas, por agora, as pessoas que a estes se seguirem em numero de votos, constantes da acta geral, precedendo-se entre si pelo maior numero que cada um delles tiver; de maneira que, achando-se algum dos Deputados legitimamente impedido por ausencia, molestia prolongada, ou por ter sido nomeado Senador, a Camara da capital expedirá ao supplente um diploma igual aos que se passaram aos Deputados; acompanhando-o de um officio, em que declare que vai tomar na Assembléa logar como substituto, ou por falta absoluta, ou durante o impedimento temporario; seguindo-se este methodo quando forem mais de um os legitimamente impedidos.

§ 9.º Apuradas as relações pelo modo determinado, e publicadas as eleições pelo Presidente, serão immediatamente os Deputados, que presentes estiverem, e que facilmente se puderem chamar, acompanhados pela Camara, eleitores, pessoas da Governança, e Povo, conduzidos á Igreja principal, aonde se cantará solemne *Te-Deum* a expensas da mesma Camara, com o que fica terminado este solemne acto.

§ 10. No dia immediato voltará a Camara ao mesmo logar para se apurar a eleição dos Membros dos Conselhos Geraes de Provincia; e abertos os officios que lhes são relativos, proceder-se-ha em tudo o mais como está deliberado nos §§ 8º e 9º deste capitulo; e com a remessa dos diplomas aos eleitos se haverá por concluida esta acção.

CAPITULO IX

PROVIDENCIAS GERAES

§ 1.º Si a apuração de cada uma das eleições se não puder ultimar no mesmo dia até sol posto, o Presidente mandará recolher as relações e listas em um cofre de duas chaves, de que terá o Presidente uma, e o Secretario outra, o qual fará arrecadar em logar seguro, para no dia seguinte ser aberto em mesa plena, e se proseguir na apuração dos votos.

§ 2.º Os Deputados da Assembléa Nacional receberão pelo Thesouro Publico de sua Provincia seis mil cruzados, na fórma do art. 39 da Constituição, e Decreto de 11 de Fevereiro do anno proximo passado ; e no caso que haja alguma Provincia, que não possa de presente com essa despeza, será ella paga pelo cofre geral do Thesouro do Brazil, ficando debitada a Provincia auxiliada, para pagal-a quando, melhoradas suas rendas, o puder fazer.

§ 3.º Os Governos Provinciaes proverão aos transportes dos Deputados de suas respectivas Provincias, bem como ao pontual pagamento de suas mesadas, remettendo-as ao Thesouro Publico.

§ 4.º O subsidio dos Senadores será de tanto, e mais metade do dos Deputados, na fórma do art. 51 da Constituição, tendo a opção, concedida no Decreto de 11 de Fevereiro do anno proximo passado.

§ 5.º Os cidadãos brasileiros em qualquer parte, que existam, são elegiveis em cada districto eleitoral para Deputados ou Senadores, ainda quando não sejam nascidos ou domiciliados naquella Provincia. (Art. 96 da Constituição.)

§ 6.º Quando qualquer fôr nomeado por duas ou mais Provincias conjunctamente, preferirá a da sua naturalidade ; na falta desta, a da residencia, e na falta de ambas, prevalecerá aquella em que tiver mais votos relativamente ao collegio que o elegeu.

§ 7.º Nenhum eleitor poderá nomear para Deputado, ou Senador seus ascendentes, ou descendentes, irmãos, tios e primos irmãos, sob pena de perder o voto activo e passivo.

§ 8.º No caso de empate nas apurações dos ultimos votos, decidirá a sorte.

§ 9.º Si qualquer dos collegios eleitoraes fôr negligente na remessa das suas authenticas, calculada esta demora pelas distancias, e tempo competente para sua reunião, a Camara da capital officiará á da cabeça do districto, para que proponha os meios de accelerar esta importante diligencia, fazendo-lhe patente os graves inconvenientes, que se podem seguir da falta de cumprimento deste dever.

§ 10. Os Governos Provinciaes e Commandantes das Armas respectivas prestarão o necessario auxilio para que se facilite esta correspondencia de umas com outras Camaras, e destas com o Ministerio, afim de serem seus officios remettidos com brevidade e segurança.

§ 11. Os Deputados poderão ser reeleitos de uma para outra Legislatura ; e nenhum cidadão poderá escusar-se de aceitar estas nomeações por esta vez, emquanto a Assembléa Legislativa não organizar a Lei regulamentar, que deve servir de regra para as futuras eleições.

§ 12. Todos os papeis e livros relativos a estas eleições mandará a Camara da capital emmassar com seus competentes rotulos, para ficarem em guarda no seu archivo.

§ 13. O exercicio de qualquer emprego, á excepção dos de Conselheiro de Estado e de Ministro de Estado, cessa interinamente, em quanto durarem as funcções de Deputado ou Senador.

Paço em 26 de Março de 1824. — *João Severiano Maciel da Costa.*

Anexo 3

DECRETO — DE 29 DE JULHO DE 1828.

Manda fazer as eleições para a proxima legislatura pelas Instrucções de 26 de Março de 1824, com certas declarações.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa: Far-se-hão as eleições para a proxima legislatura, e as que tiverem lugar, durante a mesma, pelas Instrucções de 26 de Março de 1824, com as seguintes declarações:

1.^a Proceder-se-ha em cada provincia ás eleições primarias no mesmo dia em todas as assembléas parochiaes, depois ás secundarias, tambem n'outro determinado dia em todos os collegios eleitoraes, para o que, assim como para as apurações nas Camaras das capitães, o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio na provincia onde estiver a Côrte, e os Presidentes das demais provincias em Conselho, tendo em consideração as respectivas distancias, fixarão as devidas épocas, e darão as providencias, que convierem, para que as eleições se concluem legal e impreterivelmente dentro em seis mezes, contados do recebimento do decreto da convocação, sob pena de perdimento dos empregos, que tiverem, e inhabilidade perpetua para quaesquer outros, se a demora na expedição das ordens fôr causa de se ellas não effectuarem no prefixo termo.

2.^a O Ministro dos Negocios do Imperio, e os Presidentes, em Conselho, poderão estreitar os districtos eleitoraes já designados, multiplicando-os como mais convier.

3.^a Os eleitores, que faltarem sem causa que os impossibilite, julgada tal pelos collegios eleitoraes, serão multados na quantia de 30\$000 a 60\$000, a juizo dos mesmos collegios, applicados para a despeza dos estabelecimentos de instrucção publica do respectivo lugar.

4.^a As mesas dos collegios eleitoraes, que não remetterem em tempo o resultado de seus trabalhos ás Camaras, ou autoridades dos respectivos districtos, serão multadas pelo Governo na provincia onde estiver a Côrte, e nas outras pelos Presidentes em Conselho, na quantia de 300\$000 a 600\$000, rateados entre os seus membros, applicados para a despeza dos Cursos Juridicos: na mesma pena incorrerão as Camaras das cabeças dos districtos, que não fizerem as competentes remessas para as Camaras das capitães; e estas quando não fizerem as apurações no tempo devido: as autoridades das cabeças dos districtos, que incorrerem na pena deste artigo,

pagarão tanto como cada um dos membros das Camaras, que fôr condemnado.

5.^a As mesas dos collegios eleitoraes, o Governo, e os Presidentes em Conselho, remetterão as listas dos multados na fórma dos artigos precedentes, ás Camaras dos respectivos districtos; cujos procuradores farão a cobrança das multas perante as autoridades judicarias do lugar.

6.^a As cópias, listas, e certidões, que receber o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, em observancia do capitulo 5.^o, § 9.^o, capitulo 6.^o, § 6.^o, capitulo 8.^o, §§ 5.^o e 7.^o das instrucções, serão pelo mesmo Ministro enviadas ás Camaras do Corpo Legislativo.

7.^a Todas as duvidas, e questões sobre a idoneidade dos elegiveis, ou suborno, relativos aos Senadores ou Deputados, serão decididas pelos collegios eleitoraes, e estes remetterão o termo que de tudo se deve lavrar, com as necessarias clarezas, ás respectivas Camaras Legislativas, para julgarem definitivamente.

8.^a Quando se nomear o Presidente de que falla o art. 7.^o do capitulo 4.^o das instrucções, serão tambem nomeados, por escrutinio, os Secretarios e Escrutadores, que hão de servir em a nova mesa.

José Clemente Pereira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 29 de Julho de 1828, 7.^o da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade Imperial.

José Clemente Pereira.